

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

ANTONIETTE CAMARGO DE OLIVEIRA

**Missão Educacional Alemã no Brasil:
Irmãs Franciscanas - de Dillingen para a Baixada Fluminense.
Duque de Caxias e São João de Meriti – RJ (1937-1956)**

**Uberlândia, MG
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

ANTONIETTE CAMARGO DE OLIVEIRA

**Missão Educacional Alemã no Brasil:
Irmãs Franciscanas - de Dillingen para a Baixada Fluminense.
Duque de Caxias e São João de Meriti – RJ (1937-1956)**

Tese de Doutorado apresentada à Comissão julgadora, como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutora em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Wenceslau Gonçalves Neto, Dr.

**Uberlândia – MG
2012**

ANTONIETTE CAMARGO DE OLIVEIRA

**Missão Educacional Alemã no Brasil:
Irmãs Franciscanas - de Dillingen para a Baixada Fluminense.
Duque de Caxias e São João de Meriti – RJ (1937-1956)**

Tese de Doutorado apresentada à Comissão julgadora, como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutora em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Banca Examinadora
Em 09 de março de 2012

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto (Orientador)

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra (Examinador Externo)

Prof^a Dr^a. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho (Examinadora Externa)

Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza (Examinador Interno)

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho (Examinador Interno)

**Uberlândia – MG
2012**

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Antonio e Marileide, por tudo que me fizeram viver, sentir, ser.

A meu filho, Matheus, fortaleza nos momentos de crise.

À minha irmã, Ana Paula, companheira sempre.

Aos meus sobrinhos Daniele, Isabele e Rafael.

À minha tia paterna, Ir. Maria Eleusa de Oliveira, exemplo de vida e de luta pelos mais pobres, apoio e inspiração incondicionais para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro, sem o qual este trabalho não se realizaria.

Ao Professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, pela paciência, apoio, orientação solidária, conselhos, lições e aprendizados. Exemplo de vida pessoal e acadêmica. Nestes últimos quatro anos, passei a ver e viver a vida de forma diferente, com mais dinamismo e entusiasmo por sua causa.

Aos professores que participaram de minha Qualificação, Professora Dra. Sandra Cristina Fagundes de Lima e Professor Dr. Carlos Henrique de Carvalho.

Ao Professor Dr. José Carlos de Araújo e Dra. Alessandra Frota Martinez de Schueler, pelas orientações informais, inclusive por e-mail.

Aos professores das disciplinas cursadas no Programa de Doutorado em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, cujas contribuições foram de fundamental importância no processo de pesquisa e escrita desta produção.

Ao James e à Jeane, pelo atendimento sempre eficaz e atencioso junto à Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação.

À Tia Neusa, pelo acolhimento e refeições durante o período das aulas.

À Maria Cândida, que me acolheu em sua casa na primeira vez em que fui para a Baixada Fluminense.

Às Irmãs Jacinta Bichling e Sueli Sendra, provinciais da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, durante o período de minha pesquisa.

Às Irmãs Ivonete e Osvaldina que me acolheram em sua residência, das Irmãs Franciscanas em São João de Meriti, sempre solícitas e dispostas a colaborar no processo da pesquisa.

Às Irmãs dos Colégios Santo Antonio, Santa Maria e da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen como um todo, que sempre se mostraram curiosas na realização deste trabalho.

Às Secretárias Eliete, do Colégio Santo Antonio e Áurea, do Colégio Santa Maria, representando os demais funcionários. Sem o apoio de vocês, meu trabalho não teria a dimensão e os detalhes que tem.

Às ex-alunas dos Colégios, que se disponibilizaram a ceder seus depoimentos.

Aos funcionários do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, especialmente à sua diretora, Tânia Amaro e colaboradores, Diego Villela e Leonardo Palhares, pela presteza e atenção no atendimento.

À Fátima David, responsável pelo CEPEMHED - Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense.

Aos meus amigos Luziano, Rosa Maria e Geovanna, Sandra Mara, Luciene, Sirlene, Marco Aurélio, Astrogildo, Leonardo, Bruno, Cristiane, Luciana Beatriz, Polyana, Ana Emília, Lourdes Lucena, Michelle, Mário, Odair, Gizelda, Dorcelina, Nilce, Gisele Gatti, Iara, Elbo, Taíta, Fábio e Cidinha, Rosinha, Yara, Cláudia, Cladecir, Melchior, Rosângela, tantos outros, que simbolizam a força e esperança necessárias para não esmorecer diante das dificuldades.

Aos meus pais e filho. Sem sua paciência e apoio nos bastidores, eu não teria chegado até aqui.

RESUMO

Este trabalho integra a pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia/MG e se propõe a compreender o contexto de vinda das Irmãs Franciscanas de Dillingen da Alemanha para o Brasil, bem como a realidade da Educação e das Escolas que criaram e vêm mantendo desde 1940 e 1942 nas cidades de São João de Meriti e Duque de Caxias, na Baixada Fluminense – RJ. Entretanto, a delimitação temporal desta pesquisa vai de meados de 1930, com o governo de Getúlio Vargas e a Reforma Francisco Campos, em que se busca apresentar melhor a realidade política e educacional que antecedeu sua chegada, a princípio na cidade de Cabo Frio-RJ, em 1937, até o ano de 1956, com a formação da primeira turma do Curso Normal oferecido por um dos Colégios dirigidos pelas referidas Irmãs. São abordados temas como: os embates entre catolicismo e escolanovismo, conservadorismo e liberalismo, o privado e o público; a problemática da imigração convivendo com o fervor nacionalista; a realidade educacional da Baixada Fluminense, que ganha destaque principalmente através da imprensa duquecaxiense; a realidade dos atuais Colégios Santa Maria e Santo Antônio com nítidas diferenças entre os dois, através de documentação específica de ambas instituições educacionais, dentre outros. Mas principalmente busca-se perceber possíveis resquícios ou influências trazidas para a educação brasileira, através de suas Irmãs/Professoras, “forma(ta)das” na Alemanha, considerando o contexto brasileiro e as necessidades de adaptação ao mesmo. Para tanto, se lança mão principalmente dos necrológios das referidas Irmãs, na tentativa de gerar indícios sobre seu possível legado educacional aqui. A prevalência de elementos inerentes ao catolicismo, tais como o conceito de Missão, a prática de Catequizar, a existência das Cruzadas Eucarísticas e a distribuição de “Santinhos”, é óbvia na grande parte dos documentos. A experiência ímpar, no entanto, foi trazer à baila a história da educação das periferias, mesmo que através de duas instituições confessionais particulares e de uma Congregação católica alemã.

Palavras-chave: 1. Educação confessional Católica; 2. Irmãs Franciscanas de Dillingen; 3. São João de Meriti-RJ 4. Duque de Caxias-RJ.

ABSTRACT

This work incorporates the research of the program of Post-graduate in education of the Universidade Federal de Uberlândia/MG and proposes understand the context of coming of the Franciscan sisters of Dillingen, from Germany for the Brazil, even as the reality of the education and of the schools that they created and keeps since 1940 and 1942 in the cities of São João de Meriti and Duque de Caxias, in Baixada Fluminense-RJ. However, this research begins since 1930, with the govern of Getúlio Vargas and the Reform Francisco Campos, where search show better the reality of the politics and of the education that preceded its arrival, at first in the city of Cabo Frio- RJ, since 1937 till 1956, with the formation of the first class of the Normal curse, offered by one of the colleges controlled by the referred sisters. Are addressed subjects how: the conflicts between Catholicism and escolanovismo, conservatism and liberalism, private and public, the problem of immigration living with nationalistic fervor; the educational reality of the Lowlands, which gained prominence mainly through the press duquecaxiense, the reality of today's College of St. Mary and St. Anthony with marked differences between the two, through specific documentation of both educational institutions, among others. But mostly we try to find possible traces or influences brought to the Brazilian education, through its Sisters/Teachers, "form (ta) of" in Germany, considering the Brazilian context and needs to adapt to it. To this end, it makes use of mainly obituaries of the sisters, in an attempt to generate evidence about the potential educational legacy here. The prevalence of elements inherent to Catholicism, such as the concept of Mission, the practice of catechizing, the existence of the Crusades and the distribution of Eucharistic "Holy Cards" is obvious in many of the documents. A unique experience, however, was to bring up the history of education in the suburbs, even through two private religious institutions and a German Catholic Congregation.

Keywords: 1. Confessional Catholic Education 2. Franciscan Sisters of Dillingen 3. São João de Meriti-RJ 4. Duque de Caxias-RJ.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Cantando o Hino Nacional antes do início da aula. Jornal Folha da Cidade, 08 de Outubro de 1956, p.05.	127
Figura 02	Deslocamento do Colégio Santa Maria para a Paróquia São João Batista, em São João de Meriti, onde ocorreria a 1ª Comunhão - 1954.	275
Figura 03	Desfile de 7 de Setembro de 1946 - Alunas do Colégio Santa Maria, São João de Meriti-RJ.	278
Figura 04	1ª Comunhão dos Alunos do Colégio Santa Maria - Paróquia São João Batista em São João de Meriti-RJ - 1951.	281
Figura 05	Imagem feita em 06-06-2009 em São João de Meriti-RJ - Faixa pertencente a um ex-aluno do Colégio Santa Maria.	287
Figura 06	06-07-1956 Rosa Regina da Malta - Colégio Santa Maria - São João de Meriti-RJ.	288
Figura 07	Campanha Missionária - Colégio Santa Maria - Década de 1940.	292
Figura 08	Santinho - "Menino Jesus, modelo da juventude na oração, no estudo e no trabalho, ensinai-nos a viver como vós!"	299
Figura 09	Santinho - Lembrança de 1ª Comunhão do Liceu Santa Maria - Agosto de 1947.	300
Figura 10	Santinho - Trabalhar pelas Missões é ser apóstolo.	300
Figura 11	Santinho - "Oração pela Igreja, pelo Santo Padre e pela Pátria".	301
Figura 12	Santinho - Lembrança de 1ª Comunhão - 03-08-1947.	303

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Alemanha	16
Mapa 02	Dillingen na Alemanha	16
Mapa 03	Baixada Fluminense no Rio de Janeiro	102
Mapa 04	Cidades da Baixada Fluminense-RJ	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Movimento geral de entrada de passageiros, por nacionalidade no Estado do RIO DE JANEIRO.	77
Quadro 02	Imigrantes entrados no Brasil e no Estado do RIO DE JANEIRO em números absolutos e também em números relativos do Rio de Janeiro em relação ao Brasil.	78
Quadro 03	Movimento geral de entrada de passageiros, por nacionalidade e situação educacional no Brasil.	79
Quadro 04	Movimento Geral de entrada de passageiros por nacionalidade e religião no BRASIL.	88
Quadro 05	Número de estabelecimentos extraprimários em 1957 no Rio de Janeiro.	92
Quadro 06	Escolas Municipais fundadas na Baixada Fluminense entre 1921 e 1963.	94
Quadro 07	Número de MATRÍCULAS/ANO/CURSO nos Colégios Santa Maria e Santo Antônio na Baixada Fluminense.	95
Quadro 08	Migrações Internas em 01-09-1940 Rio de Janeiro (estado e capital).	97
Quadro 09	Estradas de Ferro e respectivas datas de instalação em alguns municípios da Baixada Fluminense.	100
Quadro 10	População de alguns municípios e respectivos distritos da Baixada Fluminense em 1950.	102
Quadro 11	População em números ABSOLUTOS, do Estado do Rio de Janeiro, de 1940/1950 e 1960, distribuída nas zonas Urbana e Rural.	128
Quadro 12	População de alguns Municípios da Baixada Fluminense distribuída nas zonas Urbana e Rural em 1950.	128
Quadro 13	Número de estabelecimentos que ministravam o ensino primário geral, segundo a subordinação administrativa.	142
Quadro 14	Ano/Área Total e Área Construída/Salas de Aula e Sanitários COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1944 a 1958.	170
Quadro 15	Propriedade/Condições de Utilização/Receita/Despesa/Valor dos Equipamentos COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1944 a 1953.	178
Quadro 16	Recebimento de Subvenção em Cruzeiros, por Ano e Instância COLÉGIO SANTO ANTÔNIO - 1944 a 1961.	179
Quadro 17	Despesas Diversas em Cruzeiros (CR\$) COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1944 a 1961.	180
Quadro 18	Funcionamento dos Cursos no COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1948-1961.	182
Quadro 19	Alunos(as) de outra Nacionalidade por Ano de Matrícula COLÉGIO SANTO ANTÔNIO - 1944 a 1961.	190
Quadro 20	Profissões dos pais COLÉGIO SANTA MARIA 1950.	192

Quadro 21	Alunos Bolsistas por Curso/Série/Ano no COLÉGIO SANTO ANTÔNIO.	194
Quadro 22	Caracterização Geral do COLÉGIO SANTO ANTÔNIO (1944 a 1961).	198
Quadro 23	Nº de Matrículas/Ano Geral (somando todos os cursos) no COLÉGIO SANTO ANTONIO.	200
Quadro 24	Matrículas de 1940 a 1963 Geral e Por Curso Oferecido no COLÉGIO SANTA MARIA.	201
Quadro 25	Cursos/Matrículas/Aprovações/Conclusões por sexo no COLÉGIO SANTO ANTÔNIO (1944-1961).	203
Quadro 26	Nº de Formandos por Curso no COLÉGIO SANTO ANTÔNIO - 1944 a 1956.	208
Quadro 27	Disciplinas ministradas no Curso Primário do COLÉGIO SANTO ANTÔNIO.	211
Quadro 28	Professores/Nacionalidade/Formação/Situação/Salário no COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1944 a 1961.	234
Quadro 29	Ano/Curso/Professor/Disciplina/Cargo/Observações no COLÉGIO SANTA MARIA 1940 a 1942.	238
Quadro 30	Instituições Intraescolares/Quantidades de Livros na Biblioteca/ Equipamentos/Museu/Laboratório COLÉGIO SANTO ANTÔNIO - 1944 a 1961.	249
Quadro 31	Números da 1ª Comunhão do Colégio Santa Maria (1940-1964).	272
Quadro 32	Nº de Formandos por Curso no Colégio Santo Antônio (1944-1956).	273

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Pequeno Histórico da Congregação.....	20
Campos de atuação das IFD no Brasil.....	32
Província Sul Sudeste.....	32
Fraternidades (Sul Sudeste).....	37
Província Norte Nordeste.....	41
Fraternidades (Norte Nordeste).....	43
CAPÍTULO I	
FRANCISCANAS DE DILLINGEN NO BRASIL:	46
Contextos e Vicissitudes	
Momentos que Antecederam sua Chegada.....	46
Católicos e Escolanovistas; Conservadores e Liberais; o Privado e o Público na Busca pelo Consenso.....	58
Momentos que Marcaram sua Fixação em Terras Brasileiras.....	64
A problemática da Imigração e do Nacionalismo.....	71
Compondo ainda mais o Contexto.....	84
A Título de Informação: alguns números da Educação na Baixada.....	91
A Baixada Fluminense: constituição e situação geral à época.....	96
CAPÍTULO II	
NA IMPRENSA ESCRITA:	105
Falta de professores(as) e outros problemas em Duque de Caxias e adjacências	
A Educação sob o olhar da Imprensa Escrita.....	111
As Instituições Privadas Ditam as Regras.....	115
A Difícil e Delicada Tarefa de Inspeccionar Escolas.....	118
As “Boas Intenções” do Ensino Técnico.....	121
Outros Problemas.....	123
“Politicagem” e Demanda por Normalistas na Educação Fluminense.....	131
CAPÍTULO III	
INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS	168
Sob a Direção das Irmãs Franciscanas de Dillingen na Baixada Fluminense	
Materialidade.....	169
Público Alvo.....	189
Estrutura Organizacional.....	196
Currículos / Disciplinas.....	209

CAPÍTULO IV	
GERANDO INDÍCIOS	216
Sobre o Legado das Franciscanas Alemãs para a Educação Brasileira	
Necrológicos.....	216
Corpo Docente.....	233
Equipamentos Pedagógicos.....	248
CAPÍTULO V	
MISSÃO, CATEQUIZAÇÃO, CRUZADAS e SANTINHOS:	262
A força de elementos do catolicismo na educação escolar das IFD	
A Idéia de Missão.....	262
Catequização.....	270
Cruzadas Eucarísticas.....	284
Santinhos.....	298
CONSIDERAÇÕES FINAIS	306
REFERÊNCIAS	312
Imprensa	318
Entrevistas	324
ANEXOS	
Imigrantes.....	325
Luzitanidade.....	334
Instituições Educacionais na Imprensa.....	345
Comunismo.....	378
Livros de Música.....	394
Biblioteca.....	400
Datas Cívicas.....	424
Cruzada Nacional da Educação.....	445
Cruzadas.....	449

INTRODUÇÃO

Quem nos dá serviço nos dá pão – Não queremos esmolar, mas trabalhar.¹

Esta tese é o resultado de uma modesta pesquisa de quem tentou trazer a público suas impressões a respeito de uma congregação católica alemã no sistema educacional brasileiro. Procurou-se apenas entender os fatos e relatá-los naquilo que os documentos reservaram sobre as primeiras décadas dos 75 anos² de uma “educação” que (pode-se afirmar) obteve êxito neste país.

Certamente que não foi um trabalho fácil, visto que começou a ser preparado apenas recentemente, no momento mesmo da feitura do projeto, há pouco mais de 4 anos. E pelo fato de não ter nenhuma ligação com pesquisas anteriores, desenvolvidas no decorrer da formação acadêmica da autora, exigiu sobremaneira neste “curto” espaço de tempo. Além do mais, sentiu-se uma “estranha no ninho” nas terras da Baixada Fluminense, principalmente por desconhecer os caminhos que literalmente a levariam aos possíveis lugares de pesquisa e aos sujeitos envolvidos, além das próprias instituições escolares em questão. A distância entre Uberlândia, Duque de Caxias e ou São João de Meriti, nas várias vezes em que necessitou percorrê-la, foi vencida como se vence uma peregrinação.

O contato com uma Irmã, cuja família vive em Uberlândia-MG (Ir. Maria Eleusa de Oliveira), somado à leitura de dois livros³, que contam a história das Irmãs Franciscanas de Dillingen⁴ (IFD) entre o ano de 1241 e 2007, despertou algumas questões iniciais: faltavam respostas convincentes que justificassem sua vinda da Alemanha para o Brasil e sobre sua atuação educativa neste país. Além disso, é inegável que a imagem que temos, enquanto leigos e brasileiros, tanto a respeito dos ideais franciscanos (de pobreza, desprendimento, dedicação integral ao outro, partilha), quanto a respeito de uma cultura alemã (de disciplina, sisudez, “frieza”, ordem, pontualidade e outros) sejam igualmente instigantes.

¹ WAGNER, Prof. Regens. (HAAS, 2000, p.135).

² As Irmãs Franciscanas de Dillingen chegaram aqui em 1937.

³ HAAS, 2000 e SENDRA, 2007.

⁴ Enquanto esclarecimento, Dillingen é um pequeno distrito alemão, situado no Danúbio, entre Ulm e Donauwörth.



Como de praxe, fez-se inicialmente um levantamento bibliográfico, em que foram encontrados diversos estudos e pesquisas relacionados com o(s) problema(s) que se pretendeu investigar. Entretanto, a maioria deles passa ao largo, por exemplo, da especificidade de uma ação “franciscana” na educação brasileira. Referem-se, de maneira geral, à atuação da Igreja Católica nas questões que envolvem o setor educacional do país nos seus diversos momentos políticos. Quanto às teses e dissertações, foram encontradas algumas, que apesar de já apontarem para um avanço (visto que seus objetos de pesquisa são mais bem delimitados em termos de objeto, tempo e espaço), estes ainda estão a “engatinhar” em relação aos franciscanos enquanto fortemente influenciadores no setor educacional.

Entretanto, ler Sangenis (2004, pp.93-107) chamou a atenção para os “Franciscanos na Educação Brasileira”. Na verdade, tal autor destaca os primórdios da atuação desta “Ordem” católica no setor; e assim, refere-se mais especificamente ao período colonial, bem como aos franciscanos originários especificamente de Portugal. De qualquer maneira, são importantes as questões que coloca sobre a “produção de silêncios”, inclusive pelos livros especializados de História e de Educação, sobre as atividades dos Franciscanos neste país.

É evidente que a escassez de estudos que façam referência a esta “Ordem” religiosa atuante na educação brasileira, não se restringe àqueles que tratam do Brasil colônia, nem tampouco aos Franciscanos originários de Portugal⁵. Da mesma maneira, ainda há a atuação de Congregações especificamente femininas, igualmente pouco estudadas. Assim, amplia-se ainda mais os campos de pesquisa sobre tal tema, praticamente intocado. Em relação aos franciscanos em geral, alguns questionamentos já foram feitos:

A história franciscana no Brasil é marginal em decorrência da ausência de embates políticos com o poder instituído? (...) é decorrência da própria identidade do projeto franciscano que optou conscientemente pelo silêncio evangélico de modo que ‘uma mão não saiba o bem que a outra fez’? (...) (SANGENIS, 2004, p.96).

Terão os franciscanos escrito a sua história na areia, como se costuma pensar? Haverá outras causas para o esquecimento que ofusca a ação educacional franciscana no Brasil? (SANGENIS, 2006, p.18).

O fato de ser ou não próprio das Franciscanas de Dillingen não ficar, por exemplo, a relatar seus feitos pelos “quatro cantos”, neste momento é o que menos interessa. Sangenis (2004, pp.93-107) chama a atenção para uma História da Educação brasileira, em que a maioria dos autores aponta para a ação educativa dos Jesuítas como a mais expressiva e, muitas vezes até como exclusiva. Assim, em muitos trabalhos, outras Ordens religiosas que muitas vezes foram protagonistas na cena educacional do Brasil acabam (como já dito) silenciadas, dentre elas a Franciscana. Tal autor lembra ainda, que foram eles e não os Jesuítas os primeiros missionários a chegarem ao Brasil. Inclusive a Primeira Missa aqui foi celebrada por um Frei (Henrique Soares de Coimbra). E que, se os franciscanos surgiram no século XIII, os jesuítas apareceram

⁵ É importante lembrar que a partir da segunda metade do século XIX, o Estado português rompe com a Igreja e com suas diversas Ordens e Irmandades.

apenas três séculos depois. Daí a defesa por uma proeminência, quem sabe, da atuação franciscana na especificidade educacional.

Mas o que importa é conhecer um pouco mais a nossa História da Educação, pois só o fato de a mesma possibilitar “*aos educadores um conhecimento do passado coletivo da profissão, que serve para formar a sua cultura profissional*” (CAMBI, 1999, p.13), já é justificativa suficiente. Deixar de conhecer as experiências das Irmãs Franciscanas de Dillingen, é o mesmo que ter diminuída a nossa memória, as nossas escolhas e quem sabe até as nossas possibilidades pedagógicas.

Mais especificamente pretendeu-se cruzar o contexto político brasileiro, entre 1937 e 1956, com os interesses e formas de exercício no setor educacional por parte dos diversos grupos existentes, inclusive a Igreja Católica; construir, através de uma historiografia não restrita à Educação, como se deu o processo de imigração alemã, por volta de 1937, sabendo que, no caso, as Irmãs de Dillingen não chegaram ao Brasil na mesma época em que os imigrantes europeus vieram em massa para cá (mais especificamente na virada do século XIX para o XX); estabelecer os reais motivos de sua vinda e o que as levou a fundar instituições de ensino neste país; apontar para supostos elementos do franciscanismo que possivelmente influenciaram na prática educativa das Irmãs de Dillingen; perceber a qual ou quais grupos sociais, econômicos e políticos o franciscanismo alemão, no caso, pode ter favorecido ou não, principalmente no período do Estado Novo, quando da chegada das referidas Irmãs aqui, dentre outros.

O recorte temporal proposto (1937-1956) inicia-se com o ano da chegada das IFD no Brasil e termina com o momento em que se formou a 1ª turma da Escola Normal, a qual funcionava num de seus colégios fundados na Baixada Fluminense; chama-se a atenção para o fato de que esta Escola Normal, numa das muitas periferias brasileiras, coincidentemente próxima da então capital da República, foi fundada mais de um século após a criação da 1ª Escola Normal do Brasil, em Niterói-RJ.

Quanto aos documentos nos arquivos das Secretarias dos Colégios Santo Antônio e Santa Maria, encontrou-se: fichas de alunos; livros de atas de reuniões; relatórios de inspetores de ensino e diretores; hemeroteca; fotos; plantas dos prédios; relatórios/balanços; regulamentos e regimentos internos; relatórios de inspeção; as disciplinas ministradas em cada ano e nas diversas séries e cursos oferecidos; correspondências, dentre outros. Na medida do possível, todos foram sistematizados, categorizados e alinhavados, considerando-se igualmente suas respectivas datas de

produção, aproximados e comparados, no intuito de se entender as perspectivas dos seus vários autores e atores.

Levantou-se leis e decretos feitos pelo governo brasileiro no período, assim como os documentos produzidos pela Igreja e pela Congregação Franciscana de Dillingen, bem como pelas “Províncias” desta mesma Congregação no Brasil, além de artigos de jornais publicados na Baixada Fluminense, principalmente em Duque de Caxias.

Igualmente, entrou-se em contato com algumas ex-alunas, colaboradoras deste trabalho, que cederam entrevistas semi-estruturadas, cujas respostas, ao serem categorizadas, acabaram por indicar semelhanças, proximidades, seja entre os(as) alunos(as), seja entre as próprias Irmãs Franciscanas, inclusive ex-professoras, que também se entrevistou⁶. De qualquer forma, seus depoimentos e lembranças serviram muito mais como direcionadores no processo da pesquisa, do que para confirmar ou refutar qualquer informação encontrada nos demais documentos.

Assim, procurou-se fazer uma análise da produção acadêmica sobre a História da Educação brasileira dentro do período proposto e, ao mesmo tempo, uma sistematização das fontes documentais, entre 1937 e 1956; o que se deu principalmente através do contato com as evidências encontradas nos arquivos dos Colégios. Com tais informações foi possível criar algumas séries de dados, indicativos de uma pesquisa parcialmente quantitativa. Entretanto, espera-se que o caráter qualitativo das análises tenha prevalecido ao longo de todo o trabalho, em que se considera igualmente o tipo e a quantidade das fontes encontradas em cada instituição educacional. Acredita-se ter assimilado, por exemplo, os possíveis motivos que fizeram com que as Irmãs Franciscanas de Dillingen chegassem a terras brasileiras em 1937, ou mesmo a possível justificativa de seu “investimento”⁷ na área educacional.

De qualquer maneira o embasamento teórico não se deu enquanto uma fase inicial do processo de pesquisa, mas concomitantemente a um retorno às fontes propriamente ditas. Na oportunidade, acredita-se que não se encadeou os fatos a partir do passado, linearmente, rumo ao presente, a partir apenas das fontes ditas “oficiais”. Quando se escreve que este trabalho caminhou em diferentes direções, se quer dizer que cada nova leitura, evidência, cada novo documento apontou para novos

⁶ Evidentemente apenas aquelas que lecionaram ou tiveram alguma participação efetiva nos Colégios dentro do período analisado.

⁷ Aqui não se quer dizer investimento no sentido apenas econômico, mas principalmente ideológico.

questionamentos, novos problemas, novos entendimentos sobre o passado. Daí haver uma tentativa constante por confrontar teoria e os vários tipos de fontes entre si.

Reitera-se a afirmação de que a teoria não deve se tornar uma “camisa de força” para o pesquisador, — argumento que foi proferido por grande parte dos professores e pesquisadores com os quais se teve contato, — imbuído por seus pressupostos, não se furtou de enxergar a realidade. Entretanto, é evidente que, de antemão, determinados autores e teorias chamam a atenção, certamente por representarem preocupações, questionamentos, períodos e/ou localidades próximas às que compõem esta pesquisa. E aí se foi como que a costurar curiosidades, ansiedades, perspectivas, conceitos, fontes e possibilidades aos caminhos percorridos e aos resultados dos trabalhos desenvolvidos por outros autores.

Considerou-se importante, ainda nesta Introdução ao trabalho, historiar a Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, no mínimo a título de informação, quando se chama a atenção para alguns momentos e episódios dos praticamente 08 (oito) séculos de sua existência. Assim, optou-se por uma divisão estrutural no texto, ao se referir, numa primeira parte, àquilo que vivenciaram fora do território brasileiro e o que experimentaram no Brasil, desde sua chegada aqui. É correto afirmar que as fontes de que se lançou mão para tal empreitada são recheadas de juízos de valor, extremamente laudatórias, reescritas e reelaboradas ao longo do tempo. Mais especificamente se utilizou os livros das Irmãs Haas (2000) e Sendra (2007). Assim, esboçou-se a seguir, como se estabeleceram historicamente enquanto Congregação, panorama considerado necessário para que se possa adentrar na especificidade da temática proposta.

Pequeno Histórico da Congregação⁸

A Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen – IFD, inicialmente chamadas de “mulheres piedosas de Dillingen” surgiu inicialmente enquanto Comunidade, ainda no período conhecido como medieval, mais especificamente no ano de 1241 (século XIII). Segundo Ir. Michaela, a fundação do “Mosteiro das Franciscanas

⁸ Alguns dados apontam para a relevância da obra dessa Congregação no país, o que é importante no sentido de se conhecer a “psique” bem como a sóciodinâmica das suas ações, demonstrando que aonde chegavam alteravam as relações comunitárias.

em Dillingen”, dentre outros mosteiros de outras congregações, foi favorecido e certificado por uma Carta, pelo Conde Hartmann, da Suábia, da família dos Hupaldinger. Carta de Fundação esta que foi destruída em um incêndio ocorrido no ano de 1438.

É importante ficar claro que as Irmãs de Dillingen não foram conventuais desde o início e nem sua instituição era considerada um monastério. Entre 1303 e 1307 o Bispo de Augsburg foi quem “aconselhou a Comunidade de Dillingen a agregar-se à Ordem dos Irmãos Menores” (HAAS, 2000, p.25), cuja regra fora aprovada em 1223, pelo então Papa Honório III. Uma vez agregadas a esta Ordem, elas deveriam aceitar a Regra da Ordem Terceira (fundada por São Francisco⁹), a qual havia sido aprovada em 1289 pelo primeiro Papa Franciscano, Nicolau IV.

Tanto as IFD quanto outras Congregações religiosas católicas, passaram por situações difíceis desde seu surgimento. Dentre elas, uma se destaca. Tratou-se do avanço do protestantismo, através de Martinho Lutero (1483-1536), visto que a nova doutrina conquistou adeptos, inclusive entre os monges, mas principalmente entre os senhores feudais que, tornados luteranos, pressionavam os diversos mosteiros, pregadores e a Igreja católica em geral.

Além dessa “provação”, a questão da clausura que se queria infligir às religiosas enquanto disciplina; a proibição da utilização de seu Mosteiro como hospedaria; a vida sob os três votos principais (pobreza, castidade e obediência) fazia parte das novas regras e estatutos que tiveram que ser aceitos, no caso, pelas IFD, pois do contrário não seria possível preservar seu Mosteiro (HAAS, 2000, p.52-55).

Outra situação aflitiva se deu em 1631, quando algumas Irmãs — com medo das crueldades praticadas pelos soldados do rei sueco Gustavo Adolfo, por ocasião da invasão da cidade alemã de Würzburg — resolveram fugir. Tratava-se da Guerra dos Trinta Anos. Exiladas, as Irmãs que saíram do Convento em Dillingen tiveram que esmolar para sobreviver e a obrigatoriedade da clausura das que se mantiveram lá também limitava seus meios de sobrevivência. “A guerra dos trinta anos (Schwedenkieg) não trouxe somente a fome, mas também doenças horríveis como a peste, da qual nossas irmãs não foram poupadas” (HAAS, 2000, p.59).

⁹ Francesco (Giovanni) Bernardone nasceu em Assis, em 1181 ou 1182 e morreu em 1226 em Porciúncula, ambas pequenas localidades italianas. Para saber mais sobre a vida e a obra de São Francisco de Assis, numa perspectiva historiográfica, ver: LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Trad. Marcos de Castro. 7ª ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2005.

As Irmãs subsistiram por meio de dotes ou de heranças que recebiam de seus pais, de doações e do próprio trabalho.

É interessante observar como a dedicação espiritual era recompensada pelo pão de cada dia como “sobremesa”.

No século XVI, a prática de se recomendar às orações das Irmãs Franciscanas de Dillingen mediante doações e de instituir Dias de Oração em grata memória de benfeitores, pais e irmãos se estabeleceu mais ainda. (HAAS, 2000, p.75-6).

Ou seja, ao que parece, as recompensas (doações) vinham a elas sem nenhum esforço além do normal em seu cotidiano, bastava que orassem. E se orar trazia “recompensas” ou retorno, é porque estariam no caminho mais acertado. Pelo menos os familiares dos ditos benfeitores, cujas memórias lhes eram recomendadas em oração, eram pessoas de posses e as doações não lhes fariam falta. Era assim que pensavam as Irmãs Franciscanas de Dillingen; o que faz lembrar a prática da venda de indulgências¹⁰ por alguns elementos da Igreja Católica, também na Idade Média. Prática esta bastante criticada pelos luteranos.

De qualquer maneira, contextos diferentes as levaram a desenvolver outras atividades que as mantivesse. A principal delas, educacional, primeiro em Dillingen, na Europa, depois nos Estados Unidos da América, visto que chegaram ao Brasil, na América Latina, oito séculos após terem se instituído como comunidade na Alemanha.

A este respeito, é sabido que, mais especificamente, em 1768 na Alemanha começou haver uma preocupação com a educação da juventude e a obrigatoriedade de frequência à escola a partir dos 7 anos de idade, bem como a criação de uma Escola Normal em Dillingen. Isso por parte do então Bispo-príncipe e senhor feudal da Diocese de Augsburgo, da qual Dillingen fazia parte. Cidade esta em que já existia, à época, uma universidade, visto que um de seus professores, sacerdote, foi convidado a assumir a direção da escola. Ao mesmo tempo foi solicitado que restaurasse a catequese e que se organizasse o ensino geral, já que a tenra juventude “*vagueava como num deserto sem caminho*”. Entretanto esta escola seria masculina, sendo que o ensino das meninas ficaria sob a responsabilidade do “*Grande Convento*”, cujas freiras que “*até agora eram*

¹⁰ Indulgência seria a eliminação total ou parcial das penas temporais do cristão, devidas a Deus pelos pecados cometidos, mas já perdoados pelo sacramento da Confissão, na vida terrena. A existência das indulgências é a consequência da crença católica de que o perdão obtido pela confissão não significa a eliminação das penas temporais, ou seja, do mal causado como consequência do pecado já perdoado, necessitando por isso de obter indulgências e praticar as boas obras, a fim de reparar o mal que teria sido cometido pelo pecado. Nesse sentido, comprar uma indulgência seria o mesmo que garantir, após a morte, um espaço no “céu” ou paraíso.

um peso para o Estado, poderiam tornar-se úteis e teriam a chance de servir ao bem comum” (HAAS, 2000, p.82).

A princípio, as então 25 Irmãs de Dillingen se assustaram com esta incumbência, preocupadas que estavam em conservar principalmente a disciplina claustral da Ordem; quando chegam inclusive a pedir dispensa do cumprimento desta nova atividade.

Contudo, o Bispo insistiu prevendo salvaguardar a Ordem, por ele tão estimada, da antipatia iluminista que pairava sob as Ordens nessa época. O iluminismo julgava as Ordens contemplativas improdutivas e exigia que elas possuísem um trabalho concreto em favor da sociedade. (HAAS, 2000, p.83).

Desta forma, quatro Irmãs assumiram a tarefa educacional, quando adaptaram 02 salas de aula em seu Convento. Com o passar do tempo e aumento da demanda, um novo prédio foi construído, o que permitiu ampliar o acesso à educação pelas meninas. Quanto à Escola Normal de Dillingen, esta foi fundada oficialmente em 19 de outubro de 1774. Lembra-se que no Brasil, a primeira Escola Normal foi fundada em 1835 em Niterói-RJ, ou seja, 61 anos depois (e certamente a 1ª Escola Normal fundada na Alemanha não foi a de Dillingen). Ainda quanto à assunção de uma Escola pelas IFD, tal atividade educacional à época,

[...] criou alguns conflitos no Convento. Algumas irmãs criticaram as co-irmãs da Escola, julgando-as pessoas inúteis à Comunidade, que atraíam o castigo de Deus sobre o convento com sua preguiça e relaxamento.

Mas o Visitador admoestou o convento, dizendo que a escola deve ser vista como coisa boa, porque possibilita formar pessoas boas e cristãs para Deus e o Estado e que não se deve dificultar o trabalho da Irmã professora, nem fazê-la desgostar de seu serviço (HAAS, 2000, p.85).

Os conflitos, como se vê, eram também internos, o que colabora para que se comece a desconstruir aquele ideal de convivência harmoniosa e pacífica, hipoteticamente existente por trás dos muros de qualquer Congregação religiosa. A “preguiça” e o “relaxamento” a que faziam referência possivelmente tinham a ver com o tipo de trabalho (mais intelectual e menos braçal) a que as Irmãs professoras deviam se entregar. Fica clara também a colaboração entre o poder temporal e o poder espiritual, na formação de “pessoas boas”, ou seja, necessariamente passivas, produtivas, obedientes.

Em Visitação¹¹ realizada em 1787, uma queixa das Irmãs professoras chama a atenção: a de que os pais não enviavam suas filhas à Escola; no que é recomendado às mesmas incentivarem mais os pais nesse sentido. (HAAS, 2000, p.87). Em 1797, em nova Visitação, um dos 11 conselhos e ou exortações do então Bispo Clemens Wenceslaus era que, diante de todas as dificuldades, aquelas Irmãs “*que Deus chamou para a atividade na Escola*” lembrassem que “*foi Deus que colocou em suas mãos a felicidade das crianças e o crescimento da religião católica*” (HAAS, 2000, p.88).

Um episódio curioso foi que, apesar de Dillingen ter sido ocupada pelo exército revolucionário de Napoleão Bonaparte, mais exatamente aos 16 dias de junho de 1800, o Mosteiro das IFD foi defendido contra a prática das pilhagens, pelo simples fato de as Irmãs terem enviado dois limões, com os quais se atendeu ao pedido de um general francês que, doente, desejava tomar o suco dessa fruta (HAAS, 2000, p.89). Logicamente que em suas narrativas, crônicas e históricos, as Irmãs deixam transparecer que se tratava de uma proteção de Deus.

De qualquer maneira, a partir de 1801, o Estado desapropriou “legalmente” bens e propriedades, os quais foram redistribuídos; também um pacto de paz foi feito entre as partes que guerreavam. Essa desapropriação também foi chamada de secularização; que segundo Ir. Michaela seria uma espécie de “*roubo legalizado*”, visto que o Estado tinha grande interesse em “*conseguir dinheiro às custas dos bens alheios*”. O Mosteiro de Dillingen não foi atingido pela secularização, no entanto, Napoleão o cedeu à Ordem dos Cavaleiros Teutônicos em 24 de março de 1803. Ordem esta que se expirou em 1805. (HAAS, 2000, p.91-92 e 95).

Em resumo, o Mosteiro e suas propriedades só não foram desapropriados e ou vendidos por causa da Escola a ele anexada. Tal proposta estaria contra os princípios do Estado da Baviera quanto à Educação. Buscava-se preservar a escola que se distinguia das outras pela sua “perfeição” e bem que fazia à cidade. (HAAS, 2000, p.94).

Depois disso, as Irmãs passaram a receber uma espécie de pensão que, segundo elas, mal dava para se alimentarem, já que em seu Mosteiro, sob a responsabilidade do Estado, as religiosas continuavam a atuar como professoras, e a manter gratuitamente a escola das meninas. Com o passar do tempo a situação dos mosteiros, femininos e masculinos, piorou, visto que a carestia de vida aumentava na mesma medida em que o número de religiosos diminuía; tanto que em 1824 restavam apenas 08 Irmãs

¹¹ Ocasão em que a Igreja enviava um representante para verificar o cumprimento das normas, regras e funcionamento do Convento, no caso.

Franciscanas de Dillingen (HAAS, 2000, p.100-101). Após inúmeras reclamações e solicitações por parte das mesmas, o então Rei da Baviera (Ludovico I) propunha algumas condições para restaurar o Convento, no sentido de o mesmo servir à causa da Educação, condições estas inviabilizadas, entre outros, devido a falta de financiamento. Em 1826, nova carta foi enviada pelas Irmãs ao referido Rei, enquanto expressão da proximidade da extinção do Convento e seus serviços “na formação ético-religiosa das moças, que visava em especial, a formação de uma nova geração de boas domésticas, mães piedosas e esposas virtuosas” (HAAS, 2000, p.103).

As religiosas deixavam claro seu desejo de futuramente desobrigar o Estado de seus encargos com a Educação, desde que lhes fosse permitido receber e administrar donativos. De maneira alguma cogitavam cobrar mensalidades na Escola, mas tinham esperanças de que moças abastadas se consagrassem religiosas, e se dedicassem ao ensino e à educação, o que evidenciava a questão dos necessários dotes trazidos à Congregação pelas mesmas. Finalmente, na carta de restauração escrita em 1827, pelo Rei Ludovico da Baviera, constava: “[...] o Mosteiro das Franciscanas de Dillingen, para fins de Ensino da juventude feminina nas matérias elementares e industriais, seja restaurado” (HAAS, 2000, p.105).

Por outro lado, o direito de propriedade do prédio onde funcionaria o Convento e a Escola continuaria pertencente ao Estado, por mais que a utilização dos mesmos pelas Irmãs fosse gratuita e permanente. Entre outros, constava o seguinte na referida carta:

VI. Além da Escola para meninas, mantida desde 1774 pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen, talvez será possível abrir neste Mosteiro um Educandário para filhas da cidade e redondezas; este deve, porém, por falta de fundos para alunas gratuitas, acolher somente meninas cujos pais podem pagar (HAAS, 2000, p.106).

Ou seja, apenas poderiam tornar-se professoras, as noviças e que tivessem posses. O noviciado estava obrigatoriamente atrelado à docência. Mas aconteceu que justamente as duas primeiras candidatas ao noviciado depois da Restauração eram pobres. As mesmas conseguiram permissão para entrar no Convento, após prestarem um exame onde lhes era exigido:

- Conhecimento perfeito e aptidão em todas as matérias a serem ensinadas;
- Boa caligrafia e correta ortografia;
- Habilidade em trabalhos manuais, como costura, tricô, bordado, etc.;

- Boa linguagem oral;
- Aptidão para a correta redação de recibos, cartas e relatórios;
- Habilidade de métodos de ensino, para que as crianças possam aprender com facilidade. (HAAS, 2000, p.107).

Mas onde e como teriam se habilitado nesses métodos de ensino? Por ventura se trataria de um talento ou aptidão natural? Enfim, as duas candidatas foram admitidas no Convento em 1828, e não poderiam, de qualquer maneira, exercer imediatamente o magistério, sendo simples auxiliares no ensino. Um inspetor escolar deveria visitá-las, no sentido de verificar seu progresso prático ao longo de um ano, ao fim do qual prestariam novo exame, que aí sim comprovaria ou não sua habilidade para o exercício docente. (HAAS, 2000, p.108). Como se vê, tornar-se professor nas atuais primeiras séries do ensino fundamental não era tão simples em alguns dos reinos em que, à época, se dividia Áustria e Prússia na primeira metade do século XIX, cuja unificação (em Alemanha), promovida por Bismarck, só se deu em fins do XIX. Por volta de 1829, o Mosteiro das IFD deixava de ser voltado a uma vida somente contemplativa, em que as religiosas procuravam tornar-se “úteis ao próximo e ao Estado através da educação e formação da juventude feminina” (HAAS, 2000, p.109).

O desinteresse pela causa educacional não era (é) uma particularidade apenas do Brasil. Havia dois anos que duas religiosas lecionavam sem receber qualquer pagamento em Dillingen, na Alemanha entre 1830 e 1832; mesmo ano em que foi escrito ao Rei,

[...] em tom forte, que as Irmãs professoras receberiam como empregadas numa família uma remuneração maior do que a que estavam recebendo na Escola e que, faltando dinheiro, o desejo de Sua Majestade de ter um Educandário em Dillingen para suas filhas e as das redondezas iria desfazer-se como num sonho... e que o Instituto, há pouco restaurado, estava novamente prestes a desaparecer (HAAS, 2000, p.111).

Como se vê, elas possuíam poder argumentativo diante da presumível falta de opções em termos educacionais. Em 1839, como resultado de uma Visita, o então Bispo Carlo Augusto, decretou um artigo em especial, dirigido às Irmãs que atuavam na Escola, em que estas não deviam negligenciar o “exercício das virtudes e a observância da disciplina conventual, visto que destas dependia o bom trabalho na Escola”. Também as lembrou que eram “sujeitas à obediência à Superiora no uso e na aquisição do material escolar” (HAAS, 2000, pp.118-119). Ora, se a hierarquia deveria ser respeitada em termos de obediência, ao que se depreendeu, na perspectiva da Igreja Católica, o

sucesso educacional estava atrelado à visão que pais e alunos tinham das Irmãs, enquanto exemplo ético, moral, disciplinar, de aquiescência e brandura. Inclusive, na busca por esta necessária brandura, Ir. Theresia (Superiora em 1875) escreve:

Sei [...] que há de vez em quando uma professora agitada e quente que vai além dos limites e castiga corporalmente as crianças a ela confiadas como se estivesse num presídio. Vivemos num tempo que não permite tal coisa por parte de uma religiosa. A religiosa deve demonstrar na Escola mansidão e amor, deve adquirir a atitude da paciência no mais alto grau, deve ser rigorosa consigo mesma, mas mansa e humilde para com as crianças; pois assim seu serviço será para o louvor de Deus e para o bem das crianças a elas confiadas. [...] Se as crianças percebem que a professora possui um amor puro a Deus e nele age, elas também farão as coisas por amor, o que antes não se conseguiu com rigor. [...] O bom Deus irá abençoar uma palavra séria, um olhar sério dado por amor, visto que produz frutos melhores do que o maior castigo¹² (HAAS, 2000, p.175).

Em parecer expedido pelo governo da Suábia, solicitado pelo da Francônia, em 1853, dizia que “realmente, religiosas em geral são eficientes na Escola, mas as Franciscanas superam as outras. Pois elas, com muitas candidatas, admitem somente as melhores e assim têm boas professoras, cuja atuação consiste numa grande bênção”. (HAAS, 2000, p.115). O que quer dizer que passou a haver demanda suficiente para uma seleção ao noviciado que, como já se observou, estava atrelado à docência. A concorrência demonstraria uma superação em relação à situação anterior, de falta de candidatas à vida religiosa. Consequentemente os dotes aumentaram

Foi então que teve início a abertura de casas filiais (dúzias delas), a partir de 1843. Foi também com Theresia Haselmayr, Superiora (desde 1836), que as IFD assumiram o ensino de meninas “surdas-mudas”, em 1847, no seu Instituto Feminino de Ensino e Educação das Franciscanas de Dillingen. A princípio atenderia apenas a meninas que pudessem arcar com as despesas como pensionistas internas; depois, devido à pequena demanda e à “pobreza dos pais que, nem a taxa mínima da pensão podiam pagar”, foi encaminhado ao Rei um pedido de bolsas de estudo para as alunas necessitadas. Inclusive as IFD sugeriram renunciar à sua remuneração enquanto professoras para que as alunas surdas-mudas pobres recebessem ajuda do Estado. (HAAS, 2000, p.129-130). Essa escola especial, ao que tudo indica, foi a “menina dos olhos” da Congregação das IFD durante muito tempo. Inclusive, por problemas de espaço, adquiriram uma propriedade para melhor abrigar as internas.

¹² O trecho foi escrito em 15 de março de 1875 por M. Theresia Haselmayr, à época Superiora das Irmãs Franciscanas de Dillingen.

Crianças com outros tipos de deficiência ou necessidades [deficientes mentais (kretinen), epiléticos, “aleijados”] buscaram ajuda das IFD através de seus pais. Para não prejudicar o trabalho com as outras crianças e mesmo com as surdas-mudas, adquiriu-se outra propriedade. Estas

[...] foram divididas em três grupos: as que necessitavam de assistência permanente, as que podiam prestar pequenos serviços, e as que podiam receber ensinamentos. Este sistema de trabalho tornou-se modelo para outras instituições (HAAS, 2000, p.134).

Pelo que se observa, o debate em torno da temática da inclusão estava longe de ocorrer. Mas de qualquer forma, as IFD buscavam se reciclar ou se aperfeiçoar nessa educação especial em vários institutos como os de Augsburgo, Munique, Würzburg e Zürich. Regens Wagner, então diretor da referida Fundação, também lhes ministrava palestras semanais, o que dava ânimo às Irmãs,

[...] para que não somente clareassem as cabeças de suas alunas, mas que também aquecessem seus corações no amor de Deus e ao próximo. Dizia-lhes também que não deviam ser somente professoras, mas educadoras, pois como não se dava remédio com uma concha, assim seu ensino não devia ser cheio demais de doces palavras, deviam agir com tato e inteligência (HAAS, 2000, p.135).

O que se depreende certa firmeza e demonstração de segurança por parte das Irmãs, princípios estes aos quais deviam se adequar se quisessem obter sucesso na sua empreitada docente.

Em 1837 as IFD instalaram também uma creche (Kinderbewahranstalt). (HAAS, 2000, pp.116-118). Informa-se que a primeira creche no Brasil foi criada no Rio de Janeiro em 1899.

É perceptível nos escritos de Ir. Michaela, que havia certa confusão entre aquilo que o Bispo pastoral decretava ou sugeria após suas visitas ao Mosteiro e à Escola das IFD e aquilo que a Inspeção Escolar e o Magistrado de Dillingen consideravam que era de sua competência e não da Igreja. O que é demonstrativo dos interesses e espaços disputados entre a Igreja e o Estado desde então. E como o Estado era financiador da educação, nada mais justo que reivindicasse e impusesse suas próprias regras. Isso fora as inquietações que as diversas regras e normas a serem cumpridas causavam às próprias Irmãs professoras. O Bispo recomendava, por exemplo, que elas trabalhassem

numa sala comum nos momentos de preparação das aulas, o que afligia sobremaneira determinadas Irmãs. (HAAS, 2000, p.119).

Para além do desenvolvimento das casas filiais a partir de 1849, neste mesmo ano as IFD abriram em Dillingen um Liceu para alunas externas, “filhas das famílias mais abastadas da cidade” (HAAS, 2000, p.126), o que também colaboraria para o seu sustento.

Sua história no setor educacional é, segundo elas próprias, amalgamada de seu espírito “missionário”, visto que eram convidadas a abrir escolas em cidades cujos Conselheiros, muitos deles contrários ao ensino ministrado por religiosas, as tornava ainda mais perseverantes. Entretanto, como fica claro nas palavras de Ir. Michaela, apenas as Franciscanas é que trabalhavam de “graça”, ao cobrir um espaço deixado pelo Estado, que por sua vez não conseguia operários que fossem tão dedicados quanto. (HAAS, 2000, p.134). Não conseguia porque não os remunerava de maneira justa e certamente porque nem todos poderiam (ou podem ser) desprendidos o suficiente para se dedicar ao outro sem esperar algum tipo de retorno, e ainda se deve considerar a necessidade de subsistência. Não fica claro, porém, se esta maneira como a Irmã Michaela percebia as coisas, era semelhante à das Irmãs que viviam naquele contexto do início do XIX.

As solicitações eram muitas, e partiam tanto da própria Igreja católica, como também do governo e sob várias justificativas. Por exemplo, em 1855, o governo de um lugarejo ou aldeia chamada Altenberg, no distrito de Lauingen, ao solicitar “Irmãs professoras para o ensino e a educação das meninas, para darem aulas de Trabalhos Manuais e cuidarem dos pequeninos na Creche”, escrevia que se tratava de um “lugarejo onde a realidade moral e econômica era de baixo nível, superpovoado e com muitas crianças ilegítimas”. (HAAS, 2000, p.161). E isso não queria dizer que outras Congregações já não tivessem sido solicitadas anteriormente, ou mesmo que o governo se encarregaria de fornecer a estrutura necessária para desenvolverem seus trabalhos educacionais. Inclusive, tais solicitações eram geralmente negadas pelas demais Congregações, devido às condições impostas pelos governos.

Outro exemplo se deu em 1883, quando se quis fundar em Gundelfingen, uma “Casa para crianças de famílias empobrecidas”, numa colaboração entre a prefeitura, um Padre e as Irmãs Franciscanas de Dillingen. No que estas últimas foram sondadas nas suas possibilidades em prol do projeto, responderam que poderiam oferecer pessoal para o ensino e a educação, mas não dinheiro (HAAS, 2000, p.182).

De qualquer forma, em contextos semelhantes, alguns mais outros menos austeros, após fundarem filiais, hospitais, conventos, mosteiros, orfanatos, creches e ou escolas em algumas regiões da Alemanha — Zell; Offingen; Lauterhofen; Michelfeld; Lautrach; Burgkunstadt; Hochaltingen; Weiler; Weissenhorn; Hohenwart; Oggelsbeuren; Bonlanden; Heiligenbronn; Pretzfeld; Au-Am-Inn; Bamberg; Kürnach; Lohr; Neustadt Am Main; Volkkach Am Main e outros lugares da Francônia tais como: Höchstädt na der Aisch; Allersberg; Dettelbach; Untereisenheim; Wipfeld; Unterdürrbach e Rimpf e também da Suábia, como: Obenhausen; Altenberg; Lauingen; Burgau; Gundelfingen; Oettingen; Roggenburg; Heideck; Kirchheim; Kemmern; Grosskötz — as IFD foram solicitadas para prestar serviços em outros países, seja para atuarem na área social, seja educacional.

No ano de 1867 a Superiora Madre Theresia percebe uma prática comum, prejudicial nas então “Escolas de Trabalhos Manuais”, voltadas para o público feminino. O fato é que as Irmãs faziam os trabalhos que deveriam ser feitos pelas crianças: cortavam e alinhavam, acertavam o tricô das meias, pegavam as malhas. Dessa forma, segundo a Superiora, não tinha como a criança aprender. O mais correto seria a professora lhes mostrar a “técnica e deixar a criança pensar e fazer”.

É questão de consciência, e a professora deve prestar conta a Deus quando a criança não aprendeu direito como fazer uma meia ou consertá-la, tendo freqüentado durante anos a Escola de Trabalho. Isso vale também para os trabalhos de costura. Quantas vezes se escuta: ‘Eu devo mandar a menina à costureira, porque na Escola não aprende’. E a culpa está na Escola de Dillingen¹³ (HAAS, 2000, pp.173-174).

Em 1913 foram para os Estados Unidos, um dos motivos a iminência da 1ª Guerra Mundial. O convite que partiu de um beneditino era para que prestassem serviços na cozinha e refeitório de uma universidade em Collegeville, Minnesota. Com a Guerra declarada, “como qualquer estrangeiro a serviço nos Estados Unidos, elas foram fotografadas, registradas, questionadas, observadas”. Situação que piorou em 1917, quando submarinos alemães afundam navios mercantes norte-americanos. (SENDRA, 2007, pp. 60-61).

Seu trabalho inicial nos Estados Unidos se resumia aos trabalhos domésticos em Seminários e Abadias. Somente em 1929 é que puderam iniciar neste país suas

¹³ O trecho foi escrito em 19 de abril de 1870 por M. Theresia Haselmayer, à época Superiora das Irmãs Franciscanas de Dillingen.

atividades no setor educativo, através de proposta que receberam de um padre, para se instalarem em Hankinson, Dakota, local em que havia muitos descendentes de alemães e uma maioria de católicos. A partir dali se espalharam pelos Estados Unidos também com hospitais, seminários e escolas. (SENDRA, 2007, p.62)

São um tanto confusas as informações encontradas em uma crônica sobre o número de Irmãs, bem como os campos em que atuavam. Mas ao que tudo indica, em 1950 eram 1923 religiosas na Alemanha e ao todo, espalhadas por outros países eram em número de 2127. Quanto aos campos de trabalho, estes dizem respeito ao ano de 1925.

Na Alemanha existiam em 1950, além da casa-mãe em Dillingen, 178 Casas filiais com 1923 Religiosas.

A família franciscana toda contava, portanto, em 1950: a casa-mãe e 198 casas filiais, com 2127 Religiosas.

Interessante é o quadro dos campos de trabalho, em que as nossas irmãs desempenham a sua missão abençoada. Os dados apresentados foram recolhidos no ano de 1925. São os seguintes:

6	Institutos com Curso secundário e superior para moças	45	Escolas primárias (em 45 lugares diferentes).
7	Escolas domesticas	100	Escolas de trab. man. (em 100 lug. diferen.).
10	Hospitais.	10	Asilos de órfãos.
7	Seminários para estudantes de teologia e alunos.	85	Jardins de infância.
1	Asilo para aleijados	7	Institutos missionários.
4	Casas de repouso.	4	Pensões para moças
		73	Postos de assistencia ambulante aos enfermos. ¹⁴

Mais recentemente, a partir da década de 1960, a formação de algumas franciscanas indianas que foram para a Alemanha, abre as portas para a atuação desta Congregação também na Índia (SENDRA, 2007, p.176-185). As Franciscanas de Dillingen também tinham um Colégio na Espanha (Saldanha), mas devido à sua idade avançada e às dificuldades para manter a Escola, a mesma foi fechada e algumas voltaram para a Alemanha. Também tiveram uma casa em que desenvolviam trabalhos sociais na Albânia, que foi suprimida por falta de Irmãs. Atualmente têm uma casa em Zurique, na Suíça, mas para descanso das Irmãs alemãs.

¹⁴ *Nossa História* – Resumo da História do Convento e da Comunidade das Franciscanas de Dillingen (1241-1950). Extraído das publicações em alemão de Madre Lioba Schreyer, O.S.F., Madre Inocência Mussak, O.S.F., Vitor Mezger e das “Cartas de Família” (Familienbriefe), 1950, pp.30-31.

Campos de atuação das IFD no Brasil

Sabe-se que o exercício das Irmãs Franciscanas de Dillingen no Brasil, não se resume ao setor educacional. Além de serviços educacionais, elas ainda atuam sócio-educativamente (creches, centros comunitários e de apoio sócio-educativo) e socialmente (asilos, abrigos, saúde, habitação, trabalho e renda).

Na tentativa de delinear um panorama acerca das missões e ações das IFD no Brasil, para além, é claro, da Educação promovida pelos dois Colégios da Baixada Fluminense, cuja história será melhor detalhada nos capítulos da Tese, se lançou mão do livro escrito por Ir. Sueli (SENDRA, 2007), cujas informações são as mais recentes. Entende-se que seja importante esta vista ou paisagem, por possibilitar ao leitor um melhor aproveitamento do texto e um tecer de suas próprias considerações.

Atualmente, no Brasil as IFD são em número de 132 (cento e trinta e duas) aproximadamente. Estão divididas em duas Províncias, a *Maria Medianeira das Graças*, sediada na cidade de Areia, na Paraíba e a Província *Franciscana da Divina Providência*, sediada na cidade de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro; também conhecidas respectivamente por Província do Norte Nordeste e Província do Sul Sudeste. O panorama que por ora se representa não tem uma sequência cronológica linear, visto que muitas atividades surgiram e ou foram suprimidas em períodos próximos em mais de um lugar ao mesmo tempo.

Província Sul Sudeste

Em 1962, na cidade de Urubici, SC, o *Colégio Santa Clara* teve início com 82 (oitenta e duas) crianças e 18 alunas para a Escola Doméstica. Ao que tudo indica tal Escola ou curso, doméstico, tinha a duração de apenas um ano, pois esta primeira turma se formava já em dezembro de 1962. Parece que se tratava de um curso de etiqueta, postura, arte culinária, enfim, prendas domésticas como o próprio nome indica. Como o número de alunos para esta Escola Doméstica não foi expressivo, — 1965 teve apenas 05 (cinco) formandas — foi pensada a possibilidade de abrir um Curso Normal, embora

o interesse maior da população fosse por formação profissional na área agrícola. A aula inaugural do Curso Normal foi no dia 1º de março de 1966, com 30 (trinta) normalistas, matriculadas no Colégio Santa Clara.

Em 1971 o *Colégio Santa Clara* estendeu o ensino para o ciclo de 5ª a 8ª série (hoje, 6º ao 9º ano). Em 1972 fundou o Curso Supletivo e em 1973 foi implantado o 2º Grau, atual Ensino Médio. Depois foi aberto o Curso Técnico em Contabilidade, cuja primeira turma se formou em 1980; ano este em que o Curso Normal não funcionou devido a pouca procura. Desde os anos 1980 o número de alunos diminuía assim como a situação financeira ficava cada vez mais difícil. Após várias mudanças, inclusive na direção do *Colégio Santa Clara* e após o mesmo quase ser fechado, ainda se luta para mantê-lo em funcionamento. Na verdade, a maioria das famílias que moram nos arredores do colégio é composta de colonos, cujos filhos são necessários nas lavouras; daí os pais não se importarem com sua evasão das escolas. Além do mais, Urubici, SC possui um bom Colégio Estadual, apesar de ser uma cidade pequena. Segundo Sendra, a insistência em manter o colégio parte da própria comunidade.

As IFD assumiram um hospital na cidade de Presidente Getúlio, em Santa Catarina no ano de 1952, onde ficaram até 1954. Depois assumiram em junho de 1955 o *Hospital São José*, pertencente à Diocese de Lajes, no *Centro Franciscano São José*, em Urubici, SC; hospital este que administram até hoje. Ali os pacientes recebem os primeiros socorros e, em caso de necessidade, são encaminhados para Lajes ou Florianópolis. No hospital funcionam bem as áreas de Radiologia, Ultrassom, Endoscopia e Anestesia. Além disso, é muito bem equipado para a Fisioterapia, especialmente a voltada para os idosos.

É inacreditável, mas foi apenas em 1968 que chegou luz elétrica em Urubici-SC. O que leva a entender como deve ter sido o trabalho das IFD, no caso, durante vários anos, desde sua chegada ali, tanto no hospital quanto no colégio. Também é importante ficar claro que, além de tais instituições de saúde e educação criadas e ou dirigidas pelas Irmãs, estas ainda dedicavam-se às atividades ligadas à Igreja, tais como catequese, formação de lideranças, grupos e pastorais, dentre outros.

Em 1968 as IFD receberam em doação uma propriedade em Nova Friburgo, RJ, na verdade um sítio, que pertencia à senhora Selma Gaiser, viúva do Sr. Hans Gaiser. Tal sítio foi transformado pelas IFD no *Lar de Crianças Hans e Selma Gaiser* onde cerca de 25 a 30 (vinte e cinco a trinta) crianças foram assistidas ao longo 30 (trinta) anos, em que as Irmãs se responsabilizaram por levá-las às escolas e buscá-las de volta

ao sítio São João, onde desenvolviam suas habilidades artísticas e domésticas. Daí ter ficado conhecido também como *Centro Franciscano São João*.

Tal sítio funcionava também para a realização de reuniões de religiosos e encontros pastorais, bem como para atividades e festejos de grupos alemães. A ajuda financeira oferecida era revertida em favor dos menores ali residentes. Também chamada de Casa de Férias das Irmãs, contava com a ajuda financeira da Província e de benfeitores alemães, americanos e brasileiros para se manter.

Desde o início de suas atividades no Sítio, as irmãs procuravam manter um contato com os vizinhos e com o pessoal das comunidades alemãs, através de momentos de oração e lazer.

Era uma alegria encontrar-se, conversar em alemão, participar da missa na língua materna, comer guloseimas da terra e recrear neste ambiente saudável e prazeroso. [...] O ecumenismo era vivo, e não havia problema de discriminação quanto à expressão de fé. Este foi, sem dúvida, um espaço de encontro de colônias alemãs presentes em Nova Friburgo (SENDRA, 2007, p.134).

No que tange a esse ecumenismo, não há respostas sobre a posição da Igreja Católica, no caso, a seu respeito, visto que as Irmãs Franciscanas de Dillingen assumiam participação em algumas dessas atividades.

Em 1992 foi iniciado um processo de recondução de algumas crianças (meninas de 5 a 12 anos) às suas famílias ou responsáveis, e mesmo assim passariam boa parte de seu tempo fora do horário escolar, no sítio. Em 1993 foi implantado o Jardim de Infância, com 23 (vinte e três) crianças entre 03 e 05 (três e cinco) anos de idade. Após 05 (cinco) anos de funcionamento, verificou-se que não se atendia mais apenas a crianças carentes, o que era seu principal objetivo. Nesse sentido, ficou resolvido que seriam retomadas as atividades do Lar de Crianças Hans e Selma Gaiser, desta vez com meninos e meninas, em regime de semi-internato, os quais receberiam boa alimentação, reforço escolar, lazer e outras atividades; o que teve início em fevereiro de 1998. Em 2003, por várias razões, dentre elas as despesas com o sustento do Sítio, ficou decidido outro rumo para o Lar, já que este havia cumprido sua missão estabelecida no testamento¹⁵ de Dona Selma Gaiser.

Há também a *Unidade Rosa Rasuk*, extensão do Colégio Santa Maria, em São João de Meriti, RJ, que desde 2001 atende gratuitamente por volta de 300 (trezentas) crianças carentes. Ali as crianças são alfabetizadas e cursam do 1º ao 5º ano do Ensino

¹⁵ Assistir a crianças carentes durante 30 (trinta) anos.

Fundamental. E o *Centro Franciscano Santa Luzia*, extensão do Colégio Santo Antonio desde 2006, em Duque de Caxias, RJ. A antiga *Escola Santa Luzia*, fica na Comunidade Vila Nova, antigo Lixão da cidade, onde atualmente são atendidas gratuitamente crianças entre 04 e 06 (quatro e seis) anos de idade. Seu objetivo é prepará-las para que possam acompanhar o ensino da rede pública sem dificuldades e suprir sua carência alimentar.

Em São João de Meriti, RJ existe também sob a direção das IFD a *Casa São Francisco*, um asilo, onde vivem por volta de 70 (setenta) idosos, ou recolhidos das ruas ou deixados à porta da Casa. O mesmo existe desde 1973, fundado pelos Vicentinos, e não há informações sobre a partir de quando exatamente as IFD passaram a fazer parte da equipe que toma conta daquele espaço.

Na Comunidade Maria Mãe do Libertador, onde está localizada a Casa Santa Elisabeth¹⁶ também existe o *Projeto “Aprender e Crescer”*, nascido em 1999, que colabora com a alfabetização e alimentação de uma média de 50 (cinquenta) crianças entre 02 e 05 (dois e cinco) anos de idade, numa casa que fica junto da Capela Maria Mãe do Libertador.

A *Creche Menino Jesus*, em Duque de Caxias, RJ foi fundada em junho de 1985, na Favela da Prainha, localizada ao longo da Linha Vermelha. Acolhe a 180 (cento e oitenta) crianças, em horário integral, a partir de 03 (três) meses de idade (berçário) até os 06 (seis) anos, quando já saem preparadas para serem alfabetizadas. São também ministradas aulas de dança e capoeira para as crianças. Estas são atendidas por pediatras e suas mães por clínicos gerais, ginecologistas e dermatologistas. Ainda acontecem neste espaço atividades pastorais diversas, tais como: Círculos Bíblicos, Celebrações Litúrgicas e outros encontros. A Creche ainda oferece cursos de informática para a comunidade local e cursos de alfabetização de adultos.

O *Centro de Apoio Sócio Educativo “Fonte de Luz”*, também em Duque de Caxias, RJ foi fundado em novembro de 2003. Surgido de um apelo da comunidade por uma Biblioteca local, após algumas conversas e em parceria com a Prefeitura, as IFD construíram o prédio para o projeto. Este desenvolve diversas atividades tais como: informática, Capoeira, Balé, Flauta e Bordado; algumas em parceria com a Prefeitura. A biblioteca possui um acervo de 4.100 (quatro mil e cem) livros, por onde passam

¹⁶ Casa de formação das IFD.

diariamente uma média de 150 (cento e cinquenta) pessoas. O principal objetivo do Projeto é ocupar crianças, jovens e a comunidade em geral.

A **Comunidade Eclesial Santa Clara**, em Duque de Caxias, é acompanhada indiretamente através de ajuda financeira pela Província Franciscana da Divina Providência, que construiu um salão e dois banheiros numa área extremamente carente de tudo, inclusive de higiene, onde os moradores vivem da reciclagem do lixo. Neste salão são feitas reuniões da Associação de Moradores, bem como celebrações, catequese e alfabetização de adultos.

O **Centro Comunitário Dom Bosco**, mais conhecido como CECOM, em Belford Roxo, RJ trabalha com o menor carente. Teve início em 1989, com o nome de Sítio Dom Bosco. Iniciou seus trabalhos com a acolhida de meninos e meninas de rua, que recebiam alimentação, escola, oficinas de trabalho, médicos, remédio, tratamento dentário e outros. Depois seu objetivo passou a ser a prevenção, com crianças, adolescentes e adultos, através de contato pessoal, grupal, palestras, recreações, oficinas de trabalho, reforço escolar, formação humana e religiosa, melhoria da auto-estima e da qualidade de vida. Ao todo são cerca de 150 (cento e cinquenta) crianças, 100 (cem) adolescentes e alguns jovens e adultos, com 93 (noventa e três) famílias em situação de risco beneficiadas com este Projeto. São oferecidas gratuitamente diversas atividades: Informática, Dança Folclórica, Dança de Rua; Educação Musical (teclado, violão e flauta) Esportes; Capoeira, Cursos de Manicure, Cabeleireiro e outros. Além das oficinas recebem ainda hoje 03 (três) refeições, materiais escolares, atendimento psicológico e assistência odontológica.

Em Belford Roxo, RJ ainda existe o **Recanto Paz e Bem**, que apesar de ter começado a ser construído em 1997 só foi inaugurado, com a acolhida dos primeiros idosos em maio de 2000; de preferência aqueles totalmente abandonados pela família e pela sociedade. Atualmente são atendidos cerca de 80 (oitenta) idosos. Além do trabalho das IFD o Recanto dispõe de assistente social, enfermeiras(os), funcionários(as) de serviços gerais, cozinheiras, lavadeiras e jardineiro. Ali os idosos recebem 06 (seis) refeições ao dia, assistência médica, atividades terapêuticas e ocupacionais, participam de recreações, festas e reuniões e ainda podem, se quiserem, participar de grupos de oração.

Em março de 2005 foi fundado o **Centro Missionário Franciscano Bom Jesus do Araguaia**, em São Félix do Araguaia, MT. Trata-se da missão mais recentemente iniciada pela Província sediada em Duque de Caxias, a pedido de Dom Pedro

Casaldáliga (Bispo emérito de São Felix do Araguaia). Durante 01 (um) ano as IFD fizeram um trabalho de observação e conhecimento da área. E ali já ajudam nas Liturgias, na Catequese, na Formação de Lideranças, na orientação da Associação de Moradores, na Associação de Mulheres, na questão da terra, no atendimento aos índios Xavantes e na Pastoral da Criança.

Em 1994 foi fundado o *Centro Franciscano Tupã-Sy*, nome indígena que significa Mãe de Deus, na Aldeia de Amambai, na Diocese de Dourados, MS. Apesar de localizadas em Amambai, as IFD atendem a mais pelo menos 05 (cinco) outras aldeias indígenas, num total de 11.311 (onze mil, trezentos e onze) índios assistidos, no sentido de resistir, resgatar sua identidade e valorizar sua cultura. Para tanto,

[...] a Associação Franciscana da Divina Providência coloca à disposição dos índios que já possuem terra um trator com tratorista, carreta, grade e niveladora e cuida da manutenção do trator. O tratorista passa de aldeia em aldeia, preparando a terra. É o Projeto: “Viva a Vida Rural”. [...]

Na Aldeia de Amambai funciona “A Casa da Mulher” com atividades diversas, a fim de atender a algumas necessidades daquela comunidade. Há uma Creche, conhecida com o nome de Centrinho. Lá são acolhidas crianças indígenas de 0 a 06 anos de idade. [...] (SENDRA, 2007, p.19).

As IFD através de sua Associação oferecem ali cursos de corte e costura às mulheres e ainda um curso de capacitação profissional em informática, seja para facilitar a divulgação de sua cultura, seja para se comunicarem com as autoridades e ainda para torná-los instrutores em sua própria comunidade.

O *Centro Franciscano Maria de Nazaré*, em Guaratinga, na Bahia, tem a presença das IFD desde 1984. Atualmente elas prestam serviços nas diversas Pastorais, principalmente a da Criança, além de auxiliar nas Liturgias, no Ministério de alguns Sacramentos e Formação de Lideranças. Uma das irmãs também prepara medicamentos alternativos com as diversas plantas medicinais encontradas na região. Há ainda uma lavanderia comunitária, onde as mulheres se organizam para lavar suas roupas, visto que há o problema de falta d’água na cidade, emancipada desde 1963.

Fraternidades (Sul Sudeste)

Em fevereiro de 1959 as IFD assumiram uma obra dos Vicentinos na cidade de Uberlândia, MG no sentido de cuidar de crianças órfãs ou abandonadas. Tratava-se de um orfanato, com 40 (quarenta) meninas; também foi aberto o *Jardim de Infância “Pio XII”*, com 10 crianças, através do qual (além das doações) mantinham o orfanato. Interessante saber que,

Em 1960, dia 03 de abril, o Ministro da Fazenda, Senhor Tancredo Neves, lançou a pedra fundamental da Universidade de Direito no terreno das Irmãs. Perdeu-se metade da horta, jardim, pomar e o espaço das crianças. Por conta disto, as irmãs receberam Cr\$100.000,00 (cem mil cruzeiros) [...].

Irmã Walgildis Eichberger era especialista em preparar teatros e pequenas encenações com as crianças. Servindo-se de sua criatividade e da ajuda das irmãs e monitoras, muitos teatros foram apresentados, especialmente por ocasião do Natal. Estes tocaram a sensibilidade de toda Comunidade uberlandense. [...]

Nos anos 70, 80 e 90, algumas famílias que visitavam a Casa da Divina Providência com maior frequência passaram a levar crianças a fim de passarem as férias no aconchego de uma família.

As adolescentes que terminavam seu tempo na Casa da Divina Providência passavam a trabalhar em casas de família e estudar o 2º grau à noite. (SENDRA, 2007, p.138-139).

Em 1982 surgiu a idéia do semi-internato, principalmente sob a justificativa de que os pais também deviam ter sua cota de responsabilidade. Assim, quando as meninas da *Creche Menino Jesus* alcançavam certa idade, eram encaminhadas para a *Casa da Divina Providência*. Dessa forma, progressivamente houve um aumento do número de meninas semi-internas e uma diminuição do número de internas. Em 1985 eram 44 (quarenta e quatro) e 08 (oito) respectivamente. Vários foram os fatores que levaram ao fechamento da *Casa da Divina Providência*: a necessidade de os pais serem mais responsáveis; a precariedade do prédio que abrigava as crianças; o desinteresse por parte dos Vicentinos (na época) quanto ao trabalho realizado ali e ainda a necessidade de Irmãs em outras missões ou frentes de trabalho.

Em agosto de 1980 as IFD fundaram a Casa de Pastoral no conjunto habitacional Luizote de Freitas, também em Uberlândia-MG; era a chamada *“Fraternidade Porciúncula”*. Inicialmente fizeram visitas domiciliares; depois desenvolveram trabalhos de Catequese, Clube de Mães, Círculos Bíblicos e apoio comunitário no Bairro.

Em 1982, devido à presença das irmãs, a Comunidade do Luizote recebeu como doação da Prefeitura um terreno para a

construção da Capela Santa Maria dos Anjos e um salão para atividades diversas. [...]

Mais tarde, em 1991, percebendo-se que a comunidade eclesial da Porciúncula poderia caminhar sozinha, sem a ajuda das irmãs, a Irmã Beatriz Semiano, Provincial em exercício, visita Tupaciguara como futuro campo de ação da Comunidade de Porciúncula (SENDRA, 2007, p.140).

Após 11 (onze) anos de trabalho no Bairro Luizote de Freitas, as IFD iniciaram seu trabalho em Tupaciguara-MG, no início de 1992. Ali também fizeram visitas, reuniões e reciclagem do grupo de catequistas. Da mesma forma tomaram frente na lida com a juventude daquela cidade. Também assumiram o Ensino Religioso na Escola Estadual, o que, segundo elas, foi uma tarefa árdua, visto que não eram todos os adolescentes que tinham uma participação positiva. Na paróquia, as dificuldades se davam pela postura mais tradicional do povo dali, que muitas vezes não aceitava uma linha mais consciente e participativa da própria comunidade na evangelização. Dessa forma, por volta de junho de 1993, “as irmãs foram convidadas a deixar a Paróquia, sem justificativas claras e justas” (SENDRA, 2007, p.141), no que resistiram até dezembro deste mesmo ano.

Em fevereiro de 1966 as IFD iniciaram uma Missão na cidade de Ipumirim-SC. Seu trabalho ali era ajudar na Catequese da Paróquia, acompanhar o padre nas capelas, que geralmente localizam-se distantes, e ainda lecionar no curso primário da Escola Estadual local, sendo que se sustentavam desse último trabalho. Em 1967 começava em Ipumirim o Curso Ginásial, onde duas das Irmãs também puderam lecionar Português e Geografia, após terem feito um curso de capacitação em Florianópolis. Posteriormente abriram também um Jardim de Infância no Salão Paroquial, que foi assumido por um grupo de Irmãs. Dentre estas atividades, foram desenvolvidas também três hortas comunitárias, por ocasião da Campanha da Fraternidade de 1981, cujo tema era “Saúde e Fraternidade”. Tais hortas foram feitas através de mutirão pelos trabalhadores mais carentes da cidade e do meio rural. Tal **Fraternidade** em Ipumirim, intitulada “**Santa Elisabeth**” perdurou ali até o ano de 1984, quando as irmãs passaram a ser mais necessárias em outras missões.

Em fevereiro de 1984, um grupo das IFD chegou à cidade de Padre Bernardo, GO. Ali foram ministras dos Sacramentos do Batismo, Matrimônio e Eucaristia, visto que havia naquela localidade escassez de sacerdotes. Fundaram, também, o Clube de Mães, a Pastoral da Juventude Estudantil – PJE e o Grupo de União e Consciência

Negra, por ocasião da Campanha da Fraternidade de 1988. Ficaram ali até por volta de 1992.

Neste ano chegaram a Mimoso, também Estado de Goiás. Duas irmãs assumiram 30 horas aula na Escola Estadual desta cidade, como meio de subsistência, mas também com a “intenção de despertar nas crianças e jovens os valores humanos e cristãos” (SENDRA, 2007, p.144). Mais uma vez se dedicaram à Catequese, aos Círculos Bíblicos, à juventude, aos Sacramentos do Batismo e Casamento, visto que ali muitos eram os casais que não tinham sua união oficializada. Em 1999 criaram um Clube de Mães. No final deste mesmo ano, desempregadas e sem perspectivas, tiveram que se retirar de Mimoso-GO.

Em fevereiro de 1987 as IFD estavam instaladas no *Centro de Treinamento de Liderança São José*, localizado em Uruaçu-GO. Fundado em 1975 pelo então Bispo Diocesano Dom José Silva Chaves, seu objetivo era formar lideranças que pudessem “atuar com eficiência na construção do Reino de Deus” (SENDRA, 2007, p.145). Quando começaram suas atividades ali, as irmãs trabalhavam com a coordenação da Catequese, com a Pastoral Vocacional e ainda encontros de Liturgia e Pastoral do Menor.

Além das atividades próprias do Centro de Treinamento, nossas irmãs assumiram assistência mais direta ao Seminário Menor, situado na mesma área. Foram responsáveis pela coordenação de serviços caseiros e de jardinagem no Seminário e ainda ministraram aulas de Português, Latim e Inglês (SENDRA, 2007, p.145).

Ao perceberem que estavam muito presentes e atuantes apenas no seminário, com a realidade e sua opção pastoral deixadas de lado, a *Fraternidade São José* é dissolvida em 23 de dezembro de 1988.

Em fevereiro de 1997 as IFD vão para Arraial D'Ajuda, a 7 km de Porto Seguro, BA onde ficaram até dezembro de 2000. Tratou-se da *Fraternidade Santa Maria dos Anjos*, sua finalidade, além dos trabalhos pastorais, era acolher jovens daquela região que quisessem seguir a vida religiosa sem precisarem se distanciar tanto de suas famílias num período inicial, de discernimento. As irmãs colaboravam também nas celebrações da Igreja e comunidades distantes tais como: São Pedro, Vale Verde, São Miguel e São Tiago. Organizaram a Pastoral da Criança e se lançaram no treinamento de lideranças. A Fraternidade durou pouco devido a problemas com um padre redentorista, o qual deixou claro não querer o trabalho das Irmãs ali.

Vários pedidos para a fundação de novas Fraternidades chegaram de vários lugares no decorrer do ano de 1986. Muzambinho, MG foi uma dessas cidades, aceita devido intermediação da FFB – Família Franciscana do Brasil¹⁷. As IFD chegaram ali no início de 1988 e ficaram até maio de 1993, quanto tiveram que se retirar por divergências com os padres responsáveis pela Paróquia na época, além de outras justificativas como o tradicionalismo de povo, que não aceitava uma Igreja mais aberta e atuante.

Existe ainda o *Centro Franciscano Santa Elisabeth*, mais conhecido como *Casa Santa Elisabeth*, localizado em São João de Meriti, RJ desde 1987, cujo objetivo é acolher e ajudar jovens vocacionadas ao discernimento pessoal, progressivo e contínuo no sentido de se tornarem religiosas.

Província Norte Nordeste

Ao chegarem em Areia, na Paraíba, as IFD assumiram o *Colégio Santa Rita*, (pertencente à Mitra Diocesana) a partir de junho de 1937. Nesse colégio funcionou um internato até a década de 1970; o Curso Primário e o Curso Normal livre, de 04 anos. Era também a residência das Irmãs e num momento posterior, passou a ser Sede da Província.

Depois, em 1939 chegam a Catolé do Rocha, em Pernambuco, para assumir o *Colégio Francisca Mendes*, construído por um benfeitor e doado à Mitra Diocesana em maio de 1943, que posteriormente o doou à Sociedade Franciscana Nossa Senhora Medianeira das Graças, em forma de comodato em julho de 1961. Ali funcionou, no Internato e semi-internato, o Curso Primário. Apenas 20 (vinte) anos após o início de seu funcionamento é que foi criado o Curso Ginásial, ou seja, em 1959, sendo que o

¹⁷ Surgiu em 1965, primeiro no Chile, — representando a América Latina, — como CEFEPAL (Centro de Estudos Franciscanos e Pastorais para a América Latina). Depois, em 1966 surge no Brasil, cujo objetivo era unir todos os franciscanos e franciscanas, para promover a reflexão sobre seu carisma e missão e para dar uma resposta aos desafios da Igreja latino-americana. Passou a FFB (Família Franciscana do Brasil), em 1994, sendo que mais atualmente, visa promover, além da reflexão sobre a vida franciscana e seu carisma, estimular o conhecimento, a comunicação e a comunhão entre os membros da família franciscana e clariana; publicar e distribuir boletins, periódicos e livros que condensem os resultados de suas atividades, estudos e pesquisas; colocando-se a serviço da justiça, paz e ecologia, promovendo e valorizando a vida onde ela se encontra mais ameaçada. Ver mais sobre o histórico da FFB em < http://ffb.org.br/dinamico.php?id=9547&categoria=conteudo_dinamico > acesso em 02-01-2011.

funcionamento de um Curso Normal Livre era a condição imposta para a abertura do Ginásio. (SENDRA, 2007, p.166).

As IFD também assumiram trabalhos domésticos em dois *Seminários*: um em Ipuarana, na Paraíba, entre 1951 e 1980 e outro em Sobral, no Ceará entre 1957 e 1967.

Em 1964, Irmã Catarina A. de Almeida assumia um *Ambulatório* no Distrito de Lagoa Seca, pertencente ao município de Campina Grande, PB; Ambulatório este que já funcionava desde 1961, idealizado por um Vigário na época. Até o final de 1964 a referida Irmã dava assistência ao Ambulatório e Minipostos, visitava famílias e fazia inclusive partos domiciliares.

Em outubro de 1964, foi criado o CEPAS, Centro Paroquial de Assistência Social que passou a ser Entidade Mantenedora do Serviço de Saúde.

Em 1971, firmou convênio com o FUNRURAL, Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, passando a receber uma verba mensal. A Unidade recebeu uma nova enfermaria com 07 camas, 01 berçário, 01 rouparia, 03 quartos individuais e uma saleta para exames ginecológicos (SENDRA, 2007, p.168).

O atendimento das IFD nessa espécie de Fraternidade durou até 1975, quando o CEPAS o assumiu, com a colaboração do Estado. As irmãs se responsabilizaram pela parte educativa do Programa, além do aperfeiçoamento de parteiras e atendimentos de saúde.

Além dessa causa ligada à saúde, as IFD colaboraram com outros projetos sociais; um deles era o *Projeto de Construção e Melhoramentos de Casa*; o qual também se dava através do CEPAS. Este Projeto foi iniciado com a ajuda financeira de uma organização da Inglaterra, com a qual se adquiriu uma máquina de fazer tijolos.

Em 1959 as IFD alugaram uma casa em João Pessoa, na Paraíba para que as Irmãs pudessem completar seus estudos. Neste período receberam uma proposta do então Bispo para que fundassem uma Escola Primária na cidade; proposta esta que foi aceita em fevereiro de 1960, cujas aulas tiveram início em março de 1960, com 38 (trinta e oito) crianças, no então nomeado *Instituto João XXIII*. Inicialmente não funcionava em sede própria, o que passou a ocorrer apenas em agosto de 1963. Atualmente, neste Instituto funcionam os Cursos do Infantil ao Ensino Médio com aproximadamente 1.200 (mil e duzentos) alunos. Foi fundada também a *Escolinha São Francisco*, anexa ao Instituto, onde estudam cerca de 150 (cento e cinquenta) crianças pobres.

Foram abertas também *Casas de Formação* pelas IFD no nordeste. Inicialmente foi instalada uma em março de 1975, que durou até 1986, em Mandacaru, João Pessoa, PB, depois a mesma mudou para o Sítio Santa Galo, em Lagoa de Roça, PB, que funcionou entre 1988 e 1995; voltaram para Mandacaru em 1996, onde ainda se encontram. Os motivos para tais mudanças se resumem ou na dificuldade em sobreviver e cobrir o orçamento da referida casa, mesmo com a ajuda dos salários das jovens, ou na falta d'água, caso de Lagoa de Roça.

Fraternidades (Norte Nordeste)

Da mesma forma que no sul e sudeste, foram abertas Fraternidades no norte e nordeste. Uma delas é a *Fraternidade São Pedro*, que fica na Ilha de Marajó, Distrito de Jenipapo, município de Santa Cruz do Arari, PA, a partir de 1998 o objetivo das IFD ali é “animar as lideranças, ajudar a formar Agentes de Pastoral, visitar as famílias e animar a Pastoral da Criança”. (SENDRA, 2007, p.172).

A *Fraternidade de Emaús*, no Bairro Bom Pastor em Maceió, AL, teve início no ano de 2000, a qual anteriormente tratava-se da Fraternidade de Águas Belas em Pernambuco. No caso de Maceió os objetivos das IFD ali são: apoiar, assessorar, acompanhar e articular lideranças e comunidades indígenas no sentido de seu reconhecimento étnico, além da buscar a demarcação de seus territórios.

A *Fraternidade Santa Clara*, em Campina Grande, PB tem como “missão” o acolhimento, a hospitalidade das irmãs que vêm do interior para tratamento de saúde ou outras necessidades. Dessa forma, se encarregam inclusive de agendar consultas e exames, atuam na pastoral missionária junto aos doentes, colaboram com meios alternativos para a cura do “stress”, dentre outros. Não há notícias de quando teve início.

A *Fraternidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro*, da Paróquia de São Bento do Una, da Diocese de Garanhuns, PE foi aberta em 2001, priorizando as Pastorais Sociais. Auxiliam na Catequese, nas Pastorais da Juventude e da Criança e nas comunidades rurais.

A *Fraternidade São Francisco das Chagas*, da Paróquia de São Raimundo Nonato, no Piauí, iniciou-se em maio de 2006. Através dela as IFD atuam nas Pastorais

Carcerária e da Criança, em Missões Populares e na zona rural, além de fazerem visitas domiciliares. Em 2007 foram para Prelazia de Tefé, no Estado do Amazonas, em um projeto missionário da Diocese local, onde ficaram por 06 (seis) semanas.

A *Fraternidade Nossa Senhora do Guadalupe*, na cidade de Belo Jardim, PE teve início em março de 2007. Ali as IFD entram em contato com o povo e organizam a Pastoral da Juventude, Estudo Bíblico, visitas aos doentes e moradores da zona rural.

Há também uma *Fraternidade Intercongregacional* chamada *Virgem de Urcupina*, em Nova Mamoré, RO. Trata-se de uma missão na Amazônia de que fazem parte três Congregações diferentes: Sagrada Família, Bom Pastor e Franciscanas de Dillingen. As IFD passaram a participar efetivamente a partir de março de 2007.

No que diz respeito à estrutura da tese, a mesma se divide em cinco capítulos assim desenvolvidos: quanto ao contexto e por ser um trabalho escrito na perspectiva da História, buscou-se no Capítulo I, problematizar alguns acontecimentos e momentos desde a chegada das Irmãs Franciscanas de Dillingen em terras brasileiras. É importante deixar claro que determinados fatos pontuais, ligados diretamente às Irmãs alemãs, são trazidos aqui à luz da História da Educação carioca e/ou fluminense e brasileira, bem como à luz dos interesses de determinados grupos ideológicos, políticos e econômicos quanto à educação.

Optou-se por escrever o Capítulo II com base primordialmente na imprensa escrita da época, cujo teor é complementar ao Capítulo I em termos contextuais. É quando fica ainda mais clara a situação regional e local no que tange à educação. Neste sentido, a problemática em torno da docência se evidencia. Seja em relação à falta de professores, seja em relação à sua formação, na qual as Irmãs Franciscanas de Dillingen tiveram participação especial.

Quanto aos três últimos capítulos, tomou-se por referência Magalhães, quando, para este estudioso,

A complexidade de elementos e relações, que compõe e molda a realidade educativa, na sua materialidade, representação e apropriação, pode ser analisada de forma integrativa ou de forma mais acentuadamente analítica, em consonância com os paradigmas, os meios de observação, a utensilagem conceitual e os critérios de avaliação ao alcance do investigador (MAGALHÃES, 2004, p.39).

Logicamente que foram capítulos construídos na medida do possível, sem querer nenhuma isenção de responsabilidade quanto às suas limitações. As realidades educativas das duas instituições em questão foram desmembradas especialmente no Capítulo III, em que se jogou luz sobre alguns aspectos inerentes ao funcionamento das mesmas, dirigidas desde o início pelas IFD, na Baixada Fluminense. Dessa forma, se propôs informações a respeito das suas respectivas estruturas físicas; como se mantinham economicamente; qual seu público alvo; os cursos e disciplinas que ofereciam, dentre outros. É neste capítulo que se adentra nas instituições escolares em questão, básicas para o desenvolvimento da tese.

O Capítulo IV talvez seja o mais relevante dentre os cinco propostos. É onde ficam claros os elementos de uma pedagogia alemã e franciscana, que teria sido transplantada para a realidade brasileira através das IFD. Nessa tentativa foram analisados os necrológios das Irmãs e suas crônicas; foi ainda apontado o quadro docente das duas escolas; seus materiais didáticos; livros; laboratórios e outros.

Por fim, o que se intitulou no Capítulo V de elementos católicos, estes nada mais são que artifícios, utilizados nas duas “Instituições Pedagógicas” para educar e doutrinar, seja os discentes em específico, seja a comunidade em geral.

CAPÍTULO I

FRANCISCANAS DE DILLINGEN NO BRASIL: Contextos e Vicissitudes

A sociedade da Alemanha descobria sempre mais a necessidade de bem formar a mulher, membro importante na construção de uma nação. Aqui e acolá surgiram Escolas Domésticas (Haushaltungsschule) que se dedicavam à formação das moças do meio rural e também da classe burguesa, para oferecer-lhes conhecimento e treinamento necessários para a manutenção de uma casa limpa, saudável e em ordem, para a formação de alma e espírito nos princípios éticos e da santa religião, como também para introduzi-las nas teorias e nas práticas básicas de enfermagem.¹⁸

Momentos que Antecederam sua Chegada

Esforçou-se por compreender o contexto principalmente o educacional, a partir da chegada das referidas Franciscanas aqui, de 1937 a 1956, quando se forma a primeira turma de normalistas por um de seus colégios na Baixada Fluminense. De qualquer forma, é interessante retroceder e avançar um pouco nesse período, visto que foi em 1961 a aprovação da 1ª LDB nacional e que no ano de 1927 houve a Reforma do Ensino no então Distrito Federal (Rio de Janeiro), também conhecida como “Reforma Fernando de Azevedo”, a qual já apontava preocupações a respeito de nacionalização, industrialização e civilização. Se educar estava ligado a civilizar, da mesma forma que a nacionalização que tanto se almejava deveria evitar a vinda de imigrantes — e ao se lembrar que, contraditoriamente, a civilização estaria atrelada ao processo imigratório — então há muito que compreender.

Conforme percepção de Mate, as idéias contidas na Reforma de 1927 podem ser assim sintetizadas:

Junto às preocupações de estabelecer normas e diretrizes para as práticas educativas e reuni-las sob uma administração eficiente porque racionalizadora, estava o papel social de um sistema público de educação: nacionalizar um universo de etnias heterogêneas, preparando-as para o convívio com o mundo produtivo. Nação e trabalho surgem então como interdependentes no processo civilizatório, cujo desenrolar teria como *locus* privilegiado a escola. (MATE, 2002, p.64) (grifo da autora).

¹⁸ (HAAS, 2000, p.183).

De qualquer forma, muito além de conformar e/ou disciplinar, o que estava em jogo era civilizar¹⁹ (*zivilisieren* em alemão) e, para isso, a escolarização seria o projeto privilegiado para ambas classes sociais, seja através das instituições públicas ou particulares, confessionais ou não.

Na busca por entender a idéia de civilização, recorreu-se aos estudos feitos por Norbert Elias²⁰, em que a História parece ter um sentido ou seguir um “processo”, no caso, civilizador. Entretanto, a necessária colocação neste texto da palavra civilizar não tem aqui pretensões de um estudo sobre a longa duração, na tentativa de afirmar ou negar, quem sabe, que mesmo sem a atuação das Irmãs Franciscanas de Dillingen na educação fluminense, teria havido sim um movimento progressivo rumo à civilização nesta região do Estado do Rio de Janeiro. De qualquer maneira, o fato é que a chegada ali de uma Congregação religiosa de formação européia, num lugar em que imperava (e ainda impera) a pobreza, a violência, o abandono, enfim, leva a crer que tais religiosas educadoras tenham colaborado de alguma maneira para amenizar este quadro, por mais que se tratasse de uma instituição particular e que, portanto, cobrava mensalidades.

Percebe-se já naquele momento uma preocupação que permaneceria no Brasil até pelo menos o contexto da 2ª Guerra Mundial; ou seja, a questão da nacionalização de *um universo de etnias heterogêneas*. E a etnia alemã seria um dos principais alvos dessa nacionalização. É bom lembrar que quando foi promovida a imigração em massa para o Brasil, a escolha por determinados países, europeus, se justificava basicamente pelo costume de sua população com o *trabalho* industrial, bem como pela sua presumível convivência urbana de modo *civilizado*. É sabido que no início do século XX no Brasil, as reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida eram tratadas como caso de polícia, à escola caberia muito mais o papel de apaziguadora dos ânimos da classe trabalhadora, na sua grande maioria, sem dúvida, composta por indivíduos dos mais variados países.

Os anos 1920 foram importantes por serem determinantes para as décadas posteriores, as quais interessam mais aqui. Naquele momento, os trabalhadores imigrantes, com a formação “básica” que traziam dos seus países de origem seriam suficientes. A oferta de ensino nos grandes centros, como no Rio de Janeiro e

¹⁹ VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. *Revista Brasileira de Educação*. n.21, 2002, p.90-103.

²⁰ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Tradução, Ruy Jungmann; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

adjacências, foi proporcionada pela União, cuja preocupação era com o ensino médio ou superior, ao alcance apenas das elites ou classes médias em ascensão. Isso *acabou por fortalecer a difusão da ilusão liberal de ascensão social pela escolarização*. (XAVIER, 1990, p.62), numa sociedade em que era (e ainda é) o próprio sistema de produção vigente o responsável pela imobilidade social. A relação problemática entre a instrução e a transformação social não é nova, conforme depreende-se do que Manacorda escreveu:

O problema estava no ar: qual das duas coisas é mais importante? Qual o primeiro a ser resolvido? Exatamente em 1869, [...] Marx, falando no Conselho Geral da I Internacional, onde este problema já surgira, reconhecia a particular dificuldade em abordá-lo: “Exige-se, de um lado, uma mudança das condições sociais para criar um sistema de instrução adequado e, do outro lado, um adequado sistema de instrução para poder mudar as condições sociais” (2006, p.304).

De mais a mais, conforme ponderado por Xavier, as propostas educacionais pareciam refletir (entre os anos 1920 e 1930), além de uma vinculação com os discursos políticos, um desconforto das elites intelectuais “progressistas”, ao se considerar os alarmantes índices de analfabetismo²¹ no país. O que os levou a preferirem responsabilizar o Estado (e o sistema educacional criado pelo mesmo) pela situação, e a se eximir de qualquer obrigação de reparação. (XAVIER, 1990, p.61). Da mesma maneira, as elites e ou as camadas médias urbanas, por temerem possíveis sublevações e mudanças drásticas, se sentiam atraídas, pelas “soluções idealistas” propostas pelos intelectuais, em que a sociedade seria reformada desde que o homem fosse reformado. (XAVIER, 1990, p.63). E nessa busca pela reforma do homem brasileiro, o pensamento assimilado enquanto ideário liberal foi o escolanovista²². Projeto de transformação este que seria de responsabilidade da Escola.

²¹ Conforme tabela proposta por Maria Luisa Santos Ribeiro, (2001, p.81), a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística em 1936, no Brasil, em 1920 havia 23.142.248 analfabetos, totalizando uma média de 75% da população.

²² As idéias da Escola Nova no Brasil foram inseridas em 1882 por Rui Barbosa (1849-1923); sendo que na América o grande nome desse movimento foi o filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952). Devido à crença de que para se afirmar o prosseguimento social as pessoas deveriam se aperfeiçoar, as idéias e conhecimentos desses pensadores foram assimiladas no século XX pelos vários educadores brasileiros, principalmente após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Nesta década, Getúlio Vargas, por sua vez, afirmava a um grupo de intelectuais o imperativo pedagógico, o qual a “revolução” (ou golpe de 1930) reivindicava. Dentre os vários intelectuais que assinaram o referido Manifesto, podemos citar Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Para saber mais sobre este movimento, ver: XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Capitalismo e Escola no Brasil*. A Constituição do Liberalismo em Ideologia Educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961). Campinas, SP: Papirus, 1990. VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO,

É bom lembrar que com a Reforma Francisco Campos, em 1931, a relação do Estado com a Educação tornou-se mais complexa, visto que naquele momento havia uma substancial diversidade de projetos sociais, compostos por distintas políticas educacionais. (GHIRALDELLI, 1992, p.40). De acordo com Xavier, os anos 1930 foram decisivos

[...] para o avanço das relações capitalistas na área de produção nacional. Do ponto de vista econômico, o Brasil sofreu as consequências da crise [...] de 1929, manifestação [...] da fase crítica por que passava a economia capitalista mundial. [...] Politicamente, representou o momento de uma profunda redefinição do papel e da ação do Estado Brasileiro, no processo de rearticulação dos grupos no poder efetuado pela Revolução de 30, manifestação inequívoca do avanço da economia nacional (XAVIER, 1990, p.37).

Assim, não se pode deixar de citar o período imediatamente anterior ao proposto, visto que muitas das idéias inovadoras que começavam a circular justificavam-se pelo não cumprimento das promessas feitas desde, quem sabe, a Proclamação da República (1889) até 1929. Nesse novo contexto, a laicização (que fez parte das idéias reformistas no Brasil), assim como ocorreu na Europa, foi um dos princípios norteadores na busca por mudanças e de uma nova utilização para a educação escolar. (MANACORDA, 1989). De qualquer maneira, o fato é que com o advento da “modernidade” as religiões, de uma maneira geral, não conseguiam explicar tudo, e abriam espaço para as ciências e a razão. Segundo Pereira,

[...] a modernidade instituiu a razão humana como princípio de construção de conhecimento e como promessa de melhor condução da vida humana. A razão era a segurança de conhecer e interpretar as leis da natureza e da sociedade, que dispensariam o uso de recursos externos ao indivíduo (como os mitos, a revelação divina, a magia, etc.) (PEREIRA, 2003, p.126).

Entre a década de 1920 e meados de 1960 houve vários debates e conseqüentes tentativas de transformação da Educação Escolar, seja os consubstanciados nas Constituintes de 1933-1934 (além das de 1937 e de 1946), seja devido às ideias ou “pensamento católico” circulantes no Brasil (do que se tratará oportunamente), inclusive

A. L. Introdução ao estudo da escola nova, de M.B. Lourenço Filho. In: XAVIER, Maria do Carmo. (Org.). *Clássicos da Educação Brasileira*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010, v. 1, p. 17-40. LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memória de si, história dos outros*: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos 1919 a 1961. Unicamp, 2004, (tese doutorado).

neste período; seja devido ao então contexto político e econômico, cujos aspectos, sem dúvida influenciaram-se mutuamente.

Aquele clima acalorado em que afloraram os “otimismo”, “entusiasmos” e “nacionalismos” esfriou-se na mesma medida em que os grupos dominantes fracionados articularam-se e acomodaram seus interesses, mais particularmente a partir dos anos 1930. Inclusive, posteriormente às reformas estaduais²³ (década de 1920) foram sancionados pelo então governo provisório, desta vez a nível nacional, alguns decretos no ano de 1931, mais conhecidos como “Reforma Francisco Campos”. Seu objetivo geral era organizar o ensino secundário²⁴ e as incipientes universidades brasileiras²⁵; mas também, facultar o Ensino Religioso nas diversas escolas.

DECRETO N. 19.941 – de 30 de Abril de 1931

Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1º Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião.

Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem.

Art. 3º Para que o ensino religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponha a recebê-lo.

Art. 4º A organização dos programas do ensino religioso e a escolha dos livros de texto ficam a cargo dos ministros do respectivo culto, cujas comunicações, a este respeito, serão transmitidas às autoridades escolares interessadas.

Art. 5º A inspeção e vigilância do ensino religioso pertencem ao Estado, no que respeita à disciplina escolar, e às autoridades religiosas, no que se refere à doutrina e a moral dos professores.

Art. 6º Os professores de instrução religiosa serão designados pelas autoridades do culto a que se referir o ensino ministrado.

Art. 7º Os horários escolares deverão ser organizados de modo que permitam aos alunos o cumprimento exato dos seus deveres religiosos.

Art. 8º A instrução religiosa deveser ministrada de maneira a não prejudicar o horário das aulas das demais matérias do curso.

²³ Há aqueles que enxergam as reformas estaduais, enquanto parciais e inconsistentes, como é o caso de XAVIER, 1990; e há quem questione essa visão negativa sobre as reformas, por exemplo: VIDAL, Diana Gonçalves . O fracasso das reformas educacionais: um diagnóstico sob suspeita. *Historia de la Educación* – Anuário JCR, v. 7, p. 70-90, 2006.

²⁴ Decreto N. 19.890 de 18 de Abril de 1931, contendo 85 Artigos que tratavam o Ensino Secundário, tomando como referência o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

²⁵ Decreto N. 19.852 de 11 de Abril de 1931, que dispunha sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro (que deveria ser referência para as outras universidades brasileiras) e suas respectivas Faculdades, dentre elas a Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

Art. 9º Não é permitido aos professores de outras disciplinas impugnar os ensinamentos religiosos ou, de qualquer outro modo, ofender os direitos de consciência dos alunos que lhes são confiados.

Art. 10. Qualquer dúvida que possa surgir a respeito da interpretação deste decreto deverá ser resolvida de comum acordo entre as autoridades civis e religiosas, afim de dar à consciência das famílias todas as garantias de autenticidade e segurança do ensino religioso ministrado nas escolas oficiais.

Art. 11. O Governo poderá, por simples aviso do Ministério da Educação e Saúde Pública, suspender o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de instrução quando assim o exigirem os interesses da ordem pública e a disciplina escolar.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1931, 110º da Independência e 43º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Campos.

Esta Reforma também foi apontada por Xavier como aquela que formulou legalmente o dualismo educacional brasileiro. Segundo a autora, a concessão feita às reivindicações da Igreja católica, concessão esta

[...] admitida e incorporada pelos ideólogos da renovação, criava também condições favoráveis para a defesa dos incentivos à escola privada, que se acelerará nas próximas décadas. [...] Na realidade, iniciava-se aí, de forma sistemática, um processo de rearticulação dos princípios liberais inspiradores, rumo à constituição de uma ideologia educacional coerente e eficaz. As aparentes contradições doutrinárias refletem e dissimulam, a um só tempo, esse processo (XAVIER, 1990, p.72).

Não é necessário ir muito longe para perceber que tal situação ainda permanece²⁶. Lembra-se que a Congregação Franciscana apresentada neste trabalho iniciou suas atividades na área educacional quando se “aproveitou” das referidas condições favoráveis daquele momento histórico. Por outro lado, é necessário apontar para uma pluralidade de explicações e justificativas a respeito da vinda das Irmãs Franciscanas de Dillingen para o Brasil que são, nesta medida, indicativas e exemplares das problemáticas levantadas para este objeto de pesquisa: a influência e ou ações efetivas das IFD na Educação brasileira a partir de meados dos anos 1940 e ao considerar sua origem alemã.

O propósito aqui não é sobrevalorizar as oportunidades encontradas pelas IFD no campo educacional quando aqui chegaram ou, neste caso, atrofiar a política

²⁶ Para compreender melhor a problemática do Estado Novo e as estratégias do governo Vargas, sugere-se a leitura das publicações da FGV - Fundação Getúlio Vargas, por exemplo: CODATO, Adriano Nervo e GUANDALINI JR., Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.32, 2003, p.145-164.

ultramontana da época. Ou seja, tratou-se do mesmo momento em que houve uma multiplicação de Congregações religiosas pelo mundo, enquanto reação da Igreja Católica ao avanço das ideias liberais. Para se ter uma ideia, segundo Leonardi (2006), enquanto ao longo do século XIX chegaram ao Brasil 15 (quinze) Congregações, no século XX até o ano de 1965 chegaram outras 81 (oitenta e uma). Leva esta, de religiosos(as), na qual vieram também as IFD.

As IFD chegaram ao Brasil em 1937, após a Reforma Francisco Campos e começaram a administrar e fundar instituições educacionais em 1937, 1940 e 1942, mais proximamente à Reforma Capanema (entre 1942 e 1946), da qual se falará mais adiante. A Reforma de 1931 marcava o início de uma organização mais sistemática da educação a nível nacional; antes disso, pode-se dizer que eram os Estados e Municípios os organizadores do ensino, cada um ao seu modo, e de forma descentralizada. É importante ficar claro que essa independência entre os vários Estados em relação a um sistema central era relativa, visto que o que se propunha e viabilizava no Distrito Federal (Rio de Janeiro) tornava-se referência para o restante do país. O que também justifica a escolha por se trabalhar principalmente com dois Colégios fundados (respectivamente em 1940 e 1942) pelas IFD, na Baixada Fluminense – RJ.

Com a Reforma Francisco Campos (Decreto 19.890), o ensino secundário era dividido em dois ciclos: o fundamental (cinco anos) e o complementar (dois anos), mas apenas este último ciclo seria preparatório para o ensino superior, o que não ocorria. Antes da referida Reforma, preocupava-se apenas com a preparação para entrada no ensino superior, com a formação geral do aluno, relegada ao segundo plano. Por outro lado, e em consequência disso, o ensino se tornava altamente elitizante e seletivo, dado a característica dos programas de estudo, que eram muito enciclopédicos. Então, por mais que tivessem ocorrido avanços, houve uma fissura entre o ensino profissionalizante (comercial e industrial) e aquele que preparava para entrada no superior. Além do mais, com a regulamentação da atividade de contador, o ensino comercial recebia maior atenção que o ensino industrial, este último mais importante na então conjuntura. (ARANHA, 1996).

Também nos anos de 1930 e 1931 foram criados, respectivamente, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública²⁷ e o Conselho Nacional de Educação²⁸.

²⁷ Criado através do Decreto N. 19.402 de 14 de novembro de 1930, regulamentado em 5 de janeiro de 1931.

²⁸ Criado pelo Decreto N. 19.850 de 11 de abril de 1931.

Ambos frutos de reivindicações por parte do movimento renovador, tinham seus membros também conhecidos por “profissionais da educação”, e sua tentativa era a de afiançar diretrizes para a educação brasileira de uma maneira geral e de forma centralizada. Foi criada ainda a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, através do Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, o que justifica a exigência de formação por parte dos professores, bem como seu aperfeiçoamento sob os princípios renovadores, dos quais dependeria a elevação da autêntica cultura nacional, esta Faculdade seria o melhor meio.

Este seria um motivo para se acreditar que o grupo das Irmãs Franciscanas de Dillingen, que veio para o Brasil — insuficiente para preencher o quadro docente de suas próprias instituições educacionais, na medida em que o número de alunos aumentava — obrigatoriamente teria contratado professores(as) leigos(as), os(as) quais, pelas exigências da nova legislação, teriam passado pela referida Faculdade, cuja formação se dava nos princípios renovadores e não conservadores ou tradicionais, estes últimos reivindicados pela Igreja (católica). Daí acreditar-se que suas instituições educacionais na Baixada Fluminense nunca tenham sido puramente confessionais e nem puramente étnicas, o que ficará mais claro no Capítulo IV. Entretanto, conforme Xavier,

A centralização estatal no campo educacional, [...] se fez gradual e lentamente, deixando aos estados meios próprios de controle do ensino, o que favorecia a relativa descentralização pretendida pelos renovadores. Conciliou ainda aos interesses do ensino confessional e privado ampla participação na burocracia estatal responsável pela condução do sistema educacional, ao lado dos “progressistas”, representantes do movimento pioneiro (XAVIER, 1990, pp.83-84).

Nesse sentido, por mais que ocorressem mudanças, os representantes tanto da Igreja quanto da rede privada de ensino, não estavam impedidos e não deixavam de se expressar nem de garantir pelo menos algumas de suas reivindicações e posições. Na verdade, segundo Saviani, a mobilização da Igreja foi muito mais ativa, sendo que articulava dois aspectos:

[...] a pressão para o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas e a difusão de seu ideário pedagógico mediante a publicação de livros e artigos em revistas e jornais e, em especial, na forma de livros didáticos para uso nas próprias escolas públicas assim como na formação de professores, para o que ela dispunha de suas próprias Escolas Normais.

Chamo essa mobilização de “resistência ativa” porque não se limitou a manifestar suas discordâncias, críticas e objeções, alertando para as consequências negativas da situação instaurada, o que lhe

conferia um caráter passivo não indo além do exercício do direito de discordar. [...].

Essa estratégia foi acionada pela Igreja desde a Proclamação da República. [...]

Mas foi a partir da década de 1920 que a estratégia de resistência ativa foi acionada de forma mais efetiva. [...]

Com essa força organizativa, os católicos constituíram-se no principal núcleo de idéias pedagógicas a resistir ao avanço das idéias novas, disputando, palmo a palmo com os renovadores, herdeiros das idéias liberais laicas, a hegemonia do campo educacional no Brasil a partir dos anos de 1930 (SAVIANI, 2007, pp.179-181).

Então não se pode dizer que foi por acaso ou mera coincidência, o contexto “receptivo” (com o tempo nem tão receptivo, devido a suas origens étnicas) encontrado pelas IFD no Brasil em 1937. Pode-se dizer que elas chegaram aqui para alimentar ainda mais as disputas entre a Igreja e o movimento renovador da educação.

A Constituição de 1934, em continuidade às Reformas de 1931, favorece ainda mais as escolas confessionais.

Art. 153. O ensino religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (CONSTITUIÇÃO 1934).

Como fica claro, o ensino religioso não deveria ser ministrado apenas em Escolas confessionais, mas nas escolas públicas. E não seria matéria apenas do ensino primário, alcançava inclusive os cursos de formação de professores. Por outro lado, esta Constituição mostrava-se contraditória, visto que não atendia apenas às reivindicações dos católicos, conforme seu Art. 153, mas igualmente dos reformadores, que desejavam imprimir novas idéias ao setor educacional. Nesta última perspectiva:

Art. 5º Compete privativamente a União:

XIV – traçar as diretrizes da educação nacional;

Art. 151. Compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União (CONSTITUIÇÃO 1934).

Conforme Xavier (1990, p.84), a literatura especializada em História da Educação geralmente intensifica a dimensão das conquistas dos pioneiros no poder a partir de 1930, resumidas na introdução do ensino religioso em caráter facultativo nas escolas públicas (o que só evidencia o ranço “conservador” dos “renovadores”). Da mesma maneira, a legislação que favorecia e consolidava gradativamente o ensino

particular também só foi possível, segundo esta autora, graças à cumplicidade do movimento renovador aos interesses conservadores.

Art. 149. A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da via moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art. 150. Compete à União:

b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização;

Parágrafo único – O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;
- c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual;

Art. 154. Os estabelecimentos particulares de educação, gratuita primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo. (CONSTITUIÇÃO 1934).

Quando o Art. 149 responsabilizava, além dos Poderes Públicos, as famílias quanto à educação, ficava evidente uma conotação além de conservadora, também de abertura ou liberdade de escolha (pelas famílias) inclusive em optar por uma educação particular, porque não confessional; à semelhança do Art. 125 da Constituição de 1937:

Art. 125. A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos Paes. O Estado não será estranho a esse dever, collaborando, de maneira principal ou subsidiaria, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.

Art. 127. [...] Aos paes miseraveis assiste o direito de invocar o auxilio e protecção do Estado para a subsistencia e educação da sua prole.

Art. 128. A arte, a sciencia e o ensino são livres á iniciativa individual e á de associações ou pessoas collectivas publicas e particulares.

É dever do Estado contribuir, directa e indirectamente, para o estimulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artisticas, scientificas e de ensino.

Art. 129. A infancia e á juventude, a que faltarem os recursos necessários á educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municipios assegurar, pela fundação de instituições publicas de ensino em todos os seus grãos, a possibilidade de receber uma educação adequada ás suas faculdades, aptidões e tendências vocacionaes.

Art. 130. O ensino primário é obrigatório. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não allegarem, ou notoriamente não puderem allegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. (CONSTITUIÇÃO 1937).

Ficava claro, da mesma forma, que o Estado se isentava de suas responsabilidades quanto à educação; apenas colaboraria esporadicamente com as iniciativas particulares, muitas delas confessionais; o que vai ao encontro da liberdade de “escolha” (ou da falta de opção) dos pais. Inclusive caberia a estes, em situação de miséria, “requerer” auxílio do Estado e não ao Estado ter a iniciativa de detectar o problema e “oferecer” o auxílio necessário. É óbvio que a falta de informação sobre os meios e caminhos para se tomar tal atitude, além da situação de controle e censura impostos por Vargas naquele momento, praticamente impossibilitava qualquer exercício de cidadania, os quais certamente seriam considerados subversivos. Por outro lado, constava em Lei que:

Art. 154. Os estabelecimentos particulares de educação, gratuita primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo.

Art. 157. A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

§ 2º Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas. (CONSTITUIÇÃO 1934).

Art. 129. A infância e a juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições publicas de ensino em todos os graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. [...].

Art. 130. O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não allegarem, ou notoriamente não puderem allegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar. (CONSTITUIÇÃO 1937).

Art. 167. O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

II – O ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos. (CONSTITUIÇÃO 1946).

A Constituição de 1934 pelo menos demonstrava boa vontade em relação ao setor educacional, em especial ao particular, consciente de que não havia escolas públicas suficientes e muito menos de qualidade; mas conforme artigo 129 da Constituição de 1937, apenas se as instituições particulares não fossem suficientemente generosas ou benévolas, é que o poder público asseguraria educação aos mais necessitados. Da mesma forma, especificamente em relação ao ensino primário, mais uma vez o governo se eximia de sua responsabilidade em detrimento dos pais em melhores condições, aos quais solicitava serem solidários; pais estes pagadores de impostos que deveriam justamente ser voltados para áreas como a educação. Pela Constituição de 1946 cabia aos estudantes e seus responsáveis provar que não tinham condições de arcar com os gastos educacionais pós-primários. De qualquer maneira, ambas Constituições são demonstrativas da importância que tinham as instituições particulares (confessionais ou não) enquanto garantia de educação no Brasil, em todos os graus de ensino. Nesta perspectiva também o contexto era positivo para a recepção das Franciscanas de Dillingen.

Pelo mesmo Art. 149 da Constituição de 1934, fica evidente que a diferenciação do público entre brasileiros e estrangeiros também foi significativa, o que era indicativo da existência de muitos estrangeiros aqui. Pela questão principalmente da moral e da solidariedade, enquanto elementos que se queria imprimir através da educação, estes requeriam uma colaboração inequívoca da Igreja (ranço conservador), através do ensino religioso (facultativo) nas escolas. Renovadoras foram as letras “b” do Art. 150 e as letras “a” e “b” do Parágrafo Único, transcritas anteriormente, referentes à Constituição de 1934. Quanto à letra “c” deste mesmo Parágrafo, esta pode ser vista como conservadora, no sentido de que a referida “liberdade de ensino” seria um espaço muito bem aproveitado pela Igreja (Católica). Da mesma forma também o constante no Art. 154, que isentava de impostos os estabelecimentos particulares de educação, que principalmente a Igreja, num primeiro momento (para criar e instalar escolas onde pudessem propagar sua doutrina) poderia até oferecer gratuidade, a qual evidentemente não seria “eterna”. De qualquer forma, é razoável acreditar que muitos dos que se diziam renovadores ou que participavam do governo de alguma maneira, no fundo eram mesmo conservadores, daí a característica desta Constituição.

Ainda no que se refere à Constituição de 1937, promulgada no mesmo ano da chegada das IFD no Brasil, nela já estava melhor demarcado o tipo de formação que se queria imprimir à população em geral:

Art. 131. A educação physica, o ensino cívico e o de trabalhos manuaes serão obrigatórios em todas as escolas primarias, normaes e secundarias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses grãos ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

Art. 132. O Estado fundará instituições ou dará o seu auxilio e protecção ás fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho annual nos campos e officinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento physico, de maneira a preparal-a ao cumprimento de seus deveres para com a economia e a defesa da Nação. (CONSTITUIÇÃO 1937).

Tais condições para a abertura de escolas à época colaboram para se entender melhor o porquê das matrizes curriculares dos diversos cursos oferecidos pelas IFD, melhor detalhadas no Capítulo III.

Católicos e Escolanovistas; Conservadores e Liberais; o Privado e o Público na Busca pelo Consenso

No ano de 1956 formava-se a primeira turma do Curso Normal, no Colégio Santo Antônio, em Duque de Caxias, RJ. Tratava-se da primeira turma de normalistas formada na Baixada Fluminense, do que se tratará no Capítulo II. Cinco anos depois, em 20 de dezembro de 1961 era promulgada a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, Lei 4.024 (discutida ao longo de 13 anos, desde a apresentação de seu projeto inicial em 1948), a qual fez prevalecer certas reivindicações da Igreja Católica no confronto com os defensores do monopólio estatal para a oferta de educação aos brasileiros. Para além dos interesses mais uma vez da Igreja Católica, é importante conjecturar a existência de benefícios que os proprietários de instituições escolares particulares queriam ter garantidos; sem esquecer que muitas das escolas privadas pertenciam a alguma Congregação religiosa, geralmente católica.

Nessa perspectiva, a questão da centralização ou não do sistema educacional foi o que deu o tom dos debates; sendo que centralizar estaria ligado a autoritarismo e descentralizar a democracia. No final das contas, conforme Xavier, por mais que se quisesse romper com o regime autoritário, a política educacional não sofreu tantas alterações com a promulgação da LDB. Ou seja, o fato de o governo não possuir recursos suficientes para abrir e manter escolas era reafirmado, ao mesmo tempo em

que, sob a justificativa de dar oportunidade de acesso à educação para todos, as instituições particulares de ensino se viram, mais uma vez, em situação privilegiada, percebidas inclusive como complementares. Assim, embora o referido projeto de lei partisse do pressuposto de uma escola “equalizadora”, “única, universal e gratuita”, ele *não só incentivava a iniciativa privada nesse campo, [...] como acaba por induzir a uma concepção de ação estatal meramente supletiva.* (XAVIER, 1990, p.125).

Dessa maneira, é possível compreender a inocuidade da LDB promulgada em 1961, já que ela não fez mais que dissimular as contradições evidenciadas desde pelo menos a Reforma Francisco Campos, em 1931 e ao longo de todo o processo. Contradições do capitalismo brasileiro em avanço que, conforme Xavier (1990, p.142), era consolidado especialmente pelo liberalismo.

O próprio Francisco Campos, que era o titular da pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública, criado por Vargas em 1931, pertencia aos chamados “profissionais da educação”, no caso, os liberais. No entanto, a expectativa em torno das propostas educacionais de um “governo revolucionário” naquele momento, foi frustrada; o que possivelmente se justifica pelo fato de que, além do “Manifesto” — escrito na tentativa de influenciar as diretrizes governamentais do novo governo — ter um tom elitista, à semelhança de seu redator Fernando de Azevedo, [...] *Campos tinha livre trânsito nos meios católicos e mesmo nas entidades parafascistas que se multiplicavam. Podendo transitar entre liberais e conservadores com facilidade, [...].* (GHIRALDELLI, 1992, p.42).

Dáí que a defesa por uma escola laica, gratuita, pública e obrigatória acabou driblada pelos diversos setores conservadores; dentre os quais a Igreja Católica. Esta, através de Alceu Amoroso Lima e da LEC – Liga Eleitoral Católica, retrucou o “Manifesto” de 1932, dizendo que este, *ao consagrar a escola pública obrigatória, gratuita e laica, retirava a educação das mãos da família e destruía assim os princípios de liberdade de ensino.* (GHIRALDELLI, 1992, p.43). Neste momento do texto de Ghiraldelli, talvez estejam localizados dois pontos nevrálgicos que são também examinados neste trabalho. O primeiro deles trata da internacionalização de uma forma de pensar a educação pelos católicos:

É óbvio que as posições dos católicos brasileiros não surgiram como vozes isoladas; elas fizeram parte de um ataque geral da Igreja ao escolanovismo. O próprio Papa Pio XI lançou uma encíclica onde condenou veementemente a “liberdade sem limites da criança” e o

direito que os “novos métodos pedagógicos concediam à criança de forjar sua própria formação” (GHIRALDELLI, 1992, p.43).

Outro ponto diz respeito à questão ideológico-política, que no mínimo causa determinado estranhamento, confusão, de forma um tanto contraditória. Quanto a este último ponto, veja-se a continuação do trecho citado anteriormente:

Exagerando as críticas e confundindo a opinião pública, os conservadores brasileiros acusaram os escolanovistas de “materialistas”, “comunistas”, etc. Pensadores liberais (como Anísio Teixeira) foram tratados pelos católicos de “educadores pró-soviéticos”! (GHIRALDELLI, 1992, p.43).

Conforme Jamil Cury (1978, p.12), a idéia dos católicos era reformar a sociedade sem, no entanto, acabar totalmente com o capitalismo e sim apenas com seus *excessos e exageros* dado o *espírito liberal e laico que o informou*. E só um governo de tipo corporativista²⁹ *de forte sabor ético-religioso* é que poderia evitar o comunismo da forma como este era então “pintado”.

[...] a situação de crise generalizada no Brasil tem suas verdadeiras origens na *apostasia republicana* do Estado e no *laicismo pedagógico*. O regime republicano de 1891-1930 foi, à revelia da maioria católica da nação, instaurado por uma elite cujos objetivos de “ordem e progresso” estavam calcados em princípios racionalistas, positivistas e maçônicos, alheios à tradição do nosso povo (JAMIL CURY, 1978, p.38). (Grifos do autor).

Segundo os católicos, o Brasil vivia uma situação de crise; e as Irmãs Franciscanas de Dillingen, no caso, foram chamadas para aqui exatamente neste momento; em que também a concentração de imigrantes (Alemães) era vista como uma ameaça comunista.

²⁹ *Corporativismo de Estado* tem conotação diversa do *Corporativismo Católico*. De acordo com Cancian (2011), enquanto doutrina política, o corporativismo na virada do século XIX para o XX organizava a sociedade através de corporações ou associações, objetivando em última instância eliminar as contradições inerentes ao capitalismo, serviam, nesse sentido, para amenizar o risco de uma sublevação que rompesse com a ordem social. Posteriormente, o *Corporativismo de Estado* passou a ter uma conotação ideológica direitista e antidemocrática, passando a mecanismo de controle através da repressão de organizações trabalhistas por parte do Estado, prática esta que foi institucionalizada no governo Vargas, entre 1930 e 1945. Quanto ao *Corporativismo Católico*, o mesmo teve origem com a Encíclica *Rerum Novarum*, promulgada pelo Papa Leão XIII em 15 de maio de 1891; Corporativismo este proposto no sentido de combater justamente os efeitos da industrialização, tais como a pobreza e a opressão sobre os trabalhadores, bem como o individualismo e o pauperismo social, mas também (semelhante ao Corporativismo de Estado) o conseqüente crescimento do sindicalismo revolucionário e de classe. Daí os sindicatos mistos e as organizações interclassistas, justamente com pretensões de reunir trabalhadores e empresários na busca do “bem comum”. (RIQUELME, 2010, pp.54-64).

“A Igreja como colaboradora dos elementos estrangeiros” remete a pensar no fato de que as Irmãs de Dillingen (alemãs) vieram para o Brasil a convite de bispos brasileiros; ou seja, estes representantes da Igreja, estariam a colaborar com “elementos estrangeiros” aqui. Não esquecer que esses “elementos” também compunham a Igreja. Este “fato” faz lembrar igualmente do projeto internacionalista ou universalista da Igreja católica. O que, por sua vez, poderia inclusive justificar o convite feito pelos Bispos brasileiros às Irmãs alemãs, sensibilizados que estavam com os problemas políticos e econômicos pelos quais passavam. Mas teriam sido estes os únicos motivos? É mais fácil acreditar que, dentre seus objetivos universais (da Igreja católica), havia um que era mais forte: a cruzada contra o protestantismo (ou seria contra o anticlericalismo dos comunistas e ou anarquistas?) e o veículo privilegiado (assim como o dos escolanovistas, contra os quais faziam oposição) também seria a educação.

Deve-se trazer à lembrança que São João de Meriti e Duque de Caxias se afirmaram, compondo-se naquela época, a partir da classe trabalhadora “expulsa” do centro da então capital brasileira (Rio de Janeiro), certamente após a reforma urbana idealizada e implementada por Pereira Passos (Prefeito do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906). Tais trabalhadores precisavam ser disciplinados, contidos, controlados, “civilizados”, visto que organizados enquanto classe, sob princípios que se baseavam na maioria das vezes em movimentos insurrecionais. Sobre tais cidades se aprofundará mais no próximo capítulo.

Afinal, a fundação pelo menos do Colégio Santa Maria, em São João de Meriti, se deu em função das Cruzadas Eucarísticas Infantis, e não o oposto. Então, neste caso, “a educação como base de formação da nacionalidade”, ao contrário do que temia o Comando Regional, nos colégios católicos existiria sim e seria forte aqui no Brasil, sendo uma formação, moral, cívica, religiosa, católica. As idéias ligadas ao patriotismo e ao nacionalismo foram apenas elementos acordados entre Igreja e Estado, no sentido de preservarem seus respectivos interesses. Daí as IFD classificarem o temor do Comando Regional em relação a elas de *ingênuo*; ou ainda, que foi uma verdadeira batalha *vencer o “zelo patriótico” de inúmeras pessoas*, até que o então Liceu fosse reaberto.

[...] Dessa forma o Liceu Santa Maria progredia sempre, sem nunca se ter afastado, quer do seu princípio fundamental de formar moral e civicamente os alunos, quer de cumprir à risca os regulamentos Federais e Estaduais sobre o Ensino. [...]. (KÖGHMAIER, 1942, p.4).

[...] É, quando ia dar 7 de Setembro também saíamos todos formadinhos, as Madres ganhou sempre em primeiro lugar. Por fim depois deixou porque toda vida só eles que ganhavam em primeiro lugar [...] ali a gente fazia fila, todo dia cantava o hino nacional [...] Cantava todo dia! [...] Hasteava a bandeira, cantava o hino nacional aí que a gente entrava. [...] Todo dia era assim! Quando eu estudei [...] até a quarta série quando eu saí, sempre foi assim. (NOGUEIRA, 2009).

[...] o portão aberto, a gente ficava brincando lá, um pouco, até a hora de formar, aí a gente formava em frente a [...] às bandeiras e tinha um corredor assim, uma varandona! Onde ficavam as salas do Primário, [...] cantava o hino, todo dia [...]. (VALLADÃO, 2009).

Assim, o que seria mais ameaçador para o Estado nacional? Católicos alemães ou Escolanovistas brasileiros? Ou seja, escolas católicas como a das IFD se comprometiam a participar com seus alunos das comemorações das diversas datas cívicas e, em troca, poderiam inculcar também seus valores morais e religiosos católicos nos alunos ali matriculados, muitas vezes até (por mais que fossem particulares) através de subsídios do governo. Entretanto, o peso de serem originárias da Alemanha, naquele momento foi maior que seus reais interesses “religiosos”, em nome de uma universalidade da Igreja católica. O peso de serem “cidadãs brasileiras”, cumpridoras de suas obrigações para com o Estado foi maior — enquanto responsáveis por instituições escolares neste país — que o peso de sua “nacionalidade alemã”. O que, mesmo assim, ao que pareceu, não foi percebido naquele momento (1942) pelos órgãos governamentais vigilantes e repressores.

A analogia e a idiossincrasia entre formação/participação escolar e ação/participação cívica constituíram e constituem questões fundamentais na pedagogia contemporânea, podendo estabelecer-se, uma vez mais um *continuum* desde a vivência e a participação escolar, como embrião da renovação das práticas sociais, até uma adaptação e submissão estreitas das práticas escolares às normas e às regras sociais vigentes (MAGALHÃES, 2004, p.31).

No caso das IFD, o que houve foi justamente sua adaptação e submissão às regras vigentes. É bom ficar claro que a utilização dos símbolos nacionais constava da legislação federal, e por ocasião da Constituição de 1937, a palavra “obrigatório”, determinava o uso dos mesmos, e pesava bem mais que nas outras duas Constituições (a anterior e a posterior). Em 1937 esta questão, ligada à idéia de Pátria e Nação, parecia ser bem mais relevante, visto que foi tratada logo no 2º artigo da Lei, enquanto que nas outras duas Constituições foi tratada nos artigos 174 e 195.

Art. 174. A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais devem ser usados em todo o território do País, nos termos que a lei determinar. (CONSTITUIÇÃO 1934).

Art. 2º. A bandeira, o hymno, o escudo e as armas nacionaes são de uso obrigatório em todo o paíz. Não haverá outras bandeiras, hymnos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos symbolos nacionaes. (CONSTITUIÇÃO 1937).

Art. 195. São símbolos nacionais a bandeira, o hino, o selo e as armas vigorantes na data da promulgação desta Constituição. (CONSTITUIÇÃO 1946).

Dessa maneira, o exercício da “cidadania brasileira” por parte das Irmãs alemãs não se consubstanciava numa opção, mas numa obrigação, em cumprimento da Lei.

Em consonância às legislações federais, há alguns trechos da Lei Orgânica de 1942, a respeito do ensino secundário, que são indicativas da tendência fascista presente no período do “Estado Novo”:

Art. 22. Os estabelecimentos de ensino secundário tomarão cuidado especial e constante na educação moral e cívica de seus alunos, buscando neles como base do caráter, a compreensão do valor e do destino do homem, e, como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios, e de sua missão em meio aos outros povos.

Art. 23. Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade. Os responsáveis pela educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundário formar às individualidades condutoras, pelo que força é desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade (DECRETO-LEI 4.244, 9/04/1942).

Em outras palavras, caberia ao ensino secundário preparar indivíduos condutores, ou seja, homens de iniciativa, futuros responsáveis pelos destinos da nação brasileira (reitera-se que o ensino implementado pelas IFD alcançava mais amplamente o ensino primário).

Dessa forma, apesar de os governantes brasileiros na época se dizerem contrários ao comunismo, nazismo, fascismo, bem como serem desconfiados de que determinados grupos étnicos (as Irmãs Franciscanas de Dillingen comporiam um desses grupos) pudessem introduzir tais idéias no país, acabam eles mesmos, por promulgar leis e decretos, cujo teor era nitidamente fascista.

Tais apontamentos e problematizações são apenas indicativos daquilo que se acredita necessário esclarecer para só então se pensar sobre as propostas e ações pedagógicas das Irmãs Franciscanas de Dillingen em terras brasileiras. Foi possível perceber até agora, no caso, a “guerra de nervos” vivenciada naquele período devido à

ameaça do comunismo (Ver artigos no ANEXO 04). E se num determinado momento os católicos acusavam os escolanovistas, no caso, de comunistas, em outros momentos os próprios católicos vão sentir na pele, através de determinadas Congregações Religiosas (mais especificamente as alemãs) o que era ser vítima desse tipo de acusação.

Acredita-se que as mais diversas Congregações (dentre outras, as Franciscanas) estavam no Brasil ligadas aos interesses e ações da Igreja Católica como um todo. Portanto, se a Igreja Católica se encontrava envolvida nos debates políticos da década de 1930 no Brasil, quando então lutava para não perder seu espaço diante do republicanismo caracteristicamente laico, os Franciscanos acabaram certamente envolvidos, direta ou indiretamente nessa luta. A Igreja,

[...] profundamente enraizada no ensino secundário, que ela praticamente controlava através de sua rede de colégios, [...] não tinha praticamente nenhuma presença no ensino primário. Ora, o número de alunos do ensino primário havia quase duplicado entre 1920 e 1930, e esta expansão tendia a acelerar-se. Assim, ao lutar pela introdução do ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja estava lutando para garantir a sua influência sobre as classes populares urbanas (HORTA, 1994, p.99).

No caso das Franciscanas de Dillingen, se realmente aceitaram o convite do Bispo de Niterói, Dom José Alves, ao chegarem a Cabo Frio, no Rio de Janeiro, acabaram por assumir, dentre várias atividades, a escola primária. Coincidência ou não, a Igreja Católica não estava justamente preocupada com o ensino primário, onde pudesse introduzir o ensino religioso? Acredita-se que o convite do Bispo, pode sim ter sido estratégico naquele momento, assim como as condições históricas encontradas aqui levaram as Irmãs de Dillingen a tomar determinadas atitudes, de certa forma alheias às suas opções de vida originais (pobreza, entrega, obediência aos seus princípios).

Momentos que Marcaram sua Fixação em Terras Brasileiras

Em alguns dos históricos das Irmãs Franciscanas encontrados, por exemplo, em agendas recentemente distribuídas à comunidade escolar de sua Rede Educacional,

consta que elas partiram para a América do Sul e chegaram ao Brasil no ano de 1937³⁰, na cidade de Cabo Frio-RJ e também na cidade de Recife, neste mesmo ano³¹. E que, afastadas “bruscamente” da Alemanha pelo Movimento Nazista, ao chegarem aqui assumiram atividades não só religiosas, mas também sociais e educacionais.

Tais explicações não deixam de ser curiosas e muitas vezes diferentes entre si. Conforme a crônica a que se referiu anteriormente, sobre o desenvolvimento da Província da Divina Providência (nome da Província do sul do Brasil, das IFD, em Duque de Caxias-RJ), *nesse ano (1937) foram fechadas muitas casas na Alemanha, pelo Movimento Nazista; por isso a direção aceitou o convite do Bispo de Niterói, Dom José Alves*. (AGENDA, 2007, p.25). É importante ficar claro que tais crônicas retratam a vinda das IFD como uma “saga”. Noutro documento, intitulado “Regra e Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen: Regra e Vida dos Irmãos e Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco”, consta também nas crônicas em anexo que, naquele ano, *após o fechamento de escolas religiosas na Alemanha nazista, Franciscanas de Dillingen emigraram para o Brasil*. (p.133) (os grifos são meus). Ou ainda:

Em 1937, na Alemanha, as professoras religiosas foram bruscamente afastadas do setor educacional pelo movimento nazista. Partiram para a América do Sul, chegando ao Brasil, onde iniciaram as atividades no campo educacional, na cidade de Cabo Frio. As Irmãs pioneiras (ver imagens a seguir) assumiram desenvolver a atividade escolar primária, orientação de um pequeno orfanato, já existente, e catequese paroquial (AGENDA, 2007, p.5).

Deve ficar claro que em 1937 ainda vigorava a concordata da Alemanha com a Santa Sé, firmada em 1933. Além do mais, nesta ocasião Getúlio Vargas era simpático ao governo alemão. De qualquer maneira, é possível afirmar que não foi apenas com a fundação e direção dos primeiros 03 (três) Colégios em 1937, 1940 e 1942, no Brasil, que deram início a suas atividades no setor escolar; visto que estas atividades já se davam em sua terra natal, e em outros países, provavelmente desde o século XVIII (conforme histórico na Introdução).

Conforme “Nossa História” (1950, p.30), as primeiras 06 (seis) Franciscanas de Dillingen chegaram ao Brasil no ano de 1937; seguidas por outras 32 (trinta e duas) nos

³⁰ Elas partiram para o Brasil no dia 6 de abril de 1937, mas só chegaram em Cabo Frio-RJ no dia 26 de abril de 1937. Ou seja, 20 dias depois.

³¹ É importante frisar que as referidas Irmãs que se deslocaram para o nordeste brasileiro, saíram de sua terra natal no dia 22 de maio de 1937, chegando por mar em Recife, apenas no dia 5 de junho de 1937.

anos de 1938 e 1940. Em 1950 contavam-se 43 (quarenta e três) Religiosas. As IFD pioneiras em terras brasileiras foram:



*Ir. Raphaelis
Köglmaier*, professora
primária de escola em
Sheidegg



Ir. Liebharda Fischer,
professora do Ensino
Primário e do Ensino
Médio no Ginásio em
Dillingen



*Ir. Adelheide
Stammler*, professora
nas classes superiores
da Escola feminina em
Dillingen



Ir. Brunhilde Schneider,
professora de trabalhos
manuais



*Ir. Walgildis
Eichberger*, professora
de Jardim de Infância



Ir. Reisindis Mayer,
Cozinheira

É importante destacar os nomes das outras Irmãs que vieram para o nordeste brasileiro neste mesmo ano e chegaram aqui no mês de junho. Foram elas: Ir. Florésia Kirschmayer, Ir. Venantia Schmid, Ir. Urbana Schöberl; Ir. Iluminaris Allger, Ir. Ildefonsa Strauss e Ir. Trautlinde Frischholz. Em setembro de 1937 vieram outras duas, que esperaram a profissão dos primeiros votos: Raphaela Hitzler e Friedheide Späth. No Capítulo IV se detalhará melhor a vida das Irmãs que vieram da Alemanha.

Na busca por compreender o que ocorria com as IFD na Alemanha, na virada de década de 1930 para 1940, lê-se:

Este resumo da História das Franciscanas de Dillingen ficaria incompleta, não fossem acrescentados e mencionados os principais acontecimentos ocorridos durante muito resumidamente embora, a ditadura nazista, inimigo nº 1 da Igreja de Cristo, também nossa fundação; e depois até 1950.[...]

Ao iniciar o nazismo a sua ofensiva de destruição contra as instituições religiosas, o Rei eterno, onipotente, invencível, quis assumir, de uma forma especial, e pessoalmente, a nossa defeza, fazendo-se entronizar, publica e solenemente, no Centro da nossa Congregação.

“Não permitais, o Senhor, que aquelas, que em Vós confiam, sejam entregues aos animais ferozes e guardai e defendei as vossas

servas, as quais remistes e comprastes com o Vosso Sangue Precioso Divino.”

Assim s. Clara, a grande franciscana, rezou, quando os inimigos ameaçaram com destruição e morte o seu Convento e a sua Comunidade. A sua única defeza era Jesus Sacramentado, apresentado aos inimigos, colocado contra êles. Ao apelo de Fé e Amor de Clara Nosso Senhor respondeu da Hostia Consagrada: “Eu sempre vos guardarei.” – Clara e as suas filhas espirituais foram salvas. [...]

Os inimigos, fortes e numerosos, tudo fizeram e tentaram, para liquidar a nossa fundação; mas o Rei, entronizado pelas Franciscanas de Dillingen, as salvou de todas as ameaças. Sofreram muito. Foram, por assim dizer, condenadas à morte e andaram seu caminho da cruz. Mas venceram e continuaram e continuam a viver e trabalhar pela causa do seu Rei.

Um ano depois da inauguração da Adoração Perpétua no Centro da nossa Congregação, em 1936, essa sofreu o primeiro ataque. Foi fechado o nosso Seminário, a nossa Escola de Pedagogia, em que preparávamos as nossas professoras. Era uma medida arbitrária, injusta, da parte do Nazismo, como, aliás, todas as seguintes; as quais seguiram em breve. Era golpe sobre golpe:

Afastamento das professoras religiosas das escolas primárias; - fechamento das nossas escolas médias e superiores – desapropriação ou venda forçada dos nossos Institutos – expulsão das nossas irmãs dos Asilos – anulação dos nossos contratos nas escolas de costura – fechamento de jardins de infância (não todas) – proibição até de qualquer ensino particular.

Sistematicamente os inimigos tiraram às nossas irmãs toda influência sobre a mocidade. – Nem se contam, além de tudo isso, as chicanas sem número sofridas partindo dos chefes, prefeitos e grupos nazistas locais. – Candidatas e noviças foram arrancadas do abrigo da família religiosa e obrigadas a prestar serviço de trabalho nas organizações criadas para esse fim. As repartições, que organizavam a distribuição do trabalho no “III. Reich”, impossibilitavam a entrada de candidatas na Congregação.

Outro problema grave surgiu paralelo com o fechamento de tantos Institutos nossos, com a paralisação dos trabalhos de nossas irmãs. Onde colocar tantas pessoas para morar; o que fazer, para lhes conseguir trabalho e sustento de vida, e sustento também para o grande numero de Religiosas doentes, invalidas?

E mais uma pergunta angustiosa: quantas irmãs teriam força e coragem, para suportar essas coações todas, para resistir à onda de ameaças, violencias e seduções; para perseverar na sua santa vocação? [...] Jesus, do Seu trono em Dillingen velava. Jesus ajudava: dando às nossas força, dando coragem, dando tudo, para a nossa fundação viver e vencer. Jesus em breve providenciava trabalho, tanto trabalho, que passava a capacidade das nossas irmãs. A guerra reclamou os homens validos para o serviço militar.

Nas igrejas faltavam, em consequência, os organistas, os sacristães, os secretários no despacho, os auxiliares dos padres nos vários serviços, increntes à cura de almas. As Franciscanas de Dillingen, dentro do possível, foram ocupar os lugares vazios.

Assumiram ainda administração das cozinhas, dispensas em Seminários e Conventos de sacerdotes. Foram para os hospitais de sangue, onde trabalhavam nas enfermarias, salas de operações, laboratórios e administrações.

Houve até numerosas irmãs, professoras de trabalhos manuais, que, em trajes civis, se habilitaram mediante exame publico de mestre, para poder continuar nos seus postos de professoras nas escolas para trabalhos de costura e manuais. E assim se deu o milagre, que o Estado nazista e os homens que desejavam o extermínio das

nossas, foram obrigados a reclamar os nossos préstimos, a nossa ajuda.

Deus estava com as Franciscanas de Dillingen, e elas de Deus não se afastavam, Unidas com Ele resistiram a todas as calamidades. – Quando os ataques aéreos arrasavam, completamente, os nossos Conventos em Munique – Augsburg – Wuerzburg – Aschaffenburg, a Fé e Confiança das nossas não vacilavam; elas descansavam na Santa Vontade Divina.

Nesse abrigo divino estavam e continuavam. Alegres e confiantes festejaram, no meio dos maiores perigos e ameaças, o sentenário da fundação do Convento de Dillingen. Corajosas, cercadas de inimigos mortais da Santa Sé, conseguiram, justamente naquela época difícil e crítica, a nossa a união da nossa Congregação com Roma.

Por um decreto da Santa Sé a nossa Congregação, de direito diocesano, ficou aos 7 de dezembro de 1943, subordinada diretamente à Sé Apostólica.

A segunda guerra mundial terminou, depois de mergulhar Europa num mar de sangue e lágrimas. Os inimigos oficiais da véspera desapareceram. Com a mesma coragem, com a mesma Fé e Confiança em Deus de sempre, as Franciscanas de Dillingen, agora livres novamente, recomeçaram as suas atividades em todos os setores da vinha de Senhores: exteriores e interiores.

Novas calamidades, parciais e gerais, podem cair sobre o mundo, atingido também as Franciscanas de Dillingen. Novos inimigos da Religião e, portanto, dos Conventos e Comunidades religiosas, podem surgir, as ameaçando, até com morte e extermínio.

O Amor e a Onipotência de Deus acompanhou a Fundação de Dillingen e as Franciscanas através de 700 anos, as guardando e defendendo e salvando, ainda nos tempos mais críticos. [...] (NOSSA HISTÓRIA, 1950, pp.31-35). (Grifos meus).

Na mesma perspectiva de Stuart Hall, pode-se afirmar que no período do nazismo ocorreu uma espécie de dupla diáspora: uma pelo fato de que as IFD tiveram que se desligar de suas práticas conventuais, obrigadas a exercer diversas outras funções e cargos se quisessem sobreviver na Alemanha; e outra diáspora quando, “optam” por emigrar para outros países. Para Hall,

[...] o conceito fechado de diáspora se apóia sobre uma concepção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um “outro” e de uma oposição rígida entre o de dentro e o de fora. Porém, as configurações sincretizadas da identidade cultural requerem a noção derridiana de *différance*, uma diferença que não funciona através dos binarismos, fronteiras veladas que separam finalmente, mas são também *places de passage* e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim (HALL, 2008, p.32-33).

No caso, se trataria das diferenças entre os ideais das Irmãs Franciscanas de Dillingen e os ideais nazistas; o que não teria um caráter escancarado, mas velado nas posições de cada um, bem como nas relações entre ambos. Este espectro, ao qual se refere Hall, tanto não teve

começo nem fim, que perpassou por boa parte da vivência destas Irmãs, mesmo no Brasil. Aqui tais diferenças eram, além de ideológicas, também culturais.

No ano de 1939, a 2ª Guerra Mundial interrompeu a comunicação das Irmãs no Brasil com o que elas chamam de “Casa-mãe” (na Alemanha), situação que perdurou até 1945. De qualquer forma, pode ter sido devido a tais eventos que aceitaram a proposta dos padres franciscanos de São João de Meriti-RJ quando então, em 05 de fevereiro de 1940, fundou-se ali o *Colégio Santa Maria*³². Em Duque de Caxias, neste mesmo Estado, foi fundado também o atual *Colégio Santo Antônio*³³, no dia 01 de janeiro de 1942. Os dois Colégios são mantidos atualmente pela Sociedade Franciscana da Divina Providência, mantenedora fundada no ano de 1949.

Em 1942, mais especificamente no dia 09 de abril, era decretada a Reforma Capanema (Decreto-Lei nº 4.244), pelo então Ministro da Educação e Saúde, direcionada ao ensino secundário e que, conforme Ribeiro, refletia o *transplante da ideologia nazi-fascista [...] na organização escolar* brasileira. (2001, p.131). Perspectiva que vem corroborar com a exposição de motivos da referida Lei Orgânica. Para Capanema era importante que se compreendesse a sua concepção do que deveria representar a educação como um todo e mais especificamente o curso secundário; e que sua principal função seria formar a personalidade do adolescente, aos quais deveria ser transmitida uma formação moral e ética, consubstanciada na crença em Deus, na religião, na família e na pátria; sobre o que já se adiantou na página 68.

CAPÍTULO VI DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Art. 21. O ensino de religião constitui parte integrante da educação adolescência, sendo lícito aos estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nos estudos do primeiro e do segundo ciclo.

Parágrafo único. Os programas de ensino de religião e o seu regime didático serão fixados pela autoridade eclesiástica.

CAPÍTULO VII DA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Art. 22. Os estabelecimentos de ensino secundário tomarão cuidado especial e constante na educação moral e cívica de seus alunos, buscando neles como base do caráter, a compreensão do valor e do destino do homem, e, como base do patriotismo, a compreensão da continuidade histórica do povo brasileiro, de seus problemas e desígnios, e de sua missão em meio aos outros povos.

Art. 23. Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade. Os responsáveis pela educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundário formar as individualidades condutoras, pelo que força é desenvolver nos alunos

³² Colégio Santa Maria está localizado à Av. Automóvel Clube, 269, Centro, Caixa Postal 79343, São João de Meriti, RJ, CEP: 25515-120.

³³ Colégio Santo Antônio está localizado à Rua Tenente José Dias, 349, CEP 25010-305, Centro, Caixa Postal 76001, CEP da Caixa Postal: 25001-970, Duque de Caxias, RJ.

a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade.

Art. 24. A educação moral e cívica não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará a cada momento da forma de execução de todos os programas que dêem ensejo a esse objetivo, e de um modo geral do próprio processo da vida escolar, que, em todas as atividades e circunstâncias, deverá transcorrer em termos de elevada dignidade e fervor patriótico.

§ 1º Para a formação da consciência patriótica, serão com frequência utilizados os estudos históricos e geográficos, devendo, no ensino de história geral e de geografia geral, ser postas em evidência as correlações de uma e outra, respectivamente, com a história do Brasil e a geografia do Brasil.

§ 2º Incluir-se-á nos programas de história do Brasil e de geografia do Brasil dos cursos clássico e científico o estudo dos problemas vitais do país.

§ 3º Formar-se-á a consciência patriótica de modo especial pela fiel execução do serviço cívico próprio do Juventude Brasileira, na conformidade de suas prescrições.

§ 4º A prática do canto orfeônico de sentido patriótico é obrigatória nos estabelecimentos de ensino secundário para todos os alunos de primeiro e de segundo ciclo (DECRETO-LEI 4.244, 1942).

Conforme o Art. 21 da referida Lei Orgânica, num ano em que era fundado um dos atuais Colégios das IFD na Baixada Fluminense, o ensino religioso era mais uma vez reforçado, desta vez no ensino secundário. E por mais que naquele momento o ensino ministrado por elas fosse basicamente o primário, nunca era demais ver estabelecido legalmente o elemento em que se baseavam os ensinamentos das escolas confessionais. É nítido que para Gustavo Capanema a Igreja seria fundamental, principalmente na formação moral dos adolescentes (no caso), através do ensino religioso. Tanto é que os capítulos que tratam “da religião” e “da educação moral e cívica” foram colocados consecutivamente na referida Lei Orgânica. E para além de Deus, os preceitos familiares e patrióticos faziam parte da formação promovida pelas IFD em suas escolas; o que vai melhor tratado no Capítulo V. Antes desta Lei Orgânica, a Constituição de 1937 não foi tão peremptória quanto ao ensino religioso; mas de qualquer forma, já abria as portas para a doutrinação principalmente da fé católica por meio das instituições escolares.

Art. 133. O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objecto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alumnos (CONSTITUIÇÃO 1937).

Quanto ao caráter nazi-fascista do Decreto-Lei 4.244/1942, ele realmente fica evidente nos seus Artigos 22, 23 e 24, que reforçam o tipo de homem almejado: com iniciativa e decidido, mas ao mesmo tempo disciplinado; fervoroso na defesa de sua pátria e um diferencial dentre outros homens de outros países. Ao se pensar racionalmente, as IFD estariam no mínimo a se trair, ao serem coniventes com tais prerrogativas legais. Isso se for considerado tanto o contexto que as fez sair da Alemanha (para além de sua veia missionária), quanto seus princípios franciscanos, em destaque o da humildade.

A Problemática da Imigração e do Nacionalismo

Xavier vai questionar esta interpretação por parte de alguns historiadores da educação, à semelhança de Ribeiro (2001, p.131), os quais identificam (de forma equivocada) o nacionalismo (que o Decreto-Lei 4.244, de 1942 reforçava) ao nazismo e ao fascismo; o que acaba por comprometer a objetividade da Reforma Capanema (de 1931) e o entendimento dela em seu conjunto. (XAVIER, 1990, p.106).

De qualquer maneira, é bom lembrar que as Irmãs Franciscanas aqui tratadas, chegaram de Dillingen (Alemanha) nas vésperas da Segunda Guerra Mundial. Assim, o mais sensato é que colaborassem para negar, nas entrelinhas de sua realidade e práticas, a idéia de nacionalismo proposta nas referidas Leis Orgânicas, justamente por perceberem-nas semelhantes ao teor nazista e ou fascista que experimentaram na Alemanha. No entanto, o que se percebeu foi que elas aderiram à causa do nacionalismo brasileiro; seja por vir atrelado à positividade do ensino religioso, seja pela necessidade de sobrevivência, quando faziam de tudo para ocultarem suas origens perante o poder público; sabendo que no dia 29 de julho de 1942, o então Liceu Santa Maria foi fechado pela polícia de Niterói em São João de Meriti-RJ (o que será retomado adiante). É bom lembrar que esta cidade

[...] faz parte de algumas sesmarias que deram origem à Baixada Fluminense. Povos de etnias diversas chegaram à Baixada, seja por motivos políticos, econômicos, religiosos ou pela facilidade de habitação. Aqui se instalaram e desta terra fizeram seu torrão: portugueses, sírios libaneses, turcos, judeus, etc. (SENDRA, 2007, p.88).

Dessa forma eram notórias as dificuldades da ocorrência de ideias nacionalistas, pelo menos regionalmente, naquele momento. É possível também que grande parte dos discentes da Baixada Fluminense fosse descendente de alguma outra nacionalidade. Lembra-se que a escola era o principal *lôcus* de propaganda nacionalista, em que as crianças deviam aprender a ser bons “súditos” e bons “cidadãos”; no caso cidadãos brasileiros. Deve ter sido realmente difícil para as Irmãs Franciscanas de Dillingen (alemãs), cultuarem uma nação que não era a sua de origem e ainda levar os alunos, muitos deles também de outras nacionalidades a fazer o mesmo.

Percebe-se inicialmente a diversidade de etnias entradas no Brasil, pelo menos a partir do ano anterior à chegada das IFD neste país (1937) e no período entreguerras de maneira geral, até meados dos anos 1950. Isso sem contar a quantidade de estrangeiros que certamente veio para cá na virada do século XIX para o XX, até o final da Primeira República, devido ao então processo de imigração em massa. De qualquer maneira, no período representado, fica evidente que foram para o Rio de Janeiro os imigrantes cuja maioria era de origem portuguesa, seguido pelos de origem italiana, alemã e espanhola. O que tem uma explicação legal:

Art 5º Compete privativamente à União:

XIX – legislar sobre:

g) naturalização, entrada e expulsão de estrangeiros, extradição; emigração e imigração, que deverá ser regulada e orientada, podendo ser proibida totalmente, ou em razão da procedência;

Art. 12. A União não intervirá em negócios peculiares aos Estados, salvo:

I – para manter a integridade nacional;

II – para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro;

Art. 121. § 6º A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena. (CONSTITUIÇÃO 1934).

A preocupação era no sentido de evitar uma invasão estrangeira, mas também com a procedência dos imigrantes; do que se tornaram alvo os nipônicos, os germânicos e os judeus em momentos diferentes. (Ver ANEXO 01). Por outro lado, muito do que traz esta legislação era para se evitar e se resguardar das idéias e movimentos grevistas e

revolucionários por parte dos trabalhadores dos grandes centros nas décadas anteriores, equivocadamente ligados unicamente ao movimento imigratório³⁴.

Mais do que uma formação religiosa, também os católicos talvez estivessem preocupados com a ordem, diga-se com a dissolução de possíveis formas de organização da classe trabalhadora, enfim, com a *quietude das massas* (GHIRALDELLI 1992, p.44), necessidade básica para sua atuação doutrinária. E nesse sentido, os católicos iriam ao encontro tanto dos interesses do governo quanto dos profissionais da educação (liberais, escolanovistas). Só é intrigante a proximidade que os católicos tomaram de movimentos fascistas e nazistas, para a qual Ghiraldelli chama a atenção. Intrigante quando se lembra que as Irmãs Franciscanas de Dillingen eram originárias da Alemanha e que por isso algumas pessoas ou grupos as associavam ao nazismo de Hitler; intrigante por se saber que as mesmas vieram para o Brasil a convite de bispos brasileiros; intrigante pelo fato de que nenhuma evidência tenha ligado tais Irmãs franciscanas ao nazismo, a não ser por sua “submissão”, seguidoras que eram da legislação nacional, em que demonstravam seu apoio ao governo brasileiro, ao participarem, por exemplo, dos grandes desfiles paramilitares — *característica das ditaduras européias naquele período*. (GHIRALDELLI, 1992, p.44).

Sobre a então preocupação com os estrangeiros e a tentativa de nacionalização dos mesmos, citamos alguns trechos do Decreto-lei 1.545, de 25 de agosto de 1939:

Art. 1º Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum.

Art. 4º Incumbe ao Ministério da Educação e Saúde:

- a) promover, nas regiões onde preponderarem descendentes de estrangeiros, e em proporção adequada, a criação de escolas que serão confiadas a professores capazes de servir os fins desta lei;
- b) subvencionar as escolas primárias de núcleos coloniais, criadas por sua iniciativa nos Estados ou Municípios; favorecer as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros;
- c) orientar o preparo e o recrutamento de professores para as escolas primárias dos núcleos coloniais;
- d) estimular a criação de organizações patrióticas que se destinem à educação física, instituíam bibliotecas de obras de interesse

³⁴ Muitos autores afirmam ainda que o anarquismo (anticlerical), por exemplo, foi trazido para o Brasil através principalmente dos Imigrantes, quando então os problemas enfrentados pelos trabalhadores passam a ser tratados como caso de polícia. A este respeito ver: OLIVEIRA, Antoniette Camargo de. *Despontar, (Des)fazer-se, (Re)viver: a (des)continuidade das Organizações Anarquistas na Primeira República*. Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2001. (Dissertação de Mestrado).

- nacional e promovam comemorações cívicas e viagens para regiões do país;
- e) exercer vigilância sobre o ensino de línguas e da história e geografia do Brasil;
 - f) distribuir folhetos com notícias e informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações.

Art. 9º Incumbe aos Interventores Federais:

assegurar o funcionamento das escolas existentes a cargo dos governos dos Estados ou dos Municípios, e a sua reorganização quando não preencham os requisitos desta lei;
remeter trimestralmente ao Conselho de Segurança Nacional uma estatística da entrada e localização de imigrantes;
promover, de acordo com as autoridades militares, solenidades cívicas e manifestações patrióticas nessas zonas;

Art. 10. É obrigatória a organização das escolas de instrução pré-militar nos estabelecimentos de ensino secundário.

Art. 11. Nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros, salvo os casos expressamente permitidos em lei e excetuadas as congregações religiosas especializadas que mantêm institutos em todos os países, sem relação alguma com qualquer nacionalidade.

Art. 12. Aos estabelecimentos de ensino localizados nas regiões mais sujeitas á desnacionalização, a educação física, na fôrma obrigatória prescrita, poderá ser ministrada por oficiais ou sargentos designados pelos Comandantes de Região.

Parágrafo único. Aos professores e instrutores de qualquer espécie, bem como a todos os que se consagrem à tarefa de cuidar da infância e juventude, cumpre esforçarem-se por difundir o sentimento da nacionalidade e o amor da pátria.

Art. 16. Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional.

Art. 17. O Governo da União auxiliará os Estados para a organização de pequenas bibliotecas de livros nacionais nos centros de aglomeração de estrangeiros. (DECRETO-LEI 1.545, 25/08/1939)

Como se vê, apesar de não se tratar de um núcleo colonial, só o fato de serem originárias da Alemanha fazia com que as IFD não tivessem outra saída a não ser colaborar para que a legislação fosse cumprida. Daí a participação dos colégios dirigidos por elas em desfiles cívicos, por exemplo.

Consta o seguinte nas Constituições de 1937 e de 1946 respectivamente:

Art. 122. A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no país o direito á liberdade, á segurança individual e á propriedade, nos termos seguintes:

13- [...] Além dos casos previstos na legislação militar para o tempo de guerra, a lei poderá prescrever a pena de morte para os seguintes crimes:

- a) tentar submeter o território da Nação ou parte delle á soberania de Estado estrangeiro;
- b) tentar, com auxilio ou subsidio de Estado estrangeiro ou organização de caracter internacional, contra a unidade da Nação, procurando desmembrar o território sujeito á sua soberania;
- d) tentar, com auxilio ou subsidio de Estado estrangeiro ou organização de caracter internacional, a mudança da ordem política ou social estabelecida na Constituição; (CONSTITUIÇÃO 1937).

Art. 143. O Governo federal poderá expulsar do território nacional o estrangeiro nocivo à ordem pública, salvo se o seu cônjuge for brasileiro, e se tiver filho brasileiro (art. 129, nºs I e II) dependente da economia paterna. (CONSTITUIÇÃO 1946).

Em 1937, a legislação levava a um clima de desconfiança em relação a toda e qualquer organização estrangeira; e certamente organizações que fossem responsáveis pela educação de parcela da sociedade brasileira, mesmo que compostas por religiosos(as) não estariam isentas de vigilância geral. A possibilidade da pena de morte certamente deixava em alerta toda a população, fosse ela nativa ou imigrante. Ou seja, se se estava sujeito à pena de morte, não devia mesmo ser “boa coisa”, então que fosse logo denunciado.

Ao encontro do que estava previsto na Constituição de 1934, foi criado em 04 de maio de 1938 o Conselho de Imigração e Colonização, através do Decreto-Lei nº 406, cujo objetivo era sistematizar e coordenar tudo o que fosse relativo à imigração e à concentração de estrangeiros no território nacional; extinto em 1954, criou-se em seu lugar o INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização, através da Lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954, enquanto uma entidade vinculada ao Ministério da Agricultura. Inclusive, antes disso, em 1946, constava na nova Constituição:

Art. 156. A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas. Para esse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados. (CONSTITUIÇÃO 1946). (grifo meu).

Ou seja, até a título de colonização, não se priorizava mais os “alienígenas”, diferentemente do que ocorrera principalmente da Primeira República. Ainda no que se refere à procedência dos imigrantes,

A maior parte dos comentários de juristas publicistas, políticos, autoridades, convergem para o português como o imigrante portador das melhores qualidades requeridas. Vargas estabelecerá, inclusive, contratos bilaterais com o governo português para acertar a entrada de imigrantes lusos, num momento em que a imigração estrangeira encontrava-se simplesmente estancada. Afinal, o português que aqui aportava era de origem agrária, dócil, e vinha reforçar a matriz básica de criação do tipo racial do brasileiro (LENHARO, 1986, p.113).

É importante considerar que alguns alunos das duas instituições educacionais fundadas pelas IFD na Baixada Fluminense eram portugueses ou descendentes. O que implica afirmar que muitos desses imigrantes, apesar de chegarem à então capital do

Conforme o QUADRO 01 dos 11.900 (onze mil e novecentos) alemães que entraram no Brasil e cuja maioria possivelmente permaneceu no Estado do Rio de Janeiro, 17,80% chegou aqui em 1935, pouco antes de declarada a 2ª Guerra Mundial (em 1939) e dois anos antes das Irmãs Franciscanas de Dillingen também aportarem aqui (em 1937). No ano de 1948 chegaram mais 18,77% deste mesmo total, ou seja, 1.849 (mil oitocentos e quarenta e nove) alemães. Da mesma forma, como já foi adiantado, está claro que a maioria dos estrangeiros que para cá vieram, tinham nacionalidade portuguesa³⁵, sendo que apenas no período em que os dois Colégios das IFD foram abertos da Baixada Fluminense (1940 e 1942), chegaram ao Estado do Rio 17,01% de um total de 72.454 (setenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro), o que equivale em números exatos a 12.321 (doze mil, trezentos e vinte e um) portugueses. Além dessas duas nacionalidades, os italianos também representam um número expressivo no Quadro anterior.

QUADRO 02			
Imigrantes entrados no Brasil e no Estado do RIO DE JANEIRO em números absolutos e também em números relativos do Rio de Janeiro em relação ao Brasil			
ANO	Brasil	Rio de Janeiro	% do Rio de Janeiro em relação ao Brasil
1935	29.585	7.764	26,24%
1936	92.703	25.072	27,04%
1939	22.668	10.961	48,35%
1940/1944	33.713	18.332	54,37%
1941/1945	18.432	10.753	58,33%
1947	18.753	13.671	72,90%
1948	21.568	16.216	75,18%
1949	23.844	13.337	55,93%
1950	34.691	17.416	50,20%
1951	62.548	31.361	50,13%
1954	72.248	25.659	35,52%
1955	55.166	19.547	35,43%
1956	44.806	14.334	31,99%
1957	53.613	19.453	36,28%
1958	49.839	17.755	35,64%
1959	44.520	14.028	31,51%
1960	40.507	11.136	27,49%
Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas na página do IBGE, série "Estatísticas do Século XX"			

³⁵ Foram encontrados na Imprensa escrita local e regional, alguns artigos demonstrativos da quantidade de portugueses que se estabeleceram na baixada, artigos estes que estão dispostos no ANEXO 02.

Em relação ao QUADRO 2, e levando em consideração a margem de erro das estatísticas promovidas pelo IBGE, três anos mais especificamente chamam a atenção pela quantidade maior de imigrantes de todas as nacionalidades que vieram para o Brasil: 1936, 1951 e 1954 (ano de criação do INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização). Da mesma maneira, vê-se que entre 1947 e 1948 o número relativo dos imigrantes que se dirigiram ao Estado do Rio de Janeiro, ou ao menos desembarcaram nos portos e aeroportos da então capital federal, ultrapassou os 70% do total que veio para o Brasil.

Conforme QUADRO 03 (a seguir), do total de imigrantes de algumas nacionalidades mais importantes que vinham para Brasil entre 1940 e 1944, 23,21% eram analfabetos. O que colaborava para aumentar ainda mais a demanda por educação básica aqui naquele período. E se a maioria acabava por ficar no Rio de Janeiro, a procura por educação nesse Estado devia mesmo ser maior, se comparado a outros. Chama a atenção o número de portugueses analfabetos; reafirma-se que muitos alunos dos Colégios Santo Antônio e Santa Maria, fundados neste mesmo período, eram desta nacionalidade.

QUADRO 03										
Movimento geral de entrada de passageiros, por nacionalidade e situação educacional no Brasil										
ANO		Alemães	Portugueses	Argentinos	Espanhóis	Inglêses	Italianos	Norte Americanos	Poloneses	TOTAL
		1.619	19.396	589	610	475	507	3.795	809	27.800
1940/1944	Alfabetizados	1.576	13.562	512	545	438	474	3.495	743	21.345
		97 %	70 %	86,93 %	89,34 %	92,21 %	93,49 %	92,09 %	91,84 %	76,78 %
1940/1944	Analfabetos	43	5.834	77	65	37	33	300	66	6.455
		2,66 %	30 %	13,1 %	10,66 %	7,79 %	6,51 %	7,91 %	8,16 %	23,21 %
Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas na página do IBGE, série "Estatísticas do Século XX"										

Pelas tabelas construídas para este capítulo, buscou-se conhecer melhor a Baixada Fluminense³⁶ no período aqui tratado, principalmente a décadas de 1940/1950.

³⁶ Para alguém que não seja originário ou que nunca tenha morado em nenhuma cidade da referida Baixada, foi extremamente penoso e ao mesmo tempo gratificante descortinar este passado, não tão distante no tempo, mas separado por muitos quilômetros de diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais em relação à realidade da pesquisadora. As dificuldades no decorrer da pesquisa não foram poucas, além do problema da distância (entre Uberlândia e a Baixada Fluminense), a desinformação quanto à localização das fontes documentais; o desconhecimento em relação à

Tal iniciativa também se justifica, conforme Araújo, por se considerar importantes as relações entre a sociedade e as escolas,

[...] traduzidas pelas finalidades sociais projetadas e ou exigidas, pelas demandas sociais que se constituem na trama da história, pela capacidade, potencialidade e efetividade das políticas públicas, pelo enfrentamento da escolarização da sociedade, pelas conexões com a sociedade a que serve [...] Visa-se, nessa direção, ir para além da cultura propriamente escolar, para inserir a escola na cultura e na sociedade de que é parte. Se o interior da escola pode e deve ser desvendado e destrinchado pela pesquisa científico-educacional, visando-se os sujeitos e as suas circunstâncias no interior da escola, cabe também buscar o seu sentido social, instância esta capaz de torná-la exterior a si mesma (ARAÚJO, 2007, p.1-2).

Acostumados à “liberdade”, único traço comum que trouxeram para o Brasil, os imigrantes de todas as nacionalidades, com essa mentalidade, — visto que as sociedades de onde provinham não eram escravocratas — embaraçaram-se com a diferente maneira de pensar até dos trabalhadores encontrados aqui. E esses imigrantes, de acordo com Bomeny, além do trabalho e da disciplina (suas ferramentas básicas), trouxeram ou promoveram pelo menos mais um efeito importante na sociedade brasileira (além, é lógico, da luta por melhores condições de trabalho e sobrevivência): a educação básica pelos núcleos de imigrantes. (BOMENY, 2001, pp.22-23). E continua:

[...] Os imigrantes, especialmente os alemães, construíram aqui suas próprias escolas, e mantinham nelas todo um universo de valores, linguagem, rituais e as celebrações de sua cultura de origem. Consideravam-se cidadãos brasileiros, cientes de suas obrigações para com o Estado, mas membros de nacionalidade de suas respectivas pátrias de nascimento. Como faziam isso? Em primeiro lugar, mantendo viva sua própria língua. E, como reforço, fortalecendo a identidade coletiva do grupo na celebração de rituais, no ensino das músicas, cânticos e expressões usuais da língua coloquial nativa. Eram comunidades irmanadas culturalmente dentro do Brasil, cada qual com sua face singular. As escolas eram seguimentos do espaço familiar, uma vez que nelas se cultivavam os valores de suas próprias culturas (BOMENY, 2001, p.23).

Isso até a eclosão da Primeira Guerra Mundial quando, além da diminuição do fluxo migratório, os interesses políticos pesaram negativamente, justamente sobre os núcleos ou colônias de imigrantes, cujos países de origem eram inimigos de guerra daqueles países dos quais o Brasil era aliado. Para se ter uma idéia, segundo Kreutz,

organização das cidades e seu sistema de transporte; enfim, o medo inicial diante dos noticiários policiais veiculados pela imprensa nacional, dentre outros.

Entre 1819 e 1947, o Brasil recebeu em torno de 4.900.000 imigrantes de diversas etnias. Não tendo escolas públicas à disposição, os imigrantes que provieram de países com tradição escolar começaram a organizar escolas comunitárias. Não existe dado exato do número de escolas étnicas existentes no Brasil. Dependendo das fontes pesquisadas encontramos diferenças em seus números, e, algumas vezes, bastante acentuadas. Mesmo existindo essa controvérsia, o Brasil chegou a ter em torno de 2.500 escolas étnicas em 1930. (2010, p.02).

Na contramão deste panorama, justamente a educação escolar passa a ter um papel fundamental na tentativa de dar uma identidade nacional ao Brasil. Ou seja, se até dado momento, a escola étnica no Brasil servia para promover a tradição cultural dos diversos países de origem dos seus estudantes, esta mesma escola deveria agora servir para edificar um projeto de nação. Para Kreutz,

Independentemente de origem social e cultural, de experiências vivenciadas, o aluno era simplesmente aluno, não retratando sua história cultural. Assim, o que para uma etnia pode ser um percurso de afirmação, para outras foi um processo problemático e, por vezes, traumático. (2010, p.03).

Seyferth, aponta para uma ação mais direta e efetiva em relação mais especificamente aos alemães e demonstra inclusive o receio que existia em torno do problema. Afirma que:

[...] somente na República Velha é que houve uma intervenção formal do Estado em Instituições Étnicas durante a Primeira Guerra Mundial. As medidas restritivas atingiram principalmente a população teuto-brasileira no período de 1917 a 1919, com a intervenção na imprensa e nas “escolas alemãs”. Nessa ocasião surgiram as primeiras ações nacionalizadoras que modificaram os currículos escolares, como a exigência de ensino bilíngüe e a introdução das disciplinas de história e geografia do Brasil, além da língua portuguesa (SEYFERTH, 1999, p.199) (Grifo meu).

A questão da “formalidade”, indicada pela autora, chama a atenção pelo fato de que houve num momento posterior (devido agora à Segunda Guerra Mundial), uma nova intervenção nas escolas dirigidas por alemães; e não foram somente escolas desses núcleos de imigrantes ou escolas étnicas que se tornaram, mais uma vez, alvo de perseguição. Vejamos o que houve com o Colégio Santa Maria, dirigido pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen.

[...] aos 29 de julho de 1942 – a Polícia de Niterói, após uma denúncia anônima, emite um mandato de fechamento da Escola, pois o Colégio (Liceu Santa Maria) era dirigido por irmãs alemãs. [...] O fechamento

da Escola e o medo da situação em que se encontravam como alemãs levaram-nas mais uma vez ao Calvário. A Diretora, D. América Soares Cabral, não estava presente no momento da ordem de fechamento. Foram trinta e quatro dias de sofrimento, de tristeza e amargura. Graças ao empenho do Bispo Diocesano de Barra do Piraí, D. José André, o Liceu Santa Maria foi reaberto. [...] (SENDRA, 2007, p.87).

Ocorreu fato semelhante com as irmãs localizadas na Paraíba, quando em 1942 o vigário da cidade de Areia, onde elas dirigiam o Colégio Santa Rita, teve que assumir a sua diretoria por determinação do Ordinário Diocesano. Conforme está registrado no Livro de Tombo da Paróquia de Areia, p.43:

No dia 03 de setembro de 1942, por motivo de uma denúncia do cidadão José Ernesto, agente postal telegráfico, o Colégio foi revisto pela polícia, sob as vistas do Vigário Diretor, das autoridades locais, Dr. José Severino, Juiz de Direito, e Dr. Antônio Farias, Prefeito, e de muitos cidadãos. (SENDRA, 2007, p.160).

Nas crônicas escritas em 1942, encontradas no Colégio Santa Maria, as quais certamente serviram de referência para os escritos de Sendra, sobre o episódio do fechamento do então Liceu Santa Maria, em São João de Meriti, o teor é seguinte:

[...] No mês de Abril foi nomeada Diretora do Colégio, para os efeitos legais, a Professora D. América Soares Cabral.

No dia 7 de Maio o Colégio foi registrado no Departamento de Educação do Estado, em Niterói.

O Certificado de Habilitação do Colégio para funcionamento chegou finalmente no dia 6 de Julho.

Em virtude do novo decreto de regulamentação do ensino, expedido pela Secretaria de Educação foi mudado o nome do Colégio para Liceu Santa Maria, aliás uma sugestão do Dr. Mário Campos que por duas vezes neste ano inspecionou o Liceu Santa Maria. [...]

Dessa forma o Liceu Santa Maria progredia sempre, sem nunca se ter afastado, quer do seu princípio fundamental de formar moral e civicamente os alunos, quer de cumprir à risca os regulamentos Federais e Estaduais sobre o Ensino.

Mas o espírito das trevas tramava em surdina contra essa obra de Deus.³⁷

Houve alguém que levou uma denúncia ao Delegado da Ordem Política e Social contra o Liceu Santa Maria em virtude do mesmo ser dirigido por religiosas franciscanas naturais da Alemanha, que se achava em guerra com os países chamados Aliados, dentre os quais o Brasil.

O citado delegado, professor Ramos de Freitas, imediatamente poz-se a caminho desta cidade, e, sem tentar sequer averiguar os motivos da denúncia: se é que a denúncia tinha motivos plausíveis; sem um inquérito ao menos; o que é elementar em matéria de Justiça, ordenou o fechamento do Liceu.

³⁷ Atentar sempre para o caráter épico e heróico que perpassa tais crônicas.

Entrementes o Ex^{mo} Rev^{mo} Bispo Diocesano, nomeava o Sr. Antônio Alexandre de Oliveira, católico praticante, novo procurador do Liceu, para resolver sobre a reabertura do Liceu.

Depois de muita dor de cabeça; de refutar uma por uma as ingenuidades que só os inimigos de Deus e da Igreja, valem engendrar; depois de apelar para [...] Bispos e altas autoridades; depois de vencer o “zelo patriótico” de inúmeras pessoas, pode afinal o Liceu ser reaberto no dia 28 de Agosto.

Mais uma vez as portas do inferno não prevaleceram contra a verdade e a Justiça de Deus. (KÖGHMAIER: 1942, p.4-5) (grifos meus).

Ao se analisar a citação por partes, a questão da nomeação de uma brasileira para a direção do então Colégio, prestes a se tornar Liceu Santa Maria, tem uma explicação. Como apontado, a mesma seria para *efeitos legais*, sendo que naquele momento havia uma busca pela constituição da nacionalidade brasileira, que envolvia pelo menos três aspectos principais: a natureza de conteúdo nacionalista da educação escolar; a padronização dos cursos, currículos e escolas, a partir de fiscalização e controle federais; e, por fim, uma política de nacionalização, cujo objetivo principal seria erradicar as *minorias étnicas, lingüísticas e culturais que se haviam constituído no Brasil nas últimas décadas, cuja assimilação se transformaria em uma questão de segurança nacional*. (SCHWARTZMAN e outros, 2000, p.157-8).

Art. 162. Todas as questões relativas á segurança nacional serão estudadas pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiaes creados para attender á emergencia da mobilização. [...]

Art. 166. Em caso de ameaça externa ou imminencia de perturbações internas ou existencia de concerto, plano ou conspiração, tendente a perturbar a paz publica ou pôr em perigo a estrutura das instituições, a segurança do Estado ou dos cidadãos, poderá o Presidente da República declarar em todo o território do paiz, ou na porção do território particularmente ameaçada, o estado de emergencia. [...] (CONSTITUIÇÃO 1937).

E como o então Presidente (Vargas) estava com esta legislação em atendimento “ao estado de apreensão creado no paiz pela infiltração communista”, que por sua vez exigia “remédios, de caracter radical e permanente”, a principal minoria étnica a ser banida do país era composta justamente pelos alemães; e por mais que a grande preocupação fosse quanto aos Estados do sul, dado a existência de núcleos numerosos dessa etnia lá, o pequeno grupo de Irmãs católicas na atual Baixada Fluminense, certamente na busca por seguir os conselhos de inspetores de ensino, acharam por bem indicar um nome brasileiro para a diretoria do Colégio Santa Maria em 1942; por mais

que a princípio este tipo de atitude era indicado para os serviços públicos e não particulares:

Art. 136. As empresas concessionárias ou os contratantes, sob qualquer título, de serviços públicos federais, estaduais ou municipais, deverão:

a) constituir as suas administrações com maioria de diretores brasileiros, residentes no Brasil, ou delegar poderes de gerência exclusivamente a brasileiros. (CONSTITUIÇÃO 1934).

Conforme Schwartzman e outros:

A dificuldade de assimilação alemã é atribuída à fecunda consciência patriótica que o grupo preserva. Esse processo de consciência é transmitido às gerações seguintes, constituindo-se em uma forte ameaça à formação da consciência patriótica brasileira. [...] O comando regional chama a atenção do Exército para fatos como: a não compenetração dos deveres militares para com a pátria e por parte dos conscritos de origem teuta. A dificuldade na repartição dos reservistas no plano de mobilização; o problema racial; a educação como base de formação da nacionalidade; a Igreja como colaboradora dos elementos estrangeiros e, finalmente, as atividades nazistas no Brasil. [...]. (SCHWARTZMAN e outros, 2000, p.158). (grifos meus).

Lembra-se que nas crônicas encontradas no Colégio Santa Maria, Ir. Raphaelis fazia questão de deixar claro que a direção do Colégio cumpria à risca tudo o que lhes era solicitado pelos diversos órgãos governamentais, principalmente em termos de patriotismo, inclusive a nomeação de uma diretora de nacionalidade brasileira, justamente para evitar que fosse alvo sequer de observação (vigilância), quanto mais de repressão, o que mesmo assim não deixou de ocorrer. Conforme grifado no trecho anterior, é possível afirmar que as IFD, no caso, poderiam ser percebidas nestes dois fatos a respeito dos quais o comando regional alertava o Exército.

Compondo ainda mais o Contexto

No livro escrito por Ir. Sueli Sendra, em que conta um pouco da história da Congregação franciscana em questão, principalmente no Brasil, está narrado o seguinte:

No ano de 1936, os bispos brasileiros se empenharam em apoiar a abertura de escolas católicas. As irmãs Beneditinas de

Twitzing, cidade do sul da Alemanha, já prestavam este serviço educacional em algumas cidades brasileiras. Desse modo, o Bispo de Niterói, RJ, Dom José Pereira Alves, pediu que estas irmãs Beneditinas aceitassem mais uma escola no Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Cabo Frio. Na ocasião, as Beneditinas não dispunham de irmãs para atender a este pedido. Assim sendo, como conheciam a delicada situação das Franciscanas de Dillingen na Alemanha, levaram ao seu conhecimento o apelo do Bispo brasileiro. O contato foi feito através de Irmã Lidowina, da cidade de Twitzing, que já estivera alguns anos no Brasil e falava Português.

Em novembro de 1936, o Governo Geral decide sobre a nova terra de missão, também no Continente Americano, desta vez, no Brasil. Seis irmãs corajosas e idealistas se prontificaram para esta missão. Cientes das dificuldades que as aguardavam, mas esperançosas diante desta “janela” que se abria para a Congregação, neste momento tão difícil de repressão nazista, partem para o Brasil, aos dias 06 de abril de 1937 [...] (SENDRA, 2007, p.77).

Como já se comentou anteriormente, tais narrativas mostram a vinda das Irmãs Franciscanas de Dillingen para o Brasil como uma saga, o que se procurou retratar e problematizar ao longo deste trabalho. Complementarmente ao último trecho transcrito, em meio aos documentos arquivados no atual Colégio Santa Maria, em São João de Meriti – RJ, foi encontrada outra crônica, escrita muito proximamente ao fato ocorrido (fundação do Liceu Santa Maria, em 1940), o que interessa mais ainda por tratar-se especificamente das ações das IFD no setor educacional. Manuscrita por uma das primeiras Irmãs que aqui chegaram, as linhas iniciais de tal livro de crônicas colaboram com o entendimento, a partir dos diversos históricos encontrados, a respeito dos motivos, circunstâncias e interesses que trouxeram a referida Congregação religiosa para este país, e no caso, mais especificamente para São João de Meriti-RJ:

A idéia da fundação de um Colégio Católico em São João de Meriti era já um velho sonho do dinâmico Vigário, Frei Justo Scheidger Ofue.

Ele bem compreendia que todo esforço para atrair à Igreja as inúmeras crianças da Paróquia seria vão, não fosse ele secundado por uma diuturna formação, não só intelectual mas, e sobretudo, moral e religiosa.

Em fins de 1938, chegava para servir como co-adjutor na Paróquia o Rev^{mo} Frei Paulino Neuther, franciscano experimentado na vida escolar e religiosa das crianças.

Com a chegada deste padre teve novo alento o velho sonho do Vigário.

No dia 30 de Abril de 1939, Frei Paulino fundava a Cruzada Eucarística Infantil, Nesse mesmo dia ele prometia aos pais dos Cruzados, a criação de um Colégio Católico na Paróquia. Foi ele ainda quem fez as primeiras plantas do Colégio.

É quase desnecessário dizer aqui que a idéia da fundação de um Colégio Católico em São João de Meriti, onde a Igreja sempre lidou com poucos recursos financeiros, em si já representava qualquer

coisa de intemerato. Mas o Vigário, espírito construtivo e reformador, não era porém para esmorecimentos.

É provável que naquele tempo êle tivesse pensado muitas vezes no Santo Cura D'Ars, que viveu em época e lugar em muitos pontos semelhantes à sua: E, em vez de ficar filosofando as dificuldades do presente, pôs mãos à obra, porque, fiado no exemplo do grande Santo, sabia que, o que o Homem fez o Homem pode fazer. A transformação da antiga e acanhada Matriz em novo e magestoso templo, era obra recente do novo Cura D'Ars.

Foi assim que Frei Justo, se bem pensou, melhor executou a grande obra da fundação do então Colégio Santa Maria.

Começou expedindo cartas às diversas Congregações Religiosas Femininas, onde expunha os seus planos para o futuro colégio.

Tôdas foram unânimes em aplaudir a grande idéia, desculpando-se contudo por não poderem atender de pronto ao apêlo de enviar Madres professoras, por isso que não dispunham no momento daquele precioso elemento.

Aconteceu que estando a pregar "Missão" na Paróquia, os franciscanos Frei Xisto e Cezário interessaram-se vivamente pelo caso tendo posto o Vigário em contacto com o Commissariado das Madres Franciscanas de Dillingen, na cidade de Cabo Frio, R.J.

Aquele Commissário atendeu prontamente ao apelo de Frei Justo, tendo enviado, para entrar em entendimentos, a Irmã Commissária, Madre Adelaide Stammeler, que se fazia acompanhada de Madre Nicásia Wolz.

As referidas religiosas chegaram a esta cidade no dia 26 de Dezembro de 1939, tendo as conversações sido coroadas de feliz êxito.

Entrementes o Vigário procurava um prédio onde pudesse abrigar as 6 religiosas que viriam, e que ao mesmo tempo servisse, embora que provisoriamente como local para as primeiras aulas.

Foi feliz o Vigário nessa empreitada tendo encontrado grande casa com enorme área de terreno, onde seria construído, em futuro próximo, o prédio do Colégio.

A localização do imóvel não podia ser melhor, pois fica situado dentro do perímetro mais densamente povoado desta localidade.

Frei Justo esteve então com o Exmo. Rever. Bispo de Barra do Piraí afim de pô-lo a par do empreendimento e pedir o apôio e a permissão de S. Excia. Rev.^{mo}. Para a iniciativa.

O Sr. Bispo louvou a felicíssima idéia com aplauso, tendo imediatamente nomeado o Vigário, Procurador da nova fundação, assim como da Mitra Diocesana, sob cuja custódia se encontra o Colégio.

As Religiosas designadas para servir no Colégio chegaram a esta Cidade, para se fixarem de modo definitivo, no dia 5 de fevereiro de 1940, e foram as seguintes: M. Nicasia Wolz, superiora, M. Nepomucina Barnickel, M. Walgildis Eichberger, M. Rafaelis Köglmayer, M. Willigis Bügler e M. Claudia Schmid.

As religiosas foram festivamente recebidas nesta cidade por uma comissão de católicas das Associações Religiosas da Paróquia.

Dessa forma, contando já com os elementos necessários para o funcionamento, o Colégio foi considerado fundado no dia 13 de fevereiro de 1940.

Não foi tarefa fácil acomodar inúmeras crianças em uma casa de família improvisada agora em escola.

Não faltou porém o zelo e o carinho das Religiosas o que fez com que o novo Colégio fosse criando forma.

Como dormitório provisório as Madres ocuparam um barracão existente nos fundos do prédio e que durante os dias

chuvosos gotejava; o que serviu para pôr a prova o conhecido espírito de abnegação e humildade das Filhas de São Francisco.

As aulas tiveram início no dia 1º de março com a bênção do Vigário, de membros do Clero, convidados especiais e do povo. O Sr. Bispo Diocesano, D. José André Coimbra enviou um telegrama onde se jubilava com o ato e enviaram sua bênção pastoral.

Dois dias depois o Vigário benzia a pedra fundamental para a construção do novo Pavilhão Escolar. As obras foram dadas em concorrência ao Sr. Manoel Machado Nunes, que não envidou esforços para aprontar a construção no menor espaço de tempo possível.

Finalmente no dia 28 de Abril de 1940 a obra dada como concluída foi solenemente inaugurada. Às 8 horas foi celebrada uma missa solene em ação de graças tendo em seguida o Sr. Vigário convidado o povo para a solenidade da inauguração. Estiveram presentes ao ato, além de numerosas famílias, as autoridades Estaduais e Municipais. Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Nova Iguaçu, fez-se representar no ato pelo seu Secretário Dr. Orlando Muniz Silva que, convidado a presidir as solenidades, disse algumas palavras alusivas ao ato, enaltecendo a grande obra educacional dos Franciscanos; congratulando-se com o Vigário, em nome do Exmo. Sr. Prefeito. (KÖGHMAIER, 1940, pp.1-2, frente e verso).

Após instaladas aqui (inicialmente em Cabo Frio - RJ), muitas foram as vicissitudes pelas quais passaram até a fundação de seu primeiro³⁸ Colégio, dirigido desde o início por elas neste país. E fica óbvio, pelo trecho citado, o empenho dos representantes da Igreja e seus interesses, diria até universais, para além dos interesses específicos das IFD, que inicialmente resumiam-se muito mais na sobrevivência e honra da Missão Franciscana; ideal este que, sem dúvida, também colaborou para a “escolha” das mesmas em deixar sua terra natal em direção a outros locais.

Uma mesma questão ainda insiste em se colocar: por que motivos os bispos brasileiros empenhavam-se à época em apoiar a abertura de escolas católicas aqui? Na busca por respondê-la, é imprescindível como se buscou neste capítulo, compreender o contexto³⁹ através dos debates evidenciados desde pelo menos os anos 1920 entre os católicos (tradicionalistas, conservadores e até reacionários) e, no mínimo

³⁸ Semelhante à vinda das Irmãs alemãs para o Estado do Rio de Janeiro foi sua vinda para o nordeste brasileiro. Sendo em ambos Estados por intermédio das Irmãs Beneditinas. A única diferença é que de lá (do nordeste), elas receberam o convite do Monsenhor João Coutinho para assumirem uma escola já existente em Areia, na Paraíba. *As Beneditinas da Academia Santa Gertrudes em Olinda, PE, não dispunham de irmãs para atender ao pedido do Vigário de Areia. E a história se repetiu. Monsenhor Coutinho, apoiado pelo Arcebispo da Paraíba, Dom Moisés Coelho, dirigiu-se às Franciscanas de Dillingen, através de Frei Mathias Tewer OFM e das próprias Beneditinas.* (SENDRA, 2007, p.148). Sendo assim, o Colégio Santa Rita foi fundado no ano de 1911 e dirigido até 1920 pelas Irmãs da Sagrada Família; ficando inativo de 1920 até 1936. Do início de 1936 até junho de 1937, enquanto se aguardava a chegada das IFD, tal Colégio foi dirigido por D. Filogônia Cabral; finalmente, em junho de 1937 é assumido pela Irmã Florésia Kirschmayer, que fica em sua direção até o final de 1938, passando-o posteriormente à responsabilidade da Irmã Illuminaris Allger.

³⁹ Para ficar mais claro o contexto político brasileiro, sugere-se a leitura do capítulo XV de: FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 2, 10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

os escolanovistas, progressistas (liberais⁴⁰). Da mesma forma, é impossível desconsiderar os interesses e ou preocupações universais da Igreja. Veja-se o Quadro que segue, ainda ligado ao processo imigratório, mas agora voltado para a religião dos imigrantes.

⁴⁰ De acordo com Ghiraldelli, o termo liberal, utilizado constantemente para designar o grupo responsável pelo “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, [...] *é apenas um arcabouço formal que abrigou liberais elitistas como Fernando de Azevedo e Lourenço Filho e liberais igualitaristas como Anísio Teixeira. Além disso é preciso lembrar as presenças de Paschoal Lemme, Roldão de Barros etc., também signatários do “manifesto” e simpáticos ao socialismo.* (GHIRALDELLI, 1992, p.42).

De acordo com o QUADRO 4, os alemães, por exemplo, que para cá emigraram entre 1940 e 1944, cuja maioria eram Hebraicos, passaram a ser na sua maioria católicos, principalmente em 1947. Teria sido por influência da 2ª Guerra Mundial? Ou quem sabe por necessidade de adequação e ou aceitação, quando num país considerado católico? De qualquer maneira, quando se pensa na questão religiosa, percebe-se que, com exceção dos norteamericanos, ingleses e alemães, os imigrantes que vieram para o Brasil eram católicos em sua grande maioria. O que também pode ser uma das explicações para a criação de escolas católicas e para o fortalecimento da influência da Igreja, principalmente no setor educacional e na formação da então necessária “identidade nacional brasileira”. Identidade esta pela qual se lutava desde 1822 com a Independência do país e a qual, para os católicos, só seria alcançada efetivamente, com a derrubada do laicismo.

Desde o descobrimento, no quadro da expansão colonial, (“descobrir terras para Cristo e El Rei”) até a República Velha (*período que antecede o deste estudo*), o catolicismo é tido como a religião tradicional dos colonizadores e incorporada pelos descendentes destes e pelos indígenas e negros. (AZEVEDO, 1969, p.117-124).

Na verdade a colonização ibérica foi fortemente marcada pelos valores católicos, assentando a convicção generalizada de que o catolicismo é “religião de berço”, na qual se nasce sem necessidade de adesão ou escolha. (JAMIL CURY, 1978, p.13).

Essa justificativa foi bastante forte em vários momentos de decisão legislativa, quando a perspectiva da Igreja Católica prevalecia em detrimento da perspectiva de outros grupos. Por mais que não se indicasse claramente o catolicismo, pelo fato de ser vista como a “religião de berço”, sempre que o termo religião aparecia na legislação nacional, já subentendia-se tratar da católica, por mais que as outras não fossem excluídas.

Art. 113

5) É inviolável a liberdade de consciência e de crença e garantido o livre exercício dos cultos religiosos, desde que não contravenham à ordem pública e aos bons costumes. As associações religiosas adquirem personalidade jurídica nos termos da lei civil.

6) Sempre que solicitada, será permitida a assistência religiosa nas expedições militares, nos hospitais, nas penitenciárias e em outros estabelecimentos oficiais, sem ônus para os cofres públicos, nem constrangimento ou coação dos assistidos. Nas expedições militares a assistência religiosa só poderá ser exercida por sacerdotes brasileiros natos. (CONSTITUIÇÃO 1934).

Semelhante ao Art. 141 Parágrafos 7º e 9º da Constituição de 1946. Isso sem falar no ensino religioso facultativo nas escolas públicas, de que já se tratou oportunamente.

O grande interesse comum naquele período (décadas de 1930 e 1940), como já se adiantou, era o de instituir uma nação, de civilizar o povo (brasileiro), então heterogêneo etnicamente falando, só que de forma objetiva e racional, na perspectiva dos “Pioneiros da Escola Nova” e de forma tradicional e espiritualista, na perspectiva dos católicos (JAMIL CURY, 1978). De um jeito ou de outro, a escola teria grande importância, enquanto *locus* privilegiado para tal empreitada. Quanto a essa busca pela homogeneização da cultura nacional através da educação, Getúlio Vargas também cria em 30 de Julho de 1938 o INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, através do Decreto-Lei nº 580. Foi à frente deste órgão que Lourenço Filho elaborou um plano em que os Estados onde houvesse mais grupos étnicos, receberiam auxílio federal no sentido de uma nacionalização cultural. O que efetivamente alcançou mais os Estados da região sul⁴¹.

Para além destes números (Quadro 04), não seria prudente afirmar que as idéias ou pensamentos católicos ganharam força apenas no Brasil e numa dada época. Entretanto, ao estudar as peculiaridades deste país quanto ao peso que teve aqui o pensamento católico, tudo leva a crer que tais idéias também sofreram reflexos de outras realidades.

A segunda metade do século XIX e os meados do século XX marcaram a crise modernista na Igreja Católica atingindo especialmente a Alemanha, Itália, França e Inglaterra. A aplicação das teorias da crítica histórica às ciências da religião criam a necessidade de rever a relação ciência e fé. [...] Nos aspectos concernentes à “questão social”, a Igreja Católica proporá princípios que, sem se desviar do capitalismo, reformem a sociedade. Tais reformas, propostas à base da conversão moral individual (e dos indivíduos extendendo-se à sociedade), reduziriam os excessos e exageros do capitalismo (sede de lucro, apego aos valores materiais e descaso quanto aos valores espirituais). Com isto, evitar-se-ia a “barbárie civilizada” identificada com as experiências socialistas da URSS e com as conquistas populares do México e Espanha, baseadas nos princípios do materialismo e da dialética (JAMIL CURY, 1978, p.12).

Era basicamente nisso que se resumiam os princípios universais dos católicos: na urgência de uma reforma moral individual; complementar à idéia de civilização apontada anteriormente. E que outro lugar serviria para tal empreitada na Baixada

⁴¹ Ver trabalhos de Lúcio Kreutz.

Fluminense, senão as instituições educacionais católicas, mais especificamente as dirigidas pelas IFD?

Fica claro o investimento na educação por parte da Igreja, inclusive pelo fato de que os Colégios dirigidos pelas IFD ficaram bastante tempo sob a custódia de uma Mitra Diocesana,

[...] todas as iniciativas desenvolvidas deveriam ficar sob irrestrito controle das mitras diocesanas, num processo de vinculação das iniciativas ao controle eclesial. Isto ocorria tanto em nível econômico, propriamente dito, como em nível ideológico. Os bispos, através dos párocos e vigários – quando não diretamente – deveriam agir sobre as instituições civis da sociedade. Também, segundo os bispos, para que uma Ordem ou Congregação abrisse escolas, ou mesmo as fechasse, deveria fazê-lo com licença, por escrito, deles emanada (TAMBARA, 2006, pp.12-13).

Consta que o Colégio Santo Antônio funcionava num espaço cedido pela Mitra Diocesana, conforme trecho de crônica já citada, pelo menos até o ano de 1953 em Duque de Caxias; assim como o Colégio Santa Maria, por mais que sobre o mesmo não haja informações quanto ao tempo de custódia de um sob o outro. Entretanto, é necessário verificar, se se leva em consideração que São João e Caxias eram distritos de Nova Iguaçu e que a Mitra Diocesana de Nova Iguaçu foi criada apenas no ano de 1960.

A Título de Informação: Alguns Números da Educação na Baixada

A Reforma Capanema também deu prosseguimento à organização do ensino público, técnico-profissional, para os setores industrial, comercial e agrícola ⁴². Evidenciou-se que, por um lado, a profissionalização técnica nesses três setores exigia a mesma duração necessária para uma formação mais geral, a nível médio; tempo este do qual apenas as camadas privilegiadas dispunham. O fato é que uma formação técnica não era exatamente o tipo de ensino a que as classes médias ansiavam, já que

⁴² Foram decretadas neste período: A Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro); a Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943); a Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-Lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946); a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei 8.530, também de 2 de janeiro de 1946) e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946), a quais mesmo fora do “Estado Novo” foram gestadas naquele período.

objetivavam ascender socialmente através da educação. Enquanto solução para tal problema, a Reforma de Gustavo Capanema criava também o SENAI (1942) e o SENAC (1946), e jogava as responsabilidades que seriam do governo — em relação ao ensino médio voltado para a classe trabalhadora, — para as empresas. Desta maneira, a educação das elites e classes médias continuaria preservada.

A incapacidade de superar a contradição formação geral versus profissionalização, [...] acabou gerando a pior espécie de especialização no campo do ensino, a separação entre a educação das camadas privilegiadas e a educação das camadas subalternas. Consolidou-se assim, a partir da Reforma F. Campos, a dualidade dentro do sistema público de ensino, levada às últimas consequências na dualidade de sistemas, resultado final da gestão Capanema no que tange ao ensino técnico-profissional (XAVIER, 1990, p.113).

No que diz respeito aos outros cursos oferecidos na Baixada Fluminense, para além do primário, foi possível construir o seguinte quadro, destacando-se os profissionalizantes. Notem que em Duque de Caxias havia 13 cursos profissionalizantes em detrimento de 04 cursos ginasiais e em São João de Meriti 03 profissionalizantes em detrimento de 02 ginasiais.

QUADRO 05						
Número de estabelecimentos extraprimários em 1957						
Especialidade	Nova Iguaçu	Duque de Caxias	Magé	Nilópolis	São João de Meriti	Itaguaí
Ginásial	6	4	2	3	2	2
Clássico	1			2		
Científico	2					
Vestibulares	1					
Línguas	1					
Pilotagem	1					
Comércio	2			1		
Profissionais	20	13		18	3	
Artístico	1	2		3		
Normal	1	1				
Agrícola	1					1
Universidades						1

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas na "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", Rio de Janeiro: IBGE, XXII Volume, publicada em 31 de Janeiro de 1959.

Ao saber que o SENAI e o SENAC foram fundados na década de 1940 e que certamente estavam entre essas escolas profissionalizantes, numericamente informadas no QUADRO 5, muitas delas já deveriam existir antes da data em que se deram as referidas informações estatísticas. Seu número maior em relação a outros tipos de estabelecimentos educacionais seria um sinal da existência de uma grande maioria de

peças que se queria formar para o trabalho⁴³, em detrimento de uma minoria (elite) que deveria alcançar o ensino superior.

Art. 129. [...] O ensino prevocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (CONSTITUIÇÃO 1937).

Na ânsia por visualizar quais e quantas instituições ligadas à Educação existiam na Baixada Fluminense, foi elaborado uma espécie de quadro, (ANEXO 03) a partir da imprensa escrita. Numa coluna constam a(s) nomenclatura(s) de cada escola ou instituição; noutra as datas em que cada uma das várias instituições foram citadas na imprensa (o que pode indicar o período durante o qual funcionou); numa outra coluna ainda, a cidade na qual cada instituição estaria localizada; e, por fim, numa última coluna, outras informações, como endereço, direção, objetivos, enfim. Pelas suas nomenclaturas, em alguns casos é possível conjecturar quais seriam municipais, estaduais e privadas (confessionais ou não). E por mais que a maioria dos artigos levantados sobre educação digam respeito a Duque de Caxias, cidade que se preocupou com sua preservação num Centro Histórico (na sede de sua Câmara Municipal), tal quadro construído pode colaborar para uma melhor visão a respeito da situação educacional da Baixada, pelo menos em termos quantitativos, visto que só foi encontrado um outro QUADRO (06), construído pelos pesquisadores do CEPEMHed

⁴³ No sentido de comprovar a existência de cursos técnicos, foram encontrados alguns artigos na imprensa escrita, basicamente voltados para a agricultura, o comércio e a indústria:

FALCÃO, Rubens. Clubes Agrícolas. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano I, n.20, p.03, 24 jan. 1954. (C.5-7).

AQUINO, C. A “Folha” Escolar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.64, p.05, 26 jun. 1955. (C.5-6).

Breve a Escola do Senai. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.98, p.01, 11 mai. 1958.

Curso de Ensino Agrícola. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.130, p.03, 18 jan. 1959.

SESI prepara-se para o grande dia. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano IV, n.191, p.01, 3 abr. 1960.

Costureiras recebem diplomas hoje. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano V, n.226, p.01, 11 dez. 1960.

(Centro de Pesquisa, memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense) sobre o processo de fundação apenas das escolas “municipais” naquela região. Além deste foi construído o QUADRO 13, no Capítulo II, o qual traz informações sobre a quantidade de instituições municipais, estaduais, federais e particulares, mas apenas entre 1950 e 1957, em algumas cidades da Baixada. De qualquer forma, os QUADROS 05, 06 e 13 são complementares ao ANEXO 03.

QUADRO 06		
Escolas Municipais fundadas na Baixada Fluminense entre 1921 e 1963		
INSTITUIÇÃO	FUNDAÇÃO	DISTRITO
Escola Regional de Merity	1921	1º
Escola Aquino de Araújo hoje Escola Municipal Aquino de Araújo	1943	1º
Escola Municipal Centenário		
Escola Municipal Nossa Senhora do Pilar	1945	2º
Escola Municipal Rotary antiga “Getúlio de Moura”	1946	3º
Escola Municipal Visconde de Itaboray antiga “Dr. Manhães”	1947	1º
Escola Municipal Gastão Reis	1950	
Escola Municipal Thiago Apóstolo	1951	1º
Escola Municipal São Benedito (extinta?)	1951	
Escola Municipal Patronato São Bento	1951	2º
Escola Municipal Amaral Peixoto (extinta?)	1952	
Escola Municipal Rio Solimões (extinta)	1955	
Escola Municipal Minas Gerais	1957	2º
Escola Municipal Sergipe	1960	
Escola Municipal N. Srª da Conceição	1960	2º
Escola Municipal Todos os Santos	1962	2º
Escola Municipal N. Srª Aparecida	1963	
Escola Municipal Vila Operária	1963	1º
Fonte: CEPEMHED - Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense.		

Como se vê, pelo QUADRO 06, as Escolas Municipais (responsáveis prioritariamente pela educação básica) na Baixada Fluminense começaram a surgir uma a uma muito lentamente e principalmente nos 1º e 2º Distritos anteriormente todos pertencentes a Nova Iguaçu. A este respeito, um autor local colabora para uma melhor compreensão:

Do ponto de vista político-administrativo, muitas transformações sucediam-se a partir do final do século XIX. Em 1891, como vimos, a sede de Vila de Iguassu desloca-se para o povoado de Maxambomba. Ainda em 1891 a reordenação jurídica republicana transforma as vilas em municípios e as freguesias em distritos. Nesse mesmo ano a Vila de Estrela perde sua autonomia administrativa tendo seu território dividido entre Magé e Iguassu, que por sua vez, ao ser composto pelos distritos de Santo Antônio de Jacutinga, Marapicu (atual Queimados), Piedade de Iguassu, Meriti (atual São João de Meriti e Caxias),

Santana de Palmeiras (Tinguá) e Pilar, que abrigaria os atuais distritos de Xerém e Imbariê desanexadas da extinta Vila de Estrela. Em 1916, agora denominado Nova Iguaçu, o ainda novo município se encontraria dividido nos distritos de Nova Iguaçu (1º), Marapicu (2º), Cava (3º), Arraial de Pavuna e São João de Meriti (4º), Santa Branca (5º), Xerém (6º) e São Mateus (7º). Em 1921 o distrito de São Mateus recebe a denominação de Nilópolis. E em 1931 é criado o oitavo distrito denominado Caxias, tendo como sede o povoado de Meriti, formado por terras desanexadas do distrito de Xerém, como Pilar, e pelo povoado de São João de Meriti. (BRAZ, 2006, pp.29-30).

Ao se tomar como referência os Colégios fundados e dirigidos pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen especialmente nesse momento, é importante informar que ali eram oferecidos pelo menos os Cursos de Corte e Costura e Comercial (profissionalizantes), conforme QUADRO 07. Ao lembrar que os Municípios da Baixada Fluminense eram basicamente urbanos, cujos setores econômicos pautavam-se necessariamente na indústria e no comércio, a quantidade de alunos no Curso Comercial, como se verifica, era irrisória e o Curso de Costura, apesar do número de matrículas bem superior, por ser um curso feminino, não significava que tais alunas necessariamente fizessem parte da classe trabalhadora.

QUADRO 07										
Número de MATRÍCULAS/ANO/CURSO										
ANO	COLÉGIO SANTA MARIA				COLÉGIO SANTO ANTONIO					
	Primário	Costura e datilografia	Ginasial	Admissão e Normal	Internas	Primário	Propedêutico e Admissão	Comercial	Ginasial	Normal
1940	312 (1º sem.) 470 (total final)	29 (1º sem.)								
1941										
1942	650 (total)					99 (1º sem.) 346 (2º sem.) 401 (final do ano)	20 Propedêutico 18 Admissão			
1943	700 (total)				Entre 20 e 30	196 (início do ano) 422 (julho)	Admissão 18 e Propedêutico 22			
1944	700 (total)				Entre 32 e 35	453	15 Propedêutico	62		
1945	900 (total)				Entre 24 e 36	554 (total)		77		
1946	1008 (total)				24 Internato 12 a 15 Semi	617		75		
1947					24 Internas	686		62	Início	
1948						700		56	30	
1949	1.072 (total)					705				
1950	883	265				727		8	111	
1951	815	239	45			781			140	
1952	703	200	80	44 (Admissão)						
1953	484	169	124	40 (Admissão)						
1954	800 (total)					681				Início 23
1955	800 (total)					622	105 Admissão		176	42
1956	660	103	164	55 (Admissão)		605	55 Admissão		221	58
1957	637	102	163	60 (Admissão)						
1958	689	97	164							
1959	709	100	157							
1960	Idem									
1961	950 (total)			18 (Normal)						
1962	637	75	252	40 (Normal)		698	64 Admissão		186	101
1963	645	55	199	61 (Admissão) 85 (Normal)						

Fonte: Informações retiradas de diversos documentos, inclusive crônicas, encontrados nos Colégios Santa Maria (São João de Meriti-RJ) e Santo Antônio (Duque de caxias-RJ).

Numa perspectiva liberal, as leis do mercado atuavam na área educacional naquela época da mesma forma como atualmente. (PETITAT, 1994, p.143). Nesse

aspecto, as Irmãs de Dillingen, mesmo franciscanas, principalmente na luta pela sobrevivência, acabaram por ir ao encontro do liberalismo e da concorrência mercadológica a qual, em princípio (como já se alertou), deveriam ser contrárias (ao se considerar as “Regras” de São Francisco de Assis). Essa possibilidade seria mais contraditória ainda, se se leva em consideração que:

Para os fisiocratas, a escola estatal (e não a confessional) é a garantia ideológica de uma ordem harmoniosa. [...] ela é um remédio para os males da divisão do trabalho, como um corretivo e um estabilizador da sociedade do *laissez-faire*, ameaçada por seus próprios excessos (PETITAT, 1994, p.145).

Ou seja, para os adeptos do liberalismo, a educação, e somente a educação, deveria ser privada das leis do mercado, cujos excessos já esperados, poderiam colocar tudo a perder. Logicamente que esta educação, estatal, estaria voltada para a moralização, a conformação e o espírito nacionalista e, assim, seu público alvo seria a classe trabalhadora. Nessa perspectiva, nada impediria que, no caso, as Escolas confessionais continuassem a ser criadas em atendimento às “elites”. Por meio da legenda sugerida no ANEXO 03 é possível ter uma visão, através da imprensa, a respeito da quantidade de Instituições Confessionais na Baixada Fluminense, visivelmente em menor número que as públicas. Dentre os católicos, com exceção dos Colégios Santa Maria e Santo Antônio, sob a direção das IFD, além de um Colégio São José, em Nilópolis, o qual existia em 1931 e 1932, outras 04 instituições surgiram nas décadas de 1950, no total de 07. Quanto às instituições Evangélicas, foram encontradas 04, também no mesmo período; e por fim detectou-se a existência de uma instituição educacional Espírita, em 1956. Então, em São João e Caxias na época em que foram criados os Colégios das IFD não havia nenhuma outra confessional Católica que lhes fizesse “concorrência”; o que poderia sinalizar que estes dois colégios seriam suficientes para atender às “elites” das duas cidades em questão.

A Baixada Fluminense: Constituição e Situação Geral à Época

Como se vê, tanto as questões relativas à cidadania brasileira versus a nacionalidade estrangeira, quanto as questões relativas à política, ideologia, economia, e

ainda a unidade dos ideais católicos, apontados inicialmente por Ghiraldelli (1992), estão aqui imbricados, amalgamados, improváveis de serem sequer pensados isoladamente. Mesmo por que a Educação jamais foi no Brasil objeto de interesse apenas dos católicos, mas também, no mínimo dos seus opositores, os laicos (liberais). Inclusive, como já foi observado anteriormente, na virada da década de 1920 para 1930, dentre os grupos interessados em mudanças na área educacional, estavam os católicos, os liberais, mas também os governistas, os integralistas e os chamados aliancistas. Sabe-se que este último grupo, por exemplo, foi intitulado dessa maneira porque

[...] se expressou através da Aliança Nacional Libertadora (ANL), entidade que aglutinou boa parcela das classes populares — proletariado e camadas médias — no sentido da formação de uma frente antiimperialista e antifascista. (GHIRALDELLI, 1992, p.40).

Tal explicação aponta para duas observações: 1ª) A localização das duas instituições escolares, que fazem parte da Província do Sul das Irmãs Franciscanas de Dillingen, na atual Baixada Fluminense, por tratar-se de duas cidades (São João de Meriti e Duque de Caxias) com características de “cidade dormitório” visto que grande parte de sua população era (e é ainda) de trabalhadores (os quais se queria sob controle); 2ª) Se os componentes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) tinham interesses antimperialistas e antifascistas, tratava-se de uma contraposição aos interesses de que outro(s) grupo(s)? E não foi justamente nesse *lôcus* da Classe trabalhadora fluminense, a exemplo de outros, que a Igreja Católica investiu “pesado” na educação (afinal ela também queria evitar mudanças drásticas) com a ajuda, dentre outras, da Congregação das Franciscanas de Dillingen? Neste momento é importante lembrar que não houve apenas um movimento imigrante para esta região. Veja-se o Quadro sobre as migrações internas:

QUADRO 08														
Migrações Internas em 01-09-1940														
DESTINO	TOTAL	%	Minas Gerais	%	Espírito Santo	%	Pernambuco	%	Alagoas	%	Bahia	%	Ceará	São Paulo
Rio de Janeiro	1 808 885	5%	99 440	1%	13 308	0%	4 551	0%	3 608	0%	4 201	0%	2 390	11 634
Distrito Federal	1 533 698	7%	114 214	1%	17 824	2%	29 150	1%	19 194	2%	27 703	1%	11 999	36 332
Migrações Internas em 01-07-1950														
DESTINO	TOTAL	%	Minas Gerais	%	Espírito Santo	%	Pernambuco	%	Alagoas	%	Bahia	%	Ceará	São Paulo
Rio de Janeiro	2 253 006	7%	152 909	1%	32 054	1%	12 156	0%	6 986	0%	9 753	0%	3 754	18 685
Distrito Federal	2.129.832	9%	191 917	3%	55 746	2%	45 157	1%	27 267	2%	44 936	1%	18 061	46 990

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas na página do IBGE, série "Estatísticas do Século XX".

Pelo QUADRO 08 se vê que uma grande maioria saiu do Estado de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, respectivamente 16% do total que migrou só em 1940 e 18% apenas em 1950; mas também foram muitos os nordestinos e paulistanos que se dirigiram para lá nesses dois anos. A soma dos números absolutos de migrantes originários de Pernambuco, Alagoas, Bahia e Ceará, no caso, é de 14.750 (quatorze mil, setecentos e cinqüenta) indivíduos que foram para o Estado do Rio de Janeiro em 1940 e 88.046 (oitenta e oito mil e quarenta e seis) que se dirigiram à então Capital Federal. No ano de 1950, foram 32.649 (trinta e dois mil, seiscentos e quarenta e nove) os nordestinos apenas dos Estados referidos no QUADRO 08, que foram para o Estado do Rio de Janeiro. Sabe-se que para a então capital federal foram 135.421 (cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte um) nordestinos. O artigo a seguir, intitulado “Iniciativa Necessária”, que se fez questão de transcrever na íntegra, dá uma ideia da situação em que se encontravam estes migrantes que vieram do “Norte”.

A evidência do progresso de Duque de Caxias, está no movimento intenso de suas lojas, de seu comércio, de sua indústria, de suas artérias, quer centrais, quer afastadas, sempre a regorgitar do povo apressado, que vai e que vem, em demanda do trabalho ou à procura de algum negócio.

Infelizmente, contrastando com êsse progresso, como uma nódoa negra, mais resultante daqueles que a procuram em busca de uma melhoria de vida, sem ter uma profissão definida, ou um local certo onde morar, vemos perambulando pelas ruas, rasgados, sujos, subnutridos, inúmeros populares, em sua maioria do norte, que, sentindo a mudança brusca do meio, se vêem deslocados, sem trabalho, sem um amparo, sem um meio qualquer de manterem-se.

Os problemas municipais assoberbam os administradores e as dificuldades imensas para as suas soluções, têm feito com que as autoridades abandonem, esquecidas, esta faceta da vida da cidade, faceta que tanto enfeia, que depõe, que deixa uma impressão má àqueles que a procuram somente para um passeio, para conhecê-la, para apreciá-la.

No entanto achamos que seria possível que se o Sr. Prefeito olhasse com mais carinho e com um pouco de boa vontade pudesse resolver, de vez, êsse grande mal.

Como?

Criando na Prefeitura Municipal um novo departamento a que nestas colunas daremos o nome fictício de “Departamento de Imigração”.

A êste departamento seria canalizada uma determinada verba votada pela Câmara Municipal, e que se destinaria somente àqueles que, deslocados no movimento intenso de Duque de Caxias desejassem retornar à sua terra natal, não possuindo para este fim recursos necessários.

Entrementes, enquanto não se resolvesse o problema de transporte os mesmos seriam abrigados em um albergue construído às esperanças da verba orçamentária da Prefeitura em terreno de propriedade municipal.

Dois benefícios seriam alcançados neste sentido: desapareceriam das ruas de Duque de Caxias os mendigos famintos e maltrapilhos e, com êles, veríamos extinguiem-se os veículos principais da delinquência, da prostituição e da malandragem.

A idéia está lançada.

O Sr. Prefeito e os edis caxienses que a estudem acuradamente e dêem a palavra final. (*Folha de Caxias*, 10 out. 1954, p.03).

Os termos utilizados pelo articulista, ao se referir aos nordestinos, — um “mal” que se deveria banir, uma “nódoa negra”, “faceta” que “enfeia”— infelizmente podem ser indicativos da mesma repulsa que os nazistas demonstravam (e ainda demonstram) em relação aos judeus ou às minorias étnicas. E pelo poder que tem a imprensa enquanto formadora de opinião, mesmo da década de 1950 aqui no Brasil, estima-se as conseqüências deste e de outros artigos de mesmo teor em termos de propagação de preconceito.

Quanto aos paulistanos, os que se dirigiram apenas para lá em 1940 e 1950 respectivamente foram 36.332 (trinta e seis mil, trezentos e trinta e dois) e 46.990 (quarenta e seis mil, novecentos e noventa) indivíduos. Os capixabas, do Espírito Santo, também somaram grandemente para aumentar os números da migração em direção ao Rio de Janeiro. Infelizmente não foram encontradas informações referentes à migração em outros anos nos índices estatísticos do IBGE.

O fato de que em Duque de Caxias também instalou-se a Fábrica Nacional de Motores⁴⁴, — inaugurada, por sinal, no mesmo ano de fundação do atual Colégio Santo Antônio — esta deixou de ser simples cidade dormitório, assim como toda a composição da Baixada Fluminense, visto que tornara-se um dos maiores parques industriais do país. A FNM, segundo Braz,

[...] inscreveu-se nos marcos da economia de guerra em que o país se via envolvido⁴⁵, produzia no início de suas atividades motores de avião. Sua localização protegida pelas encostas da serra e próxima da Estrada de Ferro Rio D’ouro⁴⁶ e da Av. Rio Petrópolis, lhe dava a proteção necessária em tempos de guerra e favorecia o acesso de matéria-prima e o escoamento dos produtos.

Com o término do conflito voltou a sua produção para o setor de peças e tratores agrícolas, e logo depois, em 1948, ao abrir o seu capital,

⁴⁴ Indústria estatal, fundada em 1942 pelo general Edmundo Soares e pelo brigadeiro Antônio Muniz, em Xerém, município de Duque de Caxias.

⁴⁵ A Segunda Guerra Mundial. 1939/1945.

⁴⁶ Estrada de Ferro Rio D’ouro foi construída em 1883 com a finalidade de transportar material para as obras de construção da nova rede de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro captada nos mananciais da Serra do Mar, em Tinguá e Xerém. ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. RJ. IPLAN. Rio/Jorge Zahar, 1988, p.50. (Nota do autor).

tornou-se uma sociedade anônima e passou a direcionar a sua linha de produção para a montagem de caminhões.

Durante a sua construção e na primeira fase de produção (1942/1947) a fábrica chegou a mobilizar algo em torno de 6.000 trabalhadores e suas famílias. Acabou se tornando também um pólo atrator de migrantes mineiros e capixabas envolvidos na sua construção e manutenção, assim como na vila operária que a cercava (BRAZ, 2006, pp.61-62).

E é interessante confirmar os dados do QUADRO 08, no sentido de que foram os mineiros e capixabas os envolvidos na construção e manutenção da FNM. Também de acordo com Dalva Lazoroni, o crescimento industrial e econômico de Duque de Caxias se deveu a algumas condições favoráveis oferecidas pelo município à época, as quais foram aproveitadas pelas indústrias que ali se implantaram: [...] *facilidade de comunicação e transporte com o Grande Rio e com o resto do país; disponibilidade de amplos espaços planos e custos relativamente baixos; mão-de-obra abundante e barata.* [...]. (MORAES, 1978, p.14). Quanto ao transporte, foi possível a construção de um Quadro que trás as datas de instalação das Estradas de Ferro⁴⁷ em alguns municípios desta região.

QUADRO 09		
Estradas de Ferro e respectivas datas de instalação em alguns municípios da Baixada Fluminense		
Municípios	Estradas de Ferro	Ano de Instalação
Nova Iguaçu	"Central do Brasil", anteriormente "D. Pedro II" ou "Rio D'Ouro"	2ª metade do século XIX
Duque de Caxias	"The Rio de Janeiro Northern Railway", "Leopoldina"	23-04-1886
	"Central do Brasil"	—
Magé	"Mauá", posteriormente "Príncipe Grão Pará"	30-04-1854
Nilópolis	"Central do Brasil"	29-03-1858
	"Empresa de Melhoramentos no Brasil"	00-03-1898
São João de Meriti	"The Rio de Janeiro Northern Railway"	23-04-1886
	"Empresa de Melhoramentos no Brasil"	00-03-1898
Itaguaí	"Central do Brasil"	—
	"Central do Brasil"	—
Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas na "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", Rio de Janeiro: IBGE, XXII Volume, publicada em 31 de Janeiro de 1959.		

Presume-se que estas cinco estradas de ferro ligavam tais cidades entre si, bem como as ligavam à então Capital Federal, o que foi um fator extremamente importante

⁴⁷ Para saber mais sobre Estradas de Ferro numa perspectiva histórica, veja: RODRIGUES, Hélio Suevo. *A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro: o resgate da sua memória*. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004.

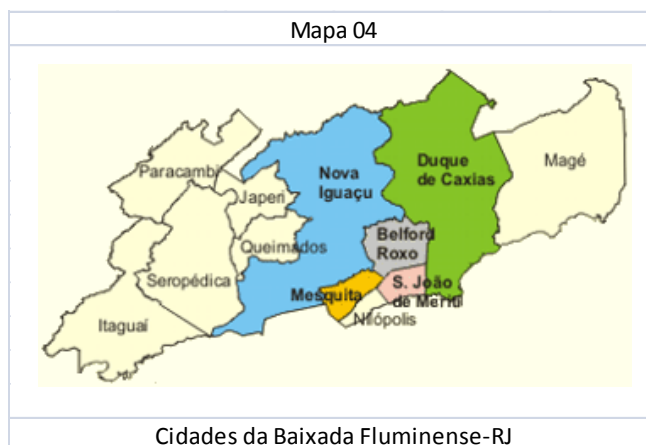
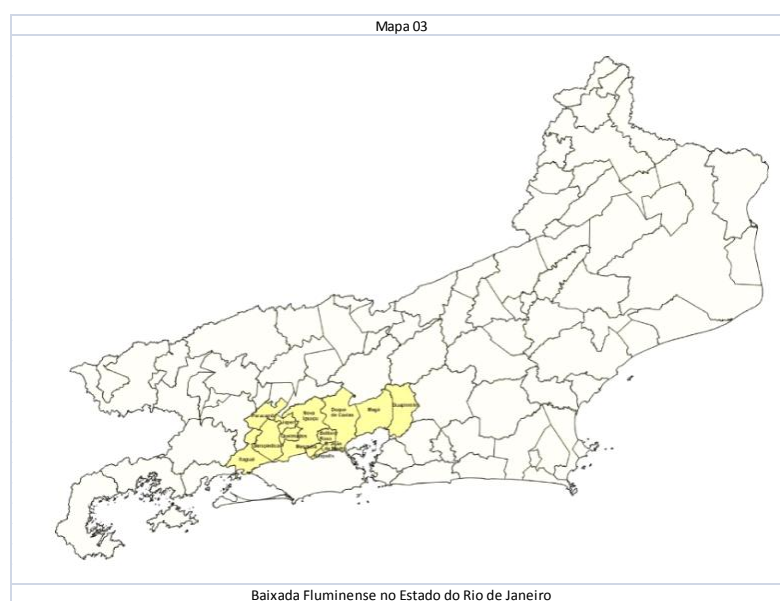
para o desenvolvimento de cada uma delas, bem como da referida mesoregião como um todo.

Com a ampliação física da rede, com a modernização advinda da eletrificação das linhas Central do Brasil em 1937 e Leopoldina Railway em 1957 e, com o barateamento das passagens através dos subsídios das tarifas a partir de 1944 a 1960, o deslocamento populacional acentuou-se e progressivamente novas áreas e bairros foram surgindo ao longo das linhas e no entorno de suas estações. [...] Essa amplitude e capilaridade nacionais representariam um importante papel na constância de fluxo migratório rural que se dirigia para a capital da República. Pelos trilhos da Leopoldina e da Central do Brasil, afluiriam levas de nordestinos, mineiros, capixabas e norte-fluminenses em busca das oportunidades negadas em suas regiões de origem. O valor relativamente barato da passagem e da rapidez do deslocamento estimulavam esses aventureiros, geralmente os homens a princípio, a “tentar a sorte” no Rio de Janeiro e tendo uma vez obtido um emprego como fonte de renda buscavam estabelecerem-se em terrenos baratos onde constituiriam família construída aqui mesmo ou trazida do interior (BRAZ, 2006, p.36, 39-40).

Da mesma maneira Braz vai afirmar que este foi um dos fatores que colaborou para o surgimento e crescimento das cidades que compõem hoje a Baixada Fluminense. Quanto à população dos municípios e respectivos distritos, foi possível montar o QUADRO 10. É importante esclarecer que foram encontradas muitas dificuldades na tentativa de compor os diversos Quadros, com dados estatísticos referentes a cada atual município, ao longo de todo o período proposto para este trabalho, visto que, por exemplo, quando a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* foi escrita e posteriormente publicada (1959), muitos atuais municípios eram ainda distritos de outros; e talvez por isso não fossem devidamente considerados nas então pesquisas estatísticas promovidas pelo IBGE. Daí a “opção” por apenas algumas cidades para compor as tabelas, justamente por isso, apenas representativas da mesoregião da Baixada Fluminense.

QUADRO 10					
População de alguns municípios e respectivos distritos da Baixada Fluminense em 1950					
MUNICÍPIOS	População absoluta do município SEDE 1950	População relativa do município SEDE 1950	Distritos 1950	População dos distritos 1950	SOMA (Sede+Distritos)
Nova Iguaçu	90.749	62,30%	Belford Roxo Cava Queimados	23.750 (16,30%) 12.376 (8,49%) 18.774 (12,88%)	145.649
Duque de Caxias	73.527	79,52%	Campos Elyseos Imbariê Xerém	— 18.932 (20,47%) —	92.459
Magé	9.457	25,72%	Guapimirim Guia de Pacobaíba Inhomirim Santo Aleixo Suruí	7.026 (19,11%) 1.233 (3,35%) 9.401 (25,57%) 7.832 (21,30%) 1.812 (4,92%)	36.761
Nilópolis	30.711	66,17%	Olinda	15.695 (33,82%)	46.406
São João de Meriti	43.790	57,27%	Coelho da Rocha São Mateus	21.394 (27,97%) 11.278 (14,74%)	76.462
Itaguaí	9.830	33,24%	Coroa Grande Ibituporanga Paracambi Seropédica	1.861 (6,29%) 1.858 (6,28%) 7.749 (26,20%) 8.268 (27,94%)	29.566

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas na "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", Rio de Janeiro: IBGE, XXII Volume, publicada em 31 de Janeiro de 1959.



Como se vê, Duque de Caxias e São João de Meriti já eram duas cidades das mais populosas⁴⁸ da Baixada Fluminense, depois de Nova Iguaçu. É bom lembrar que Meriti chegou a ser distrito Caxias. Conforme trechos seguintes:

[...] Em 15 de janeiro de 1833, quando o Decreto da Regência erigiu em vila a povoação de Iguaçu, compreendeu em sua Jurisdição as terras que hoje fazem parte do município de Duque de Caxias e que, naquela época, constituíram território das freguesias de São João de Meriti e Nossa Senhora do Pilar. [...] (XXII Volume, 1959, p.255).

Em 23 de abril de 1886, foi inaugurado o trecho ferroviário da “The Rio de Janeiro Northern Railway”, ligando a cidade do Rio à estação de Meriti, onde, mais tarde, surgiria a povoação originária da sede do atual município de Duque de Caxias. É interessante frisar que a “povoação de São João Batista de Meriti” e a “estação de Meriti” constituem duas povoações distintas. Da primeira resultou a atual sede do município de São João de Meriti e da segunda a sede de Duque de Caxias. (XXII Volume, 1959, pp.255-256).

Devido ao progresso verificado na região, em 14 de março de 1931, graças aos esforços do deputado Dr. Manuel Ribas, foi criado, pelo Decreto estadual nº. 2.559, o distrito de Caxias, com sede na antiga estação de Meriti e formado com território desmembrado do distrito de Meriti, pertencente ao então município de Iguaçu, atualmente denominado Nova Iguaçu. Após essas sensíveis conquistas econômicas, sociais e políticas, rápido foi o ritmo de progresso do novel distrito, o qual, em 31 de dezembro de 1943 foi elevado à categoria de município, sob a denominação de Duque de Caxias, tendo por sede a antiga estação, nessa época elevada à categoria de cidade, passando a denominar-se Duque de Caxias. O novo município, desde que conquistou a sua autonomia, desligando-se de Nova Iguaçu, recebeu um grande impulso em sua economia, apesar de ter perdido em 1947, por força do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 20 de junho desse ano, um de seus distritos mais prósperos, o de Meriti, que passou a constituir unidade autônoma sob a denominação de São João de Meriti. (XXII Volume, 1959, p.256).

O que evidencia e justifica inclusive sua proximidade territorial, além de suas semelhanças em relação aos diversos problemas sociais e econômicos a elas inerentes, e igualmente nos seus respectivos enfrentamentos dessas questões.

Conforme visto, até aqui pouco ou quase nada se falou a respeito da Baixada Fluminense, mais especificamente sobre os problemas inerentes à educação nesta região

⁴⁸ São João de Meriti, segundo a última contagem do IBGE realizada em 2010, possui uma população de 458.673 habitantes, ocupando uma área territorial de 35,216 Km². A cidade concentra o maior adensamento populacional da América Latina, são cerca de 13.024,56 mil habitantes por Km², peculiaridade esta que lhe rendeu o apelido de “Formigueiro das Américas”. Já Duque de Caxias possui, pela mesma contagem de 2010, 855.048 habitantes, numa área de 467,619 Km², sendo cerca de 1.828,51 habitantes por Km².

do Brasil, especialmente nas décadas de 1940 e 1950. Foi o que se buscou fazer no capítulo que segue, basicamente através da imprensa escrita. Basicamente é o último subitem deste próximo capítulo o que mais se aproxima do objeto de pesquisa desta tese, por tratar mais especificamente dos problemas relativos à docência e à formação de professores. Isto mais ao final do período proposto, quando se considera que o Colégio Santo Antônio criou o primeiro Curso Normal da região, em 1954.

De qualquer maneira, é um capítulo importante, na medida em que chama a atenção dos pesquisadores em Educação para a realidade histórica da Baixada Fluminense. Especialmente ao se referir ao ANEXO 03, levantamento exaustivo das instituições educacionais daquela região apenas a partir da imprensa escrita.

CAPÍTULO II

NA IMPRENSA ESCRITA:

Falta de professores(as) e outros problemas em Duque de Caxias e adjacências

*Há jornais maus, dissemos; a imprensa, todavia, é boa. Confessemos que se acha ao alcance de fatores perniciosos, capazes de perturbarem a sua eficiência e de anularem a sua utilidade. De onde vem essa força perturbadora e nefasta? Do público, da própria imprensa e do governo.*⁴⁹

Neste capítulo a tentativa foi por direcionar um pouco mais o olhar para a Educação na Baixada Fluminense, bem como sobre os problemas a ela inerentes, a partir do final da década de 1930, quando as Irmãs Franciscanas de Dillingen chegaram à região. Objetivou-se, igualmente, fazer um levantamento quantitativo das instituições existentes à época da instalação dos atuais Colégios Santa Maria e Santo Antônio, nas cidades de São João de Meriti e Duque de Caxias, o que está consubstanciado no ANEXO 03 (a que já se referiu no Capítulo I).

Para tanto foram privilegiados, levantados, categorizados e alinhavados os artigos dos diversos jornais encontrados no Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Inclusive, a título de informação, enquanto este município publicava 03 jornais entre 1950 e 1957, São João de Meriti não publicava nenhum⁵⁰. Da mesma forma, é bom lembrar que, territorialmente, São João é menor que Caxias, mas densamente mais povoada, assim, ambas cidades deviam possuir uma grande quantidade de escolas, no caso. Dessa forma, tanto os artigos encontrados, quanto as considerações a que se chegou a partir de sua sistematização, são substanciais e por hora suficientes para uma noção a respeito da então situação educacional na Baixada Fluminense. É importante considerar também tratar-se de cidades que, junto a outras, fazem parte de um complexo urbano em que linhas de trens e ônibus desde então já cruzavam as mesmas diariamente, ao levar pessoas de uma parte a outra o tempo todo. Dessa forma, se quer deixar claro que, não necessariamente uma escola localizada em São João de Meriti seria freqüentada apenas por moradores desta cidade, mesmo caso de outras escolas e municípios.

⁴⁹ SOBRINHO, 1997, p.184.

⁵⁰ *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro-RJ: IBGE, Volume XXII, 31 de Janeiro de 1959.

Ao se tomar por base o ANEXO 03 chegou-se a algumas considerações, em primeiro lugar quanto a São João de Meriti; este município na década de 1930 possuía pelo menos 02 escolas; eram elas a Escola Mixta de São João de Meriti nº15, em Nova Iguaçu, em funcionamento no mês de março de 1932, mas que foi fundada em 1921, municipal, conforme QUADRO 06 e o Grupo Escolar Rangel Pestana, o qual, ao que tudo indica, funcionava também em Nova Iguaçu, cidade da qual São João de Meriti era distrito. Esta escola já existia em outubro de 1931 e novembro 1933, mas não se sabe quando foi fundada, se e ou quando foi extinta.

Na década de 1940 foi detectada a existência das seguintes instituições educacionais, em que se anotou apenas a data em que foram citados pela primeira e última vez, dentro do período mais amplo que se elegeu para trabalhar (1931 e 1961).

INSTITUIÇÕES ESCOLARES	1ª data	Última data
São João de Meriti		
Educandário São José Batista	27-10-1946	
Educandário São João Batista	14-09-1947	
Escola Amor à Verdade	14-09-1947	
Ginásio Republicano	14-09-1947	
<u>Liceu Santa Maria</u>	14-09-1947(40)	11-09-1960
<i>Ginásio Municipal de São João de Meriti</i>	08-08-1948	17-04-1960
Escola Dez de Novembro	08-08-1948	

Na década de 1950:

INSTITUIÇÕES ESCOLARES	1ª data	Última data
São João de Meriti		
Educandário Cruzeiro do Sul	12-12-1954	23-10-1960
Ginásio Fluminense	28-08-1955	11-09-1960
<i>Escola Municipal Getúlio Vargas</i>	30-10-1955	14-02-1960
<i>Escola Getúlio de Moura</i>	24-09-1956(46)	13-12-1958
<i>Grupo Escolar Murilo Braga</i>	17-11-1957	27-03-1960
<i>Grupo Escolar Rubens Farrula</i>	31-08-1958	30-08-1959
Colégio Republicano	13-09-1959	
Educandário Nacional	13-09-1959	
Educandário São João de Meriti	13-09-1959	
Escola 10 de Novembro	13-09-1959	
Escola Adelino Augusto de Oliveira	13-09-1959	
Escola Alex da Silveira	13-09-1959	
Escola Armando de Oliveira	13-09-1959	
Escola Castro Alves	13-09-1959	01-09-1960
Escola General Moraes	13-09-1959	
Escola João Carlos Vital	13-09-1959	
Escola Machado de Assis	13-09-1959	
Escola Ministro Felizardo Souza Melo	13-09-1959	
<i>Escola Municipal Amaral Peixoto</i>	13-09-1959(52)	
<i>Escola Municipal de Emergência nº 5</i>	13-09-1959	
<i>Escola Municipal Jal Moraes</i>	13-09-1959	
Escola Paroquial São João de Meriti	13-09-1959	
Escola Raimundo Corrêa	13-09-1959	

Ginásio Meritiense	13-09-1959	11-09-1960
<i>Grupo Escolar Antonio Figueira de Almeida</i>	13-11-1959	
Instituto Belford	13-09-1959	

Pelo QUADRO 06, a Escola Getúlio de Moura já existia desde 1946 e a Escola Municipal Amaral Peixoto desde 1952. Na década de 1960:

INSTITUIÇÕES ESCOLARES	1ª data	Última data
São João de Meriti		
Colégio Pavuna	11-09-1960	
Escola Santo Antônio	17-04-1960	24-04-1960
<i>Ginásio Municipal Professora Judith de Castro</i>	20-03-1960	
Instituto Irineu Cortez	11-09-1960	
Jardim de Infância Peter Pan	11-09-1960	

Ao que se percebeu, a partir apenas da imprensa escrita e de jornais, publicados basicamente na cidade de Duque de Caxias, em São João existia na década de 1930 apenas uma escola pública e uma particular; o que requer pesquisas para saber se e quanto de subsídio ambas recebiam dos governos municipal ou estadual. Já na década de 1940, pela nomenclatura encontrada, existia apenas uma escola pública (grifada em *italico*), cuja primeira notícia encontrada foi em agosto de 1948, não necessariamente o ano em que foi fundada. Lembra-se que o Liceu Santa Maria, atual Colégio Santa Maria, dirigido pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen foi fundado em 1940. Na década de 1950, detectou-se pelo menos 08 instituições públicas de ensino, entre grupos escolares (geralmente mantidos pelo governo estadual) e escolas municipais. Provavelmente as outras 17 instituições escolares citadas nos diversos jornais a partir e ao longo da década, funcionavam em caráter particular. Repare que a grande maioria das escolas foi criada, ou melhor, foi citada pela primeira vez no ano de 1959. Já entre 1960 e 1961 surge outra instituição municipal e pelo menos outras 04 particulares, dentre elas um primeiro jardim de infância.

Quanto a Duque de Caxias, em termos de décadas, fez-se o seguinte levantamento:

INSTITUIÇÕES ESCOLARES	1ª data	Última data
Duque de Caxias		
Escola Mixta de Caxias	20-03-1932	05-06-1932
Escola Masculina de Caxias	20-03-1932	
Escola Feminina de Caxias	20-03-1932	

Conforme se verifica, havia na década de 1930 em Duque de Caxias apenas uma escola Masculina, uma feminina e uma mista, noticiadas ambas em 1932.

INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Duque de Caxias	1ª data	Última data
Ginásio Duque de Caxias	27-10-1946	23-10-1960
Colégio Santo Antônio	26-01-1947(42)	11-12-1960
Escola Amor à Verdade	14-09-1947	

Além das 3 (três) instituições escolares encontradas na década de 1930, na segunda metade de 1940 mais três instituições educacionais particulares foram encontradas, dentre elas o Colégio Santo Antônio, sob a direção das Irmãs Franciscanas de Dillingen, o qual surgiu em Caxias no ano de 1942. Entretanto, a seguir, (as datas entre parênteses são do QUADRO 06) dentre as escolas da década de 1950, há mais 03 que também surgiram na década de 1940, ao considerar-se o QUADRO 06.

INSTITUIÇÕES ESCOLARES	1ª data	Última data
Duque de Caxias		
<i>Grupo Escolar Duque de Caxias</i>	01-05-1951	24-07-1960
Jardim da Infância Santa Teresinha	16-06-1951	
Colégio (Ginásio) Primavera	11-10-1953	22-12-1957
Escola Técnica de Comércio Primavera		
Patronato de Menores Abandonados	06-12-1953	13-11-1960
Veríssimo de Oliveira ou Casemiro de Abreu		
<i>Ginásio Municipal Ana Maria Gomes</i>	25-04-1954	11-11-1961
Escola Regional de Meriti	16-05-1954	10-09-1961
Escola Barão da Taquara	28-11-1954	01-09-1957
<i>Escola Municipal Alberto Torres</i>	28-11-1954	03-09-1956
Escola Dois de Julho	28-11-1954	
<i>Escola Municipal Barão do Pilar</i>	28-11-1954	15-02-1958
<i>Escola Municipal Barão do Rio Branco</i>	28-11-1954	14-02-1960
<i>Escola Municipal Centenário</i>	28-11-1954	15-02-1958
<i>Escola Municipal Coronel Eliseu</i>	28-11-1954	28-08-1955
<i>Escola Municipal Darcy Vargas</i>	28-11-1954	15-05-1958
<i>Escola Municipal Dr. Gastão Reis</i>	28-11-1954	15-02-1958
<i>Escola Municipal Dr. Getúlio de Moura</i>	28-11-1954(46)	15-02-1958
<i>Escola Municipal Dr. Manhães</i>	28-11-1954(47)	20-12-1955
<i>Escola Municipal Honório José Peixoto</i>	28-11-1954	15-02-1958
<i>Escola Mun. Joaquim da Silva Peçanha</i>	28-11-1954	14-02-1960
<i>Escola Mun. Marechal Floriano Peixoto</i>	28-11-1954	28-08-1955
Escola São João Batista	28-11-1954	28-08-1955
<i>Escola Municipal Thiago Apostolo</i>	28-11-1954(51)	30-11-1958
<i>Escola Municipal Visconde de Gericinó</i>	28-11-1954	15-02-1958
<i>E. M. Expedicionário Aquino de Araújo</i>	28-11-1954(43)	17-06-1961
Educandário Cruzeiro do Sul	12-12-1954	23-10-1960
Instituto São José	12-12-1954	30-08-1959
Externato Casemiro de Abreu	01-05-1955	23-10-1960
Educandário Santa Helena	08-05-1955	23-10-1960
Escola Monte Castelo	22-05-1955	10-07-1955
<i>Escola Municipal Lacer</i>	29-05-1955	
	28-08-1955	
Escola Sete de Setembro	29-05-1955	
Instituto Renascença	29-05-1955	19-06-1955
Educandário Tiradentes	12-06-1955	
Cidade dos Meninos (patronato)	26-06-1955	07-04-1957
Escola Técnica do Comércio	26-06-1955	

Curso Doutor Arthur da Silva Bernardes	10-07-1955	
Escola Adolfo David	10-07-1955	
Escola Cecílio Gomes	10-07-1955	
Escola Dona Sebastiana de Barros	10-07-1955	
Escola Presidente Vargas	10-07-1955	
Escola Rio Branco	10-07-1955	
SESI	02-08-1955	11-12-1960
Centro Brasileiro de Ensino São Luiz	28-08-1955	
Colégio Francisco Corrêa	28-08-1955	
Educandário Tenório Cavalcante	28-08-1955	
Escola Assembléia de Deus	28-08-1955	01-09-1957
Escola Júlio Fleischman	28-08-1955	15-10-1956
<i>Escola Municipal Monteiro Lobato</i>	28-08-1955	15-02-1958
<i>Escola Mun. Regina Tescaro Sampaio nº1</i>	28-08-1955	14-02-1960
<i>Escola Municipal Tiradentes</i>	28-08-1955	18-12-1955
<i>Escola Municipal Vila Leopoldina</i>	28-08-1955	15-02-1958
Externato Maria Tereza	28-08-1955	
<i>Externato Santo Antonio (público)</i>	28-08-1955	30-08-1959
Instituto Rui Barbosa	28-08-1955	
Instituto Santo André	28-08-1955	06-08-1961
Academia Caxiense de Ciências e Letras	11-09-1955	15-10-1955
Associação Beneficente de Menores	25-09-1955	20-11-1960
SENAC	15-10-1955	01-09-1960
Escola Amaral Peixoto	30-10-1955	
<i>Escola Mun. Evangelina Porto da Mota</i>	18-12-1955	30-11-1958
<i>Grupo Escolar de Imbariê ou</i>	23-04-1956	
<i>Escola Estadual de Imbariê</i>	24-09-1956	13-09-1959
Instituto Independência	20-05-1956	23-10-1960
<i>Escola Municipal Manoel Felix Medeiros</i>	02-07-1956	15-02-1958
Educandário Guanabara	30-08-1956	
Educandário Ruy Barbosa	30-08-1956	01-09-1960
Escola Parada Angélica	30-08-1956	01-09-1960
Escola Santa Terezinha	30-08-1956	
Escola São Cosme e Damião	30-08-1956	
Escola Floriano Peixoto	02-09-1956	
Fundação Abrigo Cristo Redentor	03-09-1956	01-09-1960
Educandário Santo André	17-09-1956	
Escola Alzira Vargas	24-09-1956	
Escoteiros de Imbariê	24-09-1956	
Escola 15 de Novembro	15-10-1956	17-11-1959
Escola Centro Espírita Bezerra de Menezes	15-10-1956	
Escola do Núcleo Colonial de São Bento	03-12-1956	
Escola de Cantagalo	30-03-1957	
<i>Escola Municipal Fagundes Varela</i>	30-06-1957	
Fundação Escola Tenório Cavalcanti	30-06-1957	
Escola Madalena Caramuru	01-09-1957	
Escoteiros de Duque de Caxias	01-09-1957	
Ginásio São Fabiano de Braz de Pina	01-09-1957	
Ginásio (Liceu) Nilo Peçanha	01-12-1957	11-09-1960
Colégio Luso Carioca	05-01-1958	27-07-1958
Colégio Brasil-Canadá	12-01-1958	
Escola Santa Lúcia	12-01-1958	
Colégio Euclides da Cunha	26-01-1958	
Escola Imperial de Datilografia	02-02-1958	
Dpto Ensino dos Sindicatos Duque Caxias	15-02-1958	28-05-1961
<i>Escola Municipal Dr. Miguel Couto</i>	15-02-1958	14-02-1960
<i>Escola Municipal Francisco Corrêa</i>	15-02-1958	13-09-1959
Grupo Escoteiro Gramacho	11-05-1958	

<i>Escola Municipal Dona Alice Corrêa</i>	15-05-1958	
<i>Escola Municipal Haidéa Rego da Mota</i>	15-02-1958	30-11-1958
<i>Escola Municipal José Vieira</i>	23-03-1958	13-04-1958
<i>Ginásio Municipal Prof. Álvaro Lopes</i>	30-03-1958	
SENAI	11-05-1958	
Escola Pássaros do Brasil	18-05-1958	
Instituto Modelo	18-05-1958	05-04-1959
Educandário de Parada Angélica	27-07-1958	
Ginásio de Parada Angélica	27-07-1958	
Ginásio do Jardim Primavera	27-07-1958	
Escola Primária Nossa Senhora do Carmo	07-10-1958	
Escola Adventista do Sétimo Dia	30-11-1958	
Escola Odilon Braga	07-12-1958	
Educandário Santa Ignêz	18-01-1959	01-09-1960
Escola Anexa à 1ª Igreja Batista	18-01-1959	
Escola Barão do Rio Branco	18-01-1959	23-10-1960
Escola Costa Maia	05-04-1959	
Instituto Nilo Peçanha	03-05-1959	01-09-1960
<i>Escola Municipal Belmonte</i>	21-06-1959	26-07-1959
Escola de Líderes Operários	26-07-1959	
Colégio Dr. Julianio	30-08-1959	
Educandário Evangélico Duque de Caxias	30-08-1959	
Escola Dr. Getúlio Vargas	30-08-1959	
<i>Escola Municipal Gastão Reis</i>	30-08-1959(50)	
Escola Paroquial Imaculada Conceição	30-08-1959	
Externato Martins Assis	30-08-1959	
Educandário Pedro Ernesto	13-09-1959	
Escola de Alfabetização de Adultos	13-09-1959	
<i>Escola Estadual de Saracuruna</i>	13-09-1959	
<i>Escola Municipal José Rangel</i>	13-09-1959	

Reparem que de todas as escolas públicas (em *itálico*) encontradas na década de 1950 através da imprensa escrita, apenas 03 eram estaduais, as 34 restantes eram todas municipais e uma, o Externato Santo Antônio, não se sabe se municipal ou estadual. 89 eram particulares, onde se incluía o SESI, o SENAI e o SENAC; além dos Grupos de Escoteiros que somavam 03; 02 patronatos de menores; uma associação beneficente de menores; um abrigo para menores; uma academia de ciências e letras; uma escola de datilografia; um departamento de ensino dos sindicatos; uma escola de líderes operários; uma escola de alfabetização de adultos; e pelo menos 18 instituições educacionais de caráter religioso, ao se considerar apenas sua nomenclatura: 13 católicas (será?) e 05 evangélicas. Isso tudo apenas o que apareceu nos jornais na década de 1950.

INSTITUIÇÕES ESCOLARES	1ª data	Última data
Duque de Caxias		
Casa de Recuperação do Menor Duquecaxiense	25-09-1960	
Curso Mato Grosso	25-12-1960	
Educandário São Jorge	25-12-1960	
Escola Abraham Lincoln	14-02-1960	29-03-1961

<i>Escola Municipal Madalena Caramuru</i>	14-02-1960
<i>Escola Municipal Rio de Janeiro</i>	14-02-1960
Jardim de Infância	03-04-1960

Entre 1960 e 1961, como se verifica, surge mais uma casa de recuperação para menores, mais 02 escolas municipais, mais 04 escolas particulares.

A Educação sob o olhar da Imprensa Escrita

A opção pelo trabalho com os jornais foi feita aqui no sentido de compor melhor um quadro a respeito da educação na Baixada Fluminense, um dos assuntos mais comuns tratados pela imprensa, a partir de um editorial específico. Conforme Lustosa,

A editoria de cidade, assim como a editoria nacional, é a clínica geral da redação. Ali se aborda todos os assuntos. Tudo que não for de uma editoria especializada e ocorrer na cidade em que se edita o veículo de comunicação de massa vai para a editoria de cidade (1996, p.141).

É possível garantir que as empresas jornalísticas nem sempre tiveram uma divisão organizada do trabalho, com separação de editorias, tipos de notícias, redatores especializados em determinados assuntos, enfim. Entretanto, é notório até a década de 1950, a educação tratada pelos articulistas enquanto um dos problemas que mais afetavam as pessoas em seu cotidiano nos centros urbanos. Foi nesta perspectiva mais ampla que se fez as diversas análises neste capítulo.

Nas décadas de 1930 e 1940 foram encontrados muito poucos artigos⁵¹ que contribuíssem para desvelar a situação da educação na Baixada Fluminense. Na maioria são propagandas de escolas ou professores particulares ou artigos sobre assuntos específicos, como, por exemplo, uma reforma ortográfica luso-brasileira que ocorreu em 1931; um Conselho de Educação do Estado do Rio de Janeiro que foi criado em 1932, o

⁵¹ Em 25 de agosto de 1950 era fundado “*O Municipal*” (Semanário); Em Duque de Caxias foi criado o Jornal “*Fôlha de Caxias*”, em 25 de agosto de 1953 – sendo o órgão oficial da Associação Comercial de Duque de Caxias (Semanário); Em julho de 1956 o Jornal “*Folha de Caxias*” passa a denominar-se “*Folha da Cidade*”, mantendo-se como ano 3, porém, reiniciando a numeração; a partir de junho de 1957 apresenta nova reforma gráfica, retornando ao ano 1, porém, mantendo sequência da numeração anterior; “*Tribuna de Caxias*” – Sem data de fundação, também circulou por pouco tempo; “*Correio de Iguassu*” – Fundado por ocasião da Revolução de 1930; “*Jornal do Povo*” – Fundado em 1947.

qual se responsabilizaria por opinar sobre o ensino primário, secundário e profissional; também neste ano foi fundada uma caixa escolar junto à Escola Modelo em Nilópolis (destinada à manutenção de alunos pobres), o que indica a particularização de uma responsabilidade que a princípio deveria ser do Estado; também foi possível perceber a já existência de faculdades de Medicina, Odontologia e Farmácia pelas notas publicadas. Em 1948 foi lançada a Campanha Nacional da Criança, sob a presidência da então primeira dama do Estado, na busca por sanar problemas básicos como as endemias (peste branca, sífilis e mal de Hansen), a sub-alimentação e a alfabetização. É importante lembrar que se tratava do período varguista no qual, conforme Capelato,

(...) o esforço de politização, de eliminação de vozes discordantes e de penetração em todos os setores realizou-se sobretudo através da imprensa periódica e, em menor medida, através do rádio (1999, p.173).

O que justifica os poucos artigos encontrados a respeito dos problemas educacionais nessas duas décadas.

É notório sobre a imprensa escrita na Baixada Fluminense, que pelo menos ao se referir à educação, seus articulistas dos diversos jornais em que colaboravam, pelo menos aparentemente buscavam servir à “causa pública” (SOBRINHO, 1997, p.186). Ou seja, com exceção da década de 1930 e grande parte de 1940, — quando eram pouco noticiados os problemas educacionais, seja devido à autocensura instituída pelo governo Vargas, ou talvez pela educação ainda não ter ganhado destaque efetivamente enquanto um problema naquele contexto da Baixada — os artigos e reportagens tornaram-se formadores de opinião; principalmente a partir da década de 1950, no caso das duas cidades que interessam aqui, destaca-se Duque de Caxias com seu *Folha de Caxias* (posteriormente *Folha da Cidade*); semanário este que, apesar de órgão oficial da Associação Comercial de Duque de Caxias, órgão classista, pelo menos no que tange à educação, mostrou-se *um instrumento ativo de opinião pública* (ZICMAN, 1985, p.91).

Quanto à legislação relativa à imprensa no período aqui tratado, as Constituições de 1934, 1937 e 1946, estabeleciam o seguinte:

Art. 113. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

9) Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento, sem dependência de censura, salvo quanto a espetáculos

e diversões públicas, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos independe de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda, de guerra ou de processos violentos, para subverter a ordem política ou social.

Art. 131. É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, políticas ou noticiosas a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Estes e as pessoas jurídicas não podem ser acionistas das sociedades anônimas proprietárias de tais empresas. A responsabilidade principal e de orientação intelectual ou administrativa da imprensa política ou noticiosa só por brasileiros natos pode ser exercida [...].

Art. 175. O Poder Legislativo, na iminência de agressão estrangeira, ou na emergência de insurreição armada, poderá autorizar o Presidente da República a declarar em estado de sítio qualquer parte do território nacional, observando-se o seguinte:

§ 5º - Não será obstada a circulação de livros, jornais ou de quaisquer publicações, desde que os seus autores, diretores ou editores os submetam à censura (CONSTITUIÇÃO 1934).

Pela Constituição de 1934, a preocupação maior no que se referia à publicação de periódicos era em relação às ameaças externas, bem como à sua “má utilização” no sentido de promover insurreições, mas também como forma de proteger o governo em relação às críticas e movimentos opositores. Possivelmente esteja aí a explicação para os poucos artigos (no caso sobre educação) até meados de 1950; talvez se evitasse escrever como forma de prevenção da esperada censura. E conforme já se adiantou, antes da década de 1950 na Baixada Fluminense praticamente apenas se noticiava alguma campanha, reforma ou órgão, lançados ou criados pelo próprio governo, além de uma ou outra propaganda de escolas particulares.

Art. 16. Compete privativamente à União o poder de legislar sobre as seguintes matérias:

XX – direito de autor; imprensa; direito de associação, de reunião, de ir e vir; as questões de estado civil, inclusive o registro civil e as mudanças de nome;

Art. 122. A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no país o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

15 – todo cidadão tem direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei.

A lei pode prescrever:

a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematographo, da radio-difusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação;

b) medidas para impedir as manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes, assim como as especialmente destinadas à protecção da infância e da juventude;

c) providencias destinadas á protecção do interesse publico, bem estar do povo e segurança do Estado. A imprensa reger-se-á por lei especial, de accordo com os seguintes princípios:

a) a imprensa exerce uma função de caracter publico;

b) nenhum jornal póde recusar a inserção de comunicados do Governo, nas dimensões taxadas em lei;

c) é assegurado a todo cidadão o direito de fazer inserir gratuitamente, nos jornaes que o infamarem ou injuriarem, resposta, defesa ou rectificação;

d) é prohibido o anonymato;

e) a responsabilidade se tornará effectiva por pena de prisão contra o director responsável e pena pecuniária applicada á empresa;

f) as machinas, caracteres e outros objectos typographicos utilizados na impressão do jornal constituem garantia do pagamento da multa, reparação ou indemnização, e das despesas com o processo nas condemnações pronunciadas por delicto de imprensa, excluídos os privilégios eventuaes derivados do contracto de trabalho da empresa jornalística com os seus empregados. A garantia poderá ser substituída por uma caução depositada no principio de cada anno e arbitrada pela autoridade competente, de accordo com a natureza, a importância e a circulação do jornal;

g) não podem ser proprietários de empresas jornalísticas as sociedades por acções ao portador e os estrangeiros, vedado tanto a estes como ás pessoas jurídicas participar de taes empresas como accionistas. A direcção dos jornaes, bem como a sua orientação intellectual, política e administrativa, só poderá ser exercida por brasileiros natos (CONSTITUIÇÃO 1937).

A preocupação com as ameaças externas continuava a partir de 1937, no entanto, a imprensa passa a ser tratada ainda de forma mais enfática em termos de censura. Sob a capa da protecção à infância e juventude, em termos de moral e bons costumes, o governo ditatorial implantado queria, na verdade, era se autoproteger contra seus opositores.

Art. 141. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 5º - É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de respostas. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe.

Art. 160. É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por acções ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas, excetuados os Partidos Políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, n.ºs I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intellectual e administrativa (CONSTITUIÇÃO 1946).

Em 1946, apesar de a censura já estar minimizada, ainda assim prevalecia o receio em relação aos estrangeiros e suas possíveis idéias subversivas. De qualquer forma, o afrouxamento das leis opressoras, possibilitou o aumento da quantidade de artigos de opinião na Baixada Fluminense, justamente momento a partir do qual se levantou a maior quantidade de artigos referentes à educação e seus problemas.

Não foram percebidos posicionamentos diferentes que possibilitassem estabelecer comparações entre um e outro órgão de imprensa ou, como diria Zicman (1985, p.97), não seria possível fazer um estudo “inter-jornais”; além do mais, diferentemente da *Folha da Cidade*, os outros jornais, não tiveram tanto destaque em termos de quantidade de artigos publicados especificamente sobre a problemática educacional; assim, de uma forma ou de outra, a referida proposta estaria inviabilizada. Em todo caso, em alguns momentos percebeu-se que determinados articulistas evitavam certos posicionamentos e conseqüentes constrangimentos, conflitos ou antipatias, fosse por questões pessoais, políticas ou ideológicas. O que é demonstrativo, ou do tipo de relação entre o articulista e a empresa jornalística, — aquele muitas vezes apenas um colaborador esporádico, sem nenhum vínculo ou contrato empregatício, — ou ainda da relação de dependência entre o jornal e as empresas ou instituições pagadoras de publicidade, cujos interesses poderiam não coincidir com a real opinião dos articulistas. Nos subitens a seguir foram tratados os temas ligados à educação, que receberam maior destaque ou cujos assuntos foram mais freqüentemente publicados.

As Instituições Privadas Ditam as Regras

Para além do problema da falta de “professores(as) formados(as)”, Custódio Aquino chamava a atenção, — logo na primeira sessão de “A Folha Escolar”⁵², — para

⁵² “A Folha Escolar” era uma sessão dentro do Jornal *Folha de Caxias*, a qual trazia notícias sobre as escolas do Município; a referida sessão era redigida pelo Sr. Custódio Aquino e seu objetivo era facilitar um perfeito entendimento ou possibilitar um intercâmbio cultural entre colégios, professores, alunos e diretores (AQUINO, 21 nov. 1954, p.01); mas também colaborar com os poderes públicos e atender a reclamações e sugestões. (AQUINO, 29 nov. 1954, p.02). A sessão surgiu em novembro de 1954 e parece que durou apenas até julho de 1955, ou seja, menos de um ano, sendo que foi encontrada 11 (onze) vezes ao longo deste período. “Educação e Cultura” foi uma sessão publicada, dentro do Jornal *Folha da Cidade*, pela primeira vez em 18 de março de 1957, indo até pelo menos o dia 20 de

a falta de verbas destinadas ao ensino, para o alto índice de analfabetismo e para o desinteresse dos responsáveis pela educação das crianças:

São inúmeras as dificuldades opostas ao desenvolvimento e propagação do ensino, a fim de atender as exigências da grande população infantil, que sem recursos financeiros, implora ansiosamente o direito de educar; ora é o problema econômico, o mais grave e prejudicial ora é o desinteresse dos responsáveis, alheios as necessidades fundamentais da sociedade.

Nosso índice de analfabetismo, é simplesmente alarmante, os registros estatísticos exprimem esta triste realidade, e é urgente amenizar em nosso município, tão deprimente situação.

Na previsão dos trabalhos para o próximo exercício, faz-se necessário um esforço comum para criar um plano conjugado, pelo qual, as instituições particulares tenham apoio efetivo recebam as devidas subvenções, e os Poderes Públicos organizem e ponham em funcionamento novos cursos gratuitos, transformando em realidade, a existência da Educação ao alcance de todos. (AQUINO, *Folha de Caxias*, 12 dez. 1954, p.02).

É importante enfatizar que o governo, no caso o municipal, ao que tudo indica subvencionava instituições particulares; certamente pela ausência de número suficiente de escolas públicas. Tais subvenções tinham uma contrapartida, que era um número “X” de bolsas de estudo. Percebe-se na escrita de Custódio Aquino uma falta de perspectiva quanto à criação de cursos gratuitos ou escolas públicas, visto que, se a população conseguisse que, no próximo exercício, pelo menos as escolas particulares recebessem efetivo apoio financeiro, já seria muito positivo. Está claro que isto não ocorria com a gestão que tinha fim em 1954. Inclusive, encontrou-se o seguinte apelo, que poderia ser generalizado para outras instituições particulares:

A S. Excia. Sr. Prefeito.

O Educandário Cruzeiro do Sul, formula um apelo a S. Excia, no sentido de que seja decretado o pagamento das subvenções do corrente exercício, a fim de que lhes seja assegurado o direito de recebê-las (AQUINO, *Folha de Caxias*, 12 dez. 1954, p.02).

Uma nota publicada noutro dia propagandeava o número de alunos que freqüentavam gratuitamente uma escola particular.

Educandário Santa Helena

março de 1960. Foram encontradas 39 vezes ao longo deste período. Podemos dizer que foi uma continuidade da sessão “A Folha Escolar”, pois tratava de notícias semelhantes na área da educação. Não consta que houvesse na sessão Educação e Cultura um responsável único, como era o caso d’A *Folha Escolar*.

Dedicando-se a todas as creanças indistintamente, a Diretoria desse Estabelecimento vem atualmente atendendo a mais de quarenta alunos gratuitos, demonstrando que a prática do bem, não tem limites, especialmente quando se trata da formação intelectual dos que constituem o futuro do país (AQUINO, *Folha de Caxias*, 08 mai. 1955, p.04).

Resta saber até que ponto ia esta benemerência da direção da escola e até que ponto tal prática só era possível mediante a subvenção municipal.

Foi designado pelo cel Frederico Mindelo e já se apresentou ao Ministro da Educação e Cultura, o consultor jurídico da COFAP, Dr. Artur M. Panpério, para integrar, como representante daquele órgão, a comissão encarregada de estudar o problema das anuidades escolares. O ministério será representado pelo prof. Armando Hildebrand (*Folha da Cidade*, 18 mai., 1958, p.05).

Quem tem filhos e mesmo quem estuda, sabe com certeza o quanto custa estudar no Brasil. Enquanto os livros didáticos ou qualquer outro material escolar atinge preços exorbitantes, o gibi, a cinderela e o cigarro de maconha, são encontrados com espantosa facilidade. A função da escola é educar, [...] preparar caracteres, forjar mentes evoluídas, impedindo desta forma que a humanidade caminhe em retrocesso para o medievalismo bruto e maquiavélico.

No entanto, há escolas que, ou devido à péssima subvenção que recebem, ou pela tola mania de querer ser “[...]” cometem o crime de impedir que alunos pobres e até sem [...] entrem em sala de aula, unicamente porque não estão de meias “brancas” ou “pretas”, numa hedionda criancice de gente grande.

Que se atente para a uniformidade do ambiente, [...] louvável. Daí, contudo, a impedir que crianças sem posses, que muitas vezes vão para as aulas sem comer, porque o que ganha a família para nada dá, é barbaridade, insensatez.

Vamos cooperar com o estudante humilde. Ele representa o futuro de nossa civilização! Prestaríamos maior serviço ao estudante caxiense, à Pátria mesmo, se impedíssemos que [...] dirigissem colégios, inéptos e transviados intelectuais [...] sem consciências bestializando seres humanos.

É isto que o povo deseja! (*Folha da Cidade*, 17 ago., 1958, p.02).

Neste último artigo, por exemplo, o articulista dá indícios claros a respeito das práticas mais comuns por parte das escolas particulares. Práticas estas que de benemerentes não tinham nada, mesmo quando se leva em consideração o objetivo da imprensa de sensibilizar a opinião pública. No entanto, também fica escancarado o fato de que a responsabilidade pela educação era mais uma vez retirada dos ombros do governo e praticamente cobrada dos particulares. Dessa forma, os jornais

[...] caracterizam-se, primeiramente, por ser um veículo de transmissão de informações, isto não significa que sejam neutros ou imparciais diante dos acontecimentos, à margem da realidade social e

política. E, também, [...] pelo fato de veicularem análises a respeito da vida política, educacional, comercial, moral, religiosa, entre outras (MÁXIMO e outros 2002, p.26).

Trata-se justamente daquilo que foi notório na imprensa especialmente de Duque de Caxias, extensivo à Baixada Fluminense. Quanto às cotas a que faz referência o articulista, presume-se que fossem para subsidiar ou subvencionar algumas das escolas particulares existentes; o que por sua vez dificultava a criação de novas escolas públicas, num movimento sem fim. Nesse sentido, a não criação de escolas talvez não fosse apenas devido à falta de interesse por parte dos governos, dentre eles o municipal. Ou seja, ao se extinguir subsídios às escolas particulares já existentes, o número de alunos carentes sem vagas aumentava ainda mais, o que gerava um círculo vicioso.

A Difícil e Delicada Tarefa de Inspeccionar Escolas

Uma nota na imprensa provoca dúvidas a respeito principalmente da eficácia da educação, cujo processo e objetivos finais só seriam alcançados mediante um trabalho de inspeção escolar eficaz, o que parecia não ocorrer.

Sociedade Beneficente 7 de Setembro

A “Escola 7 de Setembro” funcionando sob os auspícios desta Sociedade, com a assistência da Divisão de Ensino Primário dêste Município, está a merecer uma visita de Inspeção Escolar, afim de orientar a aplicação do programa primário.

Sem desmerecer o esforço e boa vontade das professoras dêste estabelecimento, julgamos oportuno que a Ilma Snra. Inspetora, cuja dedicação tem sido altamente revelada, auxilie as referidas professoras, no sentido de facilitar a produtividade pelo cumprimento do programa elementar (AQUINO, *Folha de Caxias*, 29 mai. 1955, p.06).

Que programa primário e ou elementar seria este? Quem reivindicava uma Inspeção na referida escola? Seriam as próprias professoras? Seria a diretoria da escola, os pais dos alunos ou alguém que, ao perceber alguma dificuldade na prática docente solicitava, através da imprensa, a presença da Inspetora Escolar? Que dificuldades seriam estas pelas quais os professores passavam? Não estariam por um acaso na luta por cumprir o programa elementar considerado básico ou obrigatório? O que se sabe é

que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que referenciaria todos os programas de ensino, só seria promulgada em 1961.

Para além deste problema numa escola específica, outra nota remete a novas perguntas:

Inspetoria Escolar

Atendendo a motivos de ordem administrativa, o gabinete da Sra. Inspectora Escolar, foi instalado no edifício da Associação Comercial da Associação Comercial desta cidade, cito á Estr. Rio Petrópolis, 1551, 2º andar, Sala 2, onde o expediente comum, obedece ao horário regularmente da repartição (AQUINO, *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955, n.63, p.02).

Que motivos administrativos seriam estes que fizeram a Inspectora Escolar, uma única para toda a cidade de Duque de Caxias e região, ter que se instalar no Edifício da Associação Comercial da cidade? Com essa cessão do espaço, será que a referida Associação passava a ter alguma influência no setor educacional de Caxias? De qualquer forma, percebe-se uma situação complicada, visto que uma Associação Comercial é classista, com eminentes interesses capitalistas e uma Inspectoria Escolar deveria ser imparcial, a despeito de seus interesses em torno da educação em Duque de Caxias. Somente por volta de março de 1958, a Inspectoria muda novamente de endereço:

A Inspectoria Municipal do Ensino transferiu-se para o segundo andar do novo prédio da prefeitura, na rua Havaí, em frente à Praça Riachuelo, onde está funcionando no expediente normal (*Folha da Cidade*, 02 mar. 1958, p.04).

Em 20 de maio de 1956, uma denúncia que, de uma ou outra maneira, vai ao encontro do problema relativo à precariedade da inspeção escolar já anunciada em 1955.

Constitui verdadeiro descalabro a situação atual do ensino primário neste município. A Prefeitura Municipal dispõe de uma Inspectoria do Ensino Municipal, porém, esta Inspectoria, como é lógico, só exerce fiscalização sobre as escolas nela registradas, isto é, as escolas oficiais do Município. As escolas particulares, na sua maioria sem registro na Inspectoria, não têm fiscalização alguma. O ensino nessas escolas é realizado sem qualquer norma, não obedecendo aos programas oficiais. A maioria das escolas particulares, infelizmente estão nesta situação (*A Folha de Caxias*, 20 mai., 1956, p.06).

A este respeito, sabe-se que desde 1947 o atual Colégio Santo Antonio era um dos dois estabelecimentos reconhecidos pelo Governo Federal e fiscalizados⁵³ por ele. Conforme Eli Combat, entretanto, não se sabe como ficou a fiscalização entre 1947 e 1956, no caso, muito menos como era essa fiscalização a nível municipal.

B) Terminado o curso Primário, o aluno pode, pelo exame de admissão, tentar o ingresso no chamado Curso Secundário (Ginasial ou Comercial Básico). Inicia-se, então, a interferência direta do Governo Federal no Ensino. Somente os colégios fiscalizados podem realizar o exame de admissão, sob as vistas do Inspetor Federal, nomeado pelo ministério, e somente os colégios fiscalizados podem ministrar o chamado Curso Ginásial, 1º ciclo (1º, 2º, 3º e 4º anos ginasiais) e o Curso Comercial básico.

Os estabelecimentos conhecidos pelo Governo para ministrarem o Curso Ginásial e o Curso Comercial chamam-se, respectivamente: Ginásios e Escolas Comerciais.

[...] para o curso comercial, o Colégio Santo Antonio, cujo o inspetor é o dr. Waldemar Nogueira Machado. [...] (COMBAT, *Tribuna de Caxias – suplemento de Tribuna de Petrópolis*, 26 jan. 1947, p.2).

Na verdade, com tal artigo, dentre muitos outros encontrados, se chamava a atenção em relação ao pouco número de instituições educacionais reconhecidas e fiscalizadas pelo governo federal; para toda a cidade de Duque de Caxias existiam apenas duas, das quais uma, o Colégio Santo Antonio, era particular. Em continuidade, o artigo de 20 de maio de 1956 expressava o seguinte:

A mais grave consequência da falta de fiscalização no ensino particular do município é a falta de professoras competentes. As professoras são contratadas sem obedecerem os diretores das escolas a nenhum critério de seleção. O resultado é que, em várias escolas há professoras semi-analfabetas “ensinando” às crianças. Pode imaginar-se o que passarão estas crianças no futuro com uma formação primária incompleta ou, o que é pior, completamente errada (*A Folha de Caxias*, 20 mai., 1956, p.06).

Volta-se à estaca zero quanto ao problema das professoras leigas ou nomeadas ou contratadas sem critérios de capacidade ou seleção. E a questão da fiscalização por parte da municipalidade ainda requeria meios para tal:

A Inspeção do Ensino Municipal, por sua vez, não dispõe de meios eficientes para uma completa fiscalização nas escolas do

⁵³ Conforme Revista “Ação” nº 20, p.67, de março de 1949, publicação mensal da diocese de Petrópolis, tal fiscalização só teria começado a ocorrer no ano de 1948. O conteúdo da referida revista foi transcrito no Jornal do Povo em 29 de maio de 1949, sob o título de Ginásio Santo Antonio. Nesse sentido, se a nomenclatura era já “Ginásio”, pode ser que a fiscalização para o Curso Comercial tenha começado em 1947 e a fiscalização para o Curso Ginásial tenha começado em 1948.

município. A Inspetora Municipal, Prof. Regina Tescaro Sampaio, sozinha não pode percorrer todo o município para fiscalizar as escolas, principalmente sujeitando-se às péssimas condições que circulam em Caxias. A Prefeitura não põe um só dos veículos à disposição da sua Inspetora (*A Folha de Caxias*, 20 mai. 1956, p.06).

Antes o inspetor era o Sr. Waldemar Nogueira Machado, pelo menos até 1947, depois, não se sabe quando, passa a ser a referida Professora Regina Tescaro Sampaio. Pela quantidade de escolas existentes no município, realmente uma única inspetora era insuficiente. E não fosse o problema do transporte, outras dificuldades viriam à tona, tais como as longas distâncias, ou as más condições das estradas e ruas públicas.

As “Boas Intenções” do Ensino Técnico

Outra preocupação que se percebeu na sessão “A Folha Escolar”, foi a respeito da então reclamada formação técnica.

Mantida pelo Centro Cultural José do Patrocínio, funciona nesta cidade uma Escola que veio atender aos reclamos constantes dos menos afortunados, e que não podiam por motivos diversos, manter e desenvolver seus conhecimentos, nas custosas Escolas do Distrito Federal.

A Escola Técnica de Comercio, funcionando na sede do Centro, á Rua Chaco 13º - 2º andar, mantem aulas diárias em dois turnos respectivos: 17 às 19 e das 19 às 21 horas, sob a orientação dos Professores Wandik e Lizete Viana (*AQUINO, Folha de Caxias*, 26 jun. 1955, p.05).

Vê-se que realmente eram para o alcance das classes trabalhadoras, visto seu horário de funcionamento. Resta saber se foram realmente os “menos afortunados” que reivindicaram uma Escola Técnica ou se a classe patronal, com a falta de trabalhadores qualificados nesta área, é que resolveu oferecer tais tipos de cursos.

Por mais que os cursos voltados para a classe trabalhadora tenham sido recebidos de forma positiva, a imprensa não deixou de criticar ou no mínimo deixar em suspenso o futuro desta mesma classe, devido à qualidade ou tipo de educação que recebia e que se generalizava também para quem ainda estava em idade escolar.

Com a convivência de muitos, alguns estão tapeando a juventude brasileira. Verdades mal ditas, engodos bem feitos, veneno

distribuído a milhares de jovens que vão, pouco a pouco, chafurdando na lama da semi-cultura, do semi-analfabetismo oficial.

Digo isso de um Brasil onde grassa um ensino por demais acadêmico, muito mal orientado e mal fiscalizado, onde, ultimamente, vem aumentando assustadoramente o curso noturno, agora não mais para adultos, mas sim, para todos os que queiram ter o curso secundário. Êste ensino é péssimo em qualidade e ótimo em quantidade, lucros e facilidades. Agora principalmente com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, que passou rapidamente do plano idealístico para o político, e fez nascer uma centena de ginásios em todo o país, fazendo crescer assustadoramente o número dos que são mal preparados para a vida. [...]. (*Folha da Cidade*, 08 dez. 1957, p.02).

Os cursos secundários ou ginasiais a que se referia o articulista, no caso dos atuais colégios Santo Antonio e Santa Maria, não funcionavam no horário noturno, o que leva a crer que ali só estudava quem não precisava trabalhar durante o dia. Eis uma discussão atual e que merece ser aprofundada, pois o articulista queria, na verdade, defender os cursos técnicos em detrimento de uma formação acadêmica a qual, segundo ele, seria uma

[...] eterna mentira dos embusteiros do ensino, que preferem uma juventude qualitativamente mal instruída a uma elite culta.

Eterna mentira dos que preferem ver proliferando no país os cursos acadêmicos e parasitários aos cursos técnicos e práticos, úteis à nação que se industrializa.

Eterna mentira dos que preferem ver nossa pátria como um país de doutores semi-analfabetos, de homens rotos, que vivem eternamente à mercê dos políticos, da sanha dos administradores corruptos, a vê-la como uma nação de homens probos e laboriosos, técnicos hábeis e produtivos, colaboradores honestos de nosso progresso. [...] (*Folha da Cidade*, 08 dez. 1957, p.02).

Constata-se que o problema era generalizado; o país perdia com o tipo de educação que se oferecia: muito teórica (propedêutica) e pouco prática; muito acadêmica, pouco técnica e produtiva⁵⁴, onde mesmo os doutores eram culturalmente

⁵⁴ Ainda foram encontrados indícios na imprensa da Baixada a respeito de instituições voltadas especificamente à formação de trabalhadores, tais como:

O departamento de ensino dos sindicatos de Duque de Caxias. *Agora*, Duque de Caxias, Ano I, n.5, p.03, 20 abr. 1961.

Melhores Possibilidades para o Desenvolvimento do Ensino Agrícola no Estado do Rio. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.45, p.03, 22 ago. 1954. (C.2-3-4).

Diplomadas as Alunas de Corte e Costura do SESI. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.69, p.05, 2 ago. 1955. (C.1 a 6).

Será na Fazenda S. Bento, o Patronato de Menores Abandonados. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.73, p.01, 28 ago. 1955. (C.3 a 6).

450 Menores Registrados na A.B.M. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.31, p.05, 28 jan. 1957.

[...]mento em datilografia. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.84, p.01, 2 fev. 1958.

Breve a Escola do Senai. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.98, p.01, 11 mai. 1958.

analfabetos e pouco contribuiriam com o que a nação realmente precisava naquele momento.

Outros Problemas

Além da falta de professores, escolas e até falta d'água, o problema da educação perpassava à época também pela falta de espaço, reivindicação igualmente veiculada através da sessão “A Folha Escolar” do jornal *Folha de Caxias*:

Escola Monte Castelo

Funcionando em prédio de amplas dependências, esta Escola vem atendendo a grande numero de crianças de Gramacho, pois está localizada á Av. Monte Castelo, próximo à variante, torna-se entretanto necessário maior assistencia dos poderes competentes, e providencias imediatas, no sentido de ser desocupada uma das salas do edifício, transformado em depósito de material, em prejuízo do funcionamento desta sala para aulas.

O esforço da incançavel Diretora, que reside em Magé, e viaja diariamente para êste município, merece ser atendido com o indispensável apoio dos poderes públicos, proporcionando possibilidades de maior produção, pois, se em duas salas apenas, funcionam quatro turnos, existindo mais uma sala, a produtividade se multiplicará.

É de esperar que os Senhores responsaveis, desocupem a sala do edificio e nomeiem professoras para funcionarem com novos alunos (AQUINO, *Folha de Caxias*, 22 mai. 1955, p.05).

Podemos hoje com satisfação, levar ao conhecimento dos interessados, que encontramos por parte do Exmo. Snr. Prefeito o devido acolhimento ao nosso apêlo, para que seja desocupada e reformada a sala onde se encontram depositados materiais diversos. S. Excia, já determinou providencias, para que a referida dependencia possa ser reintegrada às finalidades a que se destina (AQUINO, *Folha de Caxias*, 10 jul. 1955, p.06).

Se, conforme o 1º artigo, o prédio da escola era descrito com amplas dependências, depois ficou claro possuir apenas duas salas de aula, que funcionavam não se sabe de que maneira, em 4 (quatro) turnos. Diante da grande procura por vagas,

Fundado o patronato de menores de S. J. de Meriti. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.98, p.02, 11 mai. 1958.

Curso de Ensino Agrícola. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.130, p.03, 18 jan. 1959.

Escola de Líderes Operários. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.157, p.01, 26 jul. 1959.

Estude Comércio de Graça. *O Municipal*, Duque de Caxias, Ano IV, n.104, p.03, 15 out. 1955. (C.1-2).

reivindicava-se que uma sala utilizada como depósito de material⁵⁵ fosse transformada também em sala de aula, e que mais professores(as) fossem nomeados(as) para atuarem ali.

Outra denúncia a qual dizia respeito a uma Escola Municipal em específico, era quanto à assiduidade às aulas por parte das professoras; o que as levou, inclusive, a procurar a reportagem do jornal *Folha da Cidade*. Elas protestaram por um lado, mas por outro se negaram a identificar-se,

[...], o que cede aos protestos apenas um pouco de veracidade. Mas o fato é que elas reconhecem que chegam tarde, por causa da condução, mas nunca faltam. Comparecem à Escola Municipal Alberto Torres, diàriamente, e ministram na medida do possível, todo o seu saber às crianças (*Folha da Cidade*, 03 set. 1956, p.02).

Os transportes públicos, aos quais já se fez referência por ocasião da problemática da inspeção de instituições escolares, tornam à cena, desta vez enquanto causa de atrasos na chegada das professoras ao local de trabalho. Nesse sentido, vários transtornos eram realmente causados em mais de uma instituição de ensino devido às más condições, dentre outros, do transporte público; o que não envolvia apenas os professores, mas também os alunos. As denúncias continuam:

Iniciando uma série de reportagens intitulada “Uma escola por semana”, a reportagem da FOLHA DA CIDADE visitou a Escola Municipal Coronel Eliseu, no Parque Lafaiete, dirigida pela professora Ruth Jorge Pinto. Ao aproximar-se do prédio onde funciona a escola, a impressão da reportagem foi a pior possível, dado o péssimo estado em que o prédio se encontra em seu exterior.

No interior da escola, não é melhor o estado do prédio. Mas, a má impressão do repórter foi minorada, ao verificarmos a boa organização e disciplina do serviço interno da escola, o que é fato raro em escolas municipais.

CARACTERÍSTICAS

A Escola Coronel Eliseu é composta de duas salas. Tem seis professoras, além da diretora, trabalhando em três turnos, onde estudam 244 alunos, assim divididos: 1ª série A – 60 alunos; 1ª série B – 50 alunos; 1ª série C – 40 alunos; 2ª série – 44 alunos; 3ª série – 34 alunos e 4ª série – 16 alunos.

Cada professora possui um caderno circular, para que os seus alunos executem ali trabalhos, como prova de eficiência e para que os pais acompanhem as atividades escolares de seus filhos, devendo rubricar os trabalhos.

Um fato disciplinar que também chamou a nossa atenção, é que os alunos são obrigados a comparecer uniformizados às aulas, o que não é comum nas demais escolas municipais.

⁵⁵ Tratava-se de um depósito judicial. (AQUINO, *Folha de Caxias*, 12 jun. 1955, p.05). Resta saber se a escola funcionava num prédio da justiça forense ou se esta apenas, por ser próxima, lançou mão do espaço da escola que outrora era dispensável.

A BANDEIRA

Além do péssimo estado do prédio, esburacado no assoalho e no teto, também a bandeira nacional está com o seu mastro atirado ao chão. Para hasteamento do pavilhão da Pátria, é necessário que professoras e alunos amarrem as pontas da bandeira ao mastro para em seguida suspendê-lo. Quando de sua visita à escola, o Prefeito Municipal prometeu mandar consertar o mastro, como também prometeu outras melhorias, como a instalação de um palco-teatro para as representações infantis dos alunos, conforme nos informou a profa. Ruth Jorge Pinto.

VISITAS

A Escola Coronel Eliseu possui um livro de visitas, já com mais de cem assinaturas, inclusive a do Prefeito Francisco Corrêa, vereadores, professores, etc. Ali encontramos a seguinte declaração, assinada pelo sr. Francisco Corrêa e a professora Regina Tescaro Sampaio, inspetora Municipal do Ensino:

“Visitei a Escola Coronel Eliseu, juntamente com o Exmo. Sr. Prefeito Francisco Corrêa. Foi com muita satisfação que encontramos tudo na mais perfeita ordem, as classes lotadas e as professoras nos seus postos. À Diretora da Escola as nossas felicitações. (*Folha da Cidade*, 24 set. 1956, p.05).

Entenda-se por partes. Inicialmente é bom chamar a atenção para a importância que tem este tipo de reportagem ou artigo para os historiadores da educação. A riqueza de detalhes com que é apresentada determinada escola e ainda sob o ponto de vista de um jornalista, por menos crítico que seja, colabora muito com o trabalho do historiador.

Conforme descrição pelo artigo, uma das escolas municipais de Duque de Caxias possuía apenas 2 (duas) salas de aula. O articulista também dá sinais a respeito da organização e disciplina internas, raras, segundo ele, nas diversas escolas municipais. Por aí já é possível ter um panorama geral da situação das diversas outras escolas sob subvenção municipal, geralmente em péssimo estado físico e cuja disciplina e organização deixavam a desejar. É importante ficar claro que tratava-se da perspectiva e da idéia que o articulista tinha de como deveriam se portar alunos disciplinados e do que seria uma escola organizada.

Duzentos e quarenta e quatro (244) alunos tinham que se dividir em 2 (duas) salas de aula, por 3 (três) turnos, onde se revezavam 6 (seis) professoras. Bem divididos, seriam uma média de 40,6 alunos por professora, o que não estaria condizente com o título da reportagem (“Sem corpo docente e péssimo prédio”). Entretanto, havia 3 (três) turmas de 1ª série, respectivamente com 60, 50 e 40 alunos cada uma; apenas uma 2ª série, com 44 alunos, uma 3ª série com 34 alunos e uma 4ª série com 16 alunos. Reparem que a cada série o número de alunos diminuía gradativamente. Nesse sentido, enquanto uma das turmas de 1ª série tinha 60 (sessenta) alunos, uma única turma de 4ª série possuía apenas 16 (dezesseis) alunos. Com isso,

constata-se que havia um índice de desistência muito grande, logo no início dos estudos, o que aumentava a perspectiva do número de analfabetos. Resta saber o que levava a tais desistências: Seria a superlotação nas salas? Seriam as más condições físicas da escola, seria a má qualidade do corpo docente? Ou seria a situação social da época que impedia ou dificultava os estudos em detrimento do trabalho infantil, por exemplo? Às vezes a própria exigência pelo uso do uniforme (dispendioso numa época de carestia) já seria um fator dificultador da permanência na escola. Uniformização esta que não era comum na maioria das escolas municipais naquele momento, segundo o articulista.

Interessante que o último prefeito à época, Sr. Francisco Corrêa, foi visitar tal escola, juntamente com a inspetora de ensino; e dentre as melhorias que prometeu, não estava o conserto do teto ou do assoalho do prédio escolar, por exemplo, (a princípio prioridade) mas sim o mastro para a bandeira do Brasil e um palco para representações infantis. Mais interessante ainda é o depoimento da inspetora, deixado no livro de visitas da escola, quando de sua presença lá em companhia do prefeito, em que a sua idéia de ordem era “classes lotadas e professoras nos seus postos”. Sabe-se que a sala da 4ª série estava com apenas 16 alunos, e o fato de “estar no posto” não era indicativo que a professora fazia seu trabalho da melhor maneira possível, — mesmo porque, como já foi referido, a maioria delas era leiga e ou nomeada através de arranjos políticos. Da mesma forma, a infra-estrutura dos prédios escolares era ruim e os materiais didáticos ou mesmo básicos eram precários ou inexistiam.

Na mesma série de reportagens, a Escola Municipal Centenário foi visitada em outubro de 1956. À maneira da anterior, nesta faltava a corda do mastro para hastear a bandeira, cujos 5 (cinco) metros eram incansavelmente roubados. Faltavam também sanitários e água, sabe-se que os alunos lançavam mão das casas vizinhas quando precisavam ir ao banheiro. O prédio precisava de pintura. Havia apenas uma sala de aula e duas professoras no trabalho para cobrir três turnos, nos quais funcionavam apenas as 3 (três) primeiras séries, pois os alunos “deixavam” a escola antes de fazerem a 4ª série. A diretora, que também era professora ali, estava afastada por problemas de saúde na família e sua substituição não foi efetivada. Segundo o jornalista a escola funcionava em perfeita ordem no que se referia ao serviço interno, e os alunos, antes do início das aulas, recitavam uma oração e cantavam o Hino Nacional, o que denota a preocupação com uma formação cívica e moral, através da religião católica. (*Folha da Cidade*, 08 out. 1956, p.05).

Figura 01



Cantando o Hino Nacional antes do início da aula
Jornal Folha da Cidade 08 Out. 1956, p.05

Pela imagem reproduzida da reportagem, é possível perceber que estavam todos uniformizados, mas as suas alturas diferentes são um indicativo de que a escola talvez funcionasse multisseriadamente⁵⁶, visto que era composta por apenas uma sala de aula. Um historiador acaba, obrigatoriamente, por observar (numa fotografia) não apenas o que está visível, mas também o que está para além do seu limite “revelado”; enxerga *o detalhe acidental (ou incidental) em uma figura, não observado pelo autor da foto e pelos subsequentes editores e expositores* (SAMUEL, 1997, p.64). De qualquer forma, a realidade estampada, caracteristicamente rural, tornou necessária a construção de quadros quanto à prevalência ou não do rural sobre o urbano no período tratado.

⁵⁶ É interessante perceber que atualmente, — com a proposta do ensino por ciclos e não mais por séries, em que os alunos do Ensino Fundamental de 9 anos só podem ser retidos ou reprovados no 3º ano (quando termina o 1º ciclo) ou no 5º ano (quando termina do 2º ciclo) — pode ser que essa realidade indicativa da multisseriação estampada na imagem não possa mais ser criticada enquanto algo ultrapassado, já que situações semelhantes podem ocorrer.

QUADRO 11									
População em números ABSOLUTOS, do Estado do Rio de Janeiro, de 1940/a950 e 1960, distribuída nas zonas Urbana e Rural									
		1/9/1940			1/7/1950			1/9/1960	
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
Rio de Janeiro	1.847.857	693.201	1.154.656	2.297.194	1.091.359	1.205.835	3.363.038	2.047.236	1.315.802
	100%	37,51%	62,49%	100%	47,51%	52,49%	100%	60,87%	39,13%
BRASIL	31.663.073	12.880.182	18.782.891	59.656.167	31.303.034	28.353.133	71.928.929	33.161.506	38.767.423
	100%	40,68%	59,32%	100%	52,47%	47,53%	100%	46,10%	53,90%

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas na página do IBGE, série "Estatísticas do Século XX".

Como se observa, no Estado do Rio de Janeiro somente na década de 1960, a população urbana apenas começava a prevalecer sobre a rural. Apesar de que, em termos de Brasil, ainda havia uma prevalência do rural sobre o urbano. Ou seja, mesmo com todos os esforços no sentido de um novo país, de uma nova nação brasileira, mais urbana, mais industrializada, menos agrária, mais “civilizada” e, para isso, necessariamente também mais alfabetizada, — esforços estes que ocorriam já desde pelo menos a virada do século XIX para o XX, — os primeiros indícios efetivos de que tais mudanças se davam, foram percebidos, em termos quantitativos, só muito tardiamente. É importante ficar claro que especialmente no Rio de Janeiro essa prevalência numérica era muito maior: enquanto em meados de 1960, a população rural neste Estado era de apenas 39,13%, em termos de Brasil ainda era de 53,90%.

Ao saber pelo QUADRO 11 que o referido Estado possuía em 1950 uma população de 2.297.194 (dois milhões, duzentos e noventa e sete mil, cento e noventa e quatro) indivíduos, o QUADRO 12 aponta para a população de alguns municípios da Baixada Fluminense:

QUADRO 12			
População de alguns Municípios da Baixada Fluminense distribuída nas zonas Urbana e Rural em 1950			
MUNICÍPIOS	População Zona URBANA 1950	População Zona RURAL 1950	População TOTAL
Nova Iguaçu	77.783 (53,40%)	67.866 (46,59%)	145.649
Duque de Caxias	74.565 (80,64%)	17.894 (19,35%)	92.459
Magé	18.626 (50,66%)	18.135 (49,33%)	36.761
Nilópolis	46.406 (100%)	—	46.406
São João de Meriti	76.462 (100%)	—	76.462
Itaguaí	7.670 (25,94%)	21.896 (74,05%)	29.566

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas na "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", Rio de Janeiro: IBGE, XXII Volume, Publicada em 31 de Janeiro de 1959.

No caso desta mesoregião, e ao se tomar como referência principalmente as cidades de Duque de Caxias e São João de Meriti, — por ser onde as IFD mantêm suas instituições escolares desde 1940 e 1942 até atualmente — bem como algumas outras cidades com as quais estas fazem divisa, constata-se que apenas em Itaguaí o rural prevalecia sobre o urbano em termos populacionais, pelo menos até 1950. E em outras cidades, principalmente Duque de Caxias, o urbano já sobressaía em relação ao rural; ou ainda era o caso de São João de Meriti e Nilópolis, em que a população rural inexistia. É preciso levar em consideração duas coisas: a proximidade desses municípios com a então capital do Brasil, onde devido a isso o desenvolvimento foi maior e a passos mais largos que em outras regiões do país; e também a extensão territorial de cada um desses municípios, visto que quanto menor, menos era a possibilidade de existência de algum meio considerado rural onde pudesse haver qualquer atividade agrícola ou pastoril considerável. Foram transcritos da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* os seguintes trechos a respeito de São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias, respectivamente e que confirmam tais suspeitas:

Grande parte de sua população é constituída de pessoas que exercem atividades no Rio de Janeiro, DF, o que, aliás se dá em todos os municípios dessa zona, não havendo, assim, grande atividade agrícola ou pecuária. A indústria começa a se desenvolver, sendo, portanto, o comércio — aliás muito movimentado — a grande atividade econômica do município e sua principal fonte de renda (XXII Volume, 1959, p.415).

Grande parte de sua população trabalha no Distrito Federal, entretanto florescem no município várias indústrias, notadamente as de produtos alimentícios, do mobiliário e do vestuário. Não há atividade agrícola. [...] São poucas as possibilidades o município em riquezas naturais. A sua pequena extensão territorial e o fato de se achar completamente arruado não permitem atividades nesse sentido (XXII Volume, 1959, pp.314-315).

[...] A agropecuária é de pouca expressão no município. Isto se explica pela sua proximidade com o Distrito Federal, constituindo Duque de Caxias domicílio de um grande número de operários que labutam na capital da República. Apenas 20% de sua população residem na zona rural (XXII Volume, 1959, p.257).

Todo este panorama não deveria justificar o funcionamento de classes multisseriadas em cidades da Baixada onde, como já se confirmou, o urbano prevalecia sobre o rural à época da FIGURA 01. Outra justificativa poderia ser a distorção idade/série, também comum à época e que se ajustou através dos programas de

aceleração, tais como a EJA (Educação de Jovens e Adultos), por exemplo. Mas de qualquer maneira, com o aumento da população — dentre outros motivos, devido os processos de industrialização, imigração e migração — ocorridos de forma abrupta, não houve tempo hábil para um planejamento infra-estrutural de moradia, saúde e educação que suportasse tal crescimento. Mais especificamente quanto ao problema da falta de escolas:

A promessa do Governador do Estado do Rio de construir mais dois grupos escolares em Caxias, continua apenas promessa, sem a mínima sombra de desejo de cumprimento da parte de seu autor. Compreendo isto, é que o suplente de deputado estadual Zulmar Batista de Almeida apresentou um projeto na Assembléia, abrindo o dístico de Cr\$ 10 milhões para a construção de mais dois grupos escolares nesta cidade. Lembrou o autor do projeto que, apesar de haver aqui, cêrca de 30 mil crianças em idade escolar, só existe em Caxias um grupo escolar, apenas.

O projeto foi rejeitado pela Comissão de Finanças da Assembléia, mas deverá ser transformado em indicação ao governador Miguel Couto Filho.

Pelo menos, servirá para lembrar ao sr. Couto Filho que deve cumprir a sua promessa, para o bem do município e para preservação do bom nome do seu govêrno. Mais dois grupos escolares, será um grande impulso na solução do problema da instrução pública em Caxias (*Folha da Cidade*, 09 jun. 1957, p.02).

Em Dezembro de 1957, o orçamento para o setor educacional no ano seguinte causava tristeza, perplexidade e preocupação:

O orçamento mal feito, mal previsto, mal elaborado há-de trazer sem dúvida, desastres imprevisíveis. Mas o que nos interessa é realmente a parte relacionada com Educação e Cultura e para ela, como sempre, a dotação foi a menor, apenas oito milhões, quando na realidade deveriam ser vinte e dois milhões, conforme prevê a Constituição. No entanto, nossos homens públicos se esquecem da dura realidade do Brasil e de Caxias principalmente, onde mais de 15 mil crianças êste ano ficaram sem escolas. A dotação de oito milhões pra Educação e cultura é um acinte à nossa Constituição, que prevê a dotação de 20 por cento nas arrecadações municipais, estaduais e federais para Educação e Cultura. (...) (*Folha da Cidade*, 01 dez. 1957, p.02).

Faltariam 14 (quatorze) milhões para a educação municipal, se a Constituição Federal for considerada. E é de assustar o número de 15 (quinze) mil crianças sem escolas em 1957 só em Duque de Caxias. Junte-se a este número mais outro tanto, cujas crianças entrariam na faixa etária da alfabetização em 1958 e haveria realmente um desastre.

Em fevereiro de 1958 houve um congresso nacional de professores:

Realizou-se, entre os dias 10 e 15 dêste, na cidade do Rio de Janeiro, o VII Congresso dos Professores Brasileiros. Compareceram representantes de todos os Sindicatos do Brasil, sendo os principais quesitos do longo temário, o aumento de salários-aula; o dia de trabalho (horário); o repouso semanal; a formação de uma Federação e a melhoria do ensino em nossa terra.

Todos êstes quesitos foram aprovados e terá início imediatamente a luta pela concretização dos mesmos (*Folha da Cidade*, 23 fev. 1958, p.05).

Interessante que não pareceu haver muitas melhorias da década de 1950 para os dias atuais, visto que muitas das reivindicações ainda prevalecem nos atuais Congressos ou Encontros de professores.

“Politicagem” e Demanda por Normalistas na Educação Fluminense

Nas várias cidades da Baixada Fluminense e respectivos distritos, a educação começou a ser motivo de preocupação mais efetiva apenas a partir da década de 1940, em coincidência com o período de fundação das duas Instituições Educacionais das Irmãs Franciscanas de Dillingen; antes disso o setor era realmente bastante precário. Conforme Braz, na década de 1930,

A educação era informal, realizada no seio da família, onde noções de alfabetização eram dadas aos filhos, quando a bagagem cultural dos pais permitia. Havia poucas escolas como a de Dona Cordélia, que funcionava com subvenção pública e, ficava situada próxima à Pedreira, no lado leste da estação (atual praça Roberto Silveira) e Escola Regional de Meriti, próxima à Rio-Petrópolis (BRAZ, 2006, p.57).

De qualquer maneira, mesmo ao prevalecer essa “informalidade” no setor educacional, um problema em específico já ganhava destaque na imprensa escrita: a falta de critérios na contratação e designação de locais em que os(as) professores(as) públicos(as) deveriam exercer a docência. Na cidade de Nova Iguaçu e certamente em toda a Baixada Fluminense, os(as) professores(as) eram nomeados(as) ou designados(as), através de atos do então diretor de instrução para “servir” em tais ou quais escolas. Eis como isto se dava em 1932:

Por actos do interventor do Estado do Rio, foram nomeados: Francisca Lima, para adjunta⁵⁷ interna, da escola Saturnino Braga em Campos; Maria Vllin dos Santos Alves para reger, internamente, a escola Mixta de Visconde de Mauá, no município de Rezende; ficando sem efeito a nomeação anterior; Sinesia Barroso e Acidia Brandão de Sá, para professoras interinas, das escolas de Marangatú e Feliz Residência em Santo Antonio de Pádua; Maria Ribeiro Soares Silva para professora interina, de Itatiquara, em [...] (*Correio de Iguassú*, 17 abr. 1932, p.04).

Segundo o recente acto do diretor da instrucção publica de adjunta de 1ª classe, do município de Iguassú, Colene Martins de Araújo, para servir, na escola Mixta de Queimados.

Ainda por actos do mesmo director a professora Cathedradica da escola Mixta de Monte Serrat, em Parahyba do Sul, respectivamente, Olga Collares Quitete e Torquata de Araujo, para servirem na escola regional em Caxias.

Finalmente a adjunta efectiva de 1ª classe, deste municipio, Clarisse Goulart da Silva, para servir na escola Mixta de Coqueiros, sob regência da professora Cathedratica, Elvira Gomes dos Santos: a adjunta efectiva, de 1ª classe, Annita Rangel Azevedo Coutinho, para servir na escola masculina de Caxias (*Correio de Iguassú*, 05 jun. 1932, p.02).

Repare nas referências, ao final deste trabalho, o título deste último artigo transcrito, a “Contradansa das professoras de Iguassú”, o que demonstra o tom crítico do articulista ao descrever tais nomeações. Seja por denotarem uma efetiva troca de lugares, — quando determinados(as) professores(as) moradores(as) de um bairro, distrito ou município eram obrigados(as) a dar aulas em locais diferentes ou distantes daqueles nos quais seriam moradores(as), — seja pelo fato de que tais professores(as) estivessem solícitos(as) ou à mercê dos mandos e desmandos de dirigentes do setor educacional. Há um grande vazio a esse respeito na imprensa escrita desde 1932 até meados dos anos 1950.

Nesta década, um outro problema apontado na imprensa escrita, que de certa forma vai ao encontro da anteriormente referida prática das nomeações, trata do fato de

⁵⁷ Há que se estabelecer, a partir de algumas nomenclaturas que aparecerão ao longo do texto, quem eram ou quais as condições de trabalho das *contratadas* ou *extranumerárias* ou *interinas*, que seriam aquelas professoras que não pertenciam ao quadro efetivo ou permanente dos servidores do Estado ou do Município, aquelas que exerceriam posições provisórias na falta ou impedimento do funcionário efetivo, ou seja, seriam passageiras, temporárias, que serviam temporariamente (lembrando que estas conseguiam cargos ou vagas nas escolas através de indicações ou pistolões); e as *concursadas* ou *efetivas*, as quais sendo habilitadas com concurso por provas públicas, pertenceriam ao quadro de servidores. As *regentes* de classe seriam aquelas professoras responsáveis por uma disciplina ou uma turma, no caso do então ensino primário. As *adjuntas* viriam em auxílio do trabalho das *regentes*. Ainda havia as *catedráticas*, que eram as professoras *titulares* ou *efetivas*, mas de cursos secundários ou superiores.

que se aproveitavam professores(as) leigos(as) para lecionarem nas então escolas primárias.

As escolas primárias mantidas pelo Município estão, cada vez mais desensinando as crianças, mesmo porque, na longa prática dos tempos, verificou-se que a instrução necessita de técnicos e nunca se aproveitam leigos para funções de formadores do espírito das crianças.

Aqui em Duque de Caxias se desvirtua o problema mais sério do Brasil e se lega à segundo plano a instrução primária da maneira mais displicente possível, tanto no material, adaptação, pedagogia como no próprio elemento aproveitado para exercer o magistério. [...]

[...], temos também certeza absoluta que existem alguns, que, na mais manifesta demonstração de cegueira e desconhecimento da matéria chegam a afirmar que o magistério Municipal devia ser exercido por leigos porque as professoras diplomadas querem ganhar muito mais.

Na opinião “abalizada” desse nosso Licurgo deviam-se fechar as escolas normais primárias porque o estudo de especialização das educadoras de nada serve, deves que qualquer uma senhorita, pouco além de analfabeta, têm poderes e direitos para lecionar, o que, muita vês não sabe. Quer dizer, ao fim, que a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, pela opinião do sr. Moura pode diplomar qualquer pessoa, pois já se transformou em uma escola normal, sob a direção do eminente legislador. [...] (*O Municipal*, 25 ago. 1951, p.04).

Com um número cada vez mais elevado de matérias desnecessárias à vida prática e com um método de ensino em crescente depreciação, além de uma decadência notória do grau de capacidade do professor, tudo isso é motivo para a cultura da nossa juventude regredir assustadoramente, a ponto de preocupar a alguns homens conscientes que por ventura existem nesse Brasil (*A Folha de Caxias*, 29 nov. 1953, p.01).

Como se percebe, o problema da falta de qualidade, geralmente atrelado à troca de favores, perdurou até a década de 1950 pelo menos, quando a preocupação com relação a uma formação diferenciada para aqueles que exerceriam a profissão docente, ficava cada vez mais evidente. Não cabia mais ou não eram mais admissíveis as praticadas e freqüentes nomeações, as quais muitas vezes foram denunciadas como pistolões⁵⁸, partidarismo, “politicagem” e outros.

Condicionada pelas especificidades que lhe conferem personalidade própria, a narrativa jornalística opera com a atribuição de sentidos e a criação de valores que funcionam como intermediários das relações de poder na sociedade. Mas para lograr atribuir sentido ao discurso é preciso primeiro levar em consideração as condições de sua produção, o seu contexto. A partir daí, será possível identificar seus protagonistas e distinguir o seu objeto. A maneira como dado discurso

⁵⁸ Recomendações por parte de pessoas importantes. Nome que se dá às pessoas importantes que fazem uma recomendação.

estabelece sentidos e provoca efeitos depende da relação entre seus sujeitos, seus interlocutores, e aquilo a que se refere, o seu referente. O jornalismo, neste sentido, é um discurso autoritário em seu modo de funcionamento e em sua ideologia, marcada pela pressuposição da verdade e da neutralidade (DINIZ, 2008, p.07).

Até que ponto ou em que medida a neutralidade era inerente aos escritos jornalísticos publicados na Baixada a respeito da educação? Está claro que para alguns aspectos desse problema, longe de serem neutros, vários dos articulistas aqui citados mostravam-se extremamente parciais, críticos, questionadores. Cobravam por lisura, qualidade, honestidade, não importava a quem ou a que órgão. Deve-se considerar, nessa perspectiva, o contexto político, cuja abertura ou liberdade, diferenciava-se do período ditatorial varguista, sobre o qual já se falou.

A reivindicação pela qualidade em detrimento da quantidade também ficava clara num outro artigo:

O analfabetismo é um opróbrio que muito nos envergonha. Há analfabetos de todos os quilates entre nós, porém os que infundem maior piedade e lástima são os que nem os nomes podem escrever. São milhões de irmãos imersos nessa noite de escuridão. Por isso cuida-se açodadamente, de inventar-se escolas. Quanto mais existir melhor. Inventam-se cursos de toda sorte porque precisa-se de uma fórmula instantânea de apressar a autora de muitos milhares de brasileiros. Nessa pressa desastrosa, descarta-se do aspecto dos mais importantes do ensino: da sua QUALIDADE.

Há municípios que se ufanam de figurarem nos quadros estatísticos oficiais como sendo dos que mais possuem escolas, dando a impressão de que todas elas estão resolvendo SATISFATÒRIAMENTE, o grave problema da alfabetização. Chega-se porém, ao momento do ajuste de contas e tudo não passa de um grande “Bluff”. Assim foi visto no “test” eleitoral de 1950, quando o eleitorado de modo algum correspondeu às estimativas dos organismos oficiais. Esperava-se que, em consequência da forte campanha de alfabetização, bem maior fosse o comparecimento às urnas. Havia a perspectiva da presença de um grande contingente de eleitores novos em folha, safra quentinha das muitas centenas de escolas públicas instaladas à última hora. O drama atual, passados 5 anos, não difere do que descrevemos.

A luta pela alfabetização prosseguiu, porém não cremos que os seus resultados tenham sido auspiciosos, isso porque só se está cuidando da quantidade, em detrimento da qualidade.

Em Caxias, pelo menos, essa tendência errônea e perigosa assume proporções de escândalo. A Prefeitura Municipal desde outras administrações, sustenta numerosas escolas que não correspondem de modo algum, às suas nobres finalidades. Sabe-se que as deficiências originam-se de vários motivos. Ora porque falta material adequado, ora porque os professores não estão à altura e não pode ser melhor porque miseráveis são os salários, ora porque sendo escola pública, seus mestres não se interessam de levar a sério o sacerdócio que abraçaram. Na verdade, poucas são as escolas da Cidade que possuem renome. O que há é muita gente sem capacitação para julgar ou então

conveniências políticas sufocando e impedindo críticas aos males das nossas casas de ensino.

Essa anormalidade estende-se também ao ensino particular. [...] (*A Folha de Caxias*, 07 fev. 1954, p.03).

É bom lembrar que foi apenas a partir da Constituição de 1988 que o analfabeto passava a ter direito ao voto. O que, por sua vez, revela que tal problema não tinha sido resolvido até pelo menos final do século XX. Quanto à questão da qualidade do ensino, o artigo demonstra o quanto já estava no limite tal situação em Caxias e o quanto se ansiava por professores(as) formados(as), ou seja, normalistas. Por outro lado, a problemática salarial dos docentes também era trazida à tona, bem como o indicativo da docência enquanto sacerdócio, o que hoje é tão criticado pela categoria. Mais uma vez, ao final da transcrição, surge a questão das “conveniências” políticas, das quais já se falou.

No que diz respeito seja ao pagamento pelos serviços prestados, seja aos direitos trabalhistas, noticiava-se que em São João de Meriti as(os) professoras(es) estavam sem receber de setembro a dezembro de 1950 da Prefeitura do referido município. O artigo de dezembro de 1950 faz referência às extranumerárias; a este respeito Elias Rosa diz o seguinte:

Positivamente, ninguém pode entender o atual Prefeito meritiense.

Que ele, vingando-se do eleitorado de São João, não queira, de fato, deixar o menor vestígio de sua passagem útil pelo município, vá lá.

Que ele continue a zelar mais por seus grandes interesses pessoais, ainda se compreende também.

Mas que chegue ao extremo da maldade e da desforra, querendo reduzir à míngua pobres trabalhadores diaristas, e essas abnegadas sacerdotizas, que são as nossas professoras municipais isto é que ninguém pode ou sabe compreender. [...]

Porque, então, vingar-se de duas categorias de heróicos servidores da municipalidade — os modestos diaristas, e essas heroínas anônimas, o que são as nossas pobres professoras? (ROSA, *Jornal do Povo*, 10 dez. 1950, p.02).

Em 1950 o Curso Normal ainda não havia sido criado em Duque de Caxias, o que só ocorreria em 1954; e se então, as professoras já eram caracterizadas como “sacerdotizas” ou “pobres”, talvez essa propaganda (atualmente negativa) a respeito da profissão, veiculada pela própria imprensa, colaborasse para a (inclusive atual) falta de professores. Ou seja, ninguém gostaria de exercer uma profissão cujo retorno financeiro não fosse condizente com os “sacrifícios” a ela inerentes ou, pior ainda, ninguém

gostaria de ficar sem receber o pagamento pelos serviços prestados por mais que essa profissão se aproximasse de um “sacerdócio”, a não ser por opção, “voto” ou promessa.

O problema da laicidade do professorado continuava a ser abordado pela sessão “A Folha Escolar” anos depois. Aqui se passa a dar maior importância às Escolas Normais.

Há entre alguns chefes de poder executivo, como também entre membros do poder legislativo dos Municípios do nosso Brasil, a convicção de que qualquer pessoa, por mais sumária que seja a sua instrução, poderá ser investida nas funções de professor primário, e muito especialmente, de professor de alfabetização.

Eles defendem essa tese, achando desnecessária a nomeação de um professor legalmente habilitado para o exercício do magistério, tendo em vista que os professores assim credenciados, querem ganhar um ordenado exorbitante, vindo encarecer demais o ensino e que os leigos aceitam vencimentos menores.

Eis aí o engano. O ensino entregue aos leigos, fica bem mais caro ao Município do que quando entregue a professores, pelas razões que seguem: Um professor formado por uma ESCOLA NORMAL, ao lado das cadeiras de formação humanística, recebe ensinamentos de psicologia e de pedagogia onde aprende sob a vigilância de mestres experimentados, a transmitir as noções adquiridas, através de aulas ministradas pelos professores aos alunos das escolas primárias anexas às ESCOLAS NORMAIS.

O tempo gasto na alfabetização de uma turma por um professor, chega a ser a quarta parte do tempo consumido por um leigo. Exemplificando: si um professor conseguir alfabetizar uma turma em seis meses, o leigo só o conseguirá em dois anos. Dessa forma, o fator tempo é bastante ponderável, de vez que as populações dos Municípios são constituídas de gente pobre e que não pode deixar um filho ser alfabetizando por uma eternidade, terminando por retirar a criança do colégio, cônio de que ela não tem pendor para o estudo. Desse modo, perde o BRASIL um grande número de seus filhos, estagnados pela ignorância.

Professores do BRASIL! Salvemos os nossos compatriotas das garras da insensatez dos maus brasileiros (PEREIRA, *Folha de Caxias*, 19 jun. 1955, p.02).

No artigo seguinte o articulista escancara ainda mais a falta de preparo, tanto dos professores públicos municipais quanto, principalmente, dos da rede particular. Entretanto, o jornal se resguarda de qualquer crítica, afirmando que há as exceções. Ou seja, dentre os de “inegável incapacidade” haviam os de “reconhecida competência”. As normalistas continuavam apontadas como a melhor saída, assim como se aconselhava mudanças nos critérios de nomeação, principalmente por meio de concursos.

Não sabemos bem da legislação que rege o ensino no município de Caxias. Nem tão pouco do critério adotado para nomeação de professores municipais. Entretanto, pelas conclusões que podemos tirar das nossas observações, não é muito lisonjeira a situação do ensino primário municipal, quer particular, quer oficial. Não raro

deparamos com mestres improvisados, sem qualquer lastro de cultura, indivíduos de patente mediocridade, que em outra cidade estariam bem freqüentando uma quarta série primária. Despidos de conhecimentos didáticos, pedagógicos e intelectuais, mas que, apesar de tudo, ministram aulas a toda uma coletividade infantil, não sabemos se a educando para a vida ou se a embromando em nome da cultura.

Nos estabelecimentos particulares, então, a coisa se agrava. Conhecemos professores que francamente se dariam diante de uma pergunta mais acurada de um aluno estudioso. Professores que nós jamais reconhecemos como tal, antes de o serem, que qualquer indivíduo medianamente culto será capaz de reconhecer como ineptos.

São justamente, os aproveitados pelas escolas mais modestas, que escolhem os professores de acordo com seus recursos... Há as exceções.

Também no ensino oficial primário a coisa não vai às maravilhas. Ao lado das mestres de reconhecida competência, alinham-se outras de inegável incapacidade.

Dir-se-á que a Prefeitura não pode pagar o preço exigido pelas normalistas. Cobrarão tão caro? Não cremos. Pelo menos, muitas aí estão, trabalhando sem exigir mais que as suas colegas de conhecimentos inferiores.

O que aconselhamos é um outro critério para nomeação de professoras. Um concurso, por exemplo. Quanto às escolas primárias a Inspeção Municipal deve estender a elas o seu raio de fiscalização, a fim de evitar um mal grave, pois que com reflexos danosos no futuro (*A Folha de Caxias*, 24 jul. 1955, p.01).

A questão das instituições escolares particulares é trazida para o debate, juntamente com as públicas, por ambas serem passíveis de contratar professores desqualificados, seja sob a justificativa dos poucos recursos para remunerá-los, seja pela falta de fiscalização, que levava à frouxidão na hora das contratações. Em relação a isso, logo em outubro de 1955, sai uma nota de aviso em que a prefeitura passaria a fiscalizar as escolas particulares.

Procurada pela reportagem do jornal *Folha de Caxias*, D. Regina Tescaro Sampaio, então inspetora municipal de ensino declarava que:

[...] esta fiscalização tem sido tentada por várias vezes e que motivos de ordem política têm impedido a sua realização. Agora, porém, todas as escolas primárias particulares serão fiscalizadas rigorosamente, sendo exigido o registro obrigatório dessas escolas na Inspeção do Ensino. [...]

“Só com uma rigorosa fiscalização sobre todas as escolas [...] poderemos moralizar o ensino neste município. Tenho visto em diversas escolas coisas incríveis: professoras que não sabem sequer escrever, ensinando às crianças”.

Disse ainda D. Regina que as professoras municipais são prejudicadas por este número calamitoso de professoras particulares sem capacidade, pois as professoras municipais também são arroladas pela opinião pública no número destas incapazes e a responsabilidade afinal vem a cair sobre a Inspeção do Ensino e sobre a Prefeitura.

Finalmente disse D. Regina: “Tenho apelado aos pais para que, quando tiverem alguma dúvida, venham aqui pedir-me

esclarecimentos. Eu os receberei com muito boa vontade, como os tenho recebido até hoje. Mas, não entreguem os seus filhos a professoras sem instrução, pois aprender errado é pior que a ignorância” (*A Folha de Caxias*, 23 out. 1955, p.02).

Aqui fica claro que não havia número suficiente de inspetores de ensino que dessem conta de todas as instituições escolares; daí pedir ajuda dos pais dos alunos nesse sentido. Também se deve questionar o fato de que apenas as escolas particulares seriam fiscalizadas, ao constar no artigo transcrito anteriormente, que as escolas de uma maneira geral precisavam passar pela dita moralização. A estes artigos todos, os quais apontam para os problemas relativos à falta de formação necessária ao exercício da docência, acrescenta-se um que parecia indicar a solução de todos os problemas pedagógicos relativos ao ensino primário de Duque de Caxias:

[...] A Escola Normal Santo Antonio foi fundada no início do ano passado, com uma turma de cerca de 30 alunas, na sua maioria ex-alunas do Ginásio Santo Antônio, [...]. O curso é oficializado e fiscalizado pelo governo do estado, sendo mantido — assim como o ginásio — pela dedicação incansável das irmãs Franciscanas.

Duque de Caxias portanto terá, a partir de 1956, anualmente, novas batalhadoras contra o analfabetismo, que se dedicarão a levar a luz do saber as pequenas mentes que se formam para a vida. [...]

O futuro da nossa cidade ficará, pois, sob responsabilidade dessas moças. Delas dependerá a formação do caráter e da mentalidade dos homens de amanhã, e elas têm consciência dessa responsabilidade, tanto que se dedicam com afinco aos estudos e a par disto, algumas já praticam o ensino nas escolas primárias do município. [...]

“Tendo estudado em Caxias, ficarei ensinando em Caxias”. Disseram-nos Maria Nancy Almada, que já leciona no curso primário do Ginásio Santo Antônio e Maria Hobertina que já é professora municipal. [...]

Perguntamos ainda as gentes normalistas que diziam sobre a criação do curso normal em Caxias. Todas foram unânimes em afirmar que foi “algo maravilhoso”, pois veio a solucionar o problema das professoras primárias em Caxias.

“Foi algo maravilhoso que veio impedir as pessoas quase analfabetas usem do título de professora” Disse a Maria Nancy. Enquanto Ely afirmou “foi ótimo porque é possível que diminua assim o número de ‘fessoras’ e aumenta o de ‘professoras’” (*A Folha de Caxias*, 30 out. 1955, p.01 e 03).

É importante frisar que quem oferecia o Curso Normal em Duque de Caxias era uma instituição de cunho confessional. Ao afirmar sobre a consciência que tinham a respeito de sua responsabilidade para com o futuro da educação no município, o articulista deixa escapar que algumas alunas, antes mesmo de se formarem professoras, já davam aulas; uma delas na própria escola em que cursou o Ginásial, o que demonstra que a referida escola confessional dava preferência àquelas a quem tinha formado na

hora de contratar algum docente, certamente para dar continuidade aos seus ideais de ensino; e outra delas numa escola municipal, o que leva a crer que realmente não havia uma inspeção ou que não se exigia uma formação mínima para o exercício da docência nas escolas públicas ou particulares, devido à falta de professoras formadas. No final, ao afirmarem que o Curso vinha solucionar o problema das professoras primárias em Caxias, inclusive com pilhérias a respeito, presume-se o alcance das informações jornalísticas; assim, o fato de serem as primeiras docentes formadas em Duque de Caxias, e diante das críticas às “professoras” não formadas, as enchia (às estudantes da Escola Normal do Colégio Santo Antônio) de orgulho e confiança.

Todos os artigos até este momento indicam os problemas e reivindicam as possibilidades para sanar os mesmos. O principal de tais problemas seria a formação das professoras e a forma como eram admitidas nas mais diversas instituições de ensino. Após o anúncio da existência de uma Escola Normal na cidade de Duque de Caxias, bem como sua formatura para o ano de 1956, começa então uma cobrança para que os órgãos públicos viessem a admitir, através de concurso, tais primeiras professoras formadas em Caxias:

Longe de nós o desejo de denegrir as professoras municipais, negando a cultura, os conhecimentos que a sua grande maioria possui. Há realmente professoras capazes em Caxias. Mas não se va dizer que não existam professoras semi-analfabetas, desconhecedoras dos mais elementares princípios pedagógicos que devem nortear qualquer educadora. Não só no ensino particular, como no municipal primário, para falar só deste, mocinhas inexperientes, apenas com o curso de admissão ou ginasial incompleto, ministram aulas a dezenas de crianças, que amanhã estarão irremediavelmente frustradas no prosseguimento dos estudos em cursos superiores. E' uma situação vexatória para o nosso município, que na matéria, não encontra similar por essas zonas. E o pior e quando são as mesmas efetivadas, conseguindo uma estabilidade que para a nossa infância é danosa, quase trágica.

A Prefeitura deve adotar o concurso para a admissão das professoras municipais. O momento e oportuno, quando 14 cargos foram agora criados.

Quanto as escolas particulares, o processo não deve ser muito diferente.

A propósito: como serão admitidas, num quadro completo, as primeiras professoras formadas em Caxias, no ano que vem? (*A Folha de Caxias*, 06 nov. 1955, p.01).

A denúncia geral em relação às professoras analfabetas ou semi-analfabetas continua, mas agora não é mais a grande maioria que é incapaz, inverte-se a situação, descrita anteriormente como escandalosa. Será que isso ocorreu depois de os articulistas do Jornal *A Folha de Caxias*, em contato com as normalistas, tomarem ciência que

algumas delas já atuavam no ensino antes mesmo de se formarem completamente? Quanto às escolas particulares a exigência não seria tanta em relação a um concurso para admissão de professores(as), como deveria ser para as escolas públicas. Enfim, não se questionava a qualidade do Curso Normal anexo ao Ginásio Santo Antonio, interessava apenas que este formaria as primeiras professoras e por ser uma escola dirigida por Irmãs Franciscanas isso já era o suficiente para demonstrar sua idoneidade, seriedade e qualidade do ensino promovido.

Esta espécie de “positividade” e esperança, aliada a uma dúvida e cobrança em relação às(aos) professoras(es) de Duque de Caxias, mais especificamente, passa a ser a tônica dos articulistas às vésperas da formatura da primeira turma de normalistas para a cidade e região. Por ocasião de um concurso para admissão de um despachante municipal, foi encontrada a seguinte nota:

O Boletim Oficial de 27 de novembro do corrente ano, publica um ato do Exmo Sr. Prefeito designando a comissão que deverá examinar os candidatos inscritos no concurso de Despachante Municipal.

A escolha recaiu num despachante, como determina a Deliberação 75, de agosto de 1949 e mais no procurador da Municipalidade e no atual chefe do Serviço de Contabilidade. Reconhecemos a competência dos membros escolhidos, porém o que estranhamos, em se tratando de uma prova de verificação de capacidade, é a ausência de um professor, pois segundo me parece, esta é a função verdadeira do professor — examinar a capacidade de qualquer cidadão, candidato a qualquer cargo. Temos a impressão de que o Exmo Sr. Prefeito não confia na capacidade cultural dos atuais professores Municipais, tendo em vista a maneira leviana com que sua Senhoria nomeia professores para os quadros Municipais, embora possamos ressaltar pouquíssimas e honrosas exceções.

Aí fica registrada a pouca consideração que o Exmo. Sr. Prefeito tem pela nobre classe dos professores que militam nessa terra do Duque de Caxias (*O Municipal*, 20 dez. 1955, p.04).

Repara-se que todos os atos do prefeito passavam a ser vistos por uma lente de desconfiança, ao tomar o professorado como ponto de referência. Critica-se a prática da nomeação de professores para o município, o que segundo o articulista, faz com que nem mesmo o próprio prefeito confie naqueles a quem nomeou, quando se considera a falta de critérios para tal. De qualquer forma, chamava a atenção para o fato de que o então prefeito reconhecia a incompetência do magistério municipal; e chamava a atenção para a necessidade de mudanças nos critérios de contratação dos docentes que atuariam nas escolas municipais. É fato que o autor (anônimo) da nota no jornal, não

generaliza o quadro docente como totalmente incompetente: há as exceções. Certamente não queria se comprometer.

Problemas relativos especialmente à falta de professores, bem como à qualidade de seu ensino, não diziam respeito apenas a um ou outro município, mas ao Estado do Rio de Janeiro de maneira geral. E na perspectiva do então secretário de educação do Estado, a falta de professores nos grupos escolares, em alguns municípios tinha a seguinte explicação:

As reclamações [...] originam-se do seguinte: 1º - a não recondução, êste ano, das 'contratadas', com a admissão das quais despenderam os cofres públicos, em 1955, a apreciável soma de Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros), sem que, com isso lucrasse o ensino; 2º - o aumento do trabalho das regentes de classe, que passaram a lecionar a turmas de quarenta alunos, como a lei determina, quando, face à existência das 'contratadas' êsse trabalho se tornava mais suave; 3º - o velho hábito, infelizmente ainda não erradicado do nosso sistema escolar, de se pedir professora à vista da matrícula geral, quando esta, por ser uma coisa instantânea, não pode oferecer elemento nenhum de precisão; 4º - vários atos de nomeação para escolas de zona rural, os quais foram tornados sem efeito porque as candidatas, logradas na pretensão de ficarem adidas aos estabelecimentos da cidade, declararam do que obtiveram por concurso; 5º - o sensacionalismo com que certas informações são levadas aos órgãos de opinião, de um lado e, de outro, o açodamento com que os veiculam indivíduos recalcados, sem que antes se proceda a uma verificação de causa e efeito. Entretanto, providências já estão sendo adotadas por esta Secretaria para que se atenda, em curto prazo, às necessidades reais do Ensino, de acordo com as diretrizes traçadas pelo sr. Governador, professor Miguel Couto Filho, ao titular da Pasta (*A Folha de Caxias*, 16 abr. 1956, p.06).

O governo do Estado se defendia ao afirmar que mesmo com o contrato de novas professoras, o ensino não lucrou em 1955, ou seja, não melhorou. Nesse sentido, por que contratar mais professoras em 1956? Aí fica implícito também o debate entre a quantidade e a qualidade. A formação para as licenciaturas estava aquém do necessário; assim, por mais que se contratasse, não se sanaria o problema mais profundo da educação, que era o de conteúdo ou de qualidade. Como novas professoras não foram contratadas, o trabalho das regentes, em salas de 40 alunos, ficou mais árduo, não havia quem as ajudasse. Em terceiro lugar, os grupos escolares só requeriam professores após encerradas as matrículas, o que não possibilitava que o governo de Estado fizesse uma previsão, com antecedência, da quantidade necessária de professores para o ano vindouro. Em quarto lugar, as professoras concursadas não queriam ir para as escolas localizadas nas zonas mais periféricas, dando preferência a locais mais centrais, dessa forma, não acatavam a nomeação ou designação do governo para atuarem nesta ou

naquela escola. O que seria resolvido futuramente, conforme artigo escrito por Lynx e transcrito a seguir, em que, além de um aumento de salário para as professoras do Estado, aquelas que fossem escaladas para uma localidade subdesenvolvida receberiam gratificações ou incentivos. Em quinto e último lugar, o governador faz uma crítica aos órgãos de opinião, que eram impiedosos ao julgarem sem antes verificar as causas e os efeitos de suas suposições ou pronunciamentos.

O Grupo Escolar Duque de Caxias, único público, estadual, na cidade de mesmo nome, sofria por falta de professoras. Para se ter uma ideia, em 1956, de 1.100 (mil e cem) alunos matriculados, 600 (seiscentos) estavam sem vagas porque 20 (vinte) docentes não foram nomeadas(os) pelo Estado e os outros 500 (quinhentos) alunos estavam sem vagas por não haverem salas de aula suficientes (*A Folha de Caxias*, 22 e 23 abr., 1956, p.03). Será que ainda assim os órgãos de opinião eram “impiedosos” ao denunciarem a situação vexatória a que a educação local havia chegado?

É importante comparar as informações no quadro a seguir com os dados encontrados na imprensa escrita.

QUADRO 13				
Número de estabelecimentos que ministravam o ensino primário geral, segundo a subordinação				
MUNICÍPIOS	Instituições Educacionais Federais 1950/1957	Instituições Educacionais Estaduais 1950/1957	Instituições Educacionais Municipais 1950/1957	Instituições Educacionais Particulares 1950/1957
Nova Iguaçu		17	95	72
Duque de Caxias	1	6, sendo 4 Grupos Escolares	27	28
Magé		17	16	10
Nilópolis		3 sendo 2 Grupos Escolares	8	30
São João de Meriti		2 Grupos Escolares	22	8
Itaguaí	5	13	22	8
Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas na "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", Rio de Janeiro: IBGE, XXII Volume, publicada em 31 de Janeiro de 1959.				

Nos jornais consta, por exemplo, sobre a educação, em Nova Iguaçu, no ano de 1932:

Estatística Escolar do mês de Junho
 1º Distrito – 12 Escolas
 Media de freqüência 304 alunos
 2º Distrito – 4 Escolas
 Media de freqüência 135 alunos
 3º Distrito – 2 Escolas
 Media de freqüência

4º Distrito – 5 Escolas
 Media de frequência 197 alumnos
 5º Distrito – 2 Escolas
 Media de frequência 50 alumnos
 6º Distrito – 1 Escola
 Media de frequência 20 alumnos
 7º Distrito – 1 Escola Municipal e dois estabelecimentos de ensino modelares de ensino subvencionados pela Prefeitura Municipal – Media de frequência, 404 alumnos.
 8º Distrito – 2 Escolas – Media de frequência 63 alumnos.
 Ainda funciona no 1º Distrito subvencionado pela Prefeitura um modelar estabelecimento de ensino (*Correio de Iguassú*, 24 jul. 1932, p.03).

As escolas de todos os distritos de Nova Iguaçu somavam 29, entre públicas e particulares em 1932; em 1957, pelo QUADRO 13, a soma das mesmas subiu para 184. Isso sem contar a frequência, números que revelam escolas muito pequenas, com poucas salas de aulas, ou com alunos em pequeno número ou pouco assíduos. Também é possível perceber que havia em 1956 apenas um Grupo Escolar, público, estadual em Duque de Caxias, no entanto, pelos dados do IBGE estes eram em número de 04 (quatro). Seria possível afirmar que os outros 03 (três) Grupos teriam sido criados entre 1956 e 1957?

Ainda sobre a falta de professores, nas colunas 5 e 6 da “Folha de Caxias” de 22 e 23 abril de 1956, p.03, anteriormente referido, era anunciado que em Imbariê, 2º distrito de Duque de Caxias, mais 197 (cento e noventa e sete) crianças esperavam por professores(as):

Para solucionar tal situação o vereador Leandro Gonçalves Maia, através da Mesa da Câmara Municipal, enviou ofício ao Secretário de Educação do Estado do Rio, solicitando que sejam enviadas para Caxias mais sete professoras (*A Folha de Caxias*, 22 e 23 abr. 1956, p.03).

Por mais que a situação da falta de professores⁵⁹ se resolvesse aos poucos, não se tratava de uma solução fácil, resolvida com pouco custo; mesmo porque não se tratava apenas de uma escola ou grupo escolar em específico. Resumidamente encontrava-se assim a situação no mínimo de Duque de Caxias nesse setor:

⁵⁹ Em 13 de agosto continuava sendo veiculado na imprensa o problema da falta de professoras no Grupo Escolar, com quatro classes de alunos sem poder frequentar as aulas e centenas de outros sem vagas, por falta de espaço. Um Grupo Escolar público apenas tornava-se insuficiente. (S/A, 13 ago. 1956, p.01).

A situação precária da nossa instrução pública de há muito vem sendo criticada, tal o estado verdadeiramente caótico a que está reduzido.

Milhares de alunos matriculados estão à espera de professoras; êstes ainda são mais felizes do que aqueles que não lograram vagas não à custa sòmente de professoras – mas de escolas também.

Além da ausência de escolas e professoras, sabe-se ainda que o estado das primeiras não raro impede seu funcionamento, à falta do material, indispensável, em cujo rol se conta até mesmo conservação dos prédios e – água.

O deputado Sá Rêgo, exemplo raro entre nós de político que não se lembra do povo apenas às vésperas das eleições, reclamou recentemente, da tribuna da Assembléia fluminense, as providências necessárias.

Fez ver que Duque de Caxias não era sòmente no Estado do Rio um dos municípios mais prósperos e portanto que a grande renda proporciona ao erário estadual. Mas que também é considerado, em escala muito maior, dos principais núcleos populacionais da Velha Província, merecendo destarte mais cuidados por parte do governo. [...] (LYNX, *A Folha de Caxias*, 14 mai. 1956, p.04).

Como se vê, nas poucas escolas existentes faltava também outro ingrediente básico: água. E esse problema foi constante por várias décadas em Duque de Caxias e constantemente trazido à tona pela imprensa⁶⁰, o que se agravava quando alcançava instituições escolares. Da mesma forma, como o articulista bem lembrou, Duque de Caxias era já um dos maiores centros populacionais do Estado do Rio de Janeiro, e por isso merecia ser melhor assistido, em todos os setores, já que era uma das cidades onde mais se arrecadava impostos para o referido Estado.

É possível perceber através destes artigos de denúncia quanto à falta de professores(as), um movimento recôndito a favor da contratação — seja através de concurso ou mesmo de nomeação — das normalistas, necessariamente aquelas prestes a se formar no Curso Normal anexo ao então Ginásio Santo Antônio, dirigido pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen. Isto ficou extremamente claro em artigo do dia 20 de maio de 1956, escrito por Lynx e transcrito a seguir:

Sempre julgamos, de um modo geral, agirem por mero idealismo as jovens que buscam se tornarem professoras. Profissão árdua, especiosa, mesmo nos centros mais adiantados proporciona

⁶⁰ Artigos que fazem referência à falta d'água:

S/A. 1.100 alunos aguardam no Grupo a vinda de professoras do Estado. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, 22 e 23 abr. 1956, Ano III, n.107, p.03. (C.3 a 6).

S/A. Normaliza-se o Grupo Escolar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, 14 mai. 1956, Ano III, n.110, p.01.

LYNX. Problemas Caxienses – Educação. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, 14 maio. 1956, Ano III, n.110, p.04. (C.5-6).

S/A. Mais uma professora para a Escola Centenário. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, 08 out. 1956, Ano I, n.16, p.05.

remuneração inferior a muitas outras que demanda menos estudo, menos dispêndio de tempo e talvez de despesa também menor.

Mas aqui em Caxias o panorama é muito mais triste. O idealismo das moças chega às raias do sacrifício, do desprendimento, da renúncia total a quanto represente estabilidade futura, desde que não se apresenta às mesmas a certeza de que terão garantido o seu direito de exercício à espécie de trabalho que escolheram.

Explicamo-nos. Foi criado há anos atrás um curso normal para formação de professoras. A primeira turma forma-se este ano.

Existindo já um curso dessa espécie, logicamente essas moças deveriam ter todo o apóio da Prefeitura, que se obrigaria, prestigiando e incentivando não apenas as futuras normalistas, porém mesmo as vocações existentes em muitas outras jovens, — repetimos — deveria obrigar-se a ir nomeando para as vagas surgidas alunas da Escola Normal.

Entretanto estas são postergadas em seus direitos, pois, em detrimento a tais direitos, senão reais pelo menos implícitos — são preteridas por “professoras” leigas. (grifamos a palavra “professora” porque a quase totalidade destas, as leigas, somente ganharão o título específico após a nomeação).

Essa é a verdade cruel.

Agora note-se o que representaria, em ajuda material, a nomeação dessas moças, que tantos anos empatam no curso normal: iriam ter um ordenado de Cr\$1.080,00 — quase o igual pago a uma empregada doméstica.

Não queremos, em absoluto, parecer às professoras [...] que subestimamos seu valor ou somos inimigos das mesmas.

Nunca. Tivemos prova, por experiência pessoal, que existe entre as professoras leigas, figuras exponenciais de educadoras provectas. Que se não tiveram sua educação pedagógica no currículo das escolas, fora delas ilustraram-se suficientemente para desempenhar seu nobre mister com eficiência.

A nomeação de professoras leigas dêste quilate é obra de justiça. Infelizmente — e as Mestras eficientes e honestas hão de reconhecer conosco — nem sempre este é o caso.

Outro fato que se enquadra neste assunto e merece comentário é o recente e substancial aumento concedido às professoras estaduais. Passarão a ganhar Cr\$ 4 mil, afora gratificações e ajudas especiais às que forem escaladas para localidades subdesenvolvidas e que possa representar lhes demasiado sacrifício.

Cumpram portanto às nossas autoridades reajustarem os proventos das professoras municipais — quando menos para atenuar a diferença que virá a se estabelecer entre os dois padrões.

Confiamos também, como sempre, numa mudança de atitudes da Prefeitura em relação às nossas futuras normalistas. Afinal, o fim do ano vem aí, essas moças vão se formar — e necessitam de trabalho (LYNX, *A Folha de Caxias*, 20 mai. 1956, p.04).

Virava e mexia o Curso Normal que formaria sua primeira turma em Caxias, no final de 1956, era trazido à tona. E neste artigo outro problema é retomado: a questão salarial. Equiparado ao salário de uma empregada doméstica⁶¹ o ordenado de um professor municipal, também seria menos que a metade do ordenado de um professor estadual, o que sem dúvida gerava questionamentos e disputas, conforme adiantado por

⁶¹ Retomar trecho na Introdução que faz esta mesma comparação salarial entre as mesmas categorias profissionais em outro século.

Lynx. Mais uma vez também a questão das professoras leigas é trazida para o debate. As “moças” que cursavam o Normal ganhariam o título de professoras assim que terminassem o Curso, mas as leigas, que então ocupavam a quase totalidade dos cargos docentes, recebiam o mesmo título simplesmente ao serem nomeadas. Nesse sentido, o autor cobra um diferencial para o produto do Curso Normal em detrimento daqueles(as) que não passaram pelo mesmo.

A pressão que a imprensa escrita fazia junto ao poder público era constante. Uma hora chamava a atenção para os salários atrasados ou baixos, outra hora para a falta de critérios em admitir professores(as), geralmente leigos(as), outra hora ainda, dado a falta de professores(as), para que se pensasse numa forma de contratar as normalistas que se formariam pela Escola Normal, anexa ao então Ginásio Santo Antonio, em Duque de Caxias.

A reportagem da FOLHA DA CIDADE abordou as estudantes da 3ª do curso Normal da Escola Normal de Santo Antonio, à saída da aula, terça-feira na última, no pátio fronteiro à escola. Nossa intenção era fazer uma rápida enquete com as futuras professoras de Caxias, sobre os seus planos quando deixarem os bancos escolares com o diploma de professoras. As jovens normalistas concordam imediatamente em responder as perguntas do repórter.

NOMEAÇÃO

“Queremos uma escola para lecionar”. Disse Eny, em nome das colegas, enquanto outras acrescentaram: “Mas só aceitamos nomeações da Prefeitura Municipal se o ordenado fôr equiparado ao do Estado do Rio”.

A preocupação das normalistas é terem assegurado um local para lecionar com um ordenado justo. (*Folha da cidade*, 20 ago. 1956, p.1 e 2).

Aqui é possível perceber o poder de circulação das notícias veiculadas pela *Folha da Cidade* (antigo *A Folha de Caxias*), já que em artigo publicado por Lynx em 20 de maio do mesmo ano (transcrito anteriormente), o articulista já anunciava o aumento salarial que as professoras estaduais obteriam. Nota-se igualmente uma autoconfiança muito grande por parte das então normalistas, se forem consideradas as exigências que impunham, sabedoras do diferencial de sua formação e das pressões sofridas pelas professoras leigas através da imprensa.

Finalmente chega o momento da formatura das primeiras professoras em Caxias. No dia 15 de dezembro de 1956, às 9 horas da manhã houve uma festa de despedida no pátio da escola; no dia 16, às 18 horas, houve a missa em ação de graças na Igreja Matriz de Santo Antônio e às 20 horas do mesmo dia a solenidade de colação de grau no

salão nobre da Escola Normal Santo Antonio. Eram em número de 18 (dezoito) as novas professoras:

[...] Anna Maria Baptista, Carmen Martins de Carvalho, Elecy Cunha da Costa, Ely José Donato, Eni Hassel de Souza, Ermelinda Barcello Garcia, Gercy Martins Bastos, Graziela das Neves, Jorcelina Alves de Amorim, Laura do Carmo Soares, Lazara Ferraz de Campos, Maria Nancy Almada, Maria Robertina Cardoso Gomes, Maryse Cardoso Gomes, Myrian Cardoso Coutinho, Therezinha de Albuquerque, Enice da Silva, Yvonne Nunes Alverca.

A oradora da turma é a professoranda Maria Nancy Almada e o Parainfo o professor Affro do Amaral Fontoura, emérito sociólogo fluminense (*Folha da Cidade*, 26 nov. 1956, p.02).

[...] Às 20 horas, com a presença do Exmo. e Revmo. Sr. Bispo da Diocese de Petrópolis, D. Manoel Pedro Cintra, do Vigário da Paróquia de Santo Antônio, Frei Joaquim Orthi OFM, [...] teve início a solenidade de colação de grau das novas professoras, com o Hino Nacional cantado pelas diplomadas. Em seguida foi feita a entrega dos diplomas às professorandas.

Depois de um número de música, executado ao piano por uma professoranda e ao Violino por uma aluna do curso Ginásial, a oradora da turma, Srta. Maria Nanci Almada, fez um bonito discurso de despedida, que emocionou, não só suas colegas como a todos os presentes.

A seguir falou D. Manoel Pedro, Bispo de Petrópolis, dando a sua benção às novas professoras.

Por fim o prof. Amaral Fontoura, eminente professor de sociologia e Diretor da Divisão do Ensino Médio do Estado do Rio de Janeiro, como paraninfo da turma, fez-se ouvir numa magnífica peça oratória, saudando as suas afilhadas, sendo vivamente aplaudido pela assistência, que cativou com sua simplicidade e facilidade de expressão (*Folha da Cidade*, 24 dez. 1956, p.01 e 10).

O paraninfo da primeira turma foi autor de pelo menos 3 (três) manuais pedagógicos: *Fundamentos de educação* (princípios psicológicos e sociais, elementos de didática e administração escolar) - 1948; *Metodologia do ensino primário* (que continha a matéria dos 2º e 3º anos do Curso Normal) - 1955; e *Didática Geral* - 1969. (SILVA, 2003, pp.29-58). Note que pelo menos os dois primeiros livros de sua autoria, foram publicados numa época contemporânea ao processo de formação da 1ª turma do Curso Normal, o que é demonstrativo de que as Irmãs Franciscanas de Dillingen acompanhavam de perto as inovações pedagógicas propostas naquele momento.

Ao se retomar a questão da educação em Duque de Caxias, passada agora a formatura das primeiras professoras do município e região, as críticas ao governo municipal continuam:

[...] Não chega o prefeito Francisco Corrêa ao cúmulo de declarar-se, publicamente, contrário à educação, ao ensino primário, como fez o

seu antecessor, sr. Braulino Reis, salientando ostensiva e orgulhosamente a sua ignorância, ao dizer a uma professora desta cidade considerar desnecessária a criação de novas escolas, pois êle (que exemplo!), nem sequer completou o curso primário, mas, chegou a Prefeito desta terra. O sr. Francisco Corrêa demonstra um certo interesse pela instrução pública, criando, periodicamente, novas escolas, novos educandários mantidos pela Municipalidade.

Muito bem! Criar escolas é obra merecedora de aplausos. Mas, e daí? Que mais fez o Prefeito de Duque de Caxias? Nomeou professoras. Nomeou-as, simplesmente, sem concurso, sem um exame metódico e indispensável da capacidade cultural e funcional das nomeadas. [...] O essencial é saber a quem entregar essas escolas, é formar Escolas, dentro dos modernos princípios que regulam a educação. Que se pode esperar de uma infância educada e instruída por “mestras” sabidamente incapazes, que nada entendem de pedagogia, de metodologia do ensino, de psicologia infantil? Se duvidam, procurem submeter as professoras primárias de Duque de Caxias, a um rigoroso exame. Garantimos que, pelo menos 50% não resistiria à prova. Não queremos melindrar ninguém e conhecemos muitas professoras capazes, porém, auscultem os alunos das nossas escolas. Eles atestarão a veracidade do que afirmamos.

O desinteresse da Administração Pública pela educação da infância, pela preparação do caráter e personalidade daqueles que serão a garantia do futuro do Município e do País, é mais que evidente, dadas as demonstrações cabais que o Governo Municipal nos tem dado neste particular. Em dezembro último, para citar um exemplo recente e importante, diplomaram-se as primeiras professoras formadas pela única Escola Normal do Município. Foi a primeira turma de educadoras do MUNICÍPIO. Para as solenidades foram convidadas as autoridades municipais. Não compareceram. Nem deram a mínima satisfação, enquanto que o Governador do Estado enviava, por telegrama, sua saudação às novas professoras.

As dezoito novas professoras formadas em Caxias, vão agora fazer concurso para Carreira Inicial pelo Estado. O Município não as quis aproveitar, nem mesmo através de um concurso! Isto dispensa comentários. Só lamentamos que o sr. Francisco Corrêa esteja empenhado em apenas construir escolas e não também em formar ESCOLAS! (BATISTA, *Folha da Cidade*, 14 jan. 1957, p.03).

Como se vê, as críticas não diziam respeito à quantidade de escolas, mas à sua qualidade, mais especificamente à qualidade do seu corpo docente. E nesse sentido, continuava a pressão pela contratação — seja por nomeação ou por concurso — das professoras formadas na única Escola Normal da cidade e região. O que Plínio Batista queria dizer é que era muito fácil criar escolas (geralmente compostas de uma ou duas salas como já ficou provado), mas o difícil era adorná-las com professoras, senão de qualidade, pelo menos aquelas “formadas”, ou seja, que tivessem aprendido o mínimo de fundamentos da educação, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem. Dessa forma, se não tinham o apoio da prefeitura de sua cidade, o tinham por parte do governo do Estado do Rio de Janeiro, cujo governador enviou ao menos um telegrama de saudação às novas professoras. O articulista certamente ressentiu-se com a Prefeitura Municipal, por seus representantes não terem prestigiado o referido acontecimento que

pra ele foi tão importante. Resta saber se o prefeito e seus representantes sentram-se talvez encurralados pelas pressões sofridas e optaram por se ausentar do evento.

De qualquer maneira, parece que a Prefeitura começava aos poucos a ceder às pressões:

Dia 7 e 8 do corrente, realizaram-se, no Ginásio Municipal, as provas do concurso para ingresso no magistério municipal. A Prefeitura Municipal resolveu só admitir, de agora por diante, professoras mensalistas, mediante concurso, não mais havendo mestras contratadas. Cerca de noventa candidatas participaram das provas nesta semana. A maioria delas já eram professoras contratadas. Se aprovadas no concurso passarão a mensalistas. Também se inscreveram várias candidatas de outros municípios.

[...] Nossa reportagem apurou que vários vereadores têm procurado o prefeito Francisco Corrêa para tentar impedir a submissão de suas afiliadas ao concurso moralizador ora instituído. No entanto, até agora, nada conseguiram. Não só o Prefeito como o Dr. Raymundo Milagres, Chefe de Gabinete, fizeram “pé firme” e não cederam.

As candidatas reprovadas não serão aproveitadas. Apuramos que as provas serão corrigidas com o máximo rigor (*Folha da Cidade*, 08 mar. 1957, p.01).

Se o prefeito não podia promover um concurso para contratar novas professoras, este foi feito para legalizar a situação de algumas que já atuavam no magistério municipal enquanto “contratadas”, que passariam a “mensalistas”. O Concurso parecia realmente ser moralizador. Já era alguma coisa. Repare que se o articulista afirma que várias candidatas de outros municípios se inscreveram, certamente é porque as mesmas já trabalhavam para o município de Duque de Caxias, vindas de outras cidades. Reafirma-se que a proximidade e interrelação entre as cidades da região da Baixada Fluminense é muito grande, o que justifica tal informação. Complementa-se agora com notícias a respeito de um concurso a nível estadual:

Dez das professoras recém-formadas pela Escola Normal Santo Antônio, desta cidade, inscreveram-se no Concurso de Ingresso no Magistério Fluminense, sendo classificadas com mais de novecentas (900) candidatas das milhares que participaram do concurso. Sábado, dia 23 de fevereiro, foi realizada a escolha de vagas (pouco mais de 400) e escolas pelas candidatas classificadas. Entretanto, as candidatas dêste Município não conseguiram, nenhuma delas, vaga em escolas de Duque de Caxias. Outras candidatas, como de Niterói, Nilópolis, etc., foram nomeadas para Caxias. [...]

Por não haverem vagas nem sequer nos municípios vizinhos a Duque de Caxias, apenas quatro das candidatas caxienses escolheram escolas, tôdas elas em Mangaratiba, no litoral fluminense. Duas delas residem em São João de Meriti, tendo estudado em Caxias. [...]

Fomos informados de que a Prefeitura Municipal pretende abrir, brevemente, concurso para professoras municipais, devendo,

porém, antes, serem nomeadas as professoras recém formadas em Caxias, se assim o desejarem (*Folha da Cidade*, 08 mar. 1957, p.02).

Como se vê, das 10 (dez) normalistas que se inscreveram no concurso estadual, 10 (dez) foram aprovadas. Isso prova que ou elas tiveram realmente uma boa formação ou uma formação que ia ao encontro dos anseios do Estado. Ao não conseguir vagas em escolas de Duque de Caxias ou limítrofes a esta cidade, apenas 04 (quatro) das 10 (dez) aprovadas resolveram ir lecionar em Mangaratiba, RJ. Dessas 04 (quatro), 02 (duas) residiam em São João de Meriti, apesar de terem estudado em Duque de Caxias, na Escola Normal Santo Antonio. O fato é que quem veio a conseguir vagas em escolas de Caxias foram candidatas oriundas de Niterói e Nilópolis, por exemplo. Tal situação demonstrava já a importância que tinha o transporte coletivo na região (trens e ônibus). Quanto à Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, esta parece ter cedido às pressões da imprensa, no caso, quando assumia que mesmo antes de abrir concurso (o que faria brevemente) nomearia as professoras recém formadas que desejassem trabalhar no município. Não é possível acreditar que esta seria a melhor atitude da administração municipal, pois o justo mesmo seria, inclusive as normalistas, entrarem para o efetivo dos funcionários municipais através única e exclusivamente de concurso. No mínimo teriam que dar o exemplo. Concurso este que ocorreu realmente entre os dias 8 e 13 de março de 1957, visto pela imprensa como de grande valor, por mais que tenha havido falhas (*Folha da Cidade*, 13 mar. 1957, p.01).

No dia 18 de março de 1957, ganha destaque novamente na imprensa, a problemática da Educação em Duque de Caxias e no Estado do Rio de maneira geral:

A informação prestada ao jornal de cultura “Grupo”, pelo Serviço de Estatística, de que 10 mil crianças estão sem escolas em Caxias, quando há 22 mil crianças em idade escolar, vem demonstrar a gravidade do problema do ensino no Município, já tantas vezes por nós comentado. A falta de escolas e de professoras é a causa fundamental do problema, que assume aspecto mais grave, quando verificamos ser Duque de Caxias o município de maior índice de crianças ameaçadas pelo analfabetismo no Estado do Rio.

Recentemente, referindo-se ao problema do ensino no Estado, o deputado Dail de Almeida falou na Assembléia, dizendo que cerca de 26 mil crianças fluminenses estavam impedidas de frequentar escolas. Vê-se que, só o município de Duque de Caxias atinge quase metade desse número de crianças sem escolas. A promessa do governo do Estado de construir mais grupos escolares em Caxias, em terrenos já doados pela Municipalidade, se não é a solução definitiva, seria pelo menos um paliativo.

Por seu turno, o governo do Município, que destina uma verba ínfima para a educação e cultura, faz ainda um extôrno de 700 mil cruzeiros, dessa verba, para pagar regime de cotas, demonstrando

assim pouco ou nenhum interesse pelas dezenas de milhares de crianças que estão esperando escolas, onde possam instruir-se e educar-se.

Em Caxias, como em todo o Brasil, a educação pública é sempre relegada a plano secundário. (*Folha da Cidade*, 18 mar. 1957, p.03).

O problema da Educação em Caxias que por muito tempo teve relação com a qualidade dos professores, neste artigo perpassa pela quantidade, ou seja, a falta de escolas e de professores(as). E se de 26.000 (vinte e seis mil) crianças fluminenses sem escolas, 10.000 (dez mil) eram de Caxias, realmente faltavam escolas naquele município, um dos maiores da região da Baixada Fluminense. Até 1957 existia ali apenas o Grupo Escolar Duque de Caxias, e o paliativo encontrado pelo Município e Estado seria a construção de mais 02 (dois) grupos, dentro de suas possibilidades. É evidente que havia muitas escolas municipais e particulares, confessionais ou não, mas na sua maioria funcionavam de forma precária, como já foi anunciado anteriormente.

Em sua mensagem deste ano à Assembléia fluminense, o governador Miguel Couto Filho referiu-se às iniciativas do governo em prol da educação pública. (...)

Duque de Caxias é que não foi beneficiado com nada do Estado no terreno educacional. Diz-se que o governo fluminense, com relação a este município, só se preocupa atualmente com o problema do abastecimento d'água. Necessitamos, porém de um Ginásio Estadual. Há outros problemas de educação pendentes da iniciativa governamental.

Centenas de alunos dos Grupos Escolares de Caxias estão sendo prejudicados por falta de professoras. Entretanto, no recente concurso de ingresso no Magistério Fluminense, foram dadas a escolher apenas dez vagas em todas as escolas do município. E nenhuma das professoras locais conseguiu nomeação para Duque de Caxias. Coisa que não têm explicação... (*Folha da Cidade*, 25 mar. 1957, p.04).

Em outro momento, se o problema da falta de água era prioridade, agora já não é assim que o articulista vê. Mais uma vez o que contava era a qualidade, era zerar o número de professoras leigas ou incompetentes para o cargo, agora o que conta é que faltam professoras, não importa sua formação. Antes se levava mais fé no Estado que no Município de Caxias, por ocasião da formatura da 1ª turma de normalistas e da predisposição pelos concursos públicos; agora o Estado já não cumpre com suas promessas. Ao final o articulista lembrou que nenhuma das 10 (dez) normalistas formadas em Caxias conseguiu vaga para trabalhar em Caxias. Evidentemente que se não fosse dessa forma, não teria sido por concurso, ou este não seria confiável.

Vereadores e interessados estão exercendo verdadeira pressão junto ao Prefeito Francisco Corrêa, a fim de serem admitidas também, no quadro do magistério municipal, candidatas reprovadas, no recente concurso realizado.

Cerca de 30% das candidatas não conseguiram aprovação no concurso, estando entre estas muitas que já exerciam função de magistério como contratadas. Daí a pressão junto ao Prefeito [...]

Falando à nossa reportagem, a Inspetora Municipal do Ensino, D. Regina Tescaro Sampaio, declarou: Apenas cumpri com o meu dever. Já enviei os resultados das provas ao sr. Prefeito” [...]

Informou-nos D. Regina que as candidatas aprovadas não preencheram as vagas existentes. Assim, as vagas restantes serão preenchidas pelas professoras recém-formadas pela Escola Normal Santo Antônio. (*Folha da Cidade*, 25 mar. 1957, p.01).

Tal foi a pressão imposta pelos(as) que se achavam prejudicados(as) com o concurso promovido pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Ainda mais que as vagas não foram preenchidas apenas pelas que passaram. Entretanto, conforme se entendeu, nem mesmo as professoras recém-formadas pela Escola Normal Santo Antônio passaram no concurso, ou será que elas não teriam se inscrito no mesmo? Como já afirmado anteriormente, para além de sua formação, assim como qualquer outra candidata ao cargo, as professoras recém formadas também deveriam se submeter a uma avaliação de sua capacidade. Do contrário, se faria uso de dois pesos e duas medidas. Entretanto, deve-se considerar o contexto, bem como a demanda por professores com ou sem qualificação. Ou seja, a opção por nomear ou admitir as professoras recém-formadas da Escola Normal Santo Antonio, ao invés de qualquer outra professora leiga, seria naquele momento a atitude mais acertada.

Quando discursava como patrono da primeira turma de professoras formadas em Caxias, o prof. Amaral Fontoura afirmou ser um ato de heroísmo dedicar-se ao ensino no Estado do Rio. Realmente, sob todos os aspectos, o professor fluminense é um herói. São inúmeras as dificuldades que tem de enfrentar no seu mister de educar e de ensinar. O pior é que são mal remuneradas as professoras fluminenses

O governador Miguel Couto Filho prometeu, várias vezes, elevar o nível salarial das educadoras fluminenses. Entretanto, já foram aprovadas pelo próprio governador as minutas do contrato a ser assinado entre a Secretaria de Educação e 23 professoras rurais, com o pequeno salário de Cr\$3.500,00, ou seja, nível igual ao de salário mínimo vigente no Estado do Rio.

Em Duque de Caxias, as professoras são também muito mal remuneradas. Com a recente reestruturação do funcionalismo municipal, houve, realmente, melhoria do nível salarial das professoras municipais. Mas, não corresponde ao sacrifício de quem dedica todo o seu esforço ao ideal de educar e instruir a infância. E nem atinge às necessidades do atual custo de vida, pois, o salário das educadoras da Prefeitura é bem inferior ao salário mínimo em vigor.

E, parece, nunca haverá tanto no Estado como no município, um reajustamento que corresponda à justiça (*Folha da Cidade*, 31 mar. 1957, p.04).

A problemática da remuneração do professor torna à cena. Se o Governo do Estado fluminense propunha um aumento para as professoras do meio rural que se equipararia ao salário mínimo, é porque as mesmas ganhavam menos que este até então. Quanto às professoras urbanas, presume-se que ganhavam um pouco mais que o salário mínimo, isso no Estado. No entanto, mais especificamente as que recebiam da Prefeitura de Duque de Caxias estas sim, ganhariam menos que o mínimo em vigor na época, em proximidade com o salário das professoras do meio rural. Junte-se a isto o custo de vida e é possível presumir as dificuldades pelas quais passava pelo menos esta categoria profissional.

Ainda em 31 de março de 1957 saiu a seguinte nota:

Atendendo a uma sugestão deste jornal, o deputado estadual Antônio Carlos Sá Rêgo, falou da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Rio, sobre a necessidade de o Governo do Estado cumprir a sua promessa de construir, neste município, mais dois grupos escolares. Para tal já existem terrenos destinados.

O atual Grupo Escolar Duque de Caxias, o único da cidade, já não comporta a grande afluência de alunos, principalmente por falta de professoras. Segundo fomos informados, faltam no Grupo Escolar quinze professoras. Por este motivo, como ocorreu no ano passado, cerca de mil alunos ficaram sem matrícula (*Folha da Cidade*, 31 mar. 1957, p.01).

Do que adiantava querer abrir mais dois Grupos, se no que existia faltavam 15 (quinze) professoras? Bom, certamente faltavam salas de aula também, visto que cerca de mil alunos ficaram sem se matricular. Isso justifica a necessidade de abertura de outras instituições escolares públicas. É importante ficar claro que até aquele momento (1957) existia na cidade de Duque de Caxias apenas um Grupo escolar, de caráter público; o que, de uma ou outra forma, justifica a instalação e presença das muitas escolas particulares ali, dentre elas o atual Colégio Santo Antônio e em São João de Meriti, o atual Colégio Santa Maria, ambos fundados no início da década de 1940.

Em abril o problema da falta de professoras continua a ser veiculado pela imprensa:

O deputado Dail de Almeida fez através da tribuna da Assembléia fluminense, um apelo ao governador Miguel Couto Filho, para que sejam criadas, no Magistério do Estado do Rio, mais duzentas e

cinquenta vagas para professoras. Disse o parlamentar que milhares de crianças, em todos os municípios fluminenses, estão impedidas de estudar, por falta de professoras. No ano passado foram criados mais 500 cargos, mas, neste ano, somente em São Gonçalo, ficaram sem estudar mais de seis mil crianças. Outros deputados também se referiram ao problema, citando municípios como Petrópolis, Itaperuna e Campos. Em Duque de Caxias, também milhares de crianças ficaram sem matrículas no Grupo Escolar por falta de mestras. (*Folha da Cidade*, 07 abr. 1957, p.04).

Assim percebe-se que não era apenas em Duque de Caxias que faltavam professores(as), nem só em outros municípios da Baixada Fluminense. Em geral o Estado do Rio pedia socorro, pois o número de crianças sem escolas, por falta de docentes, era realmente muito grande. Deve-se considerar que o aumento da população, — devido aos movimentos migratórios principalmente, em função do crescimento do número de empregos (lembrar da FNM- Fábrica Nacional de Motores) — colaborou para o aumento dessa demanda, pois se o Estado criara 500 (quinhentos) cargos em 1956 e logo no ano seguinte ainda faltavam professores em grande quantidade é porque realmente a população aumentava desmesuradamente.

No geral, ainda quanto à qualidade do ensino, em 12 de maio de 1957 foi publicada uma nota sobre as possíveis causas da deficiência do ensino ou sobre a má qualidade do ensino no Brasil. Para o professor Clóvis Salgado, então Ministro da Educação e Saúde, a causa principal da decadência do ensino era a deficiência dos professores. Mas segundo o articulista, o problema era de ordem muito mais ampla, não restrito apenas à formação de mestres eficientes. Se o problema fosse apenas o que o Ministro havia apontado, se poderia jogar a responsabilidade naqueles que formavam os professores, ou seja, nas Faculdades de Filosofia e até no Ministério da Educação; isso sem falar nas Escolas Normais. As declarações de dois professores na época a esse respeito foram transcritas do jornal “O Globo”. Respectivamente, os professores Thompson Flores e Menezes Pimentel:

— [...] As causas são múltiplas e não podem ser atribuídas somente aos professores, tanto mais que nas principais cidades do Brasil existem Faculdades de Filosofia que fornecem professores de alto nível. Acredito que no interior haja relativa deficiência por falta de professores com a devida formação didática. Muito mais justo seria atribuir a deficiência no preparo à Lei Orgânica do Ensino, que precisa ser urgentemente modificada. Acredito, que aprovado o projeto, ora em curso no Senado Federal. Haverá sensível melhoria no ensino atual.

— O Ministro não pode apontar o problema como derivante da falta de preparação dos mestres, pelas seguintes causas: 1) o grande número de disciplinas; 2) os alunos não preparam mais suas aulas nos

estabelecimentos de ensino, como ocorria antigamente; 3) vencimentos de professor – o padrão de vida, muito elevado, faz com que êle dê muitas aulas, ficando extenuado. [...] (*Folha da Cidade*, 12 mai., 1957, p.04).

Segundo o articulista, o Ministro Clóvis Salgado precisava estudar melhor os problemas relativos à educação, no sentido de apontar para possíveis soluções. Deve-se lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação seria promulgada em 1961, ou seja, quatro anos após tais declarações. Quanto ao segundo depoimento, é possível afirmar que pouco ou quase nada tenha se alterado de lá para cá: Excesso de disciplinas, falta de interesse dos alunos e baixos salários dos professores; estas sim seriam as causas para a má qualidade do ensino; mas porque não, também, o despreparo dos professores?

Estava previsto para o dia 11 de janeiro de 1958 um concurso para o Magistério primário no Estado do Rio de Janeiro. Voltado para normalistas, a prova escrita constaria de três partes: Metodologia das disciplinas do ensino primário; Psicologia da aprendizagem e Práticas escolares.

A escolha das escolas far-se-á a 15 de fevereiro, no ginásio Caio Martins, em Niterói, antecipadamente será publicada a relação das vagas existentes.

O preenchimento das vagas será feito de acordo com a classificação das candidatas; no caso de igualdade terá prioridade a candidata residente no município da escola. (*Folha da Cidade*, 01 dez. 1957, p.02).

Interessante que, diferentemente dos concursos municipais, o Estado preocupava-se com o local de residência da candidata que viesse a requerer uma vaga; priorizava-se sua classificação, claro. Também ficou evidente que o número de vagas não foi publicado no edital do concurso, só depois de feitas as provas é que as(os) candidatas(os) tomariam conhecimento de tais dados. No dia 05 de janeiro de 1958 publicou-se o seguinte artigo:

Vive a Secretaria de Educação e Cultura do Estado a época mais atribulada do ano, neste período. Mil professorinhas, com tremenda algazarra e bom humor procuram legalizar, junto às repartições públicas, os papéis necessários para a inscrição no Concurso de Ingresso no Magistério Primário. A Diretora de Provimento de Cargos, a boa professora Dórica Valle, procura atender a todas com a mesma urbanidade, apesar dos pedidos dos pistolões.

As candidatas são, aproximadamente, em número de mil, sendo que as vagas para as efetivas sobem apenas à casa das 200, o que é muito pouco. Há outras duzentas vagas para as interinas, que, infelizmente, são distribuídas àquelas que têm bons pistolões. É, sem

dúvida, uma maneira nem sempre honesta de se preencher vagas no magistério.

Mas o que realmente é necessário — e isto ninguém pode contestar — é a criação de escolas para estas professoras, [...]. (*Folha da Cidade*, 05 jan. 1958, p.04).

Muito concorrido o Concurso de Ingresso no Magistério Primário do Estado. Mil cento e vinte candidatas lutam pelas 200 vagas de efetivas e 200 de interinas. Os políticos começam a mexer com os “pauzinhos”. É uma pena não haver decência nos concursos públicos; é uma pena o mérito ser suplantado pelo pistolão!...

Mas isto é a realidade brasileira! (*Folha da Cidade*, 12 jan. 1958, p.04).

Na próxima semana, dia 14 precisamente, as normalistas fluminenses que prestaram o concurso de ingresso ao Magistério estadual, vão disputar no estádio Caio Martins a última batalha na escolha de sua escola.

Infelizmente, este ano, não usaram o processo de utilização dos atestados de residência. Isto fez crescer o número de pistolões — deputados e prefeitos — que juntam-se às normalistas para melhor sorte.

Muitas sairão alegres, conseguindo o fim almejado. A grande maioria, no entanto, sofrerá a grande decepção de não poder escolher escola...

As que conseguem escolas, também nem sempre são favorecidas, pois vêm-se na contingência de ainda sem um amadurecimento completo, afastarem-se de seus familiares, para lutar pelo sagrado direito de ensinar a milhares de crianças, sem o sempre desejado e necessário contato com suas famílias. (*Folha da Cidade*, 02 fev. 1958, p.02).

Finalmente foram preenchidas as vagas do magistério primário do Estado. A luta foi enorme e o critério adotado nem sempre justo.

Louvemos, no entanto, o espírito de justiça da professora Dórica Valle de Oliveira, chefe da Divisão de Provimento de Cargos, que, como educadora exemplar, soube conduzir, dignamente, o concurso de ingresso. (*Folha da Cidade*, 16 fev. 1958, p.05).

Bom, agora fica claro que 1.120 (mil cento e vinte) candidatas fizeram a inscrição para o concurso em que eram oferecidas 200 (duzentas) vagas legítimas mais 200 (duzentas) ilegítimas, ou seja, 400 (quatrocentas) vagas no Estado. De qualquer forma, como se vê, por mais que se contratasse professoras(es) parece que o número de escolas ou salas de aula ainda seria insuficiente para recebê-las.

O governador Miguel Couto Filho acaba de criar cinco ginásios estaduais para serem distribuídos pelos diversos municípios do nosso Estado. Se olharmos a medida sem estudá-la e sem penetrar no problema poderemos crer que é uma medida saneadora e que vem resolver os problemas do ensino em nossa terra. No entanto, não é esta a verdade. Pelo contrário, acreditamos que a medida do governo estadual tem interesses políticos de grande profundidade, já que o mesmo dá guarida e cobertura à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, seção do Estado do Rio, que é, indiscutivelmente, um

instrumento político. Nós nos interessamos pelos ginásios estaduais, iremos lutar para que Caxias seja beneficiado com um desses ginásios, mas não podemos deixar de criticar o ato do governo que, menosprezando o ensino, deixando de resolver os inúmeros problemas que êle apresenta, como construção de escolas, grupos, escolas rurais e normais etc., atém-se a problemas de segunda ordem. Parece-nos que o governador quer chegar ao telhado antes de construir os alicerces.

Se o curso primário é um problema insolvente até os nossos dias, com milhares de professôras sem nomeação, milhares de crianças sem escolas, não tendo o Estado nem uma Escola Profissional, e ainda com enormes problemas pendentes de solução no setor da Educação, como pode pensar em solucionar os problemas do curso secundário.

Não, senhor Governador. Êste não é o caminho certo. O certo seria V. Excia. criar primeiro escolas e grupos para abrigar milhares de professôras normalistas e os “escolares” sem escolas. Depois sim, criaria escolas profissionais, alternando com a criação de ginásios.

Este seria o caminho certo, justo e que condiz com a nossa realidade, com as necessidades da nossa política educacional. O resto é demagogia, mas mesmo demagogicamente, não esqueça de Caxias, que já tem 150 mil habitantes e precisa, sem falta, de mais um ginásio gratuito.

Um lembrete, sr. Governador: Caxias só tem um Grupo Escolar que está funcionando em três turnos. Porque não construir um novo Grupo ou novos Grupos, sr. Governador? (*Folha da Cidade*, 12 jan. 1958, p.04).

No trecho da *Folha da Cidade* de 1958, a referência a “milhares”, tanto de professores que ficaram sem trabalho quanto de alunos que ficariam sem escolas, pareceu muito além do real. Principalmente ao se lembrar que houve apenas 1.120 (mil cento e vinte) normalistas que prestaram o último concurso estadual. Complementarmente ao trecho transcrito do dia 08 de dezembro, parece que o problema também era que, ao invés de se investir no ensino fundamental, básico, queria-se investir no secundário. E como se vê, Duque de Caxias, continuava em 1958 com apenas um Grupo Escolar (público, estadual), o que certamente abria margem para a criação e manutenção de escolas particulares.

Na semana passada, o governador do Estado, além de criar cinco ginásios estaduais, assinou ato criando a Escola Normal do Estado em Itaperuna, onde já existe um Ginásio do Estado. Sem dúvida, esta medida é digna de aplausos, já que vem beneficiar um rico município do Norte Fluminense. Acreditamos que o Governador venha a recompensar agora os municípios da Baixada, que teima em não reconhecer como grandes centros, como é o caso de Caxias.

Sr. Governador, falta dezenas de escolas em Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis, etc.! (*Folha da Cidade*, 12 jan. 1958, p.04).

Ao que se entende, no Estado todo do Rio de Janeiro, se haviam Escolas Normais estas eram particulares (confessionais ou não), pois o governador criava “a” Escola Normal do Estado, em Itaperuna, a primeira estadual. Em atendimento à Baixada

Fluminense havia a Escola Normal Santo Antonio, instalada em Duque de Caxias, particular e confessional. Inclusive, ainda no dia 08 de dezembro saía mais uma nota sobre a formatura de mais uma turma de normalistas:

Realizam-se hoje as solenidades de formatura das professorandas de 1957 da Escola Normal anexa ao Ginásio Santo Antonio. Às 17 horas, será rezada missa em ação de graças na Matriz Santo Antônio. Em seguida, no salão nobre da Escola, a cerimônia da colação de grau, com o juramento solene das novas professoras formadas em Caxias.

Será patrono da turma o Exmo. Sr. Bispo de Petrópolis, Dr. Manuel Pedro da Cunha da Cintra e paraninfo o deputado federal Eurípedes Cardoso de Menezes. [...] (*Folha da Cidade*, 08 dez. 1957, p.02).

É interessante lembrar que o paraninfo da primeira turma foi o professor Affro Amaral Fontoura e agora para a segunda, o referido deputado federal.

Volta a ser apontado o problema da recomendação por parte de pessoas influentes:

[...] A contribuição que a Prefeitura tem dado ao ensino primário é relativamente útil, pois, tem-se construído escolas, mas, no setor do professorado, o que tem valido é o pistolão político, não se tendo nenhum interesse pela qualidade das mestras.

Os concursos não têm sido respeitados, as idéias daqueles que entendem da matéria são desrespeitadas e isto nos tem dado um ensino primário deficiente, e com poucas horas de aulas e professores sem capacidade intelectual, para o mister.

Agora, com as normalistas da Escola Normal Santo Antonio e com outras que aqui se tem fixado, esperamos uma grande melhoria, restando, apenas, que construam mais escolas, onde haja mais alegria para as crianças e mais tempo de aula e que se construa de uma vez a Escola Normal da Prefeitura. Pois só assim, poderemos ter um ensino primário eficiente (*Folha da Cidade*, 16 fev. 1958, p.05).

Parece finalmente que a Prefeitura de Duque de Caxias começava a construir escolas. Entretanto o desejo deste articulista passava a ser então por escolas mais “alegres” e onde os alunos ficassem nelas por mais tempo. A reclamação a respeito da falta de qualificação dos professores continuava; e parece que por mais que a Escola Normal Santo Antonio colaborasse para sanar este problema, passava-se então a almejar uma Escola Normal desta vez municipal. Mais uma notícia:

A Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio está propensa a criar, êste ano, novamente, os cargos de extranumerários, procurando suprir a deficiência do quadro de professoras primárias do Estado (*Folha da Cidade*, 23 fev. 1958, p.05).

Esta nota leva a pensar o seguinte: será que algum dia estes cargos deixaram de existir? O próprio Concurso promovido pelo Estado do Rio de Janeiro, sobre o qual se escreveu anteriormente, já apontava as 200 (duzentas) vagas para interinas, o mesmo que extra-numerárias. Nesse caso, seriam criadas mais vagas para além dessas 200 (duzentas) já existentes. Em maio isto se confirma e em junho muda tudo. Quem vai entender?

O Sr. Governador do Estado nomeou no dia 8 p.p. mais 60 professoras extra-numerárias mensalistas, acreditamos que assim serão supridas as várias classes vagas existentes em vários municípios (*Folha da Cidade*, 11 mai. 1958, p.03).

Em portaria dirigida ao diretor do Departamento de Educação Primária, o secretário de Educação do Estado do Rio recomendou suas providências junto aos chefes de Inspetorias Regionais para que promovam imediatamente a dispensa das professoras substitutas ou admitidas como extranumerárias ou contratadas (*Folha da Cidade*, 07 jun. 1958, p.06).

Antes disso, em março e abril de 1958, essa “contradança” das nomeações já se fazia presente, juntamente às cobranças ao Estado por parte do município de Duque de Caxias, seja quanto à falta de professores, seja quanto à falta de escolas:

As professoras que concluíram o curso normal rural da Escola de Cantagalo, já foram nomeadas para suas respectivas Escolas, pelo Sr. Miguel Couto.

Também as extranumerárias mensalistas, já estão sendo nomeadas.

Esperamos que a voz de Caxias não tarde muito, pois há oito classes vagas em nosso único Grupo Escolar (*Folha da Cidade*, 30 mar. 1958, p.04).

Continuam vagas oito classes no Grupo Estadual. Daqui fazemos um apêlo ao deputado Sá Rêgo, para que insista junto ao Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja resolvido imediatamente êste angustioso problema (*Folha da Cidade*, 06 abr. 1958, p.02).

O Governador Miguel Couto [...] resolveu sustar a nomeação das 300 professoras extranumerárias-mensalistas, por ter chegado ao seu conhecimento que existia grande quantidade de candidatas não normalistas. Uma medida, sem dúvida de grande alcance e que vem apurar o apreço que tem o Governador pelos mestres de sua terra.

[...] fazemos um sincero e caloroso apêlo ao Sr. Miguel Couto Filho, que com a mesma presteza procure agora nomear as normalistas, pois há centenas de crianças aguardando professoras para iniciarem seus estudos (*Folha da Cidade*, 13 abr. 1958, p.03).

O Governador Miguel Couto Filho, abriu crédito para a criação urgente de 50 novas Escolas no território fluminense. Apenas Duque

de Caxias não foi lembrada para sede de nenhuma delas. Fazemos daqui um novo apêlo, ao único Deputado operoso de Caxias na Assembléia, Sr. Sá Rêgo, no sentido de que lute denodadamente por mais escolas para Caxias (*Folha da Cidade*, 13 abr. 1958, p.03).

O deputado Sá Rêgo, conseguiu a nomeação de três normalistas para o Grupo Escolar Duque de Caxias, mas êste número não é o suficiente pois existem varias classes vagas naquela unidade escolar. Isto vem entravando o desenvolvimento normal da alfabetização em nosso município (*Folha da Cidade*, 04 mai. 1958, p.02).

O Sr. Miguel Couto Filho, ilustre governador destas terras até 1 de junho, tem criado uma série de Ginásios, Grupos, Escolas e Jardins de Infância, nos diversos municípios fluminenses.

O Sr. Governador, parece-nos, não sabe que Caxias é um dos municípios fluminenses, e dos mais populosos (*Folha da Cidade*, 04 mai. 1958, p.02).

O Sr. Miguel Couto Filho, nomeou novas professoras para os Municípios de: Petrópolis, Nova Friburgo, Campos, Niterói, São Gonçalo. Caxias foi mais uma vêz esquecida. Lembramos daqui ao Sr. Governador, que Caxias ainda precisa de 6 professoras para o Grupo Escolar, 2 em Imbariê e 2 em Campos Elisios (*Folha da Cidade*, 18 mai. 1958, p.05).

Posteriormente, sai uma nota sobre a criação de cargos no Estado, somente para Caxias seriam 24 (vinte e quatro). Acredita-se assim, que as extranumerárias foram dispensadas, para se admitir no lugar delas, através de concurso, 24 (vinte e quatro) professoras efetivas para Caxias. É bom lembrar que as extranumerárias dispensadas eram em número de 60 (sessenta).

O Sr. Governador tem sido prático nas nomeações de professoras, o que em verdade é muito bom. Lamentamos que a época seja pré-eleitoral, mas aceitamos de bom grado os 24 cargos criados para Caxias. Parabéns Sr. Governador. Muito obrigado deputado Sá Rêgo. Que mais professoras e escolas sejam criados em nosso estado, pois de luz é que precisamos (*Folha da Cidade*, 22 jun. 1958, p.02).

E o Governo do Estado resolve mesmo criar algumas escolas primárias:

Por decreto assinado pelo Governador do Estado do Rio, foram criadas mais 15 escolas primárias que serão instaladas nos seguintes municípios: Campos, Duque de Caxias, Miracema, Natividade de Carangola, Resende e S. Sebastião do Alto.

As duas escolas para Caxias foram conseguidas pelo deputado Sá Rêgo (*Folha da Cidade*, 07 jun. 1958, p.06).

Na época, como se vê, diante das dificuldades dos municípios fluminenses, o Estado do Rio de Janeiro colaborava com o ensino primário, dentre outras maneiras,

através da criação de escolas. Mas quanto a Duque de Caxias especificamente, parece que esta realidade estava distante:

Nossa reportagem ouviu, semana passada, dona Regina Sampaio, diretora da Inspetoria Municipal do Ensino e a Diretoria do Grupo Escolar do Estado. A primeira, muito reticente, disse-nos que, provavelmente, umas 5 mil crianças ficarão sem escolas, êste ano, mas que o Prefeito tudo tem feito para resolver tal problema.

D. Minervina, professora do Estado, acredita que o Grupo deixará de receber uns 1.500 alunos (*Folha da Cidade*, 16 mar. 1958, p.04).

O Sr. Miguel Couto, inseriu em sua mensagem à Assembléia e ao povo de nossa província, uma série de realizações. Com relação ao ensino, o Sr. Governador demonstrou ter gasto verbas bastante elevadas, construiu escolas, jardins de infância, grupos escolares, cooperou com as entidades particulares na construção de novas unidades escolares, aumentou as verbas para os ginásios particulares, criou novos ginásios, criou várias escolas agrícolas e técnicas, nos mais diversos Municípios do Estado, só esqueceu o Sr. Miguel Couto, do nosso querido Município, que já tem tantas mágoas dos governos anteriores que tanto prometeram a Caxias e nada deram. Agora é a vez dêste Govêrno, que esqueceu que precisamos de escolas e muitas escolas, pois já somos uma população de 170 mil habitantes (*Folha da Cidade*, 23 mar. 1958, p.04).

Informou-nos D. Minervina, diretora do Grupo Escolar (único no 1º distrito), que uns mil a mil e quinhentos alunos ficariam sem escola êste ano. Êstes dados se referiam aos que lá tinham ido tentar matrícula. Agora chegam-nos outras informações: mais de 2.000 crianças ficaram sem escolas, isto porque a Secretaria de Educação ainda não nomeou as 8 professoras que o grupo está precisando. Ao mesmo tempo que outras atividades ocupam salas que poderiam ser usadas durante o dia (*Folha da Cidade*, 23 mar. 1958, p.04).

Parece que Duque de Caxias, para além da falta de escolas e professores, passava também pelo problema do atraso dos vencimentos desses últimos:

As professoras municipais pensam em criar uma associação de classe, onde possam se congregar em torno de seus ideais pela melhoria do ensino, criação de centros de puericultura, criação de bibliotecas, e principalmente para defesa de seus interesses gerais.

Em palestra com nossa reportagem, disseram-nos que só assim talvez tenham os seus ordenados pagos em dia, pois atualmente o atraso orça pela casa dos 4 meses.

Os professores de Caxias reuniram-se na última segunda-feira, no Club dos Quinhentos, estando presente o Sr. Francisco Correa e o Sr. Prof. Antonio Correa Lima, diretor do Ginásio Municipal. O assunto prendia-se ao atraso dos vencimentos dos mestres que já não podem suportar mais o atual estado de coisas em que se encontram seus salários.

As professoras municipais ganham Cr\$ 2.500,00 mensais, os professores secundários ganham Cr\$ 80,00 por aula e os diretores Cr\$ 6.000,00 (*Folha da Cidade*, 29 jun. 1958, p.06).

As Professôras municipais já estão recebendo dois dos seus quatro meses de salários atrasados (*Folha da Cidade*, 13 jul. 1958, p.02).

As professoras municipais estão atravessando uma fase muito difícil. É que com quatro meses de atraso nos seus vencimentos (segundo várias delas nos informaram), estão sofrendo privações, já que muitas ganham para auxiliar o sustento dos lares. Ainda agora, com as festividades de 25 de agosto, as nossas mestras, tendo de fazer várias despesas para se apresentarem na parada, foram praticamente impedidas de fazê-lo (*Folha da Cidade*, 24 ago. 1958, p.01).

Se em junho já eram quatro meses de atraso no pagamento dos salários, em agosto já deveriam ser 06 (seis) meses. Ou então, depois que se pagou dois meses de atraso, começaram a atrasar novamente. Realmente, ao que se vê, a Prefeitura Municipal de Caxias relegava a segundo plano a Educação no município; tanto é que além de não se investir na criação de escolas ou na contratação de professoras(es) através de concurso, ainda atrasava o pagamento dos salários das(os) poucas(os) professoras(es) por ela nomeadas(os). Igualmente, se ficou bem claro, as professoras investiam do próprio salário para se apresentarem com seus alunos das comemorações cívicas.

Em artigo do dia 13 de julho de 1958 foram apontados, resumidamente, alguns momentos de entrevista que o Prof. Silas Neves fez com a então Inspectora Municipal de Ensino, D. Regina Tescaro Sampaio, em que a mesma afirmava que o que atrapalhava o ensino na época era a política. Segundo o articulista, a mesma apenas apontou para os problemas da educação em Caxias, mas não os dissecou ou propôs soluções para os mesmos. Ao contrário, chegou a afirmar que se tratava de problemas insolúveis. (*Folha da Cidade*, 13 jul. 1958, p.02). Se a própria Inspectora de Ensino do município de Duque de Caxias percebia um ensino feito de “trampolim para se galgar posições políticas, cargos eletivos ou de confiança” e ainda era pessimista quanto a uma saída ou enfrentamento para este tipo de atitude, ao se demonstrar passiva e conformada com a situação, então não restava mesmo muito a se fazer.

Novamente quanto à problemática dos salários,

Talvez adivinhando e excelente comparecimento da edilidade caxiense, aos trabalhos legislativos de sexta-feira, grande número de professoras municipais esteve naquela casa legislativa, solicitando aos vereadores presentes, apoio às suas pretensões, verdadeiramente justas.

Notamos, por exemplo, que os mais solicitados eram os vereadores Tito Rosa, Leandro Maia, Oscar Dias, Antônio Maximiniano, Ubaldo Corrêa e Ivo Santos. Alguns vereadores, para não se avistarem com as mestras do município, fugiam para o interior da Secretaria da casa.

Ao final dos muitos pedidos, apresentou-se o vereador Osvaldo Raymundo que se incumbiu de apresentar projeto de lei, dando melhores condições salariais às professoras municipais, no que foi vivamente cumprimentado (*Folha da Cidade*, 02 nov. 1958, p.01).

O problema da interferência da política, mais especificamente com as indicações a cargos, as denúncias à existência de professoras leigas e ainda a questão dos salários é trazido à imprensa por Ciro de Paiva:

Focalizemos Caxias no que toca ao ensino primário no aspecto do magistério. Começemos por reconhecer ser uma classe muito sacrificada. Sem dúvida alguma qualquer operário garantido pela legislação trabalhista é mais favorecido pelo salário e pela assistência que uma professora de Caxias. Isso serve para mostrar não só a grande injustiça que se faz ao magistério primário, mas também manifesta a pouca compreensão que se tem por uma classe das mais úteis para a sociedade.

A causa principal, diga-se de passagem, dêsse desprezo pelo magistério é a interferência da política nessa classe que por sua sublime finalidade de estar fora e acima da política. E é a política também a culpada da nomeação de certas professora que deveriam estar com os alunos aprendendo o alfabeto.

Não obstante êsse senão, o professorado primário das Escolas Municipais de Caxias vem exercendo a profissão de modo até heróico. Heróico, sim. Porque vencer em lotação (digamos melhor, lataria rodante) ou a pé as esburacadas, sujas e lamacentas ruas de Caxias; passar horas e horas em casebres sem ar, sem luz, escaldantes, sem instalações sanitárias condignas, sem água, apresentando diàriamente o quadro triste de uma população faminta, de criancinhas que saem de casa sem comer, e, acima de tudo, recebendo, de cinco em cinco meses ou em delongas maiores, o mais parco que lhes manda a Prefeitura, tudo isso é um pouco acima das forças humanas. De muitas Diretoras sei que lavam os sanitários da escola, cozinham a sopa para os alunos, pedem esmola nos açougues ou nas quitandas para dar algum alimento às criancinhas, porque muitas desmaiam na escola porque não se alimentam. Tudo isso somado às humilhações e às vinganças políticas, é algo de extraordinário. E tanto isso mostra a abnegação dessas heroínas ocultas que, se tivessem um amparo maior do Município ou do Estado (ambos arrecadam milhões e milhões que são desbaratados com esses parasitas dos cofres públicos que vão às repartições apenas receber as gordas mensalidades), dar-nos-iam um ensino primário mais eficiente:

Justiça se faça à Câmara de Vereadores que acaba de aprovar o aumento de subsídio das professoras, ato tardio, mas necessário.

Com um magistério primário mais insentivado, mais respeitado, mais acatado pelas autoridades, fora das vinganças políticas ou dos pedidos dos políticos, Caxias, certamente deixaria de ser [...] essa imensa desorganização em crescimento acelerado, para se tornar uma terra civilizada. E o ensino primário sendo o fundamento da civilização (PAIVA, *Folha da Cidade*, 02 nov. 1958, p.04).

Para além dos diversos problemas, Ciro Paiva chama a atenção quanto à precariedade física com que as escolas em geral teimavam em funcionar; aponta para a situação de miséria em que vivia a maioria das crianças que frequentavam o ensino

primário público, mais especificamente o municipal e ainda os malabarismos que a categoria docente fazia para driblar todos esses problemas e outros ainda. Este era o retrato da educação em meados dos anos 1960 em Duque de Caxias.

1958 era ano de eleição, e parece que ao final de seu mandato, o então prefeito, que não havia feito nada de positivo relativo à educação,

[...] não sei porque razão, resolveu dispensar um grande número de funcionários, bem como, moralizar certas coisas que andavam erradas na Prefeitura. Surge, porém, o caso das professoras: sim, porque dispensar professoras é um verdadeiro atentado contra o ensino a ser entregue à própria sorte! Se há excesso de professoras, que se funde escola, que se abram educandários, que num instante, aparecerão discípulos, que vivem por aí sem conseguir vagas nas empíricas escolas municipais! Somos contra a dispensa de professoras, ao mesmo tempo somos pela separação da professoras das “fessôras” aproveitando-se as primeiras e dispensando-se as segundas, mas, para isso, é necessário que haja um concurso para essas mestras que compõem o quadro de professoras municipais, isto é, as diaristas e contratadas, porque as efetivas, já são efetivas.

Fica aí, portanto, a sugestão com vista aos dois prefeitos, isto é, ao atual e ao novo eleito! (RODRIGUES, *Folha da Cidade*, 13 nov. 1958, p.05).

O articulista, na verdade, se antecipava a uma possível demissão de parte do quadro docente municipal (diaristas e contratadas) e defendia a permanência do número de professores(as), com exceção das leigas, para tanto, seria necessário a promoção de um concurso público.

Para contribuir com a composição do contexto, foi dado uma idéia da quantidade de analfabetos existente em Duque de Caxias, por ocasião das eleições para Prefeito em outubro de 1958. Para uma média de 150 (cento e cinquenta) mil moradores, como dito anteriormente, havia apenas 51 (cinquenta e um) mil eleitores (S/A, 07 dez. 1958), ou seja, praticamente um terço da população total. É importante lembrar que foi apenas com a Constituição Federal de 1988 que o voto do analfabeto foi liberado.

O novo prefeito de Duque de Caxias buscava “mostrar serviço”.

O que mais importa na instrução pública não é a quantidade, mas a qualidade. E’ neste setor onde meus esforços serão de intensidade contínua, seja pela valorização do magistério, seja pela cooperação que pedirei às esferas superiores, seja pelas reformas básicas que serão introduzidas. Porque para incrementar o ensino: dotá-lo de eficiência qualitativa e quantitativa e facilitá-lo aos que precisam, irei às portas do Ministério da Educação e à Secretaria de Educação do Estado. As deficiências do ensino em Caxias se avultam a cada passo. Basta ver a população a manusear as estatísticas: — são milhares de crianças sem escolas e outras tantas freqüentando as aulas

sem o mínimo aproveitamento. É uma questão técnica que terá que ser resolvida por técnicos (DAVID, *Folha da Cidade*, 15 fev. 1959, p.05).

Sua percepção da situação indicava que apenas com pedidos de ajuda às instâncias superiores (através de seus técnicos) é que se poderia sanar os problemas ligados à educação em Caxias. É o que confirmava no próximo número:

Procurado pela reportagem de FOLHA DA CIDADE, o sr. Manoel Soares Médon, responsável pela Inspeção de Ensino da Municipalidade teve oportunidade de fazer importantes declarações, com respeito aos principais problemas de ensino em Caxias. Disse inicialmente que é propósito do Sr. Adolfo David contratar um técnico de Educação do DF para responder pelos trabalhos da Inspeção de Ensino. Disse que há muitas escolas da prefeitura caindo aos pedaços, citando, como exemplo a escola Barão do Pilar. Acentuou que as professoras municipais ganham pouco mais de Cr\$ 2.000,00, o que significa salário de fome. Perguntado por que a Inspeção não contrata as professoras formadas pela Escola Normal de Caxias, disse o sr. Manoel Médon “que as mesmas não apresentam capacidade de trabalho, pois só aprendem bobagem de metodologia, que nada significa”. Para o sr. Médon, as moças formadas pela Escola Normal Santo Antonio não apresentam produtividade alguma nas classes, razão bastante para [...] (*Folha da Cidade*, 22 fev. 1959, p.02).

É uma pena que o artigo estivesse incompleto no próprio número publicado. Entretanto, já era possível ver a que veio o novo responsável pela Inspeção de Ensino da Municipalidade, sob o governo municipal do sr. Adolfo David. E a crítica contundente que fez às professoras que a Escola Normal Santo Antonio formava, necessitaria ser melhor analisada, assim como os critérios de produtividade dos professores e como os dados eram apresentados e sistematizados. A resposta à crítica veio a seguir, através de um articulista:

Estamos acompanhando de perto as atividades da Prefeitura Municipal, principalmente no que respeita ao problema do ensino. E o fazemos como educadores que somos, e, principalmente porque reconhecemos ser nosso dever participar clara e decididamente das soluções urgentes para os mais sérios problemas do município. E, sejamos francos, o sr. Adolfo parece estar indo muito bem no encaminhamento das soluções. Isto se deve, em muito aos seus colaboradores diretos, dentre os quais se destaca a bancada de vereadores, onde pontificam homens que conhecem o problema do ensino, como o digno vereador José Honorato, para citar um exemplo. A nossa função é de cooperar através da imprensa. Colaborar com nossa observação desapaixonada e fria, elogiando ou criticando, conforme as circunstâncias assim o exijam.

Em reunião passada, quando estiveram juntos os prefeitos do Estado do Rio e o sr. Roberto Silveira, o sr. Adolfo David apresentou o relatório dos principais problemas de Duque de Caxias. Pelo exposto (nós o publicamos neste número) tomou o sr. Roberto da Silveira conhecimento de que existe em Duque de Caxias cerca de 5.000

crianças sem escola, isso oficialmente. Não importa, todavia o número apresentado, mesmo porque, particularmente, nós o admitimos bem maior.

Mas como resolver a situação, sem esperarmos pelo auxílio do Estado, o que é difícil? Talvez pelo esforço coletivo. Lançando-se mão daquilo que temos por si só e, por ser nossa vale muito: a escola Normal Santo Antonio. O nosso problema é professora, é escola em condição de abrigar escolares, é “problema técnico para ser resolvido por técnico” como muito bem frizou o sr. Prefeito no seu discurso de posse. De nossa parte, achamos de alta prudência e de elevado sendo de bem servir, o aproveitamento das normalistas formadas pela citada escola. As ditas moças — professoras de fato e direito — merecem esta oportunidade de servir ao seu município, à sua família, ao seu torrão natal. E esteja certo o sr. Prefeito que, se assim agir, toda a cidade o aplaudirá, pois a medida é justa, certa, lógica e urgente.

Dizem que ser professora em Duque de Caxias é “comer o pão que o diabo amassou” pois as injunções políticas dificultam, para não dizer anulam, todas aquelas que desejam fazer de sua cátedra, um digno sacerdócio. Assim não cremos, entretanto. Não cremos porque tudo mudou. As idéias são outras. Não cremos que os responsáveis pelo problema do ensino em Caxias se deixem “orientar” por pessoas alérgicas aos bons costumes, por deslocados funcionalmente ou por retrógrados, pois *Abyssus Abyssum invocat*, segundo o bíblico David.

Aproveitar as professoras formadas em Duque de Caxias, além de um imperativo da lógica é incentivar o aprimoramento da intelectualidade caxiense, fomentando o mais sublime dos ideais: educar! (NEVES, *Folha da Cidade*, 04 mar. 1959, p.02).

Ao que se percebe, o novo prefeito, ansioso que estava por promover mudanças, se deixava levar pelas idéias de alguns de seus colaboradores (“alérgicos aos bons costumes”, “deslocados funcionalmente”, “retrógrados”), e se esquecia de quem o havia eleito; estes o aplaudiriam e o apoiariam se as professoras formadas pela Escola Normal Santo Antonio fossem “aproveitadas” por aquela Prefeitura Municipal. Fica claro igualmente que os bons costumes a que se referia o articulista, tinha ligação com uma formação confessional. Na sua perspectiva, naquele momento as crianças de Duque de Caxias talvez precisassem de um tipo de educação que apenas professoras formadas numa escola católica poderiam oferecer, segundo Silas Neves. O que não as isenta (as referidas docentes) das críticas recebidas quanto a uma formação sem conteúdo ou que priorizava as “bobagens de metodologia” apenas, isso na perspectiva do Sr. Manoel Gonçalves Médon.

Em maio de 1959, o Prefeito Adolfo David nomeava 33 (trinta e três) professores(as) municipais. (*Folha da Cidade*, 10 mai. 1959, p.03). Nenhuma das quais constava da primeira turma de professoras formadas pela Escola Normal Santo Antonio, mas talvez possam ter sido de turmas que se formaram depois, em 1957 e 1958; é necessário verificar. Como se vê, a prática das nomeações continuava. Não houve concurso para o magistério no município de Duque de Caxias para tais contratações. E

mesmo com estas nomeações a falta de professores(as) continuava. Conforme a professora Maria Marta Wagner Alvarenga, Secretária da 20ª Região Escolar do Estado do Rio de Janeiro:

“[...] existem atualmente no município 103, dos quais 66 efetivos; 26 extra numerários mensalistas e 11 substitutos. Fiz uma observação à Secretaria de Educação do Estado sobre as necessidades de mais 30 professores extranumerários contratados, sendo 10 para o Grupo Escolar Duque de Caxias e 20 para as demais escolas” (*Folha da Cidade*, 28 jun. 1959, p.01).

Pelo que foi possível compreender da situação, além dos(as) 33 professores(as) nomeados(as) pela Prefeitura, desta vez o Estado precisaria contratar outros(as) 30 para Duque de Caxias. E mais uma turma se formava na Escola Normal Santo Antonio em 1960, desta vez eram 24 (vinte e quatro) as normalistas.

Por mais que os tópicos apontados por este capítulo, em sua maioria tenham se afastado da problemática principal da tese, ele supre parcialmente a necessidade por conhecer melhor a realidade educativa da Baixada no período proposto. O que é importante para os leitores desaparelhados ou distantes daquela mesoregião.

Após esse mergulho naquilo que a imprensa escrita veiculou em termos educacionais, os elementos encontrados no interior das escolas criadas e dirigidas ali pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen ou ficam mais evidenciados, ou têm seu valor aumentado relativamente aos elementos das outras escolas ou diante dos diversos problemas da Baixada Fluminense em termos de educação. É o que está implícito no capítulo III, na sequência.

CAPÍTULO III

INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Sob a Direção das Irmãs Franciscanas de Dillingen na Baixada Fluminense

*Realmente, religiosas em geral são eficientes na Escola, mas as Franciscanas superam as outras. Pois elas, tendo muitas candidatas, admitem somente as melhores e assim têm boas professoras, cuja atuação consiste numa grande bênção.*⁶²

Ao saber que a atuação das Irmãs Franciscanas de Dillingen na Baixada Fluminense se deu principalmente através de duas instituições educacionais, localizadas em cidades diferentes desta região, o objetivo aqui não é comparar os dados de uma e outra; mesmo por que um tipo de informação localizada numa Escola não foi encontrado na outra. A tentativa é de que o leitor perceba no conjunto dos dados sistematizados, as características das duas instituições, ambas dirigidas pelas IFD.

Na busca por informações que possibilitassem essa visão panorâmica do então funcionamento dos atuais Colégios Santa Maria e Santo Antônio, em São João de Meriti e Duque de Caxias, respectivamente, foi priorizada a documentação localizada nos seus arquivos escolares. Muito dessa documentação inclusive já se lançou mão para a escrita do Capítulo I, mas está aqui exaustivamente sistematizada e, na medida do possível explorada. Trata-se de fichas de alunos, crônicas escritas pelas próprias Irmãs, livros de registros e relatórios para reconhecimento de cursos, relatórios de inspeção e verificação, atas as mais diversas, boletins estatísticos, termos de visita, correspondências, enfim; tudo o que foi possível transcrever, fotografar e *scanear*, resultado da produção das mesmas, desde o início de suas atividades educacionais, em 1940 e 1942, até por volta de 1960.

Esta perspectiva das possibilidades coaduna-se com a percepção de outros autores, para os quais o que torna possível ou o que limita certas reconstituições em história da educação são justamente os documentos disponíveis. Ou seja, “todos já nos deparamos com a dificuldade de recolher fontes impressas e arquivísticas, geralmente lacunares, parcelares e residuais” (NUNES e CARVALHO, 1993, p.31). Daí talvez se justifique a variedade de documentos de que se lançou mão neste e igualmente nos outros capítulos.

⁶² Parecer expedido pelo governo da Suábia e encaminhado para o governo da Francônia, em 1853, a respeito das professoras do Mosteiro de Dillingen. (HAAS, 2000, p.115).

Para facilitar a visualização, leitura e compreensão dos dados, optou-se pela feitura de quadros e pela divisão do teor das informações em alguns subitens: *Materialidade*, em que se aponta para a estrutura física e financeira das escolas em questão. A partir das profissões dos pais e ou de uma média da quantidade de alunos bolsistas, além de outras informações, tratou-se também do *Público Alvo* das IFD nesta região brasileira. A *Organização Estrutural* é o subitem onde se encontram desde os Cursos que eram oferecidos em cada ano ou período até os horários de funcionamento dos mesmos. Sobre os *Currículos*, estabeleceu-se a forma como eram dispostos, bem como as disciplinas oferecidas por cada Curso, num esforço por compreender as alterações pelas quais passaram, em relação direta ou não, às propostas especialmente do governo federal.

Materialidade

Quanto à estrutura física e instrumental das escolas em questão, foi possível obter maiores informações e mais concretas apenas a respeito do Colégio Santo Antônio.

QUADRO 14				
Ano/Área Total e Área Construída/Salas de Aula e Sanitários COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1944 a 1958				
ANO	Área Total	Área Construída	Salas de aula/ Sanitários	Área Total das Salas de Aula
1944	4.284 m ²	847 m ²	07 salas de aula 10 sanitários	264 m ²
1946	4.284 m ²	847 m ²	07 salas de aula 10 sanitários	264 m ²
1948	4.284 m ²	782,72 m ²	08 salas de aula 12 sanitários	291 m ²
1950	4.284 m ²	782,72 m ²	08 salas de aula 12 sanitários	291 m ²
1951	4.284 m ²	782,72 m ²	08 salas de aula 12 sanitários	291 m ²
1952	4.284 m ²	782,72 m ²	08 salas de aula 12 sanitários	291 m ²
1953	4.284 m ²	782,72 m ²	08 salas de aula 12 sanitários	291 m ²
1957			14 salas de aula	
1958			13 salas de aula	
Fonte: Boletins de Informações arquivados no Colégio Santo Antônio, enviados para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, entre 1944 e 1961.				

Pelo QUADRO 14 é possível perceber que a área total se manteve a mesma entre 1944 e 1958. Lembrar que o Colégio Santo Antônio foi fundado em 1942, certamente com esta mesma área, de 4.284 m². Curioso é que a área construída, ao invés de crescer, 4 anos depois (em 1948) passou de 847 m² para 782,72 m², ou seja foi diminuída em 64,28 m². De qualquer forma, pelo menos a área total das salas de aula foi aumentada em 27 m² neste mesmo ano de 1948.

Em relação ao que à época se considerava mais importante ou necessário para o bom funcionamento de uma escola, tem-se nos relatórios a quantidade apenas de salas de aula e de sanitários. Nesse sentido, de 1944 a 1946 existiam no Colégio Santo Antônio, 7 salas de aula e 10 sanitários (uma média de 1,3 sanitários por sala). Entre 1948 e 1953 passou a existir 8 salas de aula e 12 sanitários (uma média de 1,4 sanitários por sala); já em 1957 e 1958 constava nos relatórios apenas o número de salas de aula, o qual aumentou em relação ao período anterior para 14 e depois diminuiu para 13 respectivamente. Pelas informações, de 1953 a 1956 não houve mudanças.

Em complemento a este e outros quadros, foi retirado da crônica das IFD, — as quais se deslocaram de Cabo Frio para Duque de Caxias, — trechos que descrevem, de certa forma, como foi o processo de construção e reformas pelas quais o Colégio Santo Antônio passou, desde sua fundação, em 1942, até meados de 1960.

Na festa de nosso Seráfico Pai Francisco, no ano de 1941, festa jubilar da existência de 700 anos de nossa Congregação, foi lançada a pedra fundamental do nosso “Colégio Santo Antônio”. Recebeu este nome tradicional da escola dos padres franciscanos, a qual funcionava no salão paroquial. [...] Durante a alocução do Sr. Vice-Prefeito Cavalcante⁶³, o primeiro caminhão de tijolos entrou no pátio, mandado como brinde da prefeitura. [...]

Como a construção do Colégio ainda não foi acabada, [...]. No sobrado do salão paroquial dávamos diariamente aulas para o curso de admissão, preparando os alunos para o exame de 2ª época. [...]

No dia 2 de fevereiro [de 1942]* foi festejada a inauguração do Colégio [...].

Como os alunos do Curso Comercial de Cabo Frio queriam continuar e concluir seus estudos em nossa escola e por causa de outras solicitações, resultou a necessidade de um internato. [...]

Nos meses seguintes o número de alunos cresceu constantemente. [...] Portanto foi necessário providenciar um novo aposento, ao lado da lavanderia, num muro limite, foi construída uma sala de aula. O lugar do Internato foi muito limitado. Uma sala de aula serviu como dormitório; um abrigo de refeitório. No mês de janeiro, época de férias, este abrigo foi aproveitado para a construção do internato. Até o término foi usada uma sala longa e estreita em frente da capela. Mais tarde foi dividida por meio de uma parede de madeira, ganhando assim 2 parlatórios e um quarto. [...]

Para conseguir a autorização de transferência do Curso Propedêutico foi exigida uma sala especial de Física e Química e de História Natural, as quais foram construídas em outubro. Ao mesmo tempo foi obtido um lavatório para os internos. [...]

[Em 1942] tivemos uma luta dura com a água; pois o motor da bomba d'água não deu conta do poço com a profundidade de 20m. Inúmeras vezes não funcionou e nós estávamos no “seco” com nossas 20-30 internas e os 300 alunos.

[Em 1943] Um mecânico alemão⁶⁴ colocou uma nova bomba com novo motor por CR\$ 4.500,00. Sr. João cavou o poço 80 cm mais fundo. Graças a Deus, a falta d'água foi remediada. [...]

Mais uma vez devemos acrescentar e construir um pedacinho para termos:

1º - um lugarzinho para nossa nova candidata e

2º - dois quartos de enfermaria para os internos

Uma parede divisória no internato existente forneceu os aposentos necessários.

Anexa a sala de Física devia-se construir o refeitório das crianças.

Início da construção: 27-12-1943.

Término: em fevereiro de 1944. [...]

A nova construção foi executada de maneira que cada Irmã recebeu um quarto individual. O refeitório das crianças foi transformado em três quartos e uma enfermaria. Um anexo, construído ao lado da sala de Física, serviu de refeitório com lavatório para as internas. Um outro anexo ao lado da caixa d'água tornou-se sala de trabalho manual. Mais

⁶³ Trata-se de Tenório Cavalcante, ou Natalício Tenório Cavalcante de Albuquerque, mais conhecido como “O Homem da Capa Preta”, era uma figura emblemática e polêmica de Duque de Caxias. Conhecido por resolver suas desavenças “à bala”. Teve inclusive sua história contada em um longa metragem protagonizado por José Wilker.

* O que está em itálico foi inserido por nós, para facilitar o entendimento do leitor, os grifos são da(s) autora(s) da crônica.

⁶⁴ Retomar no Capítulo I, os apontamentos a respeito da imigração.

uma pequena ampliação da pequena varanda, em frente da capela, foi aproveitada para guardar os sacos de roupa das internas. E para que as últimas pudessem no tempo de chuva passar de pé enxuto para as salas de aula, foi ligado o refeitório e o dormitório com o prédio da escola por meio de uma varanda coberta.

[...] Novamente construiu-se um pouco: um quarto para escrever à máquina, um banheiro e um lavatório para as internas.

Em junho [de 1945] enfrentamos a construção de um muro de 50 m de comprimento e 3 a 4 m de altura em frente do Colégio. Em agosto foi terminada a obra. [...]

[1946] Começou com um susto e uma desgraça. No dia do Ano Novo, ao irmos à Igreja, veio um Senhor à portaria dizendo: “O muro está caindo”. Como há dias choveu torrencialmente e não acabava de chover, nada podia empreender-se para evitar o desastre. Nenhum trabalhador quis pôr a mão à obra para impedir a queda do muro, que, de fato sucedeu à noite de 3 a 4 de janeiro. [...] Toda a casa estremeceu, nós todas pulamos da cama; pálidas de susto aparecemos na varanda, vimos o ajuntamento de gente; com medo e angústia esperamos a libertação do homem que na casinha vizinha ficou enterrado no entulho. [...]

A queda súbita do muro pôs a casa em máximo perigo e assim devíamos agir mais depressa possível. Ainda na madrugada, [...] fomos ao Rio, a fim de descobrir uma firma construtora de confiança, o que conseguimos. Dois dias depois começou o trabalho. Foi uma firma alemã: Cia Administradora Sid. Federal. Em poucos meses o muro foi reerguido. Para dar mais segurança à casa, cimentou-se o pátio.

Afinal foram construídos mais três quartos para solucionar a falta de lugar. Toda a obra custou a soma gigantesca de CR\$ 430.000,00 que devíamos amortecer em prestações mensais de CR\$ 10.000,00 a CR\$ 15.000,00. Foi para desanimar. [...]

No meio do ano [de 1947] fizemos um requerimento ao Ministério da Educação para que em nossa escola pudesse funcionar um Ginásio. Em dezembro veio um Inspetor, a fim de examinar as salas de aulas, o material didático, o campo de Educação Física, dando seu parecer às autoridades competentes. [...] conseguimos o reconhecimento do Ginásio Santo Antônio. Isto significou não apenas um aumento de trabalho, mas também um peso financeiro; pois muita coisa devia ser adquirido como, por exemplo, objetos de Educação Física, aparelhos de Som, discos, instalações de choveiros, bebedouros etc. [...]

[...] no mês de julho [de 1948]: Depois de 7 anos recebemos a escrituração definitiva da nossa casa, que foi embaraçada devido à 2ª guerra e outras circunstâncias.

[...] Quase ao mesmo tempo acabamos com o pagamento das prestações do muro que desabou em 1946. Assim podíamos, de fato, respirar com mais alívio. Em 2 anos e meio conseguimos amortecer a grande dívida de CR\$ 433.000,00. [...]

A falta de lugar tornou-se cada vez mais perceptível e assim realizamos em novembro os nossos planos, há muito tempo idealizado para ampliar a nossa casa. Como a planejada construção de um sobrado em cima da casa existente não foi possível por motivos vários, pensou-se numa construção nova, que deveria conter uma capela e um sobrado com quartos para as Irmãs. No fim de novembro começou-se com os alicerces. Foi necessário munir com paciência; pois a obra não progredia como desejávamos. Devemos contentar-se após 12 meses conseguiríamos entrar na nova casa.

Devido a visita da Vice-Geral, Ir. Siegmunda, devia arrumar-se um lugar. Assim, no início de junho já mudamos para 6 quartos da nova casa, apesar que faltaram as portas da casa. Aqui no Brasil dá-se um jeitinho em tudo. [...]

[1950] [...], na Páscoa mudamos para a nova casa e a capela.
[...] Dormir no 2º andar, todas as Irmãs sentiam isto como grande benefício. A inauguração oficial e solene não se realizou por enquanto, pois ainda faltaram várias coisas e os trabalhos de acabamento foram incompletos; faltou a pintura e umas janelas.

Um grande progresso foi a construção do muro que cercava todo o nosso terreno. Afinal conseguimos proteger-nos contra a vizinhança com suas galinhas, seus cachorros e gatos. Assim foi possível organizar uma horta, a qual foi cuidada com zelo e amor pela Ir. Reinsindis.

Um bom número de novas árvores frutíferas fornecerão para o futuro sombra e frutas. [...]

[1952] Um telegrama do Ministério de Educação, avisava que viria uma fiscalização para o nosso Ginásio, a fim de verificar se as condições impostas estavam sendo cumpridas; pois delas dependia a continuação do Curso. Com isto tornou-se absolutamente necessária a ampliação da nossa escola. Mas sem os recursos financeiros à disposição, a decisão foi uma coisa muito difícil. Mas a confiança em Deus e o apelo do Ministério de Educação encorajaram-nos a elaborar um plano.

A casa central devia ser demolida para construir em lugar dela um edifício de 3 andares. Segundo as prescrições do Ministério de Educação exigiu ser 4 salas de aula, 9 salas especiais, um auditório, etc. Com grande susto somamos conhecimentos de orçamentos de diversos construtores, pois parecia-nos impossível lançar-nos em tão grandes dívidas. Afinal aceitamos a oferta de um construtor que apresentou condições de pagamentos mais favoráveis. A soma total montou em CR\$1.552.501,00. Em dezembro, as negociações chegaram ao ponto de demolir a casa central. E parecia que foi providencial, pois a casa estava para ruir a qualquer momento e um desabamento súbito podia causar grandes desgraças.

A construção, iniciada no mês de janeiro [de 1953], está progredindo. O que exige em sacrifícios e força de nervos é indizível. Dar aulas ao lado do barulho das máquinas, das marteladas e batidas excede quase as forças humanas. [...] Depois de vários empréstimos de bancos: 90 e 50 contos, conseguimos, a partir de julho, do Banco Predial do Rio uma soma de 800 contos em parcelas mensais de 100 contos. Isto foi a nossa salvação, senão a construção devia parar no 1º andar. O juro é de 12% e as prestações mensais são de 25 contos. O negócio é pesado, mas é o único jeito.

Como a nossa candidatura já contou 17 meninas, tornou-se necessário criar também um espaço para estas jovens. No 3º andar, ao lado do auditório foi planejado um refeitório, um dormitório, uma enfermaria e um quarto para a coordenadora da candidatura. [...] No mês de dezembro mudamos para a casa nova, ainda não acabada, pois a falta de lugar foi grande.

[1954] Nossa querida e mui estimada Madame Sofia da Silva Souza doou-nos uma estátua de São Francisco. No hall em baixo encontramos o nosso santo fundador da Ordem muitas vezes no decorrer do dia, lembrando-nos do alto: “Sursum corda”. A grande cruz no hall da entrada é também um presente da mesma benfeitora. [...]

[1955] Foram retirados os “últimos restos” da construção, as salas encerradas de maneira que no dia seguinte os três inspetores passaram contentes de sala em sala. Seu parecer foi favorável e depois de umas semanas tivemos em mãos o documento da concessão definitiva do Ginásio. [...]

Por causa da grande seca do ano, surgiu uma preocupação fundamental: Como conseguir água? Chegamos a conclusão de cavar um poço no lugar mais baixo, na entrada do Colégio. Depois de 10 m

de profundidade apareceu água. Com mais de 1 ½ m de cavação o poço forneceu diariamente 3.000 litros d'água. Infelizmente a água não é potável, mas é um benefício impagável para a limpeza. Mil vezes graças ao bom Deus! [...]

[1956] Depois de algumas semanas receosas de espera, conseguimos tirar os caixotes, isentos de taxas de alfândega. Isso foi uma sorte especial e um desígnio do céu; pois o fundo deles ocultou vários objetos de valor, como um rádio, discos, uma máquina de escrever, um microscópio e outras coisas mais. [...]

Durante as férias [de 1957] foram reformadas e pintadas todas as janelas do prédio escolar. A reforma custou a notável soma de CR\$ 80.000,00.

O número crescente das noviças e das candidatas exigiu uma ampliação do prédio São José [em 1958]. Os dois andares existentes prolongar-se-ão por mais 8m para o fundo. Todo o prédio receberá um 3º andar e a capela prolongar-se-á para frente por mais 5m. A entrega da obra foi calculada para a festa de São Francisco. Ir. Willi Pelka, cunhado do Frei Anicet, antigo vigário da nossa paróquia, foi o construtor. Logo depois da vestição iniciou-se a obra. O orçamento foi calculado em 2 ½ milhões de cruzeiros. No entanto, havia um problema d'água; os nossos dois poços não fornecem água suficiente para a execução da obra.

Assim foi chamada a firma Janér para cavar um novo poço. Foi um trabalho duro até que conseguimos água. Afinal, depois de furar 60m de profundidade, apareceu água no dia 13 de fevereiro. [...] Agora temos água boa em abundância, pois o novo poço fornece 1.200 l d'água por hora. [...]

A construção, iniciada em janeiro, foi concluída em fins de novembro. Só Deus sabe das angústias e preocupações que passamos neste período de construção. Mas agora teríamos uma linda e ampla capela, uma verdadeira jóia preciosa, com chão de mármore, bancos novos, uma lamparina nova feita pelo irmão da Ir. Edelgard, e uma nova pintura. Um santuário convidativo para encontrar-se com Deus.

[...] Também o novo noviciado é acolhedor e as noviças sentem-se em família. Os quartos do 3º andar são bem arejados e ninguém sofre mais de falta de ar. No entanto, precisa-se de pernas fortes para subir aquelas escadas. No hall debaixo da parte dianteira da capela há uma gruta de Nossa Senhora de Lourdes e um nicho para o presépio.

[1960] [...] buscaram a Madre Geral no aeroporto. Ao som do Magnificat entrou na nova capela, festivamente ornada e se alegrou. De mesma forma admirou os quartos amplos e arejados na construção nova, onde ficou alojada. (STAMMLER, 1941-1962).

Além do que foi feito, em termos de salas de aula e outros espaços necessários para o funcionamento da instituição, é possível perceber a preocupação constante que as IFD tinham quanto a espaços de moradia para si e para possíveis candidatas à vida religiosa. Além disso, ainda chegou a funcionar na escola um internato e um semi-internato, inicialmente devido aos alunos de Cabo Frio que as acompanharam quando transferiram suas atividades educacionais para Caxias.

Pela descrição, é possível apontar a quantidade de aposentos individuais que, por mais separados que estivessem das salas de aula, estavam construídos intramuros, ligados de alguma forma ao Colégio. O que é indicativo de uma possível vigilância aos

alunos por parte das Irmãs por um lado e, por outro, é também indicativo da dedicação que tais Irmãs deviam ter na promoção do bom funcionamento da Instituição educacional. Provavelmente o Colégio Santo Antônio foi inaugurado de acordo com as especificações relativas a 1944, dispostas no QUADRO 14 e enviadas em relatório para o Ministério da Educação e Saúde.

Se o QUADRO 7, no 1º capítulo, for tomado como referência, o qual aponta para a quantidade de alunos existentes em cada curso e ano das duas escolas em questão, tem-se uma noção dos problemas de espaço físico vivenciados pelas Irmãs Franciscanas de Dilligen, e que possivelmente as “obrigou” às inacabáveis reformas. Se, por exemplo, no Colégio Santo Antônio, o número de alunos matriculados pulou de 99 para 401 alunos no primeiro ano de seu funcionamento (1942) só para o Curso Primário, e isso para 7 salas de aula, daria uma média de 57,28 alunos em cada uma.

Chama a atenção nos trechos transcritos: 1º) o problema da falta de água, perceptível também na imprensa local; e 2º) o fato de que, por duas vezes, a solução para dois problemas sérios — a reconstrução de um muro em bases sólidas, e o conserto do motor de uma bomba d’água — foi buscada pelas Irmãs (alemãs), em prestadores de serviços também alemães. Teria sido mera coincidência, ou a crença de que os melhores profissionais, os mais sérios e éticos não poderiam ser encontrados entre brasileiros ou profissionais de outras etnias? Talvez seja um sinal de que realmente naquela região haviam se estabelecido muitos imigrantes (alemães). Ou ainda a escolha por tais profissionais por parte das Irmãs se justifique pela facilidade que teriam em falar a mesma língua.

Da mesma forma, quando da fundação do atual Colégio Santa Maria em 1940, o qual funcionava inicialmente numa casa improvisada (não há notícia sobre o número de cômodos), as IFD tiveram que abrigar 312 alunos do Curso Primário. Infelizmente não se sabe se o mesmo funcionava em mais de um turno. Suponha que na casa houvesse 05 cômodos (de metragens diferentes, transformados em salas de aula), supondo uma sala para cada série do então Curso Primário, haveria uma média de 62,4 alunos por sala; isso sem considerar que geralmente as primeiras séries muitas vezes possuíam mais alunos que as últimas, o que superlotaria ainda mais umas salas do que outras; sem falar nos materiais básicos que certamente deviam ser improvisados, a começar pelas carteiras.

A seguir estão transcritos alguns trechos a respeito também das reformas e construções, desta vez retirados da crônica escrita pelas IFD que foram de Cabo Frio para São João de Meriti, e que dizem respeito ao Colégio Santa Maria:

[...] As referidas religiosas chegaram a esta cidade [*de São João de Meriti*] [...] no dia 26 de Dezembro de 1939 [...].

Entrementes o Vigário procurava um prédio onde pudesse abrigar as 6 religiosas que viriam, e que ao mesmo tempo servisse, embora que provisoriamente como local para as primeiras aulas.

Foi feliz o Vigário nessa empreitada tendo encontrado grande casa com enorme área de terreno, onde seria construído, em futuro próximo, o prédio do Colégio.

A localização do imóvel não podia ser melhor, pois fica situado dentro do perímetro mais densamente povoado desta localidade.

Dessa forma, contando já com os elementos necessários para o funcionamento, o Colégio foi considerado fundado no dia 13 de fevereiro de 1940.

Não foi tarefa fácil acomodar inúmeras crianças em uma casa de família improvisada agora em escola.

[...] Como dormitório provisório as Madres ocuparam um barracão existente nos fundos do prédio e que durante os dias chuvosos gotejava; o que serviu para pôr a prova o conhecido espírito de abnegação e humildade das Filhas de São Francisco.

As aulas tiveram início no dia 1º de março [...]

Dois dias depois o Vigário benzia a pedra fundamental para a construção do novo Pavilhão Escolar. [...]

Finalmente no dia 28 de Abril de 1940 a obra dada como concluída foi solenemente inaugurada. [...]

Neste início de ano [*1941*] foi construída a varanda em frente às salas de aula, obra que estava fazendo falta na construção primitiva, por isso que, pela manhã o sol entrava nas salas causando mal estar geral. [...]

No dia 18 de Julho [*de 1943*] foram compradas 4 casas paroquiais, na mesma Rua Amazonas, junto ao Liceu. [...]

Durante o período de férias [*em 1944*] que se seguiu, foram executadas várias obras nas acomodações do Liceu, como seja: colocação de janelas, novas pinturas, etc. [...]

Durante as férias do mês de Junho [*de 1946*], foram feitos vários concertos no reforço das paredes externas e concêrtos ao telhado do prédio do Liceu. Foram gastos nesses trabalhos, a quantia de CR\$ 10.000,00. [...]

No dia 30 de Junho [*de 1947*] foram feitos vários consertos na varanda. [...]

No dia 7 de Julho [*de 1948*] foi comprado um conjunto rádio Siemens que servirá ao futuro Ginásio. [...]

Mas o Liceu mudou o seu aspecto [*em 1949*], pois a parte ao longo da Rua São Pedro ficou demolida afim de levantar o futuro ginásio, com 2 pavimentos conforme mostram as plantas guardadas.

Nos meses seguintes foi cavado o fundamento formado por 70 sapatos cimentados e 42,5 m de cortina de cimento armado.

No dia 4 de maio, [...], foi a solene bênção do fundamento pelo [...] Vigário, Frei Paulino. Estiveram presentes ao ato os alunos da turma da manhã pedindo a bênção de [...] pela feliz continuação da obra iniciada. [...]

No dia 10 de setembro a alvenaria do novo Ginásio foi aproximadamente acabada. [...]

O princípio do abril *[de 1950]* trouxe diversas modificações.

Adquiriu-se novo material escolar mobiliando completamente duas salas de aula; uma com 28 carteiras-Duplas e a outra com 50 carteiras-Individuais para o Ginásio. [...] Além disso foram comprados 4 bonitos armários para a biblioteca escolar. Importaram as despesas CR\$ 31.695,00. [...]

No fim de outubro tivemos a 1ª visita do Inspetor Federal Dr. José Fernando Monteiro afim de verificar o Ginásio requerido.

Apesar da construção ainda incompleta foi o resultado mui satisfatório. [...]

Data histórica de suma importância foi o dia 25 de novembro *[de 1951]* na qual se realizou a solene inauguração do novo edifício: o Ginásio Santa Maria. Uns dias antes foi colocada uma imponente e bela, ao estilo arquitetônico adequada imagem de Nossa Senhora das Graças na torre do Ginásio. [...] depois de uma luta incrível de perto de 3 anos. [...]

Para maior conforto *[em 1961]* foi dividido o auditório em duas amplas e arejadas salas de aula onde funcionam as classes de maior nº de alunos. [...]

Pela primeira vez foi comemorado solenemente o “Dia das Mães” a 12 de maio *[de 1963]*, no novo auditório já quase instalado.

[...] A imponente construção do Auditorium Regina Pacis chegou finalmente ao término e nos primeiros dias de dezembro foram instaladas 288 poltronas. Êste alojamento, em harmonia com a instalação dos aparelhos de microfone, veio dar ao salão um aspecto solene e festivo. A inauguração do mesmo foi feita no dia 8 de dezembro, quando a 1ª turma de professoras desta escola realizava solenemente a sua Colação de Grau. [...] (KÖGHMAIER, 1940-1985).

Dessa maneira, semelhante ao que ocorreu no Colégio Santo Antônio, em Caxias, o Colégio Santa Maria em Meriti também passou por várias mudanças na sua área construída, que viu-se aumentada ao longo do tempo. Entretanto, não se notou nesta última crônica tanta preocupação com os aposentos das Irmãs e nem tampouco em relação a detalhes de reformas, o que evidencia a priorização de outras informações por parte da(s) autora(s).

QUADRO 15					
Propriedade/Condições de Utilização/Receita/Despesa/Valor dos Equipamentos COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1944 a 1953					
ANO	Proprietário	Condições	Receita	Despesa	Suposto Lucro
1944	Mitra Diocesana	Cedido gratuitamente	CR\$ 22.800,00	CR\$ 13.880,00	CR\$ 8.920,00
1946	Mitra Diocesana	Cedido gratuitamente	CR\$ 130.000,00	CR\$ 467.000,00 Sendo CR\$ 430.000,00 com melhorias nos equipamentos	(-) CR\$ 337.000,00
1948	Mitra Diocesana	Cedido gratuitamente	CR\$ 238.180,00	CR\$ 233.338,00 Sendo CR\$ 5.000,00 com melhorias nos equipamentos	CR\$ 4.842,00
1950	Mitra Diocesana	Cedido gratuitamente	CR\$ 440.633,00	CR\$ 428.434,00 Sendo CR\$ 310.961,00 com melhorias nos equipamentos	CR\$ 12.199,00
1951	Mitra Diocesana	Cedido gratuitamente	CR\$ 493.205,00	CR\$ 431.351,00 Sendo CR\$ 236.421,00 com melhorias nos equipamentos	CR\$ 61.854,00
1952	Mitra Diocesana	Cedido gratuitamente	CR\$ 495.000,00	CR\$ 470.000,00 Sendo CR\$ 236.421,00 com melhorias nos equipamentos	CR\$ 25.000,00
1953	Mitra Diocesana	Cedido gratuitamente	CR\$ 495.000,00	CR\$ 678.160,00 Sendo CR\$ 550.000,00 com melhorias nos equipamentos	(-) CR\$ 183.160,00
Fonte: Boletins de Informações arquivados no Colégio Santo Antônio, enviados para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, entre 1944 e 1961.					

É evidente que conforme aumentava a demanda manifesta por vagas no Colégio Santo Antônio, aumentava também sua receita. Por outro lado, é importante verificar, conforme QUADRO 15, que estava incluído nestas receitas o subsídio recebido do governo municipal. Quanto às despesas que em alguns anos ultrapassavam demasiadamente o valor das receitas, estas se justificam pelo custo das já propaladas reformas e/ou construções.

Percebam igualmente que a escola em questão, mais especificamente seu terreno, pertencia à Mitra Diocesana. Não ficou claro, nem a partir da crônica e nem pelos documentos encontrados, o exato momento ou em que circunstâncias o Colégio Santo Antônio passa a pertencer à sua atual mantenedora, que é a Sociedade Franciscana da Divina Providência.

QUADRO 16				
Recebimento de Subvenção em Cruzeiros, por Ano e Instância COLÉGIO SANTO ANTÔNIO - 1944 a 1961				
ANO	SUBVENÇÃO	UNIÃO	ESTADO	MUNICIPALIDADE
1944	SIM	X	X	CR\$ 4.800,00
1946	NÃO	X	X	X
1948	SIM	X	X	CR\$ 6.000,00
1949	SIM	X	X	CR\$ 10.800,00
1950	SIM	X	X	CR\$ 36.000,00
1951	SIM	X	X	CR\$ 40.000,00
1952	SIM	X	X	CR\$ 45.000,00
1953	SIM	X	X	CR\$ 45.000,00
1954	SIM	X	X	CR\$ 45.000,00
1955	NÃO	X	X	X
1956	Não Consta	Não Consta	Não Consta	Não Consta
1957	Não Consta	Não Consta	Não Consta	Não Consta
1958	SIM	X	CR\$ 35.000,00	Não Consta
1959	Não Consta	Não Consta	Não Consta	Não Consta
1960	NÃO	X	X	X
1961	Não Consta	Não Consta	Não Consta	Não Consta
Fonte: Boletins de Informações arquivados no Colégio Santo Antônio, enviados para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, entre 1944 e 1961.				

Notem que em 1950 o subsídio oferecido pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias aumentou consideravelmente em relação aos anos anteriores. Da mesma forma, é interessante ver que as IFD realmente não mediam esforços para melhorar os “equipamentos” do Colégio Santo Antônio; o ano em que menos se investiu foi em 1948, certamente por ter sido o mesmo ano em que acabaram de pagar a dívida (de mais de dois anos) relativa à reconstrução do muro, que havia caído em 1946.

Ao se destringir as despesas do QUADRO 15, é perceptível pelo QUADRO 17, a seguir, que 1948 e 1955 foram os anos em que se observam os maiores gastos com o pagamento de professores. Veja na seqüência, um trecho da crônica do Colégio Santo Antônio referente ao ano de 1948:

Um outro dia importante no mês de fevereiro foi o dia do exame de admissão ao Curso Ginásial. O nosso mui rigoroso Sr. Inspetor reprovou 11 das 43 candidatas o que muito sentimos; pois isto significou para nós também um prejuízo financeiro. Mas nada podíamos fazer a não ser pacientes, mostrando um rosto sorridente (STAMMLER, 1941-1962).

Talvez se pudesse afirmar que pelo fato de muitas terem sido os(as) candidatos(as) reprovados(as) no referido exame naquele ano, se resolveu investir na

docência, ou ao se pagar melhores salários aos docentes já contratados ou ao se contratar outros mais qualificados.

QUADRO 17							
Despesas Diversas em Cruzeiros (CR\$)							
COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1944 a 1961							
ANO	Bolsas e Isenção de Matrícula	Custeio de Laboratórios	Livros, Mapas, etc. e Objetos de Museu	Remuneração dos Professores	Melhorias do Equipamento Escolar	Outras Despesas	TOTAL de Despesas
1944				13.680,00			13.880,00
1946			3.000,00	37.000,00	430.000,00		470.000,00
1948	12.000,00	10.000,00	20.000,00	141.338,00	50.000,00		233.338,00
1949							
1950	19.530,00		17.534,00	80.409,00	310.961,00		428.434,00
1951	29.760,00			76.697,00	236.421,00	88.473,00	431.351,00
1952	30.000,00		80.000,00	60.000,00	200.000,00	100.000,00	470.000,00
1953	40.000,00		8.000,00	65.160,00	550.000,00	15.000,00	678.160,00
1954							
1955	26.000,00	10.000,00	15.000,00	171.500,00	15.000,00	349.433,00	586.933,00
1956							
1957							
1958							
1959							
1960				22.450,00	410.000,00	5.260.000,00	5.692.450,00
1961							
TOTAL	157.290,00	20.100,00	143.634,00	668.234,00	2.202.382,00	5.812.906,00	9.004.546,00
Fonte: Boletins de Informações arquivados no Colégio Santo Antônio, enviados para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, entre 1944 e 1961.							

Quanto a 1955 foi verificado que duas Irmãs professoras, por motivo de doença, tiveram certamente que ser substituídas por outros profissionais, o que também pode justificar o aumento das despesas com remuneração de professores.

[...] Na última semana de janeiro, Deus tomou Ir. Reintrudis na sua escola de sofrimentos. Mas Dr. Leônidas Cortes restabeleceu suas forças através de uma intervenção cirúrgica. Infelizmente, uma pneumonia atrasou sua convalescença. [...]

No mês de novembro, Deus visitou-nos mais uma vez com um caso de doença. Ir. M. Florésia devia submeter-se a uma operação de estômago. A mão hábil do nosso grande benfeitor, Dr. Leônidas Cortes, restabeleceu sua saúde novamente, Graças a Deus! O processo de convalescença prolongou-se um pouco de maneira que até o fim do ano escolar não dava mais aula [...] (STAMMLER, 1941-1962).

Mas sem dúvida, o que realmente deve ter pesado no orçamento foi o Curso Normal que entrava então em seu segundo ano de funcionamento (iniciou em 1954), o qual demandava profissionais com formação e conhecimentos específicos, mais dispendiosos que aqueles que não tinham nenhum diferencial.

Em relação às isenções de matrículas e bolsas de estudo, não se trata de uma despesa com a qual as IFD tiveram que arcar; melhor dizer que se tratava do que elas deixaram de lucrar. Lembrar que os subsídios recebidos tinham enquanto contrapartida o oferecimento — pelas instituições educacionais particulares — de vagas para bolsistas integrais ou parciais. O Quadro 17 revela que as despesas com bolsas e isenções eram bastante irrisórias em relação ao total, ou seja, ficavam entre 5% e 8% em relação ao total de despesas, o que evidencia que o Colégio Santo Antônio, no caso, reforçava o sistema educacional afunilado e seletivo. Será retomado o debate a respeito dos alunos bolsistas no subitem deste Capítulo III que trata do Público Alvo das escolas dirigidas pelas IFD.

De acordo com o QUADRO 18, a seguir, em momento nenhum faz referência ao regime de Internato ou Semi-internato, cuja existência ou funcionamento é evidente na leitura das crônicas que dizem respeito ao Colégio Santo Antônio.

QUADRO 18 (continuação)									
Funcionamento dos Cursos									
COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1948-1961									
ANO	Curso	Turnos	Horário	Regime	Corpo Docente	H	M	Valor Matrícula	Mensalidades Anuidades
1950	Ginasial	1 Turno	Das 7:15 às 11:40	Externato	8	2	6	CR\$ 100,00	Anuidades
									1ª CR\$ 1.000,00
									2ª CR\$ 1.080,00
									3ª CR\$ 1.080,00
1950	Comercial Básico	1 Turno	Das 7:15 às 11:40	Externato	8	2	6	CR\$ 100,00	4ª série
									Mensalidade
									CR\$ 90,00
1950	Primário	1 Turno	Das 8:00 às 11:40	Externato	8	2	6	CR\$ 20,00	Mensalidades
									1ª, 2ª e 3ª séries
									CR\$ 30,00
									4ª e 5ª séries
									CR\$ 40,00
1951	Ginasial	1 Turno	Das 7:15 às 11:40	Externato	10	2	8	CR\$ 100,00	Anuidades
									1ª CR\$ 1.020,00
									2ª CR\$ 1.080,00
									3ª CR\$ 1.080,00
									4ª CR\$ 1.200,00
1951	Primário	2 Turnos	Das 8:00 às 11:40 e Das 12:45 às 16:00	Externato	8	2	6	CR\$ 30,00	Mensalidades
									1ª CR\$ 40,00
									2ª CR\$ 45,00
									3ª CR\$ 50,00
									4ª CR\$ 55,00
									5ª CR\$ 60,00
1952	Ginasial	1 Turno	Das 7:15 às 11:40	Externato	10	1	9	—	Mensalidades
									1ª CR\$ 120,00
									2ª CR\$ 130,00
									3ª CR\$ 140,00
									4ª CR\$ 150,00
1952	Primário	2 Turnos	Das 8:00 às 11:40 e das 12:45 às 16:00	Externato	8	2	6	CR\$ 40,00	Mensalidades
									1ª CR\$ 60,00
									2ª CR\$ 60,00
									3ª CR\$ 60,00
									4ª CR\$ 60,00
									5ª CR\$ 60,00

QUADRO 18 (continuação)									
Funcionamento dos Cursos COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1948-1961									
ANO	Curso	Turnos	Horário	Regime	Corpo Docente	H	M	Valor Matrícula	Mensalidades Anuidades
1955	Ginasial	1 Turno	Das 7:00 às 12:00	Externato	12	2	10	CR\$ 150,00	Anuidades
									1ª CR\$ 1.800,00
									2ª CR\$ 1.900,00
									3ª CR\$ 2.000,00
									4ª CR\$ 2.100,00
1955	Primário	2 Turnos	Das 8:00 às 11:40 e das 12:45 às 16:00	Externato	—	—	—	—	—
1956	Ginasial	1 Turno	Das 7:00 às 12:00	Externato	14	1	13	—	Mensalidades
									1ª CR\$ 225,00
									2ª CR\$ 235,00
									3ª CR\$ 245,00
									4ª CR\$ 255,00
1956	Normal	2 Turnos	Das 7:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00	Externato	11	1	10	—	Mensalidade
									1ª CR\$ 280,00
									2ª CR\$ 300,00
									3ª CR\$ 330,00
1956	Primário	—	—	Externato	14	2	12	—	—
1957	Primário	2 Turnos	Das 8:05 às 11:40 e das 12:45 às 16:00	Externato	—	—	—	—	—

QUADRO 18 (continuação)									
Funcionamento dos Cursos									
COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1948-1961									
ANO	Curso	Turnos	Horário	Regime	Corpo Docente	H	M	Valor Matrícula	Mensalidades Anuidades
1957	Ginasial	–	–	–	–	–	–	–	–
1957	Normal	–	–	–	–	–	–	–	–
1958	Ginasial	1 Turno	Das 7:00 às 12:00	Externato	16	–	16	–	Mensalidades
									1ª CR\$ 550,00
									2ª CR\$ 550,00
									3ª CR\$ 550,00
1958	Normal	2 Turnos	Das 7:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00	Externato	–	–	–	–	Mensalidade
									1ª CR\$ 660,00
									2ª CR\$ 660,00
									3ª CR\$ 660,00
1958	Primário	2 Turnos	Das 8:05 às 11:40 e das 12:45 às 16:00	Externato	–	–	–	–	–

QUADRO 18 (continuação)									
Funcionamento dos Cursos COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1948-1961									
ANO	Curso	Turnos	Horário	Regime	Corpo Docente	H	M	Valor Matrícula	Mensalidades Anuidades
1959	Ginasial	1 Turno	Das 7:00 às 12:00	Externato	16	–	16	–	Mensalidades
									1ª CR\$ 550,00
									2ª CR\$ 550,00
									3ª CR\$ 550,00
									4ª CR\$ 550,00
1959	Normal	2 Turnos	Das 7:15 às 12:00 e das 12:50 às 17:00	Externato	10	–	10	–	–
1959	Primário	2 Turnos	Das 8:05 às 11:40 e das 12:45 às 16:00	Externato	–	–	–	–	–
1960	Ginasial	1 Turno	Das 7:00 às 12:00	Externato	15	1	14	CR\$ 1.200,00	Mensalidades
									1ª CR\$ 700,00
									2ª CR\$ 700,00
									3ª CR\$ 700,00
									4ª CR\$ 700,00
1960	Primário	2 Turnos	Das 8:05 às 11:40 e das 12:45 às 16:00	Externato	18	1	17	–	–
1960	Normal	2 Turnos	Das 7:15 às 12:15 e das 12:30 às 17:30	Externato	10	–	10	CR\$ 1.500,00	Mensalidade
									1ª CR\$ 800,00
									2ª CR\$ 800,00
									3ª CR\$ 800,00
1961	Normal	1 Turno	–	Externato	10	–	10	–	Mensalidade
									ou Anuidade?
									CR\$ 11.000,00
1961	Ginasial	1 Turno	Das 7:00 às 12:00	Externato	15	–	15	–	Mensalidade
									ou Anuidade?
									CR\$ 9.000,00
1961	Primário	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: Boletins de Informações arquivados no Colégio Santo Antônio, enviados para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, entre 1944 e 1961.

Fica claro também quais cursos eram oferecidos em cada ano e seus respectivos horários de funcionamento. Em 1944 só era oferecido o Curso Comercial Básico, que apesar de ser composto por 4 séries, neste ano só funcionavam as 3 primeiras; o que significa dizer que o mesmo já funcionava desde a fundação do colégio, em 1942. Este curso foi oferecido até o ano de 1950, no turno da manhã, ano este em que deixou de funcionar entre 8:00 e 11:15 quando passava para o horário das 7:15 às 11:40. O ano em que possuiu maior número de professores foi em 1949, com 12 professores, a maioria do sexo feminino.

Em 1946 já aparecia no quadro, além do Comercial Básico também o Primário, cuja matriz de 5 (cinco) anos, era dividida em fundamental (de quatro anos) e supletiva (ou complementar, de mais um ano); estrutura esta surgida com a Reforma Capanema ou Lei Orgânica do Ensino Primário, promulgada em 1946, *primeira iniciativa concreta do governo federal no intuito de traçar diretrizes gerais para esse nível de ensino*. (ZOTTI, 2004, p.114). O primário funciona no Colégio Santo Antônio até atualmente, claro que com outras nomenclaturas e estrutura, conforme recomendações do MEC. Funcionou apenas no turno da manhã até 1950 e em dois turnos desde então. Geralmente das 8:00 às 11:40 horas e depois também das 12:45 às 16:00 horas. O fato de não aparecerem informações a respeito do Primário em 1954, isso não significa que as irmãs deixaram de cobrar mensalidades ou mesmo que passaram a se dedicar apenas ao Ginásial, ao Comercial e ao Normal, desde então. Esta foi apenas uma lacuna nas informações encontradas. O número de professores variou de 7 (em 1944), a 18 (em 1960), com grande maioria de mulheres. Funcionava em 1946 apenas a 1ª série; em 1948, 1ª e 2ª séries; em 1949 três séries, em 1950 quatro séries e a partir de 1951, 5 séries. Isto pelo menos até a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961.

O Ginásial começou a funcionar a partir de 1948, em 1 turno, das 7:15 às 11:40 até 1953, e a partir de então de 7:00 às 12:00 horas. Chegou a possuir de 9 a 16 professores, na sua maioria do sexo feminino. Em 1948 funcionou apenas a 1ª série; em 1949 as duas primeiras; em 1950 funcionaram as três primeiras séries e o curso completo, ou seja, as quatro séries, a partir de 1951. De acordo com Zotti, tal estrutura adotada pelo Colégio Santo Antônio, que era do ensino secundário, *foi organizada nos moldes da reforma Couto Ferraz (1854) – o ginásio (ciclo fundamental), de quatro anos, como base para o colegial (ciclo complementar), de três anos*. (2004, p.108). Certamente que sofreu alterações com a LDB de 1961.

Em 1954 começa a funcionar ali também o 1º Curso Normal de Duque de Caxias, o qual teria uma demanda potencial a partir dos moradores da Baixada Fluminense. De acordo com Saviani,

[...] a consolidação das escolas normais no Brasil resultou de um longo, difícil e oscilante processo que só veio a atingir seu ponto de maturação nos anos 50 e 60 do século XX. No entanto, contrariamente à expectativa de que, uma vez consolidadas, essas instituições seriam mantidas e aperfeiçoadas como meio eficaz de formar professores, elevando-as do nível médio ao superior, a década de 1970 foi inaugurada com a desmontagem do “sistema” das escolas normais. Em seu lugar surgiram as Habilitações Específicas de 2º Grau para o Exercício do Magistério de 1º Grau (HEM), instituídas pelo artigo 30 da Lei nº 5.692/71 e regulamentadas pelo Parecer CFE nº 349/72. (ARAÚJO, FREITAS e LOPES, Orgs. 2008, p.08).

No Colégio Santo Antônio em Caxias, o Curso Normal surgiu tardiamente, justamente neste ponto de maturação, mais especificamente 119 anos depois de fundada a 1ª escola Normal no Brasil, coincidentemente no Estado do Rio de Janeiro (em Niterói). Enquanto tentativa de justificar este atraso, é importante levar em consideração todo o contexto local e regional, tanto o que foi tratado no Capítulo I, quanto o que está disposto no Capítulo II, este último a partir da imprensa escrita. Tratava-se de um Curso estruturado em 03 anos, mas que funcionou apenas a 1ª série em 1954, duas séries em 1955 e as três a partir de 1956. No início, em 1954, funcionava apenas no turno da tarde, das 13:00 às 17:00 horas. Depois passou a ser em dois turnos a partir de 1955, das 7:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas. Chegou a possuir de 8 a 11 professores, em sua grande maioria do sexo feminino. Há notícias sobre sua existência ainda em 1961.

Público Alvo

No que diz respeito ao público alvo, foi considerado tanto a nacionalidade dos alunos, quanto a profissão ou atividades exercidas por seus pais ou responsáveis, bem como a existência e quantidade de alunos bolsistas⁶⁵ ou não. Estes dois últimos critérios são indicativos do nível social e econômico dos mesmos. No geral, a sistematização dos

⁶⁵ A problemática referente a bolsas de estudo, foi previamente apresentada a partir da imprensa, no subtítulo do Capítulo II, intitulado “As Instituições Privadas ditam as Regras”.

dados neste subitem, busca possibilitar um panorama quanto a algumas características do grupo que as Irmãs Franciscanas de Dillingen alcançavam no setor educacional.

Neste sentido, o QUADRO 19 a seguir, apesar de incompleto, é indicativo da quantidade de alunos estrangeiros que estudavam no Colégio Santo Antônio. Ao se considerar as informações a respeito da quantidade total de matrículas, no QUADRO 7, se haviam 786 (setecentos e oitenta e seis) alunos matriculados em 1948, destes, apenas 1 (um) aluno não era brasileiro. Em 1949, de 705 (setecentos e cinco) alunos, apenas 8 (oito) não eram brasileiros. Em 1950, de 846 (oitocentos e quarenta e seis) alunos, 9 (nove) eram estrangeiros. Somente em 1957, o número de alunos de outras nacionalidades foi maior, num total de 20 (vinte); e justamente neste ano não foram encontradas informações a respeito do número total de matrículas no Colégio Santo Antônio. Neste caso, ao saber que em 1956 haviam 939 (novecentos e trinta e nove) alunos matriculados e em 1962 este número subiu para 1.049 (um mil e quarenta e nove), então é possível que uma média de 1.000 (mil) alunos tenha estudado ali em 1957, dos quais, como já se disse, 20 (vinte) eram estrangeiros. Seria interessante retomar os 04 (quatro) primeiros Quadros, dispostos no capítulo I, referentes à imigração.

QUADRO 19			
Alunos(as) de outra Nacionalidade por Ano de Matrícula			
COLÉGIO SANTO ANTÔNIO - 1944 a 1961			
Ano	Alunas	Alunos	Total
1944	X	X	X
1946	X	X	X
1948	01 Portugal	X	1
1949	7	1	8
1950	6	3	9
1951	7	6	13
1952	09 Portugal e Argentina	X	9
1953	10	1	11
1954	2	X	2
1955	X	X	X
1956	8	2	10
1957	20	X	20
1958	Não Consta	Não Consta	Não Consta
1959	Não Consta	Não Consta	Não Consta
1960	Não Consta	Não Consta	Não Consta
1961	Não Consta	Não Consta	Não Consta
Fonte: Boletins de Informações arquivados no colégio Santo Antônio, enviados para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, entre 1944 e 1961.			

Em relação ao Colégio Santa Maria, nada foi encontrado a este respeito, no entanto, acredita-se que a porcentagem de alunos de outras nacionalidades que estudavam ali, não devia ser muito diferente do que foi encontrado no Colégio Santo Antônio. De qualquer maneira deve-se levar em consideração que o número de matrículas no Colégio Santa Maria, mais especialmente no Curso Primário, foi maior que no colégio Santo Antônio (Ver QUADRO 7).

No que diz respeito às profissões, estas foram encontradas nas fichas de alunos e livros de matrículas do Colégio Santa Maria, mas mesmo assim somente referentes ao ano de 1950. Conforme QUADRO 20, a seguir, as profissões eram as mais diversas, desde lixeiro e lavadeira até oficial da marinha. De qualquer maneira, grande parte dos pais dos alunos, eram trabalhadores subalternos, o que é demonstrativo de três possíveis situações: ou que a maioria da população da Baixada Fluminense realmente era composta pelas classes trabalhadoras, quando o pagamento das mensalidades ou anuidades escolares cobradas pelas IFD deviam ser proporcionais à média dos salários dos responsáveis; ou que aqueles pais que não tinham boas condições financeiras se sacrificavam para pagar as despesas com a escolarização dos filhos (lembrar que na Baixada haviam escolas públicas insuficientes, ou sem a mínima estrutura física ou pedagógica); ou ainda que o alvo das Irmãs Franciscanas de Dillingen e da Igreja (coadunados com as elites locais e governos), devia ser justamente esse público, o qual se queria doutrinar (catolicamente) desde a infância, de forma pretensamente conformativa e pacificadora⁶⁶.

⁶⁶ Ver: LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas-SP, 2ª Ed.: Papirus, 1986.

QUADRO 20 Profissões dos pais COLÉGIO SANTA MARIA 1950	
<p>2º Sargento da Marinha; 2º Sargento Militar; Açougueiro (2); Ajudante de caminhão; Ajudante de cozinha; Agente da Estação; Agente da estrada; Agente Fiscal; Ajudante de mecânico; Alfaiate; Ambulante; Arrumador; Auxiliar de Choffeur; Auxiliar do artifício; Barbeiro (3); Biscoiteiro; Boiadeiro;</p> <p>Cabo da Polícia (3); Cabofoguista; Cachoteiro; Caixeiro; Calçadeiro; Caldeireiro; Camponês; Carpinteiro (3); Carretos; Carteiro; Celão; Chafeur (12); Chauffeur da Polícia (17); Cheffe de Cozinha da Marinha; Cobrador; Comerciante (4); Condutor da Ligth; Confeiteiro; Conferente; Conferente da estrada; Conferente no Loyd; Contra-mestre (2); Contra-mestre de fábrica; Convergente; Corpo de Bombeiro (17); Correios e Telégrafos; Cozinheiro Militar (17); Dentista; Depósito da Marinha; Despachante; Dobografo; Doméstica; E. d. R. Gráfico; Eletricista; Empr. Light; Empreg. na Fábrica; Empregado de águas; Empregado Departamento de Estradas; Empregado do comércio; Empregado na tinturaria; Empregado no Hospital; Encarregador; Enfermeiro(a) (2); Enfermeiro-militar; Escriturário no Ministério da Fazenda; Escrivão (2); Estampador; Estivador; Estucador; Fachineiro; Faqueiro; Farmacêutico (2); Feirante; Feitor; Feitor de Estr.; Ferreiro (2); Ferreiro Soaleira; Ferroviário; Fiscal; Fiscal da Prefeitura; Fiscal da Prefeitura de Petrópolis; Foguista do Navio; Fotógrafo; Funcionário; Funcionário da Aeronáutica; Funcionário do Cais do porto ; Funcionário na Polícia; Funcionário público; Fundidor; Funileiro; Garçon; Gerente; Gráfico; Gravador; Guarda de dormit.; Guarda Municipal (2); Guarda-livro;</p> <p>Industriário; Inspetor a. L. (2); Inspetor de alunos; Inspetor Geral; Jardineiro; Jornaleiro; Lavadeira; Lavoura; Lavradeira; Leiteiro; Litógrafo; Lixeiro; Lustrador; Maleiro; Maquinista (2); Marcenaria (2); Marinheiro; Marítimo; Marmorista; Mecânico; Mercário; Mestre Padeiro; Metalúrgico; Motorista (3); Motorista da Marinha; Motorista de navio; Motorista do Exército; Motorneiro (2); Músico (2); Músico da Marinha; Negociante; Negociante viajante; Oficial da Marinha; Oficial do Exército; Operário; Operário cerâmica; Operário da Marinha; Operário na fábrica; Operário no transporte; Operário rádio-oficina; Ortografismo; Padeiro (15); Passadeira; Pedreiro; Pintor; Politécnico; Pontador de Construção; Porteiro (2); Portuário; Radiotechnico; Recebedor de dinheiro da Ligth; Reformado da Marinha; Repartição de Governo; Sapateiro; Sargento; Sargento da Marinha; Serralheiro (2); Servente; Servente de M.; Servente de mesa; Servente na leitaria; Servente no Ministério da Fazenda; Serviço braçal; Soldado de Polícia; Soldador; Taifeiro; Taifeiro da Marinha; Tecelão (2); Telefônico; Tenente da Marinha; Tinturaria; Tipógrafo; Topógrafo; Torneiro; Torpedeiro; Trabalha na Construção Naval; Trabalha na fábrica de tecidos; Trabalha na fundição; Trabalha no escritório (2); Trabalhador; Trisiclista; Vag. Shell Mex; Vendedor; Vendedor de Leite; Vidraceiro; Vigia da Ligth.</p>	
Fonte: Fichas de alunos e Livro de Matrículas arquivados no Colégio Santa Maria em São João de Meriti-RJ.	

É notório igualmente a existência de profissões ligadas à marinha, tais como: construtores navais; taifeiros, sargentos, oficiais; estivadores, portuários e outros. No que diz respeito àquelas profissões mais declaradas pelos pais, cujos filhos estudavam no Colégio Santa Maria, temos que: em 1950 havia 15 padeiros; 17 “chauffeurs” da polícia; 17 cozinheiros militares e 17 bombeiros; nenhuma das outras profissões teve números tão representativos quanto essas. Salienta-se que muitas vezes havia irmãos estudando ali; portanto, uma determinada profissão podia ser citada mais de uma vez por se tratar de um mesmo pai, praticamente impossível de ser detectado nas fontes.

Ainda no que diz respeito ao Público Alvo das IFD, encontrou-se registrado apenas na crônica localizada no Colégio Santo Antônio, em Caxias, a quantidade de alunos beneficiados de alguma forma, seja com isenção de matrícula, seja com a gratuidade total ou parcial, em cada ano e curso oferecido. Como é visível no QUADRO 21, algumas vezes anotava-se na crônica apenas o número de alunos “beneficiados” de uma maneira geral, não se especificando em que termos se dava este benefício. Em

1951, por exemplo, houve 37 alunos isentos de pagar a matrícula no Curso Primário, mas também há 25 “beneficiados” neste mesmo Curso e ano. Em 1952 houve 50 alunos com gratuidade total e mais 40 alunos “beneficiados” no Primário. Em 1953 houve 57 isentos de matrícula e mais 10 “beneficiados” no Curso Primário. Mas que significado teriam estes “benefícios”? Isso não fica claro. 1953 igualmente foi o ano em que se registrou o maior valor com isenção de matrículas e bolsas, conforme QUADRO 17, de CR\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros). Também é evidente a correspondência entre o curso que tinha maior número de “beneficiados” e aquele que tinha maior número de matrículas; era o caso do Curso Primário. Infelizmente no ano de 1955, não foi registrada a quantidade de bolsistas ou “beneficiados” no Curso Primário. Assim como não houve nenhum registro dessa espécie nos anos posteriores.

QUADRO 21						
Alunos Bolsistas por Curso/Série/Ano						
COLÉGIO SANTO ANTÔNIO						
Ano	Série/Curso	Isenção de Matrícula	Gratuidade Parcial	Gratuidade Total	Beneficiados	Total/Ano
1944	1ª Comercial Básico			3		5
	3ª Comercial Básico			1		
	Não Consta		1			
1949	Primário				60	73
	Ginasial				10	
	Comercial Básico		1	2		
1950	Primário				35	58
	Ginasial				22	
	Comercial				1	
1951	Ginasial			9	12	83
	Primário	37			25	
1952	Ginasial			13	9	112
	Primário			50	40	
1953	Ginasial			13	1	81
	Primário	57			10	
1954	Normal				3	109
	Ginasial		5	21		
	Primário		20	60		
1955	1ª Normal				6	20
	2ª Normal				1	
	1ª Ginásial				2	
	2ª Ginásial				3	
	3ª Ginásial				6	
	4ª Ginásial				2	
Fonte: STAMMLER, M. Adelheid. Crônica Duque de Caxias, 1941-1962. Colégio Santo Antônio: Duque de Caxias-RJ, pp.1-19.						

De qualquer forma, se o ano de 1954, por exemplo, for tomado como referência, ano este em que foram matriculados no Colégio Santo Antônio, só no Curso Primário, 681 alunos, e se destes, 60 obtiveram gratuidade total, é possível afirmar que apenas 8,8% desses alunos não tinham condições financeiras para estudar ali? Se as profissões dos pais forem tomadas como referência não; visto tratar-se de cargos subalternos, assalariados, é mais razoável afirmar que as mensalidades cobradas não oneravam o orçamento familiar dos discentes. Lembrar que se tratava de uma escola confessional, dirigida por uma Congregação Franciscana. Seria interessante retomar o subitem *As Instituições Privadas Ditam as Regras*, do Capítulo II, o qual trata das subvenções recebidas pelas escolas particulares e bolsas concedidas pelas mesmas, a partir de informações constantes da Imprensa local à época.

Da mesma forma, como se vê, a maioria dos alunos que se beneficiavam das bolsas de estudo, eram principalmente os do Curso Primário, justamente aqueles cuja faixa etária compunha também o Público Alvo da catequese. Talvez também por isso, tais Colégios prioritariamente “femininos”, aceitassem meninos até a 3ª série do Ensino Primário (conforme QUADRO 25); tempo suficiente para se atingir, com a doutrinação católica, um número maior de pessoas. Mesmo porque a preparação para a 1ª Comunhão, como ainda se verá no Capítulo V, se dava no máximo em um ano, não deixando de ser estratégico o aceite de meninos justamente e apenas nas primeiras séries. Por outro lado, não pode ser excluída a hipótese de que os meninos estudavam apenas até a 3ª ou 4ª séries primárias, por deverem colaborar, a partir de então, com o sustento das famílias.

Pelo que foi possível compreender através do Capítulo I, os Pioneiros da Educação Nova já se mostravam contraditórios entre si desde as décadas de 1920, 1930. Se, por um lado, pretendiam propagar uma escola cujos princípios eram a unidade, a universalidade e a gratuidade, por outro lado, admitiam o incentivo à iniciativa privada quando apontavam para a precariedade do Estado em disponibilizar recursos na criação e manutenção de escolas públicas. Quanto à Igreja Católica, esta não se dizia liberal, apesar de sua “bem aventurança” a reboque da legislação, pelo menos em termos de sua “missão” educacional e também apesar de se revelar empreendedora.

Diferente do projeto original da LDB e, retroativamente até da Constituição de 1937, em que a ação educacional do Estado tinha um caráter apenas complementar, no Projeto apresentado por Clemente Mariani, o direito à educação seria assegurado pelos pais ou responsáveis. Estes deveriam proporcionar educação às crianças, “por todos os meios ao seu alcance” e ainda “por parte do poder público ou iniciativa privada”, cuja responsabilidade seria por instituir escolas de todos os níveis. Para que fosse garantida tanto a gratuidade escolar estabelecida para o ensino primário oficial (extensível aos graus superiores e às escolas particulares), quanto a “variedade dos cursos e flexibilidade dos currículos”; o projeto outorgava, dentre outras medidas, vantagens aos estabelecimentos privados que admitissem alunos total ou parcialmente gratuitos e ainda propunha a concessão de bolsas, as quais deveriam assegurar a continuação dos estudos em instituições públicas ou particulares. (XAVIER, 1990, p.137). Em janeiro de 1954 publicava-se o seguinte comunicado:

Sendo o mês de janeiro o período destinado às inscrições dos concorrentes às matrículas gratuitas concedidas pelo governo do Estado, nos estabelecimentos particulares de ensino, a estudantes comprovadamente pobres (Constituição Estadual, art. 147), o secretário do Governo comunica aos interessados que o benefício está regulamentado por instruções, em vigor desde setembro de 1951. Assim é que as petições deverão conter todos os esclarecimentos mencionados, devendo os interessados fazer prova do alegado. Os requerimentos que não satisfizerem às exigências contidas naquelas instruções não serão considerados. E' indispensável o atestado de pobreza, firmado por autoridade judicial ou policial, com jurisdição na residência do menor, onde se declare o seu vencimento, mencionando outra fonte de renda, si houver, inclusive a do outro cônjuge, se este exercer também qualquer atividade remunerada; número de filhos, esclarecendo quantos vivem às suas expensas (*A Folha de Caxias*, 31 jan. 1954, p.03).

Pelo conteúdo, é possível perceber, no caso a partir do Estado do Rio de Janeiro, que houve uma regulamentação nesse sentido, com exceção de 1951; e que não era tão fácil assim conseguir isenção de matrícula ou mensalidades, o que evidencia que a garantia de gratuidade escolar estava longe de se tornar uma realidade, por maiores que fossem as vantagens certamente recebidas pelas instituições de ensino particulares.

Estrutura Organizacional

Nos anos de 1944 e 1946, o ensino de religião era facultativo ou livre, de acordo com a religião do aluno. Mais especificamente,

Art. 21. O ensino de religião constitui parte integrante da educação da adolescência, sendo lícito aos estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nos estudos do primeiro e do segundo ciclo.

Parágrafo único. Os programas de ensino de religião e o seu regime didático serão fixados pela autoridade eclesiástica. (DECRETO-LEI 4.244, 09/04/1942).

Depois disso, conforme QUADRO 22, em 1948, o ensino da religião católica no Colégio Santo Antônio passou a ser descrito como de caráter obrigatório. Porém, acredita-se que foi o decreto-lei 8.529, o que promoveu esta abertura ou “liberdade”, principalmente por parte das escolas confessionais, já que não eram as únicas a praticarem tal doutrinação:

Art. 13. É lícito aos estabelecimentos o ensino religioso. Não poderá, porém esse ensino constituir objeto de obrigação de mestres ou professores, nem de frequência obrigatória para os alunos. (DECRETO-LEI 8.529, 02/01/1946).

De qualquer maneira, como se tratava de uma instituição dirigida por uma Congregação Franciscana (não só o Colégio Santo Antônio, mas também o Santa Maria), partia-se do princípio que, cientes disso, os pais que matriculassem seus filhos em tais escolas seriam coniventes com a doutrina que se ensinaria ali, no caso, a católica.

QUADRO 22						
Caracterização Geral						
COLÉGIO SANTO ANTÔNIO (1944 a 1961)						
Ano	Nomenclatura	Ano de Referência	Entidade Mantenedora	Fins	Religião/ Caráter	Cursos Oferecidos
1944	Escola Comercial Santo Antônio	1944 05-01-1945	Congregação de Franciscanas	Educação e Instrução Religiosa	Católica/ Facultativo	Comercial Básico (4 anos) Primário (5 anos)
1946	Escola Comercial Santo Antônio	1946 02-01-1947	Congregação de Franciscanas	Educação e Educação Católica	Católica/ Facultativo	Comercial Básico (4 anos) Primário (5 anos)
1948	Escola Comercial Santo Antônio	1948 14-04-1949	Congregação de Franciscanas	Educação e Educação Católica	Católica/ Obrigatório	Primário (5 anos) Ginasial (4 anos) Comercial Básico (4 anos)
1949	Ginásio e Escola Comercial Santo Antônio	1949 09-02-1950	Congregação de Franciscanas	Educação Católica	Católica/ Obrigatório	Primário (5 anos) Ginasial (4 anos) Comercial Básico (4 anos)
1950	Ginásio e Escola Comercial Santo Antônio	1950 14-02-1951	Sociedade Franciscana da Divina Providência	Educação Católica	Católica/ Obrigatório	Primário (5 anos) Ginasial (4 anos) Comercial Básico (4 anos)
1951	Ginásio Santo Antônio	1951	Sociedade Franciscana da Divina Providência	Educação Católica	Católica/ Obrigatório	Primário (5 anos) Ginasial (4 anos)
1952	Ginásio Santo Antônio	1952 19-06-1953	Sociedade Franciscana da Divina Providência	Educação Católica	Católica/ Obrigatório	Primário (5 anos) Ginasial (4 anos)
1953	Ginásio Santo Antônio	1953 23-01-1954	Sociedade Franciscana da Divina Providência	Educação Católica	Católica/ Obrigatório	Primário (5 anos) Ginasial (4 anos)
1954	Ginásio Santo Antônio	1954 19-12-1954	Sociedade Franciscana da Divina Providência	Educação Católica	Católica/ Obrigatório	Normal (3 anos) Ginasial (4 anos) Primário (5 anos)
1955	Ginásio Santo Antônio e Escola Normal	1955 02-01-1956	Sociedade Franciscana da Divina Providência	Educação Católica	Católica/ Obrigatório	Normal (3 anos) Ginasial (4 anos) Admissão Primário (5 anos)
1956	Ginásio Santo Antônio e Escola Normal	1956 08-02-1957	Sociedade Franciscana da Divina Providência	Educação Católica	Católica/ Facultativo	Normal (3 anos) Ginasial (4 anos) Admissão Primário (5 anos)
1957	Escola Normal anexa ao Ginásio Santo Antônio	1957 10-12-1957	Sociedade Franciscana da Divina Providência	Educação Católica	Católica/ Obrigatório	Primário (5 anos) Ginasial (4 anos) Normal (3 anos)
1958	Ginásio Santo Antônio e Escola Normal	1958 23-12-1958	Sociedade Franciscana da Divina Providência	Educação Católica	Católica/ Obrigatório	Primário (5 anos) Ginasial (4 anos) Normal (3 anos)
1959	Ginásio Santo Antônio e Escola Normal	1959	Sociedade Franciscana da Divina Providência	Educação Católica	Católica/ Obrigatório	Primário (5 anos) Ginasial (4 anos) Normal (3 anos)
1960	Ginásio Santo Antônio e Escola Normal	1960	Sociedade Franciscana da Divina Providência	Educação Católica	Católica/ Obrigatório	Ginasial (4 anos) Normal (3 anos) Primário (5 anos)
1961	Ginásio Santo Antônio e Escola Normal	1961 18-12-1961	Sociedade Franciscana da Divina Providência	Educação Católica	Católica/ Obrigatório	Ginasial (4 anos) Normal (3 anos) Primário (5 anos)

Fonte: Boletins de Informações arquivados no Colégio Santo Antônio, enviados para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, entre 1944 e 1961.

E realmente, apenas as Irmãs e os Padres é que se responsabilizavam pelo ensino deste conteúdo (ver alguns dos responsáveis pelas diversas disciplinas no Capítulo IV), seja porque queriam seguir a legislação nacional à risca, seja por acreditarem que só aqueles que tivessem uma formação específica é que saberiam e ou poderiam “catequizar”. Desta forma, não era apenas porque a referida legislação prescrevia que deveria ser desta ou daquela maneira, o mais provável era por se tratar de uma regra ou predisposição da própria Igreja Católica.

Quanto à entidade mantenedora, já que a mesma dizia respeito não só ao Colégio Santo Antônio, mas também ao Santa Maria, esta foi oficialmente fundada no ano de 1949. Até esta data, nos documentos enviados ao Ministério da Educação, constava somente “Congregação de Franciscanas”.

É interessante perceber que, até 1948, deixava-se claro a existência de um ensino que seria o escolar, no caso, e um outro que seria o religioso ou católico. Entretanto, essa distinção parece se fundir a partir de 1949, na coluna que aponta para os fins daquela instituição. Ou seja, indicava-se a existência de uma educação única e exclusivamente católica; transparecia inclusive que os mais diversos conteúdos ensinados ali, teriam uma conotação religiosa. As nomenclaturas da Escola mudavam conforme era aprovado o funcionamento de um ou outro curso, um ou outro grau de ensino ou ainda de acordo com a legislação. Apenas o Curso Primário funcionou ali desde o início.

Em relação ao número de matrículas, conforme QUADRO 23, a seguir, construído a partir de documentos oficiais, e se o mesmo for comparado aos dados do QUADRO 07, construído a partir de informações contidas basicamente em crônicas, vê-se que em 1944, por exemplo, os números não batem. Pelas crônicas, somente no Primário foram matriculados 453 alunos no Colégio Santo Antônio. Em 1948, os números oficiais (646) se aproximam dos dados das crônicas (700), e apenas no que se refere ao Primário. Por outro lado, não se sabe a data exata em que tais informações foram sistematizadas e enviadas oficialmente ao Ministério da Educação; inclusive, se tais relatórios eram enviados no início de cada ano, até o final do mesmo as matrículas poderiam aumentar. Em 1949 esses números se aproximam mais, mas de qualquer forma, se comparados ano a ano, há disparidades evidentes e que devem ser consideradas numa análise mais profunda.

Fica evidente, de qualquer maneira, uma maioria de meninas em detrimento de meninos matriculados. Com certeza por se tratar de uma Congregação feminina, para

além de uma época em que, no geral, os homens tinham mais chances de estudos que as mulheres, é importante considerar a existência de Cursos oferecidos pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen, prioritariamente voltados para uma formação “doméstica” ou “para o Lar”. Era o caso do Curso de Corte e Costura no Colégio Santa Maria, cujos números, eram semelhantes.

QUADRO 23			
Nº de Matrículas/Ano Geral (somando todos os cursos)			
COLÉGIO SANTO ANTONIO			
ANO	Nº ALUNOS	Nº ALUNAS	TOTAL
1944	19	51	70
1948	215	431	646
1949	244	444	688
1950	231	508	739
1951	243	577	820
1952	164	593	757
1953	175	659	834
1954	160	847	1007
1955	147	795	942
1956	94	845	939
1957	85	522	607
1958	63	855	918
1960	51	794	845
1961	51	752	803
FONTE: Boletins de Informações arquivados no Colégio Santo Antônio, enviados para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, entre 1944 e 1961.			

Na busca por informações sobre o número total de matrículas também no Colégio Santa Maria, a partir infelizmente apenas das crônicas, montou-se o seguinte Quadro:

QUADRO 24			
Matrículas de 1940 a 1963 Geral e Por Curso Oferecido			
COLÉGIO SANTA MARIA			
ANO	CURSO	MATRÍCULAS	TOTAL
1940	Primário	312 alunos	
1940	Corte e Costura, datilografia, etc.	29 alunos	
1940	TOTAL GERAL		470
1942	TOTAL GERAL		650
1943	TOTAL GERAL		700
1944	TOTAL GERAL		700
1945	TOTAL GERAL		900
1946	TOTAL GERAL		1008
1949	TOTAL GERAL		955
1950	TOTAL GERAL		841
1951	Curso Ginásial	45	
1951	Curso Primário	815	
1951	Curso Corte e Costura	239	
1951	TOTAL GERAL		1099
1952	Primário	703	
1952	Costura	200	
1952	Admissão	44	
1952	Ginásial	80	
1952	TOTAL GERAL		1027
1953	Primário	484	
1953	Corte e Costura	169	
1953	Admissão	40	
1953	Ginásial	124	
1953	TOTAL GERAL		817
1954	Média Geral	700-800	
1955	Média Geral	700-800	
1956	Primário (202 Masc. E 48 Fem.)	660	
1956	Curso Secundário (Admissão)	55	
1956	Curso Secundário (Ginásial)	164	
1956	Curso Corte e Costura	103	
1956	TOTAL GERAL		982
1957	Primário (180 Masc. E 457 Fem.)	637	
1957	Corte e Costura	102	
1957	Admissão	60	
1957	TOTAL GERAL		962
1958	Primário	689	
1958	Ginásial	164	
1958	Corte e Costura	97	
1958	TOTAL GERAL		950
1959	Primário (173 Masc. E 536 Fem.)	709	
1959	Ginásial	157	
1959	Corte e Costura	100	
1959	TOTAL GERAL		966
1961	TOTAL GERAL		950
1961	Curso Normal (iniciado em 18-03-1961)	18 alunas	
1962	Primário	637	
1962	Secundário	252	
1962	Normal	40	
1962	Corte e Costura	75	
1962	TOTAL GERAL		1004
1963	Primário	645	
1963	Admissão	61	
1963	Ginásial	199	
1963	Normal	85	
1963	Corte e Costura	55	
1963	TOTAL GERAL		1045

Fonte: Crônica do Colégio Santa Maria 1940-1985, redigida por Ir. Raphaelis Köghmaier ou Ottilie Köghmaier.

Como se vê, sem o objetivo de fazer comparação entre as duas Escolas, os números totais de matrículas de um Colégio se aproximam muito do outro. Em relação ao sexo, no Colégio Santa Maria os números relativos foram discriminados apenas em 3 anos: 1956, 1957 e 1959 e apenas no Primário; e as matrículas femininas nestes anos superam sobremaneira as masculinas, assim como ocorria no atual Colégio Santo Antônio.

No QUADRO 25, a seguir, é possível verificar quais Cursos funcionavam (pelo menos oficialmente) no Colégio Santo Antônio em Duque de Caxias. Reparem que o Colégio foi criado no ano de 1942, quando já funcionava o Primário, além do Propedêutico e Admissão; no entanto, conforme se vê neste QUADRO 25, só se passa a informar oficialmente a respeito do Curso Primário a partir de 1948.

Ainda ao se tomar como referência o Curso *Primário* no ano de 1948, pelo QUADRO 07, construído a partir de informações das crônicas, neste ano haviam 700 alunos matriculados. No entanto, pelos dados “oficiais”, haviam apenas 584 alunos. E assim sucessivamente:

ANO	Crônica Quadro 7	Oficial Quadro 25
1948	700	584
1949	705	598
1950	727	615
1951	781	673
1952	Não consta	605
1953	Não consta	664
1954	681	Não consta
1955	622	681
1956	605	Não consta

Desta maneira, pelas diferenças visíveis, o mais prudente seria acreditar nos dados “oficiais”, mas por outro lado, se o Colégio foi fundado em 1942 e se a crônica faz referência à existência e funcionamento de um Curso Primário desde então, tais informações não devem ser de todo descartadas. Assim, é importante proceder com esta mesma análise comparativa dos dois QUADROS (07 e 25) em relação aos outros Cursos oferecidos no Santo Antônio.

QUADRO 25								
Cursos/Matrículas/Aprovações/Conclusões por sexo COLÉGIO SANTO ANTÔNIO (1944-1961)								
ANO	CURSO	SÉRIE	ALUNOS Matriculados	ALUNAS Matriculadas	TOTAL	ALUNOS Aprovados	ALUNAS Aprovadas	TOTAL
1944	Comercial Básico	1º	18	29	47	11	25	Não houve Formatura
		2º	X	6	6	X	6	
		3º	2	5	7	2	5	
		4º	Não Funcionava	Não Funcionava	Não Funcionava	Não Funcionava	Não Funcionava	
		Total	20	40	60	13	36	
1946	Comercial Básico	1º	4	18	22	4	17	6 mulheres (Auxiliar de Escritório)
		2º	6	12	18	3	8	
		3º	4	17	21	1	14	
		4º	X	6	6	X	6	
		Total	14	53	67	8	45	
1948	Ginásial	1º	X	32	32	X	25	Não houve Formatura
		2º	X	X	X	X	X	
		3º	X	X	X	X	X	
		4º	X	X	X	X	X	
		Total	X	32	32	X	25	
1948	Comercial Básico	1º	X	X	X	X	X	7 Mulheres (Auxiliar de Escritório)
		2º	X	8	8	X	8	
		3º	X	17	17	X	17	
		4º	X	7	7	X	7	
		Total	X	32	32	X	32	
1948	Primário	1º	106	134	240	93	110	8 Homens e 22 Mulheres concluíram o Primário
		2º	37	101	138	28	96	
		3º	33	62	95	35	57	
		4º	23	45	68	10	37	
		5º	7	27	34	8	22	
		Total	215	369	584	180	302	

QUADRO 25 (continuação)								
Cursos/Matrículas/Aprovações/Conclusões por sexo COLÉGIO SANTO ANTÔNIO (1944-1961)								
ANO	CURSO	SÉRIE	ALUNOS Matriculados	ALUNAS Matriculadas	TOTAL	ALUNOS Aprovados	ALUNAS Aprovadas	TOTAL
1949	Ginasial	1º	X	40	40	X	38	Não houve Formatura
		2º	X	28	28	X	27	
		3º	Não Funcionava	Não Funcionava	X	X	X	
		4º	Não Funcionava	Não Funcionava	X	X	X	
		Total	X	68	68	X	62	
1949	Comercial Básico	1º	Não Funcionou	Não Funcionou	X	Não Funcionou	Não Funcionou	17 Mulheres (Auxiliares de Escritório)
		2º	Não Funcionou	Não Funcionou	X	Não Funcionou	Não Funcionou	
		3º	X	8	8	X	8	
		4º	X	17	17	X	17	
		Total	X	25	25	X	25	
1949	Primário	1º	105	151	256	90	142	8 Homens e 10 Mulheres Concluíram o Primário
		2º	64	79	143	55	70	
		3º	32	81	113	32	68	
		4º	35	31	66	25	22	
		5º	8	12	20	8	10	
		Total	244	354	598	210	312	
1950	Ginasial	1º	X	60	60	X	47	Não houve Formatura
		2º	X	34	34	X	24	
		3º	X	22	22	X	18	
		4º	Não Funcionou	Não Funcionou	X	Não Funcionou	Não Funcionou	
		Total	X	116	116	X	92	
1950	Comercial Básico	1º	X	X	X	X	X	8 Mulheres (Auxiliares de Escritório)
		2º	X	X	X	X	X	
		3º	X	X	X	X	X	
		4º	X	8	8	X	8	
		Total	X	8	8	X	8	
1950	Primário	1º	100	169	269	78	147	3 Homens e 10 Mulheres concluíram o Primário
		2º	56	101	157	55	68	
		3º	48	74	122	43	57	
		4º	24	31	55	17	17	
		5º	3	9	12	3	10	
		Total	231	384	615	196	294	

QUADRO 25 (continuação)								
Cursos/Matrículas/Aprovações/Conclusões por sexo COLÉGIO SANTO ANTÔNIO (1944-1961)								
ANO	CURSO	SÉRIE	ALUNOS Matriculados	ALUNAS Matriculadas	TOTAL	ALUNOS Aprovados	ALUNAS Aprovadas	TOTAL
1951	Ginasial	1º	X	52		X	38	18 Mulheres concluíram o Ginásial
		2º	X	49		X	32	
		3º	X	27		X	18	
		4º	X	19		X	18	
		Total	X	147		X	106	
1951	Primário	1º	101	170	271	83	156	5 Homens e 10 Mulheres concluíram o Primário
		2º	43	121	164	38	93	
		3º	60	83	143	60	69	
		4º	34	45	79	29	40	
		5º	5	11	16	5	10	
		Total	243	430	673	215	368	
1952	Ginasial	1º	X	44	44	X	32	21 Mulheres concluíram o Ginásial
		2º	X	47	47	X	25	
		3º	X	40	40	X	33	
		4º	X	21	21	X	21	
		Total	X	152	152	X	111	
1952	Primário	1º	90	173	263	76	155	15 Mulheres concluíram o Primário
		2º	38	114	152	38	97	
		3º	36	89	125	36	78	
		4º	X	50	50	X	42	
		5º	X	15	15	X	15	
		Total	164	441	605	150	387	
1953	Primário	1º	93	190	283	74	165	13 Mulheres concluíram o Primário
		2º	48	118	166	48	106	
		3º	34	103	137	37	94	
		4º	X	64	64	X	56	
		5º	X	14	14	X	13	
		Total	175	489	664	156	439	
1953	Ginasial	1º	X	62	62	X	53	28 Mulheres concluíram o Ginásial
		2º	X	41	41	X	30	
		3º	X	33	33	X	21	
		4º	X	34	34	X	28	
		Total	X	170	170	X	132	

QUADRO 25 (continuação)								
Cursos/Matrículas/Aprovações/Conclusões por sexo COLÉGIO SANTO ANTÔNIO (1944-1961)								
ANO	CURSO	SÉRIE	ALUNOS Matriculados	ALUNAS Matriculadas	TOTAL	ALUNOS Aprovados	ALUNAS Aprovadas	TOTAL
1954	Normal	1º	X	23	23	X	20	Não houve Formatura
		2º	X	X	X	X	X	
		3º	X	X	X	X	X	
		Total	X	23	23	X	20	
1954	Ginasial	1º	X	62	62	X	42	25 Mulheres concluíram o Ginasial
		2º	X	59	59	X	43	
		3º	X	34	34	X	29	
		4º	X	28	28	X	25	
		Total	X	183	183	X	139	
1955	Normal	1º	X	18	18	X	17	Não houve Formatura
		2º	X	19	19	X	17	
		3º	X	X	X	X	X	
		Total	X	37	37	X	34	
1955	Ginasial	1º	X	64	64	X	50	27 Mulheres concluíram o Ginasial
		2º	X	40	40	X	36	
		3º	X	42	42	X	33	
		4º	X	28	28	X	27	
		Total	X	174	174	X	146	
1955	Primário	1º	99	174	273	83	165	24 Mulheres concluíram o Primário
		2º	42	117	159	41	110	
		3º	34	117	151	32	114	
		4º	X	72	72	X	68	
		5º	X	26	26	X	24	
		Total	175	506	681	156	481	
1956	Normal	1º	X	23	23	X	21	16 Mulheres formaram-se Normalistas
		2º	X	16	16	X	15	
		3º	X	19	19	X	16	
		Total	X	58	58	X	52	
1956	Ginasial	1º	X	98	98	X	73	29 Mulheres concluíram o Ginasial
		2º	X	50	50	X	38	
		3º	X	38	38	X	28	
		4º	X	35	35	X	29	
		Total	X	221	221	X	168	
Fonte: Boletins de Informações arquivados no colégio Santo Antônio, enviados para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, entre 1944 e 1961.								

No que se refere ao Curso *Comercial Básico*, parece que foi realmente em 1944 que ele começou a funcionar no Colégio Santo Antônio. Mas como se constata, os números oficiais também não correspondem identicamente aos números encontrados na

crônica, com exceção do último ano em que o Curso funcionou (1950), quando haviam apenas 8 (oito) alunos matriculados no total. É interessante notar que o número de matriculados cresceu, dois três anos após sua criação e depois decresceu, até que houve a necessidade de fechamento do mesmo; veja:

ANO	Crônica Quadro 7	Oficial Quadro 25
1944	62	32
1945	77	Não consta
1946	75	67
1947	62	Não consta
1948	56	32
1949	Não consta	25
1950	8	8

Quanto ao Curso *Ginasial*, criado no ano de 1947 e que realmente começou a funcionar em 1948, o único ano em que os números de matrículas se assemelham ao se comparar as informações oficiais e extra-oficiais, foi em 1956. É possível também verificar que houve uma procura crescente por este Curso ou grau de ensino desde que foi fundado até 1956, quando a partir de então, tudo indica que as matrículas diminuíram. Veja a comparação:

ANO	Crônica Quadro 7	Oficial Quadro 25
1948	30	32
1949	Não consta	68
1950	111	116
1951	140	147
1952	Não consta	152
1953	Não consta	170
1954	Não consta	183
1955	176	174
1956	221	221
1962	186	Não consta

Relativamente ao Curso *Normal*, já que o mesmo foi criado no ano de 1954, esta comparação ficaria da seguinte forma:

ANO	Crônica Quadro 7	Oficial Quadro 25
1954	23	23
1955	42	37
1956	58	58
1962	101	Não consta

Como se vê, o único ano em que o número de matrícula não corresponde é o de 1955. E dentro do período que se propôs estudar, percebe-se que houve também um aumento da demanda por tal Curso.

Outro aspecto importante visto no QUADRO 25, é em relação ao número de alunos por série, em cada Curso e ano, bem como a quantidade de formandos por ano em cada Curso. No geral, como se observa, o número de alunos nas primeiras séries de cada Curso era geralmente maior e decrescia nas últimas séries. As desistências eram ou pela necessidade de trabalhar para ajudar na renda da família ou devido à política de reprovação, que geralmente desanimava o aluno de continuar os estudos, enfim. Quanto ao número de formandos, para uma melhor visualização, construiu-se um novo QUADRO (26) a partir do anterior:

QUADRO 26				
Nº de Formandos por Curso				
COLÉGIO SANTO ANTÔNIO - 1944 a 1956				
Ano	Curso	Mulheres	Homens	Total
1944	Comercial Básico	Ainda não houve formatura	Ainda não houve formatura	X
1946	Comercial Básico	6	X	6
1948	Ginasial	Ainda não houve formatura	Ainda não houve formatura	X
1948	Comercial Básico	7	X	7
1948	Primário	22	8	30
1949	Ginasial	Ainda não houve formatura	Ainda não houve formatura	X
1949	Comercial Básico	17	X	17
1949	Primário	10	8	18
1950	Ginasial	Ainda não houve formatura	Ainda não houve formatura	X
1950	Comercial Básico	8	X	8
1950	Primário	10	3	13
1951	Ginasial	18	X	18
1951	Primário	10	5	15
1952	Ginasial	21	X	21
1952	Primário	15	X	15
1953	Primário	13	X	13
1953	Ginasial	28	X	28
1954	Normal	Ainda não houve formatura	Ainda não houve formatura	X
1954	Ginasial	25	X	25
1955	Normal	Ainda não houve formatura	Ainda não houve formatura	X
1955	Ginasial	27	X	27
1955	Primário	24	X	24
1956	Normal	16	X	16
1956	Ginasial	29	X	29
Fonte: Boletins de Informações arquivados no Colégio Santo Antônio, enviados para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, entre 1944 e 1961.				

Vejam que a maioria dos alunos que conseguiam se formar eram do sexo feminino, pouquíssimos do sexo masculino e, assim mesmo, apenas no Curso Primário.

Também é possível verificar a quantidade de alunos por sexo, Curso a Curso, ao se destringir de certa forma o QUADRO 25, além do QUADRO 26. Percebiam, por exemplo, que não estudavam alunos do sexo masculino nem no Curso Comercial Básico, desde seu início até sua extinção em 1950 e nem no Curso Ginásial, pelo menos até 1956, segundo dados oficiais. O Curso Normal geralmente se caracterizou por ser um curso feminino, mas não era diferente nos demais cursos do Colégio Santo Antônio. Em relação ao Primário, apenas na 4ª série, no ano de 1949 é que o número de alunos superou o de alunas: 35 do sexo masculino em detrimento de 31 do sexo feminino. É notório também que entre 1952 e 1955, no Curso Primário não havia nenhum aluno do sexo masculino matriculado nas duas últimas séries, ou seja, nas 4ª e 5ª séries. Dessa forma, fica claro que as Irmãs Franciscanas de Dillingen passaram a priorizar meninas a partir de 1952, visto que só aceitavam a matrícula de meninos até uma determinada idade ou somente até a 3ª série.

Currículos / Disciplinas

Em relação ao Curso Comercial Básico oferecido no Colégio Santo Antônio, houve algumas alterações entre 1944 e 1950. Em 1944 não havia Economia Doméstica, disciplina esta que foi acrescentada ao currículo em 1946. Por saber que o 4º ano só funcionou a partir de 1945, foi somente neste ano que o referido Curso existiu sem a Economia Doméstica, a qual era oferecida apenas na 4ª série.

Comercial Básico (1944):

Português: 1, 2, 3, 4; Matemática: 1, 2, 3, 4; Francês: 1, 2, 3, 4; Inglês: 2, 3, 4; Ciências Naturais: 3, 4; Geografia Geral: 1, 2; Geografia do Brasil: 3; História Geral: 2,3; História do Brasil: 4; Caligrafia: 1; Datilografia: 2, 3; Escrituração Mercantil: 4; Desenho: 1; Estenografia: 2, 3; Prática de Escritório 4.

Comercial Básico (1946):

Português: 1, 2, 3, 4; Matemática: 1, 2, 3, 4; Francês: 1, 2, 3, 4; Inglês: 2, 3, 4; Ciências Naturais: 3, 4; Geografia Geral: 1, 2; Geografia do Brasil: 3; História Geral: 2, 3; História do Brasil: 4; Caligrafia: 1; Datilografia: 2, 3; Escrituração Mercantil 4; Desenho: 1; Estenografia: 2, 3; Prática de Escritório: 4; Economia Doméstica: 4.

Em 1948 houve mais algumas mudanças, mas apenas de troca de disciplina de uma série para outra. Caligrafia, por exemplo, que era oferecida na 1ª série em 1946 passa a ser oferecida na 2ª série em 1948. Também desaparece a disciplina História do Brasil; Datilografia passa a ser oferecida apenas na 3ª série, visto que antes existia na 2ª e 3ª; Estenografia que da mesma forma era na 2ª e 3ª séries passa para a 4ª série apenas; a Prática de Escritório é suprimida e prevalece a Economia Doméstica.

Comercial Básico (1948):

Português: 1, 2, 3, 4; Matemática: 1, 2, 3, 4; Francês: 1, 2, 3, 4; Inglês: 1, 2, 3, 4; Ciências Naturais: 3, 4; Geografia Geral: 1, 2; Geografia do Brasil: 3; História Geral: 2, 3; Desenho: 1; Caligrafia: 2; Datilografia: 3; Escrituração Mercantil: 4; Estenografia: 4; Economia Doméstica: 4.

Em 1949, mais mudanças ocorrem. Há como que uma limpeza no currículo, o que o tornou mais enxuto, mais objetivo talvez. Ciências Naturais passa a ser apenas Ciências; se era oferecida apenas na 3ª e 4ª séries passa a ser oferecida em todas as séries do Curso Comercial Básico a partir de 1949. História Geral passa a ser apenas História e se era oferecida na 2ª e 3ª série, também torna-se presente em todas as quatro séries do curso. Geografia, que antes era dividida em Geral (1ª e 2ª série) e do Brasil (3ª série), igualmente passa a existir em todas as séries do Curso. A disciplina Desenho, desaparece do currículo. Caligrafia, que antes era oferecida apenas na 2ª série passa a existir na 2ª, 3ª e 4ª séries. Datilografia, que também era oferecida apenas na 3ª série, passa à 3ª e 4ª séries. Acrescenta-se a todas as séries do Curso a disciplina Religião, que não fora oferecida em nenhum ano anterior.

Comercial Básico (1949):

Português: 1, 2, 3, 4; Matemática: 1, 2, 3, 4; Francês: 1, 2, 3, 4; Inglês: 1, 2, 3, 4; História: 1, 2, 3, 4; Geografia: 1, 2, 3, 4; Ciências: 1, 2, 3, 4; Religião: 1, 2, 3, 4; Caligrafia: 2, 3, 4; Datilografia: 3, 4; Escrituração: 4; Estenografia: 4; Economia Doméstica: 4;

Finalmente, em 1950, a Datilografia que era oferecida nas duas últimas séries do Curso, passa a ser oferecida nas três últimas. A disciplina Ciências é diminuída de quatro para duas séries apenas (a 3ª e a 4ª).

Comercial Básico (1950):

Português: 1, 2, 3, 4; Matemática: 1, 2, 3, 4; Francês: 1, 2, 3, 4; Inglês: 1, 2, 3, 4; História: 1, 2, 3, 4; Geografia: 1, 2, 3, 4; Caligrafia: 1, 2, 3, 4; Religião: 1, 2, 3, 4; Datilografia: 2, 3, 4; Ciências: 3, 4; Escrituração Mercantil: 4; Estenografia: 4; Economia Doméstica: 4.

Posteriormente é possível verificar, ainda no Colégio Santo Antônio, as matrizes curriculares do Curso Primário. Ao que se percebe no QUADRO 27, a seguir, todas as disciplinas eram oferecidas nas cinco séries do Curso, pelo menos desde 1946. A partir de 1949, acrescentou-se Trabalhos Manuais, e prevaleceu assim até pelo menos o ano de 1961.

QUADRO 27		
Disciplinas ministradas no Curso Primário COLÉGIO SANTO ANTÔNIO		
1946	1948	1949 a 1961
Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática
História	História	História
Geografia	Geografia	Geografia
Ciências	Ciências	Ciências
Desenho	Desenho	Desenho
Cântico	Cântico	Cântico
Caligrafia	Caligrafia	Caligrafia
Religião	Religião	Religião
		Trabalhos Manuais
Fonte: STAMMLER, M. Adelheid. Crônica Duque de Caxias, 1941-1962. Colégio Santo Antônio: Duque de Caxias-RJ, pp. 1-19.		

Ainda a partir do Colégio Santo Antônio, em Duque de Caxias, também houve alterações na matriz curricular do seu Curso Ginásial entre 1948 e 1954. Foi apenas no ano de 1950 que todas as quatro séries do Curso eram oferecidas.

Ginásial (1948):

Português: 1; Latim: 1; Francês: 1; Inglês: 1; Matemática: 1; História: 1; Geografia: 1; Ciências Naturais: 1; Trabalhos Manuais: 1; Canto Orfeônico: 1; Educação Física: 1; Religião: 1.

Ginásial (1949):

Português: 1, 2; Latim: 1, 2; Francês: 1, 2; Inglês: 2; Matemática: 1, 2; História: 1, 2; Geografia: 1, 2; Trabalhos Manuais: 1, 2; Desenho: 1, 2; Canto Orfeônico: 1, 2; Educação Física: 1, 2; Religião: 1, 2.

Ginásial (1950):

Português: 1, 2, 3, 4; Matemática: 1, 2, 3, 4; Latim: 1, 2, 3, 4; Francês: 1, 2, 3, 4; Inglês: 2, 3, 4; História: 1, 2, 3, 4; Geografia: 1, 2, 3, 4; Ciências Naturais: 4; Trabalhos Manuais: 1, 2; Economia Doméstica: 3, 4; Desenho: 1, 2, 3, 4; Canto Orfeônico: 1, 2, 3, 4; Educação Física: 1, 2, 3, 4; Religião: 1, 2, 3, 4.

De 1950 para 1951 já começam as mudanças. Se antes existia apenas História, nas quatro séries, em 1951 passa a existir História Geral (1ª e 2ª séries) e História do

Brasil (3ª e 4ª séries). Geografia, idem. Foi subdividida em Geografia Geral e do Brasil. Ciências Naturais, que só se via na 4ª série passou a ser vista também na 3ª. O restante se manteve inalterado.

Ginasial (1951):

Português: 1, 2, 3, 4; Matemática: 1, 2, 3, 4; Latim: 1, 2, 3, 4; Francês: 1, 2, 3, 4; Inglês: 2, 3, 4; História Geral: 1, 2; História do Brasil: 3, 4; Geografia Geral: 1, 2; Geografia do Brasil: 3, 4; Ciências Naturais: 3, 4; Trabalhos Manuais: 1, 2; Economia Doméstica: 3, 4; Desenho: 1, 2, 3, 4; Canto Orfeônico: 1, 2, 3, 4; Educação Física: 1, 2, 3, 4; Religião: 1, 2, 3, 4.

Em 1954 há uma síntese da História e da Geografia, que antes estavam separadas entre Geral e do Brasil, visto que passaram a funcionar cada uma nas quatro séries. Das Ciências é retirado o termo “Naturais”; do Canto retira-se o “Orfeônico”. E Educação Física e Religião que antes eram oferecidas nas quatro séries, são suprimidas da matriz curricular do Curso em 1954.

Ginasial (1954):

Português: 1, 2, 3, 4; Matemática: 1, 2, 3, 4; Latim: 1, 2, 3, 4; Francês: 1, 2, 3, 4; Inglês: 2, 3, 4; História: 1, 2, 3, 4; Geografia: 1, 2, 3, 4; Ciências: 3, 4; Trabalhos Manuais: 1, 2; Economia Doméstica: 3, 4; Desenho: 1, 2, 3, 4; Canto: 1, 2, 3, 4.

Foi encontrada uma única matriz curricular, com as disciplinas oferecidas no Curso Ginásial do Colégio Santa Maria, entretanto a mesma não estava datada.

Ginasial (Santa Maria)

Português: 1, 2, 3, 4; Matemática: 1, 2, 3, 4; Latim: 1, 2, 3, 4; Francês: 1, 2, 3, 4; Inglês: 2, 3, 4; História do Brasil: 1, 4; História Geral: 2, 3, 4; Geografia Geral: 1, 2; Geografia do Brasil: 3, 4; Ciências: 4; Trabalhos Manuais: 1, 2; Desenho: 1, 2, 3, 4; Canto: 2, 3, 4.

Sua semelhança com o mesmo curso oferecido no Santo Antônio se aproxima à do ano de 1951. Enquanto que no Colégio Santo Antônio História Geral era ministrada na 1ª e 2ª séries, no Santa Maria era na 2ª, 3ª e 4ª séries. Se no Santo Antônio História do Brasil era oferecida na 3ª e 4ª séries, no Santa Maria era na 1ª e 4ª séries, o que demonstra uma falta de seqüência; isso se não houve uma falha na hora do registro desses dados. No Santo Antônio existia a disciplina Ciências Naturais na 3ª e 4ª séries, no Santa Maria era apenas Ciências e somente na 4ª série. O Canto Orfeônico no Santo Antônio era oferecido nas quatro séries, enquanto que no Santa Maria o Canto,

simplesmente, era oferecido só a partir da 2ª série. Educação Física não era oferecida no Colégio Santa Maria, e no Santo Antônio funcionava nas quatro séries do Curso. Da mesma forma, Religião não constava na matriz curricular do Santa Maria e no Santo Antônio, em todas as séries havia esse conteúdo.

Quanto ao Curso Normal, como se vê, em 1954 quando foi criado, funcionava apenas a 1ª série de três que comporiam o Curso. E a matriz curricular encontrada nos documentos referentes a 1954, trazia apenas as disciplinas que seriam oferecidas até a 2ª série.

Normal (1954):

Português: 1, 2; Matemática: 1, 2; Geografia da América: 1; Geografia do Brasil: 2; História da América: 1; História do Brasil: 2; Física: 1; Biologia Educacional: 2; Química: 1; Psicologia Educacional: 2; Anatomia e Fisiologia Humana: 1; Noções de Estatística: 2; Desenho e Artes Aplicadas: 1, 2; Higiene e Educação Sanitária: 2; Música e Canto Orfeônico: 1, 2; Metodologia: 2; Educação Física: 1, 2; Religião: 1.

Entre 1955 e 1957 é possível conhecer uma matriz curricular completa, referente aos três anos do Curso Normal no Colégio Santo Antônio.

Normal (1955, 1956 e 1957):

Português: 1, 2, 3; Matemática: 1, 2; Psicologia Social: 3; Geografia da América: 1; Geografia do Brasil: 2; História e Filosofia: 2, 3; História da América: 1; História do Brasil: 2; Higiene e Educação Sanitária: 3; Física: 1; Biologia Educacional: 2; Metodologia: 2, 3; Química: 1; Psicologia Educacional: 2; Prática em Agricultura: 3; Anatomia e Fisiologia Humana: 1; Noções de Estatística: 2; Desenho e Artes Aplicadas: 1, 2, 3; Música e Canto Orfeônico: 1, 2, 3; Educação Física: 1, 2, 3; Religião: 1.

Como se observa, Português, Música e Canto Orfeônico, Desenho e Artes Aplicadas, além de Educação Física existiam todos nas três séries; Matemática apenas nas duas primeiras; Física e Química apenas na 1ª série; Geografia era subdividida em “da América” (1ª série) e “do Brasil” (2ª série). Havia também uma disciplina chamada História e Filosofia, que era oferecida na 2ª e 3ª séries; História da América na 1ª série e História do Brasil na 2ª série; Metodologia na 2ª e 3ª séries; Anatomia e Fisiologia Humana só na 1ª série, assim como Religião. Biologia Educacional e Noções de Estatística apenas na 2ª série. Psicologia Social; Higiene e Educação Sanitária além de Prática em Agricultura somente na 3ª série.

Em 1958 constava na documentação simplesmente que o currículo do Curso Normal no Colégio Santo Antônio era o mesmo regulado pelo Ensino Federal.

Normal (1959):

Português: 1, 2, 3; Matemática: 1; Matemática e Noções de Estatística: 2; Geografia da América: 1; Geografia da América e do Brasil: 2; História e Filosofia: 3; História da América: 1; Desenho e Artes Aplicadas: 1, 2, 3; Física: 1; Biologia 1; Química: 1; Anatomia e Fisiologia Humana: 1; Música e Canto Orfeônico: 1, 2, 3; Educação Física: 1, 2, 3; Religião: 1; Biologia Educacional: 2; Psicologia: 2, 3; Higiene e Educação Sanitária: 2, 3; Didática Geral: 2, 3; Didática Especial: 3.

Em 1959, observa-se que houve algumas mudanças. A matemática que pelo menos até 1957 era oferecida na 1ª e 2ª séries, em 1959 divide-se em duas: na 1ª série, Matemática e na 2ª série, Matemática e Noções de Estatística. A Geografia da América em 1957 passa a ser Geografia da América e do Brasil, em 1959, mas continuava na 2ª série. História e Filosofia passou a ser oferecido no ano 1959 apenas na 3ª série, História do Brasil foi suprimida e História da América fica apenas na 1ª série. O que antes era Psicologia Educacional, passa a ser apenas Psicologia em 1959 e oferecida na 2ª e 3ª séries; antes era oferecida apenas na 2ª série. Higiene e Educação Sanitária que era oferecida apenas na 3ª série passa a ser oferecida na 2ª e 3ª série. A este currículo do Curso Normal foram acrescentadas também mais duas disciplinas em 1959, as quais não eram oferecidas antes: Didática Geral, na 2ª e 3ª séries e Didática Especial na 3ª série.

Em 1960 e 1961, novamente consta apenas que o currículo do Ensino Normal era regulado pelo Decreto n.6.083 de 24 de junho de 1958, do governo federal.

Quanto ao Colégio Santa Maria, este somente começou a oferecer o Curso Normal no ano de 1962, com a seguinte matriz curricular, a qual perdurou pelo menos até o ano de 1964:

Normal (1962, 1963 e 1964):

Português: 1, 2, 3; Matemática e Estatística: 1, 2; Língua Estrangeira: 3; Física e Química: 1; Anatomia e Física Humana (Psicologia): 1; Desenho e Artes Aplicadas: 1, 2, 3; Música e Canto Orfeônico: 1, 2, 3; Artes Manuais: 1, 3; Psicologia: 2, 3; História: 2; Sociologia 3; Biologia: 2; Didática: 2, 3; Didática das Ciências Sociais: 3; Didática da Matemática: 3; Didática das Ciências Naturais: 3; Geografia da América e do Brasil: 1; Educação Física: 1, 2, 3; Higiene: 3.

Sua diferença em relação à matriz do Colégio Santo Antônio é que o Santa Maria oferecia, por exemplo, Língua Estrangeira na 3ª série; Física e Química se

fundiram e foram oferecidas ambas na 1ª série; Anatomia e Fisiologia Humana, no Colégio Santa Maria era Anatomia e Física Humana (Psicologia) a qual também era oferecida na 1ª série. Além de Desenho e Artes Aplicadas, havia também, no Santa Maria, a disciplina Artes Manuais, a qual era oferecida na 1ª e 3ª séries. Além de História, foi acrescentado também Sociologia, ambas oferecidas na 2ª série. Além da Didática, no Santa Maria, havia também Didática das Ciências Sociais; Didática da Matemática, Didática das Ciências Naturais, ambas na 3ª série. A Geografia é da América e do Brasil juntas na 1ª série e Higiene e Educação Sanitária, que no Santo Antônio era oferecida na 2ª e 3ª séries, no Colégio Santa Maria era oferecida apenas enquanto Higiene, na 3ª série.

Por mais que se tenha detalhado a respeito da estrutura e funcionamento das duas escolas dirigidas pelas IFD, neste capítulo não foi apontado ou sugerido nenhum indício sobre seu legado, especificamente alemão ou franciscano. Dessa forma, tais vestígios tiveram que ser literalmente “gerados”, já que não se encontravam evidentes ou visíveis nos documentos escolares. Foi nessa tentativa, de confirmar ou refutar a hipótese de que havia algum diferencial destas escolas em relação a outras, que o IV capítulo foi escrito.

CAPÍTULO IV

GERANDO INDÍCIOS

Sobre o Legado das Franciscanas Alemãs para a Educação Brasileira

Será necessário também, já que as noviças como futuras professoras entrarão em contato com pessoas leigas de diversas posições, que a Mestra as instrua e exercite, na maneira possível, de não fugir destes contatos, mas que, quando a obrigação e a educação o exigirem, saibam expressar-se modesta e inteligentemente em palavras e gestos, e que irradiem uma tal alegria que qualquer um perceba que esta é a manifestação de um coração enraizado em Deus e animado pela vontade de fazer o bem à humanidade.⁶⁷

Neste capítulo finalmente se procurou enxergar com mais clareza que influência as Irmãs Franciscanas de Dillingen trouxeram ou não para o Brasil, em termos de conhecimentos, — bem como possíveis experiências didático-pedagógicas ou mesmo de cultura escolar sob as quais tenham se formado na Alemanha e de que tenham lançado mão em seu campo de trabalho lá e no Brasil. Neste sentido, os documentos foram literalmente espremidos, na tentativa de se conseguir o maior número de sinais indicativos de sua vivência escolar desde sua infância (das Irmãs) na Alemanha; indicativos dos cursos, séries ou disciplinas em que atuavam lá ou cá; dos equipamentos, materiais e livros disponíveis para o exercício docente aqui, dentre outros.

Necrológios

A princípio parece contraditório perscrutar justamente necrológios, quando a notícia que se busca está longe de ser a fúnebre. Entretanto, apesar de pouco detalhados a respeito da formação daquelas Irmãs que atuaram aqui, especificamente no setor educacional durante o período proposto neste trabalho, tais “notícias” ou “elogios” a respeito de cada uma das mortas, trazem informações que colaboram enormemente para a o entendimento de suas ações em vida. De acordo com os locais de nascimento de cada Irmã, percebe-se que em sua maioria não eram propriamente de Dillingen, mas de

⁶⁷ Trecho de um programa de formação das Noviças na Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, de 1829. (HAAS, 2000, p.109).

outras cidades, distritos ou aldeias da Alemanha, próximas ou não a onde se localiza sua “Casa Mãe”.

É importante esclarecer que cada um dos necrológios tem autorias diferentes, e que muitos deles resultam de autobiografias deixadas pela respectiva Irmã falecida. Às vezes era a Superiora ou Provincial quem se encarregava de sua feitura; outras vezes quem se responsabilizava era alguma outra Irmã da Congregação, com quem a defunta tivesse convivido mais proximamente ou com quem tivesse maior afinidade. Nesse sentido, podem ser percebidos estilos distintos dentre os mesmos, longe de seguirem um padrão. Em alguns há colada uma foto ou o próprio “Santinho” entregue na missa de 7º dia, com frases demonstrativas de pesar, geralmente trechos retirados da Bíblia. Após transcritas partes de cada necrológio, — os quais se encontram na sede da Província da Divina Providência, no Colégio Santo Antônio, — ensaiou-se alguns comentários.

Ir. M. Adelaide Stammer

* 10-11-1894 – Markt/Schnaittach, Francônia - Alemanha

† 25-10-1970 – Duque de Caxias, RJ - Brasil

Após o término dos 7 anos de Curso Fundamental, levou-a o seu próprio pai ao [...] Convento de Dillingen. Aí, ela se preparou para o magistério e prestou em 1915 o exame de ingresso.

No dia 9 de setembro de 1916, Irmã Maria Adelaide se encontrou feliz esposa de Cristo diante do altar da vestição.

Agora iniciou-se o seu trabalho abençoado como professora e educadora: de 1917 a 1921 ela lecionou em Gundelfingen, de 1922 a 1925 no Liceu de Kaifingen, de 1932 a 1937 em Dillingen, onde também dirigiu um grupo de jovens domésticas. [...]

[...] Toda a sua força, ela dedicou à educação cristã da juventude e principalmente à formação de professores primários e catequistas. Sempre animou as professoras com as seguintes palavras: “Quem ensinou aos outros o caminho do bem, brilhará como estrela no céu”. Até o ano de 1969, dando sempre o testemunho da fortaleza cristã e de um grande amor a Deus, desempenhou a sua querida função de professora e mestra. [...]

Como é possível ver, Ir. M. Adelaide se preparou para exercer a docência no próprio Convento das Franciscanas de Dillingen; e se ela terminou o magistério por volta de 1915, significa que este curso já funcionava ali há algum tempo⁶⁸. É importante verificar também que ela (assim como outras Irmãs) começou a exercer a profissão docente já na Alemanha; no seu caso (de Ir. M. Adelaide) por um período de 20 anos só lá. Ou seja, ela já veio para o Brasil, com uma experiência didática e pedagógica adquirida, desenvolvida e vivenciada numa realidade diferente da brasileira. Consta que ela ministrou aulas num Liceu (ensino secundário) e também se responsabilizou pela

⁶⁸ Retomar seu histórico na Introdução.

formação de domésticas, em Dillingen. Neste último caso, por se tratar de uma Congregação religiosa feminina e numa época em que era justamente este o tipo de educação à que a maioria das mulheres teria acesso; realidade que parecia não ser diferente no Brasil.

Certamente, pelo último parágrafo transcrito, atuou no Brasil no Curso Normal oferecido a partir de 1954 no Colégio Santo Antônio em Duque de Caxias. Também fica evidente a idéia de educação que se queria imprimir à juventude, prioritariamente cristã, consubstanciada numa preocupação que não seria apenas desta Irmã, em relação à catequização, cujo objetivo caminhava paralelo à educação escolar, conforme se percebe em outros documentos, necrológios e crônicas.

Ir. Adelwiga (Theresia) Linse

* 29-05-1914 – Belzheim - Alemanha

† 07-07-1992 – Duque de Caxias, RJ - Brasil

[...] Seus pais Jacob e Terese Linse deram-lhe uma profunda educação religiosa, juntamente com seus 10 irmãos. Esta vivência cristã familiar, mais o exemplo das Irmãs da Escola Doméstica de Hochaltingen onde ela estudou, fizeram com que a jovem Theresia, aos 16 anos entrasse para o juvenato em Dillingen em 1930. [...] A profissão perpétua ocorreu em 19/04/38. No mesmo ano, seu entusiasmo missionário fê-la deixar a Alemanha e vir para o Brasil com o 2º grupo de ‘pioneiras’ que aqui aportou em 26 de julho de 1938. [...] prestou seus serviços de cozinheira e doméstica nos vários lugares solicitados pela Congregação: Bamberg (Alemanha), Rio Bonito, Cabo Frio, Uberlândia e Duque de Caxias [...]

Não é possível afirmar quanto ao sobrenome (Linse), mas o nome do pai de Ir. M. Adelwiga é um nome judeu, o que remete à discussão já feita em relação ao nazismo (no Capítulo I) ou aos motivos que envolveram a vinda de um grupo de Franciscanas para o Brasil. Repare que a referida Irmã veio para cá às vésperas de ser deflagrada a 2ª Guerra Mundial na Alemanha. Por outro lado, segundo o necrológio, sua vivência e educação familiar foram cristãs. Outro aspecto interessante a que se deve atentar também em relação às histórias de vida de outras Irmãs é quanto às suas famílias numerosas; no caso de Ir. Adelwiga, esta possuía 10 irmãos. A mesma, ao que tudo indica, não trabalhou diretamente com educação, o que é indicativo da existência de uma divisão de tarefas ou funções (intelectuais ou braçais), seja por opção ou disponibilidade da própria Irmã, seja por imposição ou necessidade das Irmãs Superiores, seja pelas necessidades que se faziam sentir nos locais de “Missão”.

Ir. Amálie Christine Haffner

* 17-12-1915 – Hochspeyer – Kaserlatern - Alemanha

† 30-01-2003 – Duque de Caxias, RJ - Brasil

[...] Em 1929 entrou no Juvenato, em 1937 fez sua primeira profissão e em 1940 consagrou-se definitivamente a Deus pela profissão perpétua.

Veio para o Brasil como jovem missionária em 1956. Em Duque de Caxias permaneceu de 1956 a 1972. Atuou como professora na área de habilidades manuais junto às adolescentes. Junto aos pequenos do primeiro grau atuou como professora de Matemática.

O que mais a realizava era o seu desempenho na área musical. Deus foi generoso dando-lhe uma bonita voz e a facilidade para tocar harmônio. E, foi esta a maneira mais adequada, que Ir. Amálie adotou, para atingir os corações sofridos das crianças e adolescentes órfãos de Uberlândia. Ali permaneceu durante nove anos [...]

No caso de Ir. Amálie, esta veio mais tarde para o Brasil, quando inclusive já funcionava o Curso Normal no Colégio Santo Antônio (1954). Mas atuou aqui como professora de Trabalhos Manuais, ao que tudo indica de forma inclusive extracurricular; e também como professora de Matemática, certamente para alunos do Curso Primário, descrito no necrológio como de 1º Grau. Também é possível afirmar que a música era utilizada (conscientemente ou não) como um valioso instrumento pedagógico (na formação religiosa), era de qualquer maneira um diferencial oferecido pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen nas instituições educacionais em que atuavam.

Ir. Brunhilde Schneider (Anna)

* 25-02-1903 - Ebenheid, município Wetheim a/Main.

† 23-01-1978 – Duque de Caxias, RJ – Brasil.

[...] Depois de sua formação elementar de *volks = und Fortbildungsschule* entrou no juvenato em Dillingen em 1919, onde recebeu sua formação de professora de Trabalhos Manuais concluindo a mesma em março de 1924.

Celebrou sua 1ª profissão no dia 1º de agosto de 1927 e consagrou-se para sempre ao Senhor no dia 19 de agosto de 1930.

M. Brunhilde serviu à Congregação na *Volksschule* em Dillingen e Mitteleschenbach. Em 1937 resolveu vir com o 1º grupo para o Brasil a fim de continuar sua missão na Terra de Santa Cruz. Durante 7 anos trabalhou com grande dedicação e doação na escola e na comunidade em Cabo Frio. Por mais 34 anos doou-se silenciosamente na comunidade em Duque de Caxias como professora, porteira e sacristã [...]

Quanto à Ir. Brunhilde, esta estudou na Alemanha, onde cursou o 2º grau, numa espécie de colégio público, ou popular. Depois que entrou no convento em Dillingen é que também se formou professora de Trabalhos Manuais, assim como Ir. Amálie. Pela Congregação, trabalhou numa universidade pública (*Volksschule*) na própria cidade de

Dillingen e também em Mitteleschenbach. Aqui no Brasil não fica claro sua especialidade como professora.

Ir. M. Christholda Hübler

* 18-03-1911 – Offingen - Alemanha.

† 8-08-1979 – Urubici, SC - Brasil.

[...] Em 7 de junho de 1932 entrou no noviciado e, após sua profissão em 10-06-33, trabalhou durante cinco anos como professora de Trabalhos Manuais em Lohor, e daí partiu em 1938 para o Brasil.

[...] Incansavelmente formou catequistas para multiplicar o seu trabalho apostólico [...].

Mais uma que também trabalhou como professora de Trabalhos Manuais, na Alemanha com certeza, foi Ir. M. Christholda. Mas como faleceu em Urubici-SC onde, como se sabe a Congregação das Franciscanas de Dillingen dirige um Hospital e uma escola, então não ficou claro (pelo menos no necrológio), que tarefas possa ter desenvolvido aqui no Brasil, para além da catequização. Sabe-se que ela foi uma das fundadoras do Colégio Santa Clara em 1961, quando se idealizou em Urubici uma Escola Doméstica. Talvez essa tenha sido a herança mais forte trazida pelas IFD em termos de sua formação na Alemanha; e como eram realidades distintas, o fato de ter obtido êxito lá, não significa que este tipo de educação ou de escola vingasse aqui.

[...] O povo parece não ter entendido muito bem o que a Escola Doméstica iria oferecer. Não achava necessário este tipo de escola para Urubici. [...]

Irmã Christolda foi incansável também na formação de lideranças da Paróquia, em especial com os grupos da Cruzada Infantil. As irmãs dedicaram-se, do mesmo modo, à formação do grupo das Filhas de Maria (SENDRA, 2007, pp.123-124).

Certamente que neste tipo de “Escola”, os Trabalhos Manuais tinham lugar privilegiado.

Ir. M. Ebermara – Sophia Lebmeier

* 04-01-1912 – Waidhofen – Alemanha.

† 23-05-2007 – Duque de Caxias, RJ – Brasil

[...] Aos 16 anos fez a opção pela vida consagrada. Em 17 de abril de 1928 bateu às portas de Nossa Casa Mãe em Dillingen, na Alemanha pronta para realizar este seu desejo.

Desde cedo percebeu que Deus a havia privilegiado com um carisma especial: seu carinho e fascinação pelas crianças. Formou-se então Professora de Jardim de Infância.

Entrou no noviciado em 1932, no vigor e jovialidade de seus 20 anos. [...] Ir. Ebermara, se ofereceu para fazer parte do grupo que foi enviado para além mar em 1939.

Aqui no Brasil prestou serviços na Educação Infantil em Cabo Frio/RJ, em São João de Meriti/RJ durante 30 (trinta) anos. Como as demais Irmãs Missionárias Alemãs, enfrentou uma vida de renúncia, desafios e sacrifícios em terra estrangeira. Para obter o sustento nos primeiros anos de Brasil, passavam horas noturnas nos trabalhos de bordados e costura, além das exigentes tarefas escolares [...].

Ao que tudo indica, Ir. M. Ebermara formou-se professora pelas próprias Franciscanas de Dillingen, entre os seus 16 e 20 anos; e mais ou menos 10 anos depois de atuar em Jardins de Infância na Alemanha, veio para o Brasil em 1939. Aqui, além de dar continuidade ao trabalho com Educação Infantil, ainda bordava e costurava (também fruto de sua formação) no intuito de colaborar no próprio sustento e no de suas co-irmãs; o que certamente era de comum acordo entre todas. Tal informação leva a crer que, pelo menos no início de suas atividades aqui, as mensalidades escolares por si só não eram suficientes para garantir a sobrevivência e a manutenção das Escolas sob responsabilidade das referidas Irmãs.

Ir. M. Edelgard (Auguste Klein)

* 30-10-1917 – Schwedelbach – Rheinpfalz, distrito de Kaiserslautern – Alemanha.

† 12-06-1997 – Duque de Caxias, RJ - Brasil.

[...] As datas importantes de sua vida são: abril de 1932 – entrada no juvenato; 09 de fevereiro de 1937 – Postulantado; 05 de agosto de 1937 – Vestição; 06 de agosto de 1938 – 1ª Profissão; 19 de agosto de 1938 – Envio Missionário; 09 de setembro de 1938 – Chegada ao Brasil; 06 de agosto de 1941 – Profissão Perpétua; 26 de fevereiro de 1959 – Naturalização, adquirindo cidadania brasileira.

[...] Assim começou sua missão em terras brasileiras com muitas dificuldades: língua, costumes, moradia... aos poucos foi aprendendo Português e fazendo cursos para poder lecionar. Teve também que aceitar mudanças de local de trabalho: Cabo Frio (1938-1941); Duque de Caxias (1942-1969); São João de Meriti (1970-1975); Duque de Caxias (1976-1978); voltando a São João de Meriti em 1979.

[...] Por muitos anos exerceu a Direção dos Colégios Santo Antônio e Santa Maria. Foram anos de muita doação, serviços e forças desprendidas para a implantação e o crescimento do Reino de Deus. Como excelente educadora, tinha liderança inata e cativante, o que as visitas constantes de ex-alunas comprovam. Suas lições de fé e entusiasmo pelo Reino deixaram marcas profundas e permanentes nos ex-alunos. O Coral do Colégio Santo Antônio e da Igreja Matriz, dirigido por ela juntamente com Ir. M. Liebharda criou entre as alunas tão grande amizade, de modo que até hoje os cantos são lembrados com alegria nos encontros de ex-alunos [...]

De todas as Irmãs alemãs, pelo menos as já falecidas, a única de que se tem notícias quanto à sua naturalização brasileira, é Ir. M. Edelgard. Chegou ao Brasil em

1938 e obteve cidadania brasileira em 1959, 21 anos depois. Em seu necrológio não se menciona nada a respeito de sua formação inicial, na Alemanha; informa-se apenas que aprendeu português aos poucos e fez cursos (no Brasil) para poder lecionar. Mas se a mesma entrou no Juvenato em 1932 e veio para o Brasil em 1938, certamente estudou e trabalhou em Dillingen ao longo desses 6 (seis) anos. E se as Franciscanas dessa Congregação tradicionalmente formavam professoras, a exemplo do exposto em outros necrológios, então Ir. M. Edelgard também já veio para cá docente. Fica evidenciado a existência de um coral no Colégio Santo Antônio, dirigido por Ir. M. Edelgard, que foi diretora também do Colégio Santa Maria. Em seu necrológio percebe-se o amálgama de uma educação (escolar) e a “implantação e crescimento do Reino de Deus”, promovidas pelas Irmãs de uma maneira geral.

Ir. M. Edith (Bernhardine) Kolb

* 04-01-1916 - Aldeia de Bergenstetten, município Illertissen, diocese de Augsburg - Alemanha

† 16-06-2005 – Duque de Caxias, RJ - Brasil.

[...] Seus pais, Bernhard e Amalie Kolb, eram simples e piedosos agricultores. [...] Na sua autobiografia consta apenas uma única lembrança de sua infância e juventude. Tal lembrança deve ter tocado profundamente o seu coração. Assim ela a descreve: “Aos seis anos de idade comecei a passar diariamente por um pinheiral todo verde a caminho para a escola fundamental em Herrenstetten, 30 minutos distante da casa de meus pais. [...]”

Finalizando a escola fundamental, Irmã Edith entrou no dia 11 de abril de 1929 no juvenato em Dillingen, onde frequentou o 2º grau de 1930 a 1933. Coursou também a Escola Técnica de Secretariado e Contabilidade de 1934 a 1935. Weissenhorn tornou-se o seu primeiro campo de ação, ainda como juvenista.

[...] Depois de sua primeira Profissão no dia seis de agosto de 1937, trabalhou por um ano como professora de taquigrafia e de datilografia na nossa escola em Lohr am Main. Nesta época, “no céu da Alemanha” apareceram os primeiros sinais da segunda guerra mundial. O fechamento das escolas religiosas a mando do regime nazista, a proibição do uso da veste religiosa nas escolas e a ameaça da guerra iminente, levaram Irmã Edith a seguir o exemplo de um grupo de irmãs, que há um ano, deixaram a sua pátria. Desde então o Brasil tornou-se a sua terra de missão e a sua segunda pátria.

Aqui no Brasil atuou como professora auxiliar de datilografia na escola fundamental durante nove anos de 03.06.38 a 01.02.47, em Cabo Frio. Atuou como professora do ensino fundamental em nossas escolas de São João de Meriti, de 09.02.47 a 12.02.69 e, em Duque de Caxias, de 12.02.69 a 15.02.83. Por muitos anos desempenhou o cargo de Secretária Provincial [...].

Se Ir. M. Edith nasceu em 1916 e entrou para o Juvenato em Dillingen no ano de 1929, nesta ocasião ela tinha 13 anos; mesma idade em que terminou o Ensino Fundamental na Alemanha. Fez o 2º Grau em 3 (três) anos (de 1930 a 1933) e em mais

um ano fez o Curso Técnico de Secretariado. Não ficou claro se o referido 2º Grau era oferecido também pela escola dirigida pela Congregação das Franciscanas de Dillingen, muito menos o Curso Técnico de Secretariado. Entretanto é natural que os conhecimentos a respeito de tal função tenham se tornado necessários, fosse para colaborar na organização burocrática da própria Congregação e ou escolas, fosse devido a demanda local, ou fosse ainda para exercício da docência em alguma especialidade desta formação. O que se confirma por ter a mesma trabalhado como professora de taquigrafia e datilografia em escolas na Alemanha e no Brasil, além de ter ainda exercido o cargo de Secretária Provincial no Brasil. Quanto ao motivo que a trouxe para este país, onde se enfatiza que o regime nazista mandava então fechar escolas religiosas, além de proibir o uso de vestes religiosas em escolas não confessionais, deve se considerar que a autora especificamente deste necrológio (Ir. Jacinta Bichling), — o qual foi escrito em 2005 quando do falecimento de Ir. Edith, — pode simplesmente ter ouvido falar que tais episódios ocorreram (através das crônicas), visto não ter presenciado os mesmos, tanto por ser brasileira quanto por ter nascido apenas no ano de 1946.

Ir. M. Florésia Kirchmayer

* 13-11-1898 – Günz/Memmingen – Alemanha.

† 25-01-1980 – Duque de Caxias, RJ – Brasil.

[...] 2ª de dez irmãos. Fez seu noviciado em 1920/21, sua primeira Profissão no dia 11 de setembro de 1921 e três anos mais tarde consagrou-se para sempre ao Senhor.

Trabalhou como professora primária em Neustadt/Main, Furth im Wlad, Dillingen, Kirchheim e desde 1937 em Brasil: Areia, Cabo Frio e Duque de Caxias. Ao lado de seu magistério foi uma catequista e missionária de fibra. [...]

Junto com sua irmã de sangue, M. Reintrudis, agradecemos a Deus por Sua bondade e Seu amor [...].

Pelas contas, Ir. M. Florésia pode ter trabalhado como professora primária na Alemanha durante uns 15 anos antes de vir para o Brasil; função esta que ainda exerceu aqui. Tinha uma irmã de sangue que também fazia parte da Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen. Como eram em 10 irmãos, numa época de crise principalmente econômica, tal opção de vida tornava-se comum.

Ir. Liebharda Fischer

* 09-12-1904 – Grünbach – Mühlendorf - Alemanha.

† (?)

[...] Fez a sua Primeira Profissão em 31 de Maio de 1926 e a Profissão Perpétua em 02 de Agosto de 1929.

Desde cedo revelou seu carisma pela Missão Educadora como professora. Na sua terra Natal exerceu o Magistério de 1926 a 1937.

[...] Procurou ganhar o sustento como professora desde 1937 (quando veio para o Brasil) até 1942.

O seu primeiro local de missão foi Cabo Frio e depois Duque de Caxias onde permaneceu desde 1942 até 1973 [...]

Exerceu a docência desde os 22 anos de idade, na Alemanha, durante 11 anos antes de vir para o Brasil. Aqui, Ir. Liebharda trabalhou como professora para “ganhar o sustento”, de 1937 até 1942. Entretanto esta informação não ficou clara no necrológico: Teria ela trabalhado como professora apenas neste período? Foi apenas durante estes 6 primeiros anos no Brasil que ela precisou trabalhar para se sustentar? Foi somente neste período que recebia alguma remuneração, o que deixou de ser necessário a partir de 1942. Será que deste ano em diante ela continuou no exercício da docência? É bom lembrar que ao optar por tornar-se parte de uma Congregação religiosa, mais especialmente Franciscana, se abre mão de bens materiais, na busca por viver com o mínimo possível.

Ir. M. Marzella (Rosa) Schömig, OSF

* 14-09-1898 – Mühlhausen B. Würzburg - Alemanha

† 28-05-1983 – Duque de Caxias, RJ - Brasil

[...] foi a quinta e última filha de uma família camponesa. [...]

Formou-se professora de primário em Maria Medingen e Dillingen nos anos de 1916-1921. O seu pároco, excelentes educadoras e catequistas firmaram nela o desejo de se consagrar ao Senhor na Vida Religiosa.

No dia 30 de agosto de 1924, fez a sua primeira Profissão e no dia 30 de novembro de 1927, selou esta aliança para sempre.

Trabalhou em Lohr, Dillingen, Hallstadt e Lauingen na escola primária até 1938, quando veio para o Brasil.

Em Cabo Frio exerceu o cargo de Superiora durante cinco anos, ao lado de sua profissão no Magistério. Em 1946 foi transferida para Caxias, onde atuou como dedicada professora e catequista até 1967.

Já aposentada pelo Magistério, por vários anos dedicou-se com fidelidade a serviços de contabilidade [...].

Se ela gastou 6 (seis) anos para tornar-se professora de Primário, entre 1916 e 1921, então se poderia afirmar que um curso de Pedagogia na Alemanha, naquela época tinha esta duração. Entretanto, a autora do necrológico de Ir. Marzella mencionou duas cidades em que ela teria se formado: Maria Mendingen e Dillingen. Teriam sido dois Cursos diferentes, ambos voltados para a formação docente? Ou teria o Curso a duração

de 6 anos? Será que se Ir. Marzella não tivesse o desejo de se consagrar à vida religiosa, as educadoras com as quais teve contato ainda seriam apontadas como excelentes? É notória também a força ou influência que a Igreja católica tinha nas cidades alemãs, seja através de seus párocos, seja através de suas catequistas. Se Ir. Marzella se formou professora em 1921, a partir de quando desenvolveu trabalhos em escolas primárias até 1938 (ano em que veio para o Brasil), então ela exerceu o magistério na Alemanha por 17 anos; e por 14 anos já enquanto Franciscana. No Brasil, exerceu a docência por mais 39 anos. Em todos os necrológios são frisados os trabalhos das Irmãs com catequização ou evangelização, para além da educação escolar.

Ir. M. Michaela Haas (Edeltraud Genovefa Haas)

* 23-06-1926 – Dillingen - Alemanha.

† 31-12-2003 – Duque de Caxias, RJ - Brasil.

“Nasci em 23 de junho de 1926, na Alemanha, numa pequena cidade da Suábia, chamada Dillingen, no Danúbio, num lar feliz, de pais católicos praticantes e em meio a seis irmãos. Nesta cidade, também chamada de ‘Roma da Suábia’ por ter nela muitas Igrejas, diversos conventos, seminários e o castelo de Bispos-Príncipes de Augsburg e a antiga Universidade Católica de Teologia e Ciências, recebi a minha educação infantil, a formação primária e média, num clima de vasta cultura que alimentava o meu espírito aberto e sedento.

Na juventude fiz a triste experiência do Regime Nazista, mas por outro lado, a da feliz possibilidade de resistir-lhe com o apoio da família e do grupo jovem católico. A experiência da Segunda Guerra Mundial fez despertar em mim o anseio por um mundo melhor e de paz.

Depois da guerra perdida, continuei os meus estudos e me formei em professora primária. Lecionei numa Aldeia perto de Dillingen, de 1947 a 1950.

Comecei a perceber o chamado de Deus para uma doação missionária. Pude revelar este desejo à Ir. Adelaide que tinha vindo do Brasil à Alemanha, para um encontro de superiores, e esta me convidou a ser educadora em sua missão na Baixada Fluminense, do Estado do Rio de Janeiro.

Em 31 de janeiro de 1952, depois de uma viagem bonita pelo vasto mar, cheguei ao Rio de Janeiro e, então no Colégio Santo Antônio de Duque de Caxias. O meu conhecimento de Latim me ajudou a aprender com mais facilidade a nova língua e o amor à Educação me deu coragem para enfrentar em breve a sala de aula. Procurei ampliar meus estudos: fiz exames de Suficiência, adquirindo a Licença para lecionar Latim e Português no Curso Ginásial. Frequentei, de 1966 a 1969 o Curso Superior de Pedagogia na Faculdade Roberto Silveira em Duque de Caxias, aproveitando para minha missão de professora e educadora, principalmente as disciplinas de Filosofia, Psicologia e Sociologia, já que no conhecimento e procedimento didático tinha trazido boa base de minha terra natal [...]”.

No necrológio de Ir. M. Michaela, reproduziu-se sua auto-biografia, em que a mesma confirma a força da Igreja Católica percebida no necrológio analisado

anteriormente. Somente em Dillingen existiam *muitas Igrejas, diversos conventos, seminários e [...] e a antiga Universidade Católica de Teologia e Ciências*. Foi neste ambiente cultural e religioso que Ir. M. Michaela também passou pelo ensino fundamental e médio. O depoimento desta Irmã dá indícios a respeito da resistência ao Nazismo por parte dos católicos (o que, entretanto, não pode ser generalizado), sabe-se que a mesma só veio para o Brasil em 1952, e que vivenciou toda a experiência da 2ª Guerra Mundial na Alemanha. Se formou professora primária (certamente em Dillingen) e lecionou numa Aldeia próxima. Se ela se formou por volta de 1947 e nasceu em 1926, tinha então 21 anos de idade; exerceu a docência durante 5 anos na Alemanha antes de vir para o Brasil. Aqui adquiriu licença para lecionar latim e português no curso Ginásial, o que demonstra, no mínimo, o espírito de disciplina e determinação que algumas Irmãs tinham, visto que não devia ser fácil para uma alemã ensinar justamente a língua portuguesa e já no Ginásio. Além disso, cursou Pedagogia durante 3 anos (repare que era o mesmo tempo de duração de um Curso Normal na época). Note também que em Duque de Caxias existia uma Faculdade pelo menos desde 1966. E é interessante o aproveitamento das disciplinas que ela tinha cursado na Alemanha, num Curso que formava professores primários e que serviram para um curso superior no Brasil, 19 anos depois. Ou a base trazida da Alemanha era realmente muito boa, ou os critérios para aproveitamento de disciplinas de Cursos em outros países eram bem diferentes dos atuais, se é que existiam no Brasil.

Ir. M. Nepomucina (Agnes) Barnickel

* 24-02-1902 – Wilhelmsthal, Oberfranken - Alemanha

† 20-03-1988 – Duque de Caxias, RJ - Brasil

[...] sendo a 3ª filha de Johan e Margarete Barnickel. Como a mais velha dos 7 filhos vivos do casal, e, tendo o pai que prestar serviço militar na 1ª guerra mundial, a jovem Agnes muito cedo teve que assumir, juntamente com sua mãe, o cuidado da casa e dos irmãos mais novos. [...]

Assim, em 17/09/1918 iniciava ela seus estudos no juvenato em Dillingen, formando-se professora em 1924, estagiando depois em Volkach, onde também fez seu meio ano de Postulantado. Em 28/05/25 foi admitida ao Noviciado. Emitiu a 1ª Profissão em 31/05/26 e em 07/08/1929 entregou-se para sempre ao Senhor pela Profissão Perpétua.

Após o Noviciado foi transferida para Rimpf, onde lecionou de 1929 a 1938. Com o fechamento das escolas pelo Nazismo, Ir. M. Nepomucina resolveu continuar sua missão educativa no Brasil. Assim em 09/09/1938 chegava a Cabo Frio, um ano após a chegada das pioneiras. No ano seguinte foi transferida para Rio Bonito e, já em 1940, foi com a 1ª turma abrir a nossa fundação em São João de Meriti, onde lecionou até 1970 [...].

A informação de que ela estudou no juvenato em Dillingen (para se tornar professora) durante 6 anos, vai ao encontro da dúvida surgida no necrológio de Ir. Marzella, quando a mesma também parece ter estudado por 6 anos para se tornar professora. Não se sabe com certeza por quanto tempo estagiou, bem como se foi dentro ou fora deste período, mas Ir. M. Nepomucina exerceu efetivamente a docência na Alemanha ao longo de 9 anos e no Brasil por mais de 30 anos.

Ir. M. Nicasia Wolz OSF (Ir. M. Adelaide)

* 30-06-1898 – Würzburg - Alemanha

† 24-05-1963 – São João de Meriti, RJ - Brasil

Foi a primeira Irmã da nossa província que partiu para a casa do ‘Pai’. [...]

Desde 1917 trabalhou como professôra. 18 anos serviu à Congregação como Superiora.

Ir. Nicasia começou seu trabalho docente aos 19 anos, em 1917. Se ela veio para o Brasil em 1937, só na Alemanha foi professora por 20 anos. E se faleceu com 65 anos de idade, exerceu a docência durante 46 anos, só no Brasil por 26 anos. Não se sabe se durante o período em que eram Superiores, tais Irmãs exerciam paralelamente o cargo de professoras.

Ir. Raphaelis Köglmaier (Otilie)

* 13-11-1912 – Kehlheim - Alemanha

† 04-05-2008 – Duque de Caxias, RJ - Brasil

Como oitava criança dentre dez irmãos, Ir. Raphaelis foi dada de presente aos seus pais – Tomas e Maria Köghlmaier – no dia 13 de novembro de 1912. No dia 14 de novembro de 1912 ela recebeu o nome de Otilie no Sacramento do Batismo [...].

Em Rissing, perto de Kehlheim, sua terra natal, Ir. Raphaelis frequentou a Escola Básica. Por intermédio de seu Pároco – ao qual ela confiou o seu desejo de ser religiosa – ela ingressou no juvenato das Irmãs Ursulinas em Landshut em 1926. [...] “a Divina Providência me guiou até as portas do Convento de Dillingen”.

De 1927 – 1932 Ir. Raphaelis frequentou em Dillingen, o “Curso Normal” e depois fez dois anos de prática como professora em Furth im Wald e Neuoffingen.

Em 25 de março de 1934 ela entrou no noviciado em Dillingen. Os seus primeiros lugares de atuação como professora foram: Kirchheim, de abril de 1935 até agosto de 1935 e Scheidegg, de agosto de 1935 até dezembro de 1936.

No dia 07 de junho de 1937, ela fez os votos perpétuos em Cabo Frio – Rio de Janeiro no Brasil, país onde ela tinha aportado no dia 19 de abril de 1937 como uma das seis missionárias pioneiras, em consequência do Governo Alemão anticlerical que “atingiu também a Congregação das Franciscanas de Dillingen”.

Depois de sua chegada ao Brasil, ela atuou como professora em Cabo Frio de abril de 1937 a agosto de 1938. E em Rio Bonito de Agosto de 1938 até fevereiro de 1940. Em seguida, em São João de Meriti, de fevereiro de 1940 até 10 de dezembro de 1969, ela acompanhou a fundação, o crescimento e o desenvolvimento do Colégio Santa Maria, como professora e diretora. E, ao final deste período, exerceu a função de superiora da casa [...]

Ali também fez ela muitos cursos de aperfeiçoamento: licenciatura em Ciências Naturais, Anatomia e Fisiologia Humana, Matemática, Inglês, Desenho e Psicologia Educacional [...].

Ir. Raphaelis faleceu com 96 anos de idade. Também originária de família numerosa, após ter freqüentado a escola básica, foi em 1926, com 14 anos para o juvenato das Irmãs Ursulinas e em 1927 (com 15 anos), no Convento de Dillingen, freqüentou o “Curso Normal” até 1932. Ao que tudo indica, além desses 6 (seis) anos de Curso Normal praticou o exercício da docência por mais dois anos, certamente uma espécie de estágio; indicativo de que o Curso que formava docentes para o Ensino Primário na Alemanha daquela época compunha-se de 8 (oito) anos. Somente em 1934 então é que Ir. Raphaelis atuou realmente como professora até 1936 (por 2 anos lá). Em 1937, já uma Irmã Franciscana, veio para o Brasil, onde continuou a exercer a docência até 1969, ou seja, por 32 anos só aqui, além de ter sido de diretora de escola e Superiora. No Brasil, Ir. Raphaelis fez alguns cursos, seja em decorrência de exigências da legislação nacional, seja pelas necessidades das escolas em que atuou, ou ainda por satisfação pessoal.

Ir. Reimunda (Elizabeth Silberleiter)

* 04-11-1913 – München - Alemanha

† 30-11-(?) – Duque de Caxias, RJ - Brasil

[...] Seus pais Otto e Maria, eram simples agricultores. Deus os presenteou com 6 filhos sendo que, 3 deles faleceram com apenas um ano de idade.

Em 1924 teve que deixar seus pais para morar com uma tia que era sua madrinha de batismo e que tinha problemas sérios de coração. [...] tinha apenas 11 anos de idade. [...] Quando completou 18 anos, recebeu de sua tia a permissão de seguir sua vocação. Ir. Reimunda procurou então as irmãs Franciscanas de Dillingen onde foi aceita no juvenato completando aí seus estudos.

Em 1938 fez a 1ª Profissão. Como seu coração era profundamente missionário, deixou sua terra natal e veio para o Brasil onde se dedicou de corpo e alma à educação e à evangelização. No dia 6 de agosto de 1941 fez seus votos perpétuos em Cabo Frio, Rio de Janeiro, Brasil. Além dos estudos feitos na Alemanha, ainda fez diversos cursos no Brasil para lecionar Geografia, Trabalhos manuais e Ensino Religioso [...].

Ao que tudo indica, Ir. Reimunda após uma infância e adolescência sofridas, se ingressou na Juvenato em Dillingen no ano de 1931, quando tinha 18 anos de idade. Ali completou seus estudos até 1938 quando veio para o Brasil. Ou seja, também deve ter se formado professora, ao longo desses 8 anos, visto que quando chegou aqui se dedicou à Educação. Semelhante à Ir. Raphaelis, complementou sua formação com outros cursos.

Ir. M. Reinsindis (Pia) Mayer

* 16-10-1911 – Schwabegg - Alemanha

† 29-11-1997 – Duque de Caxias, RJ - Brasil

[...] Era a penúltima filha entre 10 irmãos. Seu pai faleceu quando ela tinha dois anos e meio de idade. Sua mãe lutou sozinha para educar seus filhos. Por isso ela ajudou sua mãe nos serviços de casa e da lavoura desde cedo. Tinha um irmão capuchinho, que morreu muito jovem durante a guerra.

Com 19 anos entrou no juvenato, trabalhando na cozinha do Hospital em Arnstorf. Em 1933 entrou no Postulado e em 11 de junho de 1934 fez sua Vestição. Em 12 de junho de 1935 fez a Primeira Profissão.

Sua primeira transferência foi para Kempten, onde serviu na cozinha até março de 1937. No mesmo ano, dia 06 de abril, abençoada pela Madre Geral Laurentia, Ir. Reinsindis partia para o Brasil, com o primeiro grupo de pioneiras que aqui chegou. Despediu-se de sua terra Natal com o coração apertado, mas feliz, porque sua alma missionária estava pronta para qualquer desafio.

O primeiro campo missionário das pioneiras foi Cabo Frio, onde permaneceu de 1937 a 1941. Em 1942 veio para Duque de Caxias como cozinheira. Sua nova transferência foi em 1952, para São João de Meriti, onde permaneceu durante sete anos, trabalhando na cozinha e na casa. Em fevereiro de 1959 foi transferida para Uberlândia, onde deveria começar um trabalho, juntamente com Ir. Walgildis, no orfanato de meninas (Casa da Divina Providência) pertencente à Associação dos Vicentinos. Aquela casa havia sido um quartel, depois um Hospital e moradia dos Franciscanos. Assim, primeiramente foi necessário adaptar a casa para tal atividade. Nestes dias, de intenso trabalho, as dificuldades eram grandes, mas ela nunca perdeu a confiança em Deus e nem o seu bom humor. Por três anos assumiu também a Coordenação da comunidade e a administração da casa. Sempre foi muito atenciosa e cuidadosa com as Irmãs e as crianças. Gostava de fazer festa para alegrar as crianças. Lá permaneceu até que a Casa da Divina Providência foi fechada em 1989. Transferida para Luizote de Freitas, também no Estado de Minas, onde se dedicou a um trabalho de evangelização junto às famílias [...].

Não consta nenhuma informação sobre a formação de Ir. Reinsindis, mas optou-se por citá-la aqui para indicar que havia (e há ainda) aquelas Irmãs que se dedicam a outras funções dentro da Congregação, as quais não são diretamente ligadas à educação escolar. No caso desta Irmã, seu trabalho era como cozinheira, considerada uma função digna, necessária naquele contexto. Igualmente, se ela chegou a assumir um cargo de coordenação numa comunidade em Uberlândia-MG, de duas uma: ou faltavam Irmãs

em número suficiente para as demandas sociais e educacionais ou, apesar de sua opção pelos trabalhos braçais, esta Irmã ou era competente o suficiente para exercer um cargo de chefia ou só o fato de ser originária da Alemanha, por ser uma das 06 primeiras a chegar aqui, já bastava como diferencial.

Ir. Reintrudis (Krescentia Krchmayer)

* 19-01-1907 – Günz bei Memmingen - Alemanha

† 28-07-1984 – Duque de Caxias, RJ - Brasil

[...] Foi a 4ª entre os sete irmãos. [...] Após os sete anos do Curso Elementar, ainda trabalhou durante um ano na casa de parentes. Assistindo a vestição de sua irmã mais velha, Ir. M. Florésia, sentiu com mais veemência o chamado à vida religiosa. Seu desejo se concretizou em 1921 com a entrada no juvenato em Dillingen. No Curso de Pedagogia descobriu-se e desenvolveu-se seu talento artístico. Terminados esses estudos, foi matriculada na Escola de Belas Artes em Munique. Às vezes nos fez saber das lutas no meio estudantil e como saiu vitoriosa com a fidelidade à oração. Finalmente, após os estudos e exames finais realizou-se seu ardente desejo da entrada no noviciado em 1931. [...] Após a profissão em 1932, assumiu na obediência o ensino de Artes em Volkach. Seu desejo de total imolação levou-a em 1938 para Cabo Frio, no Brasil, onde participou das grandes lutas de uma nova fundação. A dificuldade na adaptação à língua, aos costumes e à pobreza inicial, a falta de comunicação com a Pátria no período da guerra, não quebraram seu entusiasmo. Atendendo à necessidade de sobrevivência, prontificou-se a lecionar no Curso Primário. Nove anos depois, pode unir-se à comunidade de Duque de Caxias para ajudar na alfabetização das crianças e, ao abrir-se o Ginásio, de novo aceitou as aulas de Artes. Ainda hoje nossas Irmãs brasileiras e as antigas professoras brilham pela beleza de seus cartazes onde aplicam as letras artísticas aprendidas com a Irmã Reintrudis. As Diretoras das Escolas Públicas pediam professoras no Colégio Santo Antônio especialmente por causa desta habilidade. E como são agradecidas até hoje! [...]

Entrou para o Juvenato em Dillingen aos 14 anos de idade. Ao ler tais necrológicos, a impressão que se tem é a de que na Casa Mãe em Dillingen, que muitas vezes é referido como Convento, era oferecido somente o Curso de Pedagogia, em outros necrológicos também chamado de Curso Normal. Um diferencial em relação à Irmã Reintrudis, é que além de ter se formado professora em Dillingen, ainda estudou na Escola de Belas Artes, em Munique. Somente depois de 10 anos de estudos, ou seja, em 1931, é que ela entrou no Noviciado. Ministrou aulas de Artes durante 6 anos na Alemanha antes de vir para o Brasil em 1938; aqui lecionou inicialmente no Curso Primário até por volta de 1947 quando retomou o ensino de Artes no Ginásio do Colégio Santo Antônio. Não há notícias sobre até quando exerceu a docência, mas fica claro o diferencial das professoras formadas no Curso Normal do Colégio Santo

Antônio, — no mínimo por conta da habilidade na escrita de letras artísticas — tornando-se as preferidas na hora das contratações por outras escolas.

Ir. M. Udalrika (Maria) Pinkert

* 11-07-1918 – Aldeia Leutsdorf, município de Pegnitz, Diocese de Bamberg - Alemanha

† 22-10-1997 – Duque de Caxias, RJ - Brasil

[...] Foi a terceira filha de um piedoso casal de agricultores, e tinha 2 irmãos e 03 irmãs. Duas Irmãs são também religiosas Franciscanas de Dillingen. Uma delas, a Irmã Walburga entrou no juvenato em Lauterhofen. Alguns anos mais tarde, Ir. Gerlinde a seguiu, entrando na comunidade de Maria Hilf em Bamberg.

Ir. Udalrika teve sua infância marcada pelos difíceis anos do após guerra.

No dia 07 de janeiro de 1936, com 17 anos, Ir. Udalrika sentiu o chamado de Deus e foi aceita em nossa Congregação em Dillingen. Em 1939 entrou no Postulantado e a Vestição aconteceu no ano seguinte. Em 1941 emitiu os primeiros votos e, em 1944, prometeu viver para sempre em pobreza, castidade e obediência por amor ao Reino de Deus.

Sua Formação Profissional fez na Alemanha: 8 anos de ensino fundamental; 3 anos de especialização; 2 anos de Enfermagem; todos com Diploma e Certificado. Em 1940, no início da Segunda Guerra Mundial, inscreveu-se para fazer um Curso de atendimento aos doentes. Concluído o Curso, foi trabalhar como Enfermeira no Hospital Militar em Dillingen, Laboratório e Farmácia. Ali cuidou dos doentes dos campos de concentração de 16 Nações, por um período de três anos. Depois, em Lautrach, trabalhou durante 09 anos no hospital para Tuberculosos. Ir. Udalrika foi uma das pessoas condecoradas por Adolf Hitler com a Cruz Suástica.

[...] podendo assim no dia 24 de janeiro de 1952, viajar para o Brasil. [...] Dedicou 42 anos de sua vida à população de Urubici, onde ainda recebeu o Título de ‘cidadã Urubiciense’ no ano de 1982.

Assim como Ir. M. Reintrudis, Ir. Udalrika também tinha irmãs de sangue que optaram pela vida religiosa, coincidentemente na mesma Congregação. Tinha 34 anos de idade quando veio para o Brasil em 1952, após ter se formado e atuado como enfermeira na Alemanha, inclusive em atendimento a vítimas dos campos de concentração no período da 2ª Guerra Mundial. Por mais que não tenha efetivamente atuado na área da educação e nem na região que ora interessa para este trabalho, optou-se por citar Ir. Udalrika pelo fato de a mesma ter sido condecorada por Adolf Hitler com a Cruz Suástica. Se tinha 17 quando optou pela vida religiosa em 1936, por ocasião da 2ª Guerra ela já era uma Franciscana de Dillingen. Neste sentido, é instigante e curioso o fato de uma Irmã católica ter sido condecorada pelo chefe de um regime que era tido como anticlerical, e como está em suas crônicas, as expulsões da Alemanha. Certamente sua opção religiosa manteve-se velada durante o referido período nazista.

Ir. M. Walgildes Eichb

* 20-10-1907 – Oberstdorf/Allgäu - Alemanha

† 30-07-1989 – Duque de Caxias, RJ - Brasil

[...] Até os sete anos viveu uma vida tranquila junto a seus bondosos pais. A partir daí sua infância e adolescência foi cheia de atribulações. Sofreu as terríveis consequências da 1ª Guerra Mundial (fome, doenças, etc), perdendo os pais e as duas irmãs (devido à tuberculose que o pai havia trazido dos campos de batalha), em curto espaço de tempo.

O que se seguiu foi doloroso para a pequena Paula: sem lar, sem “aceitação” por medo do contágio da TBC, perambulou vários anos de um parente para outro...

[...] Assim, em 08 de dezembro de 1929 entrou para o juvenato em Dillingen (sua cidade natal por adoção) e fez seus estudos preparatórios para Jardim de Infância...

Finalmente, em 25/03/34 foi admitida ao Noviciado e em 15 de abril de 1935 consagrou-se ao Senhor pela 1ª Profissão, indo então trabalhar no Jardim de Infância em Volkach. Neste meio tempo a Madre Geral procurava voluntárias para a missão no Brasil [...].

De 1938 a 1939 serviu aos pequenos do Jardim de Infância em Rio Bonito. Esta fundação durou pouco tempo e, já em 1940, Irm. Walgildis foi com as primeiras Irmãs para São João de Meriti, ajudando a “fundar” mais uma casa, o Colégio Santa Maria, onde trabalhou como professora de 1ª – série até o ano de 1958.

Em 1959 assumimos um Lar de Meninas, a Casa da Divina Providência, em Uberlândia-MG e para lá foi Ir. Walgildis, como coordenadora da comunidade e educadora das crianças. Só Deus sabe o quanto e o que de melhor ela dedicou a estas meninas nos nove anos que lá serviu. [...].

Neste necrológio não se fala em Curso de Pedagogia ou Normal, mas em estudos preparatórios para o Jardim de Infância. Foi o que Ir. Walgildis fez a partir de 1929, quando tinha 22 anos de idade e entrou para o Juvenato em Dillingen. 06 anos depois tornou-se Ir. Franciscana de Dillingen, quando também começou a trabalhar no Jardim de Infância em Volkach, na Alemanha, o que fez durante os 03 anos seguintes, até vir para o Brasil em 1938. Aqui trabalhou com Jardim de Infância e com as Primeiras séries do Ensino Primário até 1958, ou seja, durante 20 anos. Depois disso foi para Uberlândia-MG, onde ficou durante mais 9 anos a cuidar de meninas órfãs ou abandonadas.

Corpo Docente

Logicamente que o corpo docente nos dois Colégios não se resumia apenas a Irmãs professoras de nacionalidade alemã; e por mais que se tratasse de uma Congregação feminina também havia homens responsáveis por algumas disciplinas. De qualquer maneira, a complexidade está, no caso deste objeto de pesquisa, em perceber de que lado o pêndulo pesava mais: se do franciscanismo ou se do germanismo. Ou seja, perceber em que medida a educação implementada aqui pelas IFD empregava mais ou menos elementos religiosos, especificamente franciscanos e ou mais ou menos elementos da realidade educacional da Alemanha. Sem dúvida que as fontes de pesquisa e os documentos a que se teve acesso, sinalizaram uma resposta nesse sentido. Por outro lado, está claro também que se optou por análises menos subjetivas na escrita deste trabalho, o que não deixa de ser tendencioso.

Os dois próximos QUADROS (28 e 29) foram construídos a partir Boletins de Informação enviados ao Ministério da Educação e Saúde por parte do Colégio Santo Antônio e Crônica encontrada no Colégio Santa Maria. No Caso do Colégio Santo Antônio, com informações mais detalhadas, foi possível verificar quantos e quais professores existiam em cada ano, desde 1944, bem como sua nacionalidade e situação ou formação.

QUADRO 28					
Professores/Nacionalidade/Formação/Situação/Salário COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1944 A 1961					
ANO	Professor(a)	Nacionalidade	Formação/Situação	Salário	Cursos Existentes
1944	Joffre da Costa Azevedo	Brasileira	Catedrático		Comercial Básico
	Carlos Alberto Cruz	Brasileira	Catedrático		
	Leopoldo Scherner	Brasileira	Substituto		
	Helena Potestá	Brasileira	Catedrática		
	M. Maria Stammmler	Alemã	Catedrática		
	M. Raphaelis Kölgmaier	Alemã	Catedrática		
	M. August Klein	Alemã	Catedrática		
	M. Elisabeth Silberleides	Alemã	Substituta		
	M. Maria Fischer	Alemã	Substituta		
1946	Joffre da Costa Azevedo	Brasileira	Catedrático		Comercial Básico e Primário
	Carlos Alberto Rodrigues Cruz	Brasileira	Catedrático		
	Ellyseo Teixeira	Brasileira	Ginasial/Substituto		
	Helena Potestá	Brasileira	Catedrática		
	Maria de Lourdes Araújo	Brasileira	Catedrática		
	M. Maria Stammmler	Alemã	Catedrática		
	M. Margarete Goldhammer	Alemã	Catedrática		
	M. Theresia Kirchmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Krescentia Kirchmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Elisabeth Silberleider	Alemã	Substituta		
	M. Maria Fischer	Alemã	Substituta		
1948	Joffre da Costa Azevedo	Brasileira	Catedrático		Comercial Básico Ginásial e Primário
	Carlos Alberto Rodrigues Cruz	Brasileira	Catedrático		
	Ellyseo Teixeira	Brasileira	Catedrático		
	M. Maria Stammmler	Alemã	Catedrática		
	M. Margarete Goldhammer	Alemã	Catedrática		
	M. August Klein	Alemã	Catedrática		
	M. Theresia Kirchmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Krescentia Kirchmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Elisabeth Silberleider	Alemã	Substituta		
	M. Maria Fischer	Alemã	Substituta		
1949	Joffre da Costa Azevedo	Brasileira	Bacharel/Catedrático	CR\$ 805,00	Comercial Básico Ginásial e Primário
	Carlos Alberto Rodrigues Cruz	Brasileira	Catedrático	CR\$ 1.200,00	
	Ellyseo Teixeira	Brasileira	Catedrático/Ginasial	CR\$ 2.400,00	
	Heliette Cléa Rangel	Brasileira	Catedrática/Comercial	CR\$ 1.000,00	
	M. Maria Stammmler	Alemã	Catedrática		
	M. Maria Fischer	Alemã	Catedrática		
	M. Krescentia Kirchmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Rosa Schömig	Alemã	Catedrática		
	M. Teresia Kirschmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Margarete Goldhammer	Alemã	Catedrática		
	M. August Klein	Alemã	Catedrática		
	M. Elisabeth Silberleider	Alemã	Catedrática		

QUADRO 28 (continuação)					
Professores/Nacionalidade/Formação/Situação/Salário COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1944 A 1961					
ANO	Professor(a)	Nacionalidade	Formação/Situação	Salário	Cursos Existentes
1950	Joffre da Costa Azevedo	Brasileira	Catedrático	CR\$ 805,00	Comercial Básico Ginasial e Primário
	Ellyseo Teixeira	Brasileira	Catedrático/Ginasial	CR\$ 2.400,00	
	Olga teixeira de Oliveira	Brasileira	Catedrática	CR\$ 1.500,00	
	Heliette Cléa Rangel	Brasileira	Catedrática/Comercial	CR\$ 1.000,00	
	M. Maria Stammmler	Alemã	Catedrática		
	M. Maria Fischer	Alemã	Catedrática		
	M. Krescentia Kirchmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Rosa Schömig	Alemã	Catedrática		
	M. Teresia Kirschmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Margarete Goldhammer	Alemã	Catedrática		
	M. August Klein	Alemã	Catedrática		
	M. Elisabeth Silberdeider	Alemã	Catedrática		
1951	Joffre da Costa Azevedo	Brasileira	Catedrático	CR\$ 900,00	Ginasial e Primário
	Ellyseo Teixeira	Brasileira	Catedrático/Ginasial	CR\$ 2.700,00	
	Olga Teixeira de Oliveira	Brasileira	Catedrática	CR\$ 1.500,00	
	M. Franziska Schmid	Brasileira	Catedrática/Comercial		
	M. Bernadette Rangel	Brasileira	Catedrática/Comercial		
	M. Maria Stammmler	Alemã	Catedrática		
	M. Maria Fischer	Alemã	Catedrática		
	M. Krescentia Kirchmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Rosa Schömig	Alemã	Catedrática		
	M. Teresia Kirschmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Margarete Goldhammer	Alemã	Catedrática		
	M. August Klein	Alemã	Catedrática		
	M. Elisabeth Silberdeider	Alemã	Catedrática		
1952	Ellyseo Teixeira	Brasileira	Catedrático/Ginasial	CR\$ 2.920,00	Ginasial e Primário
	Olga Teixeira de Oliveira	Brasileira	Catedrática	CR\$ 1.500,00	
	M. Thereza Batista	Brasileira	Catedrática/Comercial		
	M. Bernadette Rangel	Brasileira	Catedrática/Comercial		
	M. Maria Stammmler	Alemã	Catedrática		
	M. Maria Fischer	Alemã	Catedrática		
	M. Krescentia Kirchmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Rosa Schömig	Alemã	Catedrática		
	M. Teresia Kirschmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Margarete Goldhammer	Alemã	Catedrática		
	M. August Klein	Alemã	Catedrática		
	M. Elisabeth Silberdeider	Alemã	Catedrática		

QUADRO 28 (continuação)					
Professores/Nacionalidade/Formação/Situação/Salário COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1944 A 1961					
ANO	Professor(a)	Nacionalidade	Formação/Situação	Salário	Cursos Existentes
1953	Ellyseo Teixeira	Brasileira	Catedrático/Ginasial	CR\$ 3.000,00	Ginasial e Primário
	Olga Teixeira de Oliveira	Brasileira	Catedrática	CR\$ 1.790,00	
	M. Thereza Batista	Brasileira	Catedrática/Comercial		
	M. Bernadette Rangel	Brasileira	Catedrática/Comercial		
	M. Maria Stammmler	Alemã	Catedrática		
	M. Maria Fischer	Alemã	Catedrática		
	M. Krescentia Kirchmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Rosa Schömig	Alemã	Catedrática		
	M. Teresia Kirschmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Margarete Goldhammer	Alemã	Catedrática		
	M. August Klein	Alemã	Catedrática		
	M. Elisabeth Silberdeider	Alemã	Catedrática		
1954	Ellyseo Teixeira	Brasileira	Catedrático/Ginasial	CR\$ 4.200,00	Normal, Ginásial e Primário
	Olga Teixeira de Oliveira	Brasileira	Catedrática	CR\$ 2.310,00	
	M. Thereza Batista	Brasileira	Catedrática/Comercial		
	M. Bernadette Rangel	Brasileira	Catedrática/Comercial		
	M. Maria Stammmler	Alemã	Catedrática		
	M. Maria Fischer	Alemã	Catedrática		
	M. Krescentia Kirchmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Rosa Schömig	Alemã	Catedrática		
	M. Teresia Kirschmayer	Alemã	Catedrática		
	M. Margarete Goldhammer	Alemã	Catedrática		
	M. August Klein	Alemã	Catedrática		
	M. Elisabeth Silberdeider	Alemã	Catedrática		
1955	Maria Inês Batista	Brasileira	Ginasial	CR\$ 600,00	Normal, Ginásial e Primário
	Olga Teixeira de Oliveira	Brasileira	Bacharel/Licenciada	CR\$ 4.300,00	
	Muna Salim Janibolli	Brasileira	Normal/Ed. Física	CR\$ 2.000,00	
	Heliette Cléa Rangel	Brasileira	Comercial Básico	CR\$ 1.000,00	
	M. Maria Fischer	Alemã	Catedrática	CR\$ 500,00	
	M. Maria Stammmler	Alemã	Catedrática	CR\$ 1.500,00	
	M. Teresia Kirschmayer	Alemã	Catedrática	CR\$ 600,00	
	M. Krescentia Kirchmayer	Alemã	Catedrática	CR\$ 1.100,00	
	M. Margarete Goldhammer	Alemã	Catedrática	CR\$ 600,00	
	M. Elisabeth Silberleiter	Alemã	Catedrática	CR\$ 1.300,00	
	M. August Klein	Alemã	Catedrática	R\$ 1.300,00	
1956	2 Homens e 13 Mulheres (Ginasial) 2 Homens e 12 Mulheres (Normal) 8 Mulheres (Primário)				Ginasial, Primário e Normal
1957	7 Normalistas e 10 não Normalistas (Primário) 1 Homem e 12 Mulheres (Ginásio e Normal)				Ginasial, Primário e Normal

QUADRO 28 (continuação)					
Professores/Nacionalidade/Formação/Situação/Salário COLÉGIO SANTO ANTÔNIO 1944 A 1961					
ANO	Professor(a)	Nacionalidade	Formação/Situação	Salário	Cursos Existentes
1958	16 Mulheres (Ginasial) 10 Mulheres (Normal)				Ginasial, Primário e Normal
1959	16 Mulheres (Ginasial) 10 Mulheres (Normal)				Ginasial, Primário e Normal
1960	10 Mulheres (Normal) 14 Mulheres e 1 Homem (Ginasial)				Ginasial, Primário e Normal
1961	10 Mulheres (Primário) 15 Mulheres (Ginasial) 9 Mulheres (Normal)				Ginasial, Primário e Normal
Fonte: Boletins de Informações arquivados no Colégio Santo Antônio, enviados para o Serviço de Estatística da educação e Saúde do Ministério da educação e Saúde, entre 1944 e 1961.					

Não foi possível estabelecer exatamente que professores(as) eram responsáveis por qual(is) disciplina(s), muito menos em qual(is) Curso(s) e ou séries atuavam; a partir de 1956, inclusive, nem os nomes foram enumerados, aparecendo apenas sua quantidade por sexo em cada Curso. Sua formação ou situação, da mesma forma, também não dizem muita coisa. Catedrático seria o Professor titular de escolas secundárias e superiores, geralmente admitido mediante concurso. Bacharel seria aquele graduado com a conclusão dos estudos em uma faculdade ou universidade. Também não ficou claro se onde consta o nome do Curso equivale dizer que o respectivo professor é formado no mesmo ou se é nele que atua como docente. A partir de 1949 começam a aparecer também os salários de cada professor(a), onde aquelas professoras que fossem religiosas não recebiam salários, com exceção do ano de 1955 (o que pode ter ocorrido apenas teoricamente). Até esta data as informações exigidas nos Boletins Informativos eram mais detalhadas, o que começa a mudar a partir de 1956.

Quanto ao Colégio Santa Maria, as informações são esparsas e ainda mais incompletas. Não se menciona salários ou a nacionalidade de cada professor(a), algumas vezes constava o Curso em que atuavam, mais especificamente a partir de 1951. Também não era informada a atuação ou situação dos mesmos e sim a disciplina ou cargo que exerciam. De qualquer maneira, pela visualização dos Quadros é possível ter uma idéia, seja da quantidade de professores(as) em cada ano, seja de quantas eram de outra nacionalidade (na sua totalidade religiosas) e outros.

QUADRO 29				
Ano/Curso/Professor/Disciplina/Cargo/Observações				
COLÉGIO SANTA MARIA 1940 a 1942				
ANO	CURSO	PROFESSOR	DISCIPLINA/CARGO	OBSERVAÇÕES
1940		D. Judith de Castro		
		M. Nepomucina Barnickel		
		M. Nicásia Wolz	Superiora	
		Madre Rapahelis Köghmaier ou Otilie Köghmaier		
		M. Raimunda		
		M. Wallgildis Eichberger		
1941		D. Judith de Castro		
		M. Nepomucina Barnickel		
		M. Nicásia Wolz	Superiora	
		M. Raphaelis Köghmaier ou Otilie Köghmaier		
		M. Raimunda		
		M. Wallgildis Eichberger		
1942		D. América Soares Cabral	Nomeada Diretora para efeitos legais	
		D. Judith de Castro		Afastou-se
		D. Maria Alacoque Corrêa	Português	
		D. Silvia Compestrons		Foi contratada p/ o lugar de Alacoque
		D. Genoveva Zambrane		
		D. Helena Zambrane		
1943		D. América Soares Cabral		Demitiu-se
		D. Lúcia Guedes		
		Genoveva Zambroni		Demitiu-se
		Helena Zambroni		
		Rosária (Setriavous)		
1945		Frei Paulino		Demitiu-se
		Frei Ephraim	Religião	Substituiu Frei Paulino
1947		D. Luiza Chaion		

QUADRO 29 (continuação)				
Ano/Curso/Professor/Disciplina/Cargo/Observações COLÉGIO SANTA MARIA 1940 a 1942				
ANO	CURSO	PROFESSOR	DISCIPLINA/CARGO	OBSERVAÇÕES
1950		Carmem Monteiro Canário		Contrada como auxiliar
		D. Silvia Compestrons	2º ano diurno	Recontratada em abril
		Frei Zeferino	Religião	
		Agnes Barnickel ou Maria Nepomucina (em religião)	Vice-Diretora	
		Bárbara Wolz ou Maria Nicasia (em religião)	Diretora	
		Otilie Köghmaier ou Maria Rafaelis (em religião)	Secretária	
		Paula Eichberger ou Maria Walgildis (em religião)	Subsecretária	
		Sofie Lebouier ou Maria Ebermara (em religião)	Tesoureira	
1951		Carmem Monteiro Canário	Primário	Substituiu D. Maria Alacoque
		D. Iniza Chain		
	Primário	D. Maria Alacoque Corrêa Lima	Português	Demituiu-se após 9 anos
		D. Olga Teixeira de Oliveira	Português	
		Frei Aniceto Froker	Latim	
	Ginasial	Hélio de Oliveira Ribeiro	Português	
		Pe. Paulino Meuthen	Latim e Religião	
1952		Erlinda Soares		Substituiu Silvia Camp.
	Primário	Frei Erasmo Cleven	Religião	
		Giselia Carneiro		Substituiu Luiza Meira
		Luiza Meira da Nóbrega		Demituiu-se
		Silvia Campistrans		Demituiu-se após 10 anos
1953		Antônio Helio de Oliveira Ribeiro	Português História do Brasil Latim	
	Primário	D. Luiza Chaion	2º, 4º e 5º ano (manhã)	
	Primário	Erlinda Soares	3º ano (tarde)	
		Madre Cláudia	Corte e Costura	
	Ginasial	Ver. Frei Celso	Religião	
1954	Curso de Admissão (retornou)	M. Alacoque Corrêa Lima	Português	
		M. Raphaelis Kölgmaier ou Otilie Köghmaier	Superiora e Diretora	
		M. Vitória Régia de Lima	Francês	
	Primário	M. Maria Bernharda	Trabalhos Manuais	
		M. Maria Michaela		Subst. Erlinda Soares
		M. Nicasia Wolz		Faleceu
		Maria de Lourdes Pimenta Soares	Canto Orfeônico	

QUADRO 29 (continuação)				
Ano/Curso/Professor/Disciplina/Cargo/Observações COLÉGIO SANTA MARIA 1940 a 1942				
ANO	CURSO	PROFESSOR	DISCIPLINA/CARGO	OBSERVAÇÕES
1956	Primário	Arlete Carvalho		
	Primário	Ilma Soares Nogueira		
1957	Ginasial	Francisco Alves Cunha	Latim	
1959		Adelson Saldanha de Medeiros		Subst. Antônio Hélio (por um ano)
		Antônio Hélio Ribeiro de Oliveira		Foi demitido
		Dora Pinto da Costa		Subst. Antônio Hélio
1960		Pe. Ezequiel Lyra	Latim	
1961		D. Olga Teixeira de Oliveira	Português	
		D. Vauta Moraes Ruivo	Química, Física e Anatomia	
		Ezequiel Lyra	Latim	Foi demitido por deficiência didática
1962		D. Olga Teixeira de Oliveira		Demitiu-se
		Dora Pinto da Costa		Demitiu-se
	Ginasial	Elba Lopes	Português	
		Maria da Glória de Almeida	Canto Orfeônico	
		Maria da Natividade de Martins	Educação Física	
		Maria Regina de Miranda	História e Geografia	
		Maria Vitória Malta		Demitiu-se
	Normal	Shyrley Vieira	Português	
1963		Alberto Joffre Itavola Pouzada	Matemática	
		Amadeu de Angelis	Música	
	Ginasial e Normal	Dione Moderno Guimarães	História e Geografia	
	Ginasial e Normal	Laert Ribeiro	Inglês	
	Ginasial e Normal	M. Nicásia Wolz	Superiora/Francês, Matemática e Religião	Adoeceu
		Paulo Figueiredo		
	Normal	Rosa Amélia Nunes	Didática Geral e Especial	
Fonte: Crônica do Colégio Santa Maria 1940-1985, redigida por Ir. Raphaelis Köghmaier ou Otilie Köghmaier. Arquivo do próprio Colégio.				

Em complemento a estes QUADROS (28 e 29) e aos necrológicos, há algumas informações a respeito de sua formação a partir da crônica de Cabo Frio, primeira cidade em que as Irmãs Franciscanas de Dillingen se estabeleceram no Brasil. Ali estão relatados fatos anteriores à sua vinda da Alemanha e que apontam como foi sua preparação:

[...] Em janeiro de 1937, três Irmãs foram enviadas à Tutzing para a aprendizagem da língua portuguesa: M. Adelheid Stammeler, até então, professora na Escola Fem. Superior de Dillingen, M. Illuminaris, professora na Escola Fem. de Furth e M. Raphaelis Köglmeier, já

professora cancelada⁶⁹. Como, porém, as cartas do Brasil exigissem uma chegada mais rápida, sobraram apenas 4 semanas para a aprendizagem do idioma, [...]. M. Liebharda Fischer da escola conventual cancelada⁷⁰ de Laningen, M. Brunhilde Schneider, professora de trabalhos manuais de Mitteleschenbach, M. Walgildis Eichner, professora do jardim de infância de Volkach e M. Reinsindis Mayer, cozinheira de Kempten [...] (STAMMLER, 1937-1941).

Percebe-se que o tempo que elas tiveram para tomar contato com a língua portuguesa foi realmente muito curto. E por mais que fossem disciplinadas ou que tivessem alguma facilidade em aprender outras línguas, é possível pensar a respeito das dificuldades pelas quais passaram no início. Isso se expressa nas suas próprias palavras:

[...] A primeira e maior dificuldade num país estrangeiro significa a linguagem, principalmente quando a gente deve apresentar-se como professora [...] (STAMMLER, 1937-1941).

Já aqui, elas foram obrigadas a buscar auxílio neste sentido:

[...] Dona Glória Trindade e Maria Lígia Beranger assistiram-nos como Professoras, recebendo um pequeno salário de CR\$ 100,00, relativamente CR\$ 50 [...] (STAMMLER, 1937-1941).

Além das aulas de Trabalhos Manuais, Corte e Costura, Artes, enfim, disciplinas estas que não exigiam tanto o conhecimento da língua portuguesa, e que por isso mesmo certamente davam uma segurança maior para as Professoras alemãs, havia também as aulas de piano, cuja existência ficou clara com o seguinte trecho da crônica de Cabo Frio:

Finalmente conseguimos, livrar o nosso piano, que ficara 3 meses na alfândega. A Irmã Edelgard podia assim imediatamente iniciar o seu ofício de professora de piano [...] (STAMMLER, 1937-1941).

Este pode ser outro diferencial oferecido pelas IFD, por mais que não fizesse parte do currículo oficial, declarado nos relatórios e boletins de informação, além de mais uma fonte de renda.

Da mesma forma, pela distribuição de matérias entre os professores, a preocupação com o nacional, em que professores de outras nacionalidades não poderiam

⁶⁹ Impedida a sua profissão pelo “nationalsozialismus alemão”.

⁷⁰ Escola fechada pelo “nationalismus alemão”.

ministrar disciplinas que corressem o risco de ser distorcidas nos seus propósitos de formação da nação brasileira:

(1940) [...] Março! Neste mês iniciamos o 1º ano do Curso Comercial, que se estende por 5 anos: 3 anos de curso propedêutico e 2 anos técnicos. [...] As seis matérias obrigatórias estão distribuídas da seguinte maneira: Português, dado por Dona Glória Trindade, Geografia e História por Dona Amélia Ferreira dos Santos, Francês por Irmã Gertraud Goldhammer, Inglês por Irmã Edelgard Klein e Matemática por mim, M. Adelheid Stammler [...]. (STAMMLER, 1937-1941).

Além do mais, é importante lembrar o que dizia a legislação brasileira a respeito:

Paragrafo único – O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras; (CONSTITUIÇÃO 1934).

Art. 168 A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I – o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional; (CONSTITUIÇÃO 1946).

Fica claro que em 1934, a Constituição — que regulou a atuação das IFD de sua chegada em 1937 e durante os 9 (nove) anos seguintes, até a promulgação de uma nova Constituição — estava preocupada com os estabelecimentos privados de ensino, até então “livres” para estabelecerem e seguirem os seus próprios currículos, já que não haviam ainda diretrizes nacionais que regulassem esta área. Da mesma forma, não é difícil prever que muitas das instituições particulares de educação na época fossem fundadas por Congregações religiosas geralmente estrangeiras. Quanto à Constituição de 1946, sua preocupação com a língua nacional, era tanto com escolas públicas quanto particulares e apenas em relação ao ensino primário, o que poderia ter outras interpretações, inclusive que em qualquer outro nível de ensino para além do primário poderia ser dado em outras línguas que não o português. No caso das IFD, elas trabalhavam também com o Comercial e logo a seguir com o Ginásial.

Sobravam para as professoras de nacionalidade alemã, as línguas estrangeiras e a matemática, por exemplo; as matérias como português, geografia e história cabiam aos professores brasileiros ministrar. Por outro lado, talvez essa distribuição fosse simplesmente devido às dificuldades iniciais com a língua, a cultura e até com o próprio

conteúdo, inerentes a tais disciplinas. Afinal, elas levaram [...] *anos até dominar a língua de algum modo [...]*. (STAMMLER, 1937-1941).

No que se refere à questão da “liberdade”, indicada anteriormente, é interessante perceber a autonomia que as instituições educacionais tinham, mesmo entre 1937 e 1940.

Em lugar do desejado Curso Ginásial estabelecemos um Curso Especial com as matérias: Português, História, Geografia, Ciências, Alemão, Inglês, Francês, Datilografia, Desenho, Bordado. Assim pelo menos não perdemos as nossas crianças. O número dos alunos e alunas era, aproximadamente, 105, e ainda as 45 alunas particulares aproximadamente [...] (STAMMLER, 1937-1941).

Ao que tudo indica, mesmo com a existência de uma legislação educacional, não havia muito rigor no seu cumprimento. Este “Curso Especial” a que elas se referiam parece ter funcionado à revelia do que era estabelecido em Lei. E por mais que não houvesse registros “oficiais”, que posteriormente pudessem provar que tais alunos estudaram ali, isso devia ocorrer com a anuência dos pais, certamente interessados em assegurar as vagas de seus filhos naquela Instituição, na espera de que fosse aprovado o funcionamento do Curso Ginásial.

As esperanças não realizadas aqui em Cabo Frio forçaram-nos a aceitar uma nova Filial em Caxias, já oferecida em março deste ano, pelos Padres Franciscanos. Não é possível sustentar aqui 14 Irmãs, pois apesar da equiparação, não aumentou o número de alunos como esperávamos; e a equiparação nos custou tanto! Falta a nossos alunos a perseverança no estudo! Certamente a pobreza da população também é um motivo do pequeno número de alunos. [...] (STAMMLER, 1937-1941).

Eis alguns dos principais motivos que as conduziram a São João de Meriti e Duque de Caxias. Se na sua perspectiva os alunos não eram perseverantes, significava que abandonavam os estudos pela metade, sem conseguir finalizar todas as séries do Curso Primário⁷¹, por exemplo, ou que simplesmente não se sentiam motivados a estudar, não eram “disciplinados”. Tal idéia de perseverança, talvez as irmãs tivessem trazido de sua experiência enquanto alunas ou professoras na Alemanha, onde educação seria mais valorizada e priorizada. A pobreza indicada por elas, que inclusive dificultava a matrícula dos filhos numa escola confessional (particular), faz supor que mesmo as “elites” daquela meso-região teriam menor poder aquisitivo, se comparadas às elites da

⁷¹ O que, como já se viu, continuou ainda por um bom tempo em São João e Caxias nos dois colégios dirigidos por elas. (Ver QUADROS 25 e 26, no III capítulo).

capital, por exemplo. O que fica visível pela diversidade e nível das profissões dos pais dos(as) alunos(as), conforme QUADRO 20 no Capítulo III; nessa perspectiva, só o fato de estar empregado já significaria fazer parte de uma elite, com meios suficientes para pagar uma escola particular para seus filhos. O que pode ser demonstrativo igualmente do valor das mensalidades cobradas pelas IFD, supostamente compatíveis com os salários da clientela daquela mesoregião.

Mais especificamente enquanto educadoras formadas na Alemanha em uma instituição católica, na lida diretamente com crianças brasileiras logo nos primeiros meses aqui, há que se questionar, no mínimo, sobre sua percepção ou sensibilidade:

[...] No dia 1º de julho alargou-se o nosso campo de ação; pois aceitamos o Asilo Santa Isabel com 3 órfãs: Virgília, Lora e Yara. Estas passaram o dia no Colégio e a noite com uma Matrona na “Caridade”. A pequena Yara, de 4 anos, nos fêz muito trabalho; não queria acostumar-se conosco e comportou-se em nossa presença como uma possessa. Desconfiamos então, que talvez a pequena ainda não tivesse sido batizada. E era realmente assim. Queríamos dar-lhe, mais depressa possível, esta grande felicidade do Santo Batismo; e assim o fizemos. Dia 11 de julho foi aquele dia bonito, em que pela 1ª vez aqui no Brasil, fizemos uma pequena pagãzinha, de, uma negrinha, uma filha de Deus, pelas águas do Santo Batismo. A pequena recebeu o nome Maria Laurêntia Adelaide [...] (STAMMLER, 1937-1941).

É necessário considerar as diferenças culturais, é claro, entre brasileiros e alemães, bem como o meio de que estas crianças eram originárias; entretanto, não deixa de transparecer um preconceito de cor por parte das Irmãs alemãs. Deve-se lembrar que originariamente tal crônica de Cabo Frio foi escrita em alemão, apenas posteriormente traduzida para o português. Nesse sentido, era mais um episódio de sua saga em terras estranhas que era narrado. Não escreviam para brasileiros, escreviam para seus(suas) compatriotas alemães(ãs). É notório também o fato de ter sobressaído de crenças católicas uma explicação para a “possessividade” da criança; ou seja, ela só agia daquela maneira por não ser batizada. As Irmãs não cogitaram hora nenhuma em dar explicações ou uma resolução mais assertiva em termos racionais ou científicos, psicológicos ou pedagógicos. O que não deixa de ser demonstrativo da formação (docente) que tiveram na Alemanha e que estampavam em suas ações aqui. Nesse sentido, o episódio relatado por elas próprias e transcrito anteriormente, colabora para se perceber como tratavam as diferenças (no caso, étnicas) no ambiente escolar.

Acredita-se que tenha ocorrido nos colégios franciscanos pesquisados, uma interação entre as franciscanas e sua cultura de origem e a cultura encontrada aqui. Mais

do que isso, talvez tenha ocorrido uma percepção de suas limitações, enquanto Irmãs professoras, diante da nova realidade.

No interior da cultura e das práticas escolares, os sujeitos revelam-se seres frágeis que suportam a adaptação e a mudança, pelo que a educação e, por consequência, a escolarização são processos de colonização ideológica, cultural, afetiva (MAGALHÃES, 2004, p.63).

Diante da especificidade dos sujeitos, no caso dessas instituições educacionais, é possível afirmar que as Irmãs Franciscanas de Dillingen foram “colonizadas”, mas também foram “colonizadoras”, tanto quanto seus(suas) alunos(as).

Nesse sentido, uma das tarefas deste trabalho foi buscar informações sobre os professores de tais escolas a partir de sua instalação. Teria sido uma das exigências que os(as) professores(as) fossem ex-alunos(as), por exemplo? Isso facilitaria para que os mesmos fossem mais propensos a seguir determinados “princípios” ou regras impostas pela direção da escola? Ou mesmo facilitaria a aplicação dos então dispositivos pedagógicos, com os quais tais ex-alunos(as), agora professores(as), já estariam acostumados a seguir ou já conhecessem bem? Isso fica claro quando se percebe que, ainda na Alemanha, geralmente quem estudava na escola que formava professoras em Dillingen, fazia opção pela vida religiosa. Aqui aquelas ex-alunas que, diferentemente de Heliéte Cléa Rangel, não tornaram-se Irmãs, de alguma forma participavam dos rituais e grupos católicos, como as “Filhas de Maria” por exemplo. A estas, evidentemente, era dada uma preferência maior na hora da contratação para o exercício da docência, em detrimento de ex-alunas originárias de instituições escolares laicas, ou mesmo candidatas ao cargo que seguissem outra doutrina religiosa, diversa da católica.

Tal “peso” católico em sua formação pode ser visto especialmente na crônica encontrada em Duque de Caxias, no Colégio Santo Antônio, em que descrevem e ou narram muito mais a atuação das IFD enquanto missionárias do que enquanto professoras. Em alguns trechos, inclusive deixam evidente que ali (no Curso Normal a partir de 1954) se formavam professoras e catequistas, o que amalgamava pedagogia e doutrina católica.

Em contrapartida a essa severidade, alguns episódios encontrados na crônica de Cabo Frio, levam a crer que as Irmãs Franciscanas de Dillingen não deixavam de ser bem humoradas, quem sabe até maleáveis no rigor com os alunos, principalmente quando se tratava das dificuldades iniciais de comunicação.

[...] Na aula de desenho as crianças deviam desenhar um ramallete, *straup*, em alemão. No dicionário *Straup* é avestruz. A professora mostrou um ramallete e mandou desenhar um avestruz; e assim apareceram em algumas folhas de desenho aves, em outras o ramallete [...] (STAMMLER, 1937-1941).

[...] Uma vez, alunos ficaram de castigo depois da aula. Como no início administramos aulas de alemão nos nossos alunos, aplicaram êstes os seus conhecimentos, muitas vezes em hora bem oportuna. Assim, um dos alunos disse à Irmã, que tinha a vigilância sôbre as crianças: “Madre, agora vou-lhe dizer uma frase muito bonita para a senhora me deixar ir para casa”. Depois falou num alemão miserável: “*Schvescha, Du bisch schen* (*Schvester, du bist schön*). Que outra coisa a Irmã poderia ter feito, senão: êstes molequinhos irem para casa? [...] (STAMMLER, 1937-1941).

Percebam que no início, quando chegaram a Cabo Frio, elas davam aulas de alemão, como já se disse, o que principalmente devido à 2ª Guerra e ao projeto nacionalista de Getúlio Vargas passou a ser proibido.

Mais uma arte da escola: A professora tinha terminado de ensinar as intermináveis frações decimais. Um aluno estava no quadro-negro e dividiu; dividiu até a moldura do quadro-negro; continuou no chão, até a porta; e certamente teria continuado lá fora se não tivesse acabado o giz; e tudo isto, porque a professora não se lembrou das palavras: Basta! Acabe! O molequinho sabia isto perfeitamente e o aproveitou para o divertimento de todos os alunos [...] (STAMMLER, 1937-1941).

Camacho ao se referir ao Colégio Santo Antônio, — e sua observação pode muito bem ser aproveitada para a realidade do Colégio Santa Maria, visto que sob a direção das mesmas Irmãs Franciscanas — citou a prática da escrita:

Preservar a memória, imortalizar uma época e extravasar emoções são motivações para a escrita de diários, prática estimulada por pais, confessores e também pelas educadoras da Escola Normal do Colégio Santo Antônio. A própria instituição tinha a escrita como prática vigente em seu cotidiano, valorizando e estimulando a de seus alunos (CAMACHO, 2005, p.58).

Trata-se, no caso, de uma prática da própria Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, exímias escreventes de crônicas, das quais inclusive tanto se lançou mão para a escrita deste trabalho. Deve-se informar que Camacho escreve sua Dissertação de Mestrado justamente a partir de um diário pessoal, pertencente a uma das alunas do Curso Normal do Colégio Santo Antônio a partir de 1967; e por mais que o período por ela delimitado seja posterior às décadas de 1940 e 1950, que mais interessam aqui, a referida autora teve uma percepção que se considera essencial enquanto mais um indício sobre a *influência* das IFD na educação brasileira.

Ao se referir às crônicas, no caso, Camacho retoma o hábito de sua escrita desde os primeiros franciscanos (2005, p.61), indicativo de que não se tratava de um costume unicamente das IFD, mas dos franciscanos de uma maneira geral. De qualquer maneira, enquanto o “corpo docente” dos Colégios em questão, em especial as Irmãs professoras, usualmente registravam os principais fatos ocorridos em sua vivência no Brasil, através das crônicas, além das correspondências pelas quais se comunicavam com seus parentes, com a “Casa Mãe”, com Irmãs de outras Congregações, enfim. De acordo com Camacho nas suas cartas, livros e crônicas *elas imprimiram os modos de estar e de ver o mundo daquela instituição*. (2005, p.69).

As alunas, especialmente as do Curso Normal seguiam seu exemplo e eram manifestamente encorajadas a escrever especialmente seus diários; ali deveriam extravasar seus sonhos, suas frustrações, raivas, angústias, pensamentos, enfim, o diário seria uma espécie de “válvula de escape”; visto que fora das suas páginas deviam se mostrar comedidas, disciplinadas, ordeiras, exemplares, enquanto mulheres, futuras mães e ou professoras. Conforme Camacho,

Em seus relatos, ainda observa-se que a escola, ao valorizar momentos destinados ao silêncio e à meditação, por meio de algumas práticas religiosas e da escrita diária, preocupava-se com a conduta de suas alunas, pois, nesses espaços, elas poderiam refletir sobre suas próprias atitudes e, eventualmente, corrigi-las (CAMACHO, 2005, p.71).

É difícil provar que seus(suas) alunos(as) (das Irmãs Franciscanas) de outros cursos e ou séries, além do Curso Normal, seguissem esse costume, visto que não foi encontrada nenhuma anotação ou algo semelhante a um diário, escrito pelos(as) mesmos(as). Entretanto, para além do conteúdo desses escritos, é possível pronunciar o perfil de normalistas que se formavam através dos Colégios Santo Antônio, a partir de 1954 e Santa Maria a partir de 1961.

Equipamentos Pedagógicos

O QUADRO 30 a seguir, que a princípio deveria fazer parte do subitem que trata da materialidade dos dois colégios, abordada no Capítulo III, foi preferencial e estrategicamente colocado aqui, já que compõe-se de indicativos a respeito do tipo de ensino ou das possíveis características pedagógicas inerentes às IFD.

QUADRO 30					
Instituições Intraescolares/ Quantidades de Livros na Biblioteca/ Equipamentos/ Museu/ Laboratório					
COLÉGIO SANTO ANTÔNIO - 1944 a 1961					
ANO	Instituições Intraescolares	Biblioteca	Outros Equipamentos	Museu	Laboratório
1944	Nenhuma	200 volumes		Quadros murais sobre mamíferos, aves, peixes, moluscos, cobras, conchas, ossos, rochas, minerais, corpo humano	Escritório-Modêlo; 1 p/ Física e Química
1946	Nenhuma	300 volumes		Quadros murais sobre mamíferos, aves, peixes, moluscos, cobras, conchas, ossos, rochas, minerais, corpo humano	Escritório-Modêlo; 1 p/ Física e Química
1948	Conjunto Orfeônico e Musical	1.000 volumes	Aparelho receptor de radiofonia; Equipamentos para Educação Física (bastões, cavalo, trave e outros)	Quadros murais sobre mamíferos, aves, peixes, moluscos, cobras, conchas, ossos, rochas, minerais, corpo humano	Escritório-Modêlo; 1 p/ Física e Química
1950	Conjunto Orfeônico e Musical	1.700 volumes	Aparelho receptor de radiofonia; Fonógrafo (20 discos); Equipamentos para Educação Física (bastões, cavalo, trave, barra dupla)	Quadros murais sobre mamíferos, aves, peixes, moluscos, cobras, conchas, ossos, rochas, minerais, corpo humano, borboletas, ninhos de aves, produtos agrícolas, estrelas do mar	Escritório-Modêlo; 1 p/ Física e Química
1951	Conjunto Orfeônico e Musical	2.000 volumes	Aparelho receptor de radiofonia; Fonógrafo (26 discos); Equipamentos para Educação Física (bastões, cavalo, trave, barra dupla)	Quadros murais sobre mamíferos, aves, peixes, moluscos, cobras, conchas, ossos, rochas, minerais, corpo humano, borboletas, ninhos de aves, produtos agrícolas, estrelas do mar	Escritório-Modêlo; 1 p/ Física e Química
1952	Conjunto Orfeônico e Musical	2.200 volumes	Aparelho receptor de radiofonia; Fonógrafo (26 discos); Equipamentos para Educação Física (bastões, cavalo, trave, barra dupla)	Quadros murais; produtos agrícolas	Escritório-Modêlo; 1 p/ Física e Química
1953	Conjunto Orfeônico e Musical	2.200 volumes	Aparelho receptor de radiofonia; Fonógrafo (26 discos); Equipamentos para Educação Física (bastões, cavalo, trave, barra dupla)	Quadros murais; produtos agrícolas	Escritório-Modêlo; 1 p/ Física e Química
1954	Dispensado de preenchimento	Dispensado de preenchimento	Dispensado de preenchimento	Dispensado de preenchimento	Dispensado de preenchimento
1955	Conjunto Orfeônico e Musical	2.200 volumes	Equipamento p/ Projeções luminosas cinematográficas fixa; Aparelho receptor de radiofonia; Fonógrafo (26 discos); Equipamentos para Educação Física (de tudo que o Ministério exige para a E.F. de um Ginásio Feminino); todos os equipamentos que o Ministério exige para os Trabalhos Manuais	Não possui	Não possui
1956	Dispensado de preenchimento	Dispensado de preenchimento	Dispensado de preenchimento	Dispensado de preenchimento	Dispensado de preenchimento
1957	Nada consta	2.000 volumes para professores e 300 volumes para alunos	Equipamento p/ Projeções luminosas cinematográficas fixa; Máquinas de costura e todos os equipamentos que o Ministério exige para os Trabalhos Manuais; Equipamentos para Educação Física (de tudo que o Ministério exige para a E.F. de um Ginásio Feminino);	Nada consta	Nada consta
1958	Nada consta	Nada consta	Nada Consta	Nada consta	Nada consta
1959	Nada consta	Nada consta	Nada Consta	Nada consta	Nada consta
1960	Nada consta	Nada consta	Nada Consta	Nada consta	Nada consta
1961	Nada consta	Nada consta	Nada Consta	Nada consta	Nada consta

Fonte: Boletins de Informações arquivados no Colégio Santo Antônio, enviados para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, entre 1944 e 1961.

No que diz respeito à existência de “instituições intraescolares”, apontadas na primeira coluna do QUADRO 30, basicamente havia no Colégio Santo Antônio uma única: um conjunto orfeônico e musical. Como já foi sinalizado anteriormente, seja pela formação adquirida ou pelos “dons” de algumas das Irmãs Franciscanas, bem como a existência basicamente de um piano trazido da Alemanha, o interesse pela existência da referida instituição intraescolar parece ter partido prioritariamente delas (das Irmãs) e não dos(as) alunos(as). Tal aspecto pode ser demonstrativo de certa necessidade de controle ou tolhimento da autonomia discente em termos organizativos. De qualquer maneira, não se incentivava nesta escola particular, confessional, a criação, por exemplo, de jornais ou revistas estudantis, de um grupo de teatro ou de um diretório acadêmico. O Canto Orfeônico, inclusive era uma disciplina que fazia parte da matriz curricular, algumas vezes intitulada de “Cântico” ou simplesmente “Canto”, no Primário, Ginásial e até no normal, “Música e Canto Orfeônico”, conforme se verifica no último subitem do III Capítulo.

Ao tratar da idéia de Nação que se queria construir durante o Estado Novo, Alcir Lenharo, ao lançar mão de outros autores⁷², afirma que a alma brasileira procede de uma riqueza de ritmos legados pelos indígenas e negros, o que faz com que tenhamos a “obrigação de cantar”. Mais especificamente o ensino do Canto Orfeônico se deveu a Villa-Lobos, cujas “composições ideológicas apareceram entre 1938 e 1943”, na tentativa de “imprimir disciplina e civismo ao povo deseducado”. (LENHARO, 1986, p.59-60). Daí a importância que devia ter essa disciplina e ‘Conjunto Orfeônico e Musical’, inclusive enquanto uma espécie de “cartão de visitas”, em que as Escolas dirigidas pelas religiosas alemãs se davam a ver e valorizar sua imagem, não enquanto ‘inimigas’ da nação brasileira, mas enquanto mais um reforço da idéia de nação que se queria infundir⁷³. Possivelmente, mais do que reforçar uma idéia, talvez elas simplesmente não quisessem chamar atenção sobre si, no que traziam de diferencial (formação, naturalidade) na busca incessante por se assemelhar aos novos modelos, exigências e ‘sugestões’ estadonovistas. Por outro lado, esta inclinação pela música e artes em geral também foi fruto de sua formação na Alemanha, como ficou claro em seus necrológios e crônicas.

⁷² Dentre eles: WISNICK, José Miguel. Getúlio da Paixão Cearense (Villa-Lobos e o Estado Novo) SQUEFF, E. e WISNICK, J. M. *Música: O nacional e popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CORREA, Dom Aquino. *Marcha para Oeste. Terra Natal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, 2ª ed.

⁷³ No ANEXO 05 há algumas imagens de livros de música que eram utilizados no Colégio Santa Maria.

Os equipamentos, instrumentos ou materiais didáticos existentes no Colégio Santo Antônio, discriminados nos Boletins informativos emitidos anualmente, são igualmente demonstrativos das exigências do Ministério da Educação e Saúde para o funcionamento de instituições escolares e determinados Cursos. Mas também, diante das carências percebidas nas demais escolas públicas a partir da imprensa escrita (conforme Capítulo II), a listagem dos materiais é indicativa de uma melhor qualidade no ensino oferecido por escolas particulares de uma maneira geral, se é que os aparelhos descritos eram realmente utilizados durante as aulas. Bem ou mal as IFD mostravam-se à frente do seu tempo; como eram escolas preferencialmente voltadas para o público feminino (ver Capítulo III), o destaque maior vai para os equipamentos exigidos para os Trabalhos Manuais, intitulados “Artes Manuais”, na matriz curricular do Curso Normal. O fato de existirem, dentre outros, máquinas de costura, é demonstrativo tanto do público alvo quanto do tipo de formação inerente. É difícil afirmar que as IFD formavam para o trabalho, por mais que se leve em consideração a existência de alunos bolsistas, bem como o oferecimento do Curso de Corte e Costura ou Trabalhos Manuais e, inclusive, nos primeiros tempos, Curso Comercial, que acabou fechado pela pouca demanda. Além do mais, havia as instituições que ofereciam apenas cursos técnicos ou profissionalizantes na Baixada Fluminense, fossem de caráter assistencialista ou empresarial, cuja existência já foi apontada através da imprensa num subitem do Capítulo II.

Da mesma forma que os Trabalhos Manuais, a Educação Física era outra disciplina de caráter pragmático, que colaborava para a formação do indivíduo; no caso do Colégio Santo Antônio, mais especificamente freqüentado por mulheres, o que fica muito claro nos Boletins Informativos: onde havia “[...] *de tudo que o Ministério exige para a Educação Física de um Ginásio Feminino*” (QUADRO 30). Lembrar que se tratava de uma Congregação feminina, que dirigia Colégios cujo público alvo eram prioritariamente meninas, que poderiam ou não estar interessadas no mercado de trabalho (através do aprendizado do Corte e Costura ou por meio do Curso Normal). Ou seja, algumas das alunas que passaram por ali formavam-se com o simples objetivo de casar-se e cuidar dos afazeres domésticos. Igualmente não se sabe até que ponto essa formação de “mulheres úteis” e “mães habilitadas” (HAAS, 2000, p.162) tem ou não uma raiz na própria formação das Irmãs professoras desde a Alemanha; visto que, conforme Ir. Michaela, na virada do século XIX para o XX, justamente o momento a partir do qual as Irmãs que vieram para o Brasil tiveram sua formação escolar,

A sociedade da Alemanha descobria sempre mais a necessidade de bem formar a mulher, membro importante na construção de uma nação. Aqui e acolá surgiram Escolas Domésticas (Haushaltungsschule) que se dedicavam à formação das moças do meio rural e também da classe burguesa, para oferecer-lhes conhecimento e treinamento necessários para a manutenção de uma casa limpa, saudável e em ordem, para a formação da alma e espírito nos princípios éticos e da santa religião, como também para introduzi-las nas teorias e nas práticas básicas de enfermagem (HAAS, 2000, p.183).

Ou seja, pode ter sido esta idéia de formação da mulher que as Irmãs trouxeram para cá (e que também não era tão diferente do tipo de formação que se desejava para o “público” daqui). Da mesma forma, como já foi dito, o ensino de Trabalhos Manuais, por exemplo, pelo menos nos primeiros anos a partir de sua chegada ao Brasil, por não exigir o conhecimento da língua portuguesa, quebrava algumas barreiras no seu contato com os(as) discentes.

Quanto ao(s) “Museu(s)”, cujos elementos estão especificados na penúltima coluna do QUADRO 30, tratava-se muito mais de uma coleção de materiais de apoio para as diversas disciplinas, mais especificamente aquelas ligadas às ciências naturais; e no máximo serviam para ilustrar ou exemplificar alguma explicação teórica. O que vai ao encontro do método intuitivo⁷⁴. Aos materiais como: murais sobre mamíferos, aves, peixes, moluscos, cobras, conchas, ossos, rochas, minerais e corpo humano, descritos nos relatórios do Colégio Santo Antônio desde pelo menos 1944, foram acrescentados a

⁷⁴ O método intuitivo, conhecido como *lições de coisas*, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Ao mesmo tempo, essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico do novo método de ensino. Esses materiais, difundidos nas exposições universais, realizadas na segunda metade do século XIX com a participação de diversos países, entre eles o Brasil, compreendiam peças do mobiliário escolar; quadros negros parietais; caixas para ensino de cores e formas; quadros do reino vegetal, gravuras, cartas de cores para instrução primária; aros, mapas, linhas, diagramas, caixas com diferentes tipos de objetos como pedras, metais, madeira, louças, cerâmica, vidros; equipamentos de iluminação e aquecimento; alimentação e vestuário etc. Mas o uso de todo esse variado material dependia de diretrizes metodológicas claras, implicando a adoção de um novo método de ensino entendido como concreto, racional e ativo. O que se buscava, portanto, era uma orientação segura para a condução dos alunos, por parte do professor, nas salas de aula. Para tanto foram elaborados manuais segundo uma diretriz que modificava o papel pedagógico do livro. Este, em lugar de ser um material didático destinado à utilização dos alunos, se converte num recurso decisivo para uso do professor, contendo um modelo de procedimentos para a elaboração de atividades, cujo ponto de partida era a percepção sensível. http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_%20intuitivo%20.htm acesso em 29-06-2011.

partir de 1950 outros murais sobre borboletas, ninhos de aves, produtos agrícolas e estrelas do mar. Certamente que tais ilustrações foram um investimento das Irmãs Franciscanas de Dillingen, visto que pelo fato de serem coloridas, encareciam ainda mais os livros e impressos, de difícil acesso naquela época.

Além do “Museu”, ainda constava desde o primeiro relatório a respeito do Colégio Santo Antônio, também a existência de um Escritório Modelo, para o Curso Comercial e um Laboratório de Física e Química. O que também é demonstrativo do interesse das IFD em investir na estrutura física e em materiais de apoio para uma educação diferenciada em comparação com outras escolas. Dentre alguns desses materiais citam-se do então Ginásio Santa Maria:

Geografia Física

Globo terrestre
Tabuleiro de areia
Bússola
Barômetro
Termômetro
Todas as cartas murais
5 atlas
Amostras de prod.
Coleção de vistas

Química e Física

Dinamômetros
Alavancas (jogo)
Roldanas (jogo)
Plano inclinado completo
Balança de Roberval
Baroscópio
Balança hidrostática
Planômetros (com ou sem termômetros)
Aremoteros de volume constantes
Areômetros de peso constantes
Aparelho de Pascal
Vasos comunicantes
Tubos em U para líquidos de densidades diferentes
Torniquete hidráulico
Nível de boôlhas
Tubos capilares
Tubo de Torricelli
Barômetro aneróide
Modelo de sifões
Manômetros
Modelos de bomba aspirante e premente
Diapasão
Campânula com campainha
Ressonador
Sonômetro de corda
Aparelhos para demonstração da dilatação dos sólidos
Termômetro de mercúrio graduado
Termômetro com três escalas
Termômetro de máxima e mínima
Pirômetro de demonstração
Ebulidor de Franklin
Lâmpadas de mineiros
Higrômetros de cabelo
Fotômetro
Espelhos planos de ângulo variável
Espelhos esféricos
Espelhos cônicos, cilíndricos e parabólicos
Cuba para estudo da reflexão e refração
Prismas (60 a 90°)
Jogo de lentes esféricas

Câmara escura
 Pequeno espectroscópio
 Disco de Newton
 Cristal de espato de Islândia
 Imans (barra, agulha e ferradura)
 Agulhas estáticas
 Bússulas (Declinação)
 Basstões de vidro e de ebonite
 Eletroscópio
 Máquina eletrostática com jogo de acessórios
 Pilhas de Leclanché
 Voltâmetro de volume
 Amperímetro de demonstração
 Voltímetro de demonstração
 Eletro-iman
 Campainha elétrica
 Aparelhos para demonstração do princípio das máquinas magneto-elétricas
 Bobina de Ruhmkorff
 Tubos de Geissler
 Ampola de Crookes
 Estojo com material para exp. De eletricidade
 Microscópio
 Alambique
 Aparelho de Kipp
 Pequeno Herbário com exemplares mais comuns das famílias mais importantes
 do Brasil
 Pequena coleção carpológica dos principais tipos de frutos secos.

Pela quantidade de livros que se avolumou na biblioteca do Colégio Santo Antônio, no caso, fica evidente a preocupação das Irmãs na busca por uma melhor qualificação, principalmente de seus docentes por meio da leitura. Conforme boletim informativo de 1957, a quantidade de volumes para os professores superava em muito a quantidade a que os alunos teriam acesso. De qualquer maneira, o fato de as IFD se preocuparem em criar e alimentar uma biblioteca no Colégio Santo Antônio, pelo menos desde 1944, já lhes imprimia um diferencial na realidade de Duque de Caxias, ao se considerar que a briga por uma biblioteca pública⁷⁵ nesta cidade foi longa (desde agosto de 1951) e sabe-se lá quando terminou. O investimento na compra de livros foi progressivo, conforme QUADRO 30. De 1952 a 1956 praticamente não houve novas aquisições. Os períodos ou anos em que mais se alimentou a referida biblioteca coincidiam geralmente com a aprovação do funcionamento de novos Cursos, como foi o caso do Ginásial e do Normal, entre os últimos anos da década de 1940 e anos iniciais da década de 1950.

No então Ginásio Santa Maria em Relatório de Verificação do ano de 1961, constava que a biblioteca estaria

⁷⁵ No ANEXO 04 constam algumas observações feitas a respeito do debate em torno da fundação da biblioteca em Caxias e, na sequência, os artigos originais e suas respectivas transcrições na íntegra.

[...] dividida em duas seções uma para professores e administração e outra para alunas.

Contém obras gerais, enciclopédias, dicionários, livros didáticos, científicos e literários relacionados com as disciplinas do curso secundário.

Além disso dispõe de revistas selecionadas tanto para o uso de professores como de alunos.

I LÍNGUAS

Português.....	310
Latim.....	46
Francês.....	172
Inglês.....	132
Alemão.....	361
Espanhol.....	2

II CONHECIMENTOS GERAIS

Ciências Naturais.....	76
História.....	106
Geografia.....	108

III MATEMÁTICA E CONTABILIDADE

Matemática.....	102
Contabilidade.....	9

IV ARTES

Desenho.....	35
Trabalhos Manuais.....	18
Música.....	75

IV PEDAGOGIA E PSICOLOGIA

Pedagogia.....	36
Psicologia.....	5

No Colégio Santa Maria o que prevalecia em termos de livros para o ensino de línguas era o Alemão, ainda em maior número que os livros de Português, e já num ano (1961) que extrapola o período proposto para este trabalho; o que pode ser demonstrativo de uma “resistência” étnica e cultural por parte daquelas Irmãs professoras. Também fica evidenciada uma prevalência ainda maior do Alemão (em termos de livros) quando de sua chegada ao Brasil, visto que certamente os trouxeram na bagagem; os outros foram adquiridos com o passar do tempo. Infelizmente é impossível saber dentre os 361 livros que tratam da língua alemã, a quantidade deles que existia em duplicidade; assim como os outros todos.

Já no Colégio Santo Antônio, uma lista mais detalhada dos livros que compunham sua biblioteca, consta num Relatório de 1947, informações estas que estão dispostas da página 39 à 70 do mesmo.

Anexo ao nº 33. (Biblioteca didática)

1	Novo Testamento	B. Pereira
2	Salmos do Antigo Testamento	B. Pereira
3	História Sagrada	Ecker
4	História Sagrada	B. Heuser
5	História Sagrada resumo	B. Heuser
6	Catecismo maior	B. Poll
7	1º Catecismo da Doutrina Cristã	Rio Grande do Sul
8	2º Catecismo da Doutrina Cristã	Rio Grande do Sul
9	Manual da religião	Negromonte
10	Manual de catequista	Stieglitz
11	Esboços catequéticos	Stieglitz
12	Catequese (confissão e Stª Comunhão)	Stieglitz
13	Apontamentos do Catequista I Vol.	Abbé Quinet
14	Apontamentos do Catequista II Vol.	Abbé Quinet
15	Apontamentos do Catequista III Vol.	Abbé Quinet
16	Lições de Catecismo I Vol.	Gonzaga e Lopes
17	Lições de Catecismo II Vol.	Gonzaga e Lopes
18	Migalhas evangélicas	T. Ratisbonne
19	A vida em Cristo	T. Ferreira, O.S.B.
20	Explicação do pequeno catecismo	Slater
21	Horas Catequéticas	G. Schreiner
22	Aulas de Catecismo	Maria Marta
23	Catecismo prático	
24	Catecismo em imagens	
25	A infância de Jesus	
26	Lampejos de doutrina	P. Júlio Maria
27	Curso de ação católica	P. Candido Santini S.I.
28	Vou confessar	A. Goldie
29	Vou comungar	A. Goldie
30	A obra pontifícia no Brasil	Secretária Nacional
31	Ação Católica	Mário Miranda
32	Pequena História da Igreja	Z. Almeida
33	História da Igreja II Vol.	Fr. Dagoberto, O.F.M.
34	História da Igreja II Vol.	Fr. Dagoberto, O.F.M.
35	História da Igreja III Vol.	Fr. Dagoberto, O.F.M.
36	Palestras religiosas	C. Alencar
37	O Católico perante a Bíblia	Fr. Adaauto, O.F.M.
38	Divini Illius Magistri	Pio XI
39	Rerum Novarum	Leão XIII
40	Quanto o operário dee a Cristo	L. Civardi
41	A Seca do Ceará em 1942	L.A. Lustosa
42	Pequena Teologia Dogmática	D.B. Keckeisen, O.S.B.
43	A Grande Mestra e Mãe	E. Gierster
44	A Religião e a Juventude	T. Tth.
45	Altes Testament 1 Band	
46	Altes Testament 2 Band	
47	Neues Testament	

48	Katholische Schulbibel ⁷⁶	J. Ecker
49	Schulbibel ⁷⁷	Buchberger
50	Aus dem Buch der Bücher ⁷⁸	M. Höhler
51	Unterricht in der Bibl. Geschichte ⁷⁹	Hoffmann
52	Der Bebelunterricht 1 Teil	J. Wiesheu
53	Der Bebelunterricht 2 Teil	J. Wiesheu
54	Katholischer Katechismus ⁸⁰	Einheitsausgabe
55	Religionsbüchl für die Grundschule ⁸¹	
56	Lehrbuch der Kath. Religion für die Höh. Lehranstalten ⁸²	
57	Lehrbuch der Kath. Religion für die Lehranstalten ⁸³	
58	Katholisches Religionsbuch ⁸⁴	Bonifatiuswerk
59	Der Katechismusunterricht im 5. Schuljahr ⁸⁵	Ballof
60	Der Katechismusunterricht im 6. Kurs	Ballof
61	Der Katechismusunterricht im 7. Kurs	Ballof
62	Der Katechismusunterricht im 8. Kurs	Ballof
63	Kirchengeschichte ⁸⁶	Dreher
64	Kirchengeschichte	Rauschen
65	Katholische Apologetik ⁸⁷	Siebengartner
66	Katholische Apologetik	Schielle
67	Ausgeführte Katechesen ⁸⁸	Schwab
68	Kommunionlehren für Kinder ⁸⁹	Stieglitz
69	Unser Kleines Kommunion Kind ⁹⁰	K. Ludbrack
70	Paul Holds erst hl. Beicht ⁹¹	J. Lohmüller
71	Vorbereitung zur 1. hl. Beicht ⁹²	Dr. Kreuser
72	Helden des Christentums 1. Band ⁹³	K. Kirsch
73	Helden des Christentums 2. Band	K. Kirsch
74	Helden des Christentums 3. Band	K. Kirsch

Pedagogia

⁷⁶ Escola Bíblica Católica.

⁷⁷ Escola Bíblica.

⁷⁸ O Livro dos Livros.

⁷⁹ Aulas de História na Bíblia.

⁸⁰ Catecismo Católico.

⁸¹ Religionsbüchl para a Escola Primária.

⁸² Livro texto da Religião Católica para (...) Escolas.

⁸³ Livro texto da Religião Católica nas Escolas.

⁸⁴ Livro de Religião Católica.

⁸⁵ O Catecismo – Projetos de Ensino no 5º ano Letivo.

⁸⁶ História Eclesiástica.

⁸⁷ Católica Apologética.

⁸⁸ Catequese Executada.

⁸⁹ Aulas de Comunhão para Crianças.

⁹⁰ Nossa Pequena Criança Comunhão.

⁹¹ São Paulo ocupa o Primeiro Lugar – Confissão.

⁹² Preparação para a Primeira Confissão.

⁹³ Heróis do Cristianismo – 1ª Parte.

1	Instrução moral e cívica	Gaspar de Freitas
2	Boas maneiras	Carmen D'Avila
3	Minha filha no colégio	Soares d'Azevedo
4	Civilidade Cristã	A. Macedo Costa
5	Lutas da Mocidade	J. Cabral
6	Palestras educativas	Manuel Duarte
7	ErziehungsKunde ⁹⁴	M. E. Mayer
8	Der Gesamtunterricht im 1. Schuljahr ⁹⁵	M. Reichart
9	Der Anschauungsunterricht ⁹⁶	Mattäus Conrad

Português

Gramáticas

1	Português Prático Gramática	Marques da Cruz
2	Gramática expositiva Curso elem.	E. Pereira
3	Gramática expositiva Curso Super.	E. Pereira
4	Língua portuguesa Gramática	Aníbal Bruno

Leituras

5	O idioma nacional	Antenor Nascentes
6	Novo Manual de Língua Port. Curso elementar	
7	Português prático 1ª Série	Marques da Cruz
8	Português prático 2ª Série	Marques da Cruz
9	Português prático 3ª Série	Marques da Cruz
10	Português prático 4ª Série	Marques da Cruz
11	Programa de Português 1ª e 2ª Séries	J. Nogueira
12	Programa de Português 3ª e 4ª Séries	J. Nogueira
13	O Nosso Idioma 1ª e 2ª Série	P. de Freitas
14	O Nosso Idioma 3ª e 4ª Série	P. de Freitas
15	Língua Portuguesa 1ª e 2ª s.	Aníbal Brumo
16	Língua Portuguesa 3ª e 4ª s.	Aníbal Brumo
17	2º livro de leitura	Fr. B. Heuser
18	3º livro de leitura	Fr. B. Heuser
19	4º livro de leitura	Fr. B. Heuser
20	Nosso Brasil 1º grau	H. de Lima
21	Nosso Brasil 3º grau	H. de Lima
22	Leitura p/ o 2º grau M. R. M.	Ribeiro
23	Sei ler	Cesário Motta
24	Infância 1º livro	H. Richetti
25	Leitura intermediária	E. Braga
26	Pequeno escolar 1º livro	Moura Santo
27	Os três amigos	C. Rabelo
28	Em casa da vovó	C. Rabelo
29	Ninita e suas amiguinhas	C. Rabelo
30	Leis do ensino primário	
31	Seleta	Lúcia de Alvarenga

⁹⁴ Educação do Cliente.

⁹⁵ A Taxa de Matrícula Total no 1º ano letivo.

⁹⁶ A Lição.

32	Seleta Cristã	Manoel Victor
33		
34	Na Luz Perpétua 1º vol.	J. B. Lehemann
35	Na Luz Perpétua 2º vol.	J. B. Lehemann
36	Os ideais de São Francisco de Assis	P. Felder
37	São Francisco de Assis	J. Joergensen
38	Os opúsculos de São Francisco	C. Saturnino Schneider
39	Fiorette de São Francisco de A.	
40	Retrato de São Francisco de A.	C. Sá
41	Maria Antonietta de Geuser	P. Plus
42	Maria Antonietta de Geuser	P. Plus
43	Santa Bernandette	A. Lochu
44	S. Camillo de Lellis	Fr. M. Kohnen, O.S.M.
45	Pio XII	Fr. M. Kohnen, O.S.M.
46	Lo-P-Hong	J. Deister
47	Santa Margarida de Cortona	F. P. Thiemann
48	Zélia 1º livro	P. Jerônimo P. de Cast.
49	Zélia 2º livro	P. Jerônimo P. de Cast.
50	Retorno a Cristo vol. I	S. Lamping, O.F.M.
51	Retorno a Cristo vol. II	S. Lamping, O.F.M.
52	Hinos à Igreja	Gertrud Von Le Fort
53	Lírios Eucarísticos 1ª S.	D.J. de Luna, O.S.B.
54	Nos Resplendores da Hóstia 1º Vol.	A. Magne
55	Nos Resplendores da Hóstia 2º Vol.	A. Magne
56	Um frade singular	A. O. Gomes
57	Santa Mônica	M. Bougaud
58	A Violeta de Lisieux	P. A. Feitosa
59	Frei Fabiano	Fr. João J. de Castro
60	São Domingos e sua Ordem	Bernadot
61	Luisa de Marillac	L. G. Boavida
62	P. Eustáquio	P. Venâncio
63	S. Francisco de Borja	M. de Fonseca
64	Pio X	Fr. V. Facchinetti O.F.M.
65	Do Corpo Místico	Pio XII
66	São Geraldo Majella	P. Francisco Alves
67	Matt Talbot	Fr. Francisco Alves
68	Montanha acima	Maria Desidéria
69	Mensagens Mariadas dos últimos Papas	
70	Esriptos espirituais de São Boaventura 1º Vol.	
71	Esriptos espirituais de São Boaventura 2º Vol.	
72	A vida de Jesus no país e no povo de Israel	F. M. Willam
73	Glórias de Maria	Affonso Maria de Liguori
74	Jesus Cristo	Karl Adam
75	Corações inquietos	Pedro Lippert
76	Nossa Senhora de Fátima	Luis da Fonseca
77	Berta d'Alemanha	C. de Bolanden
78	As parábolas (Poesias)	B. Tigre
79	Leituras eucarísticas	Servus Mariae

80	N. S. Aparecida (Poemeto)	Marques da Cruz
81	Georgiana Fullerton	Maria Anna Nabuco
82	Fátima	Dr. Arthur de Vasconcelos
83	Santa Clara	Fr. Francisco Xavier
84	Pauline Perié	R. P. Cuquel
85	Um Chanceler Católico	Bartolo Galletto

Francês

62 títulos

Inglês

67 títulos

Latim

8 títulos

Alemão

90 títulos

Dicionários

24 títulos

Geografia

28 títulos dentre os quais 9 alemães

História

21 títulos dentre os quais 5 alemães

| A Religião na Rússia Soviética | N. S. Timasheff

Matemática39 títulos *dentre os quais 5 alemães*Ciências30 títulos *dentre os quais 14 alemães*Desenho10 títulos *dentre os quais 5 alemães*Arte18 títulos *dentre os quais 16 alemães*Trabalhos Manuais25 títulos *todos alemães*Música3 títulos *dentre os quais 2 alemães*Educação física4 títulos *dentre os quais 3 alemães*Economia doméstica15 títulos *dentre os quais 8 alemães*Escrituração e Contabilidade

6 títulos

Estenografia⁹⁷

2 títulos

Datilografia

3 títulos

Anexo ao nº 33 Biblioteca dos alunos

206 títulos

Revistas – 16 *dentre as quais 2 alemãs*

Anexo ao nº 35 (sala de línguas vivas)

62 livros franceses

67 livros ingleses

15 trechos diferentes (discos franceses)

15 trechos diferentes (discos ingleses)

Pelos títulos dos livros, mesmo os alemães (traduzidos em rodapé), é notório o tipo de formação em que as Irmãs professoras acreditavam. Livros estes nos quais alimentavam seu conhecimento (bem como o de professores(as) leigos(as) e reforçavam sua formação via preceitos católicos. Em 1947, como era de se esperar, a quantidade de livros alemães direcionados ao ensino e aprendizagem das mais diversas disciplinas ministradas no Colégio Santo Antônio, prevalecia em detrimento daqueles cujos autores eram brasileiros. Portanto, a “catolicidade” e a “alemanidade” — por mais que não se tratasse de uma escola étnica, e nem que sua localização fosse numa comunidade cujo principal objetivo perpassasse pela preservação de sua cultura de origem, — prevaleciam (pelo menos em 1947), no atual Colégio Santo Antônio, dirigido pelas IFD.

Certamente tais referências alemãs, fortes nos primeiros anos de funcionamento das escolas, perdiam forças na medida em que diminuía o número de Irmãs daquela nacionalidade, ou se for considerado que as primeiras que aqui chegaram passaram a dominar a língua portuguesa. Ao se levar em consideração o máximo que se conseguiu “gerar” enquanto elementos alemães ou especificamente franciscanos, estes não foram vultosos. Por outro lado, as evidências que se apresentaram em grande medida e ao longo de todo o período da pesquisa, consubstanciadas basicamente em elementos católicos, são apresentadas no V Capítulo; demonstrativo de que o que prevaleceu no ensino empreendido pelas IFD foi o catolicismo.

⁹⁷ É um método de escrita rápida. O mesmo que taquigrafia.

CAPÍTULO V

MISSÃO, CATEQUIZAÇÃO, CRUZADAS e SANTINHOS: A força de elementos do catolicismo na educação escolar das IFD

[...] que não somente clareassem as cabeças de suas alunas, mas que também aquecessem seus corações no amor de Deus e ao próximo. [...] não deviam ser somente professoras, mas educadoras, pois como não se dava remédio com uma concha, assim seu ensino não devia ser cheio demais de doces palavras, deviam agir com tato e inteligência.⁹⁸

Este capítulo vem reforçar e complementar, de certa forma, o que foi tratado especialmente nos capítulos I e IV em que a Educação é apontada como instrumento privilegiado na universalização dos interesses católicos ou da Igreja Católica. Apesar da fragmentação perceptível no título, ambos conceitos só são trabalhados aqui de forma separada na tentativa de uma melhor organização das idéias. Entretanto, como se verá, um está imbricado mais ou menos em cada um dos outros elementos, o que proporciona certa coesão entre os mesmos e certamente justifica a sua força.

A Idéia de Missão

Apesar de a atuação das Irmãs Franciscanas de Dillingen não se resumir ao setor educacional, — visto que elas ainda atuam sócioeducativamente (creches, centros comunitários) e também socialmente (asilos, abrigos, hospitais, habitação, trabalho e renda) — neste ano de 2012, quando comemoram 75 (setenta e cinco) anos de sua chegada no Brasil, buscam divulgar e sublinhar principalmente o caráter educacional ou magisterial de sua *Missão*.

Missão, em alemão *Auftrag*, pode significar muitas coisas: encargo; encomenda, ordem, *Speise*, Servir⁹⁹. Mas também *Aufgabe*, tarefa, exercício, dever, problema; função, atribuição; expedição; abandono, renúncia, desistência. *Einsatz*, aposta; uso,

⁹⁸ WAGNER, Prof. Regens. (HAAS, 2000, p.135).

⁹⁹ *Portugiesisch-Deutsch, Deutsch-Portugiesisch*. Langenscheidts Universal-Wörterbuch. Berlin-Schöneberg: Langenscheidt KG – Verlagsbuchhandlung, 1958, p.198.

utilização, emprego; engajamento, empenho, dedicação; açã¹⁰⁰. Missão como abandono, renúncia ou desistência, seria, no caso das Irmãs de Dillingen, “abandono” da família de origem; renúncia aos bens materiais, a uma vida “comum”, no sentido de laica; desistência de determinadas possibilidades de vivência, para entrega a outras possibilidades consideradas espiritualmente superiores. A aposta, com certeza seria num mundo melhor a partir da perspectiva católica. A palavra *Missão*

[...] começou a significar o envio ou a determinação de um território delimitado, pagão ou cristão, para que fosse exercido o sagrado ministério, ou o próprio território, somente na metade do século XVI. Em inícios do século XVII a palavra adquire o sentido técnico de envio ou destinação a países infiéis tendo em vista a pregação do Evangelho. Em consequência disto aquele que era enviado começou a ser chamado de missionário, isto é, apóstolo, e o lugar para onde era enviado, terra de missão ou simplesmente missão (CAROLI, 1993, p.437).

Missões (ad gentes) J. C., ao voltar para o Pai, depois de cumprida a sua obra redentora, deixou aos Apóstolos a palavra de ordem: «Ide por todo o mundo, anunciai o Evangelho a todas as nações, baptizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo» (Mt 28,19; Mc 16,15-16; Lc 24,47-48). No seu cumprimento, a Igreja envia os seus *missionários a pregar o Evangelho e a implantar a própria Igreja entre os povos e grupos (a que chamam *pagãos) que (ainda) não crêem em J. C. A esta peculiar actividade dá-se o nome de “missões ad gentes” ou simplesmente missões (cf. Conc. Vat. II, Decr. *Ad gentes, sobre a actividade missionária da Igreja, n. 6). Constituem esta acção evangelizadora o testemunho de vida dos missionários, o diálogo amigo, a presença de caridade, o anúncio explícito de J. C., a conversão e iniciação cristã das pessoas, tendo sempre em vista a implantação local da Igreja. O objectivo directo das m. é a constituição de Igrejas particulares, dotadas de clero próprio e estruturas pastorais que assegurem a vida normal e o crescimento das comunidades de fiéis que as integram. A acção missionária pode ainda prolongar-se na fase de consolidação das jovens Igrejas, sem prejuízo da sua autonomia. O ideal das m., que é o da própria Igreja, é conseguir a progressiva evangelização de toda a humanidade, com a consequente cristianização ou projecção do espírito cristão nas estruturas socioculturais, no respeito das culturas locais (FALCÃO, 2011).

Nessa perspectiva, é possível afirmar que ao serem enviadas/convidadas para o Brasil (país infiel? Em que a pregação do Evangelho fazia-se necessária?), as Franciscanas de Dillingen vieram em *Missão*, assim como também é possível considerar como *Missão* suas ações mais especificamente no “território” educacional.

Esta idéia de missão foi encontrada em praticamente todos os necrológios das Irmãs, disponibilizados para esta pesquisa pela então Provincial Ir. Jacinta Bichling:

¹⁰⁰ Keller, Alfred Josef. *Michaelis*: minidicionário: alemão-português, português-alemão. São Paulo: Cia Meloramentos, 1996.

[...] seu entusiasmo missionário fê-la deixar a Alemanha e vir para o Brasil com o 2º grupo de ‘pioneiras’ que aqui aportou em 26 de julho de 1938 [...] (Ir. ADELWIGA (Theresia) LINSE).

[...] Veio para o Brasil como jovem missionária em 1956 [...] (Ir. AMÁLIE CHRISTINE HAFFNER).

[...] Em 1937 resolveu vir com o 1º grupo para o Brasil a fim de continuar sua missão na Terra de Santa Cruz. [...] (Ir. BRUNHILDE SCHNEIDER (Anna), OSF).

[...] 19 de agosto de 1938 – Envio Missionário; [...] Assim começou sua missão em terras brasileiras com muitas dificuldades [...] (Ir. M. EDELGARD (Auguste Klein)).

O fechamento das escolas religiosas a mando do regime nazista, a proibição do uso da veste religiosa nas escolas e a ameaça da guerra iminente, levaram Irmã Edith a seguir o exemplo de um grupo de irmãs, que há um ano, deixaram a sua pátria. Desde então o Brasil tornou-se a sua terra de missão e a sua segunda pátria (Ir. M. EDITH (Bernhardine) KOLB, OSF).

Ao lado de seu magistério foi uma catequista e missionária de fibra. [...] (Ir. M. FLORÉSIA KIRCHMAYER).

Desde cedo revelou seu carisma pela Missão Educadora como professora. Na sua terra Natal exerceu o Magistério de 1926 a 1937.

O seu primeiro local de missão foi Cabo Frio e depois Duque de Caxias onde permaneceu desde 1942 até 1973 [...] (Ir. LIEBHARDA FISCHER).

[...] Comecei a perceber o chamado de Deus para uma doação missionária. Pude revelar este desejo à Ir. Adelaide que tinha vindo do Brasil à Alemanha, para um encontro de superiores, e esta me convidou a ser educadora em sua missão na Baixada Fluminense, do Estado do Rio de Janeiro. [...] (Ir. M. MICHAELA HAAS (Edeltraud Genovefa Haas)).

[...] resolveu continuar sua missão educativa no Brasil. Assim em 09/09/1938 chegava a Cabo Frio [...] (Ir. M. NEPOMUCINA (Agnes) BARNICKEL, OSF).

[...] Brasil, país onde ela tinha aportado no dia 19 de abril de 1937 como uma das seis missionárias pioneiras, em consequência do Governo Alemão anticlerical [...] (Ir. RAPHAELIS KÖGLMAIER (Otilie)).

[...] Como seu coração era profundamente missionário, deixou sua terra natal e veio para o Brasil onde se dedicou de corpo e alma à educação e à evangelização [...] (Ir. REIMUNDA (Elizabeth Silberleiter)).

[...] Despediu-se de sua terra Natal com o coração apertado, mas feliz, porque sua alma missionária estava pronta para qualquer desafio [...] (Ir. M. REINSINDIS (Pia) MAYER).

[...] Neste meio tempo a Madre Geral procurava voluntárias para a missão no Brasil [...] (Ir. M. WALGILDES EICHB).

Nessa perspectiva, o Brasil seria um local de Missão, que poderia ser tanto evangelizadora quanto educacional. Segundo as próprias Irmãs, seu coração e espírito eram missionários, fator que mais pesava em sua decisão de vir para cá.

Missão, do latim *missio onis* (missione), seria o mesmo que conclusão, perdão. Significaria também:

[...] função ou o poder que se confere a alguém para fazer algo; incumbência. [...] O conjunto das pessoas que receberam um encargo religioso, científico, etc. Ofício, ministério. Obrigação, compromisso, dever a cumprir. Prédica ou sermão doutrinal. Estabelecimento, instituição ou instalação de missionários para pregação da fé cristã. Segundo a doutrina da Igreja Católica, o envio de uma das pessoas divinas, pelas outras, no tempo. Missão eclesial. Conjunto das funções a que é enviada a Igreja, de magistério, de santificação e de regime. Mandato conferido pela Igreja a determinadas pessoas, clérigos ou leigos (Dicionário AURÉLIO) (Grifos meus).

Ao significar Ofício, a *Missão* das IFD pode ser encarada, para além de sua “obrigação” (devido à opção sacerdotal que fizeram), no caso também como meio de vida, uma espécie de profissão, trabalho ou emprego. Lembrar que *Ofício* também seria ou um *conjunto de orações e cerimônias religiosas*, ou ainda uma *comunicação escrita e formal entre autoridades da mesma categoria, ou de inferiores a superiores hierárquicos*. De qualquer forma, nessa perspectiva, as IFD em *Missão* obedeceriam aos seus superiores hierárquicos através de Ofício(s).

Ao significar Ministério (do latim *Munus eris*), essa mesma *Missão* seria vista igualmente como cargo, mas também como dever, dádiva ou favor. Em outras palavras se poderia acrescentar ao significado a palavra entrega; mas entrega a uma determinada causa ou o mesmo que colocar-se à disposição — no caso delas enquanto franciscanas — da Igreja, hierarquicamente e ou o que seria mais justo e coerente, à disposição dos pobres, famintos, miseráveis.

Lembre-se ainda dos aldeamentos, na perspectiva das *Missões*,

Uma vez que os indígenas eram considerados portadores de uma cultura inferior e desconhecedores da doutrina cristã, muitos legitimavam seu cativeiro como forma de cristianizá-los e salva-los do pecado. Os aldeamentos, realizados por membros de diversas ordens religiosas, mas sobretudo pelos jesuítas, constituiu uma ritualização que lembrava o purgatório: retirados do sertão, do caos das selvas, os nativos eram deslocados para lugares onde poderiam ser admitidos como membros da Igreja e receberiam os ensinamentos e os trabalhos que permitiriam a eliminação de seus pecados. A Igreja passava a ter a

mesma função simbólica e prática do purgatório (CAMPOS, 2005, p.216).

Guardadas as diferenças contextuais e ao se considerar o tempo transcorrido, é possível fazer um esforço no sentido de visualizar na mesoregião hoje conhecida como Baixada Fluminense, que o que se fazia no Brasil há pelo menos 400 (quatrocentos) anos, parece que continuava a ser feito ali, logicamente que com novas feições, nas “recentes” décadas de 1940 e 1950. O fato é que a Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen, dentre outras tantas Ordens religiosas, lidaram neste período, principalmente com migrantes e imigrantes que chegaram a São João e Caxias, os quais, consideradas as proporções, não desconheciam totalmente a doutrina católica. (QUADRO 04).

Outra diferença é que a população a ser “doutrinada” nos anos 1930, 40 e 50, encontrava-se desta vez nos subúrbios, nas periferias de um país “independente” e não mais nos litorais de um Brasil colonial. Pede-se atenção para o fato de que esse afastamento da população do litoral para o interior do Estado do Rio de Janeiro, no caso, ou do centro para a periferia, não se deu ali de uma hora para outra e muito menos à força. Conforme Braz, pelo menos três fatores colaboraram para isso: a migração em direção aos grandes centros urbanos (num primeiro momento para a capital e depois para sua periferia); a expansão da rede ferroviária, como já se apontou no Capítulo I, e a recuperação do meio ambiente, com os serviços de saneamento.

Essa massa vinda dos casebres do interior do país e das senzalas esvaziadas pela Abolição em 1888 abarrotava as cidades brasileiras e o Rio de Janeiro em particular, que se mostravam absolutamente incapazes de absorvê-la. Somando-se a população de negros foros e brancos e pardos pobres já residentes nesses espaços urbanos desde meados do século XIX, acotovelavam-se pelas ruas barulhentas em busca de emprego e teto barato, habitando os cortiços, as casas de cômodos e as palafitas sob péssimas condições de insalubridade.

Vitimados pelas epidemias lutavam pela sobrevivência explodindo periodicamente em manifestações violentas de inconformismo ou mergulhavam num cotidiano difuso pouco avesso aos “bons hábitos” e as convenções sociais o que chocava e apavorava a recente elite republicana que governava o país a partir da cidade. Logo surgiram vozes modernizantes que exigiam uma ação civilizante que disciplinasse essa “gente atrasada” visto que, “era preciso acabar com a noção de que o Rio de Janeiro era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas e transformá-la num verdadeiro símbolo do novo Brasil¹⁰¹”.

¹⁰¹ ABREU, Maurício de A. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1988, p. 60. (Nota do autor).

Tratava-se então de investir contra a pobreza eliminando ou removendo a população pobre, pois era necessário dotar o país de uma capital moderna que agilizasse seu ingresso no próprio circuito internacional de capitais, produtos e população¹⁰².

Essas intenções modernizadoras pensadas desde o final do século XIX¹⁰³ foram levados a cabo durante a administração de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902 – 1906) que pôs a seu serviço um corpo técnico encarregado de conduzir um ambicioso plano de modernização da Capital em três direções: o engenheiro Lauro Muller que comandaria uma urgente reforma e ampliação do porto; o médico sanitário Oswaldo Cruz encarregado de comandar a Cruzada contra as epidemias através de uma incisiva política de saneamento e o prefeito nomeado da capital, o engenheiro Pereira Passos, que havia acompanhado os momentos finais das monumentais reformas realizadas em Paris no século XIX pelo barão de Hausmann (1855–1870) seria encarregado da remodelação urbanística da cidade. [...] O deslocamento populacional promovido pela – como ficou conhecida – Reforma Passos, foi intenso na medida em que quarteirões inteiros foram destruídos e a população carioca pobre, acuada, buscava na constituição das favelas¹⁰⁴ uma alternativa de sobrevivência.

Em 1907 já havia no morro da Babilônia e em 1909 no Salgueiro, na Tijuca, Mangueira e no morro do Telégrafo, atrás da Quinta da Boa Vista. Já em 1912 alcançaria os morros do Andaraí, de Copacabana, do Leme e o de São Carlos, no Estácio. Em 1915 o morro dos Cabritos, próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas, também abrigava barracos. E em 1916 era a vez do morro do Pasmado, em Botafogo.

Uma outra opção que restava às populações desalojadas do centro do Rio de Janeiro ou que afluía cada vez mais intensamente à cidade, eram os subúrbios. Entre 1890 e 1906, por exemplo, freguesias suburbanas próximas ao centro como Engenho Novo e Inhaúma tiveram um apreciável aumento populacional e, na medida em que novas levas de moradores saturavam suas possibilidades residências, novas áreas cada vez mais afastadas iam sendo progressivamente ocupadas. Até que em 1930, o tecido urbano já havia avançado sobre as fronteiras do Distrito Federal alcançando a Baixada Fluminense. (BRAZ, 2006, p.34-36). (Grifo meu).

E ficaria então, a título de “missão” não apenas da Igreja (através das suas várias Congregações), mas também da família e do Estado, imbuídos de um mesmo ideal

¹⁰² Até as primeiras décadas do século XX boa parte das viagens marítimas internacionais evitavam o porto do Rio de Janeiro, célebre pelas epidemias que assolavam a cidade e apavoravam os visitantes europeus. (Nota do autor)

¹⁰³ Em 1875 havia sido elaborado o Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro jamais implementados.

¹⁰⁴ A primeira favela carioca constitui-se no morro da Providência na década de 90 do século XIX. Seus barracos seria o resultado imprevisto das demolições promovidas por Barata Ribeiro em 1893. E o nome “favela” derivaria do apelido dado ao local pelas tropas vindas de Canudos aquarteladas no morro que relacionavam sua vegetação, plantas com favas, a que conhecera nas cercanias do arraial baiano do Belo Monte. MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e Vizinhaça: Limites da Privacidade no Surgimento das Metrôpoles Brasileiras*. NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 1998, p. 141. (Nota do autor).

católico, o doutrinamento, disciplinamento, apaziguamento, enfim, dessa “massa” de pessoas¹⁰⁵.

Neste momento, é importante ficar claro que nas Instituições de educação dirigidas pelas IFD muitos alunos estudavam mediante cessão de bolsas de estudo, senão integrais pelo menos parciais, conforme subitem “Público Alvo”, tratado no Capítulo III. Com ou sem bolsa, que outra instituição através da qual se poderia (a médio prazo) obter sucesso nessa *Missão* doutrinária, senão a Escola? Instituição esta em que se poderia não apenas catequizar e evangelizar, mas igualmente civilizar, educar e apaziguar. Talvez esteja aí uma justificativa para, ainda atualmente, as IFD, a reboque dos interesses da Igreja Católica, apoiada pelos governantes e elites, privilegiarem sua *Missão* educacional em detrimento de outras.

Mas havia outro significado para *Missão* nas Instituições escolares ora trabalhadas. Seria uma espécie de “campanha”, geralmente iniciativa da direção da escola ou mesmo da Igreja, para angariar fundos, revertidos para alguma causa: Aquisição de determinada imagem de santo para a escola ou para a Igreja, ou um sino para a Igreja, o “Natal dos Pobres”, a construção ou reforma de determinada Igreja ou paróquia, e principalmente para colaborar com *Missões* da Igreja Católica, de maneira geral, inclusive em outras partes do mundo, como era o caso da África, por exemplo.

Tinha muita é... furar cartão...[...] Minha mãe ficava de saco cheio! (risos) [...] Porque cinco filhos, cada um levava um cartão pra furar! (risos) [...] eram uns cartõezinhos assim, cada furo correspondia a um dinheirinho, não sei quanto que era [...] quando eu era do Primário! [...] mas tinha campanha que dava pra todo mundo! [...] Lá tinham campanhas que elas faziam das Missões, em outubro, que a gente tinha que levar mesmo! Todas as crianças levavam, não era só os cruzadinhos não (VALLADÃO, 2009).

[...] Por exemplo, cada mês, a Igreja Católica tem assim alguma coisa específica [...] Então, por exemplo, mês de outubro *Missões* [...] Então nós levávamos lista pra casa [...] as pessoas conhecidas assinavam o nome e davam uma quantia, e trazíamos aquilo que era pras Irmãs mandarem, eu não sei pra onde elas mandavam, ou pra Diocese ou pra alguém, eu sei que elas mandavam porque a Diocese era de Petrópolis, não era aqui. A Diocese de Caxias tem menos de trinta anos. Pertencíamos à Diocese de Petrópolis, [...] Então acho que elas mandavam, [...] e elas recolhiam sempre. [...] Eu lembro que em casa, eu não tinha jeito de ficar pedindo, aí meu pai me dava uma quantia e minha irmã assinava uma porção de nomes da família inteira (risos) [...] pra preencher aquela lista pra trazer (ALMEIDA, 2009).

¹⁰⁵ Veja o resumo (feito por Paul Foulquié) da Encíclica sobre a Educação, de 31 de dezembro de 1929, redigida pelo Papa Pio XI, constando o que seria a *missão educadora* da Igreja, da Família e do Estado em relação à mocidade. (FOULQUIÉ, 1957, p. 136-138).

Eu trabalhava muito nas missões. Mês missionário, mês de setembro, as Irmãs trabalhavam muito. Vinha a cartelinha, eu acho que vinha da Igreja, se eu não me engano. [...] Eram dadas no Colégio [...] Eu tenho uma leve impressão que vinha da Igreja essas cartelinhas para as Missões. [...] As Missões ali eram pra mandar pra fora, dinheiro. [...] Eu não tenho muito claro, mas eu acho que era mais assim pras regiões de África [...] Embora que o país fosse pobre, né? Agora eu não to muito clara não [...] Eu sei que fazia muito movimento com essas cartelas, eu me lembro por exemplo a Irmã Marcela, a Irmã Florésia, eram Irmãs assim muito ousadas, [...] queriam colaborar, né?! Com as coisas, então trabalhava muito com essas cartelas, as alunas que levavam, que conseguiam preencher uma cartela, ganhavam prêmios [...] Agora, eu tenho mais a impressão que era pra fora (RANGEL, 2009).

Na FIGURA 06 é possível confirmar que os(as) alunos(as) eram realmente premiados(as), visto que carregam uma faixa onde está escrito “campeão” ou “campeã”, eram fotografados, comemorados. As *Missões*, nesse sentido, seriam uma espécie de “Caixa Escolar”, mas cujo resultado servia para os trabalhos sociais promovidos pelas Irmãs Franciscanas ou pela Igreja Católica. Por esse processo, os alunos de tais instituições escolares acabavam por aprender também a serem caridosos, solidários, altruístas, benevolentes. Seriam as chamadas Missões populares,

Também chamadas sagradas missões ou missões ad intra, para as distinguir das *missões ad gentes (em terras de infiéis), são uma forma especialmente eficaz de *pregação (CDC 770) destinada a reavivar a fé e vida cristã dos batizados e a renovar as comunidades paroquiais. Trata-se de uma forma de pastoral extraordinária, complementar da pastoral ordinária. Mais ou menos sempre existiu na vida da Igreja, mas teve particular desenvolvimento a seguir ao Conc. de Trento, para defender as comunidades católicas da heresia (sobretudo protestante) e de as fazer sair da letargia espiritual em que se encontravam. Providencialmente surgiram nos sécs. XVI-XVII santos fundadores de institutos que se dedicaram a tais missões, como S. Vicente de Paulo, fundador da Congregação da Missão (1625), e Sto. Afonso Maria de Ligório, fundador dos Redentoristas (1732), para citar somente os que presentemente mais se dedicam às m. p. em Portugal (sem esquecer os Franciscanos, Monfortinos, Picpussianos e outros). Nas suas linhas gerais, as m. p. desenvolvem-se em três fases: 1) a pré-missão, destinada a sensibilizar os destinatários e a preparar os missionários (padres, religiosas e leigos, de fora, a que se juntam outros recrutados na comunidade a evangelizar); 2) a missão, de cerca de duas semanas de intensa actuação evangelizadora, dando grande importância aos contactos pessoais e à diversidade dos públicos (adultos, jovens, crianças, doentes, famílias...), visando a sua conversão e integração dinâmica na vida da paróquia; 3) a pós-missão para avaliação e reanimação, ao longo de 1 a 3 anos. Mais recentemente, passou a fazer parte da dinâmica das m. p. a constituição de grupos de vizinhos, que se reúnem periodicamente animados por um catequista, prolongando os resultados das m. p. (aos quais os Redentoristas chamam “assembleias familiares cristãs”, e os Vicentinos “comunidades familiares de caridade”) (FALCÃO, 2011).

De qualquer forma, deve-se lembrar que onde se dava esta espécie de Missão, desenvolvida pelas Irmãs Franciscanas, eram as escolas particulares sob sua direção, ou seja, em que a grande maioria dos seus alunos pagava mensalidades ou anuidades para estarem ali. A *Missão* de ajudar o próximo estaria misturada à *Missão* de ensinar/aprender determinados valores; e os(as) alunos(as) colaborariam com uma *Missão* que não seria especificamente a deles(as), enquanto alunos, mas a das Irmãs de Dillingen, no caso, não enquanto professoras, mas enquanto franciscanas. Por outro lado, como se tratava de escolas católicas, tal prática (que envolvia os alunos) colaborava, como já se disse, para o ensino e a aprendizagem dos princípios católicos que se queria inculcar.

Catequização

Deve-se considerar que, para comungar, — ou seja, para receber o “Corpo de Cristo”¹⁰⁶ (representado na hóstia¹⁰⁷ Consagrada) o qual se sacrificou para salvar o povo dos seus pecados, — os católicos precisam antes se preparar, nesta fase chamada catequese. Dessa forma, catequizar seria o mesmo que *instruir por meio de catequese; explicar os princípios religiosos. Aliciar, tentar convencer*. (Dicionário AURÉLIO). Ao se tomar contato com alguns documentos produzidos pelas IFD, é possível afirmar que estas foram exímias nesta prática (evangelizar, catequizar, sobretudo em país de *Missões*). Inclusive é difícil perceber qual *Missão* poderia ser considerada seu “carro chefe”, se a pregação do Evangelho ou se a Educação. Evangelização ou evangelicidade, na perspectiva dos próprios franciscanos seria [...] “*ouvir religiosamente a Palavra de Deus e proclamá-la com confiança*”, mais especificamente o Evangelho [...]. (CAROLI, 1993, p.236). Catequização no sentido que já se colocou, não poderia mesmo vir separado de instrução; instruir ou educar (escolarmente inclusive) por meio da catequese ou da evangelização. No Brasil isso foi (e ainda é) comum, pois uma legislação laica foi apenas ensaiada por meio de Reformas e Decretos no período aqui eleito. Por outro lado, é preciso perceber até que ponto as Igrejas

¹⁰⁶ E isso principalmente na infância, quando deve ocorrer a Primeira Comunhão ou quando se comunga pela primeira vez o corpo de Cristo

¹⁰⁷ Partícula circular de massa de pão ázimo (obreia), que é consagrada na missa. (Dicionário AURÉLIO).

perderam ou não espaço para o Estado no Brasil (Religioso X Laico). Nessa perspectiva, conforme Petitat nos alerta sobre a situação da Alemanha, coincidentemente de onde as Irmãs Franciscanas vieram,

A estatização do ensino elementar desloca as Igrejas de suas posições na gestão das escolas, acarreta uma transformação nos temas de referência ideológicos e culturais, que passam a ser o elogio da pátria, história e geografia nacionais, história dos costumes nacionais e das virtudes exemplares; temas como a conciliação de interesses sociais, a igualdade de direitos e de oportunidades, a mobilidade e as aptidões individuais, o progresso da razão e das ciências, etc. (PETITAT, 1994, p.163).

Tais mudanças certamente refletiram-se no Brasil, principalmente entre as décadas de 1930 e 1950. Entretanto, é possível perceber a força do religioso em detrimento do laico, através das ações das IFD no cotidiano de suas instituições escolares. O que pode ser numericamente visualizado.

QUADRO 31			
1ª Comunhão Colégio Santa Maria (1940-1964)			
DATA	MENINAS	MENINOS	TOTAL
20/10/1940	67	30	97
11/10/1942			67
24/10/1943			66
24/9/1944			95
19/8/1945			96
18/8/1946			148
3/8/1947			130
8/8/1948			110
14/8/1949	71	48	119
6/6/1950	83	49	132
1/5/1951	Alunas Corte/Costura		130
8/7/1951			126
19/7/1952	86	41	127
12/7/1953	48	50	98
11/7/1954			161
10/7/1955	81	46	127
8/7/1956			120
7/7/1957			131
8/7/1958			136
5/7/1959			-
10/7/1960			116
9/7/1961			153
8/7/1962			133
7/7/1963			120
5/7/1964			130
Fonte: Crônica do Colégio Santa Maria 1940-1985, redigida por Ir. Raphaelis Köghmaier ou Ottilie Köghmaier.			

Enquanto um número sempre acima de 90 (noventa) alunos(as) do Colégio Santa Maria, a exemplo da QUADRO 31, faziam a 1ª Comunhão todos os anos, catequizados(as) pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen, um número bem menor desses(as) mesmos(as) alunos(as) concluía neste ou no Colégio Santo Antônio os seus respectivos Cursos, conforme QUADRO 32, a seguir.

QUADRO 32			
Nº de Formandos por Curso no Colégio Santo Antônio (1944-1956)			
Ano	Curso	Mulheres	Homens
1944	Comercial Básico	Ainda não houve formatura	Ainda não houve formatura
1946	Comercial Básico	6	X
1948	Ginasial	Ainda não houve formatura	Ainda não houve formatura
1948	Comercial Básico	7	X
1948	Primário	22	8
1949	Ginasial	Ainda não houve formatura	Ainda não houve formatura
1949	Comercial Básico	17 Mulheres	X
1949	Primário	10	8
1950	Ginasial	Ainda não houve formatura	Ainda não houve formatura
1950	Comercial Básico	8	X
1950	Primário	10	3
1951	Ginasial	18	X
1951	Primário	10	5
1952	Ginasial	21	X
1952	Primário	15	X
1953	Primário	13	X
1953	Ginasial	28	X
1954	Normal	Ainda não houve formatura	Ainda não houve formatura
1954	Ginasial	25	X
1955	Normal	Ainda não houve formatura	Ainda não houve formatura
1955	Ginasial	27	X
1955	Primário	24	X
1956	Normal	16	X
1956	Ginasial	29	X
Fontes: Boletins de Informações arquivados no Colégio Santo Antônio, enviados para o Serviço de Estatística da Educação e Saúde do Ministério da Educação e Saúde, entre 1944 e 1961.			

O tempo de preparação para a 1ª Comunhão, coincidia geralmente com o período em que os catecúmenos cursavam o Primário, o qual tinha uma duração de 05 (cinco) anos. É evidente que o tempo de preparação para a 1ª Comunhão era muito curto, mas efetivo, ao se considerar que diariamente havia aulas de ensino religioso, sem contar as orações que se fazia antes do início do dia letivo ou de cada disciplina, no interior dos Colégios. Além disso, a missa das 9 horas aos domingos eram reservadas para os alunos do Colégio Santo Antônio, conforme depoimento de uma ex-aluna.

[...] Ritual da escola inteira. Aí era o Colégio todo [...] que ia pra missa das nove, [...]. O objetivo era levar os pais, a família inteira [...] também tínhamos um cartão. A Irmã segunda-feira perguntava e marcava no cartãozinho se nós tínhamos ido à missa! [...] Tínhamos o cartãozinho das missas. [...] por semana! A gente tinha que ir todos os

domingos [...] não marcavam lá na Igreja não. [...] Eu não sei como que elas controlavam porque elas conheciam todos (ALMEIDA, 2009).

A “marcação” (vigilância), como se diz, era efetiva. O controle dos alunos e até de seus familiares, por extensão, se dava dentro e fora dos muros escolares. Complementar a esta idéia de controle, outra ex-aluna dá indicativos de uma perspectiva ainda diferente para o que vinham a ser as *Missões*, a que se referiu no item anterior.

[...] nós fazíamos sacrifícios sim, pras Missões. Tinha um livrinho [...] Por exemplo, qual seria o sacrifício? Não comer o doce que gostava, não responder, agüentar o insulto, fazer orações [...] A Madre fazia assim uma espécie... era a Subida para o Céu! Era feito um cartazinho, e cada degrauzinho era um sacrifíciozinho que a gente fazia para o benefício das Missões. [...] As Missões da África, [...] da Igreja como um todo. Havia um país que precisava ser catequizado, então a gente rezava pra essa catequese. Eu não me lembro de angariar nada, não me passa pela idéia, mas dos sacrifíciozinhos eu me lembro “O Caminho para o Céu”. A gente ia numa escalada, ia fechando. [...] São sacrifícios pessoais, você tinha que aprender a se desprender do seu egoísmo, não é? Fazer alguma coisa em benefício de alguém (GUIMARÃES, 2009).

Tais práticas certamente “marcavam” muito mais eficazmente os(as) alunos(as) em termos de aprendizado da doutrina católica, bem como da moral, fé e ética cristãs.

É importante lembrar que Comunhão, do latim *communione*, significa:

[...] União na mesma fé: comunhão dos fiéis. Sacramento da eucaristia. Antífona cantada no momento da comunhão. Fig. União no mesmo estado de espírito: estar em comunhão de idéias com outrem (Dicionário AURÉLIO).

Estar em comunhão de idéias com outrem, significaria então que as IFD estariam em comunhão de idéias com a Igreja ou ainda que os catecúmenos, alunos das suas instituições educacionais, estariam (ou pelo menos deveriam estar) em comunhão com as idéias ou crenças das IFD. Finalmente, era de se esperar que a população como um todo estivesse em comunhão de idéias com a Igreja Católica.

Pio XI, como Leão XIII, condena também o laicismo escolar e exige, para os jovens católicos, escolas católicas. Generalizando, porém, o que ele exige é um “ambiente” católico. Essa palavra é uma novidade feliz, que nos sugere que os hábitos se adquirem tanto na família, como na escola e no quadro mais amplo da vida coletiva: não é, pois, só com algumas horas de ensino e pela simples assistência à missa dominical que se formarão os verdadeiros cristãos: nada substitui a atmosfera cristã. Esse princípio domina toda a educação, leva à condenação da escola neutra: ensina aos pais que o melhor meio de

educar bem os filhos é proporcionar-lhes um lar irrepreensível; é de acordo com ele, que devem ser escolhidas as relações de amizade, as leituras e as diversões (FOULQUIÉ, 1957, p.133).

Nesse sentido, a imagem a seguir é ilustrativa do quanto as Primeiras Comunhões eram prestigiadas pela população de São João de Meriti, por exemplo; e certamente do quanto a população sustentava ou “comprava” as idéias e ações da Igreja na Baixada Fluminense, visto que participavam com seus filhos dos eventos promovidos pelas duas Instituições escolares dirigidas pelas IFD. Concomitante a isso, pode-se dizer que havia uma anuência por parte da comunidade em relação às ações das referidas escolas (confessionais), segundo Boschilia, *criando uma identidade coletiva e fixando modelos de conduta*. (2004, p.128).

Figura 02



Deslocamento do Colégio Santa Maria para a Paróquia São João Batista em São João de Meriti, onde ocorreria a 1ª Comunhão - 1954

É ilustrativa também da grande quantidade de alunos(as)¹⁰⁸ do então Ginásio Santa Maria, cuja formação religiosa católica era inerente à formação escolar, o que era já explicitado à época por uma das Franciscanas de Dillingen:

Sendo, como é, um Colégio religioso, justo é que uma das suas finalidades seja ministrar às crianças uma sólida formação religiosa. Semanalmente essas aulas são dadas no próprio Colégio por um dos Frades da paróquia.

O quarto domingo de cada mês é consagrado à comunhão geral dos alunos.

No dia 20 de Outubro foi realizada a 1ª comunhão da primeira turma de alunos composta de 67 meninas e 30 meninos¹⁰⁹ (KÖGHMAIER, 1940, p.3 frente).

Certamente, ao se verem “obrigadas” a se distanciar dos problemas políticos vividos em seu país de origem, “coincidentemente” e por sorte recebido o convite para virem para o Brasil, as referidas religiosas se dispuseram a tal empreitada também no sentido de reforçar o catolicismo aqui, o que não era um interesse particular seu, mas da Igreja Católica de maneira geral (conforme adiantado no Capítulo I). Mesmo por que quando de sua chegada, o Brasil vivia plenamente o Estado Novo (1937), momento este em que o culto à Pátria ganhava forças em detrimento do culto à religião. Também é possível reconhecer pela imagem (ilustrativa), que o resultado de suas práticas de evangelização eram coroadas de suntuosidade e devidamente propagandeadas enquanto grandes acontecimentos, como as “Primeiras Comunhões”, cujos catecúmenos eram também alunos nas instituições educacionais dirigidas por elas.

É importante lembrar que não existia ainda a catequese oferecida pelas e nas Igrejas Católicas. Os alunos eram preparados para receber a Primeira Comunhão nos espaços escolares dirigidos pelas diversas Congregações. Conforme Ir. Bernadete, ex-aluna do Colégio Santo Antônio desde os tempos de Cabo Frio,

Agora as aulas de... a gente chamava aula de religião, dentro da escola a gente não chamava catequese, dentro da escola chamava aula de religião. A aula de religião, geralmente a aula mesmo eram duas vezes por semana. Agora, todo dia rezava antes, rezava no final da aula, né? [...] Havia muita visita à capela... Levava os alunos pra capela, pra rezar junto... tinha muito! [...] A catequese, na paróquia, nas comunidades, surgiu depois do Concílio. [...] Concílio Vaticano segundo, que terminou em 1965. Antes era o ensino religioso na escola (RANGEL, 2009).

¹⁰⁸ Lembrando que o ano de 1954 foi encerrado com uma média de 800 (oitocentos) alunos(as) matriculados(as).

¹⁰⁹ Assinalando que em 1940 o ano foi fechado com 470 matrículas.

O que explica muita coisa. De qualquer forma, sua presença germânica poderia até ter sido pouco visualizada, mas sua presença religiosa e mesmo civil, possivelmente foi estratégica e defensiva; o que fica evidenciado igualmente nas participações da escola em eventos patrióticos, como as comemorações do dia “7 de Setembro”, por exemplo. Quanto aos desfiles ou paradas cívicas, há muitos artigos de jornais¹¹⁰, demonstrativos de sua importância no período, os quais foram publicados nas décadas de 1940 e 1950, em muitos dos quais os Colégios Santo Antônio e Santa Maria foram citados. (ANEXO 07).

¹¹⁰ Aspectos das festividades do dia 7 de Setembro. *Correio de Iguassú*, Nova Iguassú, Ano I, n.27, p.01, 20 set. 1931.
 As Comemorações do 7 de Setembro em Nilópolis. *Jornal do Povo*, São João de Meriti, Duque de Caxias e Nilópolis, Ano VII, n.298, p.04, 13 set. 1953.
 Revestiram-se de brilho excepcional as festas comemorativas de nossa independência em... *Jornal do Povo*, São João de Meriti e Duque de Caxias, Ano I, n.94, p.02, 14 set. 1947.
 Parada de Civismo. *Jornal do Povo*, São João de Meriti e Duque de Caxias, Ano I, n.94, p.02, 14 set. 1947.
 O culto às grandes datas nacionais. *Jornal do Povo*, São João de Meriti e Duque de Caxias, Ano I, n.24, p.01, 1 fev. 1948.
 CONSTANT, Ademar. Dia da Pátria. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.45, p.01, 22 ago. 1954.
 O 7 de Setembro em Caxias. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.47, p.02, 19 set. 1954.
 O “21 de Abril” em Caxias. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.56, p.02, 1 mai. 1955.
 Para Maior Brilhanismo do “25 em Agosto”. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.70, p.01, 7 ago. 1955.
 Esplendor e Entusiasmo nas Comemorações do “25 de Agosto”. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.73, p.06, 28 ago. 1955.
 O 7 de Setembro. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.13, p.03, 17 set. 1956.
 Beleza e Civismo na Festa Estudantil. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.156, p.02, 19 jul. 1959.
 Caxias (cidade) engalanou-se para comemorar dia de Caxias (soldado). *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano IV, n.162, p.08, 30 ago. 1959.
 São João de Meriti comemorou o “Dia da Pátria”. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano IV, n.164, p.04, 13 set. 1959.
 8.000 alunos desfilaram perante Roberto Silveira. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano V, n.212, p.03, 1 set. 1960.
 Meriti Assistiu: Grandioso Desfile Escolar. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano V, n.213, p.04, 11 set. 1960.
 Vila Meriti viveu em 7 de Setembro um dia de intensa vibração cívica! *Tribuna de Duque de Caxias*, Suplemento de Tribuna de Petrópolis, Duque de Caxias, Ano I, n.02, p.03, 15 set. 1946.

Figura 03



Desfile de 7 de Setembro de 1946 Alunas do Colégio
Santa Maria, São João de Meriti-RJ

“Presença” civil e religiosa esta (das IFD) que é justificada, visto que no Brasil havia realmente um amálgama entre patriotismo e catolicismo, o qual se reforçou no governo Vargas, conforme disposto no Capítulo I. Enquanto exemplo de amálgama, citam-se trechos de um artigo escrito por ocasião das comemorações da Independência do Brasil, nas cidades de São João de Meriti e Duque de Caxias:

[...] após percorrerem as ruas principais, estacionaram à Praça da Bandeira, defronte ao Coreto, ocupado pelo elemento oficial e pessoas gradas.

Já, então, tivera lugar a Missa Campal, em que oficiou o Frei Adjunto, havendo na mesma ocasião o hasteamento da Bandeira Nacional ao som do Hino Brasileiro, cujas últimas notas foram abafadas com estrondosa salva de palmas. [...]

Às quatro horas da tarde, perante grande número de pessoas, realizou-se a entronização da imagem de Cristo, no gabinete do prefeito, ocasião esta em que foram também inaugurados os retratos do presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra e do coronel Edmundo de Macedo Soares.

Fizeram-se ouvir aí, Frei Adjunto, estudando o Divino Mestre e louvando a iniciativa feliz dos doadores da Imagem do Deus do Universo. A senhorita Ieda Martins, o prefeito Aníbal Azevedo e Eliazar Rosa, orador oficial que pronunciou um belo discurso, mostrando a finalidade daquela homenagem, justa e merecida, ao mesmo tempo que ressaltava o gesto do chefe do Executivo,

prestigiando as figuras expressivas dos detentores máximos do Brasil e do Estado (*Jornal do Povo*, 14 set. 1947, p.02). (Grifos meus).

Como se vê, Igreja e Governo (Municipal), se confundiam em certas ocasiões, como nas comemorações cívicas, neste caso, para reafirmar seja o caráter católico do povo brasileiro, seja o apoio recíproco entre ambas instituições. Dessa forma, era comum ver o hasteamento da bandeira nacional durante uma missa; ou mesmo uma missa campal durante comemorações cívicas. Ou ainda a entronização de uma imagem religiosa ocorrida na mesma ocasião da inauguração do retrato de um presidente da República. Segue outro exemplo:

Duas importantes comunicações fêz, da tribuna da Câmara, na última quarta-feira, o vereador Joaquim Tenório Cavalcanti: a primeira, de que a Cúria Diocesana de Petrópolis, de acôrdo com declarações do próprio Bispo D. Manuel Pedro da Cunha Cintra, construirá um ginásio em Caxias, desde que a municipalidade fizesse a cessão do terreno. A segunda, informando que o govêrno do Estado instalará mais uma escola primária em Caxias.

Informou o sr. Joaquim Tenório que o prefeito Francisco Corrêa enviará, nos próximos dias, mensagem à Câmara, propondo a doação de um terreno à Diocese de Petrópolis, para a construção do ginásio. Disse ainda o orador que o sr. Bispo declarara que, se a Cúria não dispusesse de recursos financeiros, a Ordem de São Bento se encarregará da construção do ginásio (*Folha da Cidade*, 17 nov. 1957, p.06).

O Estado entraria apenas com o terreno e após a construção do Ginásio pela referida Cúria Diocesana, alguma congregação religiosa assumiria a responsabilidade pelo ensino (logicamente confessional) nesta instituição. Os interesses eram mútuos. Como já se disse em capítulo inicial, o Estado eximia-se de assumir o ônus pela educação, enquanto que a Igreja (à qual se unia) percebia a instituição escolar enquanto *locus* privilegiado para suas investidas no sentido da doutrinação católica.

É nessa perspectiva que, segundo Horta, para Francisco Campos *a doutrina católica não era apenas uma doutrina religiosa, mas uma doutrina de Estado*.

Se a ordem nacional importa aos patriotas, há de importar-lhes a Igreja Católica, a única que, sendo universal, não é antinacional. Se queremos portanto preservar o nosso caráter próprio, reagindo contra as doutrinas de dissolução cosmopolita, as doutrinas antipatrióticas e antinacionais, embebidas de radicalismo individualista e de suspeitas fraternidades, havemos de trabalhar pela Igreja Católica, senão pela religião, por patriotismo (CAMPOS citado por HORTA, 1994, p.102).

Aí talvez se justifique igualmente, pelo menos em parte, o *fardamento* dos alunos, fossem as fardas comuns ou mesmo as de gala, utilizadas em ocasiões especiais, muito semelhantes na época às da Marinha (branca, de gala) e Exército (cáqui); não só nos desfiles cívicos, no caso, mas igualmente por ocasião das Formaturas e Primeiras Comunhões. No Colégio Santa Maria, em seu Relatório de Verificação datado de 28 de outubro de 1950, o 9º item do 26º artigo, o qual tratava do Corpo Discente, consta que os alunos deveriam:

9º Fardar-se com absoluta correção e comportar-se com distinção e compostura no recinto do estabelecimento ou onde quer que se ache fardado, atendendo às determinações dos diretores, professores e seus auxiliares.

Em seu estudo sobre como os periódicos educacionais brasileiros discursavam sobre os uniformes escolares, entre as décadas de 1950 e 1970, Silva vai dizer que a [...] *roupa dos escolares ajudava a formar uma boa imagem das escolas pela sociedade*. (2006, p.362). E vai afirmar inclusive que o governo muitas vezes subsidiava a compra e manutenção de uniformes escolares pelas famílias pobres, que não conseguiam manter seus filhos na escola (mesmo nas públicas), devido à exigência do uso de uniformes. Numa perspectiva complementar a esta, Dussel vai se referir à utilização dos uniformes escolares, cujos objetivos seriam semelhantes ao uso dos uniformes militares: a homogeneização e a hierarquização. Para ele, do final do século XIX e ao longo do século XX,

[...] uno de los principales lugares donde puede seguirse esta transformación en la política del cuerpo es en el ámbito militar, que ha ejercido un enorme impacto sobre la difusión de la uniformización en las escuelas. [...] (DUSSEL, 2003, p.229).

Uso este, o de uniformes militares, que segundo o autor são pouco estudados em História da Educação. E é bom lembrar que, no caso, o Colégio Santa Maria mais especificamente, no qual se localizou a utilização de uniformes militares, (o que não foi o caso do Colégio Santo Antônio), instituição particular, de caráter religioso. Lembra-se aqui também a idéia do nacionalismo que se queria inculcar à época, a qual sem dúvida foi encampada pelas IFD; ávidas que estavam por discrição, devido a um misto de medo e sensatez, pelo fato de serem alemãs num país em Guerra contra o seu de origem. O uso de uniformes, sem dúvida, dá uma idéia de coesão, união; e isso para o Brasil, que

vivia em estado de defesa dos seus interesses enquanto nação era essencial, visto que disseminado e adotado pelas escolas (principalmente as que se sentiam ideologicamente visadas e ameaçadas). Fato este que pode justificar a adoção de uniformes militares no Colégio Santa Maria em São João de Meriti.¹¹¹

Figura 04



1ª Comunhão dos Alunos do Colégio Santa Maria,
Paróquia São João Batista em São João de Meriti-RJ 1951

As fotografias seguem sendo interpretadas muito depois de realizadas. Ao longo de suas trajetórias oscilam de significados de acordo com a ideologia de cada momento e a mentalidade de seus usuários. Muitas vezes são ocultadas ou omitidas por longos períodos. Desaparecem dos diálogos, permanecem no silêncio; ou então são adoradas nas sombras, nos submundos, crescem de importância com as mudanças políticas, [...].

Destino perverso esse da fotografia que, num dado momento, registra a aparência dos fatos, das coisas, das histórias privadas e públicas, preservando, portanto, a memória desses fatos, e que, no momento seguinte, e ao longo de sua trajetória documental, corre o

¹¹¹ Ver também os seguintes trabalhos:

SOUZA, Rosa Fátima. *A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira*. Caderno Cedes. Campinas. Nº 52, nov. de 2000.

VIEIRA, Oldegar. *Educação extraescolar e educação militar*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1943.

risco de significar *o que não foi* (KOSSOY, 2005, p.05) (Itálico do autor).

Dessa forma, são possíveis outras interpretações ou significações para esta fotografia; certamente, no contexto em que foi registrada a imagem, e mesmo pela visão de outros sujeitos, cujo interesse não seja a análise acadêmica ou científica, a utilização do uniforme militar talvez signifique simplesmente ordem, uniformidade, padronização, enfim, não seria ligada ao período político em que viviam os personagens retratados.

Ainda em relação à evangelização ou catequização, esta devia ir além do ensino da doutrina católica em questão,

O ensino da catequese, em princípio, consistiria na forma pela qual a Igreja estabeleceria seu processo de transmissão de valores e normas morais e éticas. Mas, apesar do apelo da Igreja em termos do ensino de catequese, por exemplo pela encíclica *Acerbo Nimis* proclamada em 15 de abril de 1905 pelo papa Pio X¹¹², a Cúria Romana não descuidava a “educação continuada” representada pelo ensino religioso tanto nas escolas católicas como nas escolas públicas (TAMBARA, 2006, p.8).

Subentende-se desta forma que, por um lado, a transmissão de valores, normas morais e éticas se dava também no processo de preparação para a 1ª Comunhão e, por outro lado, a doutrina religiosa, mais especificamente a católica, se dava também no processo de escolarização, nos diversos Cursos oferecidos. A Cúria Romana,

Sabedora de que a maioria dos jovens, de ambos os sexos, não se destinaria à vida religiosa mas à vida “civil”, a Hierarquia se propôs a, através de um sistema de ensino, dar a essa juventude uma educação conforme os princípios fundamentais de sua reforma ultramontana e conservadora. Encontramos, mais uma vez, norteando esse projeto educacional, a Teoria dos Círculos Concêntricos. Os jovens educados nas escolas católicas constituiriam, no futuro, famílias católicas e assim sucessivamente. Exatamente por essa razão, o alvo preferencial desse sistema educacional eram as meninas, conforme a tese que considera a mulher como a primeira educadora do homem e que, portanto, seria a geratriz de famílias cristãs (MANOEL, 1996, citado por MANOEL, 1999, p.211).

Conforme consta no histórico do Ginásio Santa Maria, descrito em Relatório de Verificação de 28 de outubro de 1950, logo na primeira página diz que:

¹¹² Veja também a Carta Pastoral “*O Ensino do Catecismo*” promulgada por D. Octavio Chagas de Miranda, bispo da diocese de Pouso Alegre em 1920.

§ 2º – O seu fim é ministrar à juventude instrução sólida e educação completa, baseada na moderna pedagogia e nas normas de moral cristã.

O que é possível perceber, igualmente, na matriz curricular de cada Curso oferecido nas duas escolas, em que o ensino religioso, diga-se católico, em todo o tempo foi obrigatório, nas várias séries dos diversos Cursos; com exceção no Colégio Santo Antônio (Duque de Caxias-RJ) nos anos de 1944, 1946 e 1956, conforme QUADRO 22, indicado nos Boletins de informação para o Ministério da Educação e Saúde, como de caráter facultativo (mesmo ao se tratar de uma escola confessional).

Não se sabe até que ponto tais informações, referentes ao caráter do ensino religioso, seguiam ou não a legislação da época, bem como de que instância, se da União, do Estado ou do Município. Ou ainda se simplesmente tratava-se de uma vontade da própria direção da Instituição. De uma forma ou de outra, é possível lançar mão das percepções de Tambara:

Este processo de doutrinação das crianças na escola era associado ao rito da obtenção do sacramento da comunhão. Como se sabe, este é um momento muito significativo na vida do católico; há todo um significado social e institucional na celebração da primeira comunhão. Ora, o episcopado claramente percebe e estimula tal prática; mais especificamente, utiliza-se dela, vinculando-a à frequência da escola católica.

O que fica claro na estratégia de inculcação ideológica da Igreja Católica é a tentativa de vinculação entre púlpito e cátedra. A rigor, consubstancia-se novamente a velha idéia de cristandade. As diversas atribuições sociais ficam diluídas, entretanto todas elas vinculadas a uma matriz principal: o processo evangelizador da Igreja. Com este objetivo, todas as instituições sociais deveriam ter a mesma conotação ideológica e deveriam trabalhar em parceria na direção da consecução dos mesmos fins. Assim é que cada instituição deveria se aproveitar dos ritos das outras para, conjugados com os seus, chegar a um propósito comum. Isto pode ser observado no artigo 44 das “Resoluções do Episcopado” onde nitidamente há uma associação do trabalho do pároco e do professor. [...] (TAMBARA, 2006, pp.12-13).

As escolas aproveitavam-se dos ritos e festas religiosas católicas para se manifestarem e se darem a ver (enquanto disciplina, ordem, organização, rigor, método, resultados), da mesma forma, as Igrejas aproveitavam-se do espaço privilegiado que eram as escolas para inculcarem sua doutrina. Isso se efetivava melhor quando se tratava de uma Instituição de Educação Católica, em que professores(as), Irmãs e Padres se confundiam nas suas duplas funções e espaços de atuação. De qualquer maneira,

A instituição educativa apresenta uma identidade que não varia significativamente com as circunstâncias geográficas ou com as

circunstâncias históricas. É, porém, na relação que estabelece com o público e com a realidade envolvente, na forma como a cultura escolar interpreta, representa e se relaciona com o contexto na sua multidimensionalidade, como na medida em que o público se apropria e se relaciona com as estruturas e órgãos de uma mesma instituição, que as instituições educativas desenvolvem a sua própria identidade histórica (MAGALHÃES, 2004, p.68).

Inclusive, especialmente por este Capítulo V, uma possível identidade das instituições dirigidas pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen, ganha maior concreção, na perspectiva do catolicismo.

Cruzadas Eucarísticas

As Cruzadas, de volta à Baixa Idade Média, quando então surgiram, teriam o sentido de “peregrinações armadas” para conquistar os lugares desejados pela fé. Ou seja, os lugares por onde Cristo teria vivenciado suas experiências. Entretanto, ao longo do tempo, o sentido de Cruzada se alargou, somado à ânsia por riquezas, por exemplo; foi o caso de Portugal em relação à África e outros locais que colonizou. Mas a este sentido de Cruzada, é possível acrescentar outros, como as Cruzadas contra o Comunismo¹¹³, contra o protestantismo e as Cruzadas contra o ensino leigo ou ainda as Cruzadas contra o analfabetismo, mais conhecida como “Cruzada Nacional de Educação”¹¹⁴ (ANEXO 08). Além do mais, o termo era bastante utilizado à época na Baixada Fluminense, como se pode observar em alguns artigos da imprensa escrita. (ANEXO 09). Conforme uma Enciclopédia Católica, as Cruzadas Eucarísticas, de maior interesse para este trabalho, eram

[...] a secção infantil do *Apostolado da Oração. As suas origens remontam a 1916, quando Bento XV, no seguimento da abertura por S. Pio X da comunhão eucarística às crianças, apelou às crianças do mundo católico a que comungassem pelo fim da guerra de 1914-1918. O movimento cresceu rapidamente em França e daí irradiou para

¹¹³ Em 14 de março de 1937, o Papa Pio XI redige a Encíclica *Mit brennender Sorge* “sobre a situação da Igreja Católica no império alemão” e em 19 de março de 1937, a Encíclica “*Divini Redemptoris*”, que condena o comunismo ateu. (FOULQUIÉ, 1957, p.111).

¹¹⁴ BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: a Cruzada Nacional de Educação. *Revista História da Educação – RHE*, v.15, n.33, jan./abr. 2011, pp.170 a 180.

outros países. Chegou a Portugal em 1921, mas só a partir de 1928 alastrou, a ponto de, em 1937, haver mais de mil centros paroquiais com 100000 crianças inscritas. Sob o lema “Ora, comunga, sacrifica-te e sê após-tolo”, a C.E. tornou-se uma grande escola de formação e de iniciação apostólica, complementar da catequese infantil (FALCÃO, 2011).

De outra parte, conforme Ivan Manoel, a necessidade de uma *estratégia de organização do laicato* acabou *consubstanciada na Ação Católica*. Ou seja, como não era mais suficiente uma tarefa de caráter apenas discursivo para agitar determinadas questões, e diante da necessidade de existência de um nexos ou subordinação à Igreja por parte dos grupos leigos, lembra-se que:

[...] os movimentos e associações se circunscreviam a desenvolver a piedade e a caridade em determinadas faixas etárias estanques em si mesmas - Filhas de Maria, para moças, Congregação Mariana, para homens adultos e assim por diante – a Ação Católica, exatamente porque se propunha a abarcar todos e em todos os momentos de suas vidas, organizou uma estratégia de acompanhamento do Homem, do nascimento à morte [...]

Aqui voltamos ao ponto de partida: a consagração de uma vida inteira à assimilação do sacerdócio de Cristo deveria ser iniciada na idade própria para o ensino do catecismo [...]

Terminado o catecismo e feita a solene Primeira Comunhão, as crianças eram convidadas a entrarem na Cruzada Eucarística. Essa instituição tinha por finalidade, continuar o aperfeiçoamento intelectual e religioso da criança. (ARRUDA, 1936, p.76) e o “cruzadinho” o grande dever (de) trazer outros meninos para o catecismo ou para a Cruzada. Esta é sua primeira iniciação na Ação Católica e a base da sua formação social (ARRUDA, 1936, p. 77).

Se a frequência ao catecismo e à Primeira Comunhão, seguidos do ingresso na Cruzada Eucarística se firmaram como ritos necessários para o ingresso na Ação Católica, esta se compunha de outros tantos ritos e instâncias, construindo uma estrutura sólida e abrangente, abarcando toda a sociedade católica e se propondo a abarcar toda a humanidade (MANOEL, 1999, pp.212-213).

É interessante reafirmar que o Colégio Santa Maria, em São João de Meriti-RJ surgiu em função de uma Cruzada Eucarística Infantil; diferente do surgimento do Colégio Santo Antônio, o que talvez explique o uso de fardas militares apenas pelos alunos do Colégio Santa Maria; o que é possível confirmar e comparar através de fotos e depoimentos:

[...] No dia 30 de Abril de 1939, Frei Paulino fundava a Cruzada Eucarística Infantil, Nesse mesmo dia êle prometia aos pais dos Cruzados, a criação de um Colégio Católico na Paróquia. Foi êle ainda quem fez as primeiras plantas do Colégio. [...]

Começou expedindo cartas às diversas Congregações Religiosas Femininas, onde expunha os seus planos para o futuro colégio.

Tôdas foram unânimes em aplaudir a grande idéia, desculpando-se contudo por não poderem atender de pronto ao apêlo de enviar Madres professoras, por isso que não dispunham no momento daquele precioso elemento (KÖGHMAIER, 1940, pp.1 e 2 frente e verso)

Está claro, pelo trecho citado, o empenho dos representantes da Igreja e seus interesses¹¹⁵ gerais, para além dos interesses específicos das IFD, que inicialmente resumiam-se muito mais na sobrevivência e honra da *Missão* Franciscana; ideal este que, sem dúvida, também colaborou para a “escolha” de algumas delas em deixar sua terra natal em direção aqui.

Ao mesmo tempo, seria correto afirmar que as *instituições educativas constituem realidades em constante transformação interna no e pelo relacionamento com a realidade envolvente* (MAGALHÃES, 2004, p.69). Se em determinada época o modismo girava em torno das diversas Cruzadas, as ações estabelecidas no e pelo Colégio Santa Maria, no caso, não iriam por um caminho diverso. Do mesmo modo, é possível utilizar esta afirmativa de Magalhães para justificar a tese aqui defendida da “adaptação” das IFD à realidade brasileira.

Mas o que seriam tais Cruzadas Eucarísticas Infantis, a partir de uma das quais surgiu o Colégio Santa Maria?

[...] A gente... hoje diz “Perseverança”, né?! [...] Aí a gente tinha uma reunião por semana... com os cruzadinhos, pra estudar mais, assim... um catecismo mais avançado, com coisas mais importantes, fora aquilo que a gente aprendeu pra fazer a Primeira Comunhão. [...] Pra Primeira Comunhão você tinha um planejamento! [...] Aí você tinha que cumprir... Cumpriu aquilo, se sabia aquilo, você já tava preparado

¹¹⁵ No que diz respeito aos interesses da Igreja ver:

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado novo e a Redemocratização. HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) *O Brasil Republicano: Economia e Cultura (1930-1964)* Tomo III, 4º Vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

EVANGELISTA, Olinda. Ação Católica e Formação Docente na Década de 1930. *Educação e Filosofia*. V.16, n.31, jan./jun. 2002, pp.9-28.

HEES, Marta Pereira das Neves. *As Missões Culturais no Estado do Rio de Janeiro: jornadas educacionais entre o assistencialismo religioso e o missionarismo político*. Campinas-SP, UNICAMP, Faculdade de Educação, Tese (Doutorado).

HORTA, José Silvério Baia. *O Hino, o Sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

MARQUES, Rita de Cássia. A Igreja no Estado Novo: Tempos de Colaboração e Intolerância. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*. FAHL – Faculdades Integradas Newton Paiva. Ano IV, n.7, outubro/1996, pp.75-85.

MOURA, Odilão O.S.B. *As idéias católicas do pensamento católico no Brasil no século XX*. São Paulo, Editora Convívio, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Prefácio de Afonso Arinos Filho. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

pra Primeira Eucaristia, como que faz uma confissão, parará, parará... Aí, depois que você acabava, então tinha um prosseguimento, aí você ia entrar, mais detalhadamente naqueles assuntos... Mas aí já era de forma até... mais até recreativa também... Que a Irmã Walgildis e o Frei Lamberto, que era um Frei que tinha aí gordinho, que trabalhava junto com ela, ele, eles davam pra gente mais assim em forma de mais de brincadeira... Contavam as histórias, da Bíblia, assim as coisas importantes, ligadas mais assim à infância, mas de uma forma mais agradável [...] E aí a gente fazia os passeios que a gente gostava muito! Aí tinha aquela cobrança da Missa... Depois comentar na reuniãozinha, qual foi o evangelho da Missa [...] Tinha que ir domingo à Missa! (VALLADÃO, 2009).

Ainda Segundo esta depoente, ao freqüentarem outros espaços, inclusive a escola, estes “cruzadinhos” seriam logo identificados por uma marca: uma fita amarela costurada em suas roupas, em que cada listra azul na roupa ou na fita amarela correspondia a um ano de participação nas Cruzadas Eucarísticas Infantis.

[...] quando eu ia pra escola, a minha roupa já tinha grudado aquelas fitinhas, e quando tinha alguma coisa especial, aí a gente botava aquela, a fita era amarela grande, com as listas azuizinhas (VALLADÃO, 2009).

Figura 05



Imagem feita em 06-06-2009 em São João de Meriti-RJ
Faixa pertencente a um ex-aluno do Colégio Santa Maria

Conforme FIGURA 06 (a seguir), as Cruzadas estariam representadas por uma aluna de estatura maior, à esquerda, que carrega a faixa (amarela) e cuja bandeira trás os dizeres: *Cruzada Eucarística – Ginásio Santa Maria – São João de Meriti*; já sinalizava a proposta da continuidade do doutrinamento católico, iniciado nas escolas através da preparação para a 1ª Comunhão. Do lado direito outra bandeira, com os dizeres: *Por Deus, pela Pátria, Pelas Missões – Ginásio Santa Maria*. Dístico trabalhado melhor

mais à frente. De qualquer maneira, fica claro pela foto a ligação entre os elementos Catequese ou Ensino Religioso (Comunhão), Cruzadas e Missões.

É interessante perceber que o foco principal do fotógrafo era a menina, Rosa Regina da Malta, centralizada na foto, a qual teria feito sua Primeira Comunhão naquele dia. Entretanto, o

[...] mundo do documento fotográfico (*segunda realidade*, perene, eterna) [...] se confunde em nossas mentes com o fato passado (*primeira realidade*, isto é, o fato irreversível, volátil, efêmero) numa *tensão perpétua* [...] principalmente, pelo nosso desejo, enquanto investigadores, de, mediante o devido exame crítico, situarmos corretamente o documento, deciframos seu significado intrínseco, desvelarmos, enfim, a trama e o contexto no qual se acha enredado de forma a produzirmos sentido e iluminarmos mais um micro-aspecto do universo de lacunas que pontilham no firmamento da história (KOSSOY, 2005, pp.41-2). (Itálicos do autor).

Nesta perspectiva, o que mais chamou a atenção foram as bandeiras, com seus respectivos escritos; no máximo a organização, certamente promovida pelo fotógrafo para o registro do momento, mas não a personagem principal, o que certamente era a intenção do autor da foto.

Figura 06



06-07-1956 Rosa Regina da Malta - Colégio Santa Maria,
São João de Meriti-RJ

Em complemento, conforme outra ex-aluna,

[...] Por exemplo, antes da Primeira Comunhão, a Irmã do segundo ano já convidava pra ir pra Cruzada. Não, não pode ficar só na escola, tem que participar da Igreja! Então pra participar da Igreja você tinha que ta ligado nos movimentos da Igreja. Então primeiro os

pequeninhos era a Cruzada. Então antes da Primeira Comunhão [...] tínhamos uma fitinha assim amarelinha. Depois que fazia a Primeira Comunhão já ganhava uma fita mais larga, atravessada, como se fosse aquela faixa de miss [...] Então pra depois da Primeira Comunhão a gente continuar [...] não era só receber Jesus, era pra você participar do povo de Deus, pra você ficar inserida lá na Igreja [...] Aí quando ficava mocinha, já não tava mais na Cruzada, estudávamos no Ginásio, as Irmãs permitiam que nós fôssemos Filhas de Maria. [...] Dona Olga era Filha de Maria, [...] então no dia da Missa, as alunas iam todas de branco com a fitinha azul, [...] porque só podia ser Filha de Maria quem era solteira. Então depois que casava passava a ser Apostolado, passava pra fita vermelha, porque o Apostolado já aceitava tanto solteiros quanto casados. Então tinha os Marianos, que eram os meninos, os rapazes que vestiam a camisa branca e usavam também a fita azul e depois de casados eles iam pra outra que seria também o Sagrado Coração. Também tinha o Santo Antônio, eu não sei se ainda tem (ALMEIDA, 2009).

É importante ressaltar que havia certas diferenças entre os dois Colégios da Baixada Fluminense; o que fica evidenciado no depoimento da também ex-aluna Heliethe Cléa Rangel (Ir. Maria Bernadete) a respeito das Cruzadas, neste caso.

[...] No Colégio Santo Antônio não teve Cruzada. [...] Cruzada não, porque tinha a Igreja, tinha a Paróquia, [...]. A Primeira Comunhão era preparada no Colégio sim, mas fazia na Paróquia. [...] Era Paróquia de Santo Antônio, mas no Colégio mesmo não tinha Cruzada não. [...] É por que o Santa Maria já era de uma linha um pouco diferente por que hoje, hoje o Santa Maria é uma Comunidade. [...] Então já começou desde o início esse movimento de Paróquia, dentro do Colégio. E o Santo Antônio não teve isso. [...] Nesse ponto eu to bem clara, que não houve [...] Muito tempo esses dois Colégios caminharam assim um pouco independentes [...] Mas agora a gente tá tentando muito, a Irmã tem feito muitas reuniões tudo, está tentando realmente caminhar junto. Hoje há uma tentativa muito grande de caminhar junto. Mas na época eu não sei se por causa da distância, eu não sei porque, mas na época elas caminharam um pouquinho diferente (RANGEL, 2009).

De qualquer maneira, as *Cruzadas* e outros elementos constituíam-se realmente em uma batalha para doutrinar e manter na doutrina, a envolver, entrelaçar, entrecruzar, enfim, a lançar mão de todos os subterfúgios nesse sentido e inclusive através do controle, escancarado ou sutil.

Do latim *cruzar* + *adal*, significa transmitir aos alunos, no caso, forças mágico-espirituais de proteção e ajuda. *Cruzada* e *Missão* são conceitos bastante próximos no que se refere a alguns objetivos. Neste caso das escolas em específico, seria a maneira que os representantes da Igreja encontraram, na época, para manter ou fazer perseverar as crianças e adolescentes na fé, costumes, crenças, moral, regras, princípios e disciplina

católica, após terem feito a 1ª Comunhão. Vejamos alguns exemplos do que se efetivava no Colégio Santa Maria a este respeito:

Em 1950, na festa do Sagrado Coração de Jesus pediram 24 alunos a fita da Cruzada e 80 pequenos receberam a fita da Pré-Cruzada.

No dia 27 de maio de 1951 receberam 50 alunos a fita da Cruzada.

Em 1954, as crianças da Cruzada Eucarística do Ginásio ofereceram à Capela em Tiradentes um presépio no valor de CR\$ 1.200,00.

Em 10 de julho de 1955 a nossa fervorosa Cruzada Eucarística Infantil ocupou no Congresso Eucarístico as 1^{as} fileiras no campo de Santa Luzia na ocasião da Comunhão geral das crianças.

Em 1956, no dia 13 de maio a Cruzada Eucarística do Ginásio Santa Maria representou a linda peça teatral: “A virgem das flores”. A renda foi destinada às Vocações Sacerdotais.

Segundo o desejo do Senhor Bispo diocesano foi fundada a associação das O.V.S. entre os alunos. 130 alunos pediram logo admissão.

Em 1957, os nossos Cruzadinhos sob orientação da Rev. Madre Walgildis representaram no salão paroquial “O Natal do Menino Jesus” e contribuíram desta maneira com 12 a 15.000,00 Cruzeiros pra o Altar-mor da nova Matriz.

Em 1958, o movimento missionário rendeu êste ano a quantia de CR\$ 72.000,00. Foi representada em prol das missões a peça teatral: “A Vidente Bernadete” em homenagem ao ano jubilar de Lourdes. Os cruzadinhos trabalharam com especial dedicação sob a orientação da sua dirigente M. Walgildis. A maior parte da renda foi alcançada por meio de “listas”.

A 7 de julho 120 crianças receberam festiva e solenemente Jesus-Hóstia pela 1ª vez em seus corações. Dentre êstes inocentes soldadinhos 75 quiseram seguir mais de perto o seu Rei, como fervorosos e entusiasmados cruzadinhos (KÖGHMAIER, 1950-1958, várias páginas). (Grifo meu).

Ser um(a) cruzadinho(a) significava ser valorizado(a), notado(a), bem visto(a) principalmente pelas Irmãs, mas também pela comunidade. E sem dúvida pra quem estudava no Colégio Santa Maria, principalmente, devia ser muito importante até em termos de uma convivência mais fraternal com as Irmãs. Da mesma maneira, como a simbologia era muito rica, no sentido de marcar ou separar quem participava de quê e há quanto tempo, através de faixas, cores, fitinhas, *botons* e outros, o sentimento de pertencimento devia colaborar muito, tanto para segregar quanto para compor um grupo seletivo: bons filhos, futuros bons pais ou boas mães de família, bons cidadãos, trabalhadores, boa formação escolar, enfim.

Em outro momento, quando se pensa na questão da Reforma Católica ou Contra-Reforma, é importante lembrar que em 1534 foi criada a Companhia de Jesus por Inácio de Loyola, cujos membros, os Jesuítas, seguiam uma disciplina rígida, que lembrava a disciplina das organizações militares, apesar de se destacar por seu papel missionário na

América, África e Ásia, bem como pelas ações que desenvolveram no setor educacional, através dos colégios que criaram.

Não se pode esquecer que a disciplina bem como o caráter missionário, faz parte, respectivamente do cotidiano e dos princípios das mais diversas Ordens ou Congregações religiosas, não apenas a dos Jesuítas. As chamadas civilizações ibéricas, por exemplo, nasceram de um espírito *cruzadista*, tanto inicialmente, quando se combatia os muçulmanos, quanto posteriormente, quando se investia na conquista de outros territórios. E como o Brasil foi colonizado por Portugal, é possível que tal “espírito cruzadista”, católico, tenha chegado aqui até bem pouco tempo, além de ter colaborado e influenciado no processo de povoamento, catequização e educação nacionais. Lembra-se que, num momento posterior (século XX) e por outros motivos, muitos foram os imigrantes portugueses que vieram para o Estado do Rio de Janeiro, como já se assinalou no Capítulo I; fator este que pode fornecer uma justificativa até cultural para a efetivação das Cruzadas Eucarísticas Infantis na Baixada Fluminense, através das suas escolas católicas, onde muitos eram os(as) alunos(as) portugueses ou cujos pais o eram.

É importante então observar que as *Missões*, assim como as *Cruzadas* tinham, ambas, um caráter militar, de combate, conquista ou defesa. E no seu sentido figurado, significa exatamente *campanha de propaganda ou defesa de certos interesses, princípios ou idéias*. (Dicionário AURÉLIO). No caso das Irmãs Franciscanas de Dillingen, pode-se dizer que os princípios que defendiam encontravam-se estampados nas bandeiras e estandartes empunhados pelos participantes das suas *Cruzadas*, mais conhecidos como cruzadinhos(as). Tratava-se do dístico “Por Deus, pela Pátria e pelas Missões”.

Figura 07



Campanha Missionária
Colégio Santa Maria - década de 1940

Tal trilogia se diferencia de outra mais comum que diz: “Por Deus, pela Pátria e pela Família”. Sob este lema, a Ação Integralista Brasileira – AIB (grupamento totalitário de natureza fascista surgido logo após o movimento constitucionalista de 1932) ganhou forte adesão das classes médias urbanas, da juventude e dos militares, coincidentemente o público alvo das escolas confessionais católicas objetos desta tese. Por tratar-se de um movimento muito eficiente em rituais e símbolos, talvez esteja aí a explicação para os estandartes, bandeiras e faixas utilizados pelas referidas escolas em suas “campanhas missionárias”, adaptadas do lema integralista. Como se vê, a adaptação das Irmãs Franciscanas de Dillingen e suas respectivas escolas criadas no Brasil se deu até numa ideologia da qual a princípio fugiam quando vieram da Alemanha.

Segundo Horta, para Francisco Campos, o *laicismo escolar* (intrinsecamente ligado à idéia de Pátria e República), que havia nascido *nos círculos da política* e não *na vida das escolas* era um *verdadeiro anacronismo*.

[...] A educação, e mais precisamente o ensino religioso, são considerados por Campos como instrumentos de “recuperação dos valores perdidos”. [...]

Ora, estes valores que Francisco Campos não quisera definir em 1931, pois defini-los a partir de sua perspectiva autoritária significaria posicionar-se claramente contra os educadores liberais que ele precisava cooptar, podiam em 1936, ser definidos sem problemas. E como não podia deixar de ser, os “valores perdidos” que somente a educação poderia recuperar, eram os valores ligados à religião, à pátria e à família. [...] Eram os mesmos valores que serviam de bandeira para os vários sistemas políticos totalitários da época, e que, no Brasil, eram constantemente invocados nos discursos anticomunistas, principalmente a partir de novembro de 1935 (HORTA, 1994, pp.106-107). (Grifos meus)

Como é possível verificar na bandeira da FIGURA 07, a palavra *família* foi substituída pela palavra *Missões*. Mas seria por isso um dístico menos totalitário? Certamente que não, mesmo por que as famílias eram importantes para a efetivação das “missões”. Lembrar das cartelas ou listas distribuídas aos alunos que, perfuradas ou assinadas pelos pais, serviam para angariar fundos. E rever também os vários significados da palavra *missão*, estabelecidos no início deste capítulo, bem como o depoimento de Guimarães a respeito das mesmas. Na página 154 da *Exposição de Motivos que acompanhava o decreto de 1931*, Campos vai colocar a importância do ensino religioso, inclusive enquanto base dos outros dois valores (Pátria e Família), no caso aqui, Pátria e Missões.

Há uma indissolúvel solidariedade entre aqueles três vínculos eternos. Se o bolchevismo combate a religião, é porque combate a família e a pátria. A religião que outra coisa é senão a sagrada família e a única sanção da família? E a pátria, senão uma afinidade de famílias, reunidas pelos laços do sangue e do espírito, e que laços mais fortes de espírito do que os da crença comum? (p.154) (CAMPOS, citado por HORTA, 1994, p.107).

No caso do dístico na bandeira das IFD, *Missões* seria mais abrangente que *Família*, ou esta acabaria contemplada por aquelas ou naquelas. Interessante que em dado momento a Igreja lançou mão da liberdade que as *famílias* deveriam ter na escolha do tipo de educação que queriam para seus filhos. O próprio Francisco Campos, à frente do Ministério da Educação e Saúde a partir de 1931, ao expor os motivos que justificariam a aprovação do Decreto que introduziria o ensino religioso nas escolas, dizia que a liberdade de consciência não seria violada pelo Estado, ao contrário, este respeitaria

O direito natural dos pais de dirigir a educação dos filhos, não impondo uma crença aos que a ela não querem se submeter, mas também não constringendo a um ensino agnóstico os filhos das famílias religiosas (p.312-313) (CAMPOS, citado por HORTA, 1994, p.101).

Discurso este que ia ao encontro do pensamento religioso católico. Mesmo antes, em 1926, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente eleito do Estado de Minas Gerais, também apontava para a importância da família nesse sentido. Citado por Azzi, ele vai declarar que:

O Estado leigo afeta aos pais de família esse importante aspecto da educação infantil; mas eu entendo que lhe é vedado ir até o extremo de proibir o ensino religioso nas escolas, desde que, em tal sentido, se verifique o pronunciamento expresso e iniludível dos que, pais ou tutores, diretamente respondam pelo destino da criança (AZZI, 1978, p.73).

Tratava-se de uma bandeira da Igreja que, por meio da influência de seus governantes católicos, lutava por preservar e até aumentar seu espaço de atuação ou doutrinação, principalmente através das escolas católicas (particulares), onde o ensino de religião seria obrigatório; ou ainda através do ensino, mesmo que facultativo, da doutrina católica nas escolas públicas. Em outro momento, certamente posterior, onde já estavam garantidas suas conquistas mais básicas, principalmente de espaço, as *Missões* passaram a ter uma importância maior, inclusive no sentido até de preservar tais garantias. Já que colaboravam para a manutenção do doutrinamento religioso católico.

Outra referência das *Cruzadas* tem relação com os judeus, também grandes vítimas da perseguição dos cristãos. Nesse sentido, elas foram diversas vezes retomadas do século XI ao XIII e depois nos séculos XV e XVI com a expansão marítima principalmente dos ibéricos (portugueses e espanhóis). Interessante lembrar que quando as IFD vieram para o Brasil, os judeus, em pleno século XX continuavam perseguidos e mortos pelos nazistas na Alemanha, — país este de onde as mesmas também foram expulsas pelos nazistas, segundo consta em algumas de suas crônicas — e que, ao chegarem aqui, não por serem judias, mas (ironicamente) por serem alemãs, tiveram uma de suas escolas fechada, como já apontado na contextualização do I Capítulo.

Para além das perseguições a muçulmanos ou judeus, mais amplamente diante das transformações que ocorriam no mundo ocidental, devido à laicização deste, a

unidade da Igreja pautava-se no pensamento de São Tomás de Aquino¹¹⁶ ou Tomista. Através de seus princípios, mestres e pastores faziam *frente às novas correntes filosóficas, políticas e sociais, bem como* orientavam na *solução dos problemas suscitados pelas novas situações históricas*. (MOURA, 1978, p.24). Tais correntes, a que se queria fazer frente, seriam as idéias de Hegel¹¹⁷, as do filósofo alemão Immanuel Kant¹¹⁸, as dos evolucionistas, enfim, as idéias dos iluministas. Estes, por sua vez,

[...] julgavam obsoleto e até mesmo supersticioso e reacionário, o conhecimento tradicional, identificado com o cristianismo. O cristianismo, que servira de elemento de união da cultura ocidental, justificava algo severamente criticado pelos iluministas: o fato de os governantes serem obrigados a prestar fidelidade a uma ou outra das Igrejas cristãs.

Alguns filósofos, como Kant, defendiam o deísmo: a fé na existência de Deus sem a necessidade de igrejas e seus dogmas. Um deus que não interferiria na ciência e no cotidiano. O resultado dessa postura foi que o clero das diferentes comunidades cristãs promoveram um feroz ataque aos filósofos (CAMPOS, 2005, p.258).

O que não deixava de ser uma espécie de *Cruzada*. Mas e no Brasil? O que se passava? O Brasil, a princípio, sentiu foi o peso do combate ao poder clerical pelos monarcas nos anos 1700, em que a educação e o comércio foram os grandes alvos de reformas. Aqui foi o Marquês de Pombal quem realizou tais reformas, na busca por

¹¹⁶ São Tomás de Aquino (1224-1274), segundo Antony Black, *foi um dos principais filósofos-teólogos da Idade Média*. Sua principal realização foi *conseguir que a idéia de Aristóteles de que o homem é 'por natureza um ser político' fosse aceita na Europa numa época em que se pensava na política em termos religiosos e legais*. Numa mesma tacada, ele deu às idéias cristãs sobre ética e destino humano um lugar central no que realmente constituiu uma nova teoria do Estado. Graças a ele, os políticos europeus tornaram-se menos dominados pelo dogma religioso e o tradicionalismo legal, conservando entretanto, com base na paternidade universal de Deus, a noção de que todos os homens possuem dignidade e direitos. [...] procurou realizar uma síntese entre filosofia pagã e cristianismo. Diante das idéias pré-cristãs de Aristóteles sobre Deus, o universo e o homem, Tomás de Aquino insistia que um bom pagão poderia captar grande parte da verdade, e tentou sempre que possível mostrar que as opiniões do filósofo não conflitavam com as da Escritura. BLACK, 1989, p.62, 64 e 65. (Série Diversos).

¹¹⁷ Para Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) [...] *não há possibilidade de um saber absoluto, [...] a crítica do conhecimento deve abandonar este pressuposto, deixando que o critério da crítica emergja da própria experiência da reflexão. [...] A reflexão filosófica deve partir, portanto, de um exame do processo de formação da consciência. [...] Hegel coloca a história no centro de seu sistema, mostrando que o modo de compreensão filosófico é necessariamente histórico. Em sua interpretação do processo de formação da consciência e da marcha do Espírito até o saber absoluto adota um método dialético*. MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, pp.216-224.

¹¹⁸ Immanuel Kant (1724-1804) *definiu o movimento (iluminista) como a chegada de uma luz aos cantos sombrios da mente. Uma luz que afugentasse a superstição e que permitisse ao homem raciocinar de forma independente, sem recorrer à autoridade de escolas, igrejas ou universidades*. "Ouse confiar na própria inteligência", proclamou Kant. CAMPOS, Flávio de. *A escrita da história: ensino médio: volume único*. / Flávio de Campos e Renan Garcia Miranda 1ª ed. São Paulo: Escala Educacional, 2005, p.258. Ver também: MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, pp.207-108.

combater a influência que os Jesuítas tinham em Portugal, do qual o Brasil era colônia. E um dos setores de grande influência da Companhia de Jesus (ou seja, da Igreja), na segunda metade do século XVIII, era justamente, como se sabe, o setor do ensino. Conforme Sangenis, se poderia afirmar que os Jesuítas seriam, na verdade, representativos de todas as outras Ordens católicas na época, dentre elas a dos Franciscanos. Tal autor propõe uma

[...] análise mais complexa que percebe franciscanismo e jesuitismo como metáforas de modos de pensar e de viver que não são exclusivos nem mesmo de franciscanos ou de jesuítas, porque a realidade atesta a sua inseparabilidade (SANGENIS, 2006, p.40).

Além do mais as Cruzadas Eucarísticas, cuja característica era a militarização, iam parcialmente ao encontro do que estava previsto no Art. 10 do decreto-lei 1.545, 25/08/1939, apesar de não terem a participação apenas alunos do ensino secundário. Bem como o fato de que durante um bom tempo, o responsável por organizar os desfiles cívicos pelo menos no Colégio Santo Antônio, em Duque de Caxias, era um policial militar, pai de uma atual ex-aluna.

[...] meu pai é o que fazia os ensaios de parada, daqui, e um dia, papai era militar, era sargento, ele dirigiu todos os colégios, da cidade, mas aqui, geralmente era só o Santo Antônio, e o papai fez a banda, aí já havia rapazes feitos [...] o papai treinava [...] o papai também fez o pelotão de bicicletas. [...] papai fez isso de amizade! Papai era militar e nas paradas ele vinha organizar o colégio (GUIMARÃES, 2009).

Por mais que tais serviços de organização fossem prestados por amizade ou voluntariamente, o fato de as irmãs concordarem e aceitarem tais préstimos, não deixa de ir ao encontro do que estava prescrito direta ou indiretamente no referido decreto-lei. Alcir Lenharo percebeu nitidamente esse movimento complementar entre Igreja e Estado num dos discursos proferidos por Getúlio Vargas em 1941, cujas palavras, segundo o autor, atestavam o contrabando do discurso litúrgico católico para a “liturgia política”, em que estariam

[...] presentes o “impulso pelo sacrifício, a compartimentação de um todo indivisível em sangue e corpo. [...] aqui o país é que merece o sacrifício dos cidadãos; lá é Cristo que se sacrifica pelos fiéis. [...]

Carne e sangue retornam reiteradamente ao discurso de Vargas como imagens amplamente compreensíveis da relação entre cidadão e a pátria. [...]

[...] discursando para imigrantes alemães em Santa Catarina, Vargas [também] apela para as imagens do corpo e sangue para

justificar a obra nacionalizadora do Estado Novo entre os colonos alemães. [...] Brasil/pão e imigrante/sangue se unem através de mútuas oferendas no jogo da formação litúrgica da nação/nacionalidade. [...] Vê-se, deste modo, como o imaginário do “plasma” nacional beneficia-se diretamente do conteúdo religioso popularmente disseminado entre as populações de origem cristã e particularmente católica do país (LENHARO, 1986, pp.110-111).

De qualquer maneira, a educação foi o instrumento privilegiado, principalmente pelos católicos, na internacionalização de seus interesses, em parte coincidentes com os interesses da “Pátria”. Nessa perspectiva, concorda-se que

Uma das formas mais eficazes e tradicionais de comunicação da Igreja Católica com seus fiéis e, mesmo em relação à sociedade em geral, foi a epistolar. Nesta área, destacaram-se, na hierarquia da Igreja, as encíclicas papais e as cartas pastorais episcopais. Havia uma aquiescência em relação à atuação do papa como o pai comum a quem pertenceria a “sollicitudo omnium Ecclesiarum” (Cuidado de todas as Igrejas) e, da mesma forma, em relação ao episcopado em geral no âmbito de suas dioceses.

A rigor, estas epístolas têm o objetivo de tratar, de maneira formal, de temas que merecem particular atenção tanto do episcopado quanto do Vaticano. De modo especial, a partir de meados do século XIX, três temáticas predominaram na preocupação da Igreja Católica: o comunismo, o matrimônio e a educação (TAMBARA, 2006, p.1).

Havia também preconceitos a respeito das atividades da Igreja Católica, herdados do iluminismo os quais se queria por abaixo. O principal deles era a ideia de que o clero, ao lançar mão da astúcia e da superstição, objetivava manter as massas inconscientes, ignorantes e atrasadas. (ROMANO, 1979, p.115). Poderia se dizer então que foi nessa perspectiva que cresceram os interesses da Igreja Católica pela educação, daí a luta pelo ensino confessional, através das mais diversas ordens religiosas e, no caso do Brasil, através *de uma intrincada relação com o positivismo político e com as suas estruturas sociais conservadoras*. (TAMBARA, 1992, p.2). Da mesma maneira, estas perspectivas iriam ao encontro do que já foi apontado, a respeito dos possíveis interesses das IFD na Baixada Fluminense, quais sejam, a disciplinarização, a reforma moral, a civilização, a catequização, enfim, uma educação diferenciada.

De qualquer maneira, da liberdade e dos interesses do povo a Igreja não queria jamais se apresentar como inimiga, pelo contrário. E foi nesse sentido que ela passou a discursar que cabia sim às famílias a escolha pela melhor orientação educacional de seus filhos, da mesma maneira que cabia a ela (Igreja) a responsabilidade por proporcionar tal melhor educação. Conforme Tambara, foi nesta direção que a Igreja passou a criticar o comunismo, através do Papa Pio XI, segundo o qual, o comunismo

nega [...] aos pais o direito à educação [...] considerado como um direito exclusivo da comunidade [...]. (TAMBARA, 1992, p.8) Assim, a ideia de modernização da educação (que deveria ser laica, neutra e única), era ligada ao liberalismo e ao socialismo (ou comunismo) e, dessa forma, era geralmente criticada pela Igreja. Nessa perspectiva, as Irmãs de Dillingen jamais seguiriam idéias “comunistas”, mesmo enquanto franciscanas e alemãs.

Santinhos

Os Santinhos, distribuídos muitas vezes compulsivamente aos alunos dos Colégios Santa Maria e Santo Antônio, bem como aos catecúmenos, cruzadinhos e missionários iniciados a partir de tais instituições, são mais um elemento utilizado para reforçar a influência católica através do meio escolar. Santo, do latim *sanctu*, ‘estabelecido segundo a lei’; que se tornou sagrado’ significa também:

Sagrado. Que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina. Que obteve o céu como recompensa de suas virtudes; bem aventurado. Diz-se daquele que a Igreja canonizou. Puro, imaculado, inocente. Respeitável, venerável. [...] Que tem bom coração; bondoso em extremo. [...] Que é próprio de santo: Sofreu tudo com santa resignação. Que não pode ser violado ou profanado: a santa intimidade dos lares. Respeitante às coisas divinas, à religião, ao culto. Útil, proveitoso, profícuo, eficaz: *um santo remédio*. [...] Aquele que participa da santidade divina pela observância da lei ou pelos sacramentos. Indivíduo que foi canonizado. Fig. Homem muito austero ou de bondade extraordinária [...] (Dicionário AURÉLIO).

Os “santinhos” a que se refere neste caso, são as imagens dos mais diversos santos impressos em papel e que eram distribuídos diariamente e por vários motivos entregues aos alunos: lembrança da 1ª Comunhão (sua ou de outro); dia do aniversário; missa de 7º dia; bom ou mal comportamento; ida a determinada missa; participação em determinada *Missão* ou evento, enfim. Tudo era motivo para dar e receber santinhos. E tal cultura esteve tão enraizada que não eram mais apenas as Irmãs ou os Padres que se encarregaram de sua distribuição, mas entre os próprios alunos, colegas de classe ou de escola, a troca ou oferta de santinhos chegou a ser uma prática constante e normal.

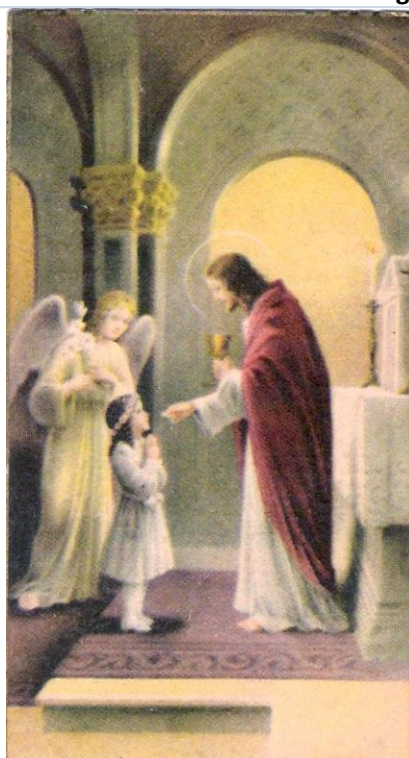
Tratava-se de lembrar e fazer lembrar as vidas dos santos, principalmente enquanto exemplos a serem seguidos pelas crianças e adolescentes. As figuras dos santos desenhadas nos papéis eram carregadas de semblantes resignados, passivos, bondosos e inocentes.



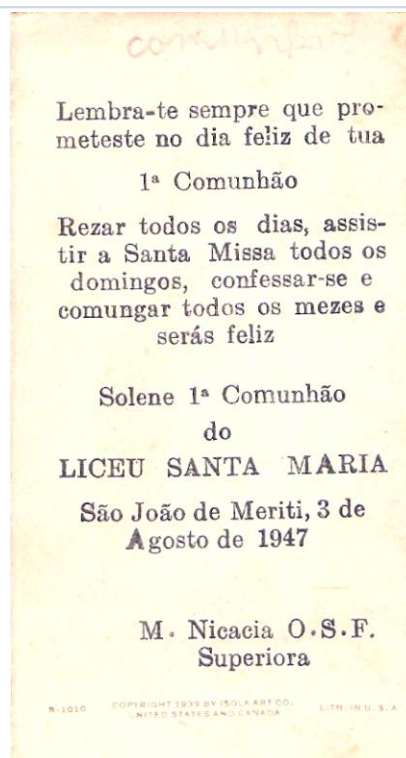
E as mensagens trazidas junto às imagens ajudavam a reforçar alguns modelos de vida. Portanto, os santinhos distribuídos e recebidos pelos alunos não eram somente para serem guardados de recordação (*erinnerung*, em alemão; do latim, *recordatione*) ou admirados momentaneamente. Era estratégico seu oferecimento. Uma maneira a mais de ensinar preceitos, uma maneira a mais de doutrinar para o catolicismo.

Outros santinhos, lembranças realmente de algum evento, traziam dizeres em seu verso, de semelhante teor, como era o caso das *Primeiras Comunhões*. Outra hora o reforço era direcionado às *Missões*. Mas como se vê, tanto as imagens, quanto os dizeres colaboravam nesse sentido.

Figura 09

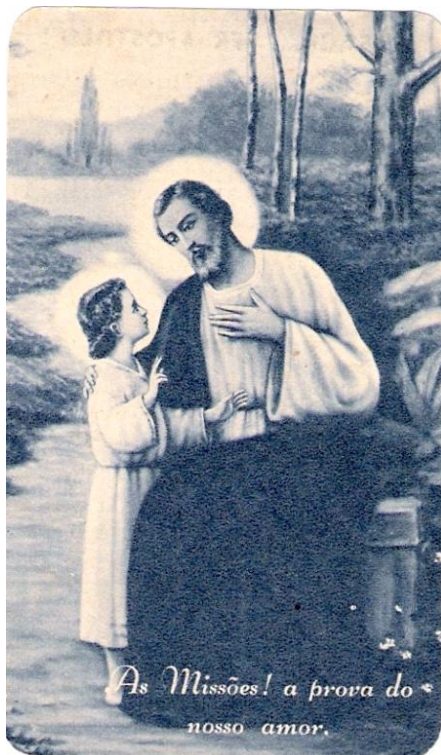


Frente

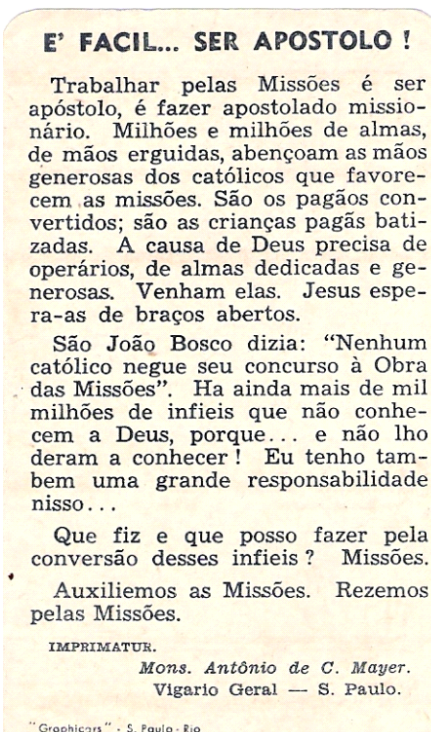


Verso

Figura 10



Frente

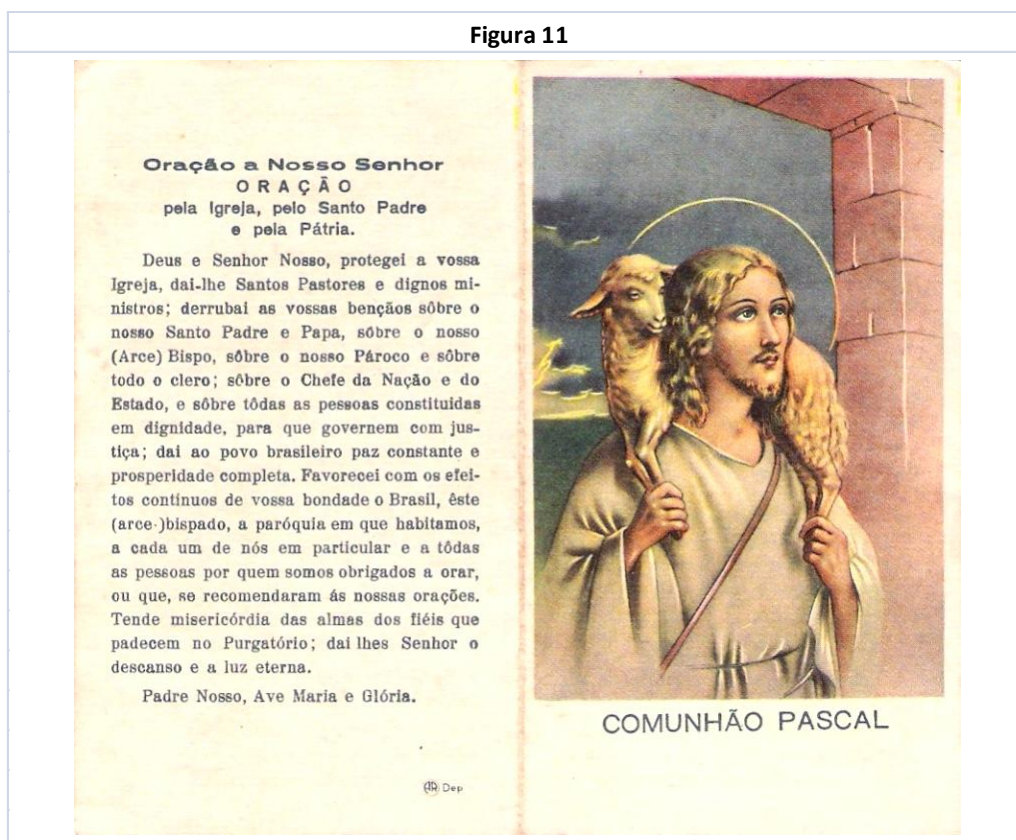


Verso

Tais santinhos referentes às Missões, certamente eram oferecidos às crianças e adolescentes que participavam com alguma oferta em dinheiro dos pais ou familiares e amigos, seja com a perfuração de cartões ou com a assinatura de listas, distribuídas nos Colégios das Irmãs de Dillingen — listas essas geralmente confeccionadas pela própria Igreja — ou eram recebidos por aquelas crianças ou adolescentes que faziam sacrifícios pessoais em prol das *Missões*¹¹⁹. Seria uma maneira de mantê-los envolvidos em causas e preceitos religiosos católicos.

Outro exemplar de santinho vem reforçar os interesses recíprocos entre Igreja e Estado Nacional. E isso quando se comemorava a Páscoa, uma das datas mais significativas para a Igreja Católica. A Igreja, de qualquer forma, fazia sua parte; e as IFD, por sua vez, contribuía em tal empreitada com a distribuição de tais santinhos.

Figura 11



¹¹⁹ Retomar depoimento de Guimarães a respeito das Missões.

De acordo com Cunha, as imagens *têm exercido papéis educativos, sem que se leve em conta suas pedagogias*. (CUNHA, 2006, p.3).

Não nos iludamos com a possibilidade de que as imagens possam ser destruídas, nas religiões de lamentação, como a católica, a iconoclastia funciona como instrumento de arraigamento ainda maior do valor simbólico da imagem, aprofundando o alcance da finalidade social de sua utilização. No mundo do trabalho, a despeito de ser atacada como símbolo de consolo e alienação pelos anarquistas e agnósticos em geral, que razão teria levado autoridades a entronizarem a imagem de Cristo crucificado nas fábricas paulistas, senão a de atrair a ira dos opositores, exorcizá-la, aprofundando o sentimento de identificação com a imagem do crucificado? (LENHARO, 1986, p.170).

É possível tomar as percepções de Lenharo sobre as imagens de Cristo crucificado, transportadas para o uso das imagens de Santos os mais diversos. O *santinho* que vela, é o mesmo que “vigia, admoesta, policia”. Através dos santinhos distribuídos pelas IFD às crianças [alunos(as) nas suas escolas], a Igreja deixava claro o que pensava das relações sociais; ela fazia das imagens o seu recurso de intervenção em tais relações. (LENHARO, 1986, p.171). Para se ter uma idéia, estas imagens de santinhos utilizadas aqui, foram doadas por uma ex-aluna, cuja coleção, expressiva, somava mais de 500 (quinhentos) desses exemplares.

Nossas coleções de imagens, sejam pela insistência de seus significados inscritos culturalmente e outros que atribuímos a elas, ou por vínculos afetivos que criamos com estas figurinhas, ficam preservadas cuidadosamente em nosso imaginário e passam a compor nossos repertórios visuais (CUNHA, 2006, p.3).

E realmente, se não fossem os vínculos afetivos, nenhuma pessoa guardaria por mais de 50 (cinquenta) anos tantas “figurinhas”, ou tantas imagens de santos. Ainda conforme Cunha,

Tanto a Igreja Católica, entendida aqui como a mais antiga corporação¹²⁰ ocidental, quanto as corporações de entretenimento contemporâneas, percebem o desejo de nos apropriarmos e de colecionarmos imagens que nos tocam. Deste modo, estas corporações produziram e produzem seus acervos visuais para serem idolatrados, consumidos, preservados, admirados e principalmente para nomear, ordenar, formular e vender representações sobre o mundo a partir de seus pontos de vista (2006, p.3).

¹²⁰ Este autor entende corporação como uma organização institucional, com interesses comuns, cujo objetivo é o de propagar suas idéias nos mais variados setores da sociedade.

Perspectiva que é confirmada pelo depoimento de uma ex-aluna:

Ah sim! A gente juntava, fazia coleção! [...] Então tinha um santinho que se chama santinho, santo preto. O santinho preto era um sombreado assim, claro escuro, vinha um brilho especial, aquilo era uma preciosidade! Então a gente juntava aqueles santinhos pretos, aquilo era uma preciosidade. [...] Então aquilo era um santinho todo especial, douradinho da beirada... Aquilo era uma coisa muito importante (RANGEL, 2009).

De qualquer maneira não interessa, pelo menos neste momento, fazer um estudo da cultura visual, na busca por alargar os objetivos dos idealizadores destas imagens para além dos já apontados aqui, em termos do significado que teriam naquele contexto dos anos 1930\40\50. Apenas se quer apontar os “santinhos” como mais um elemento de que as escolas católicas lançavam mão para o alcance de seus objetivos educacionais. Mesmo por que não se tratava apenas das imagens, mas igualmente dos escritos, impressos ou manuscritos que os mesmos traziam.

Figura 12



Nessa perspectiva, tais imagens, na sua materialidade, participavam das relações sociais comuns à época. Relações estas que, de uma ou outra forma, permeavam os âmbitos educacional e religioso. É importante lembrar que eram as imagens de santos ou os *santinhos* (em grande parte) que naquele contexto eram socialmente acessíveis, assim como as imagens digitais e outras são acessíveis atualmente.

Ao se adentrar na problemática da produção, circulação, representação, apropriação e consumo dos referidos *santinhos*, na perspectiva de Ulpiano Meneses (2003), seria possível afirmar que os mesmos foram produzidos pela Igreja propriamente dita, se for levado em consideração que mesmo que ela não fosse proprietária dos meios de impressão, teria certamente partido dela a encomenda para imprimi-los em larga escala, fosse para venda ou distribuição gratuita. Quando se refere aqui à Igreja, se refere igualmente às escolas confessionais, às diversas Congregações, livrarias/papelarias católicas, enfim. As mesmas que se encarregariam de fazê-los circular e chegar a seus “consumidores” finais.

A representação que se imprimia a estes *santinhos*, cuja apropriação não seria ou não deveria ser diferente, era, como já se afirmou, de caráter educativo. Fosse enquanto exemplo de vida (do santo representado), fosse quanto aos princípios ético-religiosos nos escritos (impressos ou manuscritos) inerentes aos *santinhos*. Representação e apropriação nesta perspectiva se confundiam, visto ser difícil a possibilidade de interpretações diferenciadas por parte daqueles que os recebiam. Em outras palavras, o que estava ilustrado e ou impresso era exatamente aquilo e daquela forma que se queria ver apropriado.

Por outro modo, não se deve desprezar o fato de que também se apropriava dos referidos *santinhos* enquanto “figurinhas” colecionáveis. Ao se considerar que quem os recebia (os *santinhos*) eram em sua maioria crianças e adolescentes, esta informação é extremamente relevante, podendo ser interpretada pelo menos de duas maneiras, não concomitantes: ou enquanto uma forma de resistência (total ou parcial) aos ensinamentos religiosos, visto que teriam outros usos, muitas vezes até fora do espaço escolar ou da Igreja; ou, ao contrário, sua utilização enquanto forma de tornar os ensinamentos (pedagógicos) religiosos mais “atraentes” e agradáveis.

É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar. Daí não se poder limitar a tarefa à procura do sentido essencial de uma imagem ou de seus sentidos originais, subordinados às motivações subjetivas do autor, e assim por diante (MENESES, 2003, p.28).

Dessa maneira, igualmente a possível escassez de brinquedos e ou formas de lazer infanto-juvenis, à época, poderia ser mais uma justificativa para a utilização dos *santinhos* enquanto figurinhas colecionáveis; as quais se trocava, se perdia ou se

ganhava através de jogos “inventados” pelos diversos catecúmenos e ou estudantes que as portavam. O que também não deixava de ser uma forma de socialização e aprendizado.

Em complemento aos “elementos” propositadamente desenvolvidos neste capítulo, considera-se importante indicar o que foi percebido por pelo menos mais uma pesquisadora a respeito desse ideário católico na formação escolar esboçada pelas IFD. Segundo Camacho, além de estimularem a participação nas missas, a confissão (que servia como auto-avaliação ou exame de consciência) e a comunhão, *eram freqüentes também os retiros propostos pela escola para as alunas*. (2005, p.79 e 80). No caso, a escola a que ela se refere é o Colégio Santo Antônio e especialmente às alunas do último ano do Curso Normal e às da 4ª série ginásial. Lembrar que o Curso Normal foi iniciado em 1954 no Santo Antônio e em 1961 no Santa Maria, tais retiros certamente alcançavam numa e noutra escola, as alunas mais amadurecidas.

Esses retiros eram espaços que serviam para a reflexão e a meditação; além deles, o silêncio e a solidão também eram estimulados pelas Irmãs religiosas, cujas práticas nesse sentido, serviam de exemplo para suas alunas, muitas delas, futuras professoras. Nesse sentido, a prática da escrita de diários, de que já se falou no Capítulo IV,

[...] ajudaria a dirigir as alunas conforme as virtudes cristãs e sociais, disciplinando o comportamento e o pensamento por meio da reflexão sobre as próprias atitudes (CAMACHO, 2005, p.80).

Quando se fala em retiro, a ideia era se ausentar (*entfernen; evakuieren*) da vida cotidiana, no caso. Para tanto, buscava-se um local minimamente afastado dos Colégios e dos familiares, com acomodações suficientes para receber a todos de maneira confortável, onde a natureza se mostrasse farta, enfim, o “clima” deveria ser propício para as orações, as meditações, o silêncio. Logicamente que tais oportunidades não deixavam de ser uma aventura para as alunas, as quais enxergavam em tais retiros a oportunidade de viajar, de conhecer outros lugares diferentes de seu mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo menos três coisas vêm à mente quando se lê Irmãs Franciscanas de Dillingen: Igreja católica, São Francisco de Assis e Alemanha. Entretanto, ao tratar do envolvimento desta Congregação religiosa alemã com educação, numa região do Brasil e num dado período, uma dessas “instituições” ou ideias sobressaiu em detrimento das outras duas, ao se levar em consideração as fontes e informações a que se teve acesso. Também está claro que este trabalho não girou apenas em torno de Instituições Educacionais, de Congregações religiosas católicas ou ainda de problemas relativos à etnia alemã no período da 2ª Guerra. Inclusive porque os capítulos se desenharam, — para além do que estava proposto inicialmente — na medida em que se localizava as fontes e a partir de uma necessidade premente e pessoal de conhecer a Baixada Fluminense, que em especial a mídia televisiva (infelizmente) nos apresenta basicamente pelos noticiários policiais.

Dessa forma, ao fim da leitura, fica a impressão de que não se aprofundou a respeito de uma Pedagogia Franciscana, conforme consta na introdução deste trabalho, em que se tentava justificar a relevância da temática. Na verdade, ao se analisar as fontes, elementos que poderiam caracterizar-se enquanto especialmente franciscanos não se revelaram. Daí não se retomar a ideia da proeminência desses princípios congregacionais em relação aos de outras Ordens religiosas católicas.

Da mesma forma que não foram trazidas à tona, de maneira mais contundente, possíveis características de uma Educação eminentemente alemã nas duas instituições educacionais trabalhadas. O resultado se justifica pela limitação das fontes, dos documentos e da própria pesquisadora, além dos poucos trabalhos acadêmicos, indicativos das duas perspectivas a que se referiu.

Assim, o que se encontrou a respeito de uma Pedagogia Franciscana, vem de um ideal só construído recentemente na literatura, e muito mais para formar franciscanos(as) do que para educar crianças e adolescentes em escolas regulares. Identificar em livros escritos por Freis e Freiras (que é o mais comum de se encontrar) elementos franciscanos que possam ter sido utilizados em escolas confessionais nas décadas de 1940 e 1950, requer um exercício de suposições e análises subjetivas que não caberiam num trabalho historiográfico.

Quanto às possíveis especificidades da educação alemã — em termos de organização, currículo e outros, bem como suas diferenças em relação à educação brasileira no período tratado, — a barreira que se encontrou foi em termos de língua. Elemento que impediu inclusive uma busca, mesmo simples, através da rede mundial de informações, sobre trabalhos acadêmicos ou não, relacionados à História da Educação naquele país. Tais aprofundamentos na pesquisa são necessários e urgentes para o avanço do conhecimento em História da Educação, no sentido de promover comparações através de intercâmbio acadêmico entre Brasil e Alemanha nesta linha de pesquisa. De qualquer forma, o que prevaleceu em termos alemães na Educação empreendida pelas IFD, baseou-se nas próprias Irmãs que vieram para o Brasil, mas cuja formação acadêmica e cultural se deu na Alemanha; e ainda nos livros escritos em alemão, que trouxeram em sua bagagem, mas que era de acesso restrito às próprias, inclusive devido ao contexto nacionalista. Além disso, tais livros tratavam muito mais da religião católica, — pouco percebido quanto a seus modelos de ensino e aprendizagem ou de seus ideais educativos, o que consta no Capítulo IV.

Na perspectiva de Sangenis, quanto à “produção de silêncios” sobre a atuação dos Franciscanos na educação brasileira, de que se falou na Introdução, este trabalho vem contribuir para “amplificar o som” na busca por escutar melhor um “barulho” que existiu. Em outras palavras, a partir daquilo que Sangenis chama a atenção, foi dado um passo importante em termos da atuação efetiva dos franciscanos na área educacional, por mais que ainda não tenha ficado clara a diferença dos franciscanos em relação aos demais católicos.

A título de conclusão (parcial) e de maneira objetiva, ficou evidente, pelo Capítulo I, que durante o período antecedente à chegada das Irmãs Franciscanas de Dillingen, o Brasil de certa forma “preparou-se” (em função das “pressões” da Igreja católica) para recebê-las (não só a elas, mas a todas as Congregações, femininas ou masculinas), visto que tratou-se de um período muito positivo, principalmente do ponto de vista da legislação federal, de importância ímpar para o estabelecimento tanto de escolas confessionais quanto particulares. Da mesma maneira, se por um lado consta em suas narrativas (das Irmãs) que elas vieram da Alemanha “expulsas pelos nazistas”, ficou igualmente evidente, na contrapartida, um real interesse também da Igreja Católica em trazê-las para o Brasil. Dessa forma, o caráter heróico impresso nas crônicas e históricos da Congregação, não tem tanto fundamento. Por outro lado, é importante não esquecer a problemática relativa principalmente à imigração,

especificamente a alemã, num contexto em que se primava pelo nacionalismo e pela defesa da Pátria contra os estrangeiros e “comunistas”.

Além do mais, a partir prioritariamente dos Quadros construídos para os dois primeiros capítulos, espera-se ter contribuído de alguma forma para a História da Educação da Baixada Fluminense. Ficam aqui várias sugestões, no intuito de que outros pesquisadores verifiquem e complementem estes dados com os de outros arquivos e instituições (particulares ou públicos) que porventura vierem a encontrar, na busca por colaborar ainda mais para o avanço do conhecimento nesta área. Sugere-se, por exemplo, trabalhar com as Constituições do Estado do Rio de Janeiro no período ou ainda com as Atas das Câmaras Municipais das cidades da Baixada Fluminense, além de documentos que com certeza encontram-se na sua Superintendência Regional de Educação. As periferias encontram-se esquecidas pelos historiadores da educação.

Conhecer a educação na Baixada Fluminense através da imprensa escrita, conforme Capítulo II, por mais lacunar e parcial que tenha ficado em seu conjunto, é de muito valor para alguém que não conheça o estado do Rio de Janeiro. Resta investir num trabalho a respeito dos diversos órgãos noticiosos e ou de seus respectivos articulistas, mesmo quando estes chegavam a se identificar. Tal empreitada facilitaria uma análise mais crítica e questionadora, na perspectiva de seus interesses políticos, pessoais, ideológicos e sociais. Assim, fica a esperança de que tal capítulo suscite novos projetos de pesquisa. Quanto ao Curso Normal de Duque de Caxias, em destaque na então imprensa, vale um estudo a respeito de suas “herdeiras” (das IFD), professoras formadas ali, que certamente reproduziram o que aprenderam e da forma como aprenderam nas diversas instituições educacionais por onde atuaram após formadas.

No interior das duas escolas, no Capítulo III, ficaram nítidas as diferenças entre os Colégios Santo Antônio e Santa Maria em vários aspectos (por mais que não tenha sido este o objetivo), desde as circunstâncias que levaram à sua criação, — lembrar que o Colégio Santa Maria surgiu em função de uma Cruzada Eucarística, diferentemente do que ocorreu com o Santo Antônio — passando pelo tipo de informação que se privilegiava através das crônicas escritas em cada uma das escolas, até sua organização em termo de horários, estrutura física e cursos. Tais apontamentos, demonstrativos de um isolamento mútuo de tais escolas, pode servir para que ambas, através de suas respectivas direções, ligadas à mesma Congregação religiosa, repensem suas iniciativas, conjuntamente, de forma a não perder de vista sua origem comum.

Neste mesmo sentido, seria extremamente importante que os dois Colégios estabelecessem os mesmos critérios de produção e posterior seleção de documentos a serem conservados e preservados. Uma equipe composta por funcionários dos dois colégios, que fizesse reuniões periódicas poderia se encarregar disso. No que diz respeito a seus critérios de produção documental, se chama a atenção para a possibilidade de futuros estudos comparativos, o que não foi possível fazer em muitos aspectos. Assim, seria importante a escolha ou elaboração de formulários que requeressem informações semelhantes, na medida do possível, visto que se tratam de escolas localizadas em cidades distintas, apesar de próximas, cujas administrações municipais possuem necessidades ou exigências diferentes.

Em comparação com outros trabalhos que também lidaram com instituições educacionais, senti falta de um tipo de documento: as atas de reuniões pedagógicas ou colegiado e de atas em geral, produzidas em ambas escolas. Assim, não se sabe se realmente tais reuniões não ocorriam ou se a feitura de suas atas não era uma prática comum, fator este que empobreceu enormemente as análises e considerações neste trabalho.

Ao que também foi possível compreender pelo exposto na Introdução, a respeito das ações das Irmãs Franciscanas de Dillingen, não se sabe exatamente desde quando ou em que proporção, os trabalhos sociais que desenvolveram e ainda desenvolvem são garantidos justamente pelas mensalidades cobradas em suas escolas. De qualquer maneira, o alcance de sua doutrinação se processou de forma claramente estratégica, visto que além de atingir seus alunos (pagantes ou bolsistas) boa parte destes, por sua vez, ainda subsidiou seus trabalhos sociais, nos quais também existia espaço para doutrinar.

De qualquer maneira, uma espécie de distinção, perceptível entre quem recebe sua educação e quem é alcançado por suas ações sociais, sinaliza uma distinção feita pelas IFD entre dois grupos sociais. Nesse sentido, espera-se com os resultados deste trabalho, que elas próprias revejam suas posturas ideológicas e concepções de educação, inclusive porque o atual momento político apresenta-se bem mais democrático e receptivo que no passado. Que busquem quem sabe até enfatizar ou jogar luz sobre sua pedagogia genuinamente franciscana e alemã, enquanto diferenciais positivos os quais alcancem igualmente os excluídos, não apenas através de suas ações sociais, filantrópicas ou assistencialistas, financiadas pelos pagantes de seu ensino. Por outro lado, se levarmos em consideração que *“para viver, é preciso antes de tudo comer,*

beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais” (MARX e ENGELS, 1979, p.39), o que antecede a busca por educação, os trabalhos sociais que as IFD desenvolveram, à custa das mensalidades pagas nos colégios sob sua direção, são ainda prementes no contexto da Baixada Fluminense. Além do mais, a opção pela vida religiosa não deixa de ser a opção por um modo de sobrevivência: onde há possibilidade de se criar e manter instituições educacionais, no caso, há trabalho e onde há trabalho não falta “pão”.

Em relação à questão chave que moveu a feitura deste trabalho, sobre se houve ou não alguma influência pedagógica trazida pelas Irmãs, da Alemanha para o Brasil, acredita-se que, — seja pela dificuldade da língua, seja pelo contexto político expresso na legislação, seja pelo diferencial cultural entre os dois países em jogo, bem como pela premência e prevalência de sua “missão” enquanto Irmãs católicas, — houve muito mais uma “acomodação” delas aqui, sob a batuta da Igreja e do Estado, do que uma transplantação de elementos de sua formação e práticas escolares próprias da Alemanha ou do franciscanismo. Ao se tomar por referência o último capítulo, fica evidente que elementos católicos prevaleceram em detrimento de elementos alemães e ou franciscanos, enquanto influenciadores na educação implementada pelas IFD naquela região fluminense. Esta seria uma tese provisória, se se considerar o que ainda necessita ser feito em termos de pesquisa, análise e comparação.

Concorda-se que os modos de pensar e/ou as visões de mundo das Franciscanas de Dillingen, no caso, não foram dados *a priori* ou de forma autônoma. Não vieram tampouco transportados da Alemanha pra cá, inertes desde então. O fato de tal grupo estar inserido numa determinada sociedade, fez com que seu modo de pensar e ver o mundo fossem fruto também das relações, inclusive de produção, que caracterizaram essa mesma sociedade ao longo do tempo. Justamente por isso, uma história da atuação das Irmãs Franciscanas de Dillingen na educação brasileira só foi garantida aqui por se levar em conta os *‘dados de bastidores’* (SAVIANI, 2004, p.33). Ou seja, a atuação desse grupo de Irmãs não se deu isolada da sociedade, na qual estavam inseridas. Daí o fato de se ter, num primeiro momento, contextualizado a sociedade local e regional em alguns de seus aspectos, para que elementos característicos de sua educação, introduzidos nessa mesma sociedade, pudessem ser melhor percebidos, o que sem dúvida foi. Entretanto, isto se deu muito mais em termos de se tratar de escolas particulares e confessionais. Seu legado franciscano e ou alemão, à primeira vista imperceptível sem uma lente de aumento, como já se afirmou, precisa ser melhor

estudado na busca por um diferencial que mereça destaque em comparação à influência pedagógica de outras Congregações religiosas, advindas ou não de outros países.

Quanto ao catolicismo, mais evidenciado nas fontes, este ganhou destaque no último Capítulo, em que a Catequização, a idéia de “Missão”, as Cruzadas Eucarísticas e abordagem sistemática através da distribuição e troca de “Santinhos” acabava por enovelar os(as) alunos(as) das duas escolas estudadas, de forma a tornarem-se realmente disciplinados(as), obedientes(as), submissos(as), doutrinados(as). Perfil ideal este que era “bem visto” também por outros segmentos da sociedade e não apenas pela Igreja.

REFERÊNCIAS

AGENDA Rede Educacional das Irmãs Franciscanas de Dillingen. Origem das Irmãs Franciscanas de Dillingen, 2007, p.5.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Grupos Escolares e Região: concretizações e obstáculos à política educacional mineira. São Luis-MA: *I Colóquio Nacional de Investigações Comparativas em Grupos Escolares*, 2007. (mimeo).

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). *As Escolas Normais no Brasil: do império à república*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

ARRUDA, Arnaldo. M. (Pe.). *Ascética: preâmbulo da Ação Católica*. São Paulo: Gráfica Revista dos Tribunais, 1936.

AZEVEDO, Thales. *Catolicismo no Brasil?* São Paulo: Vozes, Fevereiro, 1969, p.117-124.

AZZI, Riolando. O início da restauração católica em Minas Gerais. *Síntese*, v.5, n.14, set./dez. de 1978, p.73.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado novo e a Redemocratização. HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) *O Brasil Republicano: Economia e Cultura (1930-1964)* Tomo III, 4º Vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BICA, Alessandro Carvalho; CORSETTI, Berenice. O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: a Cruzada Nacional de Educação. *Revista História da Educação – RHE*, v.15, n.33, jan./abr. 2011, pp.170 a 180.

BLACK, Antony. São Tomás de Aquino: O Estado e a Moralidade. *O Pensamento Político de Platão à OTAN*. Tradução de Talita Macedo Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1989. (Série Diversos).

BOMENY, Helena. *Os Intelectuais da Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSCHILIA, Roseli. A Escola, o Ensino e o Rito: Cultura Escolar e Modernidade. ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Org.). *Escola e Modernidade: saberes, instituições e práticas*. Campinas-SP: Editora Alínea, 2004, pp.127-138.

BRAZ, Antônio Augusto. *Vidas em Transição: A Cidade e a Vida na Cidade em Duque de Caxias (RJ) nas Décadas de 30, 40 e 50 do Século XX*. Vassouras-RJ. Universidade Severino Sombra, 2006. (Dissertação de Mestrado).

CAMACHO, Suzana Brunet. *Cadernos de Segredos: marcas da educação católica na escrita íntima*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2005, 172p. (Dissertação de Mestrado).

CAMPOS, Flávio de. *A escrita da história: ensino médio: volume único*. / Flávio de Campos e Renan Garcia Miranda 1ª ed. São Paulo: Escala Educacional, 2005, p.216.

CANCIAN, Renato. *Corporativismo feudal, moderno e contemporâneo*. <http://educacao.uol.com.br/sociologia/corporativismo-1.jhtm>. Acesso em 14 de agosto de 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. PANDOLFI, Dulce. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp.167-178.

CAROLI, Ernesto (Coord.) *Dicionário Franciscano*. Tradução de Almir Ribeiro Guimarães, OFM e Edinei da Rosa Cândido. Petrópolis-RJ: Vozes, CEFEPAL – Centro de Estudos Franciscanos e Pastorais para a América Latina, 1993.

CODATO, Adriano Nervo e GUANDALINI JR., Walter. *Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.32, 2003, p.145-164.

CUNHA, Susana Rangel Vieira da. Cultura Visual, Gênero, Educação e Arte. Infância e Cultura Visual. *ANPEd*, 2006. <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/4sessao_especial/se%20-%2006%20-%20susana%20rangel%20vieira%20da%20cunha%20-%20participante.pdf> acesso em 20 out. 2009.

DINIZ, J. Péricles. *O Papel do Jornal na construção social de identidades*. IV Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. UFBA, Salvador-BA. Maio de 2008. <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14430.pdf>.

DUSSEL, Inês. Uniformes escolares y la disciplina de las apariencias. Hacia una historia de la regulación de los cuerpos en los sistemas educativos modernos. POPKEWITZ, Thomas; FRANKLIN, Barry; PEREYRA, Miguel (compiladores). *Historia cultural y educación, ensayos críticos sobre conocimiento y escolarización*. Barcelona, México: Ediciones Pomares, S.A., 2003.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Tradução, Ruy Jungmann; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 2v.

EVANGELISTA, Olinda. Ação Católica e Formação Docente na Década de 1930. *Educação e Filosofia*. V.16, n.31, jan./jun. 2002, pp.9-28.

FALCÃO, Dom Manuel Franco. *Enciclopédia Católica Popular*. Paulinas. <<http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>> acesso em 24 agosto 2011.

FAMÍLIA Franciscana do Brasil. Histórico
<http://ffb.org.br/dinamico.php?id=9547&categoria=conteudo_dinamico> acesso em 02-01-2011.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 2, 10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

FÁVERO, Osmar (org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras – 1823-1988*. 2. ed. Ver. Ampl. Campinas-SP: Autores Associados, 2001. (Coleção memória da educação).

FOULQUIÉ, Paul. *A Igreja e a Educação, com a Encíclica sobre a Educação*. Trad. FIQUEIREDO E CASTRO, Maria das Dores Ribeiro de. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1957.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1992, 2.ed. ver. (Coleção Magistério – 2º grau. Série formação do professor).

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2008 p. 32-3.

HAAS, Ir. Michaela, OSF. *História das Irmãs Franciscanas de Dillingen*. Duque de Caxias – RJ: Edição da Prov. da Divina Providência no Brasil, 2000.

HEES, Marta Pereira das Neves. *As Missões Culturais no Estado do Rio de Janeiro: jornadas educacionais entre o assistencialismo religioso e o missionarismo político*. Campinas-SP, UNICAMP, Faculdade de Educação, Tese (Doutorado).

HORTA, José Silvério Baia. *O Hino, o Sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

JAMIL CURY, Carlos Roberto. *Ideologia e Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez & Moares, 1978.

KÖGHMAIER, Ir. Raphaelis. *Crônica São João de Meriti, 1940-1985*. Colégio Santa Maria: São João de Meriti-RJ, pp.1-22.

KOSSOY, Boris. *O relógio de Hiroschima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.25, n.49, 2005, p.35-42.

KREUTZ, Lúcio. *Escolas Étnicas no Brasil e a Formação do Estado Nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945)*. Poiésis, Tubarão, v.3, n.5, jan./jun. 2010, p.71-84.

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Trad. Marcos de Castro. 7ª ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Editora Record, 2005.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2ª ed. Campinas-SP: Papyrus, 1986.

LEONARDI, Paula. *Congregações Católicas Docentes no Estado de São Paulo e a Educação Feminina – segunda metade do século XIX*. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Abril/2006. UFU - Uberlândia-MG. <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/113PaulaLeonardi.pdf>

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos 1919 a 1961*. Unicamp, 2004, (tese doutorado).

LUSTOSA, Elcias. *O Texto da Notícia*. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo Nexos – História das Instituições Educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004 (Estudos CDAPH. Série historiografia).

MANACORDA, Mario Alighiero. A Educação nos oitocentos. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2006.

MANOEL, Ivan Aparecido. *A Ação Católica Brasileira: notas para estudo*. Acta Scientiarum. n.21, vol. 1, 1999, pp.207-215.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina: uma face do conservadorismo (1859 - 1919)*. São Paulo: Unesp, 1996. (Coleção Prismas).

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MATE, Cecília Hanna. *Tempos modernos na escola: os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru-SP: EDUSC; Brasília-DF: INEP, 2002, p.64. (Coleção Educar)

MÁXIMO, Círian Gouveia; COSTA, Márcia Ferreira e NETO, Wenceslau Gonçalves. Educação, Imprensa e Disciplina: as escolas profissionais em Uberlândia, MG (1936-1950). *Cadernos de História da Educação*, v.1, n.1, jan./dez., 2002, pp.25 a 28.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, n.45, 2003, p11-36.

MORAES, Dalva Lazaroni de. *Esboço Histórico-Geográfico do Município de Duque de Caxias*. Duque de Caxias-RJ: Arsgráfica Editora Ltda, 1978.

MOURA, Laércio Dias de. *A Educação Católica no Brasil: passado, presente e futuro*. 2ed. Brasília: São Paulo: ANAMEC / Loyola, 2000.

MOURA, Odilão (O.S.B.). *As idéias católicas no Brasil: direções do pensamento católico do Brasil no século XX*. São Paulo: Convívio, 1978,

MOURA, Odilão O.S.B. *As idéias católicas do pensamento católico no Brasil no século XX*. São Paulo, Editora Convívio, 1978.

Nossa História – Resumo da História do Convento e da Comunidade das Franciscanas de Dillingen (1241-1950). Extraído das publicações em alemão de Madre Lioba Schreyer, O.S.F., Madre Inocência Mussak, O.S.F., Vitor Mezger e das “Cartas de Família” (Familienbriefe), 1950.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e Fontes. *Cadernos ANPED*, n.5, set. 1993, p.7-64.

OLIVEIRA, Antoniette Camargo de. *Despontar, (Des)fazer-se, (Re)viver: a (des)continuidade das Organizações Anarquistas na Primeira República*. Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2001. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, Elisabeth Monteiro de Aguiar. A universidade nos paradigmas da modernidade e da pós-modernidade. LOMBARDI, José Claudinei (org.). *Temas de pesquisa em educação*. Campinas: Autores Associados, 2003: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2003, pp.123-140.

PETITAT, André. *Produção da Escola / Produção da Sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação Brasileira*. 17ª Edição revista e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção memória da educação).

RIQUELME, Sergio Fernández. *Breve história del corporativismo católico*. La Razón Histórica, n.11, 2010, pp.54-64, Instituto de Estudios Históricos y Sociales.

ROMANO, Roberto. *A Igreja contra o Estado*. São Paulo: Kairós, 1979, p.115.

SAMUEL, Raphael. Teatros de Memória. *Projeto História*, São Paulo, n.14, Fev/1997.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na Educação Brasileira. STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*, Vol. III (Século XX). São Paulo: Vozes, 2004, pp.93-107.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. *Gênese do Pensamento Único em Educação: Franciscanismo e Jesuitismo na História da Educação Brasileira*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

SAVIANI, Dermeval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Memória da Educação)

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SENDRA, Ir. Sueli Rubens. Irmãs Franciscanas de Dillingen: da expansão ao hoje de nossa história. Duque de Caxias – RJ: Edição da Província da Divina Providência no Brasil, 2007.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo. PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SILVA, Katiene Nogueira. Vestidos Adequadamente e com Asseio: O discurso sobre os Uniformes escolares através de periódicos educacionais Brasileiros (1950/1970). *Anais COLUBHE*. Uberlândia-MG: UFU\Faced, 2006, pp.3623-3629.

SILVA, Vivian Batista da. Uma história das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-SP: Editora Autores Associados, SBHE, julho/dezembro 2003, n. 6, pp.29-58.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *O Problema da Imprensa*. Prefácio de Alberto Dines. 3ª Ed. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 1997.

SOUZA, Rosa Fátima. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Caderno Cedes*. Campinas. Nº 52, nov. de 2000.

STAMMLER, M. Adelheid. *Crônica Cabo-Frio 1937-1941* (traduzida do alemão para o português arquivado no Colégio Santo Antônio, Duque de Caxias-RJ).

STAMMLER, M. Adelheid e outras. *Crônica Duque de Caxias, 1941-1962*. Colégio Santo Antônio: Duque de Caxias-RJ, pp. 1-19.

SUANO, Helenir. A Educação nas Constituições Brasileiras. FISCHMAN, Roseli. (Coord.) *Escola Brasileira: temas e estudos*. São Paulo: Atlas, 1987.

TAMBARA, Elomar. *Estado, Igreja e educação: Urbi et Orbe*. Trabalho apresentado à 28a. Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2006.

VELHO, Laís Costa. *Caxias, Ponto a Ponto (1953 a 1957)*. Duque de Caxias: RJ: Editora Agora, 1965.

VIDAL, Diana Gonçalves . O fracasso das reformas educacionais: um diagnóstico sob suspeita. *Historia de la Educación* – Anuário JCR, v. 7, 2006, p. 70-90.

VIDAL, Diana Gonçalves ; PAULILO, A. L. . Introdução ao estudo da escola nova, de M.B. Lourenço Filho. XAVIER, Maria do Carmo. (Org.). *Classicos da Educação Brasileira*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010, v. 1, p. 17-40.

VIEIRA, Oldegar. *Educação extraescolar e educação militar*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1943.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Capitalismo e Escola no Brasil. A Constituição do Liberalismo em Ideologia Educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961)*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

ZICMAN, Renée Barata. *História através da Imprensa* – algumas considerações metodológicas. Projeto História, n.4, PUC-SP, junho/1985.

ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos Jesuítas aos anos de 1980*. Campinas-SP: Autores Associados; Brasília-DF: Editora Plano, 2004.

IMPREENSA

Contradansa nas professoras de Iguassú. *Correio de Iguassú*, Nova Iguassú, Ano II, n.61, p.02, 05 jun. 1932. (C.2).

Um baile na sede do S. C. Iguassu', em homenagem às professoras do município. *Correio de Iguassú*, Ano III, n.129, p.02, 19 nov. 1933.

Comentário sobre o Ensino. *O Municipal*, Duque de Caxias, Ano II, n.54, p.04, 25 ago. 1951. (C.2-6).

Ensino Primário – Quantidade só, não; também qualidade. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano I, n.23, p.03, 07 fev. 1954. (C.3-4).

Novos Rumos para o ensino primário municipal – está aquém das necessidades pedagógicas. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano I, n.15, p.01, 29 Nov. 1953. (C.3-4).

Por uma Cultura Sólida da Infância. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.68, p.01, 24 jul. 1955. (C.3).

A Prefeitura fiscalizará as escolas particulares. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.81, p.02, 23 out. 1955. (C.1-4).

As primeiras professoras formadas em Duque de Caxias. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.82, p.01 e 03, 30 out. 1955. (C.2-3).

Professoras Analfabetas. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.83, p.01, 06 nov. 1955. (C.1).

O Prefeito reconhece a incompetência do Magisterio Municipal. *O Municipal*, Duque de Caxias, Ano IV, n.109, p.04, 20 dez. 1955. (C.1-2).

Explica o Secretário de Educação do Estado o motivo da falta de professoras no Grupo. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.106, p.06, 16 abr. 1956, (C.3 a 6).

1.100 alunos aguardam no Grupo a vinda de professoras do Estado. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.107, p.03, 22 e 23 abr. 1956. (C.3 a 6).

Normaliza-se o Grupo Escolar. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.110, p.01, 14 mai. 1956.

LYNX. Problemas Caxienses – Educação. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.110, p.04, 14 mai. 1956. (C.5-6).

LYNX. Problemas Caxienses – Professôras. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.111, p.04, 20 mai. 1956. (C.5-6).

Desorganizado o Ensino no Município. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.111, p.06, 20 mai. 1956. (C.3 a 6).

COMBAT, E. Problemas de Ensino. *Tribuna de Caxias – suplemento de Tribuna de Petrópolis*, Duque de Caxias, Ano I, n.20, p.02, 26 jan. 1947. (C.2-3).

Ginasio Santo Antonio. *Jornal do Povo*, São João de Meriti e Duque de Caxias, Ano II, n.90, p.06, 29 mai. 1949. (C.1-2).

Continua falta de professoras no Grupo Escolar. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.7, p.01, 13 ago. 1956. (C.1-2).

ROSA, Eliasar. Pobres professôras. *Jornal do Povo*, São João de Meriti e Duque de Caxias, Ano IV, n.166, p.02, 10 dez. 1950. (C.1).

Queremos uma escola para lecionar. *Folha da cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.8, p.01 e 02, 20 ago. 1956. (C.3-6).

As professoras são assíduas às aulas. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.11, p.02, 03 set. 1956.

Sem corpo docente e péssimo prédio. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.14, p.05, 24 set. 1956.

Mais uma professora para a Escola Centenário. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.16, p.05, 08 out. 1956.

As primeiras professoras formadas em Caxias – Dia 16 as solenidades de formatura das professorandas da Escola Normal Santo Antonio. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.22, p.02, 26 nov. 1956. (C.3-4).

Diplomada a primeira turma de professoras formadas em Caxias. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.26, p.01 e 10, 24 dez. 1956. (C.1-3).

BATISTA, Plínio. Professoras Municipais. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.29, p.03, 14 jan. 1957.

Realizado o concurso para professoras municipais. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.37, p.01, 08 mar. 1957.

Professoras de Caxias vão para Mangaratiba. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias Ano I, n.37, p.02, 08 mar. 1957.

(foto). *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.38, p.01, 13 mar. 1957.

Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.61, p.03, 18 mar. 1957. (C.2-3).

Educação e Cultura – Educação Fluminense. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.39, p.04, 25 mar. 1957.

Pressão política para serem admitidas as professoras reprovadas. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.39, p.01, 25 mar. 1957.

Educação e Cultura – Sempre Mal Remuneradas. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.40, p.04, 31 mar. 1957.

Sá Rêgo pediu na Assembléia a construção. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.40, p.01, 31 mar. 1957.

Educação e Cultura - Notícias – Mais 250 Professôras. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.41, p.04, 07 abr. 1957.

Educação e Cultura – A Deficiência no Ensino. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.46, p.04, 12 mai. 1957.

Educação e Cultura – A Educação e o Orçamento. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.75, p.02, 01 dez. 1957.

Educação e Cultura – Normalistas farão em Janeiro concurso de ingresso. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.75, p.02, 01 dez. 1957.

Educação e Cultura – A Eterna Mentira. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.76, p.02, 08 dez. 1957.

Educação e Cultura – Formatura de Professoras. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.76, p.02, 08 dez. 1957.

Educação e Cultura – As candidatas e as vagas. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.80, p.04, 05 jan. 1958.

Educação e Cultura – Uma saída política. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.81, p.04, 12 jan. 1958.

Educação e Cultura – Concurso para o Magistério. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.81, p.04, 12 jan. 1958.

Educação e Cultura – A Última Batalha. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.84, p.02, 02 fev. 1958.

Educação e Cultura – O Prefeito e as Escolas. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.86, p.05, 16 fev. 1958.

Educação e Cultura – Agora ao Trabalho. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.86, p.05, 16 fev. 1958.

Congresso de Professores. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.87, p.05, 23 fev. 1958.

Extra Numerários. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.87, p.05, 23 fev. 1958.

Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.98, p.03, 11 mai. 1958.

Educação e Cultura – Dispensa das professoras substitutas que passaram a extranumerárias ou contratadas. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.102, p.06, 07 jun. 1958.

Educação e Cultura – Criadas mais 15 escolas primárias no ensino do Rio. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.102, p.06, 07 jun. 1958.

Educação e Cultura – Noticiário. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.104, p.02, 22 jun. 1958.

Educação e Cultura – Noticiário. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.107, p.02, 13 jul. 1958.

Iniciativa Necessária. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.49, p.03, 10 out. 1954. (C.5-6).

Atrazados quatro meses os vencimentos das professoras. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.113, p.01, 24 ago. 1958.

Professôras exigem melhores salários. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.123, p.01, 02 nov. 1958.

PAIVA, Ciro de. Razões da Razão – Professôras de Caxias. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.123, p.04, 02 nov. 1958.

RODRIGUES, Genival. Tribuna da Cidade – Professôras: um problema. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.124, p.05, 13 nov. 1958.

Contos e Confrontos – Ontem e Amanhã. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.126, p.03, 07 dez. 1958.

DAVID, Adolpho. Prefeito David e o Quadro Político do Momento – Instrução Pública. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.134, p.05, 15 fev. 1959.

Técnico de Educação do Rio para a Inspetoria do Ensino. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.135, p.02, 22 fev. 1959.

NEVES, Silas. Tribuna da Cidade – As Normalistas. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.136, p.02, 04 mar. 1959.

Novas Professôras Municipais. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.146, p.03, 10 mai. 1959.

AQUINO, Custódio. A Folha Escolar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.53, p.01, 21 nov. 1954.

AQUINO, Custódio. A “Folha” Escolar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.54, p.02, 28 nov. 1954. (C.6).

AQUINO, Custódio. A “Folha” Escolar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.55, p.02, 12 dez. 1954. (C.3-4).

AQUINO, Custódio. A “Folha” Escolar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.57, p.04, 08 mai. 1955. (C.4-5).

AQUINO, Custódio. A “Folha” Escolar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.59, p.05, 22 mai. 1955. (C.2-3).

AQUINO, Custódio. A “Folha” Escolar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.60, p.06, 29 mai. 1955. (C.5-6).

PEREIRA, Prof. Roberto. A “Folha” Escolar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias Ano II, n.63, p.02, 19 jun. 1955. (C.1-2).

AQUINO, Custódio. A “Folha” Escolar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.64, p.05, 26 jun. 1955. (C.5-6).

AQUINO, Custódio. A “Folha” Escolar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.66, p.06, 10 jul. 1955. (C.5-6).

Educação e Cultura – Novos Grupos Escolares. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.51, p.02, 09 jun. 1957.

Educação e Cultura – Excedentes. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.90, p.04, 16 mar. 1958.

Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.91, p.04, 23 mar. 1958.

Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.92, p.04, 30 mar. 1958.

Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.93, p.02, 06 abr. 1958.

Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.94, p.03, 13 abr. 1958.

Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.97, p.02, 04 mai. 1958.

Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.88, p.04, 02 mar. 1958.

Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.98, p.03, 11 mai. 1958.

Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.99, p.05, 18 mai. 1958.

Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.112, p.02, 17 ago. 1958.

AQUINO, C. A “Folha” Escolar. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.62, p.05, 12 jun. 1955. (C.5-6).

Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.105, p.06, 29 jun. 1958.

Em Agosto: Início das aulas no G. Escolar. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.153, p.01, 28 jun. 1959.

Revestiram-se de brilho excepcional as festas comemorativas de nossa independência em... *Jornal do Povo*, São João de Meriti e Duque de Caxias, Ano I, n.94, p.02, 14 set. 1947.

A Diocese construirá um Ginásio em Duque de Caxias. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.73, p.06, 17 nov. 1957.

Matrículas gratuitas só para os realmente necessitados. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano I, n.22, p.03, 31 jan. 1954. (C.3-4).

ENTREVISTAS

ALMEIDA, Arminda Martins de. Entrevista cedida em 29 de outubro de 2009.

Tem 65 anos, começou a estudar no Colégio Santo Antônio em 1954, aos 8 anos de idade, do primário até o Magistério; chegou de Portugal com a família no ano de 1952. Preparou-se para a 1ª comunhão no mesmo colégio. Atualmente é aposentada, mas já ministrou aulas de inglês no Colégio.

GUIMARÃES, Tiette do Valle Antonio. Entrevista cedida em 10 de novembro de 2009.

É bibliotecária aposentada. Tem 76 anos de idade, estudou no Colégio Santo Antônio desde 1943, no Primário; onde depois fez o Curso Comercial. Seu pai era militar e era ele quem fazia os ensaios de Parada Cívica do Colégio Santo Antônio

RANGEL, Heliethe Cléa. (Ir. Maria Bernadete). Entrevista cedida em 03 de novembro de 2009.

É natural de Araruama-RJ. Tem 77 anos de idade. Começou a estudar em Rio Bonito (quando fez a 2ª série) com as Irmãs Franciscanas de Dillingen, em 1939; Fez o Primário em Cabo Frio com as mesmas Irmãs, a partir de 1941 (3ª, 4ª, 5ª séries e Admissão); depois estudou no Colégio Santo Antônio, a partir de 1945 a 1948, quando fez o Curso Comercial. A partir daí começou a lecionar no próprio Colégio Santo Antônio (quando depois de 2 anos optou pela vida religiosa), só depois é que fez o Curso Normal (já como Irmã) a partir de 1958, neste mesmo Colégio.

VALLADÃO, Maria de Fátima Marinho. Entrevista cedida em 03 de junho de 2009.

Nasceu em 08 de julho de 1945, possui atualmente 67 anos de idade. Estudou no Colégio Santa Maria desde 1954, onde fez o Primário, Admissão, Ginásial e Normal. No Normal fez parte da turma Jubileu de Prata, quando a escola completava 25 anos de existência, em 1965. Depois de ter trabalhado como professora no referido Colégio desde então, aposentou-se.

ANEXO I

IMIGRANTES

CPDOC - Fundação Getúlio Vargas
Classificação: GV c 1940.01.05/1
Série: c - Correspondência
Data de produção: 05/01/1940 (Data certa)
Quantidade de documentos: 1 (11 folhas)
Microfilmagem: rolo 6 fot. 0473 a 0476

Rio de Janeiro, em 5 de Janeiro de 1940.
Cyro,

Desde que chegaste a Berlim e assumiste as tuas funções que te preocupas com a vinda de indivíduos de origem semita para o Brasil.

Tenho a certeza de que obedeces a uma convicção profunda quanto à inconveniência dessa imigração, e a insistência com que tens chamado a atenção, não só do Itamaraty como do Presidente da República, sobre este assunto, não é senão o reflexo do zelo que pões sempre em tua atividade a serviço do Brasil e do Govêrno. Tens não só o direito mas o dever de apontar aos dirigentes do Itamaraty os erros em que porventura estão incidindo o mesmo de criticar os seus atos. Mas, para que a crítica seja construtiva, é preciso que seja justa e se baseie num perfeito conhecimento de todos os fatos. Só assim é que ela deixa de ser negativa, tornando-se numa colaboração útil. De outra forma, a crítica só é destruidora: em vez de contribuir para o aperfeiçoamento, dimi

E.R.D.

(p.2)

diminue e enfraquece os órgãos da administração objeto dela e o prestígio do Govêrno.

Mas, quais os pontos principais da tua divergência com o Itamaraty a respeito dos judeus? Tais pontos constam de teus officios e telegramas dirigidos ao Itamaraty em datas diferentes e da carta que escreveste ao Presidente da República em 5 de Novembro próximo passado.

Queixas-te de que judeus de má qualidade continuam a entrar no Brasil em número crescente a despeito das normas severas estabelecidas pelo Itamaraty; que os funcionários consulares se sentem inibidos, não sabendo como agir em face dos despachos do Itamaraty autorizando a vinda de judeus que não oferecem condições de idoneidade; que existem escritórios na Europa que anunciam a obtenção de visto brasileiro mediante o pagamento de 440 dólares. Aludes também a que a liberalidade atual contrasta com o rigor anterior. Na tua opinião, a situação é tão séria que poderá criar dentro de cinquenta anos um grave problema para os dirigentes do país, razão pela qual te sentes forçado a falar ao Govêrno com toda a franqueza. Em resumo, criticas o Itamaraty de se mostrar indiferente senão faltoso deante desse

(p.3)

desse estado de cousas.

Vejamos se essas alegações se conciliam com os fatos. Conheces o problema judeu tal como se vem apresentando desde que recrudesceram as perseguições em diversos países da Europa. Indivíduos dessa raça, expulsos ou perseguidos, se viram forçados a procurar asilo fora das suas pátrias, criando um problema grave de ordem internacional. Daí a pressão exercida sobre os países, entre os quais o Brasil, por tais indivíduos, cujo número sobe na Europa a 500.000, e que precisam a todo o custo encontrar refúgio fora da Europa. Acossados pela necessidade, é fácil imaginar os ardis de que passaram a lançar mão os judeus para subtrair-se à sua situação intolerável. Proliferaram imediatamente em toda parte comitês e escritórios destinados a facilitar a emigração semita.

No Brasil, só nos apercebemos do problema quando a corrente da emigração semita para o nosso país já se tinha avolumado, tendo entrado de 1934 a 1937, de acôrdo com os cálculos do Departamento de Imigração, 58.000 indivíduos de origem semita.

Em face dessa situação, o Itamaraty expediu a Circular secreta nº 1.127, de 7 de Junho de

(p.4)

de 1937, proibindo aos Consulados a concessão do visto em passaporte de indivíduos de origem semita. Tratando-se de pessoas de destaque na sociedade e no mundo dos negócios, os Consulados deviam consultar a Secretaria de Estado antes de recusar o visto.

Estabelecida assim a proibição, o Itamaraty começou a ser assediado por grande número de judeus, que solicitavam, por vezes de modo patético a entrada de parentes e amigos. Frequentemente, o apelo era tão dramático ou os pedidos que apresentavam eram de tal ordem que o Itamaraty se via obrigado a abrir exceções. Esse estado de cousas perdurou até a minha vinda para o Itamaraty.

Assumindo a direção desta Casa em 15 de Março de 1938, verifiquei a forma tumultuosa por que se processavam as autorizações sob a pressão das solicitações mais variadas, e senti a necessidade de substituir o arbítrio por normas que disciplinassem, mesmo temporariamente, a entrada dos semitas. O regime de proibição radical a que se tinha querido chegar não podia ser mantido, como não foi desde o começo, pois, em muitos casos, a recusa importaria em deshumanidade ou não consultaria, em outros, a própria conveniência do país. Dei ordens, pois,

(p.5)

pois, para que se limitassem as concessões de visto aos casos estritamente justos ou que se apresentavam sob a forma de solicitações vindas da Presidência da República, dos outros Ministérios e dos Governos dos Estados.

Inaugurado o Conselho de Imigração e Colonização em Setembro de 1938, pedi-lhe que estudasse a maneira de melhor disciplinar essa corrente de imigração, cujas características mereciam toda a atenção, dadas as repercussões sociais que poderia ter. Foi o primeiro assunto de que tratou o Conselho de Imigração e Colonização, que desempenhou sua incumbência apresentando-me uma série de normas destinadas a regular a entrada de estrangeiros de origem semita.

Essas normas, aprovadas pelo Presidente da República, foram incluídas na Circular secreta nº 1.249, de 26 de Setembro de 1938, nos termos da qual os Consulados ficaram autorizados a conceder visto em passaportes de semitas nos seguintes casos:

Turistas e representantes do comércio, desde que o país de origem garantisse o seu regresso;

Cônjuges ou parentes consanguíneos, em linha direta até o segundo grau,

(p.6)

grau, de estrangeiros com residência legal em território nacional;

cientistas e artistas, a critério da autoridade consular;

técnicos requisitados pelos Governos dos Estados;

capitalistas ou industriais que provassem a transferência e a aplicação no Brasil de um capital mínimo de 500:000\$000.

A autorização dada ao cônjuge ou parente visava permitir a união das famílias cujos membros se achavam separados.

Estabelecidas essas regras, os Consulados ficaram incumbidos da sua aplicação, conforme o princípio adotado pela nova legislação imigratória, segundo a qual a seleção do imigrante cabe aos Consulados.

Ao expedir a circular em questão, o Itamaraty pretendia fazer uma experiência cujos resultados lhe permitissem posteriormente uma melhor solução do problema premente dos refugiados semitas. Assunto muito complexo, com aspectos políticos, econômicos e sociais, só experiências sucessivas poderiam ditar as normas destinadas a discipliná-lo.

A referida circular vigorou até 31 de Dezembro de 1938. De um modo geral, os seus resultados foram satisfatórios. Os casos mais urgentes

(p.7)

urgentes e mais dramáticos, que eram justamente os das famílias cujos membros se achavam separados, foram resolvidos.

A Divisão de Passaportes do Itamaray, baseando-se nas fichas remetidas pelos Consulados, calculou em 4.900 o número de pessoas que entraram no Brasil em virtude da circular. Esse número já representou uma diminuição considerável no número de judeus entrados em 1937, calculados da mesma maneira em 9.263, sem falar nos entrados no período anterior a 1937.

A observação dos fatos durante esse período permitiu o reexame da questão, feito à luz da experiência realizada. Verificou-se, por exemplo, a conveniência de restringir os vistos de turistas aos países do norte e do ocidente europeu além dos Estados Unidos, para evitar o falso turista, vindo principalmente dos países da Europa central e oriental. O Itamaray chegou também à conclusão de que a concessão do visto a todos os semitas devia depender de uma autorização prévia dada pela Divisão de Passaportes, que examinaria os casos concretos. Desta forma se obteria uma maior centralização, evitando denúncias contra os Consulados, que fatalmente

(p.8)
fatalmente haviam de surgir, como surgiram, em vista do ambiente em que se desenrola essa imigração.

O assunto foi, pois, de novo examinado pelo Conselho de Imigração e Colonização, à luz dos fatos observados durante o ano de 1938. Desse exame surgiu uma nova orientação em relação à questão. O Conselho foi de opinião que o visto só fosse concedido aos turistas do norte e do ocidente da Europa e dos Estados Unidos, aos técnicos de comprovada reputação profissional e aos capitalistas que transferissem para o Brasil o capital mínimo de 25:000\$000, sem prejuízo de uma certa latitude deixada ao Itamaray na aplicação desse princípio aos casos concretos.

As novas diretrizes foram aplicadas durante a última metade de 1939. O Itamaray notificou aos Consulados que a concessão de vistos aos semitas ficaria dependendo de uma autorização da Divisão de Passaportes, modificando assim o regime anterior segundo o qual aos Consulados cabia fazer a seleção. Usando da elasticidade recomendada pelo Conselho, a Divisão de Passaportes autorizou em 1939, em diversos casos, a vinda de pais idosos que o rompimento da guerra encontrou na Europa separa

(p.9)
separados de seus filhos, residentes no Brasil.

A-pesar dessa tolerância, o número de indivíduos de origem semita entrados no Brasil em 1939 foi de 2.289, o que representa uma diminuição considerável em relação ao número dos anos anteriores, 4.900 em 1938, 9.263 em 1937.

Como para Berlim afluíssem numerosos candidatos ao visto brasileiro, as autorizações transmitidas aos Consulados ali foram mais numerosas, registrando 629 no ano passado.

Informou a Divisão de Passaportes que, das cartas do Banco do Brasil anunciando a transferência de fundos feita por semitas, se verificou a transferência de 35.000:000\$000.

Tais são as diferentes fases por que passou a questão da imigração semita. Como vê, os fatos narrados mostram um esforço contínuo do Itamaray no sentido de disciplinar essa corrente imigratória, procurando deduzir da experiência normas flexíveis que se coadunassem com a realidade.

A última fase representa já um alto grau de eficiência na regulamentação da questão. O controle está centralizado no Itamaraty, que autoriza por telegrama a concessão do visto. Essa autorização, entretanto, nos próprios termos em que é dada,

(p.10)
dada, não exige os Consulados da aplicação integral da legislação imigratória e do dever de informar o Itamaraty, todas as vezes que uma autorização é concedida a indivíduos que não oferecem idoneidade física ou moral.

Assim, fica bem claro que não tens razão quando afirmar que os judeus continuam a entrar em número crescente no Brasil e que o Itamaraty tem agido nesta questão com displicência.

É possível que os escritórios estabelecidos na Europa para cuidar da emigração semita anunciem a obtenção do visto a altos preços. Acredito que isto seja feito com o intuito deliberado de extorquir somas dos emigrantes judeus. É possível também que intermediários aqui no Brasil se tenham feito pagar pela obtenção de vistos. Esses fatos

provam apenas as condições peculiares a essa forma de imigração. Estamos procurando coibi-los na medida do possível, evitando a Divisão de Passaportes tratar com intermediários.

Em assunto dessa natureza, só havia um critério para a sua solução: o empírico, baseado na observação, e na experiência. Aliás, não se discute nem se resolve nenhum problema em termos absolutos,

(p.11)

absolutos, mas em termos relativos à condição da vida.

Não faltou ao Itamaraty esforço nem desejo de acertar nesta como em outras questões, mas esse esforço só alcança resultados com a colaboração de todos.

Cada um de nós tem sua tarefa a desempenhar, alta ou modesta, mas sempre cheia de sentido, razão pela qual devemos fazer justiça e ajudar uns aos outros. Reconhecer a contribuição dos outros é sabedoria, é aumentar a beleza da vida e torná-la melhor. Afetuoso abraço do

(a) OSWALDO ARANHA.

A Sua Excelência o Senhor Cyro de Freitas-Valle,
Embaixador do Brasil em Berlim.

Classificação: GV c 1942.06.19/3

Série: c - Correspondência

Data de produção: 19/06/1942 (Data certa)

Quantidade de documentos: 1 (2 folhas)

Microfilmagem: rolo 7 fot. 0194

CONFIDENCIAL

LQE/JS/WL BRS158

Madrid Exteriores ETAT GHR 305/304 19 16.00 Page 1/50

Embajador Espana Vuencencia La siguiente notificacion de parte Del Gobierno aleman El gobierno Del reich há llegado a saber de fuentes fidedignas que súbditos alemanes que hallan em El Brasil vienen siendo perseguidos arbitrariamente encarcelados e indignamente tratados varias protestas elevados cerca Del Gobierno Brasileno por La Embajada de Espana em su calidad de representacion de La potencia protectora de los interesses alemanes han quedado sin efecto em particular y a base de detalles que obran em poder Del reich queda establecido lo siguiente

- a) autoridades Brasilenas obligan a alemanes detenidos a hacer declaraciones durante dia y noche sin dejarles dormir o darles comida desnudos de pie golpeandoles y torturandoles hasta que caen desmayados por La fatiga
- b) um numero de alemanes há sido trasladado a La colônia penal de Daltro Filho donde quedan reclusos em companhia de presidiários como trabajadores forzados y conetrajados de penitenciários entre ellos siguen hallandose todavia 15 alemanes Del reich que fueron acusados so pretexto de atividades marxistas pero absueltos por El Tribunal Supremo mas siguen detenidos a pesar de La orden judicial que dispuso su puesta em libertad
- c) en La carcel correccional de Prana quedan encerrados 100 alemanes sin que se lês hayan indicados los motivos de su detencion ni tomado declaracion
- d) em San Paulo Curityba y Porto Alegre asi como em otras regiones del pais han sido encerrados alemanes despues de su detencion em calabozos repletos antihigienicos junto com criminales
- e) hallanse encarcelados todavia incluso cónsules honorários alemanes

(p.2)

Alemanes el gobierno del reich exige que el Gobierno del Brasil ponga inmediatamente remédio a este estado de cosas si al gobierno aleman no Le llegan dentro de uma semana informes de que esto há sido efectuado se adoptaran medidas correspondientes contra súbditos brasilenos.

- Serrano Suner -

Classificação: GV c 1941.10.01

Série: c - Correspondência

Data de produção: 01/10/1941 (Data certa)

Quantidade de documentos: 1 (2 folhas)

Microfilmagem: rolo 6 fot. 0976

RELATORIO SÔBRE AS ATIVIDADES ESTRANGEIRAS

ALEMÃES

Do recenseamento feito, verificamos que há apenas 4 focos de alemães, que merecem vigilância: São Paulo; Santos; Nova Europa, município de Tabatinga; e “Colônia riograndense”, município de Maracáí.

A atividade dos alemães é interessante. A série de vitórias alemãs na Europa, trouxe para cada súdito da Alemanha e, também, para seus descendentes, um sentimento de superioridade racial que se sobrepõe à idéia da pátria. Dessa forma, onde houver um germânico haverá uma nazista e onde houver um nazista haverá um indivíduo capaz de obedecer aos supremos interesses dessa ordem de idéias, sem preocupação maior em relação à independência ou vida do país em que se encontra. Está aí o clima propício à germinação de qualquer semente. Este clima é o da Colônia Alemã. Por isso é que aqui temos controlado tudo; até as Igrejas e seus pastores. Mesmo assim, muita coisa se tem notado no sentido de se fazer crer na existência, sinão de um plano de ataque à soberania nacional, pelos menos de uma organização oculta do Partido Nacional Socialista, que vive à sombra de indivíduos ou autoridades invulneráveis, na atual situação da política externa. Apesar da existência dessa velada atividade, as nossas Delegacias Regionais não encontram perigo imediato, mesmo as Delegacias de Tabatinga, Maracáí, Assis, Paraguassú, Arabatuba, e Presidente Venceslau.

ITALIANOS

É a mais numerosa, estando em todo rama de atividade pública. É pacífica e está voltada aos interesses nacionais, pois aqui os italianos constituíram família, adotando a pátria e lhe querendo bem. No entanto, depois da implantação do facismo na Itália, aos poucos foi mudando a feição das cousas. Organizações políticas se foram criando, as quais trouxeram conseqüentemente uma série de “centros” de natureza social, em que se deu interesse não somente aos italianos natos, mas também aos seus descendentes. Essa mutação foi notável: o filho do italiano e o italiano, que eram mais brasileiros que os brasileiros, já não existem. O “controle” do país de origem se faz sentir. O número de autoridades consulares é maior e a vigilância mais severa. A criação do “Eixo” identificou os anseios dos alemães-nazistas com os dos italianos-facistas. As nossas autoridades veem controlando todas as atividades individuais dos italianos, percebendo que eles se

(p.2)

manteem, no entanto, pacificamente, embora torçam pela vitória, o que é natural, do Eixo. Fazem a propaganda de guerra, como os outros, abrigando-se à sombra de seus consulados, onde entregaram a direção e todo material de suas organizações políticas, cuja operosidade foi proibida por lei. O perigo facista depende da atividade nazista.

JAPONÊSES

A raça, a língua, e o meio, tornam a vida político-social japonesa impermiável. Sendo a assimilação difícil, o japonês se “enquista”. Os livros e outras publicações veem do Japão, seguindo os seus filhos o mesmo sistema político dos pais, num culto fervoroso ao Imperador e à pátria. Medidas preliminares se fazem necessárias para excluir os nascidos aqui do jugo dessa mentalidade, formada sob a orientação de professores japoneses, que ostensivamente ou melhor, clandestinamente continuam a orientar a educação dos filhos dos japoneses.

Há lugares em que a densidade de nipônicos ultrapassa a de nacionais, como por exemplo em Ribeira de Iguape e da Sorocabana. “Cooperativas” e as Associações pululam em Araçatuba, Lins, Pereira Barreto, S. Cruz do Rio Pardo, Penapolis, Registro e Sete Barras.

Conclue-se que a vida das colônias estrangeiras, aqui, está sendo observada, sem prevenções subalternas, mas com o cuidado que exige.

S. Paulo, 1º/10/941.

(a) Manoel Ribeiro da Cruz. Delegado A. de O.P.S.

CPDOC – Fundação Getúlio Vargas

Classificação: GV c 1951.03.13

Série: c - Correspondência

Data de produção: 13/03/1951 (Data certa)

Quantidade de documentos: 1 (2 folhas)

Microfilmagem: rolo 12 fot. 0551

Gabinete

DO PRESIDENTE

DA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Capital Federal, 13 de março de 1951.

Meu caro amigo Lourival,

Este pedido não se reveste das características peculiares dos pedidos políticos que costumamos fazer. Êle se me afigura de estrita justiça e honra ao mérito comprovado.

Trata-se do seguinte: o meu conterrâneo e amigo JOÃO VILAR RIBEIRO DANTAS, funcionário do Departamento Nacional de Imigração, onde exerce as funções de assistente do diretor geral, teve o seu nome indicado, numa lista de quatro, para o Conselho de Imigração e Colonização, a fim de participar da delegação brasileira que irá selecionar imigrantes na Alemanha. Acontece, porém, que essas disignações dependerão, decisivamente, de Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Tratando-se, o meu recomendado, de um rapaz inteligente e capaz de realizar com êxito aquela missão, não tive dúvida em apelar para o velho amigo que, com o seu prestígio, estou certo, tudo fará por uma solução satisfatória.

Muitissimo grato pelo que por ele fizer, fica-lhe inteiramente ao seu dispor, o amigo e admirador,

José Augusto Ferraz

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE CIVIL

Rio de Janeiro, em 14 de março de 1951.

Meu caro amigo,

Com referência à sua carta de 13 do corrente, lamento informar que, da lista remetida pelo Conselho de Imigração e Colonização, não constava o nome do seu recomendado, motivo pelo qual foi impossível atender à sua indicação.

Um abraço do

ANEXO II

LUZITANIDADE

Colégio Luso Carioca. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.80, p.04, 5 jan. 1958.

COLÉGIO LUSO CARIOCA

COLÉGIO LUSO CARIOCA

– Avenida Paris, 60 a 70.

Instalações confortáveis, professores selecionados.
Laboratório “Física-Química” e Gabinetes de História Natural,
Geografia, História e Merceologia.

AULAS DIURNAS E NOTURNAS PARA

MOÇAS E RAPAZES

Primário, Jardim da Infância, Básico, Técnico Contábil e
Admissão ao Comercial e Ginásial.
(Onibus – 113, 71, 103, 14, 57, 90, 105 e Vigário Geral à porta)
Telefone: 30-1854 – Bonsucesso – Rio.

Curso Luso-Carioca. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.109, p.01, 27 jul. 1958.

CURSO

LUSO-CARIOCA

Avenida Paris, 60/72 – Tel.: 30-1854 – BONSUCESSO

MEDICINA – ODONTOLOGIA – FARMÁCIA

ECONOMIA – DIREITO FILOSOFIA

Laboratório de Química (aulas práticas)

Gabinetes: Física, Geografia e História.

Modelos, Exemplares Naturais, Filmes.

Excursões (Botânica e Biologia).

DIAS, Nelson. Luzitanidade – Qual a Diferença? *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.142, p.04, 12 abr. 1959.

LUZITANIDADE

De Nelson Dias

Qual a Diferença?

Fui a dias convidado a manifestar-me, com referência ao “Caso Delgado”.

Na qualidade de apolítico pouco posso dizer a respeito, pois a política enoja-me. Na minha opinião desapaixonada, entre as ditaduras e as atuais democracias, pouca diferença há. Uns apoderam-se da chefia de um país, para impor suas idéias e vontades ao povo; outros, com muito boa lábia, convencem o povo a elegê-los, não para o cargo a que competem, mas, como sendo o caminho mais curto para o prestígio, para a fortuna enfim, para a satisfação de seus caprichos.

Ditaduras, têm havido no mundo, dos mais diversos sistemas. Tôdas elas têm ruído fragorosamente.

Democracias, ultimamente têm surgido inumeras... verdadeiros paraísos da demagogia.

Eu, que não sou político nem partidário, pergunto:

Qual a diferença que há entre o terceiro Reich de Adolpho Hitler, o fascismo de Mussolini, a Falange Franquista, o sistema Corporativo Português, o Peronismo, o Govêrno Batista, o Estado Novo de Vargas, e a tão famosa Democracia?

Hitler, matava, esterilizava, turturava; Mussolini, acompanhava-o; Franco atualmente, para se manter no Govêrno, pôs seus adversários em masmorras; o Senhor... Salazar, apenas de ser uma capacidade, ultimamente pratica tôda a sorte de desatinos para alimentar um regime em “Estado de Coma”; Peron, com milhares de crimes às costas, esilou-se impunemente; Fulgencio Batista, para se manter na Presidência de Cuba, contra a vontade do povo, eliminou os líderes de seu povo, seus adversários; Vargas, mantee-se no poder por quinze anos, banindo do território brasileiro, aqueles que o combatiam.

Democracias, há também de diversos sistemas; as Orientais, que nada mais são do que infernos plantados na Terra; as Ocidentais, cujos chefes são eleitos pelo povo, também praticam as mais tristes ações, como por exemplo: o Tribunal de Nuremberg, uma cas de “vingança”; a cadeira elétrica; a guilhotina; os fuzilamentos de Fidel Castro; o cacete e o xadrez, etc. etc.

Ditadura, entendo como sendo um regime de austeridade, de fôrça. Democracia, como sinônimo de suavidade, benevolência, porém reservando o Govêrno a si, o direito de manter a ordem, enfim, um regime do povo para o povo. Ditadura, não crio que haja uma realmente boa. Mas... a Democracia é realmente boa?

Para mim, qualquer regime é bom, desde que haja Ordem e Progresso!!!

Com respeito ao “Caso Delgado”, a minha opinião é a de que o senhor... General. Delgado, com o líder da oposição Portuguesa, é simplesmente um “poltrão”. Um homem que lidera mi [...]

Luzitanidade. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.135, p.05, 22 fev. 1959.

LUZITANIDADE

Nas colunas dêste penetrante semanário, a partir de hoje, inicio uma série de comentários para que a laboriosa colônia portuguesa desta cidade, deste município, da baixada Fluminense, enfim, do resto dêste imenso e querido Brasil — porque para um jornal não há fronteiras — leia e pondere os pensamentos, as idéias dum português que ama sua pátria, e sua continuidade.

Em singelas palavras, penetrantes na retina do mais leigo leitor e, no curto espaço que me é reservado de tão boa vontade, não pretendo externar, e com isso incutir em vossas mentes, novas idéias, ou liderar uma causa — o que seria uma presunção de minha parte — mas, falar-vos de Luzitanidade, de portuguesismo, de como deveis proceder inaltecendo duas palavras, dois sentimentos constantes no palpitar de nossos corações — Pátria Portuguesa. Para sentirdes aquêlê tradicional e muito justo orgulho ao dizerdes. “Sou Português”, é necessário que, acima dos noticiários veiculados, em caráter político, através de jornais ou emissoras de radio-difusão não vos deixeis influenciar ou empolgar pelos mesmos, mas tendo acima de tudo o sentimento de Luzitanidade que consiste em amar e propagar ao máximo os nossos feitos heróicos, a nossa cultura de oito séculos, o nosso atual progresso que acompanha a passos largos o do resto do Mundo e, em meios de críticas exacerbadas não [...]

DIAS, Nelson. Luzitanidade. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.138, p.05, 15 mar. 1959.

LUZITANIDADE

Nelson Dias

Em julho do ano passado, iniciei em Duque de Caxias, a construção de um “Edifício”, cuja base é auri-verde e, seu corpo verde-rubro. Êsse “Edifício” é um condomínio, ao qual pus o nome de “Mundo Luso-Brasileiro”.

Hoje, êsse “Edifício” é conhecido por 3.500.000 habitantes. Mas, a sua estrutura interna ameaça ruir... sua base é sólida, porém, a propriedade em que se localiza, não é minha. A renda auferida não é bastante para o pagamento dos aluguéis ao proprietário. Êste, de há muito vem sendo paciente

comigo, talvez por ver a minha boa vontade. O meu esforço para manter êsse “Edifício” no ar. Mas, tudo isso não é o bastante... É necessário que eu venda os andares dêsse “Edifício”. Sim... que o mesmo seja habitado e por firmas portuguesas... pois, sua construção é tipicamente portuguesa. Atualmente “Mundo Luso-Brasileiro” só tem um de seus andares ocupado, sendo assim, inteiramente impossível sua manutenção.

Através esta coluna apelo aos portugueses de Caxias no sentido de não deixarem ruir fragorosamente, aquilo que com tanto gosto e trabalho venho realizando em prol da divulgação de nossa terra, no Brasil.

Minha contribuição para a manutenção e divulgação do “Edifício” e seus ocupantes, é honorária. Para cultuar nossa pátria, nossas gentes, nossos cantares, considero-me bastante pago, simplesmente ao fazê-lo.

Sim, amigo leitor... é necessário que todo o português divulgue... ajude a divulgar sempre, e cada vez mais, a gloriosa pátria portuguesa.

“Mundo Luso-Brasileiro”, não deve desmoronar, pois sua derrocada seria vergonha de todos nós, portugueses de Caxias. Tratem de adquirir, cada um de vocês, comerciantes, — ainda que dêle não necessitem — um andar nêsse “Edifício”, que é vosso.

“Mundo Luso-Brasileiro” propaga a luzitanidade a milhares de lares luso-brasileiros.

A nossa música, a voz da pátria distante, devem permanecer nos céus dêste hospitaleiro Brasil, das 17 às 18 horas, como que um preito de saudade, ao pôr do sol, às terras onde por vez primeira vimos o ofulgor do astro-rei.

DIAS, Nelson. Luzitanidade. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.140, p.02, 29 mar. 1959.

LUZITANIDADE

De Nelson Dias

Os portugueses para onde quer que emigrem e onde quer que se instalem, marcam sempre uma posição digna de nota.

O imigrante português é homem laborioso e honesto como os que o são. Mas, além disso, é sagaz e empreendedor e é com razão que se diz serem descendentes do astuto Ulisses. E se são apontados por terem monopolizados o comércio de cafés, botequins, padarias, cervejas, e outros ramos de negócio e por se haverem apropriado de quase todos os transportes coletivos, isso tem muito de verdade, o que não quer dizer que grande número deles não se tenha dedicado à agricultura e horticultura.

No Brasil há liberdade de escolher qualquer profissão. Portanto, se o português escolhe o ofício que vem ao encontro do desejo de progredir, a culpa não é dele, mas dos organismos competentes que não têm sabido orientar e dirigir a imigração. Exemplos: Transformam-se da noite para o dia ferreiros, em relojoeiros; agricultores em botequineiros; apacentadores de ovelhas em... garçons, condutores de coletivos, etc., etc.

Aquele que desfruta de saudável bem estar econômico e ocupa saliente posição social na sua pátria, êsse... dificilmente a deixa; o homem simples asfocado pela penúria, que aspira a outras fronteiras com o afã de melhorar a situação material e social, é o que emigra.

A maioria das vezes, êle emigra ludibriado por um amigo ou parente que, depois de passar por privações inauditas, junta algum dinheiro e vai à terra... um anel em cada dedo... contando mil e uma vantagens, cultura de balcão de botequim, adicionada à “gíria”... converge para si as atenções daqueles que vivem a vida para a qual nasceram, convencendo-os de que no Brasil ainda existe a árvore da “Pataca”... basta colher!...

Aí está, amigo leitor, o que se pode chamar “Emigração Desorientada”.

A quem cabe a culpa?... Não me assiste o direito de acusar... infelizmente. Luzitanidade não significa Boçalidade... é um sentimento, o mais nobre, que habita os corações de uma raça... Luzitanidade, é a propagação de Portugal nos quatro cantos do Mundo.

“Cada Macaco em seu galho”... o agricultor, que lavre a terra, trate da seara... o hortelão, das hortas... o ferreiro, do ferro... o pedreiro, das construras... o pedreiro, das construções... o relojoeiro, dos relógios... o jornalista, de escrever... enfim, cara qual que siga a profissão que abraçou na adodesência, e para a qual teve vocação.

Não desvirtuemos nossas profissões... e com elas, como vem acontecendo, o bom nome de uma raça.

Cultuemos a verdadeira luzitanidade.

DIAS, Nelson. Luzitanidade. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.141, p.02, 05 abr. 1959.

LUZITANIDADE

O Espírito da Nossa Raça

De Néelson Dias

Luzitanidade é a verdadeira interpretação da Saudade, isto é, a verdadeira interpretação do gênio, do espírito da alma portuguesa.

E’ certo, porém, que tal coisa passa despercebido, o que revela tristemente a ignorância em que os portugueses vivem em si próprios. Fazem lembrar aquela mãe imbecilizada a quem mostravam o filho perdido sem que ela o reconhecesse.

Mas é absolutamente preciso que essa alma seja revelada, para que Portugal cumpra seu destino civilizador.

A alma da Raça é a Saudade. E que é a Saudade?

Não me cansarei de afirmar que a Saudade é, em sua última e profunda análise, o amor carnal espiritualizado pela dôr, ou o amor espiritual materializado pelo desejo; é o casamento do beijo com a lágrima; é Venus e a Virgem Maria numa só mulher. E’ a síntese do Céu e da Terra; o ponto onde tôdas as forças cósmicas se cruzam; o centro do Universo; a alma da natureza dentro da alma humana e a alma do homem dentro da alma da Natureza.

A Saudade é a personalidade eterna de nossa Raça; a fisionomia característica, o corpo original com que ela há de aparecer entre os outros povos.

A Saudade é a eterna Renascença, não realizada pelo artifício das Ates, como acontece na Itália, mas vivida, dia a dia, hora a hora, pelo instinto emotivo de um Povo. A Saudade é a manhã de nevoeiro; a primavera perpétua “a Lêda e triste madrugada” do soneto de Camões. É um estado de alma latente que amanhã será Consciência e Civilização Luzitana... enfim. Luzitanidade.

É claro, portanto, que a alma portuguesa não é uma nuance de outras almas como falsamente tem sido anunciado, e é por altos espíritos como Oliveira Martins — mas uma alma característica, original e bela... e Bela sobretudo!

A Saudade divide-se até hoje em dois grandes períodos que correspondem às duas primeiras formas que tôdas as forças espirituais adquirem no decorrer de sua evolução.

Costuma dizer-se que sem corpo não há alma: e com mais verdade se pode afirmar que sem alma não há corpo. O nome da Pátria não caminhará para a frente sem se apoderar primeiro do seu espírito; distante dêle seria um corpo adormecido e parado.

Implantemos a alma portuguesa na terra brasileira, para que Portugal exista como Pátria, porque uma Pátria é de natureza puramente espiritual, e as únicas forças invencíveis são as forças do espírito.

Um agregado de homens, por maior que seja, por mais que trabalhe materialmente, se não existir uma alma em atividade que seja própria a êsses homens e os uma numa comum e superior aspiração — êsse agregado de homens poderá ser uma boa colônia exemplar, mas jamais uma Pátria!

Oh! A ingenuidade dos que se julgam práticos... modernos...

E sobretudo a ilusão em que vivem os que imaginam tocar a realidade das coisas! Confundem na sua cegueira perniciosa, o que está perto, com o que é real, e despresam estupidamente o que é longe e eterno, o que determina e prepara as coisas próximas e efêmeras. O preconceito do senso prático, no sentido vulgar e universal, é um dos maiores males modernos, porque estereliza o homem, redu-lo a um pobre automato, a uma pequena máquina banal que pratica ações mortas, inertes, como as outras as de ferro, fazem calçado ou alfinetes.

E daqui nasce o marasmo cinsento, a amarela insipidez, diminui o homem, fá-lo descer alguns graus na escala zoológica, fá-lo retroceder, baixar à sombra originárias e siamesca.

Foi êsse preconceito que nos cortou as nossas antigas asas que eram velas brancas de navios. É ela o inimigo de tôda a audácia fecunda, de todo o ímpeto heróico, de todo o gesto criador. É o demônio tórpe da má tentação.

Adoremos o espírito, o nosso belo espírito; implantemo-lo nesta Comunidade que é santa porque gera a Saudade, como os desertos trovejantes da Palestina criaram Jeovah, e os viçosos, harmoniosos vales gregos criaram Orfeu e Apolo.

Assim devemos manter no querido Brasil a Luzitanidade.

DIAS, Nelson. Luzitanidade. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.143, p.04, 19 abr. 1959.

LUZITANIDADE

De Nelson Dias

QUAL A DIFERENÇA?

Fui a dias convidado a manifestar-me, com referência ao “Caso Delgado”.

Na qualidade de apolítico pouco posso dizer a respeito, pois a política enoja-me. Na minha opinião desapaixorada, entre as ditaduras e as atuais democracias, pouca diferença há. Uns apoderam-se da chefia de um país, para impor suas idéias e vontades ao povo; outros, com muito boa lábia, convencem o povo a elegê-los, não para o cargo a que competem, mas, como sendo o caminho mais curto para o prestígio, para a fortuna enfim, para a satisfação de seus caprichos.

Ditaduras, têm havido no mundo, dos mais diversos sistemas. Tôdas elas têm ruido fragorosamente.

Democracias, últimamente têm surgido inumeras... verdadeiros paraísos da demagogia.

Eu, que não sou político nem partidário, pergunto:

Qual a diferença que há entree o terceiro Reich de Adolpho Hitler, o fascismo de Mussolini, a Falange Franquista, o sistema Corporativo Português, o Peronismo, o Governo Batista, o Estado Novo de Vargas, e a tão famosa Democracia?

Hitler, matava, esterilizava, turturava; Mussolini, acompanhava-o; Franco atualmente, para se manter no Governo, pôs seus adversários em masmorras; o Senhor... Salazar, apesar de se uma capacidade, últimamente pratica tôda a sorte de desatinos para alimentar um regime em “Estado de Coma”; Peron, com milhares de crimes às costas, esilou-se impunemente; Fulgencio Batista, para se manter na Presidência de Cuba, contra a vontade do povo, eliminou os líderes de seu povo, seus adversários; Vargas, manteve-se no poder por quinze anos, banindo do território brasileiro, aqueles que o combatiam.

Democracias, há também de diversos sistemas: as Orientais, que nada mais são do que infernos plantados na Terra: as Ocidentais, cujos chefes são eleitos pelo povo, também praticam as mais tristes ações, como por exemplo: o Tribunal de Nuremberg, uma casa de “vingança”; a cadeira elétrica; a guilhotina; os fuzilamentos de Fidel Castro; o cacetete e o xadrez, etc., etc.

Ditadura, entendo como sendo um regime de austeridade, de fôrça, Democracia, como sinônimo de suavidade, benevolência, porém reservando o Governo a si o direito de manter a ordem, enfim, um regime do povo para o povo. Ditadura, não creio que haja uma realmente boa. Mas... a Democracia é realmente boa?

Para mim, qualquer regime é bom, desde que haja Ordem e Progresso!!!

Com respeito ao “Caso Delgado”, a minha opinião é a de que o senhor... General. Delgado, com o líder da oposição Portuguesa, é simplesmente um “poltrão”. Um homem que lidera milhões [...]

FIGUEIREDO, Placido. Amizade Luso Brasileira. *Tribuna de Duque de Caxias*, Suplemento de Tribuna de Petrópolis, Duque de Caxias, Ano I, n.07, p.03, 20 out. 1946.

AMIZADE LUSO BRASILEIRA
(Especial para Tribuna de Duque de Caxias)

Não há sentimento mais forte, no português residente entre nós, do que o amor ao Brasil. E" uma atenuante da saudade e a continuação das virtudes raciais, por isso que o patriotismo é inseparável da gente que deu novos mundos á civilização e do povo que vem construindo uma grande terra moça.

Abilio Teixeira de Aguiar é desse lusitanos que vivem demonstrando o valor e o afeto do muito que eles fazem em nosso paiz.

Trabalhador, inteligente e dono daquela probidade característica da raça luso-brasileira, Abilio, prosseguindo na sua obra de bem servir ao povo, acaba de, com Silvio Goulart, brasileiro dinamico, lançar neste Municipio, o jornal TRIBUNA DE DUQUE DE CAXIAS, que, desde o seu primeiro numero, conquistou a simpatia popular, e com justa razão, pois, pelo seu feitio, conjunto e distribuição da materia, é um jornal que está á altura do povo e da evolução deste Municipio. No e ao Silvio, pelo carinho com que, através das colunas de seu jornal, concorrem para o progresso do nosso Municipio e, unidos sempre unidos, aumentam os elos da amizade luso-brasileira.

PLACIDO FIGUEIREDO

ANEXO III
Instituições Educacionais na Imprensa

LEGENDA

	BIBLIOTECAS
	ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS
	GRUPOS DE ESCOTEIROS
	INSTITUIÇÕES EM HOMENAGEM À FAMÍLIA "VARGAS"
	INSTITUIÇÕES INDICATIVAS DE NACIONALIDADE/IMIGRAÇÃO
	COLÉGIOS SANTO ANTÔNIO E SANTA MARIA DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE DILLINGEN (confessionais)
	INSTITUIÇÕES CUJOS NOMES SÃO LIGADOS A NAÇÃO, PÁTRIA, DATAS CÍVICAS E OUTROS
	INSTITUIÇÕES CONFESSIONAIS

INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS NA IMPRENSA

Nº	Instituição Escolar	Data Referida na Imprensa	Cidade	Outras Informações
1	Grupo Escolar Ezequiel Freire	20/9/1931	Nova Iguaçu	Araruama;
2	Instituto de Protecção e Assistência à Infância	20/9/1931	Nova Iguaçu	Fundado em 1889; instalado em 14 de julho de 1901 – trata-se de uma instituição médico-hospitalar. Possui outras 23 filiais pelo Brasil.
3	Liga da Bondade	18/10/1931	Nova Iguassú	Presidente: Dr. Arruda Negreiros. Objetivo: Desenvolver os sentimentos affectivos dos alumnos, amparando-se uns aos outros nos transe de mais diffículdade.
4	1ª Escola Mixta de Nova Iguassú	20/3/1932	Nova Iguassú	
5	30ª Escola de Nilopolis	20/3/1932	Nova Iguassú	
6	32ª Escola Masculina de Caxias	20/3/1932	Nova Iguassú	
7	33ª Escola Feminina de Caxias	20/3/1932	Nova Iguassú	
8	33ª Escola Mixta de Nova Iguassú	20/3/1932	Nova Iguassú	
9	34ª Escola Mixta de Nova Iguassú	20/3/1932	Nova Iguassú	

10	3ª Escola Mixta de Nova Iguassú	20/3/1932	Nova Iguassú	
11	Escola 29 de Nilopolis	20/3/1932	Nova Iguassú	
12	Escola Feminina de Nilopolis	20/3/1932	Nova Iguassú	
13	Escola Feminina Nº19 de Thomazinho	20/3/1932	Nova Iguassú	
14	Escola Masculina de Thomazinho Nº18	20/3/1932	Nova Iguassú	
15	Escola Masculina Nº 27 de Nilopolis	20/3/1932	Nova Iguassú	
16	Escola Mixta de Nilopolis	20/3/1932	Nova Iguassú	
17	Escola Mixta de Nova Iguassú	20/3/1932	Nova Iguassú	
18	Escola Mixta do K. 11 de Nova Iguassú	20/3/1932	Nova Iguassú	
19	Escola nº3 de Nova Iguassú	20/3/1932	Nova Iguassú	
20	Escola Remington	20/3/1932	Nova Iguassú	Regência: Alcina de Carvalho Santos
21	Grupo Dramático Arte e Instrução	17/4/1932	Nova Iguassú	
22	Instituto Fluminense de Contabilidade	29/5/1932	Nova Iguaçu	Dia 30 de maio de 1932 completava 5 anos de sua fundação;
23	Escola Mista de Coqueiros	5/6/1932	Nova Iguassú	Regência: Elvira Gomes dos Santos
24	Escola Regional de Caxias	5/6/1932	Nova Iguassú	
25	Grupo de Escoteiros São Jorge	12/6/1932	Nova Iguaçu	Grêmio de educação inaugurado no dia 22 de maio de 1932, na Rua Maria Peixoto, 117, em Belford;
26	Escola Profissional Modelo de Nilópolis	16/10/1932	Nova Iguaçu	Diretor: Dr. Xavier Magalhães de Freitas
27	Escola Estadual Nº 2 de Nova Iguassú	4/12/1932	Nova Iguassú	Cathedrática: D. Paula de Azevedo; Auxiliares: Edméa C da S. Porto; Zoé Judice de Mello e Jacyra de Moraes Dias; Jackeline M. Dias.
28	Escola Nocturna	4/12/1932	Nova Iguassú	Foram inaugurados os trabalhos no último domingo antes dessa data. Professora responsável: Maria Amélia Kelly Marques
29	Escola Publica de Morro Agudo	26/3/1933	Nova Iguassú	Diretora: Maria Maciel Nesta data a escola estava sendo reaberta
30	Educandário São José Batista	27/10/1946	São João de Meriti	Rua Santo Antonio, 33 – Vila Meriti; Direção: Plácido Figueredo;
31	Escola Amôr á Verdade	14/9/1947	São João de Meriti e Duque de Caxias	Diretor: Sr. Raul Fernandes da Silva;

32	Ginásio Republicano	14/9/1947	São João de Meriti	Diretor: Dr. J. Machado;
33	Colégio Arte e Instrução	8/8/1948	Cascadura	
34	Escola Dez de Novembro	8/8/1948	São João de Meriti	
35	Educandário Instituto Filgueiras	10/12/1950	Nilópolis	
36	Grupo Escolar de Magé	1/5/1951	Magé	Inaugurado em 19 de abril de 1951. Diretora: D. Alda Bernardo dos Santos Tavares;
37	Jardim da Infância Santa Teresinha	16/6/1951	Duque de Caxias	Rua José de Alvarenga, 193 – casa 5;
38	Instituto Anacleto de Queiroz	13/9/1953	Nilópolis	
39	Instituto Filgueiras	13/9/1953	Nilópolis	
40	Escola Dois de Julho	28/11/1954	Duque de Caxias	
41	Sociedade Beneficente 30 de Abril – Monteiro Lobato	28/11/1954	Duque de Caxias	
42	Escola Municipal Lacer	28/8/1955	Duque de Caxias	
43	Escola Lacer (particular)	29/5/1955	Duque de Caxias	
44	Escola Sete de Setembro	29/5/1955	Duque de Caxias	Sob a responsabilidade da Sociedade Beneficente 7 de Setembro; Escola Primária;
46	Educandário Tiradentes	12/6/1955	Duque de Caxias	Localizado na Vila Guanabara;
47	Centro Cultural José do Patrocínio	26/6/1955	Duque de Caxias	Entidade Filantrópica; Mantenedora da Escola Técnica do Comércio; Mantenedora da Escola Presidente Vargas; Mantenedora da Escola D. Sebastiana de Barros; Mantenedora da Escola Adolfo David; Mantenedora do Curso Dr. Arthur da Silva Bernardes; Mantenedora da Escola Rio Branco; Mantenedora da Escola Cecílio Gomes; Dentre outros... Mantenedora da Biblioteca Pública Dr. Nilo Peçanha;
48	Escola Técnica do Comércio	26/6/1955	Duque de Caxias	Mantida pelo Centro Cultural José do Patrocínio; Entidade Filantrópica; Funciona à Rua Chaco, Centro – 13º, 2º andar; Diretores: Wandik e Lizete Viana;

49	Biblioteca Pública Dr. Nilo Peçanha	10/7/1955	Duque de Caxias	Funciona da sede do Centro Cultural José do Patrocínio, que também a patrocina; É organizada e dirigida pela Professora Ely José Donato, e funciona diariamente até as 21 horas e aos Domingos, das 12 às 20 horas;
50	Curso Doutor Arthur da Silva Bernardes	10/7/1955	Duque de Caxias	(Alfabetização) funcionando na sede do Centro cultural José do Patrocínio (que também o patrocina), sob a orientação da professora Gilma Caldas, com aulas noturnas, das 19 às 21 horas;
51	Escola Adolfo David	10/7/1955	Duque de Caxias	Sob orientação da Profesora Iracy Mendes; Patrocinada pelo Centro Cultural José do Patrocínio;
52	Escola Cecílio Gomes	10/7/1955	Duque de Caxias	Rua do Poço (atual Rua Genário Lomba), sob a orientação da Professora Ely José Donato; Sob o patrocínio do Centro Cultural José do Patrocínio;
53	Escola Dona Sebastiana de Barros	10/7/1955	Duque de Caxias	Rua Itamaracá, 284 – sob a orientação da Professora Célia Barcellos; Patrocinada pelo Centro Cultural José do Patrocínio;
54	Escola Presidente Vargas	10/7/1955	Duque de Caxias	Lote 15 em São Bento, sob orientação da professora Maria da Gloria Sobreira; Sob o patrocínio do Centro Cultural José do Patrocínio
55	Escola Rio Branco	10/7/1955	Duque de Caxias	Rua Bagé, 45, Matadouro. Funcionando em quatro turnos, entre 7 e 18 horas, sob orientação das professoras Guiomar Cabral e Erley Silveira; Sob o patrocínio do Centro Cultural José do Patrocínio;
56	Centro Brasileiro de Ensino S. Luiz (particular)	28/8/1955	Duque de Caixas	
57	Colégio Francisco Corrêa	28/8/1955	Duque de Caxias	
58	Fundação Escola Tenório Cavalcanti	30/6/1957	Duque de Caxias	Localizada na rua 9, lote 58, no Jardim Sumaré Diretora: Esmeralda Helena Pereira Soares que também era professora da Escola Municipal Fagundes Varela.
59	Educandário Tenório Cavalcante (público)	28/8/1955	Duque de Caxias	
60	Externato Maria Tereza (particular)	28/8/1955	Duque de Caxias	
61	Instituto Rui Barbosa (particular)	28/8/1955	Duque de Caxias	
62	Escola Amaral Peixoto	30/10/1955	Duque de Caxias	Localizada no Jardim Olavo Bilac;

63	Sociedade Cultural, Social e Recreativa das Famílias de Duque de Caxias	25/11/1955	Duque de Caxias	Objetiva o robustecimento da família brasileira enquanto organização considerada básica; Apoiar as instituições locais que visem o progresso cultural, moral, social e recreativo; difusão do conhecimento das constituições federal, estadual e Lei Orgânica das Municipalidades bem como do Código Civil; LEMA: “A família por base, a fé por princípio e a solidariedade humana por fim”; DÍSTICO: “Família, embrião da Pátria”;
64	Centro Cívico Ruy Barbosa	30/8/1956	Duque de Caxias	
65	Educandário Guanabara (particular)	30/8/1956	Duque de Caxias	
66	Escola Santa Terezinha	30/8/1956	Duque de Caxias	
67	Escola São Cosme e Damião (particular)	30/8/1956	Duque de Caxias	
68	Escola Floriano Peixoto	2/9/1956	Duque de Caxias	3º distrito de Duque de Caxias
69	Educandário Santo André	17/9/1956	Duque de Caxias	Fica no Saracuruna (que devia ser um distrito de Duque de Caxias), pois comemoraram também no 7 de setembro de 1956 sua emancipação política;
70	Escola Alzira Vargas	24/9/1956	Duque de Caxias	Imburiê, Caxias, São João ou Parada Antélica? Não dá pra saber onde ela estava localizada.
71	Escoteiros de Imburiê	24/9/1956	Duque de Caxias	Imburiê deve ser o 3º distrito de Caxias;
72	Grêmio Littero Esportivo Miguel Couto	24/9/1956	Duque de Caxias	Foi fundado em setembro de 1956, anexo ao Ginásio Expedicionário Aquino Araújo (municipal)
73	Escola “Centro Espírita Bezerra de Menezes”	15/10/1956	Duque de Caxias	Escola de Ensino primário, mantida pelo vereador Júlio Fleischman; consta apenas que funcionava no referido centro espírita, localizado na rua 11 de agosto. Contava em 1956 com 53 alunos matriculados.
74	Escola do Núcleo Colonial de São Bento (municipal)	3/12/1956	Duque de Caxias	
75	Grupo Escolar Dr. Miguel Couto Filho	3/12/1956	Duque de Caxias	Conhecido como grupo escolar VarreSai no município de Natividade de Carangola;
76	Escola de Cantagalo	30/3/1957	Duque de Caxias	Tinha curso Normal;
77	Faculdade de Direito de Niterói	31/3/1957	Niterói	

78	Federação dos Estudantes Secundários de Niterói	12/5/1957	Niterói	
79	Grupo de Amigos do Município	26/5/1957	Duque de Caxias	GAM
80	Associação dos Estudantes de Caxias	16/6/1957	Duque de Caxias	Nesta data foi montada uma comissão para sua organização e fundação;
81	Escola Municipal Fagundes Varela	30/6/1957	Duque de Caxias	Existia em 1957; Ver Fundação Escola Tenório Cavalcanti.
82	Instituto de Educação de Niterói	21/7/1957	Niterói	Diretora: Professora Romanda Gonçalves Pentagna; Escola Normal;
83	Escola Madalena Caramuru	1/9/1957	Duque de Caxias	Nome em homenagem à primeira mulher alfabetizada do Brasil; Localizada no Centenário (deve ser um distrito de Caxias); Inaugurada em 25-08-1957
84	Escoteiros de Duque de Caxias	1/9/1957	Duque de Caxias	
85	Ginásio São Fabiano de Braz de Pina	1/9/1957	Duque de Caxias	
86	Biblioteca Cândido Rondon	22/9/1957	Duque de Caxias	Do Ginásio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo
87	Jardim de Infância “Júlia Cortines”	20/10/1957	Niterói	
88	Colégio Brasil-Canadá	12/1/1958	Duque de Caxias	Tal Colégio seria transferido de Copacabana para Caxias, no Jardim Primavera. Inicialmente funcionaria na residência do Sr. Nelson Cintra. (externato e internato) com capacidade inicial de 20 alunos internos desde a idade de dois anos.
89	Escola Santa Lúcia	12/1/1958	Duque de Caxias	Localizada na rua Vassouras; Diretora: Letícia Lins Cruz (primário de manhã – 96 alunos) desde os três anos de idade, no Jardim da Infância e primário até o terceiro ano. À tarde D. Letícia ensinava corte e bordado à mão e à máquina para 16 alunas. À noite, c5 alunos adultos;
90	Colégio Euclides da Cunha	26/1/1958	Duque de Caxias	Cantagalo; Cursos ginásial, contabilidade e normal
91	Escola Imperial de Datilografia	2/2/1958	Duque de Caxias	Ver SENAC;
92	Escola Municipal Dona Alice Corrêa	15/2/1958	Duque de Caxias	Diretora em 1958: Izadir M. de Macedo;
93	Ginásio Municipal Prof. Álvaro Lopes	30/3/1958	Duque de Caxias	

94	Grupo Escola Oliveira Botelho	11/5/1958	Resende	
95	Grupo Escoteiro Gramacho	11/5/1958	Duque de Caxias	Comandante: José Antonio do Nascimento;
96	SENAI – Serviço Social de Aprendizagem Industrial	11/5/1958	Duque de Caxias	Foi inaugurado no dia 5 de maio de 1958;
97	Escola Pássaros do Brasil	18/5/1958	Duque de Caxias	Escola maternal, instalada no quilômetro 14, para crianças a partir dos 3 anos (internato, semi-internato e externato)
98	Educandário de Parada Angélica Ginásio de Parada Angélica	27/7/1958	Duque de Caxias	
99	Ginásio do Jardim Primavera	27/7/1958		
100	União Recreativa e Cultural Santa Helena	27/7/1958	São João de Meriti	
101	Instituto Benjamin Constant	30/8/1958	Rio de Janeiro	Educação de Cegos
102	Escola Primária Nossa Senhora do Carmo	7/10/1958	Duque de Caxias	Fundadora e diretora: Dona Maria do Carmo Guimarães Azevedo; Rua Bahia, 122 c. II (Paulicéia), em 1958 a escola foi transferida para o Rio de Janeiro;
103	Centro Lútero Recreativo de Duque de Caxias	1/11/1958	Duque de Caxias	Criado em setembro de 1958; Organizado e dirigido pelos alunos do Departamento de Ensino dos Sindicatos de Duque de Caxias;
104	União Meritiense de Estudantes (UME)	1/11/1958	São João de Meriti	Sede: Rua da Matriz, sala 3. Surgiu por volta de outubro de 1958;
105	Escola 19 – Pioneiras Sociais-DF	30/11/1958	Rio de Janeiro	Diretora em 1958: Edvalma Fernandes Santos;
106	Escola Adventista do Sétimo Dia	30/11/1958	Duque de Caxias	Diretor: Professor Edison Vasconcelos;
107	Associação Fluminense de Estudantes	7/12/1958	Duque de Caxias	
108	Escola Odilon Braga	7/12/1958	Duque de Caxias	Núcleo Colonial São Bento; Diretora: Joana Macial e Silva;
110	Escola Normal Carmela Dutra	4/1/1959	Duque de Caxias?	
111	Escola Anexa à Primeira Igreja Batista	18/1/1959	Duque de Caxias	Diretor: Pastor Nemésio F. de Carvalho;
112	Escola Costa Maia	5/4/1959	Duque de Caxias	
113	Conselho Municipal de Educação	24/5/1959	Duque de Caxias	Ante-projeto foi apresentado em 1959 pelo vereador Sabino Andrade Ribeiro;

114	Grupo Escolar de Campos Eliseos	24/5/1959	Campos Eliseos	Tinha 13 professoras em 1959;
115	Escola de Líderes Operários	26/7/1959	Duque de Caxias	Diretor do Curso: Reverendo Pedro Veloso;
116	Colégio Dr. Juliano	30/8/1959	Duque de Caxias	
117	Educandário Evangélico Duque de Caxias	30/8/1959	Duque de Caxias	
118	Escola Dr. Getúlio Vargas	30/8/1959	Duque de Caxias	
119	Escola Municipal Gastão Reis	30/8/1959	Duque de Caxias	
120	Escola Paroquial Imaculada Conceição	30/8/1959 01/09/1960	Duque de Caxias	
121	Externato Martins Assis	30/8/1959	Duque de Caxias	
122	Colégio Republicano	13/9/1959	São João de Meriti	
123	Educandário Nacional	13/9/1959	São João de Meriti	
124	Educandário Pedro Ernesto	13/9/1959	Saracuruna	Distrito de Duque de Caxias; Diretora em 1959: D. Eunice Muniz Barreto;
125	Educandário São João de Meriti	13/9/1959	São João de Meriti	
126	Escola 10 de Novembro	13/9/1959	São João de Meriti	
127	Escola Adelino Augusto de Oliveira	13/9/1959	São João de Meriti	
128	Escola Alex da Silveira	13/9/1959	São João de Meriti	
129	Escola Armando de Oliveira	13/9/1959	São João de Meriti	
130	Escola de Alfabetização de Adultos	13/9/1959	Saracuruna	Distrito de Duque de Caxias; Diretora em 1959: D. Neuza Carvalho;
131	Escola Estadual de Saracuruna	13/9/1959	Saracuruna	Distrito de Duque de Caxias;
132	Escola General Moraes	13/9/1959	São João de Meriti	
133	Escola João Carlos Vital	13/9/1959	São João de Meriti	
134	Escola Machado de Assis	13/9/1959	São João de Meriti	

135	Escola Ministro Felizardo Souza Melo	13/9/1959	São João de Meriti	
136	Escola Municipal Amaral Peixoto	13/9/1959	São João de Meriti	
137	Escola Municipal de Emergência Nº 5	13/9/1959	São João de Meriti	
138	Escola Municipal Dr. Manoel Reis	13/9/1959	Saracuruna	Distrito de Duque de Caxias; Diretora: Prof. Ivone.
139	Escola Municipal Jal Moraes	13/9/1959	São João de Meriti	
140	Escola Municipal José Rangel	13/9/1959	Saracuruna	Distrito de Duque de Caxias; Diretora em 1959: Prof. Maria Antonio;
142	Escola Raimundo Corrêa	13/9/1959	São João de Meriti	
143	Instituto Belford	13/9/1959	São João de Meriti	
144	Grupo Escolar Antonio Figueira de Almeida	13/11/1959	São João de Meriti	
145	Ginásio Alfredo Filgueiras	11/1/1960	Nilópolis	
146	Escola Municipal Madalena Caramuru	14/2/1960	Duque de Caxias	Passaria a funcionar a partir de 1960 até a 5ª série;
147	Escola Municipal Rio de Janeiro	14/2/1960	Duque de Caxias	Passará a funcionar até a 5ª série.
148	Ginásio Municipal de Cabo Frio	21/2/1960	Cabo Frio	Era criada uma escola Normal de 2º ciclo, anexa a este Ginásio em 1960;
149	Ginásio Municipal Professora Judith de Castro	20/3/1960	São João de Meriti	Dia 12 de março de 1960 era inaugurado; Funcionaria provisoriamente no Grupo Escolar Professor Murilo Braga; Diretor: Guilherme Borges
150	Grêmio Estudantil 1º de Maio	20/3/1960	Duque de Caxias	Direção: Raimundo do Carmo Moreira (contador e funcionário da Rádio Clube Fluminense); Parece que funcionava uma escola nesse Grêmio em Vila Rosali.
151	Jardim de Infância	3/4/1960	Duque de Caxias	Departamento de Ensino dos Sindicatos reunidos de Duque de Caxias;
152	Escola do Centro Pró-Melhoramentos do bar dos Cavaleiros	8/5/1960	Duque de Caxias	Direção do Centro: Vereador Honorato da Silva
153	Escola Coração de Maria	11/6/1960	Nilópolis	

154	Escola Estadual Monte Castelo	10/7/1960	Duque de Caxias	
155	Escola Dr. Juliano	1/9/1960	Duque de Caxias	
156	Escola Imaculada Conceição	1/9/1960	Duque de Caxias	
157	Grupo de Escoteiros 15 de Novembro	1/9/1960	Duque de Caxias	
158	Colégio Filgueiras	11/9/1960	Nilópolis	
159	Colégio Pavuna	11/9/1960	São João de Meriti	
160	Educandário Santo Antonio	11/9/1960	Nilópolis	
161	Escola Almirante Protógenes Guimarães	11/9/1960	Nilópolis	
162	Escola Amor e Obediência	11/9/1960	Nilópolis	
163	Escola Antonio Alentejano	11/9/1960	Nilópolis	
164	Escola Castro	11/9/1960	Nilópolis	
165	Escola Cel. Antonio Benigno Ribeiro	11/9/1960	Nilópolis	
166	Escola Dr. Francisco Portela	11/9/1960	Nilópolis	
167	Escola Ministro Mendonça Lima	11/9/1960	Nilópolis	
168	Escola Monteiro Lobato	11/9/1960	Nilópolis	
169	Escola Municipal São José	11/9/1960	Nilópolis	
170	Escola Paroquial São Sebastião	11/9/1960	Nilópolis	
171	Escola Técnica de Comércio	11/9/1960	Nilópolis	
172	Ginásio Anacleto Queiroz	11/9/1960	Nilópolis	
173	Ginásio Municipal	11/9/1960	Nilópolis	
174	Instituto Brasil	11/9/1960	Nilópolis	
175	Instituto Congregacional	11/9/1960	Nilópolis	
176	Instituto Irineu Cortez	11/9/1960	São João de Meriti	
177	Jardim de Infância Peter Pan	11/9/1960	São João de Meriti	

178	Ginásio Cruzeiro do Sul	18/9/1960	Duque de Caxias	
179	Casa de Recuperação do Menor Duquecaxiense	25/9/1960	Duque de Caxias	Inaugurada em 13 de setembro de 1960, patrocinada pela Associação Protetora de Menores.
180	Curso Mato Grosso	25/12/1960	Duque de Caxias	2 salas, mais de 90 alunos, no bairro Paulicéia
181	Educandário São Jorge	25/12/1960	Duque de Caxias	Av. Brigadeiro Lima e Silva, 1131 – Jardim 25 de Agosto. Diretor: Prof. Jorge Fortunato;
182	Escola Técnica do Instituto Brasileiro	16/12/1961	Duque de Caxias	Escola Técnica de Comércio (formava contadores);

83	Grupo Escolar Duque de Caxias (estadual)	01/05/1951 02/05/1954 21/11/1954 01/05/1955 17/07/1955 28/08/1955 30/09/1955 15/10/1955 12/11/1955 09/4/1956 16/04/1956 16/04/1956 23/04/1956 14/05/1956 30/08/1956 24/12/1956 25/02/1957 13/03/1957 31/03/1957 31/03/1957 01/09/1957 23/03/1958 30/03/1958 04/05/1958 18/05/1958 29/06/1958 20/7/1958 28/09/1958 15/03/1959 19/04/1959 28/06/1959 02/08/1959 13/09/1959 18/10/1959	Duque de Caxias	<p>Rua Maria Luiza Reis; Em maio de 1954 o Grupo possuía 26 salas e 985 alunos; Diretora a partir de julho de 1955: Mariana Passos; Localizada próximo ao Parque Lafaiete; Em 1958 era tido como o único Grupo Escolar de Duque de Caxias;</p> <p>No mesmo prédio funcionava em 1959 o Grupo Escolar, o SENAC e o Ginásio Ana Maria Gomes; Havia 1900 alunos em 1959;</p>
----	--	--	-----------------	--

		10/01/1960 17/01/1960 03/07/1960 24/07/1960		
--	--	--	--	--

184	Externato Casemiro de Abreu	01/05/1955 29/05/1955 28/08/1955 01/09/1957 30/08/1957 05/04/1959 31/05/1959 23/10/1960	Duque de Caxias	
185	Ginásio Nilo Peçanha Liceu Nilo Peçanha	01/12/1957 11/09/1960	Nilópolis ou Duque de Caxias	
186	SOARC – Sociedade Arte e Cultura de Duque de Caxias	02/06/1957 30/07/1957	Duque de Caxias	
187	Escola Municipal Manoel Felix Medeiros	02/07/1956 22/10/1956 15/02/1958	Duque de Caxias	Foi inaugurada no dia 16-06-1956 (sábado); 2 salas amplas com capacidade para 168 alunos; Rua Arruda Negreiros, 25 Diretora em 1958: Iracy Silveira;
188	SESI – Núcleo Regional do Serviço Social da Indústria	02/08/1955 04/09/1955(2) 03/12/1956 11/05/1958 01/06/1958 03/04/1960(2) 10/04/1960 24/04/1960 11/12/1960	Duque de Caxias	Endereço: Av. Duque de Caxias, 17 sobrado;
189	Movimento Popular de Alfabetização MPA	03/04/1960(2) 17/07/1960 11/12/1960	Duque de Caxias São João de Meriti Nilópolis	
190	Instituto Nilo Peçanha	03/05/1959 01/09/1960	Duque de Caxias	Fica localizado no Bairro Guanabara
191	Fundação Abrigo Cristo Redentor	03/09/1956 01/09/1960	Duque de Caxias	Supõe-se tratar da fundação que sustenta a Cidade dos Meninos;

192	Cruzada Nacional de Educação	04/09/1955 07/12/1958	Duque de Caxias	
193	COFE – Confederação Fluminense de Estudantes Secundários	06/11/1960 13/11/1960	Duque de Caxias	
194	Patronato de Menores Abandonados “Veríssimo de Oliveira” “Casemiro de Abreu”	06/12/1953 27/12/1953 29/05/1955 26/06/1955(2) 24/07/1955 14/08/1955 28/08/1955 20/11/1955 10/09/1956 04/04/1958 11/05/1958 13/11/1960	Duque de Caxias	Diretor: José Veríssimo; data de fundação: 14-02-1931; Sede: Rua Jacatirão, corte S, Duque de Caxias (na 2ª data de referência trata de ensino rural, bem como escoteiros rurais “Abelhas do Brasil”; bem como do caráter da entidade – cívico, cristão democrata, e outros). José Veríssimo conseguiu em 1955 uma chácara no Núcleo Colonial de São Bento; Patronato criado e fundado em 06-05-1958; (VER ABM – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MENORES)
195	Educandário Santa Helena (particular)	08/05/1955 28/08/1955 01/09/1957 07/12/1958 05/04/1959 31/05/1959 30/08/1959 23/10/1960	Duque de Caxias	Diretora: Carmen Correia C. Reis;
196	Ginásio Municipal de São João de Meriti	08/08/1948 14/02/1960 17/04/1960	São João de Meriti	Em agosto de 1948 se fazia campanha em prol de sua construção. Ginásio e Escola Técnica de Comércio Meritiense formava seus contadores em 1959;

197	Biblioteca Euclides da Cunha	1/5/1955 13/3/1957 31/3/1957 30/7/1957 25/8/1957 1/9/1957	Duque de Caxias	Localizada na Escola Regional de Meriti, na rua Belizário Pena, 273 – fundos.
198	Centro de Estudos de História Cândido Rondon	1/9/1957 22/9/1957	Duque de Caxias	Do Ginásio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo;
199	Escola Nilo Peçanha	11/09/160	Nilópolis	
200	Faculdade Fluminense de Medicina	11/09/1932 12/02/1933	Nova Iguaçu	
201	Ginásio Primavera Colégio Primavera Escola Técnica de Comércio Primavera	11/10/1953 22/08/1953 12/12/1954 28/08/1955 31/12/1956 30/06/1957 01/09/1957(2) 22/2/1957	Duque de Caxias	Foi fundado em dezembro de 1950; Foi reconhecido pelo Ministério da Educação a 11 de Fevereiro de 1951; Seu Curso Científico foi reconhecido em 19 de março de 1953 O Curso Normal foi reconhecido em 19 de março de 1953; Localizado no Jardim Primavera, também conhecido por Colégio Primavera; Diretor: Heitor Combat; Em dezembro de 1957 se formava a primeira turma de contadores de Duque de Caxias; Localizado no 2º distrito de Caxias; Era de orientação religiosa.
202	Academia Caxiense de Ciências e Letras	11/9/1955 15/10/1955	Duque de Caxias	Fundada em 25-08-1955; Objetivo: Incentivar a cultura intelectual na cidade e lutar contra o analfabetismo;

203	Educandário Cruzeiro do Sul	12/12/1954 08/05/1955 12/06/1955 28/08/1955 01/09/1957 12/01/1958 05/01/1958 05/04/1959 24/05/1959 30/08/1959 13/09/1959 01/09/1960 23/10/1960	São João de Meriti ou Duque de Caxias?	Instalado na Rua Jacatirão, 19 com filial na rua Itatiaia, no Corte 8; Funcionava em 1958 – pré-primário, primário, admissão, dactilografia e comercial (curso livre) 1958 – Registrado no Departamento do Ensino – Rua Alberto Torres, 192 – Rua Jacarezinho, 13 – Corte Oito
204	Instituto São José (particular)	12/12/1954 08/05/1955 28/08/1955 30/11/1958 30/08/1959	Duque de Caxias	Diretora: Marina Furtado dos Santos
205	Grêmio Cultural Monteiro Lobato	13/03/1957 25/03/1957 07/04/1957 14/04/1957	Duque de Caxias	
206	Ginásio Nilopolitano	13/09/1953 11/09/1960	Nilópolis	
207	Escola Castro Alves	13/09/1959 01/09/1960	São João de Meriti	
208	Ginásio Meritiense	13/09/1959 11/09/1960(2)	São João de Meriti	

209	Escola Abraham Lincoln	14/02/1960 20/03/1960 17/04/1960 24/04/1960 08/05/1960 22/05/1960 09/10/1960 29/03/1961	Duque de Caxias	Da Associação Espírita Cairbar Schutel; Séde: Av. Duque de Caxias, 307; Escola Primária gratuita; Inaugurada no dia 12 de março de 1960; Começaria a funcionar com 140 alunos matriculados; Diretora: Dirza M. Vieira;
210	Educandário São João Batista	14/09/1947 13/09/1959 11/09/1960	São João de Meriti	Diretor: Professor Plácido Figueredo;
211				
212	Escola Municipal Francisco Corrêa	15/02/1958 28/08/1955 13/09/1959	Saracuruna	2º, 3º e 4º Distrito; Distrito de Duque de Caxias Diretora em 1958: Wilma Ribeiro Peixoto; Diretora em 1959: D. Iara Sales de Almeida;
213	Departamento de Ensino dos Sindicatos de Duque de Caxias	15/02/1958 30/08/1959 20/04/1961 28/05/1961(2)	Duque de Caxias	
214	Escola Municipal Haidéa Rego da Mota	15/02/1958 30/11/1958	Duque de Caxias	Diretora em 1958: Cristalina Aguiar;
215	Escola Municipal Dr. Miguel Couto	15/02/1958 30/11/1958 14/02/1960	Duque de Caxias	Diretora em 1958: Odette Vieira dos Santos Passaria a funcionar a partir de 1960 até a 5ª série;

216	SENAC Regional do Estado do Rio SENAC de Duque de Caxias	15/10/1955 02/02/1958 15/03/1959 16/08/1959 30/08/1959 01/09/1960	Duque de Caxias	Organizou em outubro de 1955 um Curso de Admissão, cujas matérias seriam ministradas no Grupo Escolar Duque de Caxias; Local: Rua Manoel Teles, 89; Diretora do Curso: Mariana Passos; No mesmo prédio funcionava também o Grupo Escolar de Duque de Caxias, o SENAC e o Ginásio Ana Maria Gomes;
217	Escola 15 de Novembro	15/10/1956 17/11/1959	Duque de Caxias	Mantida pelo “Centro Pró Melhoramentos da Vila São Luiz”; Contava em 1956 com 3 professoras, uma delas mantida pelo vereador Júlio Fleischman e tinha 112 alunos matriculados. Discussão na Câmara sobre a isenção ou não de impostos a esta escola.

218	Escola Regional de Meriti “Mate com Angu”	16/05/1954 19/09/1954 28/11/1954 12/12/1954 01/05/1955 22/05/1955 28/08/1955(2) 04/09/1955 11/09/1955 18/09/1955 01/10/1955 30/10/1955 30/08/1956 24/09/1956 08/10/1956 23/06/1957 14/06/1957 04/08/1957 25/08/1957 01/09/1957(2) 22/09/1957 17/11/1957 02/03/1958 06/04/1958 07/12/1958 30/08/1959 01/09/1960 18/09/1960 23/10/1960 20/05/1961(2) 10/09/1961	Duque de Caxias	<p>Fundadora e diretora: Armanda Álvaro Alberto; Sub-diretora: Zulmira Coutinho; Inspetora regional do ensino primário: Maria Marta; Professora: Martha Ignez Rossi; Endereço: Rua Belisário Pena, 273 Faz aniversário todo dia 19 de setembro; Escola promotora do “Círculo das Mães”; Fez 34 anos em 1955; Fez 36 anos no dia 07 de julho de 1957; A Câmara de vereadores fazia menção ao dia 24 de novembro de 1957, em que se comemoraria o 36º aniversário da Escola, com a inauguração de um museu escolar. Em 1960 completava 40 anos; contava com 204 alunos;</p> <p>O Pedagogo Prof. Edgard Sussekind de Mendonça, catedrático do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, que morreu em 1958, era marido da Fundadora da Escola Regional de Meriti “Mate com Angu”, D. Armanda Sussekind de Mendonça.</p>
-----	--	---	-----------------	---

219	Escola Santo Antônio	17/04/1960 24/04/1960	São João de Meriti	Inaugurada em 17 de abril de 1960; Localizada á rua Itapema, em Vilar dos Teles;
220	União Fluminense de Estudantes e União Fluminense de Estudantes Secundários	17/08/1958 11/01/1959 25/01/1959 08/03/1959	Duque de Caxias	
221	Gymnasio Leopoldo	17/09/1933 17/09/1933	Nova Iguaçu	Professor Leopoldo Machado – certamente deu diretor e proprietário; Parece que tinha já, à época, vida longa, ao que se referiu num dos discursos promovidos por ocasião do 7 de setembro;
222	Grupo Escolar Murilo Braga	17/11/1957 07/09/1958 31/05/1959 13/09/1959 27/03/1960	São João de Meriti	Diretora: Alzira Santos da Silva; Foi fundado em 21 de agosto de 1954; Neste grupo funcionou provisoriamente em 1960, o Ginásio Municipal Professôra Judith de Castro;
223	Educandário Santa Ignêz	18/01/1959 30/08/1959 01/09/1960	Duque de Caxias	Diretora: Inês Guimarães Ferreira;
224	Escola Barão do Rio Branco	18/01/1959 30/08/1959 11/09/1960 23/10/1960	Duque de Caxias Ou Nilópolis	Diretora: Hermínia R. Beraldi
225	Instituto Modêlo	18/05/1958 05/04/1959	Duque de Caxias	Diretoras: Mormília Brandão e Nadir Brandão;

226	Grupo Escolar Rangel Pestana	18/10/1931(2) 17/09/1933 19/11/1933	Nova Iguassú (São João de Meriti nessa época era distrito de Iguassú)	Diretoras: Venina Corrêa Torres e Alexandrina Borges Rocha Professoras Adjuntas: Alice Ribeiro Renne, Maria Joanna Maia de Almeida, Marina de Assis Maia, Alice Albuquerque Miranta, Aiday Menucci Teixeira Silva, Maria Augusta de Freitas, Irene Balbi de Almeida, Brunhildes Lenoir Cruz, Sylvia Lola Simões Urupukina, Cilene Araújo, Haydé Costa, Dalyla Matta da Costa, Maria Amélia Kelly Marques, Cremilda Porciúncula da Silva Zenir Lenoir Cruz. Grupo fundador da “Liga da Bondade”, anexa ao Grupo, cujo objetivo era “desenvolver os sentimentos affectivos dos alumnos, amparando-se uns aos outros nos transe de mais diffculdade”.
227	Escola Municipal Evangelina Pôrto da Mota	18/12/1955 20/12/1955 15/02/1958 30/11/1958	Duque de Caxias	Diretora em 1955: Joana Caldeira; Diretora em 1958: Elza da Silveira Lourenço;
228	Escola Mixta Nº 12 de Queimados	20/03/1932 05/06/1932	Nova Iguassú	
229	Escola Mixta de São João de Merity nº15	20/03/1932 20/03/1932	Nova Iguassú (São João de Meriti nessa época era distrito de Iguassú)	
230	Instituto Independência (particular)	20/05/1956 30/08/1956 01/09/1957 05/04/1959 03/05/1959 30/08/1959 23/10/1960	Duque de Caxias	Diretor: Henrique dos Santos Bairro Centenário
231	30ª Escola Mixta de Caxias	20/3/1932 5/6/1932	Nova Iguassú	Adjunta efectiva de 1ª classe: Anita Rangel Azevedo Coutinho

232	Colégio São José	21/06/1931 20/09/1931 24/07/1932 11/09/1932 16/10/1932	Nova Iguassú	Av. Francisca de Almeida, 166 – Nilópolis, junto à Matriz de Nossa Senhora da Conceição;
233	Escola Municipal Belmonte	21/06/1959 26/07/1959	Duque de Caxias	Localizada no Jardim Primavera; Não sei se era realmente municipal; Mas as carteiras eram da Prefeitura; Parece que os alunos dessa escola foram abrigados na sede do Social Clube Belmonte
234	União Caxiense dos Estudantes Secundários (UCES)	21/11/1954 08/11/1958 28/03/1959 03/04/1960 14/04/1960 09/10/1960 11/11/1961	Duque de Caxias	Criada dia 07-11-1954, Fundada em 30-03-1958; Sede provisória em 1958: Av. Rio Petrópolis, 1652, sala 3, Centro. Ligada à UFES Em abril de 1960 completava 2 anos de fundação;
235	Escola Monte Castelo	22/05/1955 12/06/1955 10/07/1955	Duque de Caxias	Localizada no Gramacho à Av. Monte Castelo, próximo à variante
236	Cruzada Cívica e Democrática	22/06/1958 29/06/1958		
237	Escola Municipal José Vieira	23/03/1958 06/04/1958 13/04/1958	Duque de Caxias	Conhecida por Escola do Manguê;
238	Escola Estadual de Imbariê Grupo Escolar de Imbariê	23/04/1956 24/09/1956 13/09/1959	Duque de Caxias	Diretora em 1959: D. Iria Marink;

239	Escola Municipal Dr. Getúlio de Moura	28/11/1954 28/08/1955 18/12/1955 20/12/1955 15/02/1958	Duque de Caxias	Localizada em Santa Cruz; Diretora em 1958 – Maria José Trindade Dutra; 2º, 3º e 4º Distrito – Diretora em 1958: Alemy Tavares da Silva;
240	Escola Getúlio de Moura	24/09/1956 13/12/1958	São João de Meriti	Diretora em 1958: Marina Ornelas da Silva; Em 1958 se compunha de duas salas, 270 alunos; Afinal, essa escola era em Caxias, São João ou no 3º Distrito de Caxias que suponho era Imbariê?

241	Ginásio (municipal) Ana Maria Gomes (público) Anexo ao Grupo Escolar D. de Caxias	25/04/1954 22/8/954 19/09/1954 21/11/1954 12/12/1954 01/05/1955 01/05/1955 08/05/1955 20/11/1955 30/04/1956 17/12/1956 04/03/1957 01/09/1957 31/08/1958 11/10/1958 15/11/1958 04/01/1959 15/03/1959 08/03/1959 21/06/1959(2) 30/08/1959 05/07/1959 (2) 12/07/1959(2) 11/10/1959 18/10/1959 17/01/1960 08/05/1960 20/11/1960 21/01/1961 15/08/1961 11/11/1961	Duque de Caxias	<p>Funcionava anexo ao Grupo Escolar de Duque de Caxias; Diretor: Prof. Américo Salgado;</p> <p>Funcionava em 1954 com as 4 séries ginasiais e o admissão, com 200 alunos;</p> <p>Estava envolvido na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em 1958;</p> <p>Em 1958 possuía 1.500 alunos;</p> <p>No mesmo prédio funcionava também o Grupo Escolar de Duque de Caxias, o SENAC e o Ginásio Ana Maria Gomes;</p> <p>Mantinha em 1955 todo o curso ginásial e admissão gratuitamente, “sem nunca ter recebido nenhum auxílio da Prefeitura”</p> <p>Diretor em 1954: Ely Combat;</p>
-----	--	--	-----------------	---

242	Mocidade Renovadora de Duque de Caxias	25/07/1954 22/08/1954	Duque de Caxias	Objetivo: Movimento de civismo, patriotismo e esclarecimento público.
243	ABM – Associação Beneficente de Menores	25/09/1955 13/11/1955 20/11/1955 10/09/1956 17/09/1956 03/12/1956 28/01/1957 07/04/1957 21/04/1957 11/08/1957 08/03/1959 29/03/1959 31/05/1959 21/06/1959 12/07/1959 17/01/1960 24/01/1960 16/10/1960 23/10/1960 13/11/1960 20/11/1960	Duque de Caxias	Instituto Profissional São José Instituto Profissional Getúlio Vargas (fundação Abrigo Cristo Redentor) (VER PATRONATO DE MENORES)

244	<p>Colégio Santo Antonio (particular); Ginásio Santo Antonio (1948); Escola Comercial Santo Antonio (1942); Escola Normal Santo Antonio; Colégio das Freiras.</p>	<p>26/01/1947 29/05/1949 12/06/1955 19/06/1955 17/07/1955 28/08/1955 30/10/1955 06/11/1955 20/05/1956 20/08/1956 26/11/1956 24/12/1956 14/01/1957(2) 28/01/1957 08/03/1957 25/03/1957(2) 31/03/1957 01/09/1957 08/12/1957 05/01/1958 16/02/1958 13/04/1958 22/06/1958 22/02/1959 04/03/1959 03/07/1960 30/08/1959 01/09/1960(2) 23/10/1960 11/12/1960</p>	Duque de Caxias	<p>Inspetor do Curso Comercial: Dr. Waldemar Nogueira Machado Escola Normal criada em 1954, sendo que a primeira turma forma-se no final de 1956; Dia 16 de novembro de 1956 formava-se a 1ª turma de normalistas;</p>
-----	--	--	-----------------	---

245	Cidade dos Meninos	26/6/1955 14/08/1955 28/08/1955 25/09/1955 03/09/1956 07/04/1957 07/04/1957	Duque de Caxias	Ver ABM e Patronato de Menores; Ver Fundação Cristo Redentor;
246	Ginásio Duque de Caxias (particular) Colégio Duque de Caxias	27/10/1946 26/01/1947 14/09/1947 25/08/1951 19/04/1952 14/03/1954 04/04/1954 06/06/1954 17/07/1955 28/08/1955 30/06/1957 01/09/1957 18/05/1958 30/11/1958(2) 18/01/1959 30/08/1959 01/09/1960 23/10/1960	Duque de Caxias	Diretor: Ely Combat Professores: Dr. Orlando Moreira da Fonseca; Hélio Ribeiro de Oliveira; José Maria da Moraes Inspetores dos Cursos Comercial e Ginásial: Prof. Geraldo Bastos Silva e Waldemar Nogueira Machado; Em 1957 foi inaugurada uma quadra de futebol de salão desta escola;
247	Escola Assembléia de Deus (particular)	28/08/1955 01/09/1957	Duque de Caxias	

248	Instituto Santo André (particular)	28/08/1955 01/09/1957 18/01/1959 05/04/1959 30/08/1959 01/09/1960 23/10/1960 06/08/1961	Duque de Caxias	Vila São Luiz; Diretor: José Gomes de Lima;
249	Ginásio Fluminense (particular)	28/08/1955 13/09/1959 11/09/1960	São João de Meriti	
250	Escola Municipal Monteiro Lobato	28/08/1955 15/02/1958	Duque de Caxias	Diretora em 1958: Laisy de Barros;
251	Escola Municipal Vila Leopoldina	28/08/1955 15/02/1958	Duque de Caxias	Diretora em 1958: Bernadete de Freitas
252	Escola Municipal Tiradentes	28/08/1955 18/12/1955		Localizada na Vila Guairá, no Gramacho; Diretora em 1955: Beatriz de Souza Silva;
253	Escola Municipal Regina Tescaro Sampaio Nº 1	28/08/1955 18/12/1955 20/12/1955 15/02/1958 23/03/1958 30/03/1958 06/04/1958 22/06/1958 13/07/1958 14/02/1960	Duque de Caxias	Diretora em 1955 e 1958: Rosália do Espírito Santo Ramos; Passaria a funcionar até a 5ª série a partir de 1960; Localizada em Olavo Bilac; Em março de 1958 saiu a notícia de que esta escola estava fechada; Localizada em Olavo Bilac;
254	Escola Júlio Fleischman (particular) Escola Municipal Júlio Fleischman	28/08/1955 30/08/1956 15/10/1956	Duque de Caxias	Em 1955 era particular; Começou como Grupo Escolar, mantido por Júlio Fleischman, seu fundador. Situada no Bairro Olavo Bilac;

255	Externato Santo Antonio (público)	28/08/1955 30/08/1959	Duque de Caxias	
256	Escola Barão da Taquara	28/11/1954 01/09/1957	Duque de Caxias	Professôra: Judith do Carmo Cruz. Foi inaugurada em setembro de 1957, mas já funcionava antes?
257	Escola Municipal Marechal Floriano Peixoto	28/11/1954 15/02/1954 28/08/1955	Duque de Caxias	2º, 3º e 4º Distrito – Diretora em 1958 – Manoelita Durão Abrahão;
258	Escola Municipal Alberto Torres (municipal)	28/11/1954 18/12/1955 20/12/1955 12/03/1956 28/08/1955 27/08/1956 03/09/1956	Duque de Caxias	Localizada na Vila São Luiz, Praça São Luiz; Diretora em 1955: Elza Silveira Lourenço; Foi criado o Ginásio Municipal que inicia suas atividades provisoriamente na Escola Alberto Torres em 1956; O Ginásio se chamará “Expedicionário Aquino de Araújo”; Diretora em 1958: Ruth da Conceição Cavalcante;
259	Escola Municipal Coronel Eliseu	28/11/1954 18/12/1955 20/12/1955 20/12/1955 24/09/1956 22/10/1956 24/12/1956 15/02/1958 18/10/1958 14/02/1960 28/08/1955	Duque de Caxias	Localizada no Parque Lafaiete; Diretora em 1955: Maryland P. Granato; Em 1955 possuía 286 crianças de 1ª à 4ª série primária; Direção ativo-administrativa: Ruth Jorge Pinto; Professoras em 1955: Ruth Coutinho Corrêa, Manuelina Cavalcante, Miriam Cardoso Coutinho, Maryland P. Granato, Geny de Menezes e Clymene Lima de Oliveira; Inspetora em 1955: Regina Sampaio; Diretora em 1956: Ruth Jorge Pinto; Professôras: 6 (seis); três turnos; 244 alunos assim divididos: 1ª A (60 alunos); 1ª B (50 alunos); 1ª C (40 alunos); 2ª série (44 alunos); 3ª série (34 alunos); 4ª série (16 alunos); Diretora em 1958: Ruth Pinto; Também conhecida como Escola da Mangeueira; Passaria a funcionar a partir de 1960 até a 5ª série;

260	Escola Municipal Joaquim da Silva Peçanha	28/11/1954 19/06/1955 28/08/1955 18/12/1955 20/12/1955 15/05/1958 05/04/1959 03/05/1959 24/05/1959 26/07/1959 14/02/1960	Duque de Caxias	Localizada no Parque Duque de Caxias; Diretora em 1955 e 1958: Joselita Soares de Macêdo Marques; Passaria a funcionar a partir de 1960 até a 5ª série; Localizada no Parque Duque de Caxias; Diretora em 1955 e 1958: Joselita Soares de Macêdo Marques; Passaria a funcionar a partir de 1960 até a 5ª série;
261	Escola São João Batista	28/11/1954 28/08/1955	Duque de Caxias	
262	Escola Sport Clube Gramacho	28/11/1954 28/08/1955	Duque de Caxias	
263	Sociedade Beneficente 7 de Setembro	28/11/1954 28/08/1955	Duque de Caxias	
264	Escola Municipal Centenário	28/11/1954 28/08/1955 08/10/1956 15/02/1958	Duque de Caxias	Situada à rua Francisca Tomé, 916, no Cetenário. Possuía apenas 01 sala, 120 alunos em 3 turnos. Duas professoras Diretora em 1956: Cecília Araújo que dirigia a escola há 9 anos (deve ter sido fundada em 1947); Funcionava apenas até o 3º ano, por desistência dos alunos; Diretora em 1958: Cecília Andrade Araújo;

265	<p>Ginásio e Escola Municipal Expedicionário Aquino de Araújo</p> <p>Expedicionário Aquino de Araújo nº 1 (este último é particular)</p>	<p>28/11/1954 28/08/1955 12/03/1956 19/03/1956 14/05/1956 30/08/1956 24/09/1956 22/10/1956 22/10/1956 03/12/1956(2) 28/01/1957 13/03/1957 31/03/1957 21/04/1957 21/04/1957 28/04/1957 26/05/1957 01/09/1957(2) 22/09/1957 17/11/1957 12/01/1958 02/02/1958(2) 09/02/1958 15/02/1958 02/03/1958 30/03/1958 07/12/1958 18/01/1959 15/02/1959 30/08/1959 14/02/1960 23/10/1960 17/06/1961</p>	Duque de Caxias	<p>Fundado em 1956; Localizado na Praça São Luiz</p> <p>Professores: Olga Teixeira de Oliveira; Fernando Gonçalves; Odila Navarro Vasconcelos; Artur Moacir Garcia de Oliveira; José Cusolino; Elza dos Santos Reis Withe Abraão; Josete Gonçalves; Jeferson Serafim; Hermínia Ribeiro Beraldi; Maria Lessa;</p> <p>Diretor: Álvaro Lopes;</p> <p>Sua capacidade em 1956 era de 160 alunos, com uma frequência média de 80 alunos; Parece que funcionava junto com a Escola Alberto Torres;</p> <p>Em 1957 o Diretor era o Prof. José Soares da Cunha e o Diretor Administrativo, Sr. Antônio Corrêa Lima.</p> <p>Nova sede a partir de 1957 – São Bento.</p> <p>Revolta contra os desmandos do diretor José Soares;</p> <p>Diretora da Escola Exp. Aquino de Araújo nº 4: Cristolina Ferreira;</p> <p>Diretora da Escola Exp. Aquino de Araújo Nº 1 em 1958: Maria Paulina Ramos;</p> <p>Diretor em 1959: José Soares da Cunha;</p> <p>Diretor em 1956: Prof. Antônio Corrêa;</p> <p>Diretora em 1959: Olga Teixeira;</p> <p>Centro de Estudos de História “Cândido Rondon” estava ligado ao Ginásio;</p>
-----	--	--	-----------------	--

266	Escola Municipal Dr. Gastão Reis	28/11/1954 28/08/1955 15/02/1958	Duque de Caxias	Diretora em 1958: Maria Augusta da Silveira
267	Escola Municipal Honório José Peixoto	28/11/1954 28/08/1955 15/02/1958	Duque de Caxias	Diretora: Ellen da Silva Crivelari;
268	Escola Municipal Thiago Apostolo	28/11/1954 28/08/1955 15/02/1958 30/11/1958	Duque de Caxias	Diretora em 1958: Wanda da Luiz Vieira
269	Escola Municipal Barão do Rio Branco	28/11/1954 28/08/1955 18/12/1955 20/12/1955 18/01/1959 14/02/1960	Duque de Caxias	Localizada no Gramacho; Diretora em 1955,1958,1959: Iracema Teles de Faria; Passaria a funcionar a partir de 1960 até a 5ª série;
270	Escola Municipal Visconde de Gericinó	28/11/1954 28/08/1955 20/11/1955 15/02/1958	Duque de Caxias	Diretora em 1958: Iracy Silveira
271	Escola Municipal Dr. Manhães	28/11/1954 28/08/1955 20/12/1955	Duque de Caxias	
272	Escola Municipal Barão do Pilar	28/11/1954 28/08/1955 24/09/1956 15/02/1958	Duque de Caxias	2º, 3º e 4º Distrito; Diretora em 1958: Amélia Câmara dos Santos

273	Escola Municipal Darcy Vargas	28/11/1954 28/08/1955 30/10/1955 15/05/1958	Duque de Caxias	Localizada na Vila Leopoldina; Diretoras: Maria José dos Santos e Wanda dos Reis; Prédio de propriedade do Sr. Domingos Antonio de Souza; Diretora em 1958: Wanda dos Reis;
274	Instituto Renascença	29/05/1955 19/06/1955	Duque de Caxias	Filial de Duque de Caxias; Seus alunos criaram o “Clube Recreativo Renascença” em 1955;
275	Escola Parada Angélica (primária) Ginásio de Parada Angélica	30/08/1956 01/09/1957 16/08/1958 15/11/1958 30/08/1959 15/05/1960 19/06/1960 01/09/1960	Duque de Caxias	3º Distrito Havia em 1956, 140 alunos matriculados, 55 no curso primário, inclusive o admissão. Diretor em 1956: Professor Alberto de Carvalho. 3º Distrito Diretor: Alberto de Carvalho;
276	Educandário Ruy Barbosa Escola Rui Barbosa (particular)	30/08/1956 18/05/1958 30/08/1959 01/09/1960	Duque de Caxias	Particular;
277	Escola Municipal Getúlio Vargas	30/10/1955 13/09/1959 14/02/1960	São João de Meriti	Passaria a funcionar a partir de 1960 até a 5ª série;
278	Grupo Escolar Rubens Farrula	31/08/1958 07/09/1958 30/08/1959	São João de Meriti	Localizado na Vila Rosali Diretora em 1958: Zulima Silva;
279	Colégio Luso Carioca	5/1/1958 27/07/1958	Duque de Caxias	Avenida Paris, 60-70

ANEXO IV

COMUNISMO

RAIMUNDO, Osvaldo. Igreja Comunista. *Agora*, Duque de Caxias, Ano I, n.27, p.03, 29 jul. 1962.

IGREJA COMUNISTA

Osvaldo Raimundo

Elementos pouco esclarecidos e insensíveis à realidade brasileira, estão espalhando notícias tendenciosas, apontando-me como agitador comunista e estar ligado aos Sindicatos Operários, os quais, no dizer deles, foram os instigadores dos atos depredatórios ocorridos nesta cidade no dia 5 de julho.

Entre os acusadores — todos indisfarçavelmente ligados ao grupo que controla a Associação Comercial do Município — incluem-se pessoas de responsabilidade intelectual, integrantes das elites cuja atitude demissionária tanto mal tem causado à cidade. A estas, especialmente, me dirijo com o sentido de alertá-las dessa responsabilidade que as obriga a um exame mais correto da situação. Venho a propósito lembrar o pronunciamento recente de Etelvino Lins, a quem ninguém pode chamar a siquer de esquerdista, que o erro consiste na indiferença com que os homens do centro tratam problemas fundamentais do País, problemas que são o apanágio das esquerdas.

No que tange a acusação de comunista e agitador, é risível. Saliento desde logo, que não considero crime ser comunista. Não o sou todavia. Minha posição é de nacionalista e de adepto das reformas de base, objetivando a emancipação econômica do Brasil, posição que sempre defendi e na qual me sinto perfeitamente bem. Que esta é a melhor, não resta dúvida, bastando que se observe que a arrasadora maioria do povo brasileiro a defende e atua no sentido de apressar a vinda dessas reformas. O manifesto dos Cardeais e Bispos da Igreja Católica, saudando com alegria as reformas de base e reconhecendo que o sofrimento do povo tem sua origem nas especulações com gêneros de primeira necessidade, no lucro excessivo que é fruto. E agora? Dirão os bobocas que a Igreja Católica é comunista?

A acusação de estarem os Sindicatos Operários ligados à baderna, ao quebra-quebra (que todos lamentamos, mas que reconhecemos estarem suas causas ligadas à miséria popular) é produto de invencível má fé, da falsidade sem limites. Quem quer que haja estado na cidade no malfadado dia, testemunhou a integral ausência das autoridades, de elementos das classes conservadoras tentando de alguma sorte evitar o prosseguimento da destruição. Todos viram, no entanto, líderes sindicais procurando conter a massa e saírem feridos na refrega.

O leitor que nos perdoe falar de mim, quando existem assuntos da maior importância merecendo serem destacados. A definição era, todavia, necessária e aí fica. Que nos julguem as pessoas bem intencionadas.

(Grifos Meus)

COSTA, Henrique. O Comunismo na nossa sociedade (Especial para A Folha de Caxias). *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano I, n.27, p.05, 14 mar. 1954. (C.5-6).

O COMUNISMO NA NOSSA SOCIEDADE

Henrique Costa

(Especial para A FOLHA DE CAXIAS)

Noto que dia a dia, aumenta na nossa sociedade o número dos “pseudos” comunistas. Digo pseudos porque 90% dos comunistas do Brasil não são comunistas, mas indivíduos revoltados com a situação atual do País que se deixam levar por propagandistas de uma paz mentirosa e inexistente para qualquer parte do mundo, propagandistas êstes portadores de uma dialética fluente que impressiona qualquer pessoa menos avisada. Pouquíssimos são os comunistas no Brasil que conhecem os princípios de Carl Marx e tôdas as suas variantes, que desejaria se o conhecessem a implantação de tal regime em sua Pátria.

O que acontece com êstes elementos não é nada mais do que um fenômeno psicológico muito conhecido entre os estudiosos do assunto. E’ a fuga do ruim nem que seja para o pior. O homem sem um necessário nível de instrução que olhando para qualquer lado só vê miséria, cretinice e roubalheira, revolta-se e luta por um outro meio de vida onde não sofra os vexames que sofre no atual e nessa luta, êle lança mão da arma que melhor se lhe oferece: o comunismo. Sem raciocinar que escolhendo o comunismo como meio de libertação, está incorrendo num grave êrro, procurando libertar-se de um mal caindo noutro muito maior.

No atual regime ainda existem vestígios de respeito ao cidadão. O brasileiro ainda pode gritar, embora pouco ou nada consiga, que está sendo roubado, que lhe prometeram diminuir o preço da carne de Cr\$ 12,00 para Cr\$ 6,00 e o aumentaram para Cr\$ 24,00 que lhe prometeram leite sem água e agora lhe dão nem água, isto tudo êle ainda pode denunciar de viva voz ou através dos seus representantes na Câmara e no Senado, sem que sofra as conseqüências de um regime de terror como o comunismo.

Na nossa administração um deputado, como temos vários exemplos, pode criticar os atos governamentais, pode clamar pela liberdade e soberania do povo, embora na maioria das vezes os poderes constituídos não dêem ouvidos à sua voz, mas êle continua a acusar e humilhar aquêles que sejam passíveis de culpa. Porém tal não aconteceria se aqui imperasse o comunismo, pois na Rússia que é o seu berço e países satélites a mais tênue voz que se levante contra algum excesso do regime é logo abafada pelo detonar de fuzis.

Assim sendo os brasileiros que de fato desejam o bem-estar social e o progresso da sua Pátria, não devem se deixar levar por falsos pregadores de Paz, que no fundo só querem dominar, tyranizar e humilhar, através de um regime que de bom só tem a casca, por dentro é podre e imoral, como todos os regimes que têm como principal característica a opressão. Devem, isto sim, eleger para seus representantes, homens de valor e não abandoná-los nos momentos críticos, dar a êles o apoio e a assistência moral quando isto se fizer necessário.

As Forças Armadas e a Constituição. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.45, p.01, 22 ago. 1954. (C.4-5-6).

AS FORÇAS ARMADAS E A CONSTITUIÇÃO

O Brasil ainda está sob o impacto da crise emocional a que foi levado pelo gesto de extrema alucinação do ex-presidente Getúlio Vargas. Cada brasileiro, sem diferenciação, sofre ainda na alma o traumatismo causado por uma realidade chocante e imprevista, que roubou à Nação um filho ao mesmo tempo contemporâneo e tradicional, pois Getúlio Vargas, foi um elo ligando duas fases da nossa história política. E esta, em futuro, muito lhe deverá pelos capítulos empolgantes que escreveu em suas páginas, já de si tão ilustradas por uma plêiade de brasileiros.

A morte do querido Presidente, nas circunstâncias trágicas em que ocorreu veio estremecer por vários dias o moral no nosso povo, pouco habituado às grandes e inesperadas emoções. Homens calmo e manejador absoluto de situações delicadas, quer políticas ou militares, jamais se poderia esperar do Estadista de larga visão um gesto de tão acentuado antagonismo com os seus princípios de homem reflexivo. Atravessando épocas difíceis na sua existência política, como o são a revolução constitucionalista, a intentona de 35 que lhe ameaçou o poder, o golpe de 34 e a sua deposição em outubro de 1945, não se poderia supor a atitude de desespero que avassalou o seu auto-domínio a ponto de leva-lo ao suicídio. Por isso que essa atitude veio explodir os sentimentos humanitários do povo brasileiro, arrancando dos mais indiferentes um esboço de sentido pesar, não raras vezes manifestado pelas lágrimas. O fator de influência na morte do Presidente Getúlio Vargas foi o atentado da Rua Tonelero. Daí ao seu desenlace, uma torrente de acusações prematuras dói desencadeada sobre S. Excia. Apontando-o como mandante ou cúmplice de um crime não esclarecido. As “fôrças de reação” utilizavam todos os instrumentos de persuasão da opinião pública (Congresso e Imprensa), numa campanha infamante e tendenciosa. A Aeronáutica, tão justamente ressentida com a perda irreparável de um bravo camarada, não ficou isenta das influências do movimento de caráter político que se processava. E impulsionada por êle, marchou em busca dos criminosos. Prendeu-os e antes mesmo de depoimentos contundentes que viessem comprometer a Presidência, eis que os brigadeiros se manifestam em tom de exigência pela renúncia do sr. Getúlio Vargas. Se a parte do inquérito até então realizado comprovava a sua cumplicidade, por que não ter dado conhecimento à opinião pública do que se passava?

Não há como negar a inconstitucionalidade do pedido. De mais a mais, renúncia, na vida política, é um ato espontâneo de que se utiliza o individuo para dar solução a uma crise, pessoal ou nacional, moral ou material. Nunca, pois, a saída do Presidente Getúlio Vargas seria uma renúncia, mas uma deposição. E sob êste aspecto, as Fôrças Armadas e particularmente a Aeronáutica, infringiram os próprios mandamentos constitucionais, alijando a Carta Magna a um plano inferior. Mesmo que fosse corroborada a cumplicidade do Presidente da República, nunca a deposição seria o instrumento aceitável, tendo-se em vista o artigo 88 da Constituição, que oferece meios jurídicos para punir o Chefe da Nação.

Não há luz ainda sobre os motivos que determinaram o suicídio do sr. Getúlio Vargas. Não se sabe se foi causado pelas conclusões do inquérito, pela decepção de deixar o poder pela segunda vez de forma irregular, ou se pela traição de um general que, terminada a reunião do Alto Comando do Exército, apressou-se em comunicar ao Catete as declarações do Ministro da Guerra, de que o “pedido de licença” era definitivo. Nada se sabe. Muitas conjecturas estão sendo feitas. Cabe às Classes Armadas pronunciamento relativo à sua participação nos acontecimentos, de modo a que sua reputação não fique em jôgo neste quadro negro da vida política brasileira.

A Vigília do Bem. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano I, n.13, p.01, 15 nov. 1953. (C.1 a 7).

A VIGÍLIA DO BEM

A civilização vem, continuamente, criando instrumentos de eliminação do homem, e paralelamente os de sua conservação dos elementos de destruição.

Reside na natureza humana, por ser obra exclusiva da inteligência, essa contraditória atitude.

Desde que o mundo é mundo, salva-se o enfermo da morte para restituí-lo sadio, à monstruosidade da guerra.

A medicina profilática, higiênica, curativa ou cirúrgica com químicos e físicos, em colaboração, fatigam-se em pesquisas e domínio da origem de todos os males físicos, esses impertinentes obreiros do aniquilamento humano.

E nossa tarefa põe os governos todo interesse, por imperativo de uma das finalidades de sua instituição.

Mas, simultaneamente, dirige-se pesquisas para descoberta de arma de maior efeito destruidor dos homens, em massa, e os governos com redobrado entusiasmo obstinam-se nessas descobertas.

Nos dias em curso, mais do que nunca, a humanidade se lança para o nada, supondo, numéricamente, estar a caminho de tudo que possa conduzir a glorioso destino, sem reparar nas duas filosofias, causa motriz da divisão dos homens, por via de consequência, dos povos. A do homem econômico, puramente econômico, agrilhado na matéria perecível a pensar estejam seu princípio e seu fim circunscritos, exclusivamente aos puros limites da vida terrena, com o nada, esmagador e infinito, antes e depois de sua presença na terra. E a de quem crê não se ajustar nem o seu princípio nem o seu fim às fronteiras deste planeta. Crê na vida anterior, angélica ou não, como em sua continuação além do túmulo.

Portanto, profundamente dividida a humanidade. De um lado, as falanges do mal, do outro, o exército do bem, ambos com grandes contingentes em disputa deste mundo. Os últimos em defesa das investidas satânicas dos primeiros, que tentam vencê-los e escravizá-los.

Na ignorância da hora exata do ataque, a vigília do bem há de ser constante. O mínimo descuido, ou a mais diminuta brecha, ensejará o mal ensurdecedor os povos com os rugidos de sua maldição para nunca mais se poder ouvir o ritmado pulsar dos corações em harmonia.

O amai-vos uns aos outros vai se retraindo em frase vazia de sentido na inteligência humana.

Em certa região do globo terrestre, durante os últimos trinta anos, os seus dirigentes lutam, raivosamente, contra Deus, que estava presente na alma do povo. Supondo-o vencido, voltam-se, com ferocidade, para as restantes regiões do mundo, onde imaginam ter-se Ele refugiado.

À guerra em preparativos, para se definir com exatidão, não se dispõe, em princípio, a Rússia contra os outros países ou contra os outros povos, mas, antes de tudo, contra Deus, submetido à perseguição na Judéia acerca de dois mil anos, e agora a ser perseguido em todos os quadrantes da terra.

Querem a ferro e fogo os insensatos eliminá-lo da consciência humana. Na terra que Deus criou, propuseram-se a edificar o reino de Belsebuth, sob a enganosa promessa de tornar felizes na terra os humildes, aos quais de preferência Jesus se dirigiu prometendo a felicidade nos céus.

Os outros povos, dispondo-se à luta pela sua sobrevivência, não se aperceberam ainda de estar defendendo, sobretudo, a presença de Deus no coração do homem, apesar de bem definida a configuração do presente dissídio internacional.

A primeira guerra dêste século (1914) nitidamente comercial. A segunda (1939) exclusivamente, política. A terceira, em perspectiva, essencialmente religiosa, pelas razões expostas.

Nela, conseqüentemente, não haverá lugar cômodo para neutros ou indiferentes, dada a advertência severa do Cristo, no testemunho do mais minudencioso dos evangelistas: “Quem não é comigo é contra mim”.

A neutralidade porejará blasfêmia, o menos imperdoável dos crimes.

Os inimigos de Deus não serão, apenas, os que o combateram de armas na mão. Nessa designação hão de se incluir os indiferentes.

A turba enfurecida a bradar — crucificai-o! e Pilatos a lavar as mãos no sangue do justo irmanar-se-ão na mesma apostasia.

A voz profética do primeiro Ministro das Ilhas Britânicas já anunciou provir de vindoura guerra o extermínio total da humanidade.

Com vaga intuição do significado da guerra projetada, os povos de língua inglesa, os de mais profundo sentimento cristão entre os locatários do orbe, mantêm-se em vigília, em permanente estado de alerta, olhos e ouvidos postos no Oriente. Do lado onde nasce o sol, que beija a terra e fecunda, virá, flamejante, o fogo maldito de sua desolação. Do Oriente, de onde vieram os magos para adoração do Cristo, ao nascer, irromperá multidão, impregnada do espírito de Herodes, na ânsia de fazê-lo morrer na lembrança dos povos.

Enquanto, com essas cores dantescas, a situação mundial se apresenta, os brasileiros parecem residir noutro planeta, alheios totalmente à tempestade próxima, por ausência de esclarecimentos que lhes devam ministrar os homens de governo e de cultura.

A concepção do Estado leigo como instituição sem Deus exagera-se por demais aqui, como se Ele estivesse impedido de estar presente nos agentes do poder e em cada membro da comunidade brasileira, concorrendo essa concepção para o arrefecimento religioso, com o povo a se corromper na frouxidão dos costumes, e o sentimento cristão a se amortilhar na indiferença dos homens.

Ao lado das normas policiais impeditivas da dissolução social, em geral infrutíferas, deveriam os governos federal, estadual e municipal incentivar em todo o país, através dos órgãos publicitários, a educação ou reeducação da nossa gente com base na sã doutrina.

Se o Brasil, por sentimento e convicção de seu povo, não se filia à corrente maldita dos que negam a existência de Deus e do espírito do homem a sobreviver à matéria que o reveste, e se, no fundo, a guerra pela Rússia projetada objetiva, insensatamente, a segunda morte d’Aquele que permanece vivo no coração humano, urge pôr esclarecidos os brasileiros de sua real posição no cenário dos acontecimentos mundiais.

Inexistindo lugar no mundo para indiferentes ou neutros porque êstes, como soldados do mal, serão automaticamente inscritos, há de se encarecer a necessidade de o brasileiro renunciar à complacente passividade para atitude de combate às patrulhas de reconhecimento infiltradas, pelos impiedosos antagonistas, no território nacional.

E sobretudo vencer a si mesmo, arrancando das profundidades de sua alma, com todas as raízes, os vícios e erros que o têm comprometido aos olhos de Deus e impedido, sèriamente, o Brasil de sentar à mesa das deliberações das grande nações responsáveis pelo destino dos povos.

Pearl Harbour. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano I, n.17, p.03, 13 dez. 1953. (C.5-6).

PEARL HARBOUR

Foi no dia 7 de dezembro de 1941. Enquanto os Estados Unidos recepcionavam, na Casa Branca, os embaixadores extraordinários Kurusu e Chimura que lá foram tratar do apaziguamento das controvérsias do Japão com os Estados Unidos, o furacão destruidor se aproximava da pérola do Pacífico ameaçador e terrível.

A ilha estava mergulhada no silêncio e na escuridão da noite alta. Base naval de primeira ordem, guardava no seu recesso acolhedor, dezenas de couraçados, de porta-aviões, “destroyers” e outras poderosíssimas naves de guerra. A marujada, depois das costumeiras noitadas nos clubes noturnos e nos “party’s”, recolhera-se cansada para o sono reparador. Aquêles que haviam permanecido a bordo, tinham ouvido o rádio e ficado cientes de que as conversações pró-paz entre os dois povos, continuavam com prenúncios bem animadores. Por isso e por se acreditarem um tanto resguardados eo provável inimigo, entregaram-se aos braços de Morfeu.

A quietude, lá fora, era absoluta, só interrompida com o escachoar da maré sôbre os pesados cascos dos couraçados, cujos elevados mastros e enormes canhões rebrilhavam na noite calma, sob o cintilar das estrelas.

De repente, como se uma diabólica mão houvesse agitado uma colméia de vespas malditas, milhares de aviões bombardeiros estrugiram sôbre a base, rasgando a noite em velocidade espantosa. Sem perda de tempo, sob plano adrede traçado, embicaram contra os navios “yankees”, tonitroantes e peçados de bombas. Vinham em sucessivas vagas, e, com precisão cronométrica, despejavam sua carga mortífera e destruidora.

Em poucos instantes, aquilo que fôra a soberba esquadra americana do Pacífico, convertera-se num montão de destroços fumegantes, retintos de sangue humano. A felonía patrocinará aquela obra sinistra sob o mais odioso disfarce, porque até então jamais se soubera que, enquanto plenipotenciários discutiam a paz, seus exércitos atacassem na calada da noite, pelas costas.

Era a guerra, era a conflagração geral abarcando todos os mares. O povo americano iria combater o inimigo fanático e ferrenho. Iria fazer uma das guerras mais caras e penosas da sua história.

Já se passaram 12 anos e hoje os dois povos não lutam mais nos campos de batalhas. Estão, sim, em caminho paralelos, em busca de um futuro isento de conflitos. Vencedor o americano, foi generoso. Ajudou o vendido a reconstruir a vida, orientando-o – é claro – para rumos democráticos.

Pearl Harbour é uma ferida ainda sensível aos americanos. O golpe foi muito violento aos seus brios. Decorridos 12 anos, os “Yankees” cuidam de não permitir que em prazo mais ou menos igual, no futuro, o Japão se rearme para nova agressão.

E faz muito bem. Por isso é que aquela velha frase “remember Pearl Harbour” tomou foros universais.

O Comunismo não conseguiu conquistar a juventude. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.33, p.03, 11 fev. 1957.

Boletim Internacional

O COMUNISMO NÃO CONSEGUIU CONQUISTAR A JUVENTUDE

DUESSELDORF (ASSOCIADAS) – O Órgão social-democrático “Neue Rh in Zeitung” trata do problema da juventude no Oriente Europeu, comentando:

“O levante na Hungria e os acontecimentos na Polônia tiveram nas Universidades o efeito de uma faísca num barril de pólvora. De uma vez para tôdas, tornou-se insustentável a tese que o comunismo e seus hábeis métodos de educação conseguiram conquistar a juventude. O que se tornou evidente foi o contrário. Foram justamente os estudantes saídos da classe operária e do campo que se revoltaram. Deviam tornar-se os homens de confiança de amanhã – mas revelaram-se rebeldes de hoje. Na zona Soviética da Alemanha os estudantes exigem a liberdade do ensino e do debate. Exigem a abolição do estudo obrigatório do marxismo-leninismo, limitação do ensino da língua russa e a criação de uma organização livre de estudantes. São intransigentes.

Os próprios comunistas calculam que 30% dos estudantes são oposicionistas. Seus cálculos não correspondem aos fatos. A resistência é muito maior. E’ encontrada nas próprias fileiras. Os métodos de intimidação fracassaram. Os estudantes não desistem. A alternativa de “comunismo soviético ou comunismo nacional”, apesar de todos os debates, parece resolvida, de Leningrado até Berlin Oriental: comunismo nenhum. O comunismo nessa ou outra forma não passa de dogma, isto é uma prisão espiritual. (A.A.)

Advertência da Igreja contra o comunismo e a situação econômica nacional. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.95, p.05, 20 abr. 1958.

ADVERTÊNCIA DA IGREJA CONTRA O COMUNISMO E A SITUAÇÃO ECONÔMICA NACIONAL

O Episcopado Fluminense, em incisivo manifesto, declara ainda que “Nosso Senhor sabe que nesta proclamação nos move apenas o desejo de não pecar por omissão”

O Episcopado Fluminense divulgou esta semana o seguinte manifesto, endereçado aos responsáveis pelos destinos do país:

“A Reunião da Província Eclesiástica do Rio de Janeiro coincidiu, êste ano, com a libertação do líder comunista brasileiro, fato da maior gravidade, dado que a ardilosa suavidade de suas declarações está apanhando de surpresa a opinião pública nacional e levando ao extremo sua propensão à indulgência e a atitudes liberais.

A imprensa, o rádio e a televisão — com raras exceções — deram a mais completa e amável cobertura às hábeis colocações do neo-ingresso na vida cívica, esquecidos de que todo o jogo tinha sido desvendado em célebre entrevista tornada pública desde fins do ano passado. Representantes de forças conservadoras apressaram-se em saudar a nova, comedida e insincera posição do condutor dos comunistas brasileiros. Com o ano eleitoral à vista,

compreende-se o alvoroço dos partidos políticos desejosos de conquistar os votos vermelhos ou, ao menos, temerosos de tê-los contra suas legendas. Sem perda de tempo, com audácia de quem sabe tirar proveito do estonteamento no campo adversário, vem o chefe do comunismo indígena realizando visitas incríveis e estabelecendo contatos de estarrecer. Aliás, o ambiente já vinha sendo preparado por infiltração comunista em vários setores da vida pública, inclusive no exercício de cargos oficiais de responsabilidade. Até instituições da mais alta finalidade, nascidas como orientadoras das soluções de problemas nacionais, não se acham isentas de influência soviética.

Tudo isso nos leva a incluir entre as nossas preocupações mais graves do momento, não tanto uma palavra doutrinária sobre o comunismo (ela tem sido dada, repetidas vezes, pelo Sumo Pontífice, e, entre nós, inclusive em Pastoral Coletiva de todo o Episcopado brasileiro, em 1937), mas um alerta a ingênuos incapazes de ver o que o comunismo abusa de nossa boa-fé e ausência de malícia, para renovar aqui processos que tem adotado em outros países, inclusive, recentemente, na Síria. Ninguém, pois, se deixe iludir. Deus nos livre de esquecer a liberdade e de traí-la, trabalhando contra ela. Deus nos livre de esquecer a democracia e de comprometê-la, depois das diretrizes do Vigário de Cristo, oportunas e definitivas em defesa do Governo do povo pelo povo, sob a soberania de Deus. Mas a experiência de democracias autênticas vem provando que o Estado democrático tem não só o direito, mas a obrigação de defender-se. Agir de outro modo seria assumir atitude suicida.

Bem haja o propósito do Poder Executivo de endereçar, imediatamente, ao Congresso, mensagem solicitando leis complementares, desde que justas e comedidas, para a sobrevivência do regime. Fazemos ao Poder Legislativo a justiça de confiar que, com igual rapidez oferecerá à Nação os solicitados instrumentos de defesa e salvaguarda ante a insídia de um movimento, essencialmente o mesmo em toda parte, como o demonstra claramente, por exemplo, no tocante ao propósito de destruição da Fé, o “Livro Vermelho da Perseguição” (Cfr. “Le Communisme et l’Église Catholique”, Ed. Fleurus).

Sem dúvida, a aplicação destas armas importantes e graves sobretudo em país politicamente ainda tão imaturo. Supõe, necessariamente, regulamentação criteriosa que livre, de vez, inocentes de vinganças e perseguições, e exija que denúncias sejam baseadas em fatos e não apenas no impressionismo de acusadores, mesmo qualificados.

O apoio que esperamos poder dar às medidas de emergência que faltam ao Poder Público para que defenda de modo adequado nossas tradições cristãs e nossas instituições democráticas, não nos leva a esquecer que há medidas urgentes sem as quais a ordem permanece em perigo:

- 1) revisão inadiável da situação econômica nacional desafogando-a para que se evite o pânico, para que se evite o caos;
- 2) esforço conjunto para aplicação eficiente da legislação social, pois a convicção de que ela se transforma em burla terá consequências imprevisíveis;
- 3) empenho consciente da parte de todos (o exemplo devendo começar do alto para que haja força moral de atingir o povo) numa linha de austeridade.

Nosso Senhor Jesus Cristo sabe que nesta proclamação nos movem apenas o desejo de não pecar por omissão e o dever de cumprir nossa missão de Pastores. Que a luz divina ilumine os responsáveis pelos destinos políticos do nosso país e caridade oriente a teoria e a prática de medidas difíceis, mas inadiáveis nesta hora grave para o Brasil e para o mundo.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1958.

Jaime Cardeal Câmara, Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro: Helder, Arc – Tit. De Salde e Auxiliar do Exmo Arcebispo do Rio de Janeiro; Rodolfo, Bispo de Valença; Manuel, Bispo de Petrópolis; Carlos, Bispo de Niterói; Antônio Bispo de Campos; Othom Bispo-Tit. De uzita e Auxiliar do Emo. Arcebispo do Rio de Janeiro: Agnello, Bispo de Barra do Piraí; João Batista, Bispo do Espírito Santo; Wilson, Bispo-Tit. De Rodosto e Auxiliar do Emo. Arcebispo do Rio de Janeiro; e Martinho, Abade Nullius de Nossa Senhora do Monserrate”.

Comunistas Atacam a Igreja. **Folha da Cidade**, Duque de Caxias, Ano III, n.115, p.04, 7 set. 1958.

COMUNISTAS ATACAM A IGREJA

Num comício realizado em São Gonçalo, em favor da candidatura trabalhista ao Ingá, ao qual compareceu o sr. Luíz Carlos Prestes elementos comunistas atacaram violentamente a Igreja Católica, ao mesmo tempo que anunciaram programa mínimo do Governo fluminense, no caso de vitória do candidato do PTB. Os oradores trabalhistas, todavia, limitaram-se a defender a candidatura do sr. Roberto Silveira, sem hostilizar o catolicismo.

PAIVA, Ciro de. Razões da Razão – Desbotou o vermelho. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.115, p.03, 07 set. 1958.

RAZÕES DA RAZÃO DESBOTOU O VERMELHO

Voltou à cena o chefe vermelho do Brasil no palco armado pelas mãos dos nossos políticos. Custou-lhe a reconquista do palco o apoio à candidatura J.K. e ao golpe de novembro. O plano do P.C.B. poderia ser então facilmente executado, como fizeram tantos P. C. das repúblicas satélites da cortina de ferro, com a penetração nos postos chaves da nação, com a libertação do traidor Prestes foragido, com o reatamento das relações diplomáticas com a URSS, com a legitimação do partido e, finalmente, com a conquista do poder. Conquista fácil, sem sangue, por uma minoria insignificante, mas organizada e firme nos propósitos.

Faz parte da comédia que representa no momento o PCB aparentar o comunismo não tão revolucionário, mas um irmão semelhante da democracia, até religioso e não mais inimigo ferrenho do capitalismo. É comum ouvir-se a opinião de que a cortina de ferro não é tão escravizante e que o progresso de lá é gigantesco. Até democratas opinam assim.

O representante da Rússia entre nós, o que já foi o brasileiro Prestes, voltou à liberdade com ares assim de bonzinho. Precedeu essa volta a vinda da filha do chefe, que deitou falação no rádio, opinou sobre todos os assuntos, sendo o brotinho vermelho, vítima que pela origem triste de fato comove aos corações, recebida como personagem muito importante.

A filha foi o batedor, como esses policiais que vão fazendo algazarra na frente do Presidente, anunciando que lá vem o homem. Seguiu-lhe o pai. Apareceu não mais o quixotesco cavaleiro da esperança, ascético, magro, tuberculoso, sério, mas um bom Sancho, de barriga mais avolumada, sorridente, habitando a bela e saudável residência de Cr\$ 30.000,00, frequentando as casas dos capitalistas, enfim, um simpático político à moda da casa. E os políticos da casa o receberam de braços abertos: era chá com ele, era um campagne, era recepção a rigor...

E o esperto Carlos Prestes está representando muito bem a farsa de político “democrata”. Telegrafou solidário ao Cardeal de São Paulo: pensou que com isso atenuaria as iras da Igreja contra si. Visitou o Senado e a Câmara. O rádio e a televisão aproveitou, para mostrar ao povo que não era tão mal como diziam. Mudou o chefe vermelho? Parece.

A semana passada o convertido vermelho em audiência na 3ª Vara Criminal reconheceu que fôra injusto nos conceitos que fizera sobre o governo Dutra, declarou que não quisera revolucionar a massa, mas apenas alertá-la, confessou-se favorável a um “capitalismo construtor”...

Como o homem está mudado! Como está humilde! Pode-se até pensar numa conversão sincera da ditadura do proletariado ao capitalismo, do ateísmo à religião, da escravidão russa à democracia.

Não se pode pensar assim, não. Pensam assim os incautos, os ingênuos, e, também, os espertos políticos. Mas para quem conhece a linha do P.C. não há admiração na nova roupagem do muito manjado Luiz Carlos Prestes. Ele continua comunista firme. Intransigentemente comunista. Prega a luta de classes. É contra a democracia e a favor da ditadura do proletariado. É adepto da nossa subordinação ao governo de Moscou. Não suporta nenhuma religião.

O chefe comuna está fantasiado de democrata. Representa no momento uma comédia que em breve se transformará na tragédia de 1955. Sorri agora, mas é dos mesmos que matavam em 35 os colegas de farda que estavam dormindo. Não desbotou o homem. Não é côr de rosa. É o mesmo vermelho de sempre, traidor da pátria, fantoche da Rússia, que apenas dança conforme a música que lhe tocam.

CIRO DE PAIVA

RAZÕES DA RAZÃO COMUNISMO E TRABALHISMO

O sr. Luiz Carlos Prestes brinca de dupla personalidade no momento, ora pondo a máscara de brasileiro e democrata, ora, talvez por descuido, mostrando a verdadeira fisionomia de russoe totalitário. Ora bebendo nos vinhos com os milionários, ora gritando nas ruas com os operários.

Que o notório Prestes seja comunista doutrinário, é um direito seu, pois há ainda no Brasil o que não há na Russia, liberdade de pensamento.

Que seja comunista militante, secretário do extinto PCB, é atitude para si coerente, mas ilegal e criminosa, para nós. Que procure granjear adeptos para o credo rubro, que se insunue e penetre onde é possível tingir de vermelho, compreende-se como atitude de apóstolo sincero (só para o comunismo). O homem é assim, comunista, totalitário, materialista, e assim deve agir.

Mas que os partidos políticos aproveitem da liberdade manca que a democracia lhes dá para aninharem os comunistas, que são membros de um partido oculto, mas vivo, é traição à pátria e à democracia.

À pátria porque todos sabemos que o PCB nada mais tem em mira que modificar a essência da nação brasileira, transformando-a de cristã e independente em materialista e escrava de Moscou. O comunismo é justamente a negação de tudo aquilo que nossos antepassados nos legaram com o trabalho e sacrifícios. É o anti-Brasil.

Traição à democracia, porque além de ser totalitário, negador da liberdade de pensamento, de voto, de imprensa, das marmas legítimas da democracia, por incúria dos democratas para destruir a própria democracia.

Uma aliança com os comunistas é algo de monstruoso, ficando o partido que a faz na iminência de se tornar um mero instrumento dêles. Até há dias pensava-se que as alianças com o PEB por parte dos partidos eram apenas externas, frágeis, para angariarem-se os votos.

Mas o sr. João Goulart, o vice-presidente da República, (da Hungria? não, do Brasil), vem declarar o que há muito desconfiávamos: que a aliança do PTB com o PCB era algo de mais profundo, alicerçada nos mesmos ideais e nas mesmas idéias, visando o mesmo fim. O namoro do escuro foi revelado. Há algo entre o PTB e o PCB além de namorico. É amor que leva ao casamento indissolúvel...

Nada mais absurdo que essa união entre as duas correntes políticas do povo. O comunismo e o trabalhismo brasileiro opõem-se pela origem, pela estrutura e pelas finalidades. Falo do trabalhismo sadio, não do dêsses capitalistas que montarem no PTB do mesmo modo que os comunistas agora montam. Diga-se de passagem, o sr. João Goulart é um milionário... Quando o velho caudilho Vargas foi apeado do poder, para regressar ao campo democrático, organizou dois partidos, canalizando as duas correntes que mamavam nas tetas ditatoriais, o PTB e o PSD. Para aquele canalizou a massa. Para êste, os conservadores. Colocou o esclerosado Velhinho ambos os partidos nas mãos de homens seus, do Jango e do genro. Poderia assim, como realmente fez, manobrar as forças políticas de um Brasil recém-nascido para a democracia.

Desviando as massas para o trabalhismo, e êsse era o já de há muito desejado programa de Getúlio, elas não cairiam nas garras do comunismo, como de fato não caíram. Êsse mérito teve Getúlio Vargas, pois não suportava os adeptos de Moscou. Vê-se que o nosso trabalhismo nasceu justamente para opor-se ao comunismo. Agora vem o herdeiro de Vargas e nega tudo que êste fêz, declarando unidade de vistas entre o comunismo e o PTB.

O programa do PTB é também a negação do comunismo. Não procura alimentar a luta de classes, não procura subordinar o Brasil à Rússia, nem tem por finalidade implantar a ditadura do proletariado.

A simbiose entre comunistas e trabalhistas é, portanto, uma traição ao espírito de Vargas, a negação do PTB.

Essa união será a destruição do PTB. Êle não terá fôrças para reagir contra a tática comunista. Justamente porque está minado internamente pela ação de políticos sem escrúpulo, como os outros partidos, e não se possibilitará a uma reação sadia por parte da minoria sincera.

Os comunistas no PTB, o partido de programa mais simpático e atraente, farão como o sipó que sobe na árvore, suga a seiva, murcha-lhe as folhas, e se torna em pouco tempo mais viçoso que a árvore.

Se o PTB quizer ainda viver, que deixe o comunismo vegetando onde estava, morrendo de saudades da cortina de ferro, brincando de esconder com a polícia e fenecendo com a sua minoria insignificante.

Que o PTB seja o Partido Trabalhista Brasileiro e não um Partido Trabalhista Russo. Dos trabalhadores brasileiros. Não dos quinta-colunistas da Rússia.

CIRO DE PAIVA

RAZÕES DA RAZÃO

Não obstante ser o seu campo de ação o espiritual, não se pode negar à Igreja o direito de interferir na vida política. A política, isto é, a gerência da coisa pública, é atividade de homens que pertencem também à Igreja, e, em muitos assuntos, todos no plano espiritual nada mais compreensível que a autoridade religiosa cororientar os fiéis quanto à maneira de agir na política para que esta não venha entrar em contradição com os princípios evangélicos. A Igreja interfere, pois, na vida política, não para fazer política partidária, nem para suplantar o poder temporal, mas para orientar os cristãos, defender a liberdade do culto e da educação cristã, facilitar a sua ação religiosa. Interfere não diretamente, mas indiretamente. Age na defesa dos seus princípios e da sua liberdade de ação, até porque se assim não fizesse não poderia sobreviver. Seria suicida como está sendo a nossa infeliz democracia. Somente numa ordem social baseada no amor e na justiça seria possível uma perfeita ação da Igreja. Defender essa ordem é o seu dever. O reino de Cristo não é só deste mundo, mas é também neste mundo. E nada deste mundo, principalmente a política, pode fugir à vigilância da Igreja.

Admiram-se muitos da maioria ostensiva com que os Pastores da Igreja estão opinando em assuntos do plano temporal, no momento, e agindo com muito desemprego em atividades sociais. É que, além do motivo de solidariedade humana, exercem um direito. A gravíssima situação política do momento – corrupção eleitoral, desprestígio da autoridade, desonestidade administrativa, infiltração comunista – e a caótica situação econômica – crise do café, câmbio enlouquecido, salários nunca ajustados, preços imprevisíveis – obrigam os Bispos a agirem com energia e coragem, alertando os fiéis e o Governo dos perigos iminentes.

O grande perigo político atual é o comunismo. Justamente porque esse estado de anarquia é clima propício, e insensível, para comunismo, dos males deste erro. O exemplo de muitos países católicos a Igreja deve alertar aos fiéis como a Polônia, a Hungria, a Ucrânia, etc., está muito vivo para que se cale os Pastores diante do comunismo insinuante, agressivo, subversivo e falso. Só quem é cego não vê o grave perigo comunista do momento.

A incompatibilidade entre o comunismo e o catolicismo é intrínseca e profunda. Aquêles tem como ponto de partida a negação de Deus e, conseqüentemente, uma outra concepção de vida pautada pela negação da liberdade, do direito de propriedade, pela luta de classes. Este, partindo da existência de Deus, afirma a liberdade humana, o direito de possuir o que é seu, a justa compreensão entre as classes. Aquele é totalitário, isto é, tudo está subordinado ao estado e a vontade deste é a suprema lei. Este, é democrático, isto é, o estado está subordinado à moral evangélica e não pode destruir a personalidade humana livre. Enquanto o comunismo tem como tática de ação a violência, a Igreja age pelo amor, pela persuasão, pela bondade. A tática de penetração comunista é a revolução. A da Igreja é a conversão. O comunista mata para atingir o poder, como fizeram em 1935 no Brasil. O católico morre para difundir a religião, como fizeram milhares de missionários mártires.

Sendo tão opostas as doutrinas, nada mais natural que os Papas alertem aos fiéis sobre os erros do comunismo e os perigos da atividade comunista.

O Papa Pio XI foi bem claro: “Que os fiéis não se deixem enganar. O comunismo é intrinsecamente perverso e não se pode admitir em nenhum campo a colaboração com ele por quem deseja salvar a civilização cristã. E se alguns induzidos ao erro cooperarem para a vitória do comunismo em seu país,

cairão entre os primeiros como vítimas do seu erro. “Que medite soêre estas palavras o Excelentíssimo Vice-Presidente da República ainda não Popular) do Brasil, o Dr. João Goulart.

Não sòmente condena Pio XI o comunismo, mas também o socialismo que é uma forma mitigada de comunismo. Diz Pio XI “O socialismo quer se considere como doutrina, quer como fato histórico, ou como ação..., não pode conciliar-se com a doutrina católica, pois conhece a sociedade de modo completamente avêssô à verdade cristã... Ninguém pode ser ao mesmo tampo bom católico verdadeiro socialista”.

Os Bispos têm alertado aos católicos para que não votem em chapas de partidos aliados ou apoiados pelos comunistas e socialistas. A aliança com os comunistas manifesta-se na comunhão de idéias e ideais, na participação conjunta nos comícios e na inclusão de comunistas em chapas. O apoio, na aceitação dos votos comunistas sem protesto.

Seria um contrasenso um católico votar em tal chapa pois estaria, pelo menos indiretamente, elegendo um comunista. Um católico que está em tal chapa, está muito mal acompanhado. Embarcou em barco furado...

As próximas eleições irão decidir justamente dos destinos do Brasil. Certo disto está também o representante da Rússia entre nós, o sr. Carlos Prestes, quando declara no “Diário Trabalhista” de 19 dêste, o seguinte: “Estamos convencidos, sobretudo em face dos comícios de que tenho participado, que as forças nacionalistas têm grandes possibilidades de alcançar a vitória nas urnas. E essa vitória significará uma séria mudança na relação das fôrças políticas em nosso país...”

Está nas mãos dos eleitores escolherem entre a Rússia e o Brasil. Entre a escravidão e o maior dos bens humanos que é a liberdade. Entre o amor e o ódio. Entre Cristo e Marx. Entre a cruz e a foice.

Mais do que nunca valha esta advertência: que os votos dos verdadeiros brasileiros sejam para os brasileiros verdadeiros; que os votos dos fiéis católicos sejam para os católicos fiéis.

CIRO DE PAIVA

NACIONALISMO E EDUCAÇÃO

Estamos formando uma geração nacionalista, quer queiramos ou não. O que é nacionalismo e o que é educação? E' preciso fazermos uma verificação e chegarmos à conclusão exata do que significam êsses têrmos para medirmos as consequências de seu emprêgo, a responsabilidade da propaganda nacionalista que está formando a nova geração.

Para alguns, o nacionalista é aquêlê que trabalha a pregação da doutrina bolchevista, para outros, nacionalista é aquêlê que deseja o Brasil produzindo exclusivamente com seus recursos e consumindo seus próprios produtos, não admitindo nada que provenha do exterior. Para outros, mais sensatos, nacionalista é oportunismo que visa sòmente o próprio engrandecimento, só é nacionalista quando da proximidade das eleições.

EDUCAÇÃO, tem muitas definições, mas não se pode negar que seja a transmissão de experiências que uma geração adulta transmite à geração sucedânea. E' um fenômeno permanente, portanto.

Como estamos educando uma geração incutindo-lhe o nacionalismo, devemos cuidar da propriedade dessa orientação para, não cairmos em êrros que serão drásticos, não só no sentimento de brasilidade como ao próprio futuro pátrio. Nacionalismo devemos entender como sinônimo de patriotismo, é apenas um vocábulo que nos dá uma idéa mais prática, mais concreta do amor à pátria, pois, patriotismo, denota um sentimentalismo que nem sempre traduz o que realmente é, eis que nos fornece uma idéia mais abstrata. O nacionalismo não é outro senão o patriota.

A geração que está despontando precisa ser educada em uma noção exata do têrmo largamente usado; nacionalismo, é movimento que visa a grandeza do país, seja de que modo fôr, com ou sem recursos estrangeiros, com ou sem a técnica de outros países, o que devemos visar é o progresso nacional. Mas é preciso fiscalizar êsse cultivo de patriotismo para que êle não fique na eloquência da palavra, mas se traduza na ação, para que êle não fique na expressão dos discursos, mas se transforme no trabalho profícuo, progressista, que dê ao Brasil o seu lugar merecido.

Mas não saímos no extremismo de cultivar a personalidade pátria em detrimento da própria humanidade a quem devemos a garantia de podermos realizar como o homem se realiza na sua sociedade. Sejam os nacionalistas objetivos, para não nos trancarmos em um egoísmo sentimentalista, prejudicial em todos os seus ângulos.

Trabalhem para que possamos nos orgulhar de haver contribuído para o bem comum de nossa Pátria, de haver educado uma geração nacionalista que também se orgulhará de nós, que entenderá que tudo que dê progresso ao Brasil é nacionalismo, que venha de onde vier.

Só assim veremos o Brasil plenamente realizado no concêrto mundial dos povos! Só assim estaremos dando uma verdadeira educação nacionalista!

ANEXO V
LIVROS DE MÚSICA

Por Ti? - Tudo!
Sem Ti? - Nada!

"Os dons de Deus são para usar e não ocultar!"
— (Frei José Mojica, interpretando o pensamento de
São Francisco de Assis).

Quem canta
"Quem canta

BRASIL - CANTOR

(Seleção de Cantos Populares e Teoria Musical)

de F. Paulo Avelino de Assis
O. F. M.

3.^a EDIÇÃO
12-17.000 EXEMPLARES

Desenhos confeccionados e adaptados por Fr. Anésio
e Fr. Cantídio O. F.M.

Uma juventude religiosa, inteligente, laboriosa,
— alegre e sadia —
Para a glória de Deus,
Pelo bem do Brasil!

São Paulo - 1955

O. A. M. D. G.

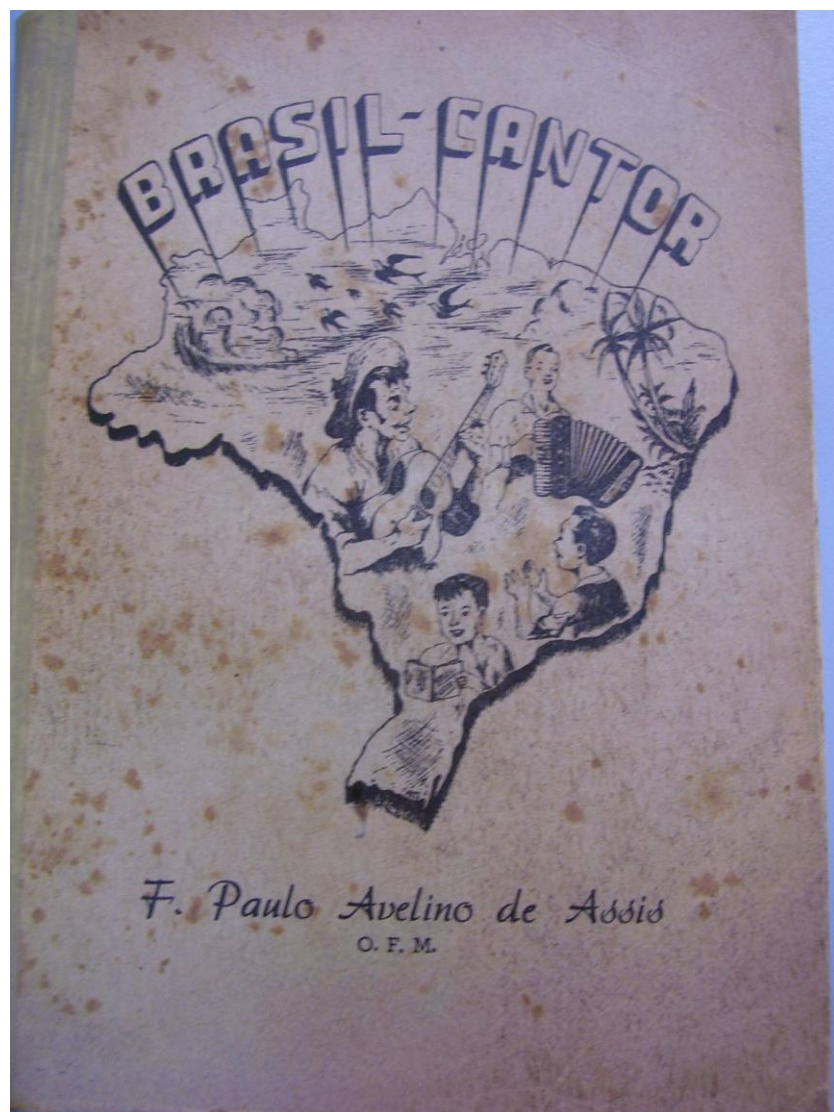
BRASIL - CANTOR

(SELEÇÃO DE CANTOS POPULARES)

PARA SALÕES DE FESTA
COLÉGIOS
GINÁSIOS
GRUPOS
REUNIÕES SOCIAIS
PASSEIOS



de F. PAULO AVELINO DE ASSIS
O. F. M.



5 Mocidade Brasileira

Popular

Mocidade brasileira, Raça forte e varonil, Não vem cerrar o leira. E empunhar o teu fuzil! Passo firme para glória. Paladinos da Nação! Olhos fitos na vitória, Para a Cima

3. Se amanhã surgir a guerra, Seguiremos sem temor, E no mar, campina ou serra Lutaremos com valor. Vamos, pois, de sul a norte, Vamos todos pelejar! Sucumbir? Que importa a morte, Quando a Pátria está a chamar?

6 Corramos à luta

Popular

Juremos! momento a momento! Braço erguido, num gesto inflamado. Cerremos o leira, por nossa bandeira, Com grande desdouro. Juremos lutar. E a santa promessaguardar! E a santa promessa guardar! Sol-dados corramos, a pátria nos chama, A pátria nos chama, nos chama o Brasil. Lute-mos lute-mos com peito viril! Lute-mos, lute-mos com peito viril! Pelas armas, a Patriaado-rada. Sa-be-re-mos levar a vitória! Todos! re-mos co-brir-nos de glória. Na defesa do nosso tor-

1 HINO NACIONAL

Música de Franc. Manuel da Silva

Letra de Osório Duque Estrada

Marchal $\text{♩} = 120$

p

Ou-vi-ram do Ipi-ranga as margens plá-ci-das, De um

povo heróico o brado retum-ban-te, E o sol da li-ber-dade em raios

fúl-gidos Brilhou no céu da Pátria nesse ins-tan-te. Se o pe-

nhor dessa igual-da-de Conse-guimos conquistar com braço

f

for-te, Em teu se-io, ó Li-ber-da-de, De-sa-

f

fi-a o nosso pei-to a própria morte! O' Pátria amada, idola-tra da, Salve

mf

Salve! Bra-sil, um sonho in-tenso, um ra-io ví-vi-do De a-

more e de esperança à terra des-ce, Se em teu formo-so céu, ri-so-nho e

p

lím-pi-do A ima-gem do Cruzei-ro resplan-de-ce! Gl-

Prefácio

Atendendo a um grande número de pedidos que recebemos de todos os pontos desta região, inclusive do exmo. e revmo. sr. Bispo diocesano, damos publicidade à presente coleção de cantos populares profanos, que desde algum tempo vinhamos preparando.

Todos sabem como o nosso povo gosta de expandir a sua alegria através do canto, nas festas e horas de lazer. Esta coleção oferece-lhe, para isto, farto e variado repertório.

Na escolha das modinhas, demos preferência àquelas que nos pareceram de mais fácil retentiva para os que não estudaram música e cantam só de ouvido.

A coleção compreende 115 cantos, incluídos os principais que não podem faltar nas festas cívicas.

Um grande número é consagrado a exaltar as belezas e glórias da nossa terra.

Especial atenção dedicamos também à parte humorística, com o que tivemos em mira proporcionar, principalmente à mocidade, um bom número de canções com textos sádios ou inofensivos.

Pareceu-nos ainda de bom alvitre conservar algumas melodias antigas mais em voga nesta região, adaptando-lhes textos de fundo eminentemente nacional, por estarmos convencidos de que isto não deixará de contribuir para o povo estimar e amar cada vez mais o que é nosso e mesmo para se aperfeiçoar no conhecimento e uso do idioma pátrio.

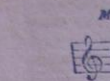
E' o que constitui o fim moral e patriótico desta coletânea. Compreende a mesma duas edições: uma com texto e música, e outra só com texto.

De muitas melodias e textos não nos foi possível saber o nome dos autores. A todos que tiverem a fineza de nos favorecer com suas preciosas informações, antecipamos os nossos agradecimentos, sendo nosso desejo aproveitá-las, como quaisquer outras informações sobre a obra em geral, em uma nova edição, se a presente merecer, como ousamos esperar, a aceitação do público.

CAXIAS DO SUL, 31 de janeiro de 1946

OS ORGANISADORES

Música de F



povo he



fúl-g



nh



for



fl-s

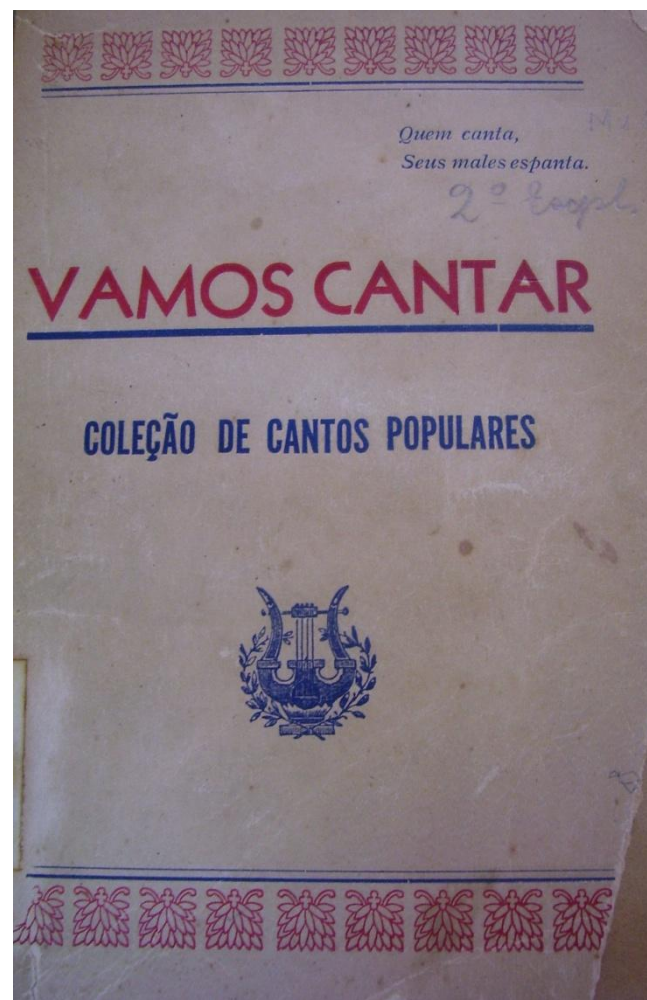
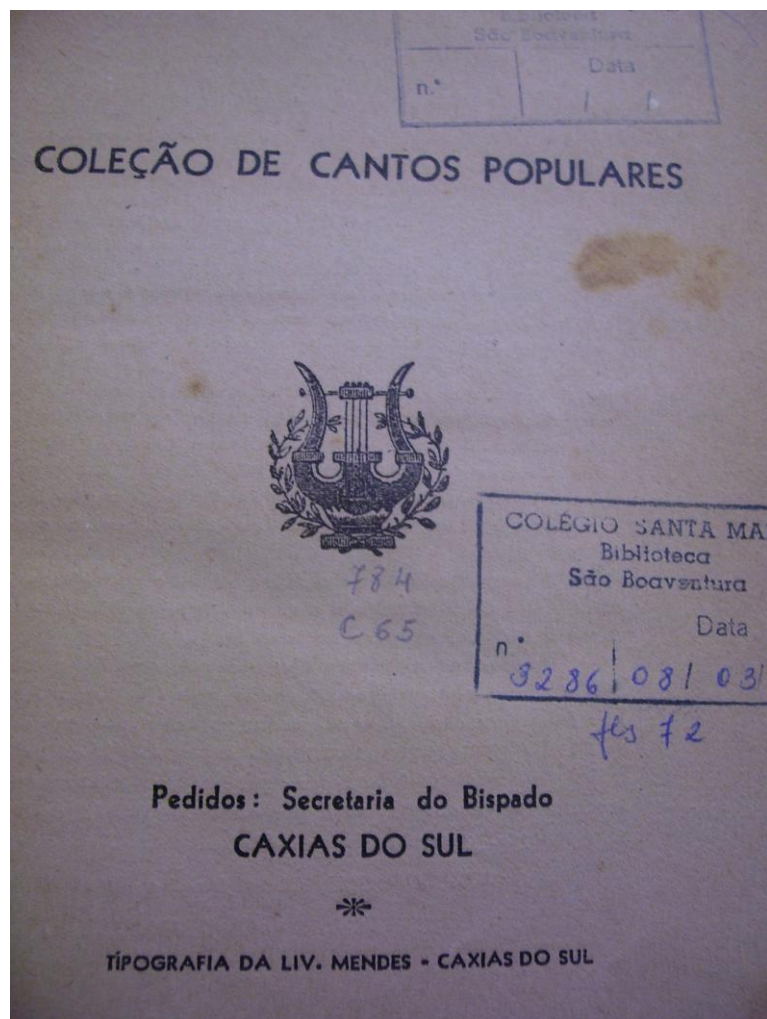


Sa



mv





ANEXO VI

BIBLIOTECA

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS

Antoniette Camargo de Oliveira

A briga por uma biblioteca pública em Duque de Caxias foi longa e sabe-se lá quando terminou. Teve início em agosto de 1951 e em julho de 1960, quase dez anos depois, ainda não tinha terminado. Tudo começou quando um dos articulistas do periódico “O Municipal”, Roberto Rodrigues, transcreveu trecho de um artigo publicado na “Revista Brasileira dos Municípios” de janeiro de 1949. Em tal artigo o Instituto Nacional do Livro - INL assegurava sua cooperação às Bibliotecas Públicas Municipais que nele se registrassem. A diretoria do INL enviaria inicialmente 40 obras escolhidas e garantiria posterior remessa de 15 volumes por mês durante um ano e depois 8 volumes a partir do segundo ano, além de assistência técnica permanente. Para tanto, bastariam atitudes simples: o prefeito de Duque de Caxias precisaria disponibilizar uma sala adaptada ou qualquer dependência num edifício público com o mobiliário básico para os possíveis consulentes, um ou mais funcionários e uma comunicado oficial ao INL, avisando da fundação e instalação da dita biblioteca.

Além do apoio do INL, que na época ficava localizado no Rio de Janeiro, capital, no 3º andar do edifício da Biblioteca Nacional, a Prefeitura ainda teria o apoio da Escola Regional de Meriti, que doaria 2.000 volumes exigindo apenas que a Biblioteca pública levasse o nome de “Euclides da Cunha”.

Em 25 de janeiro de 1954, ou seja, quase três anos depois, o vereador Wilson Bastos Ruy faz uma Indicação, entregue ao Prefeito de Duque de Caxias justificando a importância de uma Biblioteca Pública na Sala de Sessão da Câmara Municipal e esclarecendo que a Associação Comercial da cidade se dispunha a tomar a si a responsabilidade na formação e manutenção de uma biblioteca pública, já de antemão fazendo uma doação no valor de CR\$50.000,00.

Segundo consta no Jornal Folha de Caxias, do dia 29 de maio de 1955, ou seja, mais de um ano depois da referida indicação, a ideia da fundação de uma biblioteca para Caxias foi do mesmo jornal. E por mais que o então prefeito, Francisco Corrêa, tivesse mostrado interesse pela sugestão do jornal, nada foi feito de concreto. Quanto à Associação Comercial, a mesma, apesar de ter, num primeiro momento, se colocado à disposição e até oferecido ajuda

financeira à Prefeitura, num segundo momento parece ter mudado de idéia, resolvendo não mais ceder nem mesmo uma sala em sua sede, alegando que estaria nos planos de sua diretoria constituir uma biblioteca própria.

Em 7 de agosto de 1955, a insistência quanto à necessidade de uma biblioteca pública continuava. A sugestão agora era que a Prefeitura alugasse uma sala no centro da cidade, o que não iria custar mais de CR\$2.000,00 mensais e pagasse uma professora para servir de bibliotecária. Em 22 de janeiro de 1956, a Folha de Caxias alertava para o fato de que nem a Associação Comercial fundava sua própria biblioteca, conforme havia prometido, a qual também seria de uso comunitário e nem a Prefeitura da cidade tomava a iniciativa. Em 16 de abril do mesmo ano, já se tornava

Imperdoável o desprezo que votam, a essas matérias, nosso governo, mormente quando existem no plano federal, instituições com a finalidade de difundir bibliotecas e livros.¹

Lynx estava certo de que bastaria um impulso inicial para que a Biblioteca pública se tornasse uma realidade. Entre 1951 e 1956, a Escola Regional de Meriti, cansada de esperar qualquer iniciativa por parte da Prefeitura, fundou ela mesma uma biblioteca com os 2.000 (dois mil) volumes que inicialmente iria doar. O problema é que apesar de aberta à comunidade e ter prédio próprio, poucas pessoas da comunidade freqüentavam a biblioteca, sendo esta mais utilizada pelos próprios alunos da escola. De qualquer forma, a direção da Escola e da Biblioteca, no caso, solicitavam em 20 de maio de 1956 através da Folha de Caxias, mais apoio financeiro por parte da Prefeitura, cuja colaboração à biblioteca se dava indiretamente, através do auxílio, já insuficiente, para a referida Escola Regional de Meriti e também mais apoio por parte do Instituto Nacional do Livro.

Em 20 de agosto de 1956, a Folha da Cidade, antiga Folha de Caxias, dizia que a Associação Comercial da cidade havia tomado a dianteira da campanha por uma biblioteca pública, mas nada de positivo havia sido feito até aquele momento. Cogitou-se, ainda a possibilidade de a Associação Comercial vetar o acesso aos livros pelo público em geral, ou seja, se isso ocorresse, se apenas os associados tivessem o direito de freqüentá-la, a precípua finalidade da Biblioteca pública teria caído por terra. Em 3 de setembro tudo parecia encaminhado para, finalmente a Associação Comercial fundar e

¹ LYNX. Problemas Caxienses – Bibliotecas. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, 16 abr. 1956, Ano III, n.106, p.03. (C.-4-5).

organizar uma biblioteca em sua sede, para os seus associados. Entretanto, a prefeitura deveria criar o cargo de bibliotecário público municipal, que não existia até então. Inclusive o Dr. Gastão Reis, contratado como tabelião, mas que já exercia o cargo de bibliotecário na Associação Comercial deveria pedir demissão de seu antigo cargo para ser contratado como bibliotecário.

No dia 22 de outubro de 1956, a Folha da Cidade lamentava que a mensagem do Prefeito municipal de Caxias, acompanhada de ante-projeto para criação da Biblioteca Pública, estivesse engavetada. E ao que tudo indica este não era um problema que dizia respeito unicamente à cidade de Caxias.

O Instituto Nacional do Livro fornecerá 800 volumes gratuitos, para todos os municípios que desejarem instalar uma Biblioteca Pública, bastando para isso que cada município firme um convênio com aquele Instituto. Tal declaração foi feita pelo Sr. Osório Nunes, presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios e da Comissão Organizadora do IV Congresso Nacional de Municípios, na Reunião Regional de Municípios de Ourinhos, em preparação àquêle conclave que se realizará no Rio de Janeiro em 1957.²

Bom, não parecia ser também à toa que Instituto Nacional do Livro fizesse tanto empenho em que os municípios criassem bibliotecas. Da mesma forma tal instituto que em 1951 propunha doar de início apenas 40 obras escolhidas, cinco anos depois já havia aumentado este número para 800 volumes.

Em 19 de novembro de 1956 e depois em 01 e 28 de janeiro de 1957, a Folha da Cidade publicou notas lembrando o problema da Biblioteca e cobrando que se desengavetasse a mensagem acompanhada do ante-projeto de deliberação que criava a Biblioteca Pública Municipal em Duque de Caxias. Desde fevereiro, pelo menos, a mensagem do Prefeito que criaria a Biblioteca Pública Municipal e autorizava o Poder Executivo a firmar convênio com o Instituto Nacional do Livro, se encontrava na Secretaria da Câmara Municipal, dormia ali “o sono da inocência” aguardando os pareceres das Comissões técnicas. (S/A, 18 mar. 1957, p.03). As pressões por parte da imprensa, vinham em pequenas notas, de teores sutis:

Apesar da falta em Caxias de uma Biblioteca Pública, esta cidade dispõe de uma completa biblioteca – a Euclides da Cunha – onde os amantes da boa leitura podem encontrar variada coleção de livros de todos os gêneros, desde o romance até à enciclopédia. Aprimore a sua cultura, lendo bons livros.³

² S/A. 800 livros gratuitos para formação das bibliotecas municipais. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, 22 out. 1956, Ano I, n.18, p.05.

³ S/A. Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, 31 mar. 1957, Ano I, n.40, p.04.

Finalmente a referida mensagem de que se falava foi desencavetada e enviada, juntamente com o ante-projeto, para ser discutida e votada, nos próximos dias, na Câmara Municipal. Tal notícia foi publicada em 07 de julho de 1957. No entanto, isto só ocorreu por que o Sr. Gastão Reis, procurado por representantes do jornal “Grupo”, resolveu ir à Prefeitura na tentativa de agilizar o processo. Após aprovado e sancionado o projeto, a Biblioteca Municipal ficaria localizada na Associação Comercial.

Segundo artigo publicado em 14 de julho de 1957, a campanha pela biblioteca, havia sido lançada pelo jornal Folha da Cidade há 2 (dois) anos, ou seja, em 1955. Ainda em julho de 1957, no dia 28, constava um artigo dizendo que seria impossível se instalar uma Biblioteca em sala cedida pela Associação Comercial. Constrangido, o Dr. Gastão Reis, bibliotecário da Associação Comercial foi encarregado de ir até o gabinete do prefeito Francisco Corrêa dar tal notícia. Segundo o bibliotecário, o Estatuto da Associação não permitia a instalação de uma biblioteca pública em suas dependências. Nessas condições a biblioteca deveria ser particular e não pública. Uma solução seria que a Prefeitura então alugasse uma sala existente no último andar da Associação Comercial para tal finalidade, se encarregando inclusive de providenciar as estantes necessárias para receber os livros que seriam doados pelo INL.

Após ter “dormido” por longo tempo na Prefeitura, a mensagem do prefeito, acompanhada do ante-projeto que criaria a biblioteca passou a “dormir” então na Câmara Municipal. Um dos vereadores que insistia para que se colocasse tal matéria em Pauta era o Sr. Edson Carpes. De qualquer forma, em 11 de agosto de 1957, o Dr. Raimundo Gonçalves Milagres, chefe do gabinete da Prefeitura adiantou que quem faria as despesas com a instalação da biblioteca seria a própria Prefeitura, já que não houve acordo com a Associação Comercial.

Não sabemos que interesses ocultos estão influenciando para evitar a criação de uma biblioteca pública em Caxias. Inicialmente foi na Prefeitura que a mensagem do sr. Prefeito, enviando à Câmara ante-projeto de deliberação criando a biblioteca, esteve longo tempo esquecida no fundo de uma gaveta.

Agora, seguindo a sua triste sina, a mensagem passou da gaveta do Gabinete do Prefeito para outra gaveta na Secretaria da Câmara.

Reuniões e mais reuniões (inclusive nesta semana) tem realizado a Câmara, sem que vá a Plenário o ante-projeto da biblioteca. O vereador Edson Carpes, em duas oportunidades, pediu a inclusão da matéria na pauta, para discussão e votação. Não foi, porém, atendido, sob a alegação de que faltavam os pareceres doutos e indispensáveis das comissões técnicas. Que fazem, pois, essas comissões

que não se pronunciavam? Que esperam para contribuir um pouco para o aprimoramento cultural do povo caxiense, pondo-lhe á disposição uma biblioteca?

Somos contrários aos pareceres verbais, porque, geralmente são dados sem um acurado estudo da matéria. No Legislativo caxiense, porém, tais pareceres são comuns, inclusive em matérias da maior relevância. Entretanto, a mensagem da biblioteca esquecida e humilhada, não merece, sequer, um parecer verbal favorável dos ilustres e dignos componentes das comissões técnicas da Câmara Municipal de Duque de Caxias.⁴

Em 22 de setembro de 1957, uma notícia no periódico *Folha da Cidade* adiantava que seria inaugurada, não a Biblioteca Pública de Duque de Caxias, mas a Biblioteca “Candido Rondon”, inaugurada até fins de outubro de 1957 no Centro de Estudos de História que levava o mesmo nome, pertencentes ambos ao Ginásio Municipal Expedicionário Aquino de Araújo. Interessante que tal biblioteca seria especializada em História e já contava com volumes doados pelo INL. Inclusive,

O general Cândido Rondon enviou ao Centro de Estudos de História do Ginásio Municipal, telegrama de agradecimento pela escolha do seu nome para patrono do Centro.

Também a professora Eloísa Alberto Torres enviou telegrama de agradecimento, pelo mesmo motivo, em nome do Serviço de Proteção aos Índios.⁵

Voltando à Biblioteca Pública, sai um artigo em janeiro de 1958 afirmando que enfim a Câmara Municipal de Caxias aprovou a deliberação que criava a biblioteca e autorizava o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Instituto Nacional do Livro. Restava apenas a sanção do Prefeito à lei e enfim, que a mesma fosse executada. (S/A, 05 jan. 1958, p.04). Por fim, o Prefeito, em artigo publicado na *Folha da Cidade* em 02 de fevereiro de 1958, jogava a responsabilidade quanto à criação da Biblioteca Pública nas mãos dos corretores de imóveis, visto que fazia-se necessário uma sala “ampla, arejada e confortável”; do contrário, mesmo após aprovação da mensagem da biblioteca pela Câmara, a mesma não sairia do papel.

⁴ S/A. Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, 08 set. 1957, Ano I, n.64, p.04.

⁵ Educação e Cultura – Biblioteca “Cândido Rondon”. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, 22 set. 1957, Ano II, n.66, p.02.

O sr. Prefeito, em palestra para a nossa reportagem, disse que o caso da Biblioteca Municipal depende, apenas, de um local, pois êle está disposto a mantê-la, desde que haja local.

Agora perguntamos nós: a quem cabe descobrir o local?

Os intelectuais de Caxias devem continuar lutando pela Biblioteca. Um lugar calmo, amplo, deve ser procurado, para que, o quanto antes, entre em funcionamento aquêle órgão recentemente criado por deliberação da Câmara e que é de capital importância para o desenvolvimento cultural do município.⁶

No dia 06 de abril de 1958 saía uma pequena nota dizendo: “E a Biblioteca? Sr. Francisco Corrêa – Condigno Prefeito de nossa Caxias, quando virá? Antes ou depois do viaduto?”⁷ Em 13 do mesmo mês e ano, reforça: “O Sr. Francisco Corrêa precisa cuidar com urgência de dois problemas de fácil solução: 1 – reforma da Escola José Vieira; 2 – criação e instalação da Biblioteca Municipal”⁸. Pelo visto, a biblioteca não era bem a prioridade do então Prefeito.

A Prefeitura deixou para o próximo prefeito a criação da Biblioteca.⁹

Em 24 de abril de 1960, quase três anos depois da última notícia, volta à baila o assunto, através de um artigo de José de Mello Dutra tratando da importância do livro para a educação. Em 03 de julho deste mesmo ano, é a vez do projeto engavetado voltar a ser assunto. Desta vez era uma comissão de estudantes, tendo à frente Alberto Jeremias de Andrade, então presidente da União Caxiense de Estudantes – UCE, que tomavam a iniciativa de desenvolver uma campanha em prol da construção da Biblioteca Pública Municipal.

Segundo disse o jovem presidente o líder dos estudantes na Câmara é o vereador Sandy Braga Coutinho que está lutando com tôdas as armas a fim de conseguir apresentar e fazer ser aprovado um projeto do deputado Benigno (...) ¹⁰

⁶ S/A. Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, 23 fev. 1958, Ano II, n.87, p.05.

⁷ S/A. Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, 06 abr. 1958, Ano II, n.93, p.02.

⁸ S/A. Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, 13 abr. 1958, Ano II, n.94, p.03.

⁹ S/A. Educação e Cultura. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, 18 mai. 1958, Ano II, n.99, p.05.

¹⁰ Estudantes querem a Biblioteca. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, 03 jul. 1960, Ano IV, n.204.

Projeto este que, segundo o vereador Sabino Andrade Ribeiro estava engavetado, em forma de lei, desde os tempos do prefeito Francisco Corrêa. Mais um artigo a respeito da importância dos livros, bem como da necessidade de uma Biblioteca Pública em Caxias, além do apoio à iniciativa dos estudantes, foi publicado pelo articulista José de Mello Dutra em 17 de julho de 1960. Dia 24 de julho este mesmo autor, indiretamente fazia menção à biblioteca, chamando a atenção dos eleitores na hora de escolher em quem votar, visto estar se aproximando uma nova eleição. E mais um artigo tratando indiretamente da biblioteca pelo mesmo autor no dia 31 de julho de 1960.

Afinal, foi ou não foi criada uma Biblioteca Pública para a cidade de Caxias? Quando isto se deu? Através de que incentivos? Funciona ainda hoje? Como se chama? Onde está localizada? É bem freqüentada em termos quantitativos? Qual o perfil de seu público? Desenvolveu ou desenvolve projetos de incentivo à leitura? Quais? Quem foram seus principais beneméritos? A quem interessava ou a quem não interessava a criação de uma Biblioteca Pública? Por que? São questões que para serem respondidas merecem ainda uma pesquisa mais aprofundada.

Uma Biblioteca Pública para Caxias (Parte I). *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano I, n.22, p.01, 31 jan. 1954. (C.1-2).

UMA BIBLIOTECA PÚBLICA PARA CAXIAS

Interessante iniciativa de sociedades conjugadas na iniciação de fazer o bem.

Um templo de saber para os sábios, fonte de preparação para a juventude e repositório da inteligência.

Oportuna INDICAÇÃO do vereador Wilson Bastos Ruy.

Na reunião da Câmara Municipal a que estivemos presentes, no dia 25 do corrente, o Sr. Vereador Wilson Bastos Ruy apresentou uma oportuna e feliz indicação, sugerindo ao Chefe do Executivo Municipal a concessão de Cr\$50.000,00 da Associação Comercial da cidade para ajudar a instalar e manter, uma biblioteca pública, nos moldes d'ão que vemos nas grandes e modernas cidades. O que significa para nosso povo a feliz iniciativa dí-lo com a própria justificativa anexada à INDICAÇÃO, cuja publicação damos abaixo.

INDICAÇÃO Nº

Uma biblioteca pública é parte integrante e indispensável da vida moderna e maximé se tal cidade tem a importancia de uma mas, cuja população já excede dos cem mil habitantes.

Considerando que a Associação Comercial de Duque de Caxias dispõe-se a tomar a si o encargo da formação e manutenção de uma biblioteca pública, administrando-a nos moldes modernos e com pessoal capacitado para tal mister, SUGIRO que, ouvido o Exmo. Sr. Chefe do Executivo Municipal, sejam destinados Cr\$ 50.000,00 para ajuda da formação e funcionamento dessa biblioteca, manancial onde a geração coêva e as porvindouras saciarão a sede de saber, bendizendo os que não descuraram o dever de clarear com luz pura, a estrada difícil do progresso.

JUSTIFICAÇÃO

Não fora a função eminentemente social das bibliotecas e elas não passariam de luxo privativo das pessoas dotadas de grandes recursos, pouco afeitas à leitura e à meditação.

Hoje o estudo já não é mais privilégio dos endinheirados. Não esta longe o dia em que será fenômeno encontrar-mos nas mãos dos operários, obras de Machado de Assis, de Eça de Queiroz ou de Shakspeare. Se é verdade que a cultura tende a se popularizar, não é menos certo que os bons livros vão, aos poucos, ficando inacessíveis às bolsas humildes, resultando impraticável a consulta aos grandes mestres. Aqui é que entra em cena o valor de uma biblioteca bem dotada e bem cuidada. A medida que ela se enriquece, resolve prontamente as aflições do estudante consolente ou do cidadão que a ela se dirige em busca de luz. Não há cidade civilizada e adeantada que se não envergonhe de não possuir uma biblioteca. Porque não ter no ápice de sua mais alta penha, um farol como êsse, é como que rastejar na...

(Conclui na Segunda pág.)

UMA BIBLIOTECA... (C.3-4)

...poeira mais abjeta sem direito a encarar o sol! Nas cidades cultas a biblioteca é ponto de referência, é pouso dos sábios e fonte de peregrinação da juventude.

Nas bibliotecas as gerações estacionam e só prosseguem depois de se haverem prosternado no santuário onde refulgem imperecíveis os luminares da inteligência.

Duque de Caxias ainda não conta no rol das suas grandesas, êsse templo de saber, porém vive o momento exato de erigi-lo e de fazê-lo consuetâneo com a sua pujança e magnitude.

Eis que, para mister tão carinhoso e delicado, compromete-se a Associação Comercial a construí-lo e conservá-lo sem maiores ônus do que um pequeno auxílio da Municipalidade, mas com a mesma destinação, com a mesma finalidade, como se fora obra da Prefeitura.

É, pois, uma oferta que deve merecer o beneplácito de todo o povo caxiense, mormente dos seus homens públicos, a quem estão entregues as esperanças da coletividade para êsse e outros grandes benefícios.

Eis por que entrego à discricção do Exmo. Sr. Chefe do Executivo Municipal uma indicação como esta, certo de que o acolhimento será o melhor, tão grande como tem demonstrado ser o elevado e espírito público de S. Exa. À frente da Prefeitura Municipal.

Mas, antes de tudo, espero contar com o apóio dos meus pares, rogando a todos que se associem a essa grande obra que, concretizada, será uma glória a aureolar a todos quantos a propiciaram.

Sala da Sessão, em 25 de Janeiro de 1954.

Uma Biblioteca para Caxias. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.60, p.01, 29 mai. 1955. (C.4).

UMA BIBLIOTECA PARA CAXIAS

Sôbre a ideia lançada por FOLHA DE CAXIAS para a fundação de uma biblioteca para Caxias, temos a declarar o Seguinte:

1º Procurado por nós, o prefeito Francisco Corrêa mostrou-se interessado pela sugestão. Prontificou-se a determinar a construção das prateleiras bem como a manter uma biblioteca por conta da Prefeitura.

2º Quanto ao apelo feito à Associação Comercial para a cessão de uma das suas salas, onde a biblioteca será instalada, a sua diretoria deliberou, em reunião recente, não cedê-la, pois a biblioteca está nos planos da diretoria e no próprio regimento interno da Associação Comercial.

LYNX. Quase sòmente crianças freqüentam a única biblioteca pública de Duque de Caxias. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.111, p.05, 20 mai. 1956. (C.3-4-5-6).

QUASE SÒMENTE CRIANÇAS FREQUËNTAM A ÚNICA BIBLIOTECA PÚBLICA DE DUQUE DE CAXIAS

E assim a maioria é da própria Escola Regional de Meriti – Cerca de 2.200 volumes – Falta de interêsse das demais Escolas – Necessidade de maior apoio oficial

Causou alguma repercussão um pequeno comentário recentemente publicado, no qual aludimos à ausência entre nós de uma Biblioteca Municipal e à indiferença da Prefeitura em face de questão de interêsse tão vital ao nosso desenvolvimento cultural.

E ainda que nos tenhamos restringido a referir à falta de iniciativa oficial nesse particular, cometemos imperdoável injustiça deixando de sobressaltar o patriótico e idealista trabalho da emérita professora D. Armanda Álvaro Alberto à frente da “Biblioteca Euclides da Cunha”, instituição da “Fundação Álvaro Alberto” — mantenedora também da “Escola Regional Meriti”, tradicional estabelecimento de ensino local. Esta reportagem é a nossa penitência.

Não encontramos a diretora da Escola, D. Armanda. Todavia a subdiretora D. Marta Inês Rossi e a bibliotecária, profa. Ely José Donato — incansável em nos informar com expontânea e visível satisfação — ambas prestigiaram-nos com sua melhor acolhida. Nosso público agradecimento a cada uma.

A BIBLIOTECA

A Biblioteca ocupa prédio próprio, junto à Escola Regional, na rua Belisário Pena. E’ franqueada ao público, funcionando no horário de 8 às 12 horas e aos sábados das 13 às 18 horas. Mantém empréstimos para leitura particular. Dispõe de cerca de 2.200 volumes os mais diversos e variados assuntos: literatura infanto-juvenil e geral; livros didáticos de todos os cursos e séries; cultura em geral — vimos obras de sociologia, psicologia, filosofia, pedagogia, cartografia etc. Enciclopédias, “Tesouro da Juventude”, “Webster” internacional, compêndios “Lrousse” ilustrados.

FREQUÊNCIA

— “Infelizmente, apesar da freqüência ser animadora, verificamos que a afluência maior é de alunos do próprio estabelecimento”, disse-nos a bibliotecária. — “Temos enviado convites constantes às demais Escolas para que tragam seus alunos a fim de visitar a Biblioteca, porém, bem poucas o fazem”.

Dessa forma a frequência maior é de crianças. Os adultos tomam apenas 20% do movimento geral.

MAIOR APOIO OFICIAL

A Biblioteca ressen-te-se de maior apoio oficial, pois, o único auxílio que recebe a Fundação da Prefeitura é indireto — destina-se à Escola e mesmo para esta é insuficiente.

— “Mesmo com o Instituto Nacional do Livro não temos sido felizes” — disseram-nos. “No entanto, dados os esforços que vimos desenvolvendo, cremos em breve estejamos recebendo livros doados por aquela Instituição”. Grande parte dos volumes são ofertas particulares.

APÊLO

— “Nós sempre temos procurado a Biblioteca” — concluiu a bibliotecária. “Apelamos portanto, aproveitando a oportunidade que a FOLHA DE CAXIAS nos oferece, para as srs. Diretoras e Professôras das Escolas, aos estudantes em geral, enfim a todo o povo caxiense a fim de que nos animem com sua presença freqüente. Que façam da Biblioteca seu ponto de reunião, onde possam conversar e trocar idéias sôbre temas de cultura”.

LYNX

Indispensável uma Biblioteca para Caxias. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.70, p.01, 07 ago. 1955. (C.3-4-5).

INDISPENSÁVEL UMA BIBLIOTECA PARA CAXIAS

Que seja alugada uma sala ampla no centro da cidade, para êsse fim – População tão grande não póde permanecer sem êsse importante veículo de cultura –
Apelo ao Prefeito

Temos insistido em muitas ocasiões na grande necessidade de uma biblioteca pública para Duque de Caxias. Não se compreende, com efeito, que uma cidade que atingiu o índice de progresso, como esta, permaneça sem êsse importante veículo de cultura. Caxias já tem muitos dos seus filhos freqüentando Faculdades na Capital da República; tem uma população estudantil de mais de dez mil crianças, as quais permanecem, via de regra, completamente divorciadas da literatura e da arte. Amanhã, quando Caxias for a maior cidade do Estado, como tudo faz crer o será, que elite intelectual existirá para guiá-la nos seus gloriosos destinos?

UMA SALA

Para a Prefeitura o problema de uma biblioteca é dos mais insignificantes. Uma sala, com um aluguel de uns Cr\$ 2.000,00 mensais; uma professora para servir como bibliotecária e nada mais. Os livros nós arranjaremos, o povo arranjará. E’ só uma questão de boa vontade do Prefeito. E isto nós sabemos que êle tem. Basta que se comece.

Uma biblioteca pouco custará aos cofres da Municipalidade. Não serão dois mil cruzeiros que irão debilitar as finanças da Prefeitura. O povo pede, porque deseja e exige porque tem o direito nessa indispensável e urgente realização.

Tópicos – A Biblioteca. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.94, p.03, 22 jan. 1956. (C.1).

TÓPICOS – A BIBLIOTECA

Uma instituição de grande utilidade popular e mesmo para consulta dos Poderes Municipais é uma Biblioteca Pública. O Prefeito Francisco Corrêa cogitou em seus planos administrativos da construção de uma Biblioteca em Caxias e sabemos que S. Excia. Está ainda disposto a cumprir o seu propósito. Entretanto, também a Associação Comercial de Duque de Caxias interessou-se pelo assunto e prometeu organizar uma Biblioteca Pública em nossa cidade, para utilidade de tôda a população e, de um modo especial, das escolas e diversos estabelecimentos de ensino da cidade.

Vemos porém que a Associação Comercial não mais se pronuncia a respeito. Não é possível aos Poderes Públicos arear com tôda a responsabilidade de todos os empreendimentos municipais. A iniciativa particular deve colaborar com o Poder Público, principalmente nestas questões mais subordinadas a uma instituição privada do que propriamente ao governo do município, pois, êste, tem um campo mais amplo e mais vasto de problemas e de empreendimentos a resolver.

A Associação Comercial prestaria um magnífico serviço à população caxiense se pusesse em prática a sua idéia. Além de o próprio povo necessitar de melhores e mais fáceis meios de instrução, é preciso que o órgão de classe dos comerciantes propicie aos filhos dos associados uma facilidade maior no contacto com as obras e os escritores consagrados pela sabedoria nacional.

LYNX. Problemas Caxienses – Bibliotecas. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.106, p.03, 16 abr. 1956. (C.4-5).

O índice de desenvolvimento intelectual de um povo aquilata-se pelas instituições de caráter cultural existentes em seu seio, tais como museus e academias artísticas, conservatórios, grêmios culturais diversos e bibliotecas.

Os primeiros circunscrevem-se quase sempre aos grandes centros, onde há maior concentração de artistas, críticos e **conneisseurs**, salvo quando motivos de ordem histórica transformam pequenas cidades em meca cultural-artística, por terem servido de bêrço a artistas famosos ou deles guardem trabalhos de arte, como ocorre com algumas cidades mineiras que se enriqueceram com valiosas esculturas do Aleijadinho.

Em núcleos menores e mais novos, onde nos situamos, o desenvolvimento cultural e o gosto pelas artes começa nas escolas, geralmente a partir do ginásio. Daí surgem os grêmios escolares, mais pròpriamente “grêmios estudantis” já que nem sempre são fomentados pelas escolas, mas criados pelo idealismo dos alunos.

Esses grêmios têm importância excepcional na formação intelectual dos moços, que evolui para o progresso cultural do meio. São mesmo as células formadoras da cultura de um povo.

E as Bibliotecas, as matrizes que a fecundam e desenvolvem, criando geralmente o primeiro contacto do indivíduo com o livro, constituindo-se ainda o repositório natural da História, crônica viva da formação da comunidade em todas as suas manifestações. Enfim, o próprio santuário onde se cultua a inteligência e o valor dos maiores expoentes sobressaídos dentre essa comunidade.

Daí se conclui que uma biblioteca, entre nós é fundamental.

Se manifestamos orgulho pelo nosso extraordinário progresso material, mais engrandecidos ficaremos com o aprimoramento do nosso espírito.

As bibliotecas mais nos são necessárias porque, como instrumentos educacionais da mais alta importância, é o ponto de partida da formação intelectual do povo. Escolas e bibliotecas se completam em suas funções.

Essa importância mais se acentua levando-se em conta o inconcebível encarecimento dos livros, impedindo ou restringindo sua aquisição pelo povo.

Já se torna imperdoável o desprezo que votam, a essas matérias, nosso govêrno, Mormente quando existem no plano federal, instituições com a finalidade de difundir bibliotecas e livros.

Estou cada vez mais certo que tudo depende, para sua formação, de um impulso inicial apenas.

Basta que tomem uma sala qualquer, nela coloquem meia dúzia de livros e uma placa fora: “Biblioteca”. O resto virá depois.

Fazer apologia do livro é plenamente dispensável, já que são óbvios sua influência e seus efeitos.

Mas não queria deixar de ressaltar, visando reforçar a importância do problema, o poder extraordinário dos mesmos em insinuar o hábito proveitoso da leitura.

Grande parte dos leitores “inveterados” que todos nós somos começou “acidentalmente” por um livro policial, outros ainda em criança por uma história infantil, as mocinhas por um melífluo e cor-de-rosa romance de amor. E’ tal qual um entorpecente: as doses iniciais, mesmo pequenas, não tardam a viciar. Gosta-se do primeiro e passa-se à coleção; daí por diante lê-se o que cai às mãos. E não é raro situarem-se casos de quem, tendo começado pela literatura mais elementar, em pouco “devora” os mais massantes clássicos.

Pelo imenso poder de atração que exerce sôbre os estudantes e estudiosos, a Biblioteca de Caxias é uma necessidade premente e que urge.

Peço licença para finalizar com os lapidares versos de Castro Alves:

“Oh, bendito o que semeia
Livros... Livros à mão cheia
E manda o povo pensar.
O livro, caindo nalma,
E’ germe — que faz a palma,
E’ chuva — que faz amar!”

LINX

A Biblioteca. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.8, p.03, 20 ago. 1956. (C.1).

A BIBLIOTECA

A cidade de Duque de Caxias está na situação do filho que quer um brinquedo — na sua opinião de extrema necessidade — mas que aguarda uma oportunidade para solicitá-lo ao pai. E eis que, surge o tão inesperado dia, e o garoto, prende-se em temores e precauções. Assim é o caso da tão pedida e necessitada biblioteca, que a cidade não possui e de que tanto precisa. Movimentos houve e muitas promessas também. Mas até agora, nada há de positivo que os caxienses pudessem exibir no aniersário da cidade. Apenas promessas e palavras, e não letras e livros.

A própria FOLHA DA CIDADE já propôs a colaborar nessa campanha. Contudo, a Associação Comercial da Cidade tomou a dianteira, e ela mesma declarou que isto ficaria a seu cargo. E até hoje nada de positivo. Ficou apenas na promessa, se bem que se o acesso aos livros fosse vedado ao público em geral e só os associados a êles tivessem direito, a precípua finalidade estaria derrubada por terra e tudo voltaria a dantes. Estaríamos, novamente, na estaca zero.

Urge, portanto, que a Prefeitura, a Associação Comercial de Duque de Caxias e todos os homens de bem, instalem a biblioteca, pois pelo contrário pouco adiantarão as tais academias de letras, grêmios literários e etc. E' ter a caixa d'água, sem o precioso liquido.

800 livros gratuitos para formação das bibliotecas municipais. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.18, p.05, 22 out. 1956.

800 LIVROS GRATUITOS PARA FORMAÇÃO DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

Basta firmar um convênio com o Instituto Nacional do Livro, que fornecerá os volumes – Trancado na gaveta a mensagem sobre a Biblioteca

O Instituto Nacional do Livro fornecerá 800 volumes gratuitos, para todos os municípios que desejarem instalar uma Biblioteca Pública, bastando para isso que cada município firme um convênio com aquele Instituto. Tal declaração foi feita pelo sr. Osório Nunes, presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de municípios e da Comissão Organizadora do IV Congresso Nacional de Municípios, na Reunião Regional de Municípios de Ourinhos, em preparação àquêle conclave que se realizará no Rio de Janeiro em 1957.

O sr. Osório Nunes chamou a atenção dos prefeitos e vereadores presentes à reunião para êste ponto, dizendo que os prefeitos interessados poderão, no Congresso, habilitar-se a firmar os convênios relativos à instalação de bibliotecas em seus municípios.

Como se sabe, está em andamento neste município um projeto de instalação de uma Biblioteca Pública Municipal. Chegou pois a oportunidade de obter os primeiros volumes para a biblioteca.

O que é lamentável, porém é que a mensagem do sr. Prefeito, acompanhada de ante-projeto, criando a Biblioteca Pública Municipal, esteja “dormindo” em uma das gavetas da Prefeitura.

Ainda na Gaveta a Mensagem da Biblioteca. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.21, p.02, 19 nov. 1956. (C.2).

AINDA NA GAVETA A MENSAGEM DA BIBLIOTECA

Nenhuma providência do Prefeito, para que a mensagem seja enviada à Câmara

Apesar dos constantes apelos que temos formulado através de nossas colunas, a mensagem do Prefeito Municipal, acompanhada de ante-projeto de deliberação que cria a Biblioteca Pública Municipal, continua engavetada na Prefeitura.

O Prefeito Francisco Corrêa, diante das ponderações que fizemos sobre a necessidade da criação de uma Biblioteca Pública em Caxias e de acordo com proposta da Associação Comercial, resolveu redigir ante-projeto criando a Biblioteca e enviá-lo, com mensagem, à Câmara. Porém, um dos seus auxiliares diretos, engavetou a mensagem e o anteprojeto que dorme o “sono da inocência”, enquanto o povo espera. Voltamos, pois a insistir na necessidade de uma providência do Chefe do Executivo Municipal.

Ainda parada a mensagem que cria a Biblioteca Municipal. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.28, p.01, 1 jan. 1957.

AINDA PARADA A MENSAGEM QUE CRIA A BIBLIOTECA MUNICIPAL

(Foto)

Até quando a população caxiense ficará sem a sua biblioteca municipal? Não é de hoje que vimos reclamando, dos poderes municipais, a adoção dessa importante medida para o futuro da nossa mocidade. A foto nos mostra algumas criancinhas na biblioteca Euclides da Cunha, da Escola Regional Meriti. Não sendo completa, aquela biblioteca recebe moços e crianças, até que o poder público resolva... a ser poder público.

BAPTISTA, Plinio. Cultura Desprezada. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.31, p.03, 28 jan. 1957.

CULTURA DESPREZADA

Duque de Caxias, como a grande maioria dos municípios do Brasil, carece de um incentivo oficial à cultura. Iniciativas particulares não faltam, o que demonstra um certo interesse popular pelo desenvolvimento cultural do município. De parte do governo municipal, porém, infelizmente, até a única providência da Administração em prol da cultura, é prejudicada por elementos influentes da própria Administração. Referimo-nos à criação de uma

Biblioteca Municipal, projeto do sr. Prefeito, de grande alcance, que, lamentavelmente, está sendo prejudicado, pois, a mensagem do Chefe do Executivo à Câmara Municipal, enviando o ante-projeto da Biblioteca, dorme nas gavetas da Prefeitura.

A formação cultural de um povo, deve acompanhar o seu desenvolvimento material, o seu progresso econômico, demográfico, social e político. Aqui, não fôsse a iniciativa particular, Caxias estaria desprovido de qualquer obra que visasse à formação de uma sólida cultura da população. Os nossos próprios administradores se sentem incapazes de acompanhar o desenvolvimento astronômico do Município.

Dispomos de uma Biblioteca Pública, da Fundação Alvaro Alberto, na Escola Regional de Meriti. E' uma das esparsas — a mais antiga — obras culturais desta cidade. Não conta, porém, com o apoio do Govêrno do Município, mantendo-se, apenas, graças à Fundação e à boa vontade dos seus leitores que, infelizmente, são poucos, na sua maioria crianças. Afora isto, grupos de idealistas, aqui e ali, fundam grêmios, academias, centros literários e culturais, que, ou morrem no nascedouro ou permanecem incrivelmente seguros por um fio delgado do idealismo que ainda os mantêm. De parte da Administração Municipal, porém, a dura realidade é esta: iniciativas culturais não se vê. E' processo e desenvolvimento natural desta em relação à sua cultura. Esta não deveria ser colocada num plano tão inferior, pois, é pela cultura que se mede a fôrça, a importância do Município na conjuntura nacional.

Os mais atrasados lugarejos do interior, geralmente, dispõem de sua sociedade cultural, que mantém uma pequena biblioteca, geralmente uma escola, tudo prestigiado pelo govêrno local. Por que também não Duque de Caxias? Por que o Prefeito não toma uma providência para fazer com que a mensagem da Biblioteca tome o seu rumo normal? Em virtude dessas anomalias, dêsse irregular crescimento do município, sem obedecer a normas de formação administrativa, é que Caxias sofre desastrosas consequências nos diversos setores de sua vida social, política e econômica. Cultura é tudo isto e muito mais. E é principalmente formação. E os homens caxienses pecam pela falta de formação política e democrática.

Desengavetada a mensagem da biblioteca. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.55, p.01, 7 jul. 1957.

DESENGAVETADA A MENSAGEM DA BIBLIOTECA

Foi, finalmente, desengavetada, a mensagem do sr. Prefeito, enviando à Câmara Municipal ante-projeto de deliberação autorizando o Chefe do Executivo a firmar convênio com o Instituto Nacional do Livro e criando uma Biblioteca Pública.

O bibliotecário da Associação Comercial, Dr. Gastão Reis, procurando por representantes do jornal de cultura GRUPO, resolveu interessar-se pelo problema, indo à Prefeitura, de onde conseguiu desengavetar o projeto, que já foi enviado à Câmara onde deverá ser discutido e votado nos próximos dias.

NA ASSOCIAÇÃO

Como já noticiamos, aprovado o projeto e sancionado pelo Prefeito, deverá ser firmado um convênio com o Instituto Nacional do Livro, que doará os primeiros oitocentos volumes da Biblioteca. A Biblioteca Municipal ficará localizada no edifício da Associação Comercial.

(Foto: Dr. Gastão Reis)

Aceleraram-se as providências para a instalação da Biblioteca Pública Municipal. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.58, p.04, 28 jul. 1957.

ACELERAM-SE AS PROVIDÊNCIAS PARA A INSTALAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

Os estatutos da Associação Comercial não permitem a cessão de uma sala – Estudada outra solução – Convênio com INL

O bibliotecário da Associação Comercial, Dr. Gastão Reis, compareceu, na última quarta-feira, ao gabinete do prefeito Francisco Corrêa, a fim de comunicar-lhe a impossibilidade de ser instalada em sala cedida pela Associação Comercial de Duque de Caxias, a Biblioteca Pública Municipal, a ser criada. Constrangido, pois tinha grande interesse em que se chegasse a uma solução e Dr. Gastão Reis adiantou que o sr. Gilson Ferro, presidente daquela entidade, comunicara-lhe que o Estatuto da Associação Comercial não permitia a instalação de uma biblioteca pública em suas dependências. A biblioteca da Associação terá de ser particular.

OUTRA FÓRMULA

Apesar disso, o Dr. Gastão Reis, juntamente com a reportagem da FOLHA DA CIDADE, estudou com o Prefeito e com o Chefe de Gabinete, Dr. Raimundo Milagres, outra solução para o caso. Ficou, então, resolvido que a Prefeitura utilizará uma sala alugada, no último andar da Associação Comercial, onde antes funcionava a Inspetoria Municipal do Ensino.

Quanto às estantes para os livros, ficou inicialmente estabelecido que a própria carpintaria da Prefeitura as construirá.

CONVÊNIO

A Prefeitura deverá assinar, breve, um convênio com o Instituto Nacional do Livro, para o fornecimento anual de grandes partidas de livros.

Tão logo a obra esteja adiantada, FOLHA DA CIDADE lançará uma gigantesca campanha para doação de livros.

Ainda na Câmara a Mensagem da Biblioteca. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.60, p.01, 11 ago. 1957.

AINDA NA CÂMARA A MENSAGEM DA BIBLIOTECA

Depois de “dormir” numa das gavetas da Prefeitura, durante longo período, a mensagem do sr. Prefeito acompanhada de ante-projeto criando a Biblioteca Pública Municipal de Duque de Caxias, está agora “dormindo” na Câmara. Enviada há mais de um mês ao Legislativo caxiense, até agora a mensagem não foi a Plenário, pelo fato de as Comissões técnicas ainda não terem dado os seus pareceres.

O vereador Edson Carpes tem insistido no sentido de que a matéria entre em pauta, mas infrutiferamente.

PREFEITURA FARA' AS DESPESAS

Falando à nossa reportagem, o Dr. Raimundo Gonçalves Milagres, Chefe do Gabinete da Prefeitura, declarou que o prefeito está aguardando apenas a aprovação do ante-projeto pela Câmara, para sancionar a deliberação e firmar convênio com o Instituto Nacional do Livro.

Adiantou o Dr. Milages que a Prefeitura fará tôdas as despêsas com a instalação da biblioteca, já que não foi possível o acôrdo com a Associação Comercial.

E a Biblioteca Sr. Prefeito? *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano II, n.84, p.02, 02 fev. 1958.

E A BIBLIOTECA SR. PREFEITO?

Aprovada pela Câmara a mensagem da biblioteca, não se sente até o momento a menor perspectiva de que realização tão importante esteja a caminho da sua concretização.

Alega o Prefeito ausência de local apropriado para a instalação condigna da futura biblioteca. Não há uma sala apropriada de frente, arejada, confortável. Por isso não temos biblioteca.

Diz o prefeito que está disposto a levar a idéia à frente, desde que apareça a sala. Portanto, aí fica um lembrete aos corretores: precisa-se de uma sala ampla, arejada e confortável. Tratar no Gabinete do Prefeito.

Estudantes querem a bibliotéca. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano IV, n.204, p.01, 3 jul. 1960.

ESTUDANTES QUEREM A BIBLIOTÉCA

Uma comissão da UCE fez palpitantes declarações à nossa reportagem –
Existe um projeto engavetado

Uma comissão de estudantes chefiadas pelo presidente da União Caxiense de Estudantes, jovem Alberto Jeremias de Andrade, fez à FOLHA DA CIDADE palpitantes declarações com relação à campanha que esperam desenvolver em prol da construção da Biblioteca Pública Municipal. Segundo disse o jovem presidente o líder dos estudantes na Câmara é o vereador Sandy Braga Coutinho que está lutando com todas as armas a fim de conseguir apresentar e fazer ser aprovado um projeto do deputado Benigno Fernan via, o vereador Sabino Andrade Ribeiro, declarou ao estudante Alberto Jeremias que existe uma lei engavetada na Prefeitura que criava ainda no tempo do prefeito Francisco Corrêa uma biblioteca na cidade.

Os estudantes já possuem uma boa dezena de livros e estão concitando a população a colaborar com mais livros usados ou não para a edificação deste templo de consultas e saber. A partir do próximo número estaremos fornecendo mais detalhes sobre a campanha encetada pelos estudantes em prol da construção da biblioteca pública de Duque de Caxias.

DUTRA, José de Mello. Uma Bibliotéca. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano IV, n.206, p.03, 17 jul. 1960.

UMA BIBLIOTÉCA

José de Mello Dutra

Há uns dois anos mais ou menos quando eu militava em outro jornal da cidade escrevi sôbre a necessidade de termos uma biblioteca acessível a todos.

Pugnador por um grau mais elevado de nossa educação, vejo na biblioteca o veículo indispensável para a expansão e o aprimoramento intelectual de nossa gente. Se naquela época lancei um apêlo aos senhores pais, professôres e demais homens de bens a cerrarem fileiras a fim de concretizarmos a realização da biblioteca, daqui, hoje reitero êsse apêlo, pois uma cidade como a nossa que figura entre as primeiras do Estado, em grandeza, não tem justificação pela carência de uma biblioteca, môrmente se levarmos em conta o já grande e sempre crescente número de intelectuais e amantes da cultura que vivem entre nós.

Tive oportunidade de saber que os estudantes desta terra farão um movimento impar para que seja instalada uma biblioteca pública na cidade; não poderia negar-lhes o aplauso que merecem por tão brilhante iniciativa como também não poderia negar-lhes o apôio que precisam. Vejo nesse idealismo estudantil o amadurecimento de sua cultura, de sua consciência coletiva, da compreensão dos problemas da comunidade, da sua vontade de saber, de progredir, de conquistar sabedoria para proporcionar a todos os benefícios do esclarecimento da educação.

O livro é um dos nossos grandes amigos. Portador de ensinamentos e conselhos êle nos indica com precisão tudo o que queremos aprender, mas o livro às vêzes não está ao alcance dos menos afortunados e êsses passam a vida sem se dliçarem com seu conteúdo e, como dizem, sem viver; a biblioteca pública sanará êsse mal, pois dará oportunidade a todos como realmente merecem.

Porisso, devemos estar com os estudantes nessa jornada pra tornarmos possível êsse bem à nossa gente. Vamos lutar e conquistar essa preciosidade que se chama biblioteca pública; ela virá extirpar muitos males pelo esclarecimento, muitas dúvidas pela parte que representa na ação educativa e será uma das maiores contribuições que daremos uns aos outros em busca do bem comum e também às gerações nossas sucessoras!...

Biblioteca Municipal. *O Municipal*, Duque de Caxias, Ano II, n.54, p.04, 25 ago. 1951. (C.1-6).

BIBLIOTECA MUNICIPAL

A Cidade de Caxias com seus 74.600 habitantes, já merece possuir uma BIBLIOTECA MUNICIPAL. Surge à primeira vista, na mente de cada um, ao se falar em biblioteca a pergunta: O que é necessário para fundar-se uma biblioteca? A resposta que daremos a seguir, é baseada e em parte rasncrita, da Revista Brasileira dos Municípios, publicada em janeiro de 1949.

O intituto Nacional do livro assegura a sua cooperação às Bibliotecas Públicas Municipais que nele fizerem o seu registo, no seguinte sentido: a) inta(..) a biblioteca, embora provisoriamente em sala adaptada, ou dependência de Edifício Público, essa diretoria remeterá quarenta obras escolhidas, conforme as necessidades culturais da comum, para a formação do acervo inicial; b) mensalmente a biblioteca terá direito a receber em doação, quinze volumes durante o primeiro ano, e oito volumes do segundo ano em diante, incluindo as últimas novidades das edições do país; c) compromete-se igualmente o intituto a prestar assistência técnica permanente, orientando os bibliotecários, ou encarregados do serviço. nos trabalhos de organização, mediante distribuição de folhetos e resposta direta a qualquer consulta.

O intitduto Nacional do Livro, para prestar o auxilio acima exige ainda o seguinte: a) comunicação oficial do Prefeito à sua diretoria, da fundação e instalação da biblioteca; por instalação, nesse caso, entende-se um mínimo de mobiliário, mesas e cadeiras para consulentes, algumas estantes, dispostas em salas especiais, além de um livro inventário para registro das obras; tendo em mira o Intituto principalmente a organização de bibliotecas populres, recomenda-se, como condição essencial, o livre acesso às estantes; b) comunicação a sua diretoria do texto da Deliberação criando a Biblioteca Pública Municipal; c) designação de um ou mais funcionários, como encarregados do serviço da biblioteca; d) compromisso da parte da Prefeitura de promover a consignação em orçamento de uma verba, modesta embora, especialmente destinada às despesas com a manutenção da biblioteca; e) organização de um conselho de amigos da biblioteca, composto de cinco membros, escolhidos pelo Prefeito entre os munipices de boa vontade, aos quais será cometidaa tarefa de angariar donativos para a manutenção da biblioteca municipal, promovendo reuniões, festivais, horas de arte, conferências, etc. : de promover por todos os meios a publicidade da intuição; de apresentar sugestões quanto às necessidades da biblioteca; f) compromisso da parte da Prefeitura no sentido de aceitar a orientação técnica do Instituto Nacional do Livro e, bem assim, o contrôle por parte dos assistentes regionais incumbidos da inspeção das bibliotecas registradas no que respeita ao bom aproveitamento do auxilio fornecido pelo instituto.

O Intituto Nacional do Livro fica situado no edifício da Biblioteca Nacional, 3] andar, Rio de Janeiro.

São estas as exigências necessárias para que tenhamos uma biblioteca com assistência do Instituto Nacional do Livro.

A nossa biblioteca, uma vez organizada, constará com dois mil volumes doados pela ESCOLA REGIONAL de MERITI, a qual para efetivar a doação, exige sómente que a biblioteca a ser fundada tenha o nome de BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA.

Duque de Caxias, 15 de agosto de 1951.

Roberto Rodrigues [...]

Será fundada a Biblioteca Municipal. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.11, p.01, 03 set. 1956. (C.1-2-3-4).

SERÁ FUNDADA A BIBLIOTECA MUNICIPAL

Depois da fundação de grêmios culturais, parece que será solucionado o problema da ausência do livro, não naquelas agremiações culturais, como também em toda a cidade. Biblioteca em Caxias só há uma e mesmo assim fraca. Certificada disto, a Associação Comercial dispunha-se a fundar uma em sua sede, para os associados, o que não resolve o problema. Contudo, nem por isto, desmereceria os aplausos da cidade. E incumbiram o Gastão Reis de organizar a biblioteca da Associação Comercial, onde ele já exerce o cargo de bibliotecário. O ex-prefeito de Caxias avistou-se cordiatamente com o Diretor do Instituto Nacional do Livro, na Biblioteca Nacional, solicitando a colaboração deste departamento.

MENSAGEM COM ANTEPROJETO

O Dr. Gastão Gouveia Reis, foi informado, na ocasião, pelo Diretor que, para maior cooperação do I.N.L., deveria ser criada, em Duque de Caxias, a Biblioteca Pública Municipal. Com tal sugestão, o bibliotecário sem Biblioteca, procurou o Prefeito Francisco Corrêa, quando então entregou-lhe a documentação necessária, tendo o Chefe do Executivo Municipal demonstrado interesse, prometendo enviar à Câmara dos Vereadores uma mensagem, acompanhada de ante-projeto.

PEDIU DEMISSÃO

A fim de atualizar os leitores, nossa reportagem procurou o Dr. Gastão Reis, informando-se de que a Biblioteca Pública Municipal deverá ser instalada na Associação Comercial, que cederá a sala, que já possui para este fim. Todavia, e em consequência, surgiu um imprevisto: o Dr. Gastão Reis é tabelião, e assim sendo não poderá ocupar outro cargo público, no caso o de bibliotecário da Biblioteca Municipal, na qual terão acesso todos os sócios da Associação Comercial, que são povo também. Consequentemente pediu demissão. A Prefeitura terá, portanto, que criar o cargo de bibliotecário público municipal.

(Foto de Dr. Gastão Reis)

ANEXO VII

DATAS CÍVICAS

Aspectos das festividades do dia 7 de Setembro. *Correio de Iguassú*, Nova Iguassú, Ano I, n.27, p.01, 20 set. 1931.

ASPECTOS DAS FESTIVIDADES DO DIA 7 DE SETEMBRO

Revestiram-se de brilho excepcional as festas comemorativas de nossa independência em... **Jornal do Povo**, São João de Meriti e Duque de Caxias, Ano I, n.94, p.02, 14 set. 1947.

REVESTIRAM-SE DE BRILHO EXCEPCIONAL AS FESTAS COMEMORATIVAS DE NOSSA INDEPENDENCIA EM...

A cidade de São João de Meriti, domingo último, movimentou-se de modo extraordinário, saindo de seus hábitos pacatos, para comemorar a passagem do 125º aniversário de sua Independência.

E o fez de modo excepcional, afluindo a população às ruas para assistir a parada escolar em que tomaram parte vários colégios estaduais, municipais e particulares, todos corretamente uniformizados entre os quais destam os Educandário São João Batista de direção do professor Plácido Figueredo. Ginásio Republicano que tem como diretor o dr. J. Machado e Colégio das Freiras.

(Foto: Prof. Eleazar Rosa)

[...] banda de música, após percorrerem as ruas principais, estacionaram à Praça da Bandeira, defronte ao Coreto, ocupado pelo elemento oficial e pessoas gradas.

Já, então, tivera lugar a Missa Campal, em que oficiou o Frei Adjunto, havendo na mesma ocasião o hasteamento da Bandeira Nacional ao som do Hino Brasileiro, cujas últimas notas foram abafadas com estrondosa salva de palmas.

Os discursos proferidos pelo prefeito Anibal de Azevedo e dr. Cristovão Berbereia, lograram grande êxito, tal foi o estudo judicioso e patriótico que ambos fizeram em torno do memorável acontecimento.

Em seguida, o elemento oficial transferiu-se para o palanque levantado á rua da Matriz, de onde assistiu ao desfile dos colégios.

(Foto: Prefeito Anibal de Azevedo)

NA PAVUNA

O prefeito Anibal Azevedo, atendendo ao gentil convite que lhe fôra dirigido pela comissão dos festejos em Pavuna, para ali se dirigiu, acompanhado de vários amigos entre os quais se viam os srs. Carlos Fraga, Eliazar Rosa, drs. Theodomiro José Lima, Oscar Pimenta Soares, Cristovão Berbereia, Isaac Vernet, srs. Lisbino Napoleão, Sylvio Goulart e muitos outros, onde se destacavam vários grupos de senhoras e senhoritas.

Em lá chegando a comitiva foi convidada para o palanque oficial onde subiu, debaixo de palma e girandolas de foguetes.

Ouvido o Hino Nacional, ocupou o microfone o dr. Mauro Sá Mota, que discorreu longamente, em comentários doutrinários sobre [...]

Falaram ainda o aluno Eliezer da Silva, saudando a Bandeira, o diretor da Escola Amôr à Verdade, sr. Raul Fernandes da Silva, o dr. Cristovão Berbereia e a srta. Isnard de Matos.

NA PREFEITURA

Às quatro horas da tarde, perante grande número de pessoas, realizou-se a cerimônia da entronização da imagem de Cristo, no gabinete do prefeito, ocasião esta em que foram também inaugurados os retratos do presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra e do coronel Edmundo de Macedo Soares.

Fizeram-se ouvir aí, Frei Adjuto, estudando o Divino Mestre e louvando a iniciativa feliz dos doadores da Imagem do Deus do Universo. A senhorita Ieda Martins, o prefeito Anibal Azevedo e Eliazar Rosa, orador oficial que pronunciou um belo discurso, mostrando a finalidade daquela homenagem, justa e merecida, ao mesmo tempo que ressaltava o gesto do chefe do Executivo, presitiando as figuras expressivas dos detentores máximos do Brasil e do Estado.

Parada de Civismo. *Jornal do Povo*, São João de Meriti e Duque de Caxias, Ano I, n.94, p.02, 14 set. 1947.

PARADA DE CIVISMO

São João de Meriti viveu horas grandiosas quando foi da comemoração da data de nossa Independência.

Dentro da esfera iluminada em que se fundiu o esplendíssimo dia de domingo último, o povo sem distinção de classe, fervente de júbilo, estuando de entusiasmo cívico, na rememoração do acontecimento imperecível, veio para as ruas, e assistiu contrito, ovacionando os colegios locais que desfilavam garbosos e luzidios, indo ter ao coreto da Praça da Bandeira, onde se perfilaram marcialmente para ouvir o hino vibrante, que subia do verbo dos oradores, onde fomos encontrar falando em nome da Municipalidade, o dr. Cristovam Berbereia, que fez soar mais uma vez, na eloquência de sua voz a nota de alta e esplendorosa beleza.

Como um complemento do quadro magnífico, lá estava a figura sugestiva de simplicidade, que é o atual chefe do Executivo local, dr. Anibal Viriato de Azevedo.

O culto às grandes datas nacionais. **Jornal do Povo**, São João de Meriti e Duque de Caxias, Ano I, n.24, p.01, 1 fev. 1948.

O CULTO ÀS GRANDES DATAS NACIONAIS

Um povo só é grande, digno e respeitado quando o culto aos seus homens, às suas cores e as suas datas se faz sentir de maneira viva, continua e permanente.

E é no culto as datas máximas da nacionalidade, que se arrima e entrosa o sentimento de unidade pátria e de acendrado zelo aos princípios políticos que sistematizam o regime e norteiam os canones democráticos, que se fizeram as normas que nos tem regido desde os primórdios da era republicana.

Quando da febre totalitarista que eventou a carta outorgana em 1937, os zoilos, os que não podiam sentir o zumbido inquietante das grandes verdades, arrimadas aos verdolengos plinianos, amputaram as datas festivas brasileiras, das grandes datas nacionais, aquelas que correspondiam a realização exponencial da vontade popular, ou remarcavam acontecimentos vibrantes da nossa pátria.

Assim foi que as datas de 21 de Abril, 3 e 13 de Maio, 28 de Setembro e 12 de Outubro foram extirpadas, arrancadas da agenda dos feriados nacionais.

Era uma vergonha dizem — comemorarmos à abolição da escravatura — e para cada outra data, ou feriado golpeado de morte, outra esfarrapada desculpa [...] navia, apartas, era o [...], o terror pônico, que a cada comemoração desses dias, fosse o espírito do povo sendo despertado da letargia, que quase renunciava um estado de cômico patriótico e pudesse corrê-los dos postos que ardilosamente ocupavam.

Finalmente, um dia, se fez luz na grande noite trevosa em que mergulharamos numa apatia de “velhos indús” e as classes armadas e o povo fizeram cessar o regime de exceção em que vivíamos.

Daí a reconstitucionalização do país muito não demorou e a 18 de Setembro de 1946, era promulgada a Carta Constitucional que ora nos rege.

Voltara a imperar a Lei, em que o Direito figura acatada e digna [...] respeito, a Liberdade de nov [...] gira a “abrir sobre nos” as suas amplas asas.

Mas, embora, isso fosse [...] não se restaura em todo a sua plenitude as datas nacionais. O Brasil caminhava, mas ainda arrimava às muletas que [...]

CONSTANT, Ademar. Dia da Pátria. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.45, p.01, 22 ago. 1954. (C.4).

DIA DA PÁTRIA

Ademar Constant

Excepcionalmente este ano não passará em branco, em Caxias, o 7 de Setembro, Dia da Pátria, em que o Brasil comemorará o 132º aniversário da sua separação de Portugal. Graças ao espírito de civismo dos diretores do Ginásio Ana Maria Gomes, da rede nacional dos Educandários Gratuitos, iremos assistir naquela data a uma sessão cívico-cultural, em que, a convite daquela Casa de ensino, deverá pronunciar uma conferência o nosso colaborador, jornalista Ademar Constant, durante a qual fará uma exposição detalhada da história da nossa Independência.

Para a solenidade, que será realizada no dia 7, à noite, estão convidados todos os caxienses e em particular os homens de letras do Município.

O 7 de Setembro em Caxias. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.47, p.02, 19 set. 1954. (C.5).

O 7 DE SETEMBRO EM CAXIAS

Realizou-se no Ginásio Ana Maria Gomes, anexo ao Grupo Escolar D. de Caxias, no último dia 7, a anunciada conferência do nosso colaborador jornalista Admar Duarte Constant, em comemoração à data máxima da História do Brasil, em que nos separamos de Portugal com o grito vibrante de Pedro I às margens do Ipiranga: “Independência ou morte”.

O jornalista Ademar Constant iniciou sua palestra às 2 horas e 30 minutos, na presença do corpo discente e docente do ginásio Ana Maria Gomes e de vários convidados tendo feito uma dissertação de todos os fatos que de uma forma ou de outra influenciaram um pugilo de brasileiros e decretar a nossa emancipação. Depois da descrição puramente histórica, o jornalista Ademar Constant procedeu a uma análise fria do Brasil atual, dizendo que embora tivéssemos festejando 132 anos de vida livre, estamos por outro lado profundamente arraigados a grupos internacionais, que usando do seu poderio econômico pressionam todos os campos da nossa liberdade. Finalizando disse que só uma forma existe de conseguir uma legítima emancipação nacional: “é com instrução, instrução e instrução”. Com essas palavras o auditório prorrompeu-se em aplausos.

A apresentação do conferencista foi feita pelo professor Abelard Brayner, diretor do Departamento Cultural.

Na sessão cívica ouviu-se também um poema declamado pelo acadêmico Whith Abraão, tendo por fim usado da palavra o professor Américo Salgado que agradeceu a presença do auditório e do conferencista.

A próxima conferência será no dia 15 de novembro.

O “21 de Abril” em Caxias. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.56, p.02, 1 mai. 1955. (C.1-2).

O “21 DE ABRIL” EM CAXIAS

Brilhante Conferência no Ginásio Ana Maria Gomes, com a presença de Autoridades e Grande Auditório

Felizmente que, de uns tempos para cá, as datas magnas da nossa História não se passam, em Caxias, sem um registro do melhor quilate. Devemos êsse fato ao espírito cívico dos diretores e professores do Ginásio Ana Maria Gomes, que têm sabido honrar a sua nobre missão de educar a mocidade. Os fastos históricos da Pátria ali sempre encontraram uma ressonância carinhosa, cuja manifestação mais comum é a exaltação aos heróis de movimentos memoráveis, através de conferências e palestras, proferidas sempre por jornalistas, professores e estudiosos do assunto.

O “21 DE ABRIL”

A data de Tiradentes não transcorreu em vão, em Caxias. O Ginásio Ana Maria Gomes fez realizar uma grande solenidade cívica, durante a qual se ouviu uma brilhante palestra do jovem professor Geraldo Brito. O conferencista, possuidor de sólidos conhecimentos históricos, falou de improviso.

Fez um relato de todas as verdadeiras causas originárias da inconfidência Mineira, apontando como principais o pesado regime tributário imposto pela Corte aos mineradores das Minas Gerais; a queda da Bastilha em consequência da Revolução Francesa, movimento cuja profundidade fêz espalhar o rastilho da liberdade pelo mundo. Referiu-se aos companheiros de Tiradentes, Cláudio Manoel da Costa, Thomaz Antônio Gonzaga, Alvare Maciel e outros, cuja ligação direta com as universidades européias e com os mais audazes pregadores da Revolução Francesa, veio acelerar o ideal latente de certos setores da Nação, de conseguir no momento oportuno a libertação da Pátria oprimida. O Prof. Geraldo Brito deteve-se longamente na análise da personalidade de Tiradentes, apontando-o como a mais legítima expressão da nacionalidade. Afirmou que José Joaquim da Silva Xavier era um gênio e como tal pairava acima das contingências ambientes, dos choques e das paixões. Sobrepunha-se a tudo para ver mais alto.

HOMENAGEM

Logo após foi dedicada uma homenagem ao prefeito Francisco Corrêa, presente ao ato. Falou na ocasião o Prof. Américo Salgado, agradecendo a deferência do chefe do Executivo Municipal prestigiando a obra patriótica que se realiza no Ginásio Ana Maria Gomes, que mantém todo o curso ginásial e admissão gratuitamente, “sem nunca ter recebido nenhum auxílio da Prefeitura. Criticou severamente a administração do ex-prefeito Braulino Reis, dizendo que S. Exa. Não teve capacidade de compreender os reais objetivos daquele educandário, cuja finalidade primeira é a democratização do ensino municipal, estadual e nacional, através da Campanha Nacional do Educandários Gratuitos. Referiu que somente a Câmara Municipal passada fora capaz de raciocinar sobre o valor do ensino gratuito no Brasil, tendo o vereador Dermeval Lage de Barros, com o apoio do ex-vereador Waldir Medeiros, apresentado um projeto de lei, autorizando a cobrança de um selo de Cr\$ 0,20 em cada entrada de cinema para auxílio àquela instituição. E o ex-prefeito arrecadou o dinheiro e não concedeu o auxílio.

OUTROS ORADORES

Falaram a seguir os vereadores Dermeval Lage de Barros, presidente da Câmara; o suplente de deputado, Waldir Medeiros e vereador Eduardo Walsh. Por fim o Sr. Francisco Corrêa, prefeito do Município, agradeceu a homenagem que lhe tributavam, assegurando que não deixará de conceder a ajuda a que tem direito o Ginásio Ana Maria Gomes e que o seu governo está cuidando do ensino com a maior firmeza.

PESSOAS PRESENTES

Notavam-se à mesa as seguintes pessoas convidadas para a solenidade: prefeito Francisco Corrêa; Sr. Francisco Almeida Tôrres, Secretário de Finanças da Prefeitura; Sr. Dermeval Lage de Barros, presidente da Câmara; suplente de deputado, Waldir Medeiros; vereadores Eduardo Walsh e Otacílio Lacerda; jornalista Ruyter Poubel, diretor da FOLHA DE CAXIAS e Ademar Constant; professores do Ginásio; diretores: Américo Salgado e Aldenora Salgado e Sr. Jonas Couto, Chefe da Guarda Municipal.

A sessão encerrou-se com uma projeção cinematográfica, com a aparelhagem gentilmente cedida pelo Dr. Ely Combat, diretor do Ginásio Duque de Caxias.

Para Maior Brilhantismo do “25 em Agosto”. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano II, n.70, p.01, 07 ago. 1955. (C.4-5-6).

PARA MAIOR BRILHANTISMO DO “25 EM AGOSTO”

Sugestões às autoridades municipais – Desfile de uma unidade militar – Conferências e sessão solene na Câmara – Convites ao presidente da República e ao governador do Estado

Para maior brilhantismo das solenidades que se realizam anualmente por ocasião da data magna dêste município, o 25 de agosto, resolvemos fazer algumas sugestões as autoridades municipais, no sentido de instituírem novas e interessantes solenidades para a grandiosa comemoração.

O nosso intuito é fazer com que o aniversário de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, seja mais festejado em sua terra natal que em qualquer outra parte do Brasil.

DESFILE DE UMA UNIDADE MILITAR

O desfile de uma unidade militar do Distrito Federal como parte das festividades, seria uma inovação que daria um aspecto mais solene e mais grandioso às homenagens ao Patrono do Exército Brasileiro em sua cidade. Esta unidade do Exército poderia abrir ou encerrar o tradicional desfile dos colégios e educandários caxienses.

CONFERÊNCIAS E SESSÃO SOLENE NA CÂMARA

Importante é também fazer-se uma Sessão Solene na Câmara dos Vereadores em homenagem a Lima e Silva.

Propomos ainda que sejam convidados oradores de renome, (de preferência historiadores), para pronunciarem conferências sobre temas apropriados.

EXPOSIÇÃO DE PINTURA

Para incentivar a arte entre os caxienses, poder-se-ia realizar uma exposição de pintura, com quadros de autores caxienses.

ORQUESTRA SINFÔNICA BRASILEIRA

Interessante também seria a presença aqui em Caxias da Orquestra Sinfônica Brasileira, que poderia ser convidada a dar um espetáculo público nesta cidade, no dia 25 de Agosto.

JOGO DE FUTEBOL

As seleções de Caxias e de São João de Meriti, deverão enfrentar-se no Estádio Municipal de Duque de Caxias, no dia 28 do corrente mês. Propomos então que, associando-se às solenidades do 25 de Agosto, este prélio seja antecipado para esta data.

CONVITES AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E AO GOVERNADOR DO ESTADO

Sugerimos também que sejam convidados o Presidente da República, o Governador do Estado e outras autoridades federais e estaduais, para assim fazer com que Duque de Caxias seja reconhecida como verdadeira e grande cidade brasileira, berço do herói que lhe deu o nome, Luiz Alves de Lima e Silva.

A Imprensa escrita e falada também deve ser convidada, enviando a Comissão de Festas alguns de seus membros, para pessoalmente reafirmar nos jornais e estações de rádio a paternidade da cidade de Duque de Caxias a Luiz Alves de Lima e Silva.

Estamos certos de que assim poderemos comemorar condignamente a grande data para Duque de Caxias e para o Brasil.

Esplendor e Entusiasmo nas Comemorações do “25 de Agosto”. *Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano III, n.73, p.06, 28 ago. 1955. (C.1 a 6).

ESPLENDOR E ENTUSIASMO NAS COMEMORAÇÕES DO “25 DE AGOSTO”

Milhares de Estudantes em Desfile – Provas Acrobáticas dos Motociclistas da Polícia Especial do Rio – Altas Autoridades Estaduais e Federais Presentes – Sessão solene na Câmara – Almoço oferecido pela Prefeitura na Associação Comercial – Discurso do Prefeito, do Deputado Tenório Cavalcante e do Vereador Tito Rosa, em nome da Câmara – Várias inaugurações.

Foi esplêndida e grandiosamente comemorada a data do natalício de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, na sua cidade natal, esta nossa cidade que recebeu o nome do herói que dignificou o Brasil. Brilhantes solenidades marcaram a passagem da magna data do município.

MISSA SOLENE – INAUGURAÇÃO DE RUAS

Inaugurando as comemorações, foi celebrada, na Matriz de Santo Antonio nesta cidade, às nove horas, solene missa em ação de graças com a presença das autoridades do município e grande número de pessoas.

Às onze horas, foram inauguradas as novas ruas calçadas pela atual administração municipal.

SESSÃO SOLENE NA CÂMARA

Uma sessão solene foi realizada na Câmara Municipal, com a presença das autoridades municipais, deputado estadual Antonio Carlos Sá Rego, suplente de deputado estadual Waldir Medeiros, todos os vereadores, Sr. Mozart Gama, vice-prefeito municipal, dr. Homero Lara, assistente técnico da Prefeitura Municipal e outras altas personalidades.

A sessão foi presidida pelo Sr. Juiz de Direito da Comarca de Duque de Caxias, dr. Ary Pena Fontenelle, que usou da palavra, enaltecendo a figura do bravo soldado do Império, hoje patrono desta cidade onde nasceu, e falando sobre a data que se comemorava. Falaram também o vereador Edson Carpes, em nome da Câmara, o vereador Joaquim Tenório, o Sr. Prefeito Municipal Francisco Corrêa e o dr. Gstão Glicério de Gouvêa Reis, todos enaltecendo a figura de Lima e Silva.

Salientamos que, nessa sessão, foi louvada a colaboração recíproca entre os poderes Executivo e Legislativo do município, o que tem contribuído eficazmente para as grandes realizações do atual governo municipal.

INAUGURAÇÃO DO “STAND” DE TIRO

Foi inaugurado, no Jardim Gramacho, um “Stand” de tiro, considerado o mais bem montado do Brasil. Estiveram presentes o prefeito Municipal, que deu o tiro inaugural, acertando em cheio em uma garrafa de champanha e outras autoridades, além de grande número de pessoas.

INAUGURAÇÃO DAS ESCOLAS

Mais cinco escolas municipais recém-construídas foram inauguradas pelo Sr. Prefeito Francisco Corrêa, inclusive as duas escolas citadas na reportagem que esta folha publicou no último número sobre as realizações do atual prefeito.

VISITA ÀS NOVAS OBRAS DA PREFEITURA

Como parte das solenidades comemorativas do “25 de agosto”, foram visitadas as diversas novas obras da Prefeitura Municipal realizadas na atual administração.

ALMOÇO NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

A Prefeitura Municipal ofereceu um almoço às autoridades presentes, na Associação Comercial, estando presentes tôdas as autoridades do município, o vice-governador do Estado do Rio, sr. Roberto Silveira, o deputado federal Tenório Cavalcante, o tenente-coronel Benedito Maciel Monteiro, chefe do C.R. do Estado do Rio, major Álvaro Serra assistente do coronel Côrtes, e comandando a Polícia Especial do Distrito Federal os oficiais Raul Eduardo de Souza e Vitor Augusto Filho.

Falou neste almoço o prefeito Francisco Corrêa. Traçou em seu discurso diversas considerações sôbre o Duque de Caxias, dizendo a certa altura:

— “Mas, se vos falo dêsse patricio insigne, que de Norte a Sul do país, é lembrado com saudade, respeito e admiração, o faço possuído do mais justificado orgulho, porque, senhores, êsse radioso homem público, que sempre desfrutou e há de desfrutar sempre do reconhecimento unânime da Nação Brasileira, aqui viu, pela primeira vez na vida a luz do dia: é caxiense nato; legou-nos também essa justíssima ufania, de o termos como conterrâneo e podermos, por isso mesmo, sob a égide de tão vigorosa personalidade, alinhar-nos entre os Municípios brasileiros, com a maior organização de caráter, de patriotismo, de bravura, de espírito conciliador, de lutador emérito e sobretudo de pacificador que jamais possuiu a História-Pátria”.

Falou também o deputado Tenório Cavalcante, de cujo discurso destacamos o seguinte:

— “Rui Barbosa construiu José Bonifácio foi o Patriarca, Caxias o construtor da unidade política como nação civilizada. Como homem ético Caxias é um magnífico modelo; modelo que serve de padrão para as gerações porvindouras. Amou a pátria, defendeu a liberdade, pacificou a nação, defendeu povos, consolidou instituições, orientou o governo e glorificou o Exército”.

DESFILE ESCOLAR

Nove mil crianças das diversas escolas e colégios do município, desfilaram pelas principais ruas da cidade e diante do palanque oficial na Praça do Pacificador, sendo muito aplaudidas pela multidão que se comprimia, não só pela galhardia com que marchavam como também pela beleza de suas apresentações.

Após o desfile das escolas municipais, motocicletas da Polícia Especial do Distrito Federal realizaram demonstrações acrobáticas com os seus motocicletas, sob os aplausos da multidão.

As autoridades, inclusive o representante do governador do Estado estiveram presentes.

Desfilaram as seguintes escolas e colégios:

Francisco Corrêa – Alberto Torres – Coronel Eliséu – Dr. Gastão Reis – Joaquim da Silva Peçanha – Visconde de Gericinó – Dr. Manhães – Centenário – Regina Sampaio – Barão do Rio Branco – Tiradentes – São João Batista – Barão do Pilar – Darcy Vargas – Marechal Floriano Peixoto – Vila Leopoldina 5 – Dr. Getúlio de Moura – Honório José Peixoto – Monteiro Lobato – Educandário Tenório Cavalcate – Tiago Apóstolo – Escola Lacer – Soc. Beneficente 7 de Setembro – Ext. Santo Antonio – Grupo Escolar Duque de Caxias – Regional Meriti.

ESCOLAS PARTICULARES

Exp. Aquino de Araujo nº 1 – Santa Helena – Ext. Casemiro de Abreu – Inst. S. José – Ed. Cruzeiro do Sul – Esporte Clube Gramacho – Inst. Santo André – Inst. Rui Barbosa – Assembléia de Deus – Dr. Julio Fleischman – Ext. Maria Tereza – Centro Brasileiro de Ensino S. Luiz – Ginásio Fluminense – Ginásio Duque de Caxias – Primavera e Colégio Santo Antonio.

NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio, não ficou alheia às comemorações, que, em toda parte, se fez ao Duque de Caxias. Assim diversos oradores falaram, em nome dos vários partidos, inclusive um dos representantes desta cidade o deputado Antonio Carlos Sá Rego, da U.D.N.. Falaram também o deputado Dayl de Almeida em nome do P.D.C., o deputado Vasconcelos Torres do P.S.D. e o deputado José Bernardo do P.T.B..

FESTAS COMPLEMENTARES

Com um auditório repleto no Cine Caxias, o ator Odolfo Mayer representou a peça de Pedro Bloch, mundialmente famosa, “As Mãos de Eurídice”, tendo sido homenageado na ocasião a sra. Lurdes Mayer, pela Agremiação Esportiva Aliança, promotora do espetáculo.

O Sindicato da Construção Civil de Duque de Caxias, deu posse à sua nova diretoria recém-eleita.

A Agremiação Esportiva Aliança organizou grandioso baile em comemoração à grande data, tendo sido nesta ocasião coroada a sua Rainha. Contou esta festa com a presença do vice-governador do Estado sr. Roberto Silveira.

O 7 de Setembro. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano I, n.13, p.03, 17 set. 1956. (C.1).

O 7 DE SETEMBRO

Foi solenemente comemorado o Dia da Pátria em Saracuruna. Vários colégios se fizeram representar no desfile organizado em comemoração à data da Independência do Brasil, dentre os quais ressaltamos o Educandário Santo André, que, disciplinar e garbosamente formaram entre os outros educandários, os quais também se apresentaram orgulhosos e garbosos, para comemorar o aniversário de nossa emancipação política. Parabens, pois, aos professores que organizaram o brilhante desfile.

Beleza e Civismo na Festa Estudantil. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.156, p.02, 19 jul. 1959.

BELEZA E CIVISMO NA FESTA ESTUDANTIL

O que foi a festa de encerramento do 1º Torneio Intelectual Estudantil – Presente o Prefeito Municipal – Notas

Constituiu-se numa festa de rara beleza e civismo a solenidade realizada no auditório da Rádio Difusora, no último domingo, por ocasião do encerramento do Primeiro Torneio Intelectual Estudantil, curso primário. Com as bandeiras das escolas participantes, empunhadas pelos seus respectivos alunos, garbosamente uniformizados, no fundo do palco, dando um ornamento ímpar à mesa diretora da solenidade, foi dado início à festa, com o Hino Nacional, entoado pelo coral dos alunos das escolas que participaram do Torneio, sob a regência do maestro Elísio Peçanha. Ainda se ouviu o Hino a Bandeira. Em seguida, convidado pelo idealizador do evento, o jovem Genival Rodrigues, o prefeito Municipal, sr. Adolfo David, assumiu a presidência dos trabalhos, convidando-se em seguida, as outras autoridades presentes para a formação da mesa diretora. Saudando os presentes, Genival Rodrigues reportou-se sobre o desenrolar do Torneio, mostrando a grande razão do sucesso do mesmo: a união e fraternidade mostrada pelos oito educandários disputantes, que colocaram acima dos resultados comuns, que um torneio forçosamente apresenta, o espírito altruístico da confraternização, provado ali, naquele momento, quando, cerca de quinhentas crianças, e dezenas de professores, diretores e autoridades se reuniam num congregar admirável.

Em seguida, o Secretário do Governo Municipal, sr. Milton Dias Pio, convidou os alunos que participaram do Torneio, em nome dos seus educandários, para receberem as lembranças ofertadas pela Casa Machado, patrocinadora do Torneio e da Papelaria Universo, outra incentivadora da feliz iniciativa.

Logo depois, sob aplausos da grande assistência que suportava o auditório da Rádio Difusora, foi entregue pelo Prefeito ao Diretor do Instituto Independência, o troféu “CASA MACHADO” instituído para ser entregue ao 1º colocado. Ao Externado Casimiro de Abreu, segundo colocado no Torneio foi entregue a taça FOLHA DA CIDADE pelo nosso diretor, Sr. Zoelzer Poubel. Falaram na ocasião, enaltecendo o acontecimento, o jornalista Ademar Constant, prof. Alberto Marques, em nome dos representantes das escolas que participaram do Torneio, vereador Alayde Cunha, o jovem Alberto Jeremias, presidente da União Estudantil Caxiense, o Diretor do Instituto Independência, prof. Henrique, prof. João de Oliveira, diretor do Externado Casimiro de Abreu e uma aluna da Escola Municipal Joaquim da Silva Peçanha que, em nome das escolas municipais, saudou os presentes e parabenizou a iniciativa.

A nossa reportagem registrou ainda a presença das seguintes personalidades: profa. Olga Teixeira, diretora do Ginásio Municipal Aquino de Araújo, profa. Carmen Corrêa de Carvalho Reis, prof. José Gomes de Lima, professoras Hilda do Carmo, Nilsa Maria Mendonça, Ruth Pinto, Marta Rossi, Gizélia de Abreu, dezenas de outras mestras das escolas participantes, srs. José Mitraud Baião, Oswaldo Ferezin, Diretores da Casa Machado, sr. Osmar Gracioli, diretor da Papelaria Universo, sr. Nilton Mendonça, sr. Custório de Aquino, jornalista Afonso Fernandes, etc.

Caxias (cidade) engalanou-se para comemorar dia de Caxias (soldado). *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano IV, n.162, p.08, 30 ago. 1959.

CAXIAS (CIDADE) ENGALANOU-SE PARA COMEMORAR DIA DE CAXIAS (SOLDADO)

Várias comemorações marcaram a passagem do 156º aniversário de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias – O Governador Roberto Silveira, deputados e várias autoridades estaduais foram caxienses por 24 horas – Homenagens, inaugurações e grandiosa parada escolar foram o ponto alto das comemorações

Uma salva de 21 tiros marcou o início de uma série de solenidades comemorativas ao 156º aniversário de nascimento de Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro e da cidade.

Às 8 horas foi celebrada missa solene em altar instalado na Praça do Pacificador. Em seguida foi colocado no pedestal do Duque de Caxias pelo prefeito Adolfo David, uma corôa de flôres. Às 10 horas chegou o Governador Roberto Silveira acompanhado de sua comitiva, sendo recebido pelos membros do PTB caxiense em Vigário Geral e conduzido pelas ruas de Caxias até a estação de tratamento da água, onde esteve vistoriando as obras. Dali rumou para o corêto da Praça do Pacificador onde foi recebido pelas autoridades presentes tendo antes caminhado por entre a multidão, sempre ovacionado e abraçado por populares.

Ao lado do prefeito Roberto Silveira e do Secretário Edésio da Cruz Nunes, secretário de Segurança; Paiva Muniz, secretário de Transportes e Comunicações; Jonas Bahiense de Lira, Bernardo Belo, Secretário de Obras; deputados Palmir Silva, Jaime Bittencourt, Almeida Franco, Zulmar Batista, Waldir Medeiros e vereadores de Duque de Caxias, assistiram ao desfile escolar efetuado em honra à memória do grande patrono. Pela ordem desfilaram os Colégio Duque de Caxias, Educandário Evangélico Duque de Caxias, Externato Martins Assis, Escola Municipal Gastão Reis, Ginásio de Parada Angélica, Educandário Santa Ignêz, Instituto Santo André, Educandário Santa Helena, Externato Santo Antônio, Ginásio Municipal Aquino de Araújo, Banda da 1ª Cia, Batalhão de Guardas do Estado, Departamento do Ensino dos Sindicatos de Duque de Caxias, Associação das Guardas Noturnas, Educandário Rui Barbosa, Escola Regional Meriti, Externato Casemiro de Abreu, Ginásio Ana Maria Gomes, Escola Barão do Rio Branco, Instituto São José, Educandário Cruzeiro do Sul, SENAC de Duque de Caxias, Escola Paroquial Imaculada Conceição, Colégio Santo Antônio, Colégio Dr. Juliano, Escola Dr. Getúlio Vargas e Instituto Independência.

CHURRASCOS

Vários churrascos foram oferecidos ao Governador Roberto Taveira, sendo um em Gramacho, outro pelos membros do PTB local. A todos os dois compareceu não só o Governador como também toda a sua comitiva.

INAUGURAÇÕES

O Governador Roberto Silveira inaugurou as novas instalações da Guarda Noturna de Duque de Caxias, ao mesmo tempo que lançou a campanha Pró-Serviço de Rádio-Comunicação e Socorro desta mesma organização. Em seguida inaugurou o Ambulatório do IAPB de Duque de Caxias.

ALMOÇO

O deputado Waldir Medeiros ofereceu um lauto almoço em sua residência ao Governador Roberto Silveira, que toncou com a presença de várias autoridades. O Governador Roberto Silveira ficou muito impressionado com tudo que pôde observar em nossa cidade. Em face disso fez várias promessas para dias melhores para a nossa cidade.

São João de Merití comemorou o “Dia da Pátria”. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano IV, n.164, p.04, 13 set. 1959.

SÃO JOÃO DE MERITÍ COMEMOROU O “DIA DA PÁTRIA”

Presentes várias autoridades estaduais – Desfilaram mais de 30 escolas – Brilhantemente comemorado o dia da Independência do Brasil – A “Rádio Clube Fluminense” transmitiu todo o desenrolar das solenidades – Foi um grande dia para São João de Meriti

A comissão encarregada pela organização dos festejos do Dia da Independência do Brasil, em São João de Merití, formada pelos srs. Waldonier da Silva e Souza, Waschington Luiz (Diretor de Obras), Nilo Gimenes (Chefe do DTCM), Waldemiro Proença Ribeiro (Agente Fiscal) e sras. Eny Martins Zambrano e Zelinha Vieira (Chefe da Divisão de Ensino), deram a São João de Meriti um dia festivo e dos mais brilhantes.

Contou as solenidades em todo o seu transcorrer com a presença de várias autoridades estaduais e municipais entre as quais destacamos os srs. Prefeito Ario Theodoro, Tem. Arivaldo de Souza Paiva (representando o Governador Roberto Silveira), Dr. Edézio Nunes (Secretário de Segurança), Dr. Paiva Muniz (Secretário de Comunicações), Deputado Estadual Egidio Thurber, Delegado Werter Losso, vereador Dorly Dias Curvelo (Presidente da Câmara Municipal), vereadores: Waldonier da Silva e Souza, João Miguel, Waldilio Vilas Boas, Eny Martins Zambrano, Ely Rasuck, Aurestes da Costa Vaz (Secretário do Prefeito), Sra. Ema Marques Theodoro (1ª Dama do Município) vereadora Sara Marins D’Avila, Herivelto Martins (compositor), Deputado Jorge Bedran e vereador Jair Teixeira de Barros.

Um garboso desfile escolar foi levado a efeito, desfilando milhares de crianças em mais de 30 escolas do município e contando ainda com a participação da Banda Lira de Ouro de Duque de Caxias.

Entre as escolas que desfilaram figuram: - Grupo Escolar Rubens Farrula, Grupo Escolar Antônio Figueira de Almeida, Instituto Belford, Grupo Escolar Murilo Braga, Educandário Nacional, Escola Raimundo Corrêa, Escola Castro Alves, Escola João Carlos Vital, Escola Municipal Amaral Peixoto, Escola Armando de Oliveira, Escola Ministro Felizardo Souza Melo, Escola Machado de Assis, Escola General Moraes, Escola Adelino Augusto de Oliveira, Escola Alex da Silveira, Escola Paroquial São João de Meriti, Colégio Republicano, Educandário Cruzeiro do Sul, Escola 10 de Novembro, Escola Municipal Getúlio Vargas, Ginásio Fluminense, Ginásio Meritiense, Ginásio Santa Maria, Educandário São João Batista, Educandário São João de Meriti, Escola Municipal Jal Moraes e Escola Municipal de Emergência nº 5.

Tôdas as comemorações transcorreram em ritmo normal e organizado.

A “Rádio Clube Fluminense”, a mais nova emissora da baixada esteve presente em todos os instantes registrando todos os acontecimentos.

8.000 alunos desfilaram perante Roberto Silveira. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano V, n.212, p.03, 01 set. 1960.

8.000 ALUNOS DESFILARAM PERANTE ROBERTO SILVEIRA

Soberbo desfile das escolas municipais e estaduais – Roberto Silveira foi aclamado pelos estudantes caxienses – A nota destoante foi a falta de policiamento, que chegou quando o desfile já havia começado e empurrou, ameaçou usar cassetetes contra o povo que batia palmas – Falhou a comissão organizadora do desfile – O povo soube reconhecer o trabalho do governador

Com um desfile programado para às 16 hs., mas que só teve início às 17 hs., os estudantes de Duque de Caxias prestaram sua homenagem cívica ao governador Roberto Silveira, com a praça da prefeitura completamente tomada em suas dependências. O povo que saiu às ruas para homenagear o governador, aplaudiu incansavelmente os estudantes, que garbosamente desfilavam por um corredor perante o palanque oficial, sendo calorosamente aplaudidos pelas autoridades presentes.

FALHOU A ORGANIZAÇÃO

Infelizmente ante o calor do povo que entusiasmado aplaudia a todos os seus estudantes e ao governador, surgiu a nota destoante, dada pela polícia, que não se encontrava no seu lugar e que surgiu quase ao meio do desfile estudantil, para empurrar o povo e ameaçar constantemente a usar seus cassetetes contra o entusiasmado povo e para corrigir um erro que eles próprios cometeram, por não se encontrar no seu devido lugar antes do início do desfile.

AS ESCOLAS

Mais de 8 mil estudantes desfilaram pela praça da prefeitura indo pela noite até às 20 horas, brilhando pelo garbo, pela disciplina e pela maneira brilhante com que sempre souberam se portar os estudantes de nossa cidade. Foram as seguintes as escolas que desfilaram perante o palanque oficial: Escola Sto. Antonio, Escola Castro Alves, Escola Regional Meriti, Educandário Cruzeiro do Sul, Ginásio Parada Angélica, Educandário Sta. Inez, Instituto Santo André, Grupo de Escoteiros 15 de Novembro, Senac de Duque de Caxias, Escola Imaculada Conceição. Fundação Abrigo Cristo Redentor (Cidade dos Meninos), Colégio Duque de Caxias. Instituto Nilo Peçanha, Moto Clube de Caxias, Banda de Música e Artística Lira de Ouro, Ginásio Santo Antonio, Escola Dr. Juliano e Educandário Rui Barbosa.

GOVERNADOR ENTUSIASMADO

O governo Roberto Silveira, estava eufórico, ante o garbo e elegância dos estudantes de Duque de Caxias e não se cansou de aplaudir as nossas escolas e pena que todas não puderam desfilar, mas as que tiveram a incumbência de representar o nosso ensino, se houveram muito bem.

Meriti Assistiu: Grandioso Desfile Escolar. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias. Ano V, n.213, p.04, 11 set. 1960.

MERITI ASSISTIU: GRANDIOSO DESFILE ESCOLAR

Em comemoração à data da Independência da Pátria, realizou-se quarta-feira última, 7 de setembro, grandioso e imponente desfile escolar, no centro de S. João de Meriti, do qual participaram aproximadamente quinze mil escolares.

Foi, sem sombra de dúvida, um dos maiores espetáculos cívicos já assistidos pelo povo meritiense. Todos os colégios particulares, estaduais e municipais, participaram do desfile, dando-lhe um colorido especial.

A municipalidade também armou um palanque oficial, na entrada da rua Expedicionários, onde o prefeito Ario Teodoro e exma. Espôsa e o presidente da Câmara Municipal, edil Waldonier da Silva e Souza, acompanhados de várias autoridades, assistiram o desenrolar da parada da juventude.

O policiamento foi eficiente, sob a direção do delegado Venâncio Bittencourt e do comissário Jarbas. Ressaltamos a atuação da Guarda Noturna, que foi valiosíssima, permitindo desta forma, um policiamento perfeito.

Dos colégios particulares, destacamos o Ginásio Sta. Maria, Ginásio Meritiense, Ginásio Fluminense, Colégio Pavuna, Educandário S. João Batista, Instituto Irineu Cortez que, arrancaram vibrantes aplausos do público, por suas bandas, alegorias, cadências, belíssimas formações e evoluções. A nota de destaque foi dada pela banda do Ginásio Meritiense que, numa de suas magníficas evoluções, formou a palavra ARIO, em homenagem ao prefeito.

Dos Grupos Escolares estaduais, brilhou o de nome prof. Murilo Braga, ao qual desfilou agregado o Jardim de Infância Peter Pan, com seus aluninhos ricamente vestidos.

Tomaram parte, também no desfile que teve início às 9 horas e somente findou às 13 horas, tôdas as escolas da DEM. A RADIO CLUBE FLUMINENSE fez completa cobertura radiofônica.

Vila Merití viveu em 7 de Setembro um dia de intensa vibração cívica! *Tribuna de Duque de Caxias*, Suplemento de Tribuna de Petrópolis, Duque de Caxias, Ano I, n.02, p.03, 15 set. 1946.

VILA MERITÍ VIVEU EM 7 DE SETEMBRO UM DIA DE INTENSA VIBRAÇÃO CÍVICA!

Transcrevemos abaixo, na íntegra, o magnífico discurso que o professor Plácido Figueiredo pronunciou, representando o professorado particular, no dia das comemorações da independência do Brasil e que foi muito aplaudido.

Meus patricios! Mocidade do Brasil:

Em todo o território Nacional está se comemorando hoje a mais significativa efeméride da nossa história Pátria — Dia da Independência do Brasil.

Na Capital da República, neste momento, realiza-se a Parada Militar das nossas forças armadas, aquelas que fieis ao cumprimento do dever, leais ao princípio sadio de brasilidade, trouxeram para o Brasil o galardão da Vitória, mantendo intangível e nossa Independência.

Vila Meriti, parcela integrante deste gigante invencível, e Pavuna, também outra parcela do Brasil, colaboram, reunidas, nestas manifestações de hoje.

A mocidade das escolas particulares, ao lado dos seus colegas das escolas municipais e estaduais, aqui estão reunidas, num só ele de sadio nacionalismo, prestando seu tributo cívico-patriótico à data que, em 1822, num impulso fremente de sentimento humano, já cansado de humilhações e descasos, vendo que periclitava sua autoridade, o Príncipe D. Pedro I, levantou, às margens do riacho Ipiranga, a sua voz firme e resoluta, bradando “Independência ou Morte”.

Já muito antes, outros houveram que, no desejo incontido de se ver livre do jugo estranho, deram suas vidas em holocausto à Independência do Brasil; e não esqueçamos alguns de seus nomes: como Felipe dos Santos e Tiradentes.

Incontestavelmente, após tantos sacrifícios teríamos que chegar ao clímax da nossa liberdade [...] E [che...] [...] trativa, onde mesmo atravessando os duros reflexos do conflito mundial que a pouco terminou, há os mais esperançosos conceitos de melhores dias, sem precisarmos fugir do princípio que sempre pautou o povo brasileiro — a Democracia.

Já nos habituamos a comemorar as datas cívicas da nossa História-Pátria, com lealdade, carinho, fraternidade, sinceridade, e, acima de tudo, muito amor a esta terra em que nascemos

A religião do patriotismo, não se podendo exteriorizar em puras abstrações, por mais elevadas que estas fossem, reclamou a adoção de fórmulas, ritos e imagens concretas. E assim foi criado, para que adorássemos muito, o lindo pendão auriverde, que, há pouco, em continência e reverência, subiu ao topo deste altar — o altar da Pátria, ao som da mais linda música de todos os tempos — O Hino Nacional Brasileiro, cuja letra, é uma página virente que ressoa aos nossos ouvidos e parte dos nossos corações com a eclosão da “Ordem e Progresso”. Crianças e jovens de hoje, homens de amanhã, o Brasil tudo espera de vocês.

Estudando com denodo, estais vos preparando para o futuro que vos espera.

Comparecendo às solenidades cívicas estais vos apresentando para servir esta Pátria bendita, nos postos que o cumprimento do dever vos designar.

Brasileiros que me ouvis!

Estamos diante de problemas que poderão afetar profundamente o futuro da nacionalidade e para cuja solução se exigem as melhores fontes de energia Pátria. Olhar para essa mocidade e dentre ela vereis vossos filhos, garbosos, satisfeitos, inocentes, intemeratos mesmo. Procurai dar a eles o espírito de unidade e oriente-os [...]

Espetáculo soberbo! *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano III, n.114, p.05, 31 ago. 1958.

ESPETÁCULO SOBERBO!

Glorificada no seu dia a cidade-berço do Soldado Padrão – Espetáculo marcante de fé cristã, a missa campal – Milhares de crianças uniformizadas desfilaram em imponente garbo – Inaugurados o viaduto parte da Prefeitura e o calçamento da Rua Etelvina Chaves – Outros fatos.

Viveu Duque de Caxias um dos mais belos dias de sua História Cívica, quando do transcurso do dia do seu ídolo – o Condestável Luiz Alves de Lima e Silva segunda-feira. Já às 5 hs. Da manhã, a cidade progresso do Brasil era acordada pela salva de 21 tiros, anunciando o raiar das festividades que se seguiriam em monumental missa campal, oficiada por D. Odilão Moura, capelão da Cidade dos Meninos.

SEIS MIL ESTUDANTES

Após o grande ato de fé cristã estupendo desfile escolar se fez presente, ocasião em que desfilaram mais ou menos seis mil jovens, em pujante demonstração de ordem e civismo.

INAUGURAÇÕES

Dando sequência às festividades, tivemos as inaugurações do viaduto, novas dependências da prefeitura (sendo servido um coquetel ao funcionalismo presente) e o calçamento da Rua Etelvina Chaves. À noite, em prosseguimento as manifestações do Dia do Soldado vários comícios foram feitos, destacando-se os srs. Getúlio de Moura e Roberto Silveira, respectivamente na Praça 23 de Outubro e Pacificador.

PESSOAS PRESENTES

Ao palanque oficial, armado para as autoridades assistirem ao desfile, compareceram o prefeito Francisco Corrêa e Sra.; Juiz Hélio Allornaz; Sr. Joaquim Tenório, presidente da Câmara; deputado Getúlio Moura; D. Odilon Moura; Delegado Amil Richaid e diversos convidados.

UM PELOTÃO DO EXÉRCITO

Fato digno de nota foi que, pela primeira vez, o Exército Brasileiro mandou à terra do seu Patrono, um pelotão de soldados, formando uma pequena banda marcial. Os soldados com farda de campanha, desfilaram após os estudantes.

GUARDA NOTURNA

Também pela primeira vez desfilou a Guarda Noturna de Duque de Caxias. Cerca de 150 homens desfilaram disciplinadamente. Foi a instituição mais aplaudida pelo grande público.

PRIMEIRO DESFILE NO 5 DE AGÔSTO

O desfile durou de 9 às 12 horas ininterruptamente. Pela primeira vez foi realizado no Jardim 25 de Agosto, defronte à nova Prefeitura. Não obstante a inovação, o povo correu em massa.

O sol violento da manhã de 25 castigou a todos os espectadores e alunos. Um pequeno escolar não resistindo, desmaiou.

7 de Setembro de 1822. **O Municipal**, Duque de Caxias, Ano VIII, n.223, p.04, 6 set. 1958.

7 DE SETEMBRO DE 1822

INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO BRASIL

Com o mesmo chavão de todos os anos, estaremos comemorando amanhã, o 136º aniversário da nossa independência política.

Sim, amanhã ouviremos falar do Rio Ipiranga, de D. Pedro I e da célebre frase “Independência ou Morte”.

Há 136 anos conseguimos uma das grandes vitórias populares: a independência de um povo. Essa vitória, não é simplesmente de um povo, mas de toda a humanidade, de toda a civilização pois toda ela é beneficiada com essa conquista

Salve D. Pedro I, José Bonifácio e outros denodados que se salientaram no movimento libertador, salve! Mas, a par de todo o imenso júbilo de que estaremos apossados por essa efeméride, paira uma pergunta no ar: Quando proclamamos a nossa independência econômica? Nós, que temos, graças a Deus, um país com reservas naturais imensas, com riquezas ímpares, com o cognome de país do futuro, de celeiro do mundo e outros bem bonitinhos, nós que temos um país que tem tudo para mandar os mercadores às favas, quando proclamaremos a nossa almejada independência econômica?

Amanhã festejaremos a nossa data magna, com paradas discursos e muitas outras solenidades. É natural, é lógico, merecemos todo aplauso, mas é preciso que todos saibam que com tantos discursos e tanta beleza, faltam recursos e sobra pobreza. Que estamos com dívidas pesadas, que estamos gastando desordenadamente sem pensar nos compromissos, nas eventualidades, que estamos à bancarrota.

Louvemos o grande gesto de D. Pedro, soltemos fogos de alegria, cantemos lindos e patrióticos hinos, mas não nos esqueçamos de que a nossa total libertação, só conseguiremos lutando, trabalhando, servindo, orientando e vencendo sóbriamente os obstáculos. Patriotismo acima de tudo.

“Independência ou Morte” disse D. Pedro. A independência, graças a Deus, veio sem a morte, mas e não reagirmos em tempo, teremos a morte sem a independência econômica: a morte pela fome. E isso não é digno de nenhum Pedro. E muito menos de nosotros.

(Foto 1: A mocidade caxiense saiu às ruas para provar realmente a nossa emancipação política. Amanhã esta mesma mocidade estará compenetrada pela grande data da Pátria).

(Foto 2: A Banda Santa Terezinha, do Parque Lafaiete, que apesar de não contar com o apoio das autoridades, conta com a sábia direção do maestro Ratinho).

Vila Meriti vibra de entusiasmo ao comemorar, pomposamente, a data magna da nacionalidade brasileira. *Tribuna de Duque de Caxias*, Suplemento de Tribuna de Petrópolis, Duque de Caxias, Ano I, n.02, p.01, 15 set. 1946.

VILA MERITI VIBRA DE ENTUSIASMO AO COMEMORAR, POMPOSAMENTE, A DATA MAGNA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA

O 2º distrito do Município de Duque de Caxias comemorou, com magnífica festa cívica, o dia da Independência do Brasil.

As cerimônias patrióticas realizadas na Praça da Bandeira, nesta localidade, em nada desmereceram das dos anos anteriores; pelo contrário, a espetacular concorrência das escolas e afluência em massa do povo àquele logradouro público deram aos festejos um inusitado cunho de entusiasmo e beleza.

Às 6 horas da manhã, após uma salva de 21 tiros em homenagem à grata comemoração de tão relevante acontecimento histórico, a Rádio Cultura Meritiense despertava a população, enviando à concha recurva de seus ouvidos a mais brasileira de todas as músicas — o lindo Hino Nacional.

E, então, em todos os lares, desde Edem a Coelho da Rocha, começaram os preparativos de centenas de crianças que iriam formar, dentro em pouco, em seus colégios.

Às 8 horas, já convergiam de todos os lados dezenas de escolas que vinham participar aos festejos.

[...] ao hasteamento da Bandeira Nacional, tendo-a içado, com respeito e orgulho, ao topo do mastro, ao som vocal e metálico dos colegiais e da música, o sr. tenente Ramos.

Em seguida, falaram à exultante mocidade em botão e ao povo jubiloso, que se apinhavam em frente ao coreto onde se encontravam as autoridades: pelas escolas estaduais, d. Alzira dos Santos da Silva; pelas escolas municipais, dona Judith de Castro; pelas escolas particulares, professor Plácido Figueiredo, sendo todos os oradores muito aplaudidos.

Fez-se ouvir, ao depois, o brilhante academico Eliazar Rosa, que, com o ardor cívico e o entusiasmo que lhe são peculiares, em primovoro improviso, rico de imagens e pentilhado de lances emocionantes, percorreu sobre a grande data nacional, referindo-se, com extremado carinho, aos portugueses que também ali estavam presentes, participando daquela festa eminentemente brasileira.

O maravilhoso improviso que apresentou aos ouvintes o academico Eliazar Rosa constitui, pela beleza da forma, uma página de antologia, tendo arrancado dos assistentes, [...] Faria, chefe do P. T. B. neste Município, tendo, em firme oratória, prendido a atenção da numerosa assistência, que o aplaudiu vivamente.

Encerrando aquela cerimonia, usou, em seguida, da palavra o exmo. Sr. Prefeito, dr. Gastão Reis, que disse de seu jubilo e de sua intensa satisfação ao verificar o brilhantismo da linda festa.

S. Excia. teve palavras de agradecimento a todos os presentes, e os concitou a trabalharem, com fé e devotamentos, pela grandeza do Brasil.

O belo discurso do sr. dr. Gastão Reis foi interrompido, a miude, por frenéticas ovações.

Como “fêcho éclair” da memorável festa, a mocidade das escolas retirou-se daquele recinto desfilando garrulamente em frente às autoridades presentes, pela seguinte ordem:

Ginasio Republicano;

Ginasio Duque de Caxias;

Educandario São João Batista;

Escolas Estaduais do 2º Distrito;

Liceu Santa Maria;

Escola Meritiense;

Escolas Estaduais do 1º Distrito;

Escola 10 dr. [...]

Escolas [...]

ANEXO VIII
CRUZADA NACIONAL DA EDUCAÇÃO

CRUZADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Reconhecida de utilidade pública pelo decreto N. 21731 de 15 de Agosto de 1932

COMBATE AO ANALFABETISMO

Secretaria: LARGO DA CARIOCA, 5 — Edifício Carioca - 3.º - sala 316

Telephone 22-2989 — Rio de Janeiro

DIRECTORIA:

Presidente da Mesa: Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública

Presidente: Dr. Gustavo Arambur

Directores: Dr. Alberto Teixeira Bastião

Dr. Francisco G. Passos

Secretaria: Dr. João Sobral Pinto

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1937

CAMPANHA DAS 4.500 ESCOLAS, COMMEMORATIVA DO 13 DE MAIO DE 1937, SOB O PATROCÍNIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

Pela abolição dos escravos da ignorância - os analfabetos

COMISSÃO EXECUTIVA DA CAMPANHA

Conde Olympio de Mello,
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Capitão Filinto Muller,
Chefe de Polícia do Distrito Federal

Dr. Herbert Moses
Presidente da Assoc. Brasileira de Imprensa.

General Fanteleão Pessoa
Presidente da Liga de Defesa Nacional

Dr. Francisco de Campos
Secretário Geral de Educação e Cultura

Dr. Pedro Benjamin Cerqueira Lima

Vice-Presid. em exercício do Touring Club

Dr. José Salgado Scarpa
Presidente da Associação Commercial.

Exm. Sr.
Jeronimo Arantes
DD. Director da Inspectoria Escolar
Uberlândia.- Minas-

E' nos grato accusar o recebimento de seu attencioso officio de 15 do corrente mez, capeando a copia da acta referente á installação de uma nova escola bem como a photographia do edificio, com os alumnos á frente.

Independente do agradecimento que a Cruzada Nacional de Educação fará ao Exm. Sr. Prefeito, desejamos aqui manifestar-lhe o nosso reconhecimento e os nossos applausos pelo interesse e patriotismo com que o municipio de Uberlândia está encarando o problema educacional.

Com os nossos sinceros agradecimentos, apresentamo-lhe os protestos de nossa mais alta estima e apreço e as nossas

Cordiais Saudações.

Gustavo Arambur
Dr. Gustavo Arambur
Presidente

CRUZADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Reconhecida de utilidade pública pelo decreto M. 21.731 de 15 de Agosto de 1932

PELO BRASIL SEM ANALPHABETOS

Secretaria: LARGO DA CARIOCA, 5 — Edifício Carioca-3.º — sala 316
Telephone 22-2989 — Rio de Janeiro

DIRECTORIA:

Presidente da Honra: Sr. Ministro da Educação e Saúde

Presidente: Dr. Gustavo Armbrust

Directores: Dr. Alberto Teixeira Beviláta

Dr. Francisco O. Paes

Secretaria: Dr. Luis Sabral Pinto

Rio de Janeiro, Junho de 1937

Exmo. Sr.

A Cruzada Nacional de Educação deliberou em sua ultima reunião, que se inscrevesse em acta um voto de grande louvor e reconhecimento a todos os Prefeitos e Presidentes de Camaras Municipaes que, como V. Excia., cooperaram com a Cruzada na magna Campanha de 13 de Maio, demonstrando assim o alto sentido patriótico que ella encerra o seu grande amor ao Brasil.

É esta agradável noticia que eu tenho a honra e o prazer de transmittir a V. Excia., em nome da Cruzada Nacional de Educação e no meu pessoalmente, como o inequivoco testemunho de quanto a Cruzada apreciou a sua valiosa cooperação.

Ella foi uma contribuição inestimavel não só para a prosperidade futura do seu municipio como a do seu Estado e a do nosso amado Brasil.

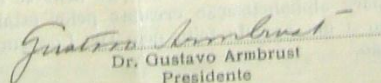
A obra de combate ao analphabetismo não póde ter solução de continuidade. A Cruzada proseguirá na sua campanha pró-instrução e educação do povo. Os seus appellos a todos os governos, a todas as classes, a toda gente se renovarão sempre, para que se não esmoreça na obra de salvação e engradecimento da nossa Patria.

É, pois, com a mais commovida alegria e o mais sincero reconhecimento que, em nome da Cruzada Nacional de Educação hypoteco-lhe a nossa immorredoura gratidão.

Cordialmente, Subscrevo-me de

V. Excia.

Patricio, Amigo e Admirador


Dr. Gustavo Armbrust
Presidente

ANEXO IX CRUZADAS

A Cruzada Cívica Caxiense. *Agora*, Duque de Caxias, Ano I, n.15, p.04, 6 ago. 1961.

A CRUZADA CIVICA CAXIENSE

DEFENDERA PERANTE OS PODERES PÚBLICOS, OS DIREITOS MORAIS, INTELECTUAIS, POLÍTICOS E DE ASSISTENCIA AO MUNICIPIO E POVO DUQUECAXIENSES.

“Queremos uma nova Duque de Caxias com Nelson Cintra na Prefeitura em 1962.

REBELLO, Dr. Pires. Cruzada Contra o Resfriado. *Jornal do Povo*, São João de Meriti e Duque de Caxias, Ano IV, n.166, p.05, 10 dez. 1950.

CRUZADA CONTRA O RESFRIADO

Dr. Pires Rebello
(Colaboração especial para “Jornal do Povo”)

Quando em 1943 foi feita uma discreta comunicação à Sociedade Médica dos Hospitais de Paris sobre o tratamento dos resfriados por meio de medicamentos químicos, ninguém poderia supor que, poucos anos após, tomasse o vulto que tomou, a introdução no cenário terapêutico dos preparados anti-histamínicos.

Formou-se uma verdadeira cruzada para o combate ao resfriado comum, moléstia essa banal sem dúvida, mas que zombava da medicina.

A batalha acha-se em plena efervescência em tôdas as partes do mundo. Em Londres três mil carteiros prestam-se a experiências: logo que sentem os primeiros sintomas recebem um tratamento anti-histamínico por três dias e na semana seguinte são examinados cuidadosamente pelos médicos.

Nos Estados Unidos os comerciantes anunciam a cura dos resfriados em 24 horas e a venda desses preparados ultrapassou tôdas as expectativas.

Para que se possa compreender a relação que existe entre a histamina e o resfriado convém que seja explicado o mecanismo de sua ação.

A histamina é uma substância derivada dum ácido aminado, a histidina, e que regula a vaso dilatação dos capilares, aparecendo num tecido vivi toda vez que excitado, sej pelo frio, calor, traumatismo ou outra causa qualquer.

O excesso de histamina gera reações dolorosas, sobretudo se isso se der na mucosa nasal, originando então o resfriado.

Várias outras moléstias, ditas alérgicas, como os eczemas, dores de cabeça, asma, etc. são também atribuídas a um excesso de histamina.

Um conselho final aos que fizerem uso dos preparados anti-histamínicos: trinta por cento dos organismos não toleram bem a droga e podem apresentar sintomas de sonolência e vertigens.

Por essa razão é que a grande maioria dos produtos que se encontram à venda aconselha a quem deles fizer uso que não guiem automóvel no período em que estão se submetendo ao tratamento.

Cruzada de Redenção. *A Folha de Caxias*, Duque de Caxias, Ano I, n. 17, p.01, 13 Dez. 1953. (C. 1-7).

CRUZADA DE REDENÇÃO

Com o objetivo de cingir o município com a auréola de responsabilidade, e de incluí-lo entre os de núcleos humanos que personificam a espécie e valorizam com o seu labor a terra onde vivem e prosperam, a Associação Comercial de Duque de Caxias a intenso trabalho de recuperação moral vem se devotando.

Aos estranhos há de parecer atitude ditada pelas circunstâncias, determinada por emergentes acontecimentos de notória e desagradável repercussão.

Entretanto, cumpre esclarece-los que nos estatutos da benemérita agremiação, devidamente transcritos no competente registro público, se insere entre suas finalidades “concorrer por todos os meios, modos e formas possíveis para a elevação moral e cívica do município”.

Homens de negócio impuseram a si mesmos, voluntariamente, a missão de criar, de permeio com a defesa das classes representadas pela instituição, uma atmosfera moral, purificada pelo patriotismo e pelos mandamentos morais e divinos, que libertam o membro da comunidade social das amarras da mera escala zoológica para situá-lo em plano espiritual mais próximo do Criador que das coisas criadas.

Com a inteligência, tanto pode o homem afundar-se nos vícios deturpadores da beleza da vida como perseguir o verdadeiro sentido de sua peregrinação terrena, substituídos os vícios que corrompem pelos deleites espirituais que enobrecem.

O comércio, em geral, traz a marca secular, em todos os povos, de não distinguir caminhos para atingir a seus lucros. Realmente, ninguém se consome em atividade dessa natureza em busca de miséria. Mas, em qualquer profissão, mesmo a do trabalhador braçal, ou do mais humilde operário, ninguém em tal propósito se obstina.

Mas, nos dias atuais, rege um código de ética à nobre profissão, se não escritos nas leis, pelo menos inscrito na consciência dos homens, que tais atividades exercem.

Se alguma exceção houver, possui ela a força de interrogar com ênfase: qual a profissão indene de elementos incompatíveis com o roteiro honesto de seu exercício?

E a Associação Comercial de Duque de Caxias, incluindo como integrante de sua missão social o propugnar decididamente para elevação moral e cívica do município, oferece público testemunho de sua autoridade para a nobre realização.

A palavra instrui. O exemplo educa. Aquela habilita o indivíduo a promover, apenas, diferenciação entre os caminhos certos e errados, mas o exemplo coage moralmente o mesmo indivíduo e se não excluir, por diversa conduta, do meio em que realiza seu destino.

Assim, com o que o povo comprova, vem procedendo, como entidade jurídica, a Associação Comercial de Duque de Caxias. E pelo Correto proceder de seus membros cumpre seus objetivos sociais e prossegue em sua jornada a merecer um dia, marcante lugar na história da cidade.

AMARAL, Enéas do. Uma Cruzada para Professores e Médicos. **A Folha de Caxias**, Duque de Caxias, Ano I, n.32, p.02, 25 abr. 1954. (C.3-4).

No Campo da Saúde
UMA CRUZADA PARA PROFESSORES E MÉDICOS
Enéas do Amaral

Pode-se dizer que o de que o Brasil precisa não é apenas de educação, mas de educação alimentar. Possuímos tôda uma erudita literatura sôbre questões e problemas de nutrição, na qual se analisa friamente ou se expõe cruamente a catastrófica situação alimentar do país. São livros que se escrevem, se editam e se difundem. Não pode haver pessoa instruída que jamais tenha lido ou ao menos visto um só dêles.

Qual entretanto o auxílio que a divulgação de tais obras tem trazido para a resolução de tão vital problema? Praticamente nenhum. Essas pequenas e efêmeras campanhas que lá de vez em quando se lançam por aí, seguidas da instalação de alguns restaurantezinhos para operários e comerciários, evidentemente não podem servir nem como arremedo de solução. Cria-se por exemplo em São Paulo um restaurante do SAPS, onde não caberá uma centena de operários, quando S. Paulo conta centenas de milhares de trabalhadores. Funciona também um, talvez mais acanhado ainda, para os comerciários, que são dezenas de milhares. Mesmo que fossem ambos suficientes estariam alimentariamente assistidos os trabalhadores de S. Paulo? Nunca. Pense-se na multidão de trabalhadores das construções civis que não têm assistência de espécie alguma. Pense-se por último nas legiões de trabalhadores do interior do Estado e do País, totalmente desassistidos.

Ao contrário de todos os problemas nacionais, êste parece muito difícil em teoria. Na prática talvez se resolvesse fâcilmente, salvo se estamos a enunciar um juízo simplista. Fôsse sua solução confiada aos professores e aos médicos e já estaria em comêço uma profunda transformação dos hábitos alimentares do povo. O professor, ou mais rigorosamente, a professora primária, que entra em contacto com o indivíduo ainda na infância, é um agente de inestimável valor numa cruzada desta natureza. Ela, através de inquéritos hábeis e constantes, em que teria o inteligente cuidado de evitar tudo que fôsse antipático ou chocante, em pouco tempo ficaria conhecendo a alimentação comum, diária, de seus alunos, habilitando-se assim para corrigir as deficiências

que notasse e melhorar de um modo geral o cardápio por meio de agradáveis e sugestivas lições à classe. Prèviamente seriam as professoras instruídas em cursos rápidos de fim de ano, no período das férias, ministrados por autoridade em nutrologia.

O trabalho da professora continuaria no curso secundário e mesmo no superior, pois é possível que inúmeros doutores, bacharéis, deixem os bancos acadêmicos sem nenhuma noção razoável de boa alimentação.

Com os médicos a tarefa seria muito mais simples. O médico tem autoridade própria. Sua sabedoria é prestigiosa, ninguém a contesta. Basta que saia do seu profissional mutismo. Veria então relar-se-lhe todo o cardápio habitual das famílias cujos lares visita a chamado, ou dos clientes que recebe no consultório. Embora tais revelações não fossem nunca muito necessárias a seus olhos experimentados de clínico que vê quanto a má alimentação é responsável pelas doenças, sempre estaria mais capacitado a instruir as famílias, receitando-lhes mais alimentos do que remédios.

Agora as dificuldades. O baixo poder aquisitivo do povo, a escassez e o alto preço dos gêneros, os salários ínfimos. A resistência de hábitos seculares a ojeriza às novidades e modernices.

De acôrdo. Mas a verdade é que o povo continua se alimentando e se alimentará sempre, certo ou errado. A única diferença é que com uma campanha de boa vontade êle passará a alimentar-se certo. E esta pequenina diferença é tudo o que se deseja, a bem do melhoramento da raça. — SPES.

POUBEL, Ruyter. Cruzada Municipalista. *Folha da Cidade*, Duque de Caxias, Ano IV, n.200, p.03, 6 jun. 1960.

CRUZADA MUNICIPALISTA

Ruyter Poubel

Não podemos mais esperar pelos governos para vermos solucionados os nossos problemas mais cruciantes. Êste municipio ainda não descobriu a fôrça que tem, pois o dia que isso acontecer, não precisaremos mais de estar subjugados a políticos demagogos, a administradores irresponsáveis, a legislativos corrompidos, pois o povo unido resolverá as suas próprias dificuldades; será senhor do seu destino. O povo e as nossas entidades de classe, recreativas e culturais, os homens da classe liberal, da classe conservadora, da classe bancária, têm que entender, que unidos, seremos capazes de grandes realizações e conquistas em nosso proveito, sem dependências e humilhações diante de qualquer govêrno. O povo deve estar preparado para grandes jornadas, pois não podemos prosseguir eternamente vivendo como cidade sertaneja, sem os elementos mais primários de uma civilização digna dêste nome, enquanto as verbas públicas são aplicadas com funcionários e com obras desnecessárias, que às vêzes custam muitas vêzes mais que o seu preço real. O povo tem que se unir e êle mesmo cuidar de si, pois esperar pelos homens públicos desta época, sem idealismo e sem entranhas, equivale a continuar vivendo por muito tempo neste clima de irracionalismo e miséria em que nos encontramos graças à indiferença e à falta de amor à causa pública dos homens eleitos pelo povo. Vamos, pois, marchar, deixando à margem da estrada os [...], os aproveitadores e os demagogos.

“A Cruzada Cívica Caxiense”. O Municipal, Duque de Caxias, Ano X, n.342, p.01, 8 jun. 1961.

“A CRUZADA CÍVICA CAXIENSE”

Defenderá perante os Poderes Públicos, os direitos morais, intelectuais,
Políticos e de assistência ao Município
e Povo Duquecaxiense.

“Queremos uma nova Duque de Caxias”
Com **Nelson Cintra** na Prefeitura em 1962